

USOS DO PARTICÍPIO PASSADO DUPLO  
NO PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO:  
PADRÕES DE VARIAÇÃO NUMA AMOSTRA DE POPULAÇÃO  
ESCOLAR

**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	Dissertação de Doutoramento
<b>Título</b>	USOS DO PARTICÍPIO PASSADO DUPLO NO PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO: PADRÕES DE VARIAÇÃO NUMA AMOSTRA DE POPULAÇÃO ESCOLAR
<b>Autor</b>	Carla Sofia da Silva Ferreira
<b>Orientadoras</b>	Doutora Cristina dos Santos Pereira Martins e Doutora Isabel Maria Almeida Santos
<b>Identificação do Curso</b>	Doutoramento em «Língua Portuguesa: investigação e ensino».
<b>Área científica</b>	Linguística Portuguesa
<b>Data</b>	2012



Investigação financiada pela *Fundação Calouste Gulbenkian*.



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

## AGRADECIMENTOS

A realização de uma investigação científica implica frequentes momentos de trabalho solitário, porém, sem a ajuda de outras pessoas, não seria possível concluir este processo. É, por isso, fundamental demonstrar o meu reconhecimento e o mais sincero agradecimento a algumas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Cristina Martins e à Professora Doutora Isabel Almeida Santos, pelo exemplo a seguir, pelos imprescindíveis comentários, pela paciência e pela disponibilidade demonstradas e pelo constante incentivo à busca do saber.

Às Professoras do ano curricular do 3º ciclo de estudos em *Língua Portuguesa: investigação e ensino*, Professora Doutora Clarinda de Azevedo Maia, Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes e Professora Doutora Graça Rio-Torto, agradeço a diversidade de conhecimentos que me transmitiram e com que me enriqueceram.

Imprescindível para a realização da presente investigação foi o contributo de todos os informantes. Agradeço, pois, humildemente, a todos os alunos e professores de Língua Portuguesa do ensino básico e secundário que aceitaram ser inquiridos e entrevistados.

Por terem fornecido um outro tipo de apoio, bastante diferente, mas igualmente importante, pelos momentos de descontração proporcionados, agradeço aos meus amigos, sobretudo à Cristina, e à minha família. Ao meu Avô, pelas palavras de incentivo. Ao meu Irmão e aos meus Pais pelo estímulo persistente. Em especial, à minha Mãe, pela paciência e pela sua ajuda em todos os meus projetos. Ao Carlos, pela confiança transmitida.

Para a Áurea, que quase desde o seu nascimento, acompanhou, a meu lado, atenta, ansiosa e carinhosamente, o longo processo de escrita, reservo o meu mais afetuoso agradecimento.

Muito obrigada a todos!



## RESUMO

A presente investigação tem como objetivo principal a descrição dos usos do participípio passado duplo no português europeu contemporâneo, nomeadamente no contexto verbal de tempos compostos da voz ativa e, em especial, numa amostra de população escolar. Na verdade, o participípio passado de verbos abundantes revela-se uma *área crítica* da Língua Portuguesa, gerando dúvida e insegurança nos falantes, facto que confirma o interesse científico-descritivo desta dissertação, assim como a sua relevância nos planos do ensino e da aprendizagem do português.

A observação de um conjunto de textos codificatórios e orientadores da prática didática, como gramáticas de “referência” e manuais escolares, revela a falta de consenso relativamente não apenas ao número de verbos considerados abundantes mas também à identificação dos verbos aos quais se reconhecem usos variantes; este facto traduz-se numa legitimação da variação e potencia a permanência de uma situação de flutuação dos usos.

Identificado o conjunto de verbos abundantes a pesquisar, analisam-se quatro *subcorpora* escritos (*Recursos Linguísticos para o Português*) pertencentes ao *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. O registo de padrões de variação sincrónica nestes *corpora* de dados autênticos permite uma seleção mais restrita dos verbos a investigar no presente estudo.

Sabendo que o processo de aquisição linguística de formas regulares e de formas irregulares é distinto (Paradis, 2004; Ullman, 2004), pretende-se verificar em que medida essa diferença se repercute no modo como as crianças lidam com a concorrência de formas duplas participiais. Assim, face à comprovada variação no *input*, examina-se o comportamento de 309 crianças e jovens dos 2º, 5º, 7º e 10º anos e averigua-se se existem características dos verbos que propiciem padrões particulares de variação.

A análise e o tratamento estatístico dos dados recolhidos junto da amostra de população escolar confirmam que as crianças e os jovens em idade escolar reproduzem a variação participial registada em sujeitos adultos em tempos compostos da voz ativa e que a distribuição das formas concorrentes por falantes de diferentes idades e níveis de escolarização não é uniforme. Para além disso, verifica-se que a crescente escolarização dos sujeitos não tem como consequência um aumento generalizado de ocorrências da forma regular – o que revelaria a progressiva aplicação da regra de distribuição sintática prescrita –, continuando mesmo a haver padrões de significativa variação ao longo do percurso escolar.

A investigação é, ainda, complementada com informações sobre o modo como a escola integra a variação linguística nas suas práticas. Pesquisam-se, então, os usos e as atitudes linguísticas dos professores de Língua Portuguesa relativamente às formas duplas participiais, através do lançamento de um inquérito e da realização de uma entrevista. Comprova-se, dessa forma, a atitude de tolerância destes “agentes reguladores” da língua em relação à variação participial.

A análise deste conjunto de dados permitiu construir uma tipologia dos padrões de variação participial. Identificando, assim, o conjunto de verbos com maior tendência para usos variantes, é possível reconhecer condições que potenciam este fenómeno de conflito de variantes. A semelhança entre formas participiais de diferentes verbos propicia a analogia. A existência de nomes decorrentes da recategorização de uma das formas participiais pode favorecer a situação de variação. Também se confirmam as hipóteses inicialmente colocadas relativas à relevância da frequência lexical e da conjugação verbal nos padrões de variação encontrados.

## ABSTRACT

This research aims to describe the uses of the double past participle in contemporary European Portuguese, particularly in the context of verbal compound tenses of the active voice and, in particular, in a sample of school children. In fact, the past participle of abundant verbs reveals itself as a critical area of the Portuguese language, creating doubt and insecurity in speakers, a fact that highlights the scientific interest of this dissertation, as well as its relevance for teaching and learning Portuguese.

The observation of a set of codification and teaching practice guiding texts, as "reference" grammars and scholar textbooks, reveals a lack of consensus concerning not only the list of abundant verbs, but also the identification of verbs with variant uses. This situation legitimates variation and fosters the continuity of fluctuating uses.

Having identified the set of abundant verbs requiring further analysis, the occurrence of their past participle forms are observed in four written *subcorpora* (*Recursos Linguísticos para o Português [Linguistic Resources for Portuguese]*) belonging to the *Corpus de Referência do Português Contemporâneo [Reference Corpus of Contemporary Portuguese]* (CLUL). The description of synchronous patterns of variation in these authentic *corpora* precedes the selection of the verbs that were then tested in the sample of 309 schoolchildren.

Given the assumption that the acquisition of regular forms and of irregular forms are distinctly unique processes (Paradis, 2004; Ullman, 2004), one of the aims of the present study is to determine to what extent this difference is reflected in the way schoolchildren in the second, fifth, seventh and tenth grades deal with double participial forms and the proven variation that exists in the input they are exposed to. In the data collected from this sample, it is further investigated whether there are particular features of verbs that favor particular patterns of variation.

The statistical analysis of data collected from this sample confirms that children and adolescents reproduce the participial variation in the compound tenses of the active voice recorded in adults, and that the distribution of competing forms according to different ages and levels of schooling is not uniform.

In addition, more years of education do not result in an overall increase of occurrences of the regular form – which would reveal the gradual application of the general and prescribed rule of syntactic distribution. Moreover, significant variation patterns are observed throughout the entire schooling process.

This research is also supplemented with information on how linguistic variation is integrated in pedagogical practices. Specifically, survey and interview data reveal variant language uses by Portuguese Language teachers and their overall tolerant attitudes towards the participial variants.

The diverse data set analyzed is the empirical basis of the proposed typology of participial variation patterns. Having identified, in this typology, the set of abundant verbs with a greater tendency for past participle variation, it was also possible to identify the conditions that favor the competition of variants: the similarity between participial forms of different verbs (promoting analogy); the coexistence of homonymous nouns resulting from the recategorisation of one of the participial forms, the lexical frequency of verbs and the conjugation to which they belong.





## ÍNDICE

1	Introdução.....	1
1.1	Particípio passado duplo enquanto área crítica da Língua Portuguesa: objeto e objetivos do trabalho .....	1
1.2	O particípio passado na investigação linguística .....	9
2	Normas em conflito .....	40
2.1	Norma(s) .....	42
2.2	Variação e mudança linguística .....	48
2.2.1	O caso das formas duplas .....	55
2.2.2	Variação na aquisição: origem de mudança linguística .....	66
2.2.3	A aquisição de formas participiais duplas .....	75
2.3	Escola, variação e difusão de variedade normativa .....	79
2.3.1	Escola: contacto com a variedade normativa .....	81
2.3.2	Escola: contacto com a variação .....	85
2.4	Percepções de prestígio e atitudes linguísticas .....	91
2.5	Conclusão.....	103
3	Particípio passado duplo: o discurso normativo gramatical e escolar e os usos efetivos em corpora autênticos.....	106
3.1	Gramáticas de “referência” do português europeu .....	107
3.1.1	Identificação e breve caracterização das gramáticas em análise .....	108
3.1.2	O tratamento do particípio passado em duas gramáticas de “referência”	
	111	
3.2	Gramáticas e manuais escolares .....	118
3.2.1	Gramáticas e manuais escolares analisados .....	118

3.2.2	Explicitação da distribuição sintática genérica das duas formas de participio passado.....	120
3.2.3	Listagem dos verbos abundantes .....	122
3.2.4	Peculiaridades do uso de determinados verbos contemplados na descrição.....	127
3.2.5	Conclusão.....	134
3.3	Ocorrências dos itens em análise em <i>subcorpora</i> do <i>Corpus de Referência do Português Contemporâneo</i> (CRPC – CLUL) .....	137
3.3.1	Escolha dos <i>corpora</i> a analisar .....	137
3.3.2	Breves questões metodológicas.....	139
3.3.3	Análise dos <i>corpora</i> : resultados parciais obtidos em cada <i>subcorpus</i> ... ..	142
3.3.4	Análise transversal dos <i>corpora</i> : resultados globais .....	150
3.3.5	Organização dos dados: construção de uma tipologia .....	158
4	Estudo Empírico .....	163
4.1	Recolha dos dados .....	164
4.1.1	Hipóteses e fundamentação.....	164
4.1.2	Inquérito .....	169
4.1.2.1	Seleção dos verbos a incluir no inquérito .....	169
4.1.2.2	Estrutura do inquérito .....	174
4.1.2.3	Protocolo .....	178
4.1.2.4	Amostra: critérios de seleção dos sujeitos e sua caracterização .	179
4.2	Resultados e discussão .....	183
4.2.1	Protocolo da análise dos dados.....	183
4.2.2	Análise por grupo de questões A, B e C.....	186
4.2.2.1	O comportamento do inquirido: análise por verbo e grupo de questões	197
4.2.3	Análise por ano de escolaridade .....	220

4.2.3.1	Resultados parciais (2º, 5º, 7º e 10º anos).....	221
4.2.3.2	Resultados globais: análise transversal .....	248
4.2.3.3	Conclusões .....	312
4.2.4	Análise da distribuição dos 9 tipos de resposta .....	318
4.2.4.1	Análise das ocorrências nulas: distribuição pelos anos de escolaridade.....	319
4.2.4.2	Análise das formas pseudoparticipiais .....	328
4.2.4.3	Verbos mais afetados por registos de hesitação.....	332
4.2.4.4	Conclusão.....	335
4.3	Discurso dos professores .....	337
4.3.1	Protocolo de recolha de dados.....	338
4.3.2	Resultados do inquérito .....	341
4.3.3	Resultados da entrevista .....	346
4.3.4	Conclusões .....	350
4.4	Análise comparativa das <i>normas</i> .....	353
4.4.1	Síntese global dos dados totais recolhidos em quatro <i>subcorpora</i> de RL (CRPC) e através de inquérito.....	354
4.4.2	Tipologia de usos das formas participiais dos 22 verbos testados .....	358
4.4.3	Considerações finais .....	380
5	Conclusão.....	385
6	Bibliografia .....	399





# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PARTICÍPIO PASSADO DUPLO ENQUANTO ÁREA CRÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA: OBJETO E OBJETIVOS DO TRABALHO

Todos os sistemas linguísticos<sup>1</sup> são estruturas dinâmicas que garantem um certo grau de unidade entre os seus falantes, sem que se coarte a capacidade criativa do ser humano na sua atividade comunicativa. Com efeito, sistematicidade e variação linguísticas complementam-se e ambas garantem que uma dada língua continue viva. Os sistemas linguísticos englobam, pois, variantes que, em certos momentos, se tornam concorrenciais, podendo conduzir a mudanças estruturais, que, por sua vez, resultam da eliminação de uma ou da integração de ambas as unidades linguísticas em competição.

As situações de concorrência entre variantes proporcionam, portanto, profícuos momentos para a observação direta do carácter dinâmico das línguas e a categoria do participio passado tem sido uma estrutura linguística persistentemente tocada por esse movimento. Se, já em Latim, o participio passado foi exemplo de variação morfológica – havendo determinados verbos que registavam uma forma participial regular e uma forma participial irregular –, em português essa possibilidade não só não se perdeu, como, no caso específico de alguns verbos, foi ainda revitalizada – *vide* subcapítulo 1.2. Efetivamente, alguns verbos que só dispunham, em Latim, de uma forma participial regular ou de uma forma participial irregular passaram a possuir duas formas, na evolução para o português, gerando assim mais casos de dupla morfologia<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Utilizamos a expressão *sistema linguístico* no sentido coseriano e não na aceção saussuriana. Coseriu (1967) define *sistema* como o conjunto heterogéneo de possibilidades, integrando nele, portanto, a noção de variação.

<sup>2</sup> A *dupla morfologia* pode ser gerada por dois tipos de processos distintos, designadamente processos (i) de formação de palavras e (ii) de flexão. De um modo ou de outro, um mesmo traço morfossintático está presente em mais do que uma forma.

O participípio passado constitui, então, um dos poucos casos de abundância morfológica na Língua Portuguesa, e, apesar de muitos linguistas defenderem o princípio de que a língua tende a manter viva apenas uma unidade para uma dada função, eliminando, assim, uma das formas redundantes<sup>3</sup>, a verdade é que o participípio passado tem mantido dupla morfologia ao longo dos séculos. De facto, no caso do participípio passado de muitos verbos abundantes (isto é, verbos que possuem mais de uma forma com esse valor), não houve ainda uma seleção da forma a eliminar.

A distinta distribuição das formas por diferentes contextos sintáticos seria condição que favoreceria a sobrevivência de ambas. E, efetivamente, os textos gramaticais da Língua Portuguesa registam, com modalizações, uma distribuição funcional das duplas formas participiais, o que asseguraria a necessidade das duas formas, que assim deixariam de ser redundantes (cf. Kroch, 1994; Lightfoot, 1999). Todavia, na realidade, a distribuição sintática das formas participiais não parece ser nem unívoca, isto é, de aplicação geral a todos os verbos abundantes, nem estável. Com efeito, para além de diferentes grupos de verbos apresentarem comportamentos distintos em cada um dos vários contextos de ocorrência do participípio – facto que é assinalado em alguns textos gramaticais, nomeadamente nos didáticos –, como veremos, um mesmo verbo regista usos participiais variantes num mesmo contexto. A própria variedade normativa não está bem definida na descrição codificatória no que concerne aos usos dos participípios duplos – *vide* subcapítulo 3.3.

É possível que, para esta situação de variação, contribua o carácter categorialmente ambíguo do participípio passado. De facto, a existência de propriedades

---

<sup>3</sup> Cf. o *Princípio de economia linguística* (Martinet, 1955); ou o *Blocking effect* (Kroch, 1994; Lightfoot, 1999). Mark Aronoff (1976: 43) é o criador do termo e do princípio morfológico de *Blocking effect*. Duarte (2010: 19) explica o princípio do seguinte modo: «perante formas concorrentes que exerçam as mesmas funções, o processo de mudança acaba por privilegiar uma delas e eliminar a outra». Cabrera (2002), ao traçar o percurso histórico do conceito de *economia linguística* ou *lei do mínimo esforço*, explica como a maior parte dos estudiosos que o aplicaram (como Jespersen, Hermann Paul e Martinet) se referiam a um falante descuidado que prefere usar a forma mais fácil por inércia, indolência ou incúria. Mas Cabrera não crê que esta leitura pejorativa do princípio seja adequada, defendendo antes que o falante tem de fazer uma seleção inteligente da forma que lhe garante uma maior rapidez na *emissão (síntese)* e na *interpretação (análise)* da mensagem (*automatização retroativa*). De acordo com Cabrera (2002: 30), «el principio de la automatización retroactiva, que exige al hablante la emisión más rápida posible que sea interpretable, es el motor de la economía lingüística, que es uno de los principios básicos del funcionamiento de las lenguas en todos y cada uno de sus aspectos constitutivos».

*Vide* desenvolvimento da aplicação do conceito às formas duplas e ao caso do participípio passado duplo em 2.2.1.



adjetivais e verbais numa mesma unidade linguística gera, entre linguistas e gramáticos, discussões sobre a sua categorização<sup>4</sup>.

A problemática categorial, tendo já suscitado diversos estudos e motivado opiniões diferenciadas, será apenas sumariamente exposta em 1.2. Já a descrição de usos variantes de formas participiais duplas carece de maior atenção, uma vez que são breves e esporádicas as referências de que são alvo tais formas na bibliografia especializada – *vide* 1.2 e 3.2. Dada a presumível tendência – sobretudo nos casos de certos verbos abundantes e em alguns contextos – para a substituição da **forma participial regular** pela **forma irregular**, parece configurar-se uma situação de **competição de normas** cuja **descrição** mais aturada importa empreender, não só pelo seu **interesse científico-descritivo**, como também pela sua **relevância nos planos do ensino e da aprendizagem do português** (ora como língua materna, ora como língua não materna).

De entre os diferentes contextos em que surge o participio passado, aquele em que o seu estatuto gramatical é mais consensual é o que diz respeito à sua participação na formação de tempos compostos: é unânime o reconhecimento, aí, da sua natureza verbal. Por conseguinte, pretendendo esclarecer a dimensão do uso e não desenvolver a problematização da descrição gramatical, o estudo que ambicionamos executar cingir-se-á aos contextos de tempos compostos da voz ativa, estrutura em que o participio surge precedido ou do verbo *ter* ou do verbo *haver*, cada um dos quais com claro estatuto de verbo auxiliar<sup>5</sup>.

O estatuto inequivocamente verbal do participio neste contexto sintático contribuiria, em princípio, para uma maior estabilidade no uso de uma das formas duplas; contudo, trata-se de um contexto em que o uso do participio passado sobressai como uma **área crítica da Língua Portuguesa**. A variação atestada no dia a

---

<sup>4</sup> Acresce a esta ambiguidade categorial (e à duplicidade morfológica) do participio passado, o facto de alguns contextos em que é usado não serem exclusivamente verbais nem univocamente adjetivais. A voz passiva com o verbo *ser* é um contexto verbal que apresenta, contudo, traços de concordância de género e de número típicos das construções adjetivais. Determinadas construções com o verbo *estar* e *ficar* são designadas por alguns de *passivas adjetivais* devido à sua relação com construções adjetivais. Apesar da possibilidade de distinguir estes dois contextos, para muitos verbos, a forma participial usada é a mesma.

<sup>5</sup> Na nossa investigação, não serão, portanto, analisadas ocorrências de uma construção de tipo predicativo em que também ocorre o verbo *ter*, mas que é distinta dos tempos compostos. Para uma distinção mais completa, veja-se o subcapítulo 1.2.

dia – inclusivamente ao registarmos atitudes de heterocorreção de alguns falantes do Português Europeu Contemporâneo (doravante PEC) – e apontada tanto por linguistas como por gramáticos constituiu a motivação principal para considerarmos dessa forma os usos do particípio passado duplo. Existe, na verdade, um conflito entre as convenções prescritivas – tal como transparecem na apresentação normativo-gramatical dos usos dos particípios duplos – e os usos efetivos dos falantes. A descrição dos usos do particípio passado atestados em *corpora* autênticos pode ainda ajudar a verificar se o fenómeno «se inscreve num lento processo de mutação linguística assumida por uma comunidade», ou se a variação existente é de tipo «avulso e efémero» (Peres e Mória, 1995: 14).

Peres e Mória consideram que determinadas estruturas linguísticas são *áreas críticas* da Língua Portuguesa por duas ordens de razões, a saber, «quer porque nelas se verificam movimentos de ruptura – em geral prenunciadores de mutações de norma – quer porque muito facilmente nelas se insinua o puro desvio, a sugerir a existência de dificuldades (novas ou não) por parte dos falantes» (1995: 16).

Sabendo que «o normal de hoje foi ruptura de ontem» (Peres e Mória, 1995: 41) e que «as normas linguísticas vão sendo lentamente moldadas pelas comunidades, não pelos especialistas da linguagem» (Peres e Mória, 1995: 13), pretendemos, à luz destas reflexões, descrever a variação sincrónica patente nos usos do particípio passado. Centrando-nos, então, num contexto sintático específico e seguindo uma metodologia de inspiração **sociolinguística**, poderemos, assim, analisar uma questão de Morfossintaxe de modo inovador.

Nesta análise será dada especial relevância à variável *ano de escolaridade*, no sentido de compreender o modo como se processa a aquisição e o desenvolvimento linguístico de fenómenos de variação.

Assim, importará, em primeiro lugar, verificar como o discurso normativo-gramatical se refere aos particípios duplos. Uma vez que um dos objetivos desta investigação reside na análise do **desenvolvimento linguístico** ao longo do percurso escolar, e dado que o sistema de ensino se apoia num conjunto de textos codificatórios e orientadores, depois de fazer uma análise do tratamento dado ao

particípio passado duplo nas **gramáticas de “referência”** do PEC<sup>6</sup>, procederemos ainda ao estudo de **gramáticas e de textos escolares**. Esta análise prévia dos textos normativos permitirá identificar os verbos considerados abundantes e que serão, posteriormente, objeto de estudo no contexto identificado.

A dimensão de uso será, depois, investigada pela descrição e análise das ocorrências dos particípios Passados de alguns verbos em *subcorpora* escritos do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (doravante, CRPC) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), denominado *Recursos Linguísticos para o Português* (RL)<sup>7</sup>, tais como as que se apresentam de seguida:

**J103** (J24503-146) «responsável adiantou que "este é um acto que viola o acórdão do tribunal, que **tinha entregue** a gestão do edifício à comissão gestora liquidatária na sequência do pedido de»

**J22** (J26234-55) «nacional dos sub-20, precisamente o mesmo cargo que Jesualdo Ferreira exerceu até **ter aceite** o convite para orientar o Alverca. Agora, os dois treinadores que já estiveram na»

CORPUS (J) JORNAL\_RL

Com tal procedimento, pretende-se obter uma visão mais precisa dos usos efetivos destas formas participiais por falantes/escreventes **adultos na atual sincronia** e, assim, determinar até que ponto coincidem e/ou divergem dos que se encontram prescritos pelos textos orientadores da “conduta linguística” dos falantes.

Será, então, o momento para atender ao objetivo, já referido, de **avaliar a distribuição das formas por falantes de diferentes idades e níveis de escolarização**, com vista a observar de que modo as crianças reagem à ambiguidade no *input*.

Assim, com base na análise numérica e estatística dos resultados obtidos através de um inquérito escrito administrado a uma amostra de alunos a frequentar os 2º, 5º, 7º e 10º anos de escolaridade – grupos sobre cujo comportamento linguístico não existem dados disponíveis –, tentar-se-á compreender os padrões de aquisição das variantes participiais ao longo do percurso escolar. O referido inquérito servirá não

---

<sup>6</sup> Vide subcapítulo 2.2 para uma definição do que tomamos como *gramática de “referência”*.

<sup>7</sup> Este *subcorpus* está disponível *on-line* através de um programa designado CONCOR, isto é, de consulta do *corpus*.

apenas para recolher dados de produção, mas igualmente para obter dados de avaliação metalinguística das formas concorrenciais. Assim se procurará observar e caracterizar o modo como crianças lidam com *input* ambíguo, isto é, com normas<sup>8</sup> em conflito, ao longo do seu processo de desenvolvimento linguístico.

Na realidade, o **desenvolvimento linguístico** em curso na população em idade escolar não tem sido objeto de investigação privilegiado no âmbito dos estudos sobre aquisição da linguagem. Uma vez que os dados recolhidos no período posterior à entrada na escola demonstrarão, em princípio, um ritmo menos acelerado do processo de aquisição e terão um menor impacto sobre as próprias teorias relativas à natureza da faculdade da linguagem, o estudo das fases mais precoces desse processo tem sido largamente preferido pelos investigadores. Para além disso, a aquisição e o desenvolvimento linguístico têm sido tratados numa perspetiva quase exclusivamente psicolinguística e, dentro desta, com forte influência da Linguística formal de matriz gerativa. Muito pouco se sabe sobre o modo como, ao longo do desenvolvimento linguístico, as crianças lidam com a variação linguística. A presente investigação é, então, um contributo para preencher este espaço, fornecendo dados sobre a produção e a avaliação subjetiva de usos participiais variantes, após a entrada da criança na escola.

Dito isto, não só atentaremos no modo como se processa a **aquisição de variantes concorrentes**, como ponderaremos a possibilidade de a variação no processo de aquisição linguística ser, como Lightfoot (1999) advoga, um dos fatores que está na origem da própria mudança linguística – *vide* 2.2.2. Com efeito, uma discrepância estatisticamente relevante<sup>9</sup> entre o *input* de diferentes crianças pode gerar a aquisição de normas distintas entre si, já que a indução das regras ou dos princípios subjacentes a esses *inputs* será, potencialmente, diversa. Em última análise, essa situação de variação pode gerar a mudança progressiva das normas.

É ainda de notar que estarão sob análise duas facetas distintas de aquisição linguística, já que dois processos maiores de processamento e armazenamento de informação intervêm na **aquisição de regularidades e de irregularidades**. *Memória*

---

<sup>8</sup> Na aceção coseriana do termo – *vide* 2.1.

<sup>9</sup> Segundo Henry (2002), há, por parte das crianças, uma noção estatística da distribuição das variantes linguísticas – *vide* 2.2.2.

*procedimental e memória declarativa* dão conta, respetivamente, das regularidades e das irregularidades linguísticas (cf. Ullman, 2004; Paradis, 2004), que se complementam no sentido de possibilitar um aproveitamento eficaz das capacidades da memória humana para a construção de um sistema linguístico, capaz de gerar uma comunicação competente. No caso concreto do participio passado, variação e dupla morfologia – a coexistência de forma regular e irregular – entrelaçam-se, de modo que, ao verificar como se processa a aquisição de variantes, estaremos, simultaneamente, a averiguar como o falante lida com regularidades e irregularidades linguísticas.

Outro fator interveniente no processo de mudança linguística e decisivo no destino das variantes em competição são as atitudes linguísticas dos falantes. No caso específico dos falantes em idade escolar, admite-se que as **atitudes** reveladas por **professores de Língua Portuguesa** assumirão um papel relevante no modo como a variação e cada variante em particular são recebidas. Para além da importância do papel da *escola* no estabelecimento do *contacto com a variedade normativa*, de particular interesse será observar de que modo a escola lida *com a variação* linguística e a integra nas suas práticas. Neste sentido, atender-se-á a informação obtida através de inquérito e de entrevista, relativa às *percepções de prestígio* que os professores transmitem aos alunos e às *atitudes linguísticas* que apresentam perante as variantes disponíveis. Para além disso, complementar-se-á, com tais dados, a descrição dos usos efetivos de falantes adultos do PEC.

Cumprido este percurso, poderemos, por fim, proceder a uma análise comparativa das *normas* – entendidas no sentido coseriano do termo. Reunidos e analisados todos estes dados provenientes de diferentes tipos de falantes do PEC (alguns ainda numa fase bastante ativa do seu desenvolvimento linguístico, outros já em fases de maior estabilização<sup>10</sup> e, entre estes, alguns que funcionam como “agentes reguladores”), procederemos ao estabelecimento de uma tipologia de usos do participio passado duplo no contexto sob investigação, que poderá orientar as práticas durante o processo de ensino-aprendizagem.

---

<sup>10</sup> Note-se que os dados recolhidos nos *corpora* do CLUL valem por si só. Na verdade, a comparação a que nos referimos aqui tem as suas limitações, já que estaremos perante dados recolhidos de diferentes modos; no entanto, a articulação e o confronto criteriosos do conjunto dos dados poderá fornecer-nos indicações de diversas vertentes do funcionamento do fenómeno em estudo.

Procuraremos avaliar se há propriedades – formais e/ou sociolinguísticas – comuns ao uso dos verbos mais atingidos pelo fenómeno da variação morfológica em estudo e, assim, movidos pelo «intuito de observar, descrever e explicar as regularidades e os fenómenos linguísticos no seu processo evolutivo» (Peres e Mória, 1995: 13), contribuir para a construção de uma gramática de usos do PEC. Antes, passaremos brevemente em revista as principais pesquisas linguísticas em que já se abordou o tema do participio passado, com especial destaque para as que tomaram por objeto privilegiado esta estrutura no PEC.

## 1.2 O PARTICÍPIO PASSADO NA INVESTIGAÇÃO LINGUÍSTICA

A categoria de participio passado foi já objeto de múltiplas pesquisas, que incidem sobre propriedades diversas (morfológicas, sintáticas e semânticas) do seu funcionamento sincrónico, bem como sobre aspetos relativos à respetiva diacronia. Daremos aqui conta das questões fundamentais já tratadas pelos especialistas.

O participio passado é, a par do Gerúndio e do Infinitivo Impessoal, uma das formas ditas *nominais* do verbo, sendo *nominal* aqui entendido no sentido lato, isto é, compreendendo a classe dos substantivos e a dos adjetivos. Trata-se, assim, de uma estrutura híbrida, na medida em que «acumula as características de verbo com as de adjectivo» (Cunha e Cintra, 1995: 480).

Do ponto de vista da sua estrutura morfológica, o participio passado **regular** é formado a partir do tema verbal do passado (Cunha e Cintra, 1995: 389; Villalva, 2003), ao qual se agrega o sufixo flexional *-do*<sup>11</sup>. Na primeira e na terceira conjugações, as vogais temáticas são *-a* e *-i*, respetivamente. Já a vogal temática da segunda conjugação, *-e*, «por influência da vogal temática da terceira, passou a *-i*» (Cunha e Cintra, 1995: 392)<sup>12</sup>. Estas formas regulares são arrizotónicas, já que, nelas, a vogal tónica recai sobre outro constituinte que não o radical. Neste caso específico, a vogal tónica coincide com a vogal temática.

Relativamente à estrutura morfológica **irregular**, registam-se, basicamente, dois tipos de formação: (i) a um **radical irregular** segue-se o constituinte *-o/ -a*<sup>13</sup> que especifica a classe morfológica do radical (*aberto, feito, preso, morto*<sup>14</sup>); (ii) o **radical verbal de Infinitivo** é acompanhado do constituinte temático<sup>15</sup> (*-o/ -a/ -e*<sup>16</sup>), como em

<sup>11</sup> O constituinte *-do* é usado em construções em que o participio é invariável, mas, em usos adjetivais e passivos, admite a concordância em género e número (*-do, -dos, -da, -das*).

<sup>12</sup> *Canta-r > canta-do; vende-r > vendi-do; parti-r > parti-do. Vide também Villalva, 2003: 934 e 937.*

<sup>13</sup> Assim como acontece com o sufixo flexional *-do* na forma regular, também na forma irregular o constituinte *-o* surge em construções não variáveis enquanto que, em usos adjetivais e passivos, admite concordância em género e número (*-o, -os, -a, -as*). Como veremos já de seguida, há ainda o caso das formas irregulares cujo marcador de classe é uniforme no que concerne ao género (*aceite, entregue*).

<sup>14</sup> *Morto* é participio irregular de *morrer*, por formação, e de *matar*, por analogia (cf. Cunha e Cintra, 1995: 442).

<sup>15</sup> Utilizamos a expressão *constituente temático* com o sentido que surge na definição do Dicionário Terminológico (DT) da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC): «sufixo que

*pago* e *entregue*. Deste modo, as formas irregulares são todas **rizotónicas** ou **fortes**, por a sua vogal tónica pertencer ao radical. É importante referir que as formas fortes do tipo descrito em (ii) são designadas por alguns autores como **participios truncados** (Williams, 1961: 190). Esta designação deve-se ao facto de o **radical verbal não apresentar qualquer irregularidade** e de estar apenas acompanhado do constituinte temático (-o/-a/-e) (ex.<sup>o</sup>: *pago, limpo, salvo, isento, fixo, assente, entregue, aceite, encarregue*). Os participios truncados surgem, normalmente, em verbos da 1ª conjugação<sup>17</sup>. Note-se que, em casos como (i) *aberto, feito, morto* e *preso*, ainda que a estrutura morfológica contenha, igualmente, um radical e um constituinte temático, estas formas participiais fortes possuem um **radical que não corresponde ao de Infinitivo**, razão pela qual não são, normalmente, identificadas como participios truncados.

No presente momento sincrónico, há (i) verbos que têm apenas uma forma regular de participío passado (por exemplo, *preocupar: preocupado; aborrecer: aborrecido; pedir: pedido*), assim como (ii) há os que têm apenas uma forma irregular de participío passado, tal como acontece com os verbos *dizer (dito), fazer (feito), escrever (escrito), vir (vindo)*. Existem ainda (iii) verbos, denominados *abundantes*, que apresentam uma forma regular e uma forma irregular do participío (por exemplo, *aceitar: aceitado e aceite; eleger: elegido e eleito; imprimir: imprimido e impresso*).

Designaremos como **formas participiais duplas** os participios de verbos designados *abundantes*, por terem duas formas coexistentes de participío passado, uma **forma regular, arrizotónica ou fraca**, e uma **forma irregular**, também denominada forma **forte ou rizotónica**.

---

especifica a classe morfológica a que um dado radical pertence. O constituinte temático dos adjectivos e dos nomes chama-se índice temático; o constituinte temático dos verbos chama-se vogal temática».

<sup>16</sup> Segundo Piel (1988: 238-239), o uso deste último constituinte -e, como em *entregue*, poderá ser fruto de influência de adjectivos em -e, como *firme* e *livre*. Tal como estes adjectivos, a forma participial que possui este constituinte temático é também uniforme quanto ao género.

Quanto aos restantes participios irregulares deste segundo tipo (como *pagar* → *pago*), como veremos em 1.2, Barros (2002: 54-55) e Williams (1961: 190) consideram que foram criados por analogia com casos como *frito* → *fritar*, em que o verbo da 1ª conjugação teve origem numa forma latina participial forte de um outro verbo.

<sup>17</sup> Barros (2002: 60) explica que «na verdade, o fenómeno do truncamento visto numa perspectiva ampla inclui a maioria das formas fortes dos verbos da 1ª conjugação. Abstraindo da origem que justifica a terminação curta de cada forma, são sentidas como truncadas todas as que não contrapõem -ado a -ar e mantêm intacto o tema verbal, perdendo apenas a vogal temática e a terminação do infinitivo».



Ainda no âmbito dos estudos sobre o funcionamento **sincrónico** das formas participiais, damos agora conta da abordagem **morfossintática** de Alina Villalva (2009) que distingue três tipos de participio: (i) o *participio pasado*, que é uma forma flexionada usada em tempos verbais compostos e que não apresenta restrições de seleção, nem categorial, nem semântica (Villalva, 2009: 3); (ii) o *participio passivo* e (iii) o *participio predicativo*, que são ambos gerados «derivacionalmente por processos distintos, dado que impõem diferentes restrições às suas bases e geram formas com diferentes propriedades inerentes e seleccionais» (Villalva, 2009: 2)<sup>18</sup>. Enquanto a formação do participio passivo seleciona verbos transitivos diretos, verbos ditransitivos e verbos transitivos de três lugares (Villalva, 2009: 3)<sup>19</sup>, a formação do participio predicativo acrescenta aos três tipos de verbos identificados para o passivo<sup>20</sup> os verbos inacusativos (Villalva, 2009: 6)<sup>21</sup>. Para além destas restrições, a linguista regista ainda casos particulares em que o papel temático dos argumentos do verbo é determinante para a formação dos participios passivos<sup>22</sup> e conclui, pois, que «a análise morfológica das formas participiais que ocorrem na construção dos tempos

<sup>18</sup> Também Brito e Duarte (1989: 223) consideram que as duas formas de participio pasado são fornecidas pela combinação de dois mecanismos, sendo a forma regular formada flexionalmente, ao passo que a forma irregular é formada derivacionalmente. *Vide* ainda 2.2.1.

<sup>19</sup> Os exemplos apresentados (Villalva, 2009: 3) são os que se seguem:

- (i) Verbo transitivo direto: O professor avaliou os alunos. Os alunos foram avaliados pelo professor.
- (ii) Verbo ditransitivo: O professor encomendou este trabalho suplementar aos alunos. Este trabalho suplementar foi encomendado aos alunos pelo professor.
- (iii) Verbo transitivo de três lugares: O professor distribuiu os testes pelos alunos. Os testes foram distribuídos aos alunos pelo professor.

<sup>20</sup> Villalva (2009: 6) esclarece, no entanto, que nem todos os verbos transitivos diretos permitem a formação de participios predicativos. Veja-se um dos exemplos dado pela linguista:

- (i) A biblioteca possui esse livro. \* Esse livro está possuído pela biblioteca.

Segundo Villalva (2009: 7), nestes casos, não é a estrutura temática do verbo a impedir ou permitir a formação do participio predicativo, mas antes a natureza aspetual do verbo. Assim, «os verbos que admitem a formação de participios predicativos são obrigatoriamente verbos que descrevem situações dinâmicas (ou seja, são verbos não estativos), que permitem o surgimento de um estado resultante».

<sup>21</sup> Villalva (2009: 4) define verbos *inacusativos* como os que seleccionam um argumento interno, que pode ocupar a posição de sujeito. O exemplo fornecido é o seguinte:

- (i) O professor desmaiou. O professor está desmaiado.

<sup>22</sup> Perante casos como (i) em que o facto de o sujeito (*biblioteca*) do verbo apresentar a função de *tema* impede a formação do participio passivo, Villalva (2009: 5) conclui que «a formação de participios passivos só ocorre a partir de temas verbais de verbos que seleccionam um argumento externo agentivo (ao qual pode ser atribuída a função temática de agente, fonte ou experienciador) e um argumento interno nominal que não pode ter uma natureza agentiva e ao qual é tipicamente atribuída a função de tema». O caso de (ii) já é diferente, uma vez que o verbo *encomendar* seleciona um sujeito agentivo.

- (i) A biblioteca possui esse livro. \* Esse livro é possuído pela biblioteca.
- (ii) A biblioteca encomendou esse livro. Esse livro foi encomendado pela biblioteca.

Para uma tipologia de papéis semânticos, *vide* Mateus (2003: capítulo 7).

compostos, em frases passivas (com o auxiliar *ser*) e em estruturas predicativas (com *estar* ou *ficar*) mostra com clareza que se trata de três unidades lexicais distintas, geradas por processos morfológicos distintos e independentemente especificadas, quer no que diz respeito à categoria a que pertencem quer quanto à sua interpretação» (Villalva, 2009: 8).

As diferenças registadas na análise morfológica têm relação direta com as distinções sintáticas e semânticas entre os contextos em que ocorre o participio passado. Anabela Marques Barreiro (1998) estabeleceu, precisamente, uma tipologia dos contextos de ocorrência do participio passado do português europeu, identificando as respetivas propriedades sintático-semânticas<sup>23</sup>.

Entre as construções em que o participio passado surge em estruturas de cariz marcadamente adjetival, Barreiro identificou as construções atributivas, predicativas e participiais absolutas. Barreiro (1998: 21) considera que, em construções atributivas (1) e predicativas (2), o participio passado desempenha «funções semelhantes às do adjetivo» e, «nos casos em que construção participial absoluta pode ser omitida sem afectar a aceitabilidade da frase» (Barreiro, 1998: 19), sintaticamente há similitudes com as estruturas apositivas (3).

(1) *Os atletas cansados* ficaram para trás (Barreiro, 1998: 22)

(2) *A pressão exercida pelos líquidos* aumenta com a profundidade (Barreiro, 1998: 20)<sup>24</sup>

(3) *Assinado o Tratado de Tordesilhas*, o monarca inicia a organização da armada destinada à descoberta do caminho marítimo para a Índia (Barreiro, 1998: 23)

Já no âmbito das construções com verbos auxiliares, a investigadora separou as estruturas de tempos compostos, com os auxiliares *ter* e *haver* (4), das orações

---

<sup>23</sup> Como a investigação de Barreiro (1998) segue uma orientação sobretudo semântica, a autora dedica um capítulo a questões temporo-aspetuais, adotando nesse estudo a perspectiva de Culioli, no quadro da teoria enunciativa. A partir da análise de uma parte do «*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*» (CRPC – CLUL), Barreiro classificou os diferentes tipos de construções participiais, identificando e analisando os contextos de ocorrência dessa estrutura, e propôs uma metodologia para o estudo dos participios passados em *corpora* autênticos.

<sup>24</sup> Barreiro (1998: 20) refere-se a este tipo de estruturas em que o participio surge integrado num SN como «construções predicativas com características próprias, designadas construções passivas».

passivas, com *ser*, *estar* e *ficar* (5), e das construções resultativas – com *estar* e *ficar* (6)<sup>25</sup>.

(4) O número de habitantes *tem aumentado* muito lentamente, na última década (Barreiro, 1998: 21)

(5) A ilha *foi descoberta* por portugueses (Barreiro, 1998: 30)

(6) Os livros *ficaram pagos* (Barreiro, 1998: 32)

As várias construções em que surge o participio passado elencadas por Anabela Barreiro e brevemente referidas acima foram já objeto de diferentes tipos de investigação, sobretudo nas áreas da **Semântica** e da **Sintaxe**.

Ana Lúcia Santos (1999a) centrou a sua investigação no estudo de construções de **participio absoluto** – constituídas por uma forma participial e por um argumento interno realizado – e procedeu à sua caracterização **sintática**. Santos (1999a: 127; 130; 144) excluiu da sua definição de participio absoluto<sup>26</sup> algumas construções nas quais ocorre *apenas* a forma participial e em que a interpretação é *predicativa* e não *eventiva*, precisamente com o intuito de distinguir entre casos em que o comportamento sintático e semântico das construções participiais não é idêntico<sup>27</sup>. A autora demonstra em que medida aquelas construções em que o argumento interno não acompanha o participio passado são ambíguas aos níveis sintático e semântico (7).

(7) «Salteadas, as batatas começaram a secar» (Santos, 1999a: 130)

---

<sup>25</sup> Note-se que nem todos consideram *ser*, *estar* e *ficar* verbos auxiliares. Por exemplo, Colaço e Gonçalves (1991) consideram que *ser* não é auxiliar nem na passiva nem em construção predicativa.

<sup>26</sup> Enquanto A. L. Santos (2000: 348) define participio absoluto como «uma participial adjunta» com argumento interno realizado e «leitura perfectiva», Barreiro (1998: 19) considera serem construções participiais absolutas aquelas em que ocorre «uma forma de participio passado geralmente (mas nem sempre) seguida de um constituinte nominal». Assim, para Barreiro, as orações assinaladas nas duas frases que se seguem constituem participios absolutos:

(i) [*Concluídos os exames*], fomos de férias (Barreiro, 1998: 25)

(ii) [*Visitado diariamente por uma multidão de pessoas*], o centro da cidade torna-se uma área muito procurada e de grande agitação (Barreiro, 1998: 23)

Ana Lúcia Santos (1999) opta, por seu turno, por não considerar deste tipo os casos como (ii) em que não está realizado o constituinte nominal, ou seja, o argumento interno do verbo.

<sup>27</sup> Na verdade, Santos (1999a: 144) refere-se igualmente a alguns casos em que, apesar de o argumento interno se apresentar realizado, há uma relação de predicação secundária, desempenhando, o participio, a função sintática de modificador de nome atributivo ou modificador de nome predicativo – cf. nomenclatura presente no Dicionário Terminológico (DT) da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC). Estes casos apresentam a ordem *argumento interno + participio*, pelo que são facilmente identificados, como no exemplo: «Saiu de casa em fúria, os cabelos despenteados» (Santos, 1999a: 144).

- (a) Interpretação predicativa  
‘Estando salteadas, ...’
- (b) Interpretação eventiva, perfectiva  
‘Depois de salteadas, ...’
- (b’) Interpretação eventiva, não perfectiva  
‘Estando a ser salteadas, ...’

Se, em construções participiais adjuntas com o argumento interno realizado, a leitura é sempre eventiva (8 e 9), sem o argumento interno expresso é possível uma leitura predicativa (7a). Nestes casos, a expressão de um ‘estado’ acompanha um comportamento tipicamente adjetival do participio, funcionando este como aposto (Santos, 1999a e 2000).

Santos decidiu, então, centrar a sua investigação em casos como (8) e (9), que apresentam uma leitura eventiva perfectiva – não sendo possível a interpretação predicativa – e em que só ocorrem verbos que selecionam argumento interno, isto é, verbos transitivos (8) e verbos inacusativos (9).

- (8) Descoberto o assassino, a população respirou de alívio. (Santos, 1999a: 31)
- (9) Desaparecida a causa, cessam os efeitos. (Santos, 1999a: 8)

Uma vez que não examinou a construção participial absoluta apenas na Língua Portuguesa, Ana Lúcia Santos pôde ainda assinalar alguns contrastes entre várias línguas românicas, nomeadamente francês, castelhano, catalão e italiano<sup>28</sup>. Assim, concluiu que, na maior parte das línguas estudadas, o valor do participio absoluto é sempre passivo<sup>29</sup>, ainda que, em italiano, alguns informantes admitam um participio

---

<sup>28</sup> Nalguns casos, Santos (1999a) apresenta ainda dados de línguas germânicas, nomeadamente do inglês e do neerlandês.

<sup>29</sup> No caso de verbos transitivos e ergativos, o nome que acompanha a forma participial corresponde ao objeto direto, surgindo, contudo, com o caso nominativo (Santos, 1999a: 75). No caso dos verbos inacusativos, é o sujeito que acompanha o participio – *vide* exemplos 8 e 9 acima. Um dos testes identificados pelos linguistas para distinguir verbos inacusativos de verbos inergativos – os verdadeiros intransitivos – consiste precisamente na verificação da possibilidade de o sujeito ser integrado em participiais absolutas, o que só acontece com verbos inacusativos (Santos, 1999a:24; Duarte, 2003: 509-510; para uma definição de verbo inacusativo, *vide* Levin e Rappaport Hovav, 1995: 2-3). Sobre a relação entre a transitividade dos verbos e as restrições ao tipo de predicado que pode ocorrer no participio absoluto, leiam-se sobretudo as páginas 24-28 de Santos, 1999a.

absoluto com sentido ativo<sup>30</sup>. Para além disso, Santos (1999a e 1999b) registou ainda um contraste na ordem das palavras entre línguas que apresentam sujeito nulo e línguas de sujeito expesso. Deste modo, apurou que, nas línguas que não admitem sujeito nulo, como o francês, o inglês e o neerlandês, só a ordem *argumento interno + participio* é aceite, ao passo que, nas línguas de sujeito nulo, a ordem mais comum é a oposta: *participio + argumento interno*. Apesar desta tendência, em português, na presença do marcador aspetual *uma vez* – que garante a leitura perfeita (Santos, 1999a: 140) –, é igualmente permitida a ordem inversa<sup>31</sup>.

(10) Uma vez a casa construída, o João apressou a mudança. (Santos, 1999a: 50)

Note-se que, em todas estas construções de participio absoluto estudadas por Ana Lúcia Santos, o participio passado é variável, na medida em que concorda, em número e género, com o seu argumento interno de natureza nominal.

É igualmente o participio variável que encontramos na maior parte dos restantes contextos em que esta forma surge – sendo os tempos verbais compostos da voz ativa os únicos em que ocorre uma forma participial invariável; no entanto, esses vários contextos em que se regista o participio variável não perfazem um conjunto homogéneo de construções, diferenciando-se, nomeadamente, através do predomínio, ora do carácter verbal, ora do teor adjetival, das construções em causa e do próprio participio.

Assim, enquanto alguns autores tratam questões teóricas tão problemáticas quanto, por exemplo, a semântica das predicções com *ser* e *estar* (Cunha e Ferreira, 2004; Leborans, 1999), outros linguistas procedem a uma comparação entre as estruturas argumentais das construções passivas com *ser* e das construções predicativas com *ser* (Gonçalves e Colaço, 1991<sup>32</sup>), e outros ainda analisam a

<sup>30</sup> Para além de a língua italiana admitir participiais encabeçadas por verbos inergativos – o que não acontece nas outras línguas estudadas por Santos –, mesmo as participiais com verbos transitivos e ergativos em italiano apresentam características distintivas em relação às outras línguas. Santos (1999a: 123) conclui que esta leitura ativa do participio absoluto em italiano se deve a «um relaxamento da restrição de perfectividade sobre o participio absoluto».

<sup>31</sup> Vide novamente a nota 27 e também Brito, 2003: 727-728. Santos (1999a) afirma serem aspetos de cariz discursivo a motivar a possibilidade da ordem *argumento interno + participio*.

<sup>32</sup> Gonçalves e Colaço (1991) propõem a existência de uma estrutura argumental idêntica para as estruturas predicativa e passiva com *ser*. Segundo estas linguistas, ambas as construções são compostas por sujeito, seguido do verbo *ser* e de uma forma participial ou de um adjetivo. Em ambos os casos, Gonçalves e Colaço consideram que o verbo *ser* não é auxiliar.

semelhança sintática entre as estruturas passivas e atributivas (*vide* Bosque, 1999: 285) ou, por outras palavras, descrevem as características adjetivais das construções passivas (Bosque e Demonte, 1999). Portanto, mais uma vez, é a oscilação entre características verbais e particularidades adjetivais do particípio passado que subjaz a estas reflexões.

Nos estudos referidos não existe menção ao caso dos verbos com dupla forma participial; porém, Inês Duarte e Fátima Oliveira (2010) fazem algumas breves referências a essa situação, recorrendo inclusivamente a verbos deste tipo nos seus exemplos. Trata-se de um estudo da área da Semântica, em que as linguistas concluem ser adequada ao português a tipologia de participípios proposta por Embick (2004)<sup>33</sup>. Duarte e Oliveira (2010) distinguem, então, três tipos de participípios, (i) os eventivos, (ii) os resultativos e (iii) os estativos, demonstrando a «relevância das classes aspectuais básicas de predicções no comportamento dos três tipos de participípios» (Duarte e Oliveira, 2010: 404). Exemplifiquemos com o caso do verbo *corrigir*, cujo particípio estativo corresponde à forma irregular, recategorizada como adjetivo<sup>34</sup>.

(11) a) O exemplo *foi corrigido* por um falante nativo.

b) O exemplo *ficou corrigido* (depois de ter sido revisto).

c) O exemplo *está correto* (Duarte e Oliveira, 2010: 401)

Assim, na alínea a) de 11, encontramos uma passiva verbal, em que surge um particípio *eventivo*; em 11b), regista-se um particípio *resultativo* numa frase copulativa com o verbo *ficar* e, em 11c) o particípio *estativo* ocorre numa copulativa com *estar*.

Contudo, estes três tipos de particípio podem ocorrer noutras construções, com outros verbos. Deste modo, ainda que a frase 11b') contenha o verbo *estar*, não

---

<sup>33</sup> Embick, D. (2004) «On the Structure of Resultative Predicates in English». In *Linguistic Inquiry*, 35(3), p. 355-92.

<sup>34</sup> *Recategorização* designa o fenómeno a que no *Dicionário de Termos Linguísticos* – do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) – se dá o nome de *derivação imprópria*, *derivação zero* ou *conversão*, que é definido como o «processo derivacional de formação de palavras, segundo o qual uma unidade passa a pertencer a uma nova classe de palavras sem que se verifique a adunção de um afixo. Exemplo: olhar (verbo) → olhar (nome)». Casteleiro (1981) usa o termo *derivação sintática* para nomear este mesmo fenómeno. Rainer (1999: 4608), por exemplo, usa ainda outros termos: *conversão* ou *derivação de sufixo zero*. Nunes da Silva (1998: 90) fala, a este propósito, em *lexicalização* do particípio.

se trata de uma frase estativa, mas antes resultativa<sup>35</sup>, razão pela qual apresenta a forma participial regular.

(11) b') O exemplo (já) *está corrigido* (Duarte e Oliveira, 2010: 401)

De modo semelhante, também 11c') não corresponde a uma construção passiva, mas estativa<sup>36</sup>, contendo a forma participial irregular, que, no caso do verbo *corrigir*, é a forma estativa.

(11) c') O exemplo *é correto* (Duarte e Oliveira, 2010: 403)

Os três tipos de particípio parecem, portanto, fáceis de identificar quando os verbos são abundantes, mas se, no caso do verbo *corrigir*, a forma irregular é estativa, e a forma regular é eventiva e resultativa, para outros verbos poderá não ser esta a correspondência. Ainda que as autoras não deem exemplos disso, segundo Duarte e Oliveira (2010: 406), «nos verbos com particípios duplos, a especificação das formas irregulares e regulares como eventivas, resultativas ou estativas não é homogênea, dependendo de factores históricos e da frequência dos verbos».

Relativamente às construções em que o particípio passado co-ocorre com um verbo auxiliar, *ter* ou *haver*, e mais especificamente às que correspondem aos **tempos compostos dos verbos**, há alguns estudos dedicados à exploração dos valores semânticos de cada um desses tempos, como acontece em Silva (1998), em Peres

<sup>35</sup> Duarte e Oliveira (2010: 407) consideram que «a caracterização aspectual dos particípios resultativos e estativos está relacionada com a selecção do tempo verbal. Assim, os particípios resultativos constroem-se geralmente com o pretérito perfeito, porque o operador resultativo típico *ficar* marca a transição do evento para o estado resultante e este tempo, em português, marca exactamente essa transição pela informação terminativa que veicula. Pelo contrário, os particípios estativos ocorrem tipicamente no presente, por não haver nenhuma transição e este tempo não marcar qualquer limite; quando ocorrem no pretérito perfeito, assume-se que o estado está terminado, pelo que funcionam neste caso como os adjectivos em frases copulativas. A diferença entre particípios resultativos e estativos em frases com o pretérito perfeito fica patente através da possibilidade de ocorrência de um localizador temporal pontual naqueles e não nestes». O exemplo dado é o seguinte:

«a. A cidade ficou destruída no dia 10 de Janeiro, às 10 horas.

b.\* A cidade esteve destruída no dia 10 de Janeiro, às 10 horas»

O caso de (11b') é de uma frase resultativa cujo verbo *estar* figura no presente que Duarte e Oliveira (2010: 401) apresentam em nota, mas que não exploram.

<sup>36</sup> Duarte e Oliveira (2010: 403) explicam esta frase do seguinte modo: «em frases copulativas, com verbos não estativos que têm particípios duplos, o verbo copulativo *ser* apenas se pode combinar com as formas irregulares, recategorizadas como adjectivos, e que correspondem a particípios estativos».

(1995a; 1995b)<sup>37</sup> e em Sten (1973). Boléo (1936) dedicou-se, em particular, ao Pretérito Perfeito composto, evidenciando a oposição semântico-funcional entre esta forma e o Pretérito Perfeito simples. No entanto, nenhum destes estudos, dado o seu enfoque específico, se centra, concretamente, na problemática constituída pela existência de participios duplos.

Outros trabalhos, mormente os de Colaço e Gonçalves (1995), Smith (1995), Costa (1976) e, novamente, Boléo (1936) (e também Barreiro, 1998, Oliveira, 2002 e, para o espanhol, Harre, 1991), exploram **usos variáveis do participio passado** decorrentes da sua concordância em número e género com estruturas nominais em certas construções sintáticas. Os autores elencados referem-se, nomeadamente, a estruturas em que o verbo *ter* é seguido do participio passado na sua forma variável<sup>38</sup>.

Albano Dias Costa (1976), por exemplo, num artigo em que aborda as diferentes expressões verbais perifrásticas em português, analisa vários tipos de sintagmas em que há uma forma participial a acompanhar um verbo. Ao refletir sobre as propriedades verbais e adjetivais<sup>39</sup> do participio, Costa (1976: 196-212) distingue

---

<sup>37</sup> Peres (1995b) analisou construções verbais perfectivas do Indicativo, isto é, frases com os seguintes tempos verbais compostos: Pretérito Mais-que-Perfeito, Pretérito Perfeito e Futuro. João Andrade Peres aplicou, com ligeiras modificações, o sistema de tratamento de tempo proposto por Hans Kamp e Uwe Reyle (1993, *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer), que desenvolveram a noção de aspeto temporal. Entre as propostas para uma revisão do modelo de Kamp e Reyle (1993), Peres (1995a: 30; 1995b: 14) defende que, tanto em construções absolutas participiais como em concessivas e noutras em que o participio surge integrado em tempos compostos, o participio passado «estabelece um valor temporal relacional» de *anterioridade* ou de *perfectividade* (Peres, 1995b: 14). Tendo observado, em várias línguas romance, construções compostas com a forma do verbo auxiliar no Presente seguida do participio passado, Peres (1995a: 27) concluiu que, em espanhol e em português, se manteve de modo mais rigoroso o uso perfectivo especializado para as formas compostas. Diversamente, noutras línguas, a referida forma composta aproximou-se da forma simples de passado. Peres exemplifica com os casos francês e italiano: «In French, for instance, the “*passé composé*” – with auxiliary *avoir* – has overridden the “*passé simple*”, which has nowadays a restricted use. In Italian, the compound form – in general with auxiliary *avere*, and in some cases with *essere* – has specialized into a “*passato prossimo*” (a close past), with both stative and non-stative predicates, and the simple form into a “*passato remoto*” (a remote past)».

<sup>38</sup> Se, relativamente aos estudos sobre tempos verbais compostos, os linguistas não se referem aos verbos abundantes, na abordagem destas construções de tipo predicativo, alguns autores referem o caso dos verbos com dupla forma participial, usando até esse aspeto para distinguir os dois tipos de construção, como veremos.

Embora a nossa investigação não tenha as construções predicativas no seu escopo, desenvolvemos um pouco mais a sua caracterização neste capítulo respeitante ao estado da arte, com o intuito de deixar já clarificadas as distinções entre estas estruturas e as de tempos compostos, que, estas sim, constituirão o nosso contexto de estudo.

<sup>39</sup> Costa é apenas um dos autores que refere a relação entre o participio e o adjetivo, sobre a qual refletiremos ainda neste subcapítulo. Segundo este autor, em estruturas como (12) e (13) que



entre (i) as construções de tempos compostos, com os auxiliares *ter* e *haver*, e da voz passiva com o verbo auxiliar *ser* – em que o particípio retém o seu carácter verbal – das (ii) restantes estruturas perifrásticas em que o particípio «tends to take on the nominal character of the adjective» (Costa, 1976: 197). Entre estas últimas, Costa identifica, a par de outras, uma construção em que ao verbo *ter* se segue o particípio morfológicamente variável e em que o sentido pode ser o de valor aspetual resultativo<sup>40</sup> (12) ou o de estado (13).

(12) Tenho a lição estudada (Costa, 1976: 211)

(13) Tinha a casa desabitada – cf. *A casa estava desabitada* (Costa, 1976: 212)

Também Colaço e Gonçalves (1995) – adotando a teoria chomskiana da Regência e da Ligação – refletem sobre estruturas em que o verbo *ter* é seguido de um objeto direto e de um particípio passado variável (14)<sup>41</sup>.

(14) «O João tem **esses romances lidos**» (Colaço e Gonçalves, 1995: 119)

---

apresentamos mais à frente, a ênfase é colocada no *estado resultante* e, por conseguinte, as características adjetivais desta estrutura sobressaem. Quando se incide sobre a *atividade*, como acontece nos tempos compostos, são as propriedades verbais do particípio que são enfatizadas.

<sup>40</sup> Costa (1976: 211) define o valor *aspetual resultativo* nos seguintes termos: «the result of a past action is shown in the present».

<sup>41</sup> Boléo (1936: 151-156) também refere construções deste tipo, com o verbo *ter* no Presente do Indicativo seguido de um objeto direto e de uma forma variável do particípio Passado. Boléo designa estas construções de *falsos perfeitos compostos* e de *perfeitos compostos impropriamente ditos*, em que o sentido fundamental de posse do verbo *ter* é conservado e em que não há um significado de passado, mas de presente – de modo diverso do que acontece nas estruturas de tempos compostos de Pretérito Perfeito. A concordância do particípio em género e número com o objeto direto é outra das características destas estruturas, em que, segundo o autor, não é a *ação* que se pretende salientar, mas antes o seu *resultado*.

Nunes da Silva, integrando-se no quadro teórico funcionalista, aborda a diacronia destas construções e explica como, em seu entender, devem ser compreendidas em sincronia: «numa perspectiva sincrónica, são frequentes os contextos em que é possível o aparecimento não só dos sintagmas verbais do tipo de *tem amado* mas também das sequências sintagma verbal + adjectivo (incluindo aquele o monema verbal *ter* e correspondendo este ao que a gramática tradicional designou por particípio passado); numa perspectiva diacrónica, terá sido a evolução semântica dos sintagmas que proporcionou uma oposição funcional entre os tipos *as coisas que tenho feito* e *as coisas que tenho feitas*. Ou seja, verificou-se o fenómeno inverso à gramaticalização: a lexicalização de parte do sintagma verbal, nomeadamente a parte correspondente ao que a gramática tradicional designa por particípio passado (e que, na sincronia actual, concebemos como adjectivo) nos contextos em que se verifica concordância. Sincronicamente, o adjectivo, uma vez que determina o substantivo, concorda, naturalmente, com este último» (Silva, 1998: 90). Para uma análise dos exemplos de Boléo, vide Silva, 1998: 88-97.

Segundo as autoras, nas construções que elegem como objeto da sua investigação há uma relação de predicação entre o sintagma nominal (NP) que exerce a função de objeto direto e o participío, tal como existe entre objeto direto e predicativo de objeto direto em (15). Assim, reconhecem propriedades de *oração pequena*<sup>42</sup> neste tipo de estruturas.

(15) O João acha as crianças inteligentes (Colaço e Gonçalves, 1995: 121)

Ao comprovar que o complemento do verbo *ter* em frases como (14) constitui uma *oração pequena*, Colaço e Gonçalves apontam o facto de, neste tipo de construções, ser possível que o predicador tenha natureza adjetival (16) ou até preposicional (17), tal como acontece em estruturas como a de (15).

(16) Esta loja tem os livros *baratos*

(17) O João tem a casa *com escritos* (Colaço e Gonçalves, 1995: 123)

De acordo com Colaço e Gonçalves (1995), o verbo *ter*, em construções como (14), não corresponde ao auxiliar dos tempos compostos<sup>43</sup>. De facto, a **ordem sintática preferencial** dos elementos é distinta em cada um dos casos (Colaço e Gonçalves, 1995), sendo a de *verbo ter/participío/SN* para os tempos compostos e a de *verbo ter/SN/participío* para os casos como o exemplificado em (14).

Barreiro (1998: 28) também se refere brevemente a este tipo de construções em que o verbo *ter* não tem estatuto de verbo auxiliar de tempo composto<sup>44</sup>,

<sup>42</sup> A Gramática gerativa define *oração pequena*, ou *oração reduzida* (“*small clauses*”) como uma oração em que ocorre uma das formas nominais do verbo, isto é que «não tem como núcleo sintáctico a categoria funcional FLEX (tempo, modo, aspecto e acordo)» (*Dicionário de Termos Linguísticos* do ILTEC).

<sup>43</sup> Colaço e Gonçalves (1995) também refletem sobre as estruturas correspondentes aos usos predicativos que temos estado a considerar, como os ilustrados em (14) e – mais à frente – (18a), em algumas das restantes línguas românicas. Assim, constatam que o francês e o italiano não dispõem da construção predicativa – sendo variável a forma participial que é usada em tempos compostos com os verbos auxiliares *avoir* e *avere*, respetivamente –, ao passo que em castelhano e em romeno há duas formas verbais distintas para cada um dos usos: o verbo correspondente a *haber* é usado nos tempos compostos com o participío passado invariável, enquanto o verbo que corresponde a *ter* é utilizado com a forma variável do participío no uso predicativo (Colaço e Gonçalves, 1995: 128).

Para uma descrição semântica e sintática do contexto em que o verbo espanhol *tener* é seguido pelo participío passado, veja-se o estudo de Catherine Harre (1991).

<sup>44</sup> Já em 1822, Jerónimo Soares Barbosa explicava que «quando (...) participios passivos se juntão com o verbo *Ter*, então este deixa de ser auxiliar, e passa á sua significação natural, e primitiva de verbo activo no sentido de *Possuir*; e então em vez do substantivo, em que se exercita a acção do participio activo, ir adiante deste, passa para traz delle. Porque he couza mui diferente dizer: *Tenho escripto hum papel*, *Tenho feito huma carta*, *Terei concluido esta obra*, do que *Tenho hum papel escripto*, *Tenho huma carta*

designando-as de «construções predicativas perifrásticas». Os exemplos fornecidos por Barreiro contemplam as duas ordens possíveis e são os seguintes:

(18) (a) «Tenho as janelas todas fechadas»

(b) «Tenho fechadas todas as janelas» (Barreiro, 1998: 28)

A primeira frase surge com a ordem que Colaço e Gonçalves (1995) consideram ser a preferencial<sup>45</sup>, porém, não sendo esta a única possível, confirmamos que a ordem não é um critério absoluto que permita distinguir esta construção da de tempos compostos.

Já a existência de **concordância sintática** entre participio e objeto direto do verbo predicador (12, 13, 14, 18 e, ainda, 19a, 20a, 21, 22b e 23b) contrapõe-se à sua inexistência nos tempos compostos (*vide* a seguir 19b, 20b, 22a, 23a), constituindo-se, pois, como uma diferença inquestionável entre ambas as construções.

Ainda a propósito da concordância, temos de referir o facto de, ao realizar testes de pronominalização – que demonstram que a função sintática desempenhada pelo participio é a de predicativo do objeto direto –, continuarmos a ter essa concordância entre o clítico e a forma participial.

(14) O João tem esses romances lidos (Colaço e Gonçalves, 1995: 119)

(14') O João tem-nos lidos.

Para além de características de concordância e da diversa ordem sintática dos elementos, Colaço e Gonçalves indicam que, no caso de verbos com **participios duplos**, é a forma irregular a que é usada com *ter* não auxiliar (19a), enquanto que nos tempos compostos é a forma regular que será (aleadamente) usada (19b).

---

*feita, Terei esta obra concluída*» (1822: 292-293). Barbosa (1822: 293) esclarece ainda que «Nas primeiras expressões o verbo *Ter* he auxiliar, e os participios são activos; nas segundas o mesmo verbo he adjectivo passivo, e os participios são passivos; que porisso concordão em genero e numero com os substantivos, que os precedem, e devem preceder para evitar o equivoco».

<sup>45</sup> Colaço e Gonçalves apresentam vários exemplos em que a ordem *ter/participio/SN* não é permitida nas *orações pequenas* (i e ii), assim como apresentam o mesmo teste realizado numa construção com tempo verbal composto, em que é a ordem inversa (*ter/SN/participio*) a que não é possível (iii):

(i) \*O João tem feita a dissertação.

O João tem a dissertação feita (Colaço e Gonçalves, 1995: 122)

(ii) \* O Pedro tem lidos estes livros.

O Pedro tem estes livros lidos (Colaço e Gonçalves, 1995: 124)

(iii) \* O Pedro tem estes livros lido várias vezes.

O Pedro tem lido estes livros várias vezes (Colaço e Gonçalves, 1995: 124).

(19) (a) «A esta hora já o carteiro tem a correspondência entregue/  
\*entregada»

(b) «O carteiro não tem entregado/ ?entregue a correspondência»<sup>46</sup>  
(Colaço e Gonçalves, 1995: 123)

Também Fátima Oliveira (2002: 161) se refere, em nota, ao diverso uso do participio passado em ambas as construções, quando estamos perante verbos abundantes. De acordo com a autora, «há algumas restrições relativamente a esta construção [predicativa], nomeadamente, o participio utilizado, quando estão disponíveis o regular e o irregular». O exemplo (20a) demonstra que é a forma participial irregular a única possível na estrutura predicativa, inversamente ao que acontece em (20b), em que se regista o Pretérito Perfeito composto.

(20) (a) A polícia tem os ladrões presos /\*prendidos

(b) A polícia tem prendido alguns ladrões (Oliveira, 2002: 161)

Oliveira faz o contraponto semântico entre as duas construções, explicando que, enquanto o Pretérito Perfeito composto «tem uma informação temporal (...) e pode, sob certas condições, desencadear um estado iterativo, nomeadamente com eventos», a estrutura predicativa<sup>47</sup> tem uma «leitura claramente perfectiva», sendo que, «do ponto de vista semântico, só ocorre com certos tipos de predicados, em particular processos culminados».

(21) Ele tem os testes corrigidos (Oliveira, 2002: 161)

Peres (1999b), a propósito da sua proposta de revisão do modelo de Kamp e Reyle (1993)<sup>48</sup>, compara pares de frases como os que se seguem, concluindo, por um lado, que, em ambas, o participio passado integrado no tempo verbal composto

---

<sup>46</sup> Na verdade, Colaço e Gonçalves utilizam um verbo problemático (*entregar*) para provar que os tempos compostos se distinguem das construções em que o verbo *ter* é principal e não auxiliar. O sinal \* de *agramaticalidade* – conceito não definido pelas autoras – é usado em (a), em que a forma participial irregular é, de facto, a única aceite. Contudo, em (b), Colaço e Gonçalves apresentam a forma participial irregular de *entregar* em tempo composto precedido do sinal ?, admitindo, assim, uma possibilidade de, para este verbo, a distribuição sintática não ser exatamente a que identificaram.

<sup>47</sup> Oliveira não atribui uma designação a estas construções. Diz apenas que existe uma «construção aparentemente semelhante» à de Pretérito Perfeito composto e tece, sobre ela, breves comentários em nota (2002: 161).

<sup>48</sup> Veja-se novamente a nota 37.

«veicula um valor temporal de Localização Relativa (...) o valor de anterioridade» (Peres, 1999b: 16), embora, por outro lado, existam «diferenças semânticas entre os membros de cada um destes pares, as quais são particularmente salientes quando é admitida uma leitura iterativa» – como em (23a) (Peres, 1999b: 15).

(22) a) O Paulo chegou às cinco. A Ana *tinha lido o livro*.

b) O Paulo chegou às cinco. A Ana *tinha o livro lido*.

(23) a) A Ana *tem lido o livro*.

b) A Ana *tem o livro lido*.

Com efeito, ao nível da Semântica, temos em (22a) uma situação terminada, enquanto que em (22b) se salienta o estado resultante de uma situação ocorrida no passado. A diferença entre (23a) e (23b) é ainda mais notória, sendo a primeira expressão de uma situação repetida, ao passo que a segunda contém uma oração reduzida que reflete um estado resultante.

Retomando a análise morfossintática de Villalva (2009) já atrás referida, recordamos que a forma flexionada do particípio passado dos tempos verbais compostos não manifesta restrições de seleção (Villalva, 2009: 3), ao contrário da forma derivada de *particípio predicativo* que encontramos em (22b) e de (23b). Nesta última construção predicativa só são permitidos verbos transitivos. De facto, assim como a semântica das duas construções é diversa, também a sua sintaxe e a sua morfologia o são.

Ficam, assim, referidas as distinções entre os usos variáveis em género e número do particípio passado (sintaticamente convertido em adjetivo) referidos por Boléo (1936), Costa (1976), Harre (1991), Colaço e Gonçalves (1995), Smith (1995), Barreiro (1998), Peres (1999) e Oliveira (2002) e os usos do particípio passado invariável associado ao verbo *ter* com estatuto de verbo auxiliar de tempo composto. Neste último caso, o particípio passado é indiscutivelmente usado com estatuto *verbal*.

Com efeito, em muitas das investigações acima referidas, e dada a atenção que nelas é dispensada à distribuição sintática dos particípios, são aduzidos dados relevantes para equacionar o problema da sua categorização, ora como forma verbal, ora como forma adjetival. Efetivamente, como se referiu logo no início do presente

capítulo, a **categorização sintática** dos participios é um dos aspetos mais controversos tratados na bibliografia disponível. Recordemos que a questão central reside no facto de, embora pertencendo ao paradigma verbal, o participio passado partilhar inúmeras características com os adjetivos<sup>49</sup>.

Paradigmática sobre este assunto é a opinião partilhada por Malaca Casteleiro (1981) e por Bosque (1990; 1998; 1999), autores que preferem considerar os participios como formas verbais sobre as quais poderá ocorrer, aquando de seu funcionamento como adjetivos, um processo de *recategorização*.

Ignacio Bosque (1990: 188; 1998: 165) recorda, a este propósito, as opções tomadas por vários linguistas no que diz respeito à categorização do participio passado. Com efeito, segundo este autor, muitos gramáticos terão, em relação a esta estrutura, tentado mitigar as diferenças entre as duas categorias, adjetival e verbal. Poucos terão, por isso, seguido Nebrija, gramático espanhol do século XV, que, em função da amálgama de propriedades de uma e de outra, considerou o participio uma categoria distinta, quer da classe verbal, quer da adjetival. No entanto, segundo Bosque (1990: 188), também são poucos os que «estudian explícitamente la sintaxis del participio como la de una forma verbal»<sup>50</sup>. Bosque, por seu turno, opta por não defender o carácter híbrido dos participios, classificando-os, antes, como formas verbais, na senda da tradição gramatical. Este mesmo autor, ainda que reconheça a

---

<sup>49</sup> Vários outros são os linguistas que problematizam a questão da similitude entre o participio e o adjetivo. Catherine Harre (1991: 3), por exemplo, afirma mesmo que «participial constructions have frequently been ignored or deliberately excluded on the grounds that they present additional problems (for example, the distinction between participle and adjective is not always clear (...))». Ignacio Bosque refere-se às *formas verbais com flexão nominal* como «formas híbridas» (1998: 164) e intitula um dos capítulos da sua obra *Las categorías gramaticales* como «Los participios pasivos: verbos o adjetivos?» (1998: 166). Do mesmo modo, na *Gramática da Língua Portuguesa* (Mateus et aliae, 2003: 374), há um capítulo intitulado «Adjetivos ou participios?». No *Dicionário de termos linguísticos* (Xavier e Mateus, 1992: 290), define-se participio passado como uma «forma morfológicamente ligada ao verbo mas com uma função adjectival». Também Malaca Casteleiro (1981: 69) reflete sobre semelhanças e diferenças entre ambas as categorias, no seu capítulo «Adjetivos e participios passados». Segundo Casteleiro (1981: 69-70), gramáticas e dicionários costumam classificar os participios passados como adjetivos verbais. No entanto, o mesmo autor considera que o critério subjacente a tal classificação não é claramente definido pelos lexicógrafos, nem tão pouco uniforme, aspeto que também é referido por Sousa (2003: 40-41).

<sup>50</sup> Jerónimo Soares Barbosa (1822: 289-290), por exemplo, defendia que o participio tem como original a natureza adjectival e que a forma verbal participial nasceu a partir do seu uso passivo. Uma vez que, inicialmente, os tempos verbais compostos continham «participios perfeitos passivos» que concordavam com o nome «sobre que cahia a sua acção», e, só mais tarde, se perdeu essa concordância e se geraram «participios perfeitos activos», estes «são huns verdadeiros adjectivos indeclinaveis, nascidos dos passivos declinaveis».

existência de adjetivos que não se distinguem morfológicamente dos participípios<sup>51</sup>, opta por examinar estes separadamente. Bosque, de resto, apresenta testes que permitem, na língua espanhola, desambiguar os diferentes casos em que uma mesma forma, homónima, funciona como verbo ou como adjetivo criado através de recategorização<sup>52</sup>.

O estado de coisas descrito cria particulares dificuldades à atividade lexicográfica. Na verdade, Rey-Debove (1971: 57) afirma mesmo que este é «un des problèmes de nomenclature les plus embarrassants pour le lexicographe»<sup>53</sup>. Bosque (1999: 286), atendendo à sua opção classificatória, explica que não é necessário lematizar uma grande parte dos participípios, na justa medida em que a gramática nos permite calcular as respetivas formas. Apenas, então, quando se regista uma recategorização do verbo em adjetivo, se torna necessária a lematização da forma resultante de tal operação. Nesses casos, o recurso aos testes – já referidos (cf. nota

<sup>51</sup> Também Franz Rainer (1999: 4608) refere o facto de algumas formas participiais que estiveram na génese de adjetivos do espanhol terem, entretanto, perdido a sua função participial original: «(...) participios irregulares en -(t)o/a, algunos de los cuales se han lexicalizado e incluso han perdido totalmente su original función participial». Rainer apresenta como exemplos os casos de *abierto*, *electo*, *erecto*, *frito* e *extinto*, que já só funcionam como adjetivos lexicalizados.

<sup>52</sup> Assim, perante uma expressão como «gente civilizada», Bosque (1998: 166) evidencia a sua ambiguidade identificando duas interpretações possíveis: (a) por um lado, um participípio verbal e um nome que é ‘paciente’ desse verbo transitivo *civilizar*; (b) por outro lado, um nome com o seu adjetivo qualificativo. Outros exemplos com duas interpretações, uma adjetival e outra verbal, são «opinión autorizada» e «persona satisfecha» (Bosque, 1998: 166). Já expressões como «hombre resuelto» ou «mujer ocupada» teriam apenas uma leitura adjetival, ao passo que «problema resuelto» e «territorio ocupado» direcionam o ouvinte para uma leitura verbal (Bosque, 1998: 166). Para distinguir entre estes casos, Bosque aponta dois testes que também se podem empregar em português (Brito, 2003: 375). Assim, como os verbos, e contrariamente aos adjetivos, os participípios podem surgir acompanhados por advérbios temporais/ aspectuais (1) e não podem ocupar a posição pré-nominal (2).

- (1) (a) Uma província ocupada – uma província *recentemente* ocupada (participípio)  
 (b) uma mulher ocupada – \* uma mulher *recentemente* ocupada (adjetivo)
- (2) (a) Uma reunião autorizada – \* uma autorizada reunião (participípio)  
 (b) Uma opinião autorizada – uma autorizada opinião (adjetivo) (Brito, 2003: 375)

<sup>53</sup> Para os dicionaristas, é possível lematizar os participípios passados – opção decorrente da valorização do seu carácter adjetival – ou não os lematizar – por se considerarem uma forma verbal. Catarina Sousa (2003), ao analisar *A gramática nos dicionários*, selecionou sete formas de participípio passado (três delas formas irregulares, *aberto*, *aceite*, *aceso*, e quatro formas regulares, *acabado*, *aceitado*, *acendido* e *apressado*) com o intuito de verificar se surgiam como lema em onze dicionários da Língua Portuguesa, desde 1793 até à contemporaneidade. Concluiu que «a maior parte dos dicionários integram [sic] efectivamente a forma dita do participípio passado» (Sousa, 2003: 41). Catarina Sousa (2003: 41), a este propósito, recorda Morais Barbosa, que «refuta a existência da forma dita de participípio passado, tendo em conta que assume plenamente a função de adjectivo». Relativamente à etiqueta classificativa atribuída às formas identificadas, nos dicionários mais recentes nota-se uma tendência para serem registadas como adjetivo, contrariamente ao que sucede nos primeiros dicionários analisados, nos quais a classificação privilegiada é a de participípio passado (Sousa, 2003: 41).

52) – que permitem diferenciar participios de adjetivos gerados através de recategorização auxiliam na seleção das formas a lematizar.

Malaca Casteleiro (1981: 71) também já havia defendido a «derivação sintáctica dos participios passados que podem funcionar como adjetivos». Reconhecendo e elencando as semelhanças<sup>54</sup>, assim como as diferenças<sup>55</sup> existentes entre participio e adjetivo, Casteleiro (1981: 85) conclui, à semelhança de Bosque, que «os participios passados são fundamentalmente formas verbais, que eventualmente podem funcionar como adjetivos». No caso dos participios de verbos transitivos que podem apresentar a distribuição de adjetivos, Casteleiro não defende que sejam registados como adjetivos no léxico, já que eles podem ser obtidos por *transformação passiva*:

- (24) a) Li os livros [que comprámos] na feira  
 b) Li os livros [que foram comprados por nós] na feira  
 c) Li os livros [comprados] na feira (Casteleiro, 1981: 86-87)

<sup>54</sup> Entre as semelhanças sintáticas existentes entre o participio passado e o adjetivo apontadas por Casteleiro estão a aceitação de (i) posição atributiva (1), assim como de (ii) posição predicativa (2).

(1) pessoas admiradas/ caladas/ desprezadas. (Casteleiro, 1981: 75)

(2) O Júlio está calado. (Casteleiro, 1981: 73)

Nestas construções, os participios surgem em posição comutável com adjetivos semanticamente compatíveis, de acordo com as estruturas argumentais dos itens em causa. Os participios que, como o de (2), aceitam o contexto pós-cópula ou predicativo com *ser* ou *estar* apresentam uma longa lista de características que os assemelham aos adjetivos e, segundo Malaca Casteleiro (1981: 73), a maior parte dos participios pertence a este grupo.

Assim, tal como os adjetivos, os participios (iii) apresentam marcas de género e de número, (iv) permitem modificação quanto ao grau, (vi) admitem também a sua inserção em frases relativas (restritivas ou não restritivas), (vii) aceitam posição pós-nominal, havendo alguns que (viii) podem adoptar contexto pré-nominal; em (ix) construções apostas, aceitam igualmente ser antepostos ao SN. À semelhança dos adjetivos predicativos, (x) admitem a função de predicativo do objeto direto e (xi) são «compatíveis com os mesmos advérbios e complementos adverbiais de tempo e de modo, quando se encontram em contexto predicativo» (Casteleiro, 1981: 79). Para além disso, (xii) aceitam os mesmos tipos de construções sintáticas que os adjetivos predicativos: quer completivas como sujeito ou como objeto preposicionado, quer outro tipo de complementos. Os participios que acolhem a configuração pós-cópula (xiii) admitem a pronominalização em *-o* e (xiv) «aceitam ser coordenados entre si e com adjetivos predicativos» (Casteleiro, 1981: 79). Os adjetivos não predicativos admitem prefixos numéricos (*bi-*, *tri-*, *multi-*), ao passo que os adjetivos predicativos, assim como os participios passados, não os aceitam. Porém, (xv) admitem outros prefixos, como *in-*, *des-*, *super-*. Casteleiro refere ainda uma propriedade não testada sistematicamente, mas que encontrou em alguns participios: (xvi) podem formar advérbios de modo, combinando-se com o morfema *-mente*. *Vide* os exemplos em Casteleiro, 1981: 74-83. *Vide* também outros exemplos dados por Brito (2003: 374-375).

<sup>55</sup> Ao refletir sobre as diferenças entre participio e adjetivo, Casteleiro lembra que as bases morfológicas do participio passado são sempre verbais, ao passo que os adjetivos poderão ser primitivos ou derivados a partir de bases não só verbais, como também nominais ou mesmo adjetivais. Quanto ao seu comportamento sintático, os participios surgem na formação de tempos compostos, contrariamente aos adjetivos. Em tempos compostos, o comportamento dos participios é puramente verbal, não havendo concordância em número e género entre o participio e o objeto (Casteleiro, 1981: 83-84).



Já no caso dos participípios de verbos intransitivos cujo funcionamento pode ser adjetival, Casteleiro evidencia o paralelo entre os usos adnominais e as construções relativas com o verbo auxiliar *ter* dos tempos compostos, através de exemplos como o que se segue:

(25) a) Encontrámos folhas que tinham caído no chão

b) Encontrámos folhas caídas no chão (Casteleiro, 1981: 89)

Assim, havendo casos de verbos transitivos e intransitivos cuja forma participial pode apresentar a distribuição de adjetivo a par de outros casos em que tal não é possível, Casteleiro conclui o seguinte: «Muitos participípios passados comportam-se como adjectivos, visto que contêm a maior parte das propriedades destes, mas outros não se comportam como tal», pelo que «não se pode atribuir, de forma generalizada, como o fazem as gramáticas, a designação de adjectivo verbal ao participípio passado» (Casteleiro, 1981: 83)<sup>56</sup>.

A **dificuldade de categorização** sintática dos participípios é tema que também já foi objeto de investigações elaboradas numa perspectiva **diacrónica**. Ao referir os participípios fortes de origem latina que sobreviveram na nossa língua, como, por exemplo, *aceso, aceito, bento, enxuto, impresso, junto, nado, preso, roto* ou *tinto*, já Williams (1961 [1ª ed. 1938]: 189) aludia ao processo de recategorização dos participípios em adjectivos e à consequente dificuldade de os distinguir das formas verbais, afirmando que «é difícil determinar se muitas das formas fortes sobreviventes são ainda realmente participípios, por causa da distinção entre o uso verbal e o uso adjectival, que é extremamente despistante em português e ainda não foi definida». Da mesma forma, Laurent menciona a relação quer sincrónica quer histórica entre o participípio passado e o adjectivo: «Across Romance, there has been an ebb and flow between adjectival and grammaticalized past-participial function through time» (Laurent, 1999: 352).

Com efeito, nos estudos de cariz diacrónico relacionados com o participípio passado, podemos registar igualmente a existência de reflexões sobre o processo de

---

<sup>56</sup> Casteleiro (1981) clarifica os casos em que é incorreta a designação de adjectivo verbal, incluindo num anexo da sua obra uma lista de alguns *verbos intransitivos e pronominais intrínsecos* (isto é, reflexos), cujos participípios não apresentam comportamentos adjectivais.

**gramaticalização** que terá estado na origem dos tempos compostos. Harre (1991) e Smith (1995) examinam o desaparecimento progressivo da concordância do participípio em género e número com o objeto direto de *ter* assim como a perda gradual do sentido pleno do verbo *ter*, descrevendo, assim, o percurso percorrido pelo participípio passado abandonando as características que o aproximam do adjetivo e fazendo sobressair as suas especificidades verbais.

No seu estudo, Catherine Harre (1991: 129-147) dedica um capítulo ao desenvolvimento histórico da construção com o verbo *ter* seguido do participípio passado na Língua Portuguesa. Harre encontra muito frequentemente, nos textos mais antigos que investiga (século XIV), concordância do participípio passado com o objeto direto<sup>57</sup> e, à medida que o tempo vai passando, nota uma tendência para que esta concordância se deixe de verificar. Embora as construções em que existe esta concordância não tenham desaparecido abruptamente, a sua frequência vai descendo consideravelmente, ao passo que o número de construções com o participípio passado invariável – ou seja, a estrutura que hoje identificamos como sendo a dos tempos compostos – aumenta muito, sobretudo a partir dos textos de Padre António Vieira (século XVII) e de modo ainda mais marcado nos textos de Luís António Verney – século XVIII (Harre, 1991: 132-133). Com efeito, inicialmente, apenas verbos transitivos eram utilizados nesta construção, sendo no século XVII que surgem com mais vigor os exemplos com verbos intransitivos (Harre, 1991: 132)<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989) investigou as estruturas trecentistas e também registou ocorrências em que o participípio passado de verbos transitivos surgia em concordância com o objeto direto do verbo *ter* ou do verbo *haver*. A autora identifica as formas participiais recolhidas no seu *corpus* (1989: 439) e, das 39 ocorrências, apenas quatro são de uma forma variável irregular (*aberto, coberto, feito e preso*). Noutra obra sua, Mattos e Silva (1994: 64) regista, em documentos do século XV, uma modificação nestas estruturas, em que já surgem ocorrências de verbos intransitivos no participípio passado e, portanto, necessariamente, na sua forma invariável.

<sup>58</sup> Note-se que, embora o fenómeno de dupla morfologia remonte ao Latim, o de variação *em tempos compostos* – que pretendemos investigar especificamente no presente estudo – é, necessariamente, mais tardio, uma vez que só podemos considerar que esse contexto efetivamente existe após os séculos XVI/ XVII, aquando da sua gramaticalização (cf. Harre, 1991; Smith, 1995). Durante esse processo, houve variação entre uma forma variável e uma forma invariável (Silva, 1989; 1994) e, de facto, enquanto o participípio passado ainda surge na sua forma variável, não podemos considerar que se trate de uma estrutura de tempo composto. Mattos e Silva (1989: 439; 1994: 64) atesta, em documentos do século XIV, a existência de ocorrências da construção com o verbo *ter* ou o verbo *haver* seguidos do participípio passado de verbos transitivos em concordância com um nome. Porém, como vimos na nota anterior, entretanto, durante o século XV, terá havido a difusão da estrutura dos tempos compostos, havendo um aumento das ocorrências com verbos intransitivos, adensando-se, assim, o percurso de gramaticalização. Harre (1991: 132-133) fornece-nos informação sobre o período seguinte: no século

John Charles Smith (1995) tece considerações acerca dos fatores que terão proporcionado o desaparecimento da concordância entre participípio passado e o objeto direto nas línguas românicas em estruturas que provêm da construção latina constituída por verbo *HABERE*, seguido de objeto direto e de participípio passado<sup>59</sup>. Inicialmente, o participípio passado modificava o objeto direto de *HABERE*, estabelecendo-se, assim, entre as duas estruturas, uma ligação de tipo adjetival. À medida que vai ocorrendo uma mudança semântica e o verbo procedente de *habere* se vai desconectando do seu sentido de verbo pleno, a gramaticalização vai ocorrendo<sup>60</sup>, como resultado de um processo de reanálise das relações entre os três elementos. Perde-se a ligação adjetival entre participípio e nome e, simultaneamente, dá-se a perda da concordância<sup>61</sup> (Smith, 1995: 161) e a estrutura passa a ser a de tempo composto.

No caso de alguns dos estudos em que se tratou o participípio passado sob a **perspetiva diacrónica**, foram mais especificamente objeto de exame os participípios passados duplos. Williams (1961)<sup>62</sup> e Laurent (1999) são apenas dois dos muitos

---

XVII, já se encontra um número bastante mais elevado de ocorrências da estrutura de tempos compostos propriamente dita, em que já surge, portanto, uma forma participial invariável.

Assim, naturalmente, terá sido após essa data que a forma regular se tornou a forma prescrita para esse contexto recente. Ainda assim, é possível que continuasse a existir uma situação de variação, embora com menor frequência. De qualquer modo, sabemos que, pelo menos, no século XIX, um gramático (Jerónimo Soares Barbosa, 1822) reconhece a dupla morfologia participial e formula uma regra de distribuição das variantes, bem como apresenta exceções.

<sup>59</sup> Smith refere-se à estrutura latina com o verbo *HABERE*, mas também tece considerações sobre a Língua Portuguesa, em que a construção que seguiu um processo semelhante apresentava o verbo proveniente de *TENERE* (Smith, 1995: 170).

<sup>60</sup> Também Brocardo (2010) estuda e descreve o processo de gramaticalização da forma verbal composta de Pretérito Mais-Que-Perfeito entre os séculos XIII e XVI.

<sup>61</sup> Segundo a teoria mais divulgada e recordada por Smith, a ordem *participípio/ objeto direto* é um fator de favorecimento da não concordância: o participípio não concorda com o objeto direto por ainda não ter sido expresso o elemento com o qual haveria concordância (Smith, 1995: 163). Todavia, Smith discorda desta teoria que valoriza o ponto de vista do falante e coloca antes uma hipótese que tem como ponto de referência o ouvinte. Smith defende que a percepção e o processamento por parte dos ouvintes podem bloquear ou retardar uma mudança linguística. Dado que a estrutura nominal com função de objeto direto já fornecia informações de género e pessoa, não terá havido o reconhecimento de uma funcionalidade da concordância entre participípio e objeto direto, facto que terá favorecido o seu desaparecimento (Smith, 1995: 170-173).

<sup>62</sup> O estudo de Edwin Williams é muito abrangente, tratando variados temas da Fonologia e da Morfologia históricas. No subcapítulo respeitante ao participípio passado, Williams identifica três tipos de participípio passado em Latim e descreve o processo de mudança para o português. Os três grupos de participípios passados latinos identificados por Williams (1961: 188) são: a) fracos (1ª conjugação, -ĀTUM; 2ª conjugação, -ĒTUM; 4ª conjugação, -ĪTUM), b) fortes proparoxítonos (3ª conjugação) e c) fortes paroxítonos. Muitos destes últimos sobreviveram em português, como por exemplo, *aberto*, *coberto*, *dito*, *feito*, *morto*, *posto*, *escrito* e *visto* (Williams, 1961: 189). Para além destes oito verbos, Williams

investigadores que se dedicaram ao estudo da mudança dos participios latinos nas várias línguas românicas.

Laurent (1999) centra-se, mais particularmente, nas mudanças ocorridas na **morfologia** do participio passado em espanhol e português (Laurent, 1999: cap. 4.7). Um dos assuntos tratados por Laurent (assim como por Villalva e Almeida, 2005 e Barros, 2002), que é dos mais pertinentes para o presente estudo, relaciona-se com o facto de, em diacronia, ter havido, não só casos de **eliminação** de formas participiais, como também casos de **duplicação** destas.

Efetivamente, a questão diacrónica da duplicação e da eliminação de formas participiais assume, para a nossa pesquisa, especial relevância. De acordo com o princípio da **economia linguística** – delineado inicialmente por Martinet (1955) com aplicação ao funcionamento do sistema fonológico – quando os recursos linguísticos se duplicam, há uma tendência para *resolver* esse excedente, ou através da eliminação de uma das formas, ou atribuindo uma função distinta a cada uma delas (Ali, 1964: 147). Contudo, no caso dos participios duplos, e em grande parte dos verbos abundantes, não se deu a eliminação de nenhuma das formas. Aliás, muito pelo contrário, algumas segundas formas ainda têm vindo a ser criadas até aos dias de hoje (Barros, 2002: 63-65; Lobato, 1999).

Depois de realizar um estudo diacrónico exaustivo, uma das observações fulcrais de Laurent (1999: 350) consiste no reconhecimento de que os falantes de romance – sobretudo entre Sagres e o Mar Negro – «narrowed the range of means available to shape past participles». De entre os sufixos disponíveis em Latim para formar participios passados, a Língua Portuguesa **reduziu**<sup>63</sup> para um (-do) o sufixo

---

acrescenta ainda mais dez que já identificámos há pouco – *aceso, aceito, bento, enxuto, impresso, junto, nado, preso, roto* ou *tinto* – e sobre os quais tece reflexões – já citadas por nós, aqui repetidas – relativas à problemática da recategorização de alguns desses participios e da dificuldade de «determinar se muitas das formas fortes sobreviventes são ainda realmente participios», uma vez que a «distinção entre o uso verbal e o uso adjectival (...) é extremamente despistante em português e ainda não foi definida» (Williams, 1961 [1ª ed. 1938]: 189). Os outros dois tipos de participio passado existentes em Latim (alíneas a e b) fundiram-se e, hoje, correspondem, na sua maioria, a formas fracas (cf., na nota seguinte, exemplos fornecidos por Laurent, 1999).

<sup>63</sup> Laurent (1999) explica que, ainda no Proto-Romance na origem do português, muitas formas participiais irregulares (ex.<sup>º</sup>: SALTU) do Latim Clássico foram substituídas por formas arrizotónicas, como SALITO – *saído*, nestes casos, acentuadas na vogal temática. De facto, a maior parte dos verbos latinos de tema em -a (1ª conjugação) e -i (4ª conjugação) deu origem a formas fracas ou arrizotónicas (AMATUM> *amado*; DORMĪTUM> *dormido*).

produtivo usado para o efeito – sendo este precedido de uma de duas vogais temáticas disponíveis (-a/-i<sub>VT</sub> + -do). Assim, a terminação em -CTU (FACTU> *feito*), muito comum em Latim, apenas se manteve em verbos portugueses de alta frequência<sup>64</sup> (Laurent, 1999: 352).

Sobre os casos de resolução<sup>65</sup> de duplicação de participípios que surgiram em português, refletiram ainda Alina Villalva e Marta Almeida (2005).

Por outro lado, tanto Villalva e Almeida (2005), como Laurent (1999) também observaram tendências de **duplicação**<sup>66</sup> de formas participiais, não só no sentido da criação de formas regulares, como também no da construção de formas irregulares.

Dos verbos de tema em consoante (3ª conjugação) surgiram tanto formas fracas, como formas participiais fortes ou rizotónicas, ou seja, cujo acento recai sobre a última vogal do radical. Geralmente, os verbos que terminavam (i) em -ĪTU originaram formas regulares (HABĪTU/ *havido*; COGNITU/ *conhecido*) e (ii) os sigmáticos, que tinham a desinência -(S)SU, foram substituídos por formas regulares (MENSU/ *medido*; CURSU/ *corrido*; RESPONU/ *respondido*; RISU/ *rido*) – Laurent, 1999: 7; 303. A propósito dos participípios sigmáticos, Laurent afirma que, em espanhol, não restaram nenhuns, apenas como adjetivos (POSSESSU; CONFUSU). Algo semelhante poderíamos dizer a propósito do português. Há, no entanto, aparentemente, algumas exceções, que concernem às formas *preso* (< PR(EH)ENSU) e *impresso*. Laurent (1999: 321) engloba esta última forma irregular no grupo de *ganho* e *pago* – os designados participípios truncados –, mas Williams (1961: 189) refere-se à forma latina IMPRESSUM como a forma de que *impresso* provém. Com efeito, não é o radical de Infinitivo que encontramos nessa forma, pelo que podemos considerar que, neste caso, a etimologia forneceu o participípio rizotónico. A 3ª conjugação latina tinha ainda outros tipos de participípio, um dos quais era, segundo Laurent (1999: 338), o mais frequente em Latim. Trata-se do participípio em -CTU, que deu origem, em português a várias formas irregulares, como *eleito* (<ELECTU), *dito* (<DICTU), *feito* (<FACTU).

Relativamente aos verbos de tema em -e (2ª conjugação), e, uma vez que se fundiram com os verbos de tema em consoante, alguns adquiriram uma forma fraca (LECTU> *lido*) e outros uma forma forte (COMPLETU> *completo*, forma esta que, entretanto, se pode ter recategorizado como adjetivo).

Tendo em conta este panorama geral, Laurent (1999: 311) conclui que houve uma promoção das formas arrizotónicas nas línguas romance.

Vide também Williams (1961: 188-190), Barros (2002) e Villalva e Almeida (2005).

<sup>64</sup> A propósito da relação entre frequência lexical e sobrevivência das formas irregulares, Laurent (1999: 358) recorda a ideia de Bybee de que «certain high-frequency anomalous verb forms heard and said early and often by speakers will tend to stand a better chance of lasting through the generations». Ainda assim, Laurent adverte: «low frequency of use tends to promote but cannot guarantee the leveling of morphological variation» (Laurent, 1999: 360 – sublinhado nosso).

<sup>65</sup> Ao longo da história, houve, em relação a certos verbos, momentos de resolução de uma das respetivas formas participiais. Aparentemente, hoje em dia, já não se atestam formas *fortes* como *colheito* (*colher*), *comesto* (*comer*), *defeso* (*defender*), *despeso* (*despender*), *repeso* (*arrepender*), nem formas *fracas* como *dizido* (*dizer*), *escrevido* (*escrever*) ou *fazido* (*fazer*) (Villalva e Almeida, 2005: 284; Barros, 2002: 53). Piel (1988 [1ª ed.: 1944]: 238) referiu o caso de alguns participípios fortes que sobreviviam na contemporaneidade apenas como adjetivos (*estreito*, *farto*, *tinto*, *teso*, *raso*) ou como substantivos (*jeito*, *chouso* – <CLAUSUM –, *cinto*, *despesa*, *devesa*, *conquista*, *colheita*).

<sup>66</sup> Villalva e Almeida (2005) explicam que a Língua Portuguesa herdou do Latim não só (i) algumas das formas fracas e das formas fortes já existentes, mas também a própria possibilidade de (ii) flexão, a partir da qual se formaram novas formas participiais acrescentando o sufixo -TU(S), sonorizado em -do, ao tema verbal.

Assim, exemplificando, o verbo que deu origem a *frigir* tinha uma forma participial forte (FRICTUM) em Latim, mas, em Português, foi criada a forma fraca (*frígido*) através da flexão. Considere-se também

Anabela Barros (2002) examinou igualmente a diacronia das formas participiais duplas, designadamente um caso específico de duplicação de formas ocorrida já no Português. A autora dedicou-se particularmente aos verbos da primeira conjugação, por considerar que, ao contrário das restantes conjugações, que «apresentam tipicamente numerosos pares de verbo e participio forte com correspondência no latim»<sup>67</sup>, aquela exhibe somente verbos com participios fortes resultantes de algum tipo de analogia (Barros, 2002: 54)<sup>68</sup>.

---

o exemplo do verbo latino FERVERE que não possuía participio, mas para o qual foi criada a forma FERVITU (*fervido*) na transição para a Língua Portuguesa (Laurent, 1999: 368).

No entanto, a flexão ainda possibilitou a criação de novas formas participiais na Língua Portuguesa de um outro modo, já que o Português herdou uma (iii) prática latina «que consistia na formação de verbos da primeira conjugação a partir de uma metanálise da forma participial forte (...) provavelmente reinterpretado [*sic*] como um radical adjectival» (Villalva e Almeida, 2005: 282). Anabela Barros (2002: 54-55) apresenta um exemplo com início ainda no Latim: a forma participial irregular de ACCIPERE – ACCEPTUS (> *aceite*) – esteve na origem do verbo ACCEPTARE (> *aceitar*), a partir do qual, posteriormente, nasceu a forma regular ACCEPTATUS (> *aceitado*). Vide também Laurent (1999: 369).

E à semelhança do que tinha acontecido em Latim com ACCIPERE, ocorreram fenómenos de flexão noutros verbos já na Língua Portuguesa (Barros, 2002: 54-55). Terá sido assim que o verbo *fritar*, com origem já no Português (FRICTUM> *frito*→ *fritar*→ *fritado*), passou a disponibilizar duas formas participiais.

Noutros casos, o verbo originário do Latim acaba por não ter tanto uso em Português quanto o verbo derivado do seu participio forte, ou então acaba por nem chegar a passar para o Português (Barros, 2002: 54). Barros apresenta o caso de ANNECTERE, cujo participio era ANNEXUS> *anexo*. De *anexo* nasceu *anexar* e deste foi derivado o participio regular *anexado*. Nos dias de hoje, *anexo* funciona como adjectivo e, ainda, como substantivo.

Note-se que estes casos não são únicos (cf. *exprimir* e *expressar*; *solver* e *soltar*). E também não é singular o caso de *pago*, que parece ter sido gerado por analogia com os verbos latinos de tema em consoante, a par de uma certa inversão do caso atrás referido em (iii). O verbo *pagar* já possuía uma forma fraca (*pagado*), por ser de tema em –a. No Português, criou-se a forma forte *pago*, (iv) unindo o radical do verbo (*pag-*) com o constituinte temático –o (ou –e, noutros casos, como em *empregar* → *empregue*). O radical termina em consoante como acontecia com o tema dos verbos da terceira conjugação latina. A semelhança entre as derivações *frito* → *fritar* e *pagar* → *pago* são, pois, evidentes e afetam apenas a primeira conjugação de verbos portugueses (vide também Williams, 1961: 190).

Laurent designa de «Short Form Past-Participles» as formas semelhantes a *pago*. Como vimos, outros autores usam o termo *participio truncado*. O mesmo autor apresenta mais exemplos deste caso que define como «a peculiar use of what appears to be the 1sg. present indicative, or a 1st-/2nd- declension adjective, instead of the 1st-conjugation past participle» (1999: 353): *gasto*, *pago*, *ganho*, *atento*, *aceso*, *cheio*, *erecto*, *esparso*, *impresso* (1999: 321). Originalmente estas formas eram participiais, porém, hoje em dia, muitas delas já só funcionam como adjectivos.

<sup>67</sup> Barros (2002: 54) apresenta, em relação aos verbos das segunda e terceira conjugações, dois tipos de situação frequente para as formas participiais irregulares ainda existentes em Português: ou o participio forte de origem latina sobrevive *isolado* (*aberto* <APERTUM; *feito* <FACTUM) ou existe a par de formas fracas mais recentes (*tinto* <TINCTUM e *tingido*; *preso* <PREHENSUM e *prendido*; *defeso* <DEFENSUM e *defendido*; *nado* <NATUM e *nascido*).

<sup>68</sup> A primeira conjugação «oferece unicamente participios fortes que resultaram de um curioso parasitismo ou, como segunda hipótese, de um comprovado mimetismo» (Barros, 2002: 54). Quando usa o termo *parasitismo*, Barros refere-se a casos já descritos na nota 66 como o dos verbos *frigir* e *fritar*. Já o caso dos participios truncados (*pagar* → *pago*) é definido por Anabela Barros como sendo de *mimetismo*, isto é, resultante de analogia com exemplos como *frito*→ *fritar*.

Dito isto, concluir-se-á que, historicamente, houve momentos de eliminação de uma das formas participiais, tal como os houve de duplicação.

E este processo diacrónico teve importantes repercussões nos usos sincrónicos do participio passado. Senão, vejamos um caso referido brevemente por Villalva (2009: 2). Segundo esta linguista, em casos em que o adjetivo já existia antes do verbo (*seco* > *secar*; *azedo* > *azedar*), o uso adjectival da forma participial regular é impedido em construções predicativas, assim como é dificultada a sua escolha na construção passiva. Nestes casos específicos é favorecido o uso do adjetivo que deu origem ao verbo e, por consequência, à forma participial verbal.

(26) «O calor **azedou** o leite.

O calor **tem azedado** o leite.

O leite **ficou azedo/ \*azedado.**» (Villalva, 2009: 2)

(27) «A Maria **secou** o cabelo com o secador novo.

A Maria **tem secado** o cabelo com o secador novo.

O cabelo da Maria **foi <sup>?</sup>seco/ <sup>?</sup>secado** com o secador novo.

O cabelo da Maria **está seco/ \*secado**»<sup>69</sup> (Villalva, 2009: 2)

Villalva (2009: 2) conclui, então, afirmando que «a natureza adjectival do participio tem, pois, razões matriciais distantes no tempo, mas próximas no comportamento observável destas formas, apesar da mudança de língua e de gramática», razão pela qual, em certos casos, o percurso histórico é «um factor a considerar na análise das diversas formas participiais, no Português contemporâneo». Algo de semelhante concluem Duarte e Oliveira (2010: 406) a propósito de dados semânticos já acima explorados: «Nos verbos com participios duplos, a especificação

---

Assim, poderá ser relevante tomar em especial consideração o facto de a primeira conjugação se distinguir das restantes aquando da análise dos usos sincrónicos: uma vez que tiveram um percurso histórico marcado pelas especificidades referidas, estas formas da *primeira conjugação* poderão apresentar alguma particularidade no seu uso por se encontrarem numa fase diferente de um processo diacrónico relativamente aos participios de outras conjugações.

<sup>69</sup> Confrontem-se estes casos com outros em que a forma participial mais antiga seria a forte (TINCTU > tinto; BENEDICTUM > bento), mas que hoje dificilmente se encontram em contextos participiais (Móia, 2005: 116; Duarte, 2010: 18) tendo sido substituídos por formas fracas mais recentes (*tingido*, *benzido*). Se o adjetivo *seco* esteve na origem do verbo *secar* e, por consequência, da forma participial *secado*, mas hoje continua a usar-se em contextos predicativos, as antigas formas participiais *tinto* e *bento* lexicalizaram-se, tendo hoje apenas usos adjectivais e nominais.

das formas irregulares e regulares como eventivas, resultativas ou estativas não é homogénea, dependendo de factores históricos e da frequência dos verbos».

Pretendemos, com esta breve exposição, refletir não apenas sobre a *diversidade*, como também sobre a *complexidade* das questões relacionadas com o participio passado às quais os linguistas têm tentado dar resposta.

Pese embora a quantidade de estudos dedicados ao participio passado, saliente-se a quase inexistência de investigações sincrónicas cujo objeto de análise incida especificamente sobre o participio passado *duplo*. Entre as várias pesquisas de cariz sincrónico sobre o participio passado, a distribuição sintática dos participios passados duplos é *pontualmente* apontada como questão problemática<sup>70</sup>, não constituindo, porém, e à exceção do que sucede nos artigos de Villalva e Almeida (2005), de Mória (2005) e de Duarte (2010), de que nos ocuparemos de seguida, o centro de nenhum dos referidos trabalhos.

Ora, na investigação realizada por Villalva e Almeida (2005), as autoras refletiram precisamente sobre a variação sincrónica que afeta algumas formas dos participios passados de verbos abundantes. Depois de uma análise histórica da variação morfológica participial – de que já se deu notícia nas páginas precedentes –, Villalva e Almeida investigaram o uso de formas regulares e irregulares do participio passado antecedidas dos verbos *ser* (em construções passivas), *ter* (em tempos verbais compostos) e *estar* (em construções predicativas).

---

<sup>70</sup> A questão da flutuação entre as duas formas é referida na bibliografia disponível, mas nunca totalmente esclarecida. Piel (1988 [1ª ed. 1944]: 238), por exemplo, afirmava que «modernamente, hesita-se entre *impresso* e *imprimido*, *enxuto* e *enxugado*, *extinto* e *extinguido*, etc.». Em trabalho recente, Barros (2002: 63) atesta que «os falantes tendem cada vez mais a preferir estruturas como “Tinha *limpo* o chão”, “Tenho *pago* tudo em dinheiro”, precavendo-se contra a eventualidade de *limpado* e *pagado* (já não serem legítimos)», adiantando mesmo que «existe certo pendor para criar novas formas fortes na própria língua, ou considerar as fortes como correctas em detrimento das fracas, numa espécie de fenómeno de ultracorreção».



Uma amostra de 160 inquiridos respondeu a um questionário<sup>71</sup> com 169 frases em que surgiam 57 verbos abundantes<sup>72</sup> distribuídos pelas três conjugações. Praticamente 90% dos inquiridos apresentou entre 50 a 70% de respostas em conformidade com a prescrição gramatical e, portanto, entre 30 a 50% de respostas “desviantes” em relação a tal norma prescritiva, segundo a qual a forma participial regular se emprega com os verbos auxiliares *ter* e *haver* nos tempos compostos e a forma participial irregular se aplica na voz passiva, com o verbo auxiliar *ser*. Estas linguistas chegaram, então, à conclusão de que, tal como Said Ali (1964: 147)<sup>73</sup> já registara, houve uma «diversidade de escolhas que impede a consideração dos verbos abundantes como um todo» (Villalva e Almeida, 2005: 294). Assim, o estudo permitiu a definição de vários subconjuntos de verbos com comportamentos algo semelhantes. As autoras identificam, por exemplo, «um conjunto de verbos<sup>74</sup> que exhibe uma tendência para uma distribuição equivalente, que pode afectar exclusivamente a formação dos tempos compostos» (2005: 291), isto é, especificamente nos tempos compostos destes verbos, tanto surge a forma participial regular quanto a irregular. Já as formas participiais regular e irregular do verbo *imprimir* surgem em percentagens

<sup>71</sup> Villalva e Almeida (2005) integram no seu questionário as seguintes estruturas: construções predicativas (com *estar*), construções passivas (com *ser*) e tempos compostos (com *ter*). Para a maioria dos verbos, surgem três frases com cada uma destas construções, porém, por exemplo, o verbo *omitir* não foi testado em tempos compostos. Já o verbo *morrer*, sendo intransitivo – ou, melhor, inacusativo –, não poderia surgir na voz passiva. Vejam-se os exemplos, abaixo:

«A mãe descobriu que o João tinha **rompido/ roto** o casaco que ela lhe dera no Natal.

O saco foi **rompido/ roto** pelo João.

As meias estavam **rompidas/ rotas**»

«A verdade foi **omitida/ omissa**.

Essa informação foi **omitida/ omissa**.

Essa questão está **omitida/ omissa**»

«Têm **morrido/ morto** muitos idosos por causa do calor.

Esse cão está **morrido/ morto**» (Villalva e Almeida, 2005: anexo 1)

<sup>72</sup> Dezanove destes verbos eram prefixados, como *reescrever*.

<sup>73</sup> As palavras exatas de Said Ali (1964: 147) são as seguintes: «Alguns verbos têm, ou tiveram, dois participípios: um regular em *-ido* ou *-ado*, e outro irregular, proveniente do latim ou creado no próprio idioma português. A história destes participípios varia de verbo para verbo. Para obviar ao embaraço da superfluidade, procura-se em geral ou eliminar uma das formas, ou dar-lhe aplicação diferente». Assim, havendo um comportamento distinto de certos grupos de verbos num mesmo contexto e sabendo, através de Villalva e Almeida (2005), que esta variação afeta também diversos contextos, é, pois, relevante uma descrição completa dos usos do participípio passado dos verbos abundantes nos contextos sintáticos em que este pode surgir.

<sup>74</sup> Os verbos deste subgrupo são: *eleger* (tem elegido/ eleito), *expressar* (tem expressado/ expresso), *expulsar* (tem expulsado/ expulso), *extinguir* (tem extinguido/ extinto), *fritar* (tem fritado/ frito), *isentar* (tem isentado/ isento), *prender* (tem prendido/ preso), *romper* (tem rompido/ roto), *soltar* (tem soltado/ solto) e *suspender* (tem suspenso/ suspenso) (Villalva e Almeida, 2005: 291).

idênticas, não apenas no contexto identificado, mas em todas as construções analisadas (2005: 292).

Num outro subconjunto, tendo em conta os diferentes contextos pesquisados, Villalva e Almeida (2005: 294) albergam os verbos que «tendem a perder a forma fraca»: «*abrido, aceitado, cobrido, encobrido, entregado, escrevido, ganhado, gastado, limpado, pagado, salvado*» e também, em menor percentagem, «*elegido, expulsado, fritado, soltado, extinguido*». Como conclusão, afirmam mesmo que «a distribuição dos participípios não é sintacticamente controlada», havendo questões lexicais e idiossincráticas por detrás dos usos, pois regista-se «uma forte tendência para a escolha de uma das formas, nuns casos a fraca e noutros a forte» (Villalva e Almeida, 2005: 294).

Já Mória (2005: 115-119)<sup>75</sup> evoca os participípios passados duplos com o intuito de exemplificar casos em que considera atualmente existir alguma «*desadequação dos instrumentos de normalização linguística*» (Mória, 2005: 109). Neste aspeto, como nalguns outros, textos metalinguísticos de reconhecida relevância<sup>76</sup> «**simplificam artificialmente** as questões controversas, não deixando transparecer o estatuto discutível das normas adoptadas e, outras vezes, fazem **generalizações abusivas** que não resistem ao confronto com os factos linguísticos reais» (Mória, 2005: 110). Mória explica que, no caso dos participípios duplos, certas gramáticas generalizam uma regra distribucional que, para alguns verbos, não terá efetiva vitalidade. Comprovou facilmente esta constatação ao recolher as ocorrências de formas participiais regulares e irregulares de verbos abundantes no contexto *ter*<sup>77</sup> + *participípio passado* no corpus CETEM Público<sup>78</sup>, concluindo que «nesta área os instrumentos de normalização linguística são ineficazes» (Mória, 2005: 117).

---

<sup>75</sup> O artigo referido resulta da participação do autor numa mesa redonda subordinada ao tema «Norma, variação e desvio na gramática do português contemporâneo».

<sup>76</sup> Mória refere-se diretamente ao *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* e à *Nova gramática do português contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra.

<sup>77</sup> Mória (2005: 117-119) considerou relevante o contexto de tempos compostos, no entanto, esclareceu que, salvo alguns casos, «não foi feita uma triagem dos contextos para excluir possíveis casos irrelevantes (por se considerar que estes dificilmente ocorrerão ou serão em número insignificante)» (Mória, 2005: 119).

<sup>78</sup> O *CETEMPúblico* (*Corpus* de Extratos de Textos Eletrónicos Ministério da Ciência e da Tecnologia/Público) é um *corpus* da Linguatca com cerca de 180 milhões de palavras em português europeu

De facto, nem todos os verbos elencados como abundantes pelos textos gramaticais terão hoje a distribuição sintática neles prescrita<sup>79</sup>. Como veremos em mais pormenor no capítulo 3, aquando da análise dos textos pedagógicos e dos vários *corpora* considerados no presente estudo, as listas de verbos com participios duplos que as gramáticas apresentam contêm, na verdade, verbos com diferentes comportamentos (*vide* Mória, 2005: 118 e nossos subcapítulos 3.3 e 4.2). Incluem, até, certas formas que «embora estejam historicamente associadas a participios verbais, são hoje totalmente independentes como adjectivos» Como esclarece ainda Mória (2005: 118), «a sua associação a verbos em listas do tipo que mencionámos (...) não traz grandes vantagens ao utilizador da língua com dúvidas e pode mesmo induzir no erro de se considerar que estamos perante a mesma unidade lexical verbal (quando, em muitos casos, a diferença semântica é já muito acentuada)». Mória dá o exemplo de formas adjetivais como *afeto*, *tinto* e *confuso* – em tempos, formas de participio irregular dos verbos *afeiçoar*, *tingir* e *confundir* – que não se usarão hoje na voz passiva, ao contrário do que prediz a regra fornecida em certos instrumentos de normalização linguística.

Para além disso, alguns verbos apresentam, até, «tendências contrárias às generalizações das gramáticas» (Mória, 2005: 117). Será, por exemplo, o caso de verbos como *entregar*, *salvar* e *matar*, cujas formas irregulares surgem, no *corpus* CETEM Público, em percentagens bastante elevadas (94%, 92% e 89%), com o verbo *ter* auxiliar dos tempos compostos (Mória, 2005: 118).

Também Inês Duarte (2010) se refere ao caso dos participios duplos, para ilustrar o mote *mudam-se os tempos, muda-se a gramática*. Depois de comentar as listas de verbos abundantes de Cuesta e Luz (1971) e de Cunha e Cintra (1984) – de modo semelhante ao de Mória (2005) –, e de salientar a importância da consideração

---

disponível em <http://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>. Este *corpus* contém extratos de artigos de cerca de 2.600 edições do jornal diário português *Público*, entre os anos de 1991 e 1998.

<sup>79</sup> Mória (2005: 116) apresenta como exemplo da desadequação entre as listas de verbos abundantes e a regra de aplicação geral o caso do verbo *benzer*, ao qual Cunha e Cintra (1995) apontam duas formas participiais, *benzido* e *bento*. A aplicação da regra acima referida «levaria (...) ao absurdo de considerar uma frase como (15) como natural e a correspondente com participio regular (*foi benzido*) como agramatical:

(15) \*O novo edifício *foi bento* pelo padre».

Nos subcapítulos 3.1 e 3.2 analisaremos listas de verbos abundantes e o modo como são tratados estes temas em textos gramaticais e de cariz didático. *Vide* também o Anexo 1.

da subclasse a que pertencem os verbos para a explicação da distribuição sintática das formas participiais<sup>80</sup>, Duarte realiza uma pesquisa no *corpus* CETEM Público<sup>81</sup>, que lhe permite concluir que há uma «tendência de certos verbos transitivos muito frequentes [como *aceitar, entregar, expulsar, matar e pagar*], que ainda mantêm, para muitos falantes, formas duplas participiais, para privilegiarem a forma irregular» (Duarte, 2010: 17).

Procurando uma possível explicação para este fenómeno, Inês Duarte (2010: 19) convoca dados diacrónicos do inglês, língua em que os verbos que eram abundantes perderam uma das formas de participio passado duplo. No caso do inglês, muitas formas regulares foram criadas nos séculos XIII a XV, aquando de uma grande vaga de imigração escandinava nas zonas do Norte da Inglaterra. Estando em situação de aprendizagem de uma língua segunda, estes imigrantes assimilaram a flexão participial e utilizaram-na mesmo em verbos que possuíam uma forma irregular. Desta situação de variação, em poucos séculos, resultou uma mudança no sentido do desaparecimento da forma irregular. Terá sido, pois, a situação histórica de imigração que terá garantido a continuidade das formas regulares. Houve, no entanto, algumas exceções, no caso dos verbos mais frequentes, cuja forma participial irregular se afirmou e se tornou a única sobrevivente.

Para além das condições históricas peculiares no caso dos participios da língua inglesa, Duarte aponta um outro fator que, ao contrário do que acontece na Língua Portuguesa, propiciou o desaparecimento de uma das formas. O facto de, em inglês, não haver marcação de número e de género nem nas formas participiais usadas na passiva nem nos adjetivos fez com que não existissem marcas identificativas de «contextos privativos para cada uma das formas». Já em português, «tais marcas

---

<sup>80</sup> Duarte (2010: 17) destaca o facto de a distribuição sintática prevista nas duas gramáticas que analisou ser apenas verificável para os verbos transitivos. Efetivamente, «só com verbos transitivos é possível testar tal distribuição, uma vez que, nos restantes casos, apenas temos disponíveis a formação dos tempos compostos e as construções copulativas (ou outras aparentadas). Ora, nestas últimas, as formas participiais comportam-se como adjectivos, como o mostra o facto de nestes contextos ocorrerem formas adjectivais derivadas de participios verbais como *impensado* ou *inacabado*. Pertencem a este grupo os verbos inacusativos *nascer*, presente na lista de Cuesta & Luz (1971), *emergir* e *imergir*, constantes da de Cunha & Cintra (1984). Por maioria de razão, devem ser excluídos verbos inergativos, cujas formas participiais nunca podem ocorrer em construções copulativas, como acontece com o verbo *incorrer*, presente na lista de Cunha & Cintra (1984)».

<sup>81</sup> Duarte (2010: 17-18) procede apenas a uma pesquisa dos verbos *aceitar, entregar, expulsar, matar, pagar, benzer* e *submergir*.

distinguem os adjectivos e as formas participiais seleccionadas pelo auxiliar da passiva das seleccionadas pelos auxiliares dos tempos compostos». Então, segundo Duarte, «esta diferença morfológica terá permitido tanto a recategorização como adjectivos das formas irregulares de muitos verbos como a distribuição complementar das duas formas participiais com outros verbos»<sup>82</sup>.

Ainda assim, Duarte (2010: 19) registou uma semelhança entre os casos do inglês e do português, no que diz respeito a alguns verbos abundantes de elevada frequência, cuja forma regular parece estar a sofrer o *Blocking Effect*<sup>83</sup> «registando-se uma tendência para [a] eliminar».

Duarte (2010), Mória (2005) e Villalva e Almeida (2005) empreenderam, pois, uma «reflexão sobre o estranho caso dos verbos abundantes por via dos participios passados: porquê uns e não outros, porquê só alguns e não todos e por que é que a situação não estabiliza» (Villalva e Almeida, 2005: 281)? Na presente investigação também se abordará este «estranho caso», procurando, mais especificamente, retratar a variação sincrónica das formas participiais concorrentes no PEC e avaliar o comportamento das crianças em idade escolar, ao longo do desenvolvimento linguístico, relativamente à existência de variantes em conflito, esperando contribuir para o esclarecimento das questões agora referidas a propósito desta *área crítica* da Língua Portuguesa.

---

<sup>82</sup> Como veremos em 2.3.2, esta distribuição sintática é uma das razões para se manterem formas duplas (cf. Kroch, 1994).

<sup>83</sup> Recorde-se (*vide* nota 3) que Duarte (2010: 19) define este princípio morfológico do seguinte modo: «perante formas concorrentes que exerçam as mesmas funções, o processo de mudança acaba por privilegiar uma delas e eliminar a outra». No capítulo 2, trataremos este princípio em pormenor.

## 2 NORMAS EM CONFLITO

«nativelike command of heterogeneous structures is not a matter of multidialectalism or “mere” performance, but is part of unilingual linguistic competence»

Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 101.

Toda a língua viva é caracterizada por uma heterogeneidade *ordenada e estruturada* (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 100-101). Contudo, por vezes, um conflito entre variantes gera uma necessidade de reequilibrar e reestruturar todo o sistema. Se subscrevermos a ideia de que a língua é, por natureza, regida por um princípio de economia (Martinet, 1955)<sup>84</sup>, compreendemos que os casos de dupla morfologia são o exemplo concreto de um *ponto fraco do sistema*<sup>85</sup>, ao configurarem situações de potenciais mudanças. Com efeito, a redundância que consiste, por exemplo, na existência de duas formas participiais apresenta-se como forte motivo para a sua distribuição funcional ou para a eliminação de uma dessas formas, gerando, assim, uma situação de mudança linguística. Resta, portanto, perceber quais são as condições que mantêm vivas algumas formas duplas durante gerações de falantes<sup>86</sup>, mas também, e inversamente, quais os fatores que propiciam ou aceleram a

---

<sup>84</sup> Vide novamente nota 3 e, adiante, subcapítulo 2.2.1.

<sup>85</sup> Na verdade, em certa medida, a expressão *ponto fraco* não traduz a verdadeira essência do fenómeno subjacente ao princípio de economia linguística, já que, sendo o sistema inerentemente dinâmico, a capacidade de mudança se estabelece antes como o seu *ponto forte*. A contínua possibilidade de adaptação do sistema permite-lhe manter-se *vivo*.

<sup>86</sup> Cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 146; Labov, 1966.

conflitualidade entre variantes, consumando a mudança. Como decorrerá esse processo de mudança? Será nas fases de aquisição linguística que se desencadeia ou que se garante a concretização dos fenômenos de mudança? Estas são algumas das questões que inspirarão a reflexão a empreender neste capítulo.

Assim, e uma vez que, no capítulo seguinte, procederemos a uma análise comparativa dos *usos* e das *normas de uso* das formas participiais duplas em tempos compostos hoje existentes no PEC e registados em documentos variados, convirá, a este propósito, esclarecer como se poderá entender *norma*, já que existem aceções não coincidentes para este termo (2.1). Seguidamente, abordaremos a problemática da variação e da mudança linguísticas (2.2), com o intuito de refletirmos sobre as várias condições envolventes do processo que conduz certos fenômenos de variação a uma *conflitualidade geradora de mudança*. Então, ponderaremos em especial sobre os casos de *dupla morfologia* (2.2.1) e, em concreto, sobre o distinto modo de aquisição de formas regulares e de formas irregulares. Problematizaremos também a conexão entre o *princípio de economia linguística* e as tendências observadas na aquisição de formas duplas. É provável que, durante o processo de aquisição, haja uma natural evasão a fenômenos de redundância. Focaremos, então, alguma atenção no processo de *aquisição linguística*, apontado por Lightfoot (1999) como o período decisivo para a mudança (2.2.2).

Similar interesse poderá ter a investigação sobre o modo como a instituição escolar, por um lado, promove o estabelecimento do *contacto com a variedade normativa*, e, por outro, lida com a *variação* linguística e a inclui nas suas práticas. Neste sentido, também se refletirá sobre o desenvolvimento linguístico em decurso aquando da situação de ensino-aprendizagem em meio escolar (2.3). Atender-se-á, então, às *percepções de prestígio* que os professores transmitem aos alunos e às *atitudes linguísticas* que aqueles apresentam perante variantes concorrentes (2.4). As atitudes dos falantes para com os fenômenos linguísticos são, sem dúvida, fatores importantíssimos na inibição ou na promoção de variação e, por consequência, de mudança linguística.

## 2.1 NORMA(S)

«Linguists write rules and grammars to provide detailed and accurate descriptions of the knowledge that speakers have of their language. Linguists' rules are statements about what people do in the language, not regulations for what they should do. In this sense, the linguist's use of the word 'rule' is rather like the scientist's use of the word 'law'. The Law of Gravity does not say that objects should/ must/ ought to fall to the ground, but that objects *do* fall to the ground»

Cullen, 1994: 331.

Frequentemente se toma, de modo genérico, o termo *norma* como 'regra' ou 'preceito a seguir' e este valor estende-se ao conceito *linguístico* de *norma*, que assim reporta para o modo *correto* de falar, o modo como se *deve* usar a língua. Com efeito, nesta **aceção prescritivista**, a *norma* corresponde à variedade à qual é reconhecido o valor de modelo a seguir nas situações mais formais e à qual se associa a noção de *correção*. Tem sido esta a variedade preferencialmente descrita pela gramática tradicional; é esta a variedade que serve de veículo de comunicação na escola e que se utiliza para cumprir funções de comunicação ditas "altas", assumindo ainda, idealmente, uma função de garantia da intercompreensão e da inteligibilidade<sup>87</sup> entre

---

<sup>87</sup> Mateus e Nascimento (2005: 26) elencam brevemente diferentes tipos de causas para a existência de uma variedade normativa: «a norma tem justificações sócio-políticas e históricas, de carácter pedagógico e comunicativo». Historicamente, trata-se de uma variedade que se foi constituindo como preferencial por ser a usada pelas camadas da população com estatuto social mais elevado e pelos detentores do poder político. E, embora a heterogeneidade dialetal da Língua Portuguesa não seja tão geradora de ininteligibilidade como a que caracteriza outras línguas, a verdade é que a existência de uma variedade normativa tem também essa justificação de carácter comunicativo, ao garantir a intercompreensão entre todos os falantes. Acresce a esta justificação a de cariz pedagógico, na medida em que o domínio da variedade normativa permite o acesso à informação relativa a todas as restantes áreas de conhecimento.



todos os falantes de uma dada língua. Aliás, é esse um dos intuitos que preside à lecionação da variedade normativa em contexto escolar: permitir que os alunos se façam compreender em qualquer situação da sua vida<sup>88</sup>, concedendo a todos «o acesso (...) à língua padrão» (Sim-Sim, Duarte e Ferraz, 1997: 38).

No entanto, a verdade é que essa norma corresponde apenas a *uma das* variedades da língua histórica. Ainda assim, como é histórica, cultural e socialmente reconhecida<sup>89</sup> como a mais correta entre as variedades coexistentes, a *variedade normativa*<sup>90</sup> encontra-se investida de um certo valor simbólico (Bourdieu, 1977) que lhe permite assumir um estatuto superior na comunidade linguística. Ao sobressair como o uso *correto* por excelência, isto é, como o *bom uso*, a variedade selecionada impõe-se, em determinados contextos, em relação a outros usos possíveis e existentes<sup>91</sup>. O domínio competente da variedade normativa fornece ao falante a capacidade de se igualar ou de se superiorizar sócio-simbolicamente ao seu ouvinte.

---

<sup>88</sup> As palavras exatas do programa de ensino secundário (Seixas *et alii*, 2001/ 2002: 2) são as seguintes: «a aula de língua materna deve desenvolver os mecanismos cognitivos essenciais ao conhecimento explícito da língua, bem como incentivar uma comunicação oral e escrita eficaz, preparando a inserção plena do aluno na vida social e profissional, promovendo a educação para a cidadania, contribuindo para a formação de um bom utilizador da língua, habilitando-o a ser um comunicador com sucesso e um conhecedor do seu modo de funcionamento, sujeito que se estrutura, que constrói a sua identidade através da linguagem para poder agir com e sobre os outros, interagindo. Esta disciplina permitirá também que, no final do ensino secundário, o aluno seja capaz de interagir, oralmente e por escrito, receptiva e produtivamente, de forma adequada, nas situações de comunicação dos domínios gregário, transaccional e educativo, fundamentais para uma integração plena na sociedade, nomeadamente na resolução de questões da vida quotidiana. Saber ouvir e compreender e saber expressar as suas opiniões, receios, vontades e sentimentos é vital para assegurar uma boa participação na sociedade em que estamos inseridos».

<sup>89</sup> Mória (2005: 109) enumera quatro «critérios fundamentais para a definição da norma da variante padrão do português europeu»: «(i) a comunidade de suporte, nomeadamente os estratos mais escolarizados da população; (ii) o património escrito (onde se destacam os textos literários e os textos oficiais); (iii) os instrumentos de normalização linguística, particularmente gramáticas e dicionários, mas também instrumentos de divulgação feitos a partir deles (prontuários, guias da língua, manuais de estilo, etc.); (iv) considerações de carácter técnico sobre as estruturas linguísticas problemáticas».

<sup>90</sup> Outras expressões frequentemente usadas com sentido similar são *norma-padrão*, *norma culta* e *standard*, que habitualmente se usam por oposição a *variedades não standard*, *variedades vernaculares*, *variedades não normativas*.

<sup>91</sup> A variedade normativa resulta do processo de standardização, tornando-se a variedade capaz de representar toda a língua nacional a que pertence. Earl Joseph (1982) explica como a standardização se inicia frequentemente através de uma sinédoque, isto é, através de um processo em que se toma a parte pelo todo: um dialeto sinedótico emerge entre todos os outros, de tal maneira que quando alguém pensa na língua X já está a considerar apenas as características da variedade X. «It will become the 'standard' only after undergoing a series of changes in function, form and status – the 'standardization' process – of which synecdoche is the initial step» (Joseph, 1982: 489). Efetivamente, uma língua nacional é reconhecida como tal após esse processo sinedótico ter decorrido.

Ainda que a *variedade padrão* esteja associada ao valor de correção, na verdade, também esta está sujeita a alterações, isto é, a capacidade dinâmica inerente à língua caracteriza igualmente a variedade normativa. Uma vez que são as dinâmicas sociais que definem o modo adequado de comunicar, consoante a circunstância, o interlocutor e a intenção comunicativa, e dado que a sociedade está em constante mutação, então, também os padrões de valorização social das variantes linguísticas são alteráveis, podendo, em última análise, ser este um fator determinante para a mudança idiomática ou para a mudança de algum aspeto da variedade normativa. As inúmeras variedades que constituem uma língua, tanto as não normativas como a(s) normativa(s), estão, pois, sujeitas a diferentes avaliações subjetivas, consoante os tempos e a comunidade que as usa.

E, na verdade, pese embora a reconhecida valorização sociológica da *variedade* habitualmente designada de *normativa*, em termos objetivos e do ponto de vista linguístico, **todas as variedades se equivalem**. A teoria linguística moderna reconhece a igualdade entre as variedades idiomáticas e, por isso, a atitude do linguista é, por definição, não valorativa, sendo que todas as variedades se constituem como legítimos objetos de estudo.

A teoria coseriana foi decisiva para o desenvolvimento deste modo de encarar a variação linguística. Coseriu (1967) reestruturou a dicotomia saussuriana *langue/parole*, reconhecendo o plano da *norma* entre os da *fala* e do *sistema*. Ao fazê-lo, Coseriu conseguiu fazer incidir um foco sobre a regularidade linguística socialmente determinada.

«no se trata de la *norma* en el sentido corriente, establecida o impuesta según criterios de corrección y de valoración subjetiva de lo expresado, sino de la norma objetivamente comprobable en una lengua, la norma que seguimos necesariamente por ser miembros de una comunidad lingüística, y no aquella según la cual se reconoce que “hablamos bien” o de manera ejemplar, en la misma comunidad»

Coseriu, 1967: 90.

Ao distinguir *sistema*, *norma* e *fala*, o linguista separa o *sistema funcional* do *uso linguístico de um ou mais falantes que pertencem a uma mesma comunidade* (Coseriu, 1967: 43). Acrescenta que «en realidad, hay varias normas parciales (sociales, regionales) dado que la norma, por su misma índole, es siempre menos general que el sistema» (Coseriu, 1967: 77). Cada falante individual e cada grupo social – ou cada *comunidade linguística*<sup>92</sup> – seleciona – dentro dos limites do que é permitido pelo sistema da língua em causa – os seus usos linguísticos, assim dando corpo à sua própria norma.

«La norma puede coincidir aparentemente con el sistema (cuando el sistema ofrece una única posibilidad), así como la realización individual puede coincidir con la norma, pero esto no significa que pueda dejarse de distinguir los dos conceptos, que se refieren a distintos planos de abstracción. Sin embargo, la distinción adquiere evidencia sobre todo ahí donde el sistema admite una serie de variantes de realización, aparentemente facultativas»

Coseriu, 1967: 89-90.

Constituindo, pois, um nível intermédio entre *sistema* e *fala*, todas as normas obedecem a um conjunto de regras, configuram práticas próprias, explorando as diversas potencialidades do sistema. Assim, todas as variedades/ normas podem ser objeto de estudo dos linguistas. Aliás, será pela análise de cada uma das variedades/ normas que se pode aspirar a uma descrição do diassistema de uma língua.

Portanto, na teoria linguística atual, admite-se plenamente que o conceito de norma deve ser manuseado na sua aceção descritiva, já que «a linguística, em contraste com a atitude prescritiva, enfatiza a descrição de usos e variedades linguísticas» (Xavier e Mateus, 1990: 260). A variedade considerada representativa da «prática-padrão do discurso oral e escrito» (Xavier e Mateus, 1990: 260) é apenas *uma* das variedades a descrever pelo linguista.

---

<sup>92</sup> De facto, a complexidade do conceito origina a pluralidade de recortes do termo até hoje usados pelos linguistas (Bloomfield, 1984 [1933]: 42; Chomsky, 1975 [1965]; Labov, 1966, 1972; Labov, 1989: 2; Hymes, 1977; Gumperz, 1971 [1962]: 101; Gumperz, 1982: 24; Romaine, 1982; Milroy, 1982; Figueroa, 1994). Entre as diversas definições de *comunidade linguística*, algumas são de cariz linguístico, outras de tipo social ou sócio-cultural e outras ainda incidem sobre variáveis psicológicas.

Apesar de serem estes os princípios professados pelos teóricos da Linguística, a verdade é que os linguistas continuam a descrever *preferencialmente* a variedade normativa, isto é, aquela que, no caso da Língua Portuguesa, corresponde à variedade utilizada pelos falantes cultos de uma zona determinada do país: o eixo Lisboa – Coimbra (cf. Duarte, 2004). Assim, na prática, a norma que se encontra atualmente descrita com mais pormenor é a que corresponde a essa variedade. Por vezes, essa prática assenta, no entanto, na consciência explicitada de que a descrição corresponde apenas a uma parcela da realidade da língua em causa.

Na descrição dos vários *usos* do particípio passado de verbos abundantes no contexto sintático identificado, a que procederemos nos capítulos seguintes, consideraremos que estão em causa diferentes *normas*. Utilizamos, portanto, *norma* numa **aceção descritivista** e não prescritivista do termo. Ao estudar a variação em torno do particípio passado duplo, pretende-se, por isso, contribuir para a construção de uma **gramática de usos**. A descrição de usos permite encontrar as *normas*, isto é, como escreve Cullen (1994: 331), as “leis científicas” que regem as relações entre a *fala* e o *sistema*, apartando-se da formulação de “regras” orientadoras do comportamento verbal<sup>93</sup>.

Em vez de privilegiar a descrição das leis científicas *gerais* a todas as normas de uma língua, as gramáticas designadas *de usos*, registam as regras que governam o uso de cada uma dessas normas, podendo mesmo ser descritas as situações e os moldes em que alterações de registo de língua surgem.

Como desenvolveremos no subcapítulo seguinte, diferentes normas podem coexistir e conviver de forma pacífica, mantendo, cada uma, o seu lugar específico no sistema linguístico de uma certa comunidade linguística; noutras situações, a coexistência de variantes e de variedades pode igualmente dar origem a uma concorrência de normas que, por sua vez, pode levar ou à eliminação de alguma(s) dela(s), ou à sua distribuição funcional, isto é, a algum tipo de mudança linguística.

Prevedo que a área do particípio passado duplo constitua uma “*área crítica*” da Língua Portuguesa, coloca-se, portanto, a hipótese de uma **coexistência de normas**.

---

<sup>93</sup> Já Paiva Boléo (1974) deixava a prescrição de *regras* para o gramático, dirigindo o linguista no sentido mais neutro da descoberta das *leis* científicas de cada língua.

Os usos do particípio passado duplo preconizados ou descritos nos textos gramaticais e nos textos escolares que configuram a variedade histórica e socialmente prestigiada e os usos que ocorrem no discurso real de falantes do PEC poderão coincidir ou divergir, definindo-se, assim, uma ou várias normas distintas.

## 2.2 VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

«Not all variability and heterogeneity in language structure involves change; but all change involves variability and heterogeneity».

Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 188.

«We shall look to history – sometimes to the history of the English language and sometimes to cultural history – to understand quirks of the modern language. History will tell us why singers sing but hammers don't ham and fingers don't fing, why teachers taught but preachers never praught, why there is no apple or pine in pineapple, why boxing rings are square, why you can make amends but not one amend, why in the USA we park on driveways and drive on parkways, and why a slim chance and a fat chance are the same»

Lightfoot, 1999: 13.

Lightfoot (1999: 7) recorda Heraclito e a sua teoria do eterno devir para salientar que entre o “tudo” que flui estão as línguas. De facto, a dinâmica das línguas é a propriedade que as mantém vivas e atualizadas para o propósito maior da comunicação entre indivíduos. Unidade e diversidade contrabalançam-se, no interior de cada língua, com o intuito de garantir que tanto a *individualidade* como a *coletividade* encontrem as suas formas de expressão mais fiel. Assim, a heterogeneidade da Língua Portuguesa, tal como a das outras línguas, decorre não apenas do nível histórico, mas também do geográfico, do social, do situacional e do individual, níveis que se intrincam profundamente. O mesmo podemos dizer em relação

aos diversos níveis da gramática que são afetados pelo fenómeno da variação – a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe, a Semântica.

A **variação** é, portanto, um fenómeno complexo que consiste na existência de formas *opcionais* que concorrem para comunicar “o mesmo”. No entanto, como defendem os sociolinguistas, as variantes são apenas «aparentemente facultativas» (Coseriu, 1967: 89), ou seja, a variação é sempre condicionada<sup>94</sup>, seja por fatores linguísticos, seja por circunstâncias extralinguísticas. Assim mesmo, a coincidência funcional entre variantes é sempre apenas parcial.

De qualquer modo, a situação de variação é um fenómeno que ocorre, em primeiro lugar, em sincronia, mas que pode ter consequências em diacronia, já que a existência de variação é obrigatória para que haja mudança linguística (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 188). É o facto de duas formas serem variantes, nalgum momento sincrónico, que origina a possibilidade de uma das formas ser substituída pela outra, num contexto (gerando uma distribuição sintática) ou em todos, ou de ganharem especificações semânticas, consubstanciando igualmente a mudança. Mas nem sempre a variação origina uma mudança efetiva. A variante inovadora pode difundir-se e continuar em utilização durante muito tempo, mas, a certa altura, pode voltar a dar lugar à variante mais antiga.

Vários elementos condicionam este processo que medeia entre variação e mudança, sendo os fatores sociais um dos intervenientes. Na verdade, muitas vezes os condicionamentos externos à língua determinam fortemente a difusão das inovações, adquirindo assim um papel importantíssimo em todo o processo de mudança<sup>95</sup>. Não

---

<sup>94</sup> Vários autores propõem até o recurso a diferentes critérios para a definição do fenómeno de variação. López Morales (1993), por exemplo, utiliza o critério da *isofuncionalidade* por crer que há variação quando o *valor referencial* das variantes é idêntico. Beatriz Lavandera (1978) propõe antes a noção de *função comparável*. Segundo Lavandera, a função de duas variantes nunca será exatamente a *mesma*, pelo que será preferível utilizar um termo como *função comparável*.

No caso particular da nossa investigação, a variação morfológica intrinseca-se de modo complexo com a variação sintática. Se, contudo, isolarmos o contexto de tempos compostos da voz ativa, como pretendemos, podemos considerar que há *isofuncionalidade* ou uma *função comparável* entre as formas verbais construídas com a forma participial regular e com a forma irregular.

<sup>95</sup> Relativamente às condições desencadeadoras das mudanças idiomáticas (*vide* Hock, 1992), muitos linguistas têm tomado posições aparentemente opostas e exclusivas, dando relevância ou a fatores endógenos ou a fatores extralinguísticos. Na introdução de uma obra de Jones e Esch (2002: 3) sobre mudança linguística, Farrar e Jones referem-se de uma forma *sui generis* a esta tendência para a exclusividade do cariz externo ou interno das explicações para a mudança. Designam-na como «“either-or” mentality». *Vide* também Baxter, Blythe, Croft e McKane (2009).

são, pois, apenas condições linguísticas a afetar o curso que leva a variação à mudança: aspetos sociais<sup>96</sup>, culturais, situacionais, psicológicos têm implicações na padronização das variantes, afetam a sua difusão, determinam a velocidade da transição entre o momento da variação e a mudança propriamente dita e, conseqüentemente, condicionam o desenvolvimento da língua. Realmente, todos estes elementos podem funcionar como *mecanismos* catalisadores da *mudança linguística*<sup>97</sup>.

---

Hoje há, pelo contrário, linguistas que defendem uma análise conjunta de fatores exógenos e endógenos. James Milroy (2003: 146) defende até que «purely endogenous change cannot be empirically demonstrated to take place», já que é o falante que opta por uma determinada variante, não é a língua que muda por sua auto-criação. Aliás, se fatores sociais, comunicativos, cognitivos, assim como linguísticos, são *intervenientes* na mudança linguística, então Milroy (2003: 148) considera que devemos reconhecê-los como *endógenos*.

No fundo, pretende-se destacar que todas as condições, todos os tipos de fatores se intrincam profundamente, originando **mudanças nas normas e/ ou na língua**. Conseqüentemente, é preciso que os estudos sobre mudança linguística contenham análises *multivariadas* em que fatores externos e internos sejam conjuntamente tomados em consideração (Cf. *embedding problem* – Weinreich, Labov e Herzog, 1968; Labov, 1994). Em relação aos fatores exógenos em especial, Labov comprovou diversas vezes que são fortemente interativos (1994: 3).

<sup>96</sup> Na década de 60 do século XX, os primeiros estudos de William Labov realizados em Martha's Vineyard (1963) e na cidade de Nova Iorque (1966) introduziram a Sociolinguística em cena, tendo sido consideradas variáveis sociais na explicação de fenômenos de mudança linguística. Aspetos como o sexo, a idade, a ambição social e o grupo étnico começaram a ser tomados em consideração nos estudos linguísticos. A partir daí, a análise estatística dos resultados salientou a existência de probabilidades e esse tipo de análise quantitativa passou a ser recorrente. Então, passaram a estudar-se com mais pormenor possíveis causas (ditas) exógenas da variação e da mudança.

<sup>97</sup> Num texto matricial, onde expõem os princípios gerais de uma teoria que considera a motivação social fator determinante da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (1968) identificam cinco aspetos cruciais para a compreensão de todo o processo de mudança linguística: (i) *actuation*; (ii) *constraints*; (iii) *transition*; (iv) *embedding*; (v) *evaluation*.

O problema da *atuação* da mudança dá conta da essência da questão: «What factors can account for the actuation of changes? Why do changes in a structural feature take place in a particular language at a given time, but not in other languages with the same feature, or in the same language at other times? This *actuation problem* can be regarded as the very heart of the matter» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 102).

O segundo diz respeito aos *constrangimentos* que interferem na sucessão de estados de língua. É necessário identificar «[a] set of possible changes and possible conditions for changes» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 101), assim como o que impede que algumas mudanças avancem.

A *transição* diz respeito ao modo como se processam as fases que medeiam entre a variação e a mudança propriamente dita, isto é, como decorre a difusão da nova variante e como é que as flutuações entre variantes dão novamente lugar à homogeneidade. No fundo, tenta-se compreender como *estrutura* e *heterogeneidade* se conciliam, respondendo à questão: «if a language must be structured in order to function efficiently, how does it function as the structure changes?» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 150).

A quarta questão que se coloca consiste no estudo da *integração* ou do encaixe do produto das mudanças no sistema e na comunidade: «How are the observed changes *embedded* in the matrix of linguistic and extralinguistic concomitants of the forms in question? (That is, what other changes are associated with the given changes in a manner that cannot be attributed to chance?)» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 101).

O problema da *avaliação* das variantes linguísticas reside na apreciação subjetiva dos vários subsistemas coexistentes pelas comunidades de falantes (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 181).



Por outro lado, por vezes, há mesmo uma conjugação de *motivos* fomentadores de mudanças que, muitas vezes, ocorrem em cadeia (cf. Martinet, 1955). A mudança que ocorre num elemento linguístico pode ter repercussões em todo o sistema, que, então, se reajusta. Lightfoot (1999: 36; 45; 80) menciona, a esse propósito, a Teoria do Caos e o *efeito borboleta* de Edward Lorenz, para salientar que, tal como na natureza, uma pequena alteração pode provocar uma mudança irreversível em todo o meio ambiente, também na língua é possível que um simples caso de variação tenha repercussões em todo o sistema linguístico.

Note-se, contudo, que, de acordo com Coseriu, nem sempre as mudanças operadas afetam o sistema. De facto, tendo em conta a tripartição conceptual<sup>98</sup> do modelo coseriano, frequentemente, «el individuo (...) cambia la norma, quedando dentro de los límites permitidos por el sistema» (Coseriu, 1967: 107). As mudanças efetuadas em *atos de fala de um indivíduo* podem vir a originar alterações na *norma individual* e, após um momento de difusão, afetar a *norma social*, permanecendo esta, no entanto, fiel ao *sistema*. Pode ser o caso, por exemplo, da flexão de segunda pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo em português. De acordo com Mateus e Villalva (2006: 72), talvez o sufixo *-ste* já não seja a realização mais frequente dessa flexão. O sufixo variante *-stes* (cf. «tu *\*comprastes*») parece estar a propagar-se e, de facto, Mateus e Villalva apresentam várias condições favoráveis à mudança. Na verdade, o segundo sufixo referido existe no sistema, ainda que destinado à forma de segunda pessoa do plural. Tendendo esta para a eliminação – não apenas neste paradigma de flexão verbal –, e tendo em conta que «todas as segundas pessoas do singular terminam em [s], o aparecimento desta consoante também no pretérito perfeito configura um caso de regularização do paradigma» (Mateus e Villalva, 2006: 72). Assim, este caso específico de alteração à norma social pode mesmo vir a afetar também o sistema.

Perante a importância destes dois fenómenos – variação e mudança linguísticas – identificar as suas causas ou as condições que os originam ou favorecem torna-se um dos inúmeros propósitos de muitos estudos linguísticos. Embora identificar causas de

---

<sup>98</sup> A distinção entre os três planos *fala*, *norma* e *sistema* aplica-se ao processo de mudança, e, assim, podemos registar mudanças da *norma individual*, mudanças da *norma social* e mudanças do *sistema linguístico* (Coseriu, 1967; Lara, 1983: 169).

variação não corresponda exatamente a elencar causas de mudança linguística, a verdade é que, uma vez que a variação é uma das fases obrigatórias por que passam todos os itens linguísticos que sofrem um processo de mudança, frequentemente, identificar o motivo do aparecimento de variantes faz parte da explicação das causas da mudança<sup>99</sup> originada por esse processo inicial de variação.

Captar a dinâmica regular de variação é a finalidade de quem elabora “gramáticas de usos”. Maria Helena Moura Neves (2000: 14) afirma que a sua «*Gramática de usos do português* tem como objectivo prover uma descrição de uso efectivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português». Ora, ao descrever os usos *efetivos*, todos os elementos contextuais – linguísticos – e situacionais – não linguísticos – podem ser capitalizados para a compreensão de cada fenómeno de variação.

Tarallo e Alkmin (*apud* Duarte, 2004: 49) consideram que a reflexão sobre o prestígio de cada norma deve fazer parte da gramática de usos. A descrição tem, pois, de integrar informação detalhada sobre as variáveis que interferem no uso de cada variante, sobre as situações comunicativas que diversificam os padrões, enfim, sobre todos os paradigmas de variação, até porque todos os falantes têm, na verdade, uma

---

<sup>99</sup> Entre as forças geradoras de variação e de mudança linguística, para além de razões como o princípio da *economia linguística* (Martinet, 1955) ou, noutra terminologia – atuando de uma forma um pouco diferente, mas com resultados semelhantes –, o *Blocking effect* (Kroch, 1994; Lightfoot, 1999), há ainda outras como a *garantia de eficiência*, a *melhoria* dos recursos linguísticos e/ ou a sua *simplificação* (cf. Hock, 1992: 228). Os neogramáticos, por exemplo, evocaram frequentemente a tendência para a simplificação fisiológica como causadora da mudança. Mais tarde, com os estruturalistas, verificou-se que, na Fonologia, por exemplo, quanto menor fosse o número de traços distintivos entre constituintes sistemáticos, maior probabilidade haveria de passar a haver intercomutabilidade – isto é, variação – entre ambos e, mais tarde, até fusão. Outro exemplo de explicação interna para a mudança é o caso de fenómenos fonéticos de supressão, que os neogramáticos atribuíam à má percepção, sobretudo por parte das crianças. Ao nível da Morfologia, a tendência para a simplificação pode redundar numa redução da morfologia verbal – como a atestada para a variedade brasileira do português (Mateus e Nascimento, 2005: 23-28). Porém, William Labov é um dos que questiona essa suposta tendência para a simplificação, tendo mesmo concluído que nem sempre as mudanças são governadas por esse princípio do *mínimo esforço* (cf. Haugen, 1972 [1966]; Cabrera, 2002), havendo casos na Fonologia em que, pelo contrário, há um aumento da duração, da energia e até da complexidade da articulação de certa variante (Labov, 2002: 5).

Não raras vezes, o processo de *analogia* (*vide* Myers, 2000; cf. *reanálise* – *vide* Kemenade e Vincent, 1997) também é identificado como uma das forças motivadoras de mudança linguística. E, neste processo existe, em certa medida, alguma relação com a ideia de simplificação da língua, já que, ao haver a propagação de um padrão existente num item linguístico a outro, há uma espécie de tentativa de criar uma regra, onde esta não existe, reduzindo assim o número de *entradas* na memória. Perante uma certa tendência para a categorização e sendo a *indução* um dos processos intervenientes na aquisição linguística (Lightfoot, 1999), a inovação causada pela analogia pode mesmo revelar-se uma frequente origem de variação. Kroch (2001: 5) define *indução* como «inferential process by which the child draws grammatical conclusions from the data». *Vide* subcapítulos seguintes.

competência multiletal (Matthews, 2003: 13<sup>100</sup>; Carvalho, 1998: 189), usando, num momento, uma das normas e, num momento distinto, outra mais adequada<sup>101</sup> à situação e ao interlocutor. Assim, só a ponderação dessas variáveis permitirá a descrição completa das normas.

«Tal gramática deveria, em princípio, descrever o conjunto de variáveis lingüísticas em uso numa determinada comunidade, atribuindo a cada uma delas o seu valor social, isto é, definindo os limites de seu espaço. Mais importante ainda, tal gramática demonstraria, de um lado, a convivência pacífica, a coexistência, a coocorrência das variedades e, de outro, a concorrência e o entrecruzamento entre elas, às vezes não tão pacífico; enfim, descreveria os fenômenos de mescla intracomunitária. (Tarallo & Alkmin, 1987: 10-11)»

Duarte, 2004: 49.

Uma gramática de usos como a preconizada nestas palavras permitiria ainda uma reflexão aturada sobre os casos em que a variação potencia situações de mudança linguística (cf. Kroch, 1994; 2001).

Seja no caso de uma variante inovadora que se difunde pelos falantes de uma variedade, seja no caso de uma variante que é característica de uma variedade e que passa a ser utilizada também pelos falantes de outra variedade, uma gramática de usos, através da explicitação das dinâmicas de variação, poderá ajudar a compreender, *in vivo*, como decorre a mudança linguística. A partir de várias descrições sincrónicas de usos efetivos de uma língua poderemos comprovar, na prática e com elementos concretos, como se processaram as fases da mudança linguística identificadas, por exemplo, por Coseriu (1978). Este linguista considerava que, após a introdução de uma variante, poderia haver a sua *difusão* e, posteriormente, uma *distribuição* das duas variantes por duas funções diferentes ou poderia haver a *seleção* de uma das variantes

<sup>100</sup> Matthews (2003: 13) usa o termo «'idiolectal multilingualism'».

<sup>101</sup> De certa forma, os estudos dialetológicos, responsáveis por evidenciar a diversidade diatópica interna das línguas, permitiram uma relativização dos conceitos de *correção* e de *prestígio*, o que terá originado a necessidade de elaboração de gramáticas que incorporem descrições e dados relativos não apenas à variedade padrão, mas também às várias normas regionais. Chambers e Trudgill intitulam-nas de «POLYLECTAL GRAMMARS» (Chambers e Trudgill, 1988: 51). Da mesma forma, as “gramáticas de usos” seguem essa tendência, descrevendo-se nelas não necessariamente uma variação de tipo diatópico, mas de tipo sócio-situacional. Neste caso, a *adequação* sobressai como um conceito crucial.

e consequente desaparecimento da concorrente<sup>102</sup>. Caso a variante sobrevivente seja a nova, ter-se-á concluído o processo de mudança idiomática. Ora, ao encontrarmos descritas, em gramáticas de usos, situações em que determinada variante ocorre apenas nalguns contextos linguísticos ou em certas situações de comunicação, enquanto outra surge atestada noutros contextos e/ ou noutras situações, podemos colocar legitimamente a hipótese de estar perante um fenómeno de mudança em desenvolvimento; o uso da forma mais conservadora pode, por exemplo, começar a cingir-se aos contextos mais formais, indiciando assim ou uma seleção da forma inovadora ou uma distribuição das formas.

Na verdade, como a Sociolinguística demonstrou, para compreender todo o percurso de mudança, é crucial investigar as várias sincronias em que se regista variação pode oferecer resposta a algumas das questões formuladas. Foi dessa forma que se desenvolveu o conceito de *mudança linguística em curso*. Labov (1972, 1994/2001, 2002; Weinreich, Labov e Herzog, 1968) foi um dos investigadores pioneiros na utilização deste conceito. Através de estudos sociolinguísticos sincrónicos em que a variável *idade* é central, é possível investigar a *distribuição etária das variantes linguísticas* e verificar se esta disposição pode revelar alguma *mudança linguística em tempo aparente*. No fundo, pretende-se comparar quantitativamente a produção de variantes entre gerações de falantes, obtendo registos em *tempo aparente*, já que, em tempo real, para se obterem dados com igual extensão longitudinal em termos etários, precisaríamos de acompanhar a produção de um mesmo grupo de indivíduos durante toda a sua vida<sup>103</sup>.

A possibilidade de *deteção*<sup>104</sup> de potenciais mudanças em curso através da *observação da variação linguística* distribuída pelas diferentes faixas etárias de

---

<sup>102</sup> Outros linguistas consideram diferente número de fases. *Vide*, por exemplo, Blythe e Croft (no prelo) que defendem a existência de duas fases da mudança, a inovação e a propagação ou difusão.

<sup>103</sup> Para além disso, esta metodologia oferece ainda a possibilidade de repetir, passados alguns anos, estudos deste tipo, integrando de forma complexa dados do tempo real e do tempo aparente.

<sup>104</sup> O sociolinguista James Milroy (2003: 149) afirma que, na realidade, não temos acesso ao processo de mudança em si mesmo, por isso não podemos dizer propriamente que *observamos* a mudança linguística em tempo aparente. Segundo Milroy, apenas podemos *detetar* a mudança em curso em estados sincrónicos comparando “*outputs*” ou *produtos de variação* em diferentes estados atuais da língua.

comunidades vivas de falantes permitiu enormes avanços na compreensão do todo o fenómeno de mudança<sup>105</sup>.

No entanto, para além de haver casos de variação que não chegam a originar mudança linguística, a duração das situações de variação é também muito inconstante, havendo algumas que rapidamente se resolvem, enquanto outras permanecem durante séculos. É, por isso, importante considerar também esses casos, com o intuito de compreender quais as situações que favorecem essa coexistência de variantes. No próximo subcapítulo, abordaremos especificidades do tipo de variação que constitui objeto do nosso estudo e ponderaremos precisamente sobre a força de certos fatores potencialmente promotores ou inibidores da mudança. No caso de formas duplas, como acontece com o particípio passado, será relevante apreciar a importância do princípio da economia linguística.

### 2.2.1 O caso das formas duplas

Como já explicámos<sup>106</sup>, as situações de dupla morfologia podem ser originadas por dois tipos de mecanismos, nomeadamente (i) processos de formação de palavras e (ii) processos de flexão. No caso concreto da *dupla morfologia* participial, as duas formas são geradas pelo conjunto dos dois processos, sendo que a forma regular é formada flexionalmente, enquanto que a forma irregular é criada derivacionalmente (Brito e Duarte, 1989: 223; Villalva, 2009)<sup>107</sup>. Noutros casos, apenas um dos processos ocasiona formas duplas. Por exemplo, as palavras *congelação* e *congelamento* foram

---

<sup>105</sup> Vide, por exemplo, Kroch, 2001: 36-37.

<sup>106</sup> Vide nota 2 e subcapítulo 1.2.

<sup>107</sup> Como explicaremos brevemente mais à frente neste subcapítulo, também o *simple past* inglês teve, em tempos, duas formas originadas pelos dois mecanismos identificados. Ao contrário do *sincretismo*, em que uma forma flexionada corresponde a mais do que um traço morfossintático (Aronoff e Fudeman, 2011: §6.4), no caso do *Simple Past* inglês, houve momentos em que duas formas, uma regular e uma irregular, coexistiram. Nuns casos, a forma regular era a etimológica (*dived – dove; sneaked – snuck*), noutros casos, mais frequentes, segundo Ann Taylor (1994, «Variation in Past Tense Formation in the History of English», in Roumyana Izvorski et al. (eds.) *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, 1, p. 143-159 *apud* Kroch, 1994: 7), a forma irregular mais antiga passou a conviver com a forma inovadora regular (*welk – walked; awoke – awaked*).

ambas obtidas no âmbito de processos de formação de palavras, através da associação de afixos diferentes a uma mesma base, originando, pois, dois lexemas diferentes, com significação idêntica. Por outro lado, temos igualmente casos em que o diferente preenchimento de um constituinte morfológico gera variantes de uma mesma unidade lexical, como acontecia, no português arcaico, com *recebido/ recebido*.

De acordo com Lightfoot (1999: 98), o fenómeno da dupla morfologia não é comum<sup>108</sup>. Mas, mais do que atestar «the relative rarity of doublets in the languages of the world», vários linguistas afirmam mesmo que, quando surgem formas duplas, estas são *diacronicamente instáveis* e tendem a desaparecer (Kroch, 1994: 185; Lightfoot 1999: 94-100).

«In general, grammars do not manifest optional, free alternations, and where languages have alternations, they are diachronically unstable and represent a transition whereby one of the grammars is driven into disuse»

Lightfoot, 1999: 94.

Essa instabilidade decorre do facto de as variantes estarem em competição, e, de acordo com Kroch (1994), a mudança que daí decorre – tal como acontece com a variação de tipo sintático – é gradual<sup>109</sup>.

Recuperando o conceito primeiro apresentado por Aronoff (1976: 43), Lightfoot (1999) e Kroch (1994) acreditam haver um *Efeito de Bloqueio* («*Blocking effect*») à existência de formas duplas, com origem num princípio da Gramática Universal (Lightfoot, 1999: 97) que explica o facto de, normalmente, não existirem formas duplas nas línguas do mundo. Assim, ainda que, por alguma razão, surjam duplas formas, estas tendem a desaparecer ou a deixar de ser equivalentes. Teoricamente, os autores

---

<sup>108</sup> Kroch (1994: 2), pelo contrário, afirma que «morphological doublets occur quite frequently». Contudo, Kroch engloba os casos de sobregeneralização na sua referência à dupla morfologia.

<sup>109</sup> De acordo com Kroch (1994: 5) «the historical evolution of morphological doublets is similar to that of syntactic variants»; «we have proposed that variation in the course of syntactic change is between options that are grammatically incompatible and, therefore, that the variation reflects grammar competition». Segundo Kroch (1994: 7), em relação às duplas formas de *past tense*, a análise de citações do *Oxford English Dictionary* permitiu concluir que «the average life span of doublets (...) is 300 years». Num caso de mudança sintática, Kroch (2001: 26-27) registou semelhante duração: desde o início da variação entre o uso de um verbo principal e o uso do verbo auxiliar *to do* seguido do verbo principal até à mudança que consistiu na substituição da primeira variante pela segunda decorreram cerca de 300 anos. Note-se, contudo que, apesar de a fase de variação mais acentuada ter realmente durado 300 anos, noutro artigo, Kroch (1989a: 133) refere que, pelo menos no que concerne às frases interrogativas e negativas, este processo se prolongou desde o século XIII até ao século XVIII.

apresentam, então, três possibilidades de destino para as duplas formas: (i) uma das formas pode acabar por desaparecer; caso isso não aconteça, (ii) ou há uma distribuição por diferentes contextos sintáticos ou (iii), no caso do léxico, há a especialização semântica de cada uma das variantes (Kroch, 1994: 1-8). Nestas últimas hipóteses (ii e iii), embora as formas sobrevivam, deixam de existir como formas equivalentes e variantes, perdendo algo do seu caráter de duplicidade.

Para Kroch (1994: 6) – e também para Lightfoot (1999: 98) –, o aparecimento excepcional de formas duplas é explicado sociolinguisticamente; porém apenas o contacto de línguas ou dialetos é referido como fator propiciador do aparecimento de formas duplas. Por exemplo, no caso do *simple past* inglês «the best explanation for the occurrence of doublets is sociolinguistic: Doublets arise through dialect and language contact and compete in usage until one or the other form wins out» (Kroch, 1994: 6).

Segundo Kroch (1994: 9) o *efeito de bloqueio* aplica-se aos dois tipos de formas duplas por nós identificado no início deste subcapítulo<sup>110</sup>, já que aquele é descrito como «a global principle of economy that applies to the lexicon and rules out functionally equivalent items», assim como é referido a propósito de casos em que as formas duplas são obtidas por mecanismos distintos, uma por via de aplicação de regra flexional (forma regular), e outra por derivação (forma irregular).

Note-se que o *efeito de bloqueio* (Kroch, 1994: 17) «does not prevent doublets from arising in a language by sociolinguistic means»; «instead, the effect appears to be a global economy constraint on the storage of formatives, which resists addition to the lexicon of forms equivalent to ones already learned». Na verdade, apesar da tendência para o efeito de bloqueio à dupla morfologia, não fica impedido o seu aparecimento e, até, a existência secular de formas duplas. Com efeito, se Weinreich, Labov e Herzog (1968: 146) referiam a possibilidade de existirem casos de variação que continuam por várias gerações até chegarem a originar efetivas mudanças, no caso de formas duplas a duração desse processo pode ser ainda mais incerto. As mesmas razões que originam a

---

<sup>110</sup> Segundo Kroch (1994: 1-2) «doublets are always reflections of unstable competition between mutually exclusive grammatical options». Ao explicar o conceito de *blocking effect*, Kroch identifica os casos que considera constituírem «morphological doublets». Diferentemente da nossa utilização deste conceito, Kroch (1994: 5-6) refere apenas os casos em que uma forma regular cede o lugar a uma forma irregular. Contudo, na mesma obra, mais adiante, Kroch (1994: 9) refere que também o léxico é abrangido por esse efeito de bloqueio.

criação das formas duplas podem permanecer durante muitos anos. De qualquer modo, de acordo com Kroch, é no momento da *aquisição* que, mais cedo ou mais tarde, uma das formas é pressionada de tal modo que ou desaparece ou se diferencia (semântica ou sintaticamente) da outra.

«Nevertheless, over long periods of time, the constant pressure of economy on acquisition seems to win out over sociolinguistic variation in the history of doublet forms»

Kroch, 1994: 17.

Com efeito, temos, na Língua Portuguesa, casos como *salvação/ salvamento e aparição/ aparecimento* em que se regista uma especialização semântica para cada um dos elementos do par; no entanto, encontramos igualmente outras situações, como a de *congelação/ congelamento*, que não evidenciam uma distinção semântica inteiramente clara (cf., ainda assim, *congelamento de propinas/ salários ; \*congelação de propinas/ salários*). Segundo os dados do CORLEX<sup>111</sup>, o lema *congelação* apresenta maiores níveis de frequência (3º patamar) do que o lema *congelamento* (2º patamar). Não temos, contudo, dados para saber se nos encontramos no período em que se processa uma especialização semântica dos termos. Por vezes, há uma preferência por variantes diferentes em variedades distintas, por exemplo, *patinagem* é a forma usada na variedade europeia da Língua Portuguesa, enquanto a variante *patinação* é a usada na variedade brasileira. Nestes casos, há, portanto, condições para a conservação das duas formas. Recordamos outros casos de coexistência de variantes que configuram situações de dupla morfologia na flexão verbal e que acabaram por ser resolvidas através do desaparecimento de uma das formas: participios em *-udo/ -ido*; terceira pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo de verbos irregulares (ex.º: *fazer: fez/ feze*).

No que concerne a estes casos de dupla morfologia referidos no parágrafo anterior, os linguistas não apontam nenhuma das formas como naturalmente

---

<sup>111</sup> O CORLEX é um *corpus* de frequência lexical organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa com base em 16.210.438 palavras do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo. Os lemas pertencentes a este *corpus* foram agrupados em doze patamares de frequência. Esses doze patamares são os seguintes: (1º) 6-10; (2º) 11-31; (3º) 32-100; (4º) 101-316; (5º) 317-1.000; (6º) 1.001-3.162; (7º) 3.163-10.000; (8º) 10.001-31.622; (9º) 31.623-100.000; (10º) 100.001-316.227; (11º) 316.228-1.000.000; (12º) 1.000.001-3.162.27.



favorecida em detrimento de outra. Porém, no que diz respeito ao tipo de dupla morfologia que decorre da associação de diferentes tipos de constituintes morfológicos (flexionais e derivacionais), havendo uma forma regular e uma forma irregular, a situação torna-se distinta dos restantes casos, já que alguns investigadores dizem haver uma **prevalência da irregularidade na memória**. Aparentemente, o efeito de bloqueio não costuma, pois, ser bilateral, já que, na sua definição de *Blocking effect*, Kroch apenas atesta a possibilidade de ser a forma *regular* a que sofre bloqueio; assim, segundo este linguista, a forma *irregular* fica favorecida, sendo, em princípio, esta a que sobrevive<sup>112</sup>.

«The presence of an irregular form in a paradigmatic slot **blocks the appearance of the regular form** that would have occupied that slot under the relevant morphological rule»

Kroch, 1994: 5-6 (negritos nossos).

Com efeito, em estudos relacionados com a aquisição de formas irregulares<sup>113</sup>, registamos uma tendência para a prevalência da irregularidade, após esta ter sido suficientemente averbada na memória, bloqueando, assim, futuras ocorrências da forma regular.

No mesmo sentido vai a observação de Pinker a propósito de **sobregeneralizações** realizadas por crianças falantes de língua inglesa que usam uma forma regular num verbo que tem forma irregular de *simple past*. Pinker (1995b: 111) afirma que o que posteriormente bloqueia o uso da forma regular é apenas o simples facto de a forma irregular já ter sido ouvida e registada no dicionário mental (Pinker, 1995b: 129).

«The problem with overregularizations is not that they have never been heard before; it's that the irregular counterpart *has* been heard. There must be a piece of adult psychology that causes the experience of hearing an irregular form like held to block the subsequent application of the regular

<sup>112</sup> No entanto, como veremos ainda neste capítulo, nem sempre é a forma irregular a que prevalece.

<sup>113</sup> Vide subcapítulo 2.2.2, a propósito da aquisição de formas irregulares e da problemática acerca da frequência da sua ocorrência.

“add -ed” rule to that item. Some linguists have called this mechanism the *Blocking principle*»

Pinker, 1995b: 111-112.

Lightfoot (1999: 97) refere igualmente esta situação:

«once a child knows that *went* is the past tense of the verb *go*, then it automatically follows from this economy restriction that *goed*, which most children experiment with to a greater or lesser degree, must not be a coexisting form, and drops out of the child’s usage»

Pinker sente necessidade de explicar que este princípio de bloqueio é *causa e não efeito* da aprendizagem da criança, condicionando-a; contudo se a criança tivesse esse mecanismo de bloqueio desde a nascença, a sobregeneralização não chegaria a acontecer. Então, Pinker destaca que o desenvolvimento ontogénico da memória<sup>114</sup> explica o efeito mais tardio do princípio do bloqueio: a memória tem de ser exposta a uma irregularidade mais do que uma vez<sup>115</sup>, havendo, a cada exposição auditiva ou visual de uma dada forma linguística, cada vez maior probabilidade de recuperação da mesma aquando da produção oral.

«People do not remember an arbitrary pairing (like a name with a face, or a treaty with a date) perfectly on a single exposure. It often takes repeated encounters, with the probability of successful retrieval increasing with each encounter»

Pinker, 1995b: 113-114.

Paradis (2004) e Ullman (2004) apontam no mesmo sentido. Paradis, ao descrever a sua Teoria Neurolinguística do Bilinguismo, explica que, para ativar um item linguístico, é necessário atingir um limiar de ocorrências («Activation Threshold

---

<sup>114</sup> Vide também Paradis, 2004.

<sup>115</sup> Daí a extrema importância do *input* (Pinker, 1995b: 117).

Vide também Marcus *et alii* (1992). Segundo estes autores, «the more often a parent uses an irregular form, the less often the child overregularizes it» (Marcus *et alii*, 1992 : 5). Mais uma vez, a frequência de ocorrência no *input* demonstra ser um aspeto relevante no processo de aquisição.

Hypothesis» Paradis, 1987<sup>116</sup>; 2004: 28). Para esse limiar contribui não apenas a frequência com que o item surge no *input* e é produtivamente usado pelo falante, mas também o caráter recente do uso e da exposição a essas ocorrências.

«an item is activated when a sufficient amount of positive neural impulses have reached its neural substrate. The amount of impulses necessary to activate the item constitutes its activation threshold. Every time an item is activated, its threshold is lowered and fewer impulses are required to reactivate it»; «the availability of an item is a function of the frequency and recency of its activation (Luria, 1974)»

Paradis, 2004: 28

Segundo Ullman (2004) – que trabalha no quadro do *paradigma declarativo-procedimental*, um dos mais recentes modelos relativos aos tipos de memória envolvidos, nomeadamente, nos processos de aquisição e de aprendizagem linguísticas – as irregularidades linguísticas são armazenadas na memória declarativa. Segundo este autor, a memória de longo prazo é composta pela *memória procedimental*, que se liga ao *conhecimento implícito*, e pela *memória declarativa*, relacionada com o *conhecimento explícito*. A partir do *input* linguístico, o sistema procedimental descobre a estrutura regular subjacente e regista-a. Pelo contrário, e como se referiu, é a memória declarativa que dá conta das irregularidades linguísticas. Ora, acontece que, no que concerne à capacidade de processamento de nova informação linguística, a memória procedimental tende a ficar progressivamente menos disponível à medida que a idade avança, ao passo que a memória declarativa vai melhorando progressivamente até à idade adulta. Assim, haverá uma crescente facilidade em memorizar as irregularidades linguísticas.

Pinker (1995b) refere ainda mais um facto relevante: depois de estudar várias hipóteses acerca da intervenção do processo analógico<sup>117</sup> na aquisição linguística,

<sup>116</sup> Paradis, Michel (1987) «Neurolinguistic Perspectives on Bilingualism». In M. Paradis e G. Libben *The Assessment of Bilingual Aphasia*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 1-17.

<sup>117</sup> Prasada e Pinker (1993) comentam a existência de três grupos de teorias de acordo com as quais (i) há regras (ou princípios) que operam nas irregularidades linguísticas (gerativistas), (ii) é a analogia o processo envolvido tanto nas irregularidades quanto nas regularidades (conexionistas) e (iii) há regras que atuam nas regularidades e há analogia nas irregularidades (teorias híbridas). De qualquer forma, e tal como já vimos em 2.2 (nota 99), o processo de *analogia*, assenta na deteção de aspetos em *comum*

concluiu que as crianças também sobregeneralizam o padrão irregular, o que significa que há maior facilidade em memorizar verbos irregulares quando estes são semelhantes a outros verbos irregulares (Pinker, 1995b: 129)<sup>118</sup>. Myers (2000: 189)<sup>119</sup> recorda estudos que, em certa medida, confirmam esta tendência:

«people tend to extend irregular patterns more readily when there are more exemplars in the lexicon. For instance, Bybee and Moder (1983) found that speakers give the nonsense word *spling* the past tense form *splung* (by analogy with *cling*, *fling*, *sling*, *sting*, *string* and *wring*) more often than they give *shink* the past tense form *shunk* (which is only similar to *shrink*, *slink* and *stink*). In short, real people, like connectionist models, use irregular inflection by making analogies with exemplars in memory»

Em Marcus *et alii* (1992: v-vi) registam-se, igualmente, evidências da importância da semelhança sonora entre formas irregulares para a sua aquisição. Neste estudo, os autores assinalam uma tendência para as crianças não procederem a sobregeneralização quando as formas irregulares são foneticamente análogas:

«Verbs are protected from overregularization by similar-sounding irregulars, but they are not attracted to overregularization by similar-sounding regulars, suggesting that irregular patterns are stored in an associative memory with connectionist properties, but that regulars are not»

---

entre itens linguísticos, ou, por outras palavras, consiste em procurar redes de associação, de forma semelhante com o que acontece no reconhecimento de uma regra. No fundo, se recordarmos o paradigma de Ullman (2004) relativo aos processos da memória humana, compreendemos melhor toda esta problemática: na memória declarativa armazenam-se as irregularidades; a memória procedimental opera sobre o conhecimento implícito implicado no processamento de formas regulares. Havendo, na cognição humana, uma propensão para a categorização, há, por vezes, uma reinterpretação dos dados registados na memória declarativa, tentando encontrar neles alguma semelhança que permita estabelecer uma categoria, uma regularidade.

Enfim, na verdade, temos várias hipóteses de trabalho relativamente ao nosso objeto de estudo e não colocaremos nenhuma das teorias completamente de parte.

<sup>118</sup> Verificaremos se esta hipótese se confirma nos dados relativos a crianças e adolescentes por nós recolhidos e analisados no capítulo 4. Com efeito, uma vez que, no caso do participio passado, colocamos a hipótese de haver um conjunto de verbos em que a forma irregular invade o contexto de uso previsto para a forma regular, há a possibilidade de a analogia ter contribuído para essa situação – pelo menos no caso de alguns verbos (como *entregar*, *empregar* e *encarregar*).

<sup>119</sup> Myers (2000: 189) é um dos que defende que o processamento das irregularidades se faz através da analogia, ao passo que as regularidades se realizam «as if processed by an exemplar-independent general rule».

Assim, a ausência ou a presença de elementos suficientes na memória para produzir a forma irregular é decisiva para que a criança a use ou tente encontrar uma solução alternativa, sobregeneralizando.

«Children, like adults, mark tense using memory (for irregulars) and an affixation rule that can generate a regular past tense form for any verb. Retrieval of an irregular blocks the rule, but children's memory traces are not strong enough to guarantee perfect retrieval. When retrieval fails, the rule is applied, and overregularization results»

Marcus *et alii*, 1992: vi.

De qualquer modo, todos os estudos sobre sobregeneralização preveem que esta situação termine quando a memória da criança já tiver recebido a forma irregular em quantidade suficiente para bloquear a forma regular, servindo, portanto, como mais uma situação em que, mais cedo ou mais tarde, a forma irregular se sobrepõe à regular<sup>120</sup>.

Apesar de todas estas evidências acerca da prevalência da forma irregular, há casos em que esta não se verifica, parecendo haver condições que, pelo contrário, favorecem a forma regular. Eric Fuß (2005: 243), por exemplo, refere o caso das formas participiais em alemão. Nesta língua, como em inglês, frequentemente as formas irregulares são as etimológicas, ao passo que a maior parte das formas regulares, de acordo com Fuß, terão sido criadas por nivelamento analógico. Apesar de serem as formas regulares as menos especificadas e, segundo Fuß, por princípio,

<sup>120</sup> Também há investigações sobre a aquisição de formas regulares e de formas irregulares da Língua Portuguesa. É o caso do estudo de Castro (2010), em que se averiguam as realizações de crianças dos 2 aos 5 anos de plurais de nomes e pseudo-nomes terminados em *-ão*. Castro (2010: 288) concluiu que as crianças de 2 e 3 anos usam maioritariamente a «regra geral de pluralização de nomes em português (adicionar /-s/ à forma singular do nome)». Esta situação de sobregeneralização só diminui consideravelmente aos quatro anos de idade, momento em que as crianças passam a usar a terminação em *-ões*, que corresponde ao «padrão de forma de plural mais frequente» (Castro, 2010: 286) – isto é, o mais produtivo para os nomes. No entanto, «as crianças da faixa etária dos 4 e 5 anos estão ainda longe do desempenho dos adultos» (Castro, 2010: 288), havendo até, no grupo dos 5 anos «uma inversão da tendência de aumento de respostas em *-ões* e um acréscimo de respostas em *-ãos*» (Castro, 2010: 285). Castro (2010: 287) afirma que «este padrão de resposta de retrocesso em crianças de idade pré-escolar é coincidente com o descrito em outros estudos de aquisição de morfologia (Marcus *et al.* 1992, entre outros)». De acordo com Castro (2010: 287), «a falta de consistência no padrão de resposta das crianças mais velhas pode revelar uma consciência linguística da variação».

menos propícias a serem favorecidas pelo *Blocking effect*, no que concerne às formas participiais alemãs, foram essas as sobreviventes. Parece, portanto, que o bloqueio não é unilateral, podendo, nuns casos, ser favorecida a forma mais especificada e, noutros, a que é a menos especificada.

Como já referimos em 1.2, Inês Duarte (2010: 18-19) menciona o caso semelhante das formas participiais duplas existentes em fases anteriores do inglês. De acordo com a autora, o facto de ter havido uma grande vaga de imigração escandinava nas zonas do Norte de Inglaterra ocasionou a produção de muitas formas regulares entre os séculos XIII a XV. A situação de aquisição de uma língua segunda terá, nesse momento, favorecido a sobrevivência dessas mesmas formas regulares, sobretudo no caso dos verbos de reduzida frequência, destacando-se apenas alguns casos excepcionais de verbos muito frequentes, cuja forma participial irregular acabou por dominar.

Recordemos ainda que Duarte explica as possíveis razões que terão proporcionado uma mudança rápida no inglês, por contraponto com a prolongada situação de variação participial na Língua Portuguesa. Na opinião de Duarte (2010: 19), se, em português, há marcas – de concordância de género e número – que discriminam as formas participiais usadas na passiva das que surgem em tempos compostos, pelo contrário, em inglês, não havia esse tipo de distinção entre as formas destinadas a cada contexto. Assim, «esta diferença morfológica terá permitido tanto a recategorização como adjectivos das formas irregulares de muitos verbos como a distribuição complementar das duas formas participiais com outros verbos»<sup>121</sup>, continuando a existir duas formas participiais para muitos verbos. Ora, como vimos (Kroch, 1994), a distribuição sintática das duplas formas é uma das razões para a permanência de ambas. Duarte (2010: 19) considera que «o *Blocking Effect* parece estar a operar» apenas sobre verbos muito frequentes que registam «uma tendência para eliminar a forma regular».

---

<sup>121</sup> Restará, no entanto, saber se a distribuição das variantes é realmente complementar ou se há variação, no sentido sociolinguístico do termo.

Sendo limitadas as capacidades da memória humana, é importante que os subsistemas de memória declarativa e de memória procedimental se complementem e se auxiliem, recolhendo e tratando, diferentemente, regularidades e irregularidades linguísticas. Só assim perfazem sistemas eficientes de armazenamento e de processamento de dados linguísticos que assistem produtivamente nas tarefas de compreensão e de produção linguística. Na sequência disto, parece, pois, consequência lógica e natural a prevalência da irregularidade, quando esta surge em quantidades suficientes para ser armazenada pela memória declarativa. É, contudo, possível que outras condições exerçam uma força contrária, favorável à forma regular, como terá sido o caso explanado por Duarte (2010), em que o contexto sócio-histórico terá permitido que a forma morfológicamente mais acessível fosse sendo cada vez mais usada por falantes adultos em aquisição de uma língua segunda, gerando uma situação de variação, que, após exposição a «crianças nascidas em comunidades bilingues inglesas-escandinavas», ocasionou o bloqueio a uma das formas, tendo, portanto, gerado mudança (Duarte, 2010: 19).

Podem, portanto, existir condições que equilibrem as forças da variante regular e da variante irregular, permitindo que a oscilação entre ambas se prolongue no tempo ou até que seja a forma regular a alcançar uma maior frequência, originando o desaparecimento da variante irregular.

Assim, dada a dificuldade em conceber modelos teóricos que deem conta de todo o conjunto de mecanismos envolvidos na mudança, realça-se a necessidade de análises multidisciplinares. De facto, para além dos fatores internos aos sistemas linguísticos e dos fatores sociolinguísticos, há ainda outras dinâmicas a ter em consideração para a compreensão do fenómeno, nomeadamente fatores psicolinguísticos. Nesta senda, há hoje várias teorias que dão relevo ao processo de **aquisição** como o momento crucial em que a variação origina mudança linguística, como veremos já de seguida.

## 2.2.2 Variação na aquisição: origem de mudança linguística

«Language change is by definition a failure in the transmission across time of linguistic features»

Kroch, 2001: 2.

Entre os vários temas centrais que se têm desenvolvido nos estudos sobre aquisição linguística, a discussão sobre o papel do *input* tem tido especial relevância. Mesmo os linguistas que reconhecem a existência de propriedades inatas e comuns aos falantes de qualquer língua e que procuram descrever a *Gramática Universal* reconhecem que a exposição a um *input* é necessária para desencadear todo o processo de aquisição. Muitos discutem sobre as características do *input* inicial das crianças, defendendo uns que a *pobreza de estímulo*<sup>122</sup> comprova que o *input* não é o único responsável pela aquisição linguística, enquanto outros tentam compreender em que medida o *input* condiciona ou altera a aquisição linguística<sup>123</sup>. Concretamente, os

---

<sup>122</sup> A par de investigadores que defendem que o *input* inicial das crianças é linguisticamente *pobre*, não sendo condição suficiente para apreender devidamente a linguagem – *vide*, por exemplo, Newport, Gleitman e Gleitman, 1977 –, surgem também outros que demonstraram como o conjunto de propriedades da linguagem dirigida às crianças – variedade geralmente designada *motherese* ou *maternalês* – é o mais adequado para uma aquisição profícua por parte de crianças de tenra idade. Assim, o facto de os adultos falarem com as crianças de uma forma mais *simples* do que comunicam com os seus pares, preferindo o mesmo tipo de estruturas, repetindo muitas vezes a informação comunicada apenas com pequenas reformulações, dando uma entoação que não corresponde à que é usada no quotidiano com outros interlocutores, permite obter os resultados desejados, os de uma aquisição capaz da língua. Aliás, como sublinham Newport, Gleitman e Gleitman (1977: 127), a *simplicidade* de processamento que caracteriza o *maternalês* difere da simplicidade sintática.

<sup>123</sup> Ao elencarem diferentes teorias da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog recordam que já Halle (1962, «Phonology in Generative Grammar», in *Word*, 18, p. 65 *apud* Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 144) postulava «“discontinuities in the grammars of successive generations”». Halle fazia o estudo da mudança ao nível do indivíduo, isolando-o da comunidade, facto que não era defendido por Weinreich, Labov e Herzog, até porque o modelo de Halle «depends upon the unexamined assumption that the children’s grammars are formed upon the data provided by their parents’ speech» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 145). Na atualidade, já há evidências de que o *input* é importante – embora alguns não o considerem decisivo –, sendo que tal importância não se esgota no *input* familiar. Weinreich, Labov e Herzog (1968: 145-147) salientavam, nomeadamente, a importância do *input* de pares na fase pré-adolescente: «there is a mounting body of evidence that the language of each child is continually being restructured during his preadolescent years on the model of his peer group. Current



estudos de casos extremos de crianças (lobo) que cresceram isoladas sem contacto com outros humanos, e que, mais tarde, quando resgatadas e colocadas em contacto com a sociedade, não conseguiram tornar-se falantes totalmente competentes comprovam a relevância da exposição ao *input* na infância.

Apesar destas controvérsias, podemos, pois, considerar que, de facto, o *input* é um dos elementos decisivos para a aquisição linguística<sup>124</sup>, e, mais ainda, que a existência de *variação* no *input* recebido pela criança será igualmente um importante fator a tomar em consideração, quando se medita sobre a mudança linguística. David Lightfoot (1999) considera mesmo que a fase de aquisição é o momento crucial para a mudança linguística.

Note-se, em primeiro lugar, que o facto de a *variação* no *input* de diferentes crianças ser enorme não impede que elas adquiram um mesmo sistema (Lightfoot, 1999: 78). Com efeito, segundo Lightfoot (1999: 73; 148-150), as crianças não imitam modelos (*input-matching*), não procuram simplesmente reproduzir o *input* recebido, mas, antes, procuram pistas (*cues*), tentam encontrar as estruturas abstratas subjacentes às produções recebidas, com o intuito de reconstituir o sistema, compondo, assim, uma gramática interna<sup>125</sup> (Lightfoot, 1999: 149).

A *indução* é, pois, o tipo de raciocínio envolvido neste processo de procura das regras de organização da língua. A partir de premissas particulares, procura-se captar uma lei geral<sup>126</sup>. Perante *índices* (*cues*) presentes na própria língua, o indivíduo em

---

studies of preadolescent peer groups show that the child normally acquires his particular dialect pattern, including recent changes, from children only slightly older than himself» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 145). Estes estudiosos referiam-se concretamente a um estudo de Labov (1966), segundo o qual há apenas duas situações em que a linguagem dos pais pode ser tomada como modelo definitivo das crianças: (i) casos em que a criança vive isolada, seja na aldeia ou na cidade, não tendo contacto com outras crianças; (ii) casos que ocorrem «in the direct transfer of a prestige feature from parent to child in the variety of careful speech used for scolding and correction» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 145 em nota).

<sup>124</sup> Sobre a diferença entre o papel do *input* na apreensão das regras da língua e o papel do *input* na apreensão das normas linguísticas específicas da comunidade, *vide* subcapítulo 2.3.

<sup>125</sup> Utilizamos aqui a expressão *gramática interna* na aceção chomskiana que, com feições semelhantes, tem sido adotada por vários investigadores. Lightfoot (1999: 49), por exemplo, define *gramáticas* como «biological entities represented in people's brains and which characterize their linguistic knowledge».

<sup>126</sup> A *indução*, operação mental explicitada pelo filósofo Aristóteles, consiste em afirmar acerca de todos os elementos de uma categoria aquilo que foi possível observar em apenas alguns. Com a *indução* faz-se a generalização, isto é, criam-se proposições universais a partir de proposições particulares: «Se verificamos que uma coisa de tipo A está associada a uma coisa de tipo B e nunca foi encontrada separada duma coisa desse tipo, quanto maior for o número de casos em que A e B estiveram associados, maior a probabilidade de que estejam associados num novo caso em que sabemos que um deles está presente» (Russell, 2001 [1912]: 3).

processo de aquisição reage, pois, avançando em busca dos *elementos desencadeadores* (*trigger*: gatilho) que poderão ajudar a apreender cada lei geral da língua. Assim, como dissemos, ainda que, frequentemente, as experiências de cada criança sejam diferentes, as gramáticas que apreendem tendem a ser estruturalmente semelhantes em relação à geração anterior.

Contudo, havendo discrepância entre alguns aspetos do *input* efetivo dos falantes, isto é, havendo variação linguística, as conclusões retiradas de diferentes conjuntos de premissas *poderão* efetivamente ser distintas de criança para criança.

«some cues are found in all grammars, and some are found only in certain grammars, the latter constituting points of variation»; «cues which are realized only in certain grammars constitute the parameters, the points of variation between grammars»

Lightfoot, 1999: 149.

Assim, e uma vez que «the child learner has direct access only to the data of language use, not to the grammar(s) that speakers use in generating that data» (Kroch, 2001: 5), ao deparar-se com realizações variantes, uma criança pode percorrer um processo inferencial discrepante de outra, podendo esse facto originar diferentes gramáticas internas. Esse momento em que *input* recebido e *output* realizado pela criança não coincidem constitui uma “catástrofe” para Lightfoot (1999: 89), sendo «“catastrophes” (...) the bumpy discrepancies that we find from time to time between the input that a child is exposed to and the output that the child’s mature grammar generates».

Então, colocam-se questões como as equacionadas por Weinreich, Labov e Herzog (1968): por que razões surge a mudança num dado momento e num dado caso de variação e não noutra? Quais as circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento do processo? David Lightfoot (1999: 157) refere-se a diferenças na experiência, ou seja, no *input* recebido pelas crianças; estas vão recebendo realizações variantes que, a certo ponto, ocasionam uma alteração na distribuição dos estímulos (cf. Kroch, 2001: 5). Mas, como definir ou quantificar esse ponto *crítico* que faz desencadear a mudança?

«the primary data presented to the child may change in some critical way which affects the distribution of the cues. This may happen because of contact with another speech community, the presence of foreigners, or just because the speech community has taken to using some construction more or less frequently than in a previous generation or with a special kind of pragmatic force. As a result, the sentences presented to children may no longer be consistent with a single target grammar, and the children may converge on that new grammar with some probability and on some other grammar with some other probability (...) and this may have domino effects»

Lightfoot, 1999: 221.

A questão reside, pois, em saber qual a quantidade *suficiente* de mudanças no *input* que provocam a referida alteração na gramática interna da criança. Ou, ainda, qual o nível *qualitativo* de mudança no *input* recebido pela criança propício à mudança na sua gramática interna? Introduzimos a avaliação *qualitativa*, pois Lightfoot afirma que mesmo que a mudança atinja apenas a força pragmática do item linguístico, originando um grau mínimo de variação, a mudança pode vir a afetar qualitativamente outros elementos da língua, devido a efeitos de dominó ou de *feedback*.

Acresce a toda esta problemática o facto de a indução servir a aquisição das regularidades da língua, mas não ser suficiente para a apreensão das irregularidades. Com efeito, «natural languages are replete with partial generalizations which do not hold all the time and therefore cannot be learned inductively» (Lightfoot, 1999: 87).

Tanto a propósito da aquisição das irregularidades linguísticas, quanto da aquisição de fenómenos de variação, salientamos, então, um aspeto muito importante: a **frequência** de ocorrência das variantes. Se, como afirma Lightfoot (1999: 157), sabemos, a partir de estudos de aquisição<sup>127</sup>, que as crianças são sensíveis a mudanças estatísticas no *input*, então, a frequência com que determinado item irregular surge no *input* de uma criança fará com que ela use ou não use a memória declarativa para gravar essa irregularidade. Havendo um dado item com uma frequência elevada, o maior número de estímulos levam o aprendente a bloquear o

<sup>127</sup> Lightfoot (1999: 157) refere-se a estudos como os de Newport, Gleitman e Gleitman (1977) e Richards (1990, *Language Development and Individual Differences: a Study of Auxiliary Verb Learning*. Cambridge: Cambridge University Press).

método indutivo. Contudo, e como já se viu, um limiar mais reduzido de frequência de ocorrências de um item irregular pode, inversamente, permitir o recurso a um processo indutivo, gerador de analogia entre itens linguísticos que, na verdade, nada tinham em comum, conduzindo à produção de uma forma regular<sup>128</sup>.

Do mesmo modo, em casos de variação, a frequência de ocorrência das formas variantes nos diversos contextos na experiência linguística de cada criança permitir-lhe-á avaliar se haverá situações específicas para cada uma das variantes<sup>129</sup>.

Embora tanto Lightfoot como Labov (1994) adotem uma conceção biológica de gramática (Lightfoot, 1999: 81-82), o primeiro destes autores considera que ambos têm uma explicação diferente para a situação de variação: para Labov, as variáveis são socialmente induzidas e «the individual's grammar incorporates knowledge of varying forms and their probability of occurrence» (Lightfoot, 1999: 81). Já de acordo com Lightfoot (1999: 92), esta situação explica-se através da noção de gramáticas em competição («competing grammars»). Um mesmo indivíduo pode ter gramáticas coexistentes a funcionar em «internalized diglossia». Defende-se, então, que «learners have two or more grammars when their triggering experience leads to incompatible analyses» (Lightfoot, 1999: 92). O falante tem, pois, a opção de usar uma ou outra gramática em qualquer momento.

Também outros linguistas descrevem desta forma o fenómeno de aquisição de variantes. Por exemplo, Kroch (2001: 30), ao comentar o modelo de sistemas dinâmicos de Niyogi e Berwick (1997)<sup>130</sup>, opta por valorizar o plano individual,

---

<sup>128</sup> Num estudo a que já se fez referência (cf. nota 120), Castro (2010), por exemplo, regista o caso da aquisição de formas regulares e de formas irregulares relativas aos plurais de palavras portuguesas terminadas em *-ão*. Segundo o seu estudo (Castro, 2010: 285-286), «os resultados com pseudo-nomes mostram uma preferência pela estratégia de sobregeneralização da regra geral de pluralização nas crianças mais novas, nos grupos de 2 e 3 anos» predominando «as respostas em *-ãos*». Diversamente, «à medida que a idade aumenta», há uma alteração da estratégia: «a sensibilidade ao *input* (e conseqüente aumento do léxico) tem efeitos na produção das formas plurais, e a preferência é para o padrão de forma de plural mais frequente, em *-ões*» (Castro, 2010: 285-286). Castro (2010: 278) define *sobregeneralização* como «a aplicação da regra geral a formas que estariam marcadas no léxico como “irregulares”».

<sup>129</sup> Cf. noção de *competência comunicativa* – vide subcapítulo 2.4.

<sup>130</sup> Kroch (2001: 30) resume este modelo da seguinte forma (Partha Niyogi e Robert Berwick, 1997, «Evolutionary Consequences of Language Learning», in *Linguistics and Philosophy*, nº 20, p. 697-719): «child learners do not always converge on the target grammar of the language to which they are exposed»; «when (...) the evidence for a given parameter setting becomes weak enough, some learners will, due to random effects, not be exposed to enough data to set the parameter correctly. The result will be a mixed population in which some speakers have the old parameter setting and some a new one». «In this mixed population, the next generation of learners will, on average, have less exposure to

salientando que não é apenas no conjunto de uma comunidade de fala que encontramos variantes em competição, dado que já vários autores registaram uso de diferentes parâmetros sintáticos por parte de um mesmo indivíduo<sup>131</sup>. No decorrer do processo de mudança, um mesmo falante começa por integrar variações no seu discurso, podendo, em certo momento, utilizar indiscriminadamente duas variantes ou, então, usar a variante mais antiga para umas circunstâncias e a mais inovadora com outra função ou noutra situação. Neste caso, a variação acontece ao nível individual.

A verdade, no entanto, é que tanto por detrás da explicação de Lightfoot e de Kroch como da de Labov, temos o mesmo fenómeno. As crianças têm conhecimento de variantes linguísticas através do seu *input* – que é social, coletivo – e, tendo avaliado a frequência de ocorrência de cada uma delas<sup>132</sup>, passam a usá-las – individualmente – consoante a sua interpretação da situação. Efetivamente, o plano individual e o plano social são apenas dois níveis de análise do mesmo evento (cf. Coseriu, 1967).

Mas, entre as teorias destes linguistas existe uma diferença significativa: a existência de *gramáticas em competição* aventada por Lightfoot e por Kroch contrapõe-se à noção de *opcionalidade* entre duas variantes existentes numa só gramática interna, preferida por Labov. De facto, «there is a considerable difference between a person having two grammars, and a single grammar which admits optionality» (Henry, 2002: 273). De acordo com Alison Henry (2002: 273), «Kroch’s competition analysis (...) does not allow for stable variation across long periods of time», pelo que ficam por explicar casos em que a variação permanece ativa na língua durante muito tempo<sup>133</sup>. Pelo contrário, se – como advogamos – considerarmos que,

---

the data needed to set the parameter in the old way. (...) In many cases, the population will shift from the original grammar to a new one along an S-shaped trajectory».

<sup>131</sup> De acordo com Kroch (2001: 30), o referido estudo de Niyogi e Berwick (1997) «presumes that the competing parameter settings are located in different speakers, so that the quantitative element in syntactic change is located in the population, not in the individual». No entanto, baseado em vários outros estudos, Kroch (2001: 30) discorda e afirma que a situação de «syntactic diglossia within individual authors» é a normal durante um período de mudança.

<sup>132</sup> Ao referir-se a frequências de ocorrência, Lightfoot está a reconhecer que as variantes são *socialmente* induzidas.

<sup>133</sup> Henry (2002: 273) recorda, a este propósito, o exemplo registado por Hudson (1997, «Inherent Variability and Linguistic Theory». In *Cognitive Linguistics*, nº 8, p. 73-108) de variação na ordem de palavras verificada em grego homérico que permanece até aos dias de hoje.

no interior da gramática de cada um dos falantes, há normas em competição, estamos a reconhecer na língua uma plena capacidade de variar nos diferentes planos, individual e coletivo.

Ora, a propósito da “*aprendabilidade*” («*learnability*») da Sintaxe, Henry (2002: 280) faz o seguinte raciocínio, no sentido de concluir precisamente acerca da inerência da variabilidade no mecanismo de aquisição linguística:

«a learner will have to acquire more than one form for some structures, and also learn to use each of the forms with a particular frequency. (...) A child is generally acquiring a grammar from the output of a number of different speakers, whose grammars are probably not identical; in order to do this, the child’s acquisition device must be able to incorporate variation»

Henry, 2002: 280-281.

Uma vez que, inevitavelmente, se deparará, no *output* dos adultos, com frases com estruturas distintas para transmitir o mesmo conteúdo proposicional, a criança, para se tornar um falante/ ouvinte competente, terá de aprender a lidar com a variação, desenvolvendo mecanismos que lhe permitam distinguir ou interpretar as várias situações em que decorre a comunicação.

«To function as a member of the community, a child must be able to acquire a grammar which generates both [sentences] (...). And to ensure that the child’s grammar is not altered by very rare occurrences, which may be speech errors or the language of outsiders who are occasional visitors, the acquisition device must be frequency-sensitive. Thus, the community grammar provides input to the child, and the child acquires a “community grammar”. Perhaps this is a design specification for a grammatical system, and acquisition device, which enables the child not only to acquire a language, but to operate as a member of the community»

Henry, 2002: 280-281.

O indivíduo falante é um ser social por natureza e a língua é um fenómeno intrinsecamente interativo. Assim, o processo de aquisição linguística tem de, progressivamente, ir dotando o jovem falante de diferentes modos de “dizer o

mesmo”, para que possa vir a adaptar o seu uso linguístico em cada circunstância e a interagir diferentemente com cada interlocutor, isto é, durante o período de aquisição da sua língua materna<sup>134</sup>, o falante vai aperfeiçoando a sua **competência comunicativa** (Hymes, 1972; 1984)<sup>135</sup>.

«A child, in an on-going process, is constantly revising his internalized grammar with every new encounter with systematic variation in the speech of others, and this is done in such a way as to create an underlying grammar which will generate all the variants that he must competently cope with»

Bailey, 1973: 23 *apud* Corbeil, 1983: 289.

Por diferentes razões, nomeadamente devido a um alargamento dos contactos ou a uma efetiva alteração no uso dos interlocutores que rodeiam a criança, o seu *input* linguístico pode alterar-se, podendo ocasionar uma modificação na frequência de alguns itens linguísticos. Ora, de acordo com Lightfoot, as crianças apercebem-se destas **mudanças estatísticas**, podendo, em consequência, alterar o seu próprio uso dos itens em causa. Então, no caso de formas variantes que estejam em processo de inversão de percentagens de frequência de uso, havendo uma forma inovadora que está a ganhar terreno em relação à forma mais antiga, a criança apercebe-se dessas alterações no *input* e isso terá consequências no seu uso dos itens variantes e na

<sup>134</sup> Também Henry (2002: 278-279) e Green (2007: 38) afirmam haver, durante o processo de aquisição linguística, a noção da dimensão quantitativa da distribuição das variantes: «In a recent study of the acquisition of English in Belfast, we discovered that children not only acquired variable forms at an early stage, but also reflected the proportion in which the variants occurred in the input to which they were exposed. (...) The children have learned the statistical distribution of forms at an early stage, apparently indicating that it is possible to acquire the statistical properties of syntactic structures as part of the acquisition process» (Henry, 2002: 278-279).

<sup>135</sup> Dell Hymes (1972: 277) considera que «the competency of users of language entails abilities and judgements relative to, and interdependent with, sociocultural features». Assim, o próprio processo de aquisição engloba esse tipo de capacidade, sendo que «a normal child acquires knowledge of sentences, not only as grammatical, but also as appropriate»; «the acquisition of such competency is of course fed by social experience, needs, and motives» (Hymes, 1972: 278).

Mais ainda, o facto de cada falante ter, numa altura da sua vida, mais interlocutores com determinadas características pode fazer com que haja mudança de frequência de variants no seu *input*, conduzindo à inversão de certa tendência pessoal para o uso de uma variante em vez de outra: «Every speaker is constantly adapting his speech habits to those of his interlocutors; he gives up forms he has been using, adopts new ones, and, perhaps oftenest of all, changes the frequency of speech forms without entirely abandoning old ones or accepting any that are really new to him» (Bloomfield, 1933: 326-328).

No subcapítulo 2.4, a propósito dos conceitos de *gramaticalidade* e de *aceitabilidade*, voltaremos a abordar a noção de *competência comunicativa* de Hymes.

distribuição dos mesmos. Estaríamos, portanto, numa fase de difusão já avançada, que poderia originar uma mudança efetiva não apenas na produção da criança, mas também na sua própria gramática interna. Matthews (2003) explica o processo, referindo a existência de dois níveis de difusão para que a mudança linguística se efetive: primeiro, há uma mudança na «E-language»<sup>136</sup> de adultos, o que faz com que a criança receba *input* diferente da que recebeu a geração anterior; posteriormente, dá-se então a mudança na «I-language»<sup>137</sup>, passando a criança a produzir maioritariamente o novo padrão<sup>138</sup>.

O processo de mudança pode, pois, demorar várias gerações até se ter realmente concretizado, ou pode até regredir depois de muito tempo de variação<sup>139</sup>. É, sem dúvida, um longo e complexo fenómeno, com várias fases (cf. Coseriu, 1967) e diferentes níveis a analisar. Em particular no nível individual, como vimos, o processo de aquisição surge como crucial para a compreensão de todo o processo.

---

<sup>136</sup> Ou produtos linguísticos *externalizados*.

<sup>137</sup> Ou gramática interna.

<sup>138</sup> Lightfoot (2006: 13) esclarece que a mudança num dos níveis tem repercussões sobre o outro: «changes in E-language [group language] cause changes in I-languages [individual languages] and changes in I-languages cause changes in E-language (...) if people hear different things, they may attain a new grammar; if they attain a new grammar, they will say different things».

<sup>139</sup> Recentemente, também Labov (2002) demonstrou como o momento da aquisição é crucial no decurso da mudança linguística. William Labov descreveu a transmissão das mudanças linguísticas entre gerações de falantes, em sociedades do tipo ocidental, evidenciando especialmente a interseção de variáveis sociais como o género e a idade. Maria Antónia Mota (2005: 134) resume desta forma algumas dessas conclusões mais recentes de Labov: «em geral, as crianças aprendem a falar num círculo feminino e, sendo as mulheres mais sensíveis, em geral, à mudança linguística, as mudanças que elas veiculam são mais rapidamente desenvolvidas pelas crianças e jovens do sexo feminino; os indivíduos do sexo masculino permanecem no nível inicial do *input*; os filhos desta nova geração recebem a mudança ocorrida relativamente a dada propriedade, veiculada pelas suas mães, mas, de novo, os indivíduos do sexo masculino permanecem a esse nível (ou regridem, por simbolicamente associarem a mudança em causa à feminilidade), enquanto os de sexo feminino incrementam a mudança. Na terceira geração, as crianças de sexo masculino adquirem o nível do sexo feminino da segunda geração, diminuindo assim a distância por sexos. A mudança entra então em fase de estabilização e a propriedade em questão é sentida como não marcada, expandindo-se a toda a comunidade de fala».

Sobressai nesta análise de Labov não apenas a complexidade do fenómeno de mudança, mas sobretudo a duração da situação de transição ou, melhor, de efetivação de uma mudança. Com efeito, considera-se a hipótese de as frequências de duas variantes permanecerem durante uma ou mais gerações em situação flutuante, ou seja, não esclarecedora relativamente ao sentido do desfecho da coexistência de formas no futuro.



### 2.2.3 A aquisição de formas participiais duplas

Aplicando todas estas informações à análise do nosso objeto de estudo, sabemos que desde há muito existem na Língua Portuguesa formas duplas de participio passado, que o princípio da economia linguística ainda não resolveu. Todavia, como colocamos em hipótese nesta investigação, caso a forma irregular de alguns verbos esteja a invadir o contexto de tempos compostos – supostamente *destinado* à forma participial regular –, o efeito de bloqueio poderá vir a originar o desaparecimento da forma regular *desse grupo de verbos*. Por outro lado, a possibilidade de as duas formas estarem distribuídas funcionalmente evitaria o desaparecimento de uma delas.

Sabendo que, *normalmente*, o efeito de bloqueio não é bilateral, na medida em que a forma irregular tende a prevalecer na memória (após *input* suficiente), e retomando a ideia de que «we know from acquisition studies that children are sensitive to statistical shifts in input data» (Lightfoot, 1999: 157), consideremos agora, concretamente, o processo de aquisição do participio passado duplo: uma vez que há um *limiar* (“threshold”) abaixo do qual certa *pista* já não é descoberta pela criança, caso a frequência de uso da forma participial regular<sup>140</sup> em tempos compostos da voz ativa esteja abaixo desse limiar, a criança em aquisição já não a reconhecerá como *normal*. Como consequência, é expectável uma perda exponencial dessa forma no seu *output* em favor da variante irregular; se, estatisticamente, na “E-language”, a ocorrência de formas irregulares em tempos compostos sobe e atinge um determinado nível que impede a criança de reconstituir a “regra” segundo a qual se usa a forma regular nesse contexto, então a criança vai poder usar ambas as formas e até substituir a regular pela irregular, já que o princípio da economia tenderá a bloquear o uso de formas duplas (tal como terá acontecido, por exemplo, com o verbo *abrir*, cuja forma irregular é a única utilizada).

Ainda tendo em conta que a frequência de ocorrência das formas tem implicações ao nível da retenção dos itens linguísticos no sistema da memória declarativa, é possível que diferentes grupos de verbos evidenciem comportamentos

---

<sup>140</sup> Como vimos no capítulo 1, nem sempre a forma regular é a etimológica.

divergentes. A eventual mudança em curso não se aplica necessariamente a cada um dos verbos abundantes, mas antes poderá restringir-se a um determinado conjunto de verbos. Assim, uma das razões para essa diferença entre o grupo de verbos que mantêm um dado padrão de distribuição e o grupo para o qual a norma pode estar em mudança pode ser a frequência desses mesmos verbos. Em primeiro lugar, relativamente aos **verbos de maior frequência, a difusão do uso da forma irregular é, em princípio, mais fácil**. Em segundo lugar, de acordo com Bybee e Slobin (1982), Prasada e Pinker (1993), Kroch (1994: 7) e Lightfoot (1999: 99), os **verbos menos frequentes** são muito vulneráveis à aplicação da **regularidade**. Nestes estudos – alguns relativos ao passado verbal do inglês, em fases em que ainda havia variação –, conclui-se que «innovative weak forms are found predominantly among the less frequent verbs», porque, na aquisição e armazenamento da morfologia do *simple past* da língua inglesa, «strong verb forms are learned one by one but weak forms are produced by rule» (Kroch, 1994: 7). Assim, é provável que o efeito de bloqueio possa afetar a forma regular de apenas um certo grupo de verbos.

Mas, o que estará na origem dessa alteração do padrão nos *outputs* dos adultos, ou seja, na “E-language”? Se, de acordo com a variedade normativa, existe uma distribuição funcional que poderia evitar o desaparecimento de uma das duas formas, por que razão é possível haver a difusão da forma irregular no contexto destinado à forma regular<sup>141</sup>? Estará o princípio da economia linguística a exercer o seu poder de eliminação da abundância morfológica participial?

Na verdade, para além do efeito de bloqueio, outro facto poderá contribuir para uma mudança no que respeita ao particípio passado duplo. Ora, se nos concentrarmos nos verbos que só têm *uma* forma de particípio passado, ou a regular (*comer – comido*) ou a irregular (*fazer – feito*), essa forma única apresenta uma certa *ambiguidade funcional*, já que, nuns casos, a forma regular, noutros, a forma irregular serve quer os contextos de tempos compostos quer os demais em que ocorrem participios<sup>142</sup>; avaliando a questão sob esta perspetiva, os verbos abundantes, pelo contrário, poderiam representar uma situação mais clara, por possibilitarem a fuga a

---

<sup>141</sup> Como vimos no capítulo 1, parece ser esse o caso.

<sup>142</sup> Recorde-se que, nos contextos adjetivais, não podemos dizer que se trate de uma forma participial, mas, frequentemente, há uma forma adjetival que é isomórfica da forma participial.

essa ambiguidade, ou melhor, a essa duplicidade de funções – isto, no caso de se distribuírem funcionalmente. Contudo, existindo verbos com dupla forma – cujo uso é clarificado pela distribuição sintática – a par de verbos com apenas uma forma que se usa indiscriminadamente nos diversos contextos, a situação global do particípio passado torna-se potencialmente confusa para o falante, mesmo para o adulto.

De acordo com Peters (1997: 182), há vários fatores que interferem na descoberta da função de um morfema. Entre eles estão a fusão de vários sentidos numa só forma (morfemas «portmanteau») e a «confusability» de diferentes sentidos por causa de homofonia. Embora não possamos dizer que seja este o caso do particípio passado, a verdade é que a ambiguidade funcional a que nos referíamos relativamente aos particípios únicos de verbos *não* abundantes pode bloquear na criança o reconhecimento (ou a atribuição) da distribuição funcional das formas participiais regulares e irregulares. Aliás, o facto de os verbos que só têm forma participial irregular, como *fazer* (*feito*) e *dizer* (*dito*), serem verbos cuja frequência podemos considerar alta (*vide* CORLEX<sup>143</sup>), pode ser um dos fatores que contribui para não se atingir, no *input* da criança, o limiar necessário para o reconhecimento do padrão distributivo prescrito. Trata-se, neste caso, da *frequência do padrão* (*type*), que funciona de modo diferente da *frequência de um item* (*token*) – *vide* Olsen, 2009. Na verdade, a primeira influencia a descoberta e o uso da regra de distribuição sintática genérica (*ter* + *forma participial regular*), ao passo que, de acordo com Olsen (2009: 1) a frequência de um certo item influencia apenas a aquisição de irregularidades (ex.º: *ter ganho*). Assim, o facto de a distribuição funcional de formas participiais regulares e irregulares não ser clara, óbvia e extensível a todos os verbos pode estar a impedir a resolução da situação de variação que afeta os verbos abundantes.

Nesse sentido, tendo ouvido a forma irregular de um verbo abundante, e não tendo ouvido em quantidade suficiente a forma regular no contexto de tempos compostos, o falante desconsidera a forma regular correspondente, podendo até criar na sua gramática interna um novo padrão que associa a forma irregular desse verbo aos tempos compostos.

---

<sup>143</sup> Os lemas *dizer* e *fazer* estão ambos no 9º patamar e as frequências das suas formas participiais estão, respetivamente, no 6º (*dito*: 1106 ocorrências) e no 7º (*feito*: 3229 ocorrências) patamares.

Efetivamente, se a variação morfossintática, por si só, já se reveste de complexidades (Moreno-Fernández, 1990: 59; Kummer, 2004: 540; Marquilhas, 1996: 580-581), quando estão em causa formas duplas, este tipo de variação adquire *nuances* ainda mais complexas. Cremos, após a análise dos dados realizada nos capítulos 3 e 4, poder testar algumas das hipóteses agora veiculadas acerca da dupla morfologia e, concretamente, da aquisição de variantes linguísticas.

### 2.3 ESCOLA, VARIAÇÃO E DIFUSÃO DE VARIEDADE NORMATIVA

«A escola obrigatória e universal é, sem dúvida, um primeiro factor de estabilização da língua. Aí se pratica o desenvolvimento de um 'código elaborado' em todos os níveis linguísticos, pela estimulação da explicitação verbal perante as novas exigências do conhecimento. E porque a escola é o lugar marcado pelo poder para a orientação da sociedade, a evidência da não escolarização, quando se utiliza um registo diferente da norma, é elemento de discriminação. Daqui decorre a importância da escolarização como factor que proporciona as condições básicas de acesso de todos os membros da sociedade às estruturas do poder»

Mateus, 2005: 17.

Até ao momento de entrada na escola, a criança usa a realização oral da(s) sua(s) língua(s) materna(s) consoante o conhecimento *implícito*<sup>144</sup> que retirou das experiências comunicativas com os seus interlocutores. O grau de diversificação do *input* que recebeu pode ser muito variado de criança para criança; contudo, de uma forma geral, o tipo de uso que fez da língua terá tido objetivos semelhantes, nomeadamente, propósitos práticos relacionados com a vida quotidiana e com o conhecimento do Outro.

Ao entrar na escola, o seu relacionamento com a língua altera-se consideravelmente (Pereira, 1992: 34). Em primeiro lugar, o próprio **ambiente**

---

<sup>144</sup> Alguns investigadores consideram que o *conhecimento implícito* da língua é processado pela memória *procedimental*. Sobre o *conhecimento explícito* da língua, vide Bialystok e Ryan (1985: 209). Acerca da dualidade *conhecimento explícito/ conhecimento implícito*, consulte-se ainda Martins, 2008, capítulo 2. Sobre o *paradigma declarativo-procedimental* com que Ullman (2004) trabalha, cf. o que ficou dito no subcapítulo 2.2.1.

**linguístico escolar** difere do familiar. As **temáticas** são distintas, os interlocutores assumem **funções** diversas, hierarquicamente mais definidas e, provavelmente, de maior amplitude. Para muitas crianças, a escola abre o leque de **situações** em que é usada a língua. Em segundo lugar, a língua passa a constituir um objeto de estudo – em si mesmo e em favor de outros tipos de conhecimento. Agora, os **objetivos** comunicativos **complexificam**-se e alargam-se à aquisição de **conhecimento científico**.

«Se o ambiente linguístico familiar é, por excelência, o lugar da simplificação, da facilitação e da adequação às competências da criança, o ambiente linguístico escolar é o lugar da complexidade, da norma e da progressiva acomodação (entendida como meio de conhecimento) desta a um objecto cujo domínio a torna psicológica e socialmente mais competente»

Pereira, 1992: 35.

O primeiro contacto com a escola é, pois, de verdadeira «descontinuidade» (Pereira, 1992: 34) no que concerne à experiência linguística. Um dos aspetos mais importantes reside no facto de a **escrita** ser introduzida na vida da criança.

«se no ambiente linguístico familiar a criança utilizava a língua essencialmente como um instrumento ao serviço das suas necessidades comunicativas, agora e apesar desta [sic] relação ter de continuar a ser aprofundada, esta apresenta-se como um objecto de conhecimento e de estudo. Esta nova faceta da língua é particularmente visível na sua vertente escrita. A criança passa de um ambiente linguístico predominantemente oral para um outro em que a língua na sua forma escrita é enfatizada»

Pereira, 1992: 34-35.

Mas o facto de haver a introdução da forma escrita da língua não é apenas relevante por a criança aprender a *escrever*. Tão importante quanto a produção escrita é a recepção, ou seja a *leitura*. Pelo menos a partir do 1º ano do ensino básico, ao iniciar-se formalmente a recepção de *input* escrito, de cariz substancialmente distinto do oral, o *input* passa a ser **multimodal**. Mesmo na escolha dos textos a estudar em sala de aula, o objetivo principal é a procura de um «melhor desempenho linguístico do aluno» (Neves, 2002: 225). E, para que esse intuito seja conseguido, a escola vai

fornecendo, a cada ano letivo, modelos linguísticos *cada vez mais* afastados da linguagem familiar, ao proporcionarem um *input* «crescentemente mais complexo e mais de acordo com a norma» (Pereira, 1992: 35).

A entrada da criança na escola proporciona, portanto, uma mudança considerável no relacionamento com a língua. O texto escrito apresenta-se como meio privilegiado de acesso ao conhecimento, assim como modo de expressão valorizado, e cujo domínio é indispensável, em todos os seus registos, para a aquisição plena da competência linguística e da competência comunicativa. Da mesma forma, a vertente oral é, pois, também enriquecida, na medida em que a escola fornece situações de comunicação diferentes daquelas que a criança conhecia até esse momento. Assim, os usos linguísticos complexificam-se indelevelmente, a par de um fomento da reflexão metalinguística.

### 2.3.1 Escola: contacto com a variedade normativa

Neste sentido, a **variedade normativa tem o seu espaço privilegiado de difusão na escola**, local onde se «pratica o desenvolvimento de um 'código elaborado'» que habilita o aluno para o acesso «às estruturas do poder». Assim, este momento de aprendizagem pode alterar consideravelmente o comportamento linguístico do aluno. A criança falante-ouvinte e, agora, escrevente-leitor tem a oportunidade de refletir sobre a sua língua materna, dispondo de instrumentos para tomar as suas opções linguísticas de forma consciente.

Um dos **objetivos do ensino da Língua Portuguesa** consiste precisamente em facultar a todos os alunos o acesso à variedade normativa, ministrando modelos escritos e modelos orais. Enumera-se como segundo princípio orientador do ensino da língua materna «possibilitar a todos o acesso ao Português padrão e, simultaneamente, promover o respeito pelas restantes variedades» (Sim-Sim, Duarte e Ferraz, 1997: 36). Ainda que o *input* linguístico fornecido pelo meio escolar não seja

desprovido de variação linguística, o objetivo essencial do professor de Língua Portuguesa é facultar a todos os alunos o conhecimento competente da variedade normativa, de modo a que, seja qual for a circunstância, todos os alunos possam transmitir convenientemente as suas intenções comunicativas e todos possam entender o seu interlocutor.

Analisando o novo programa de português do ensino básico, homologado em 2009, que entrou em vigor no ano letivo de 2011-2012 (Reis, 2009), em todos os ciclos de ensino e nas quatro competências-base da disciplina de Língua Portuguesa – *escrita, compreensão oral, produção oral e conhecimento explícito da língua* –, o domínio do *português padrão* surge como objetivo de base<sup>145</sup>.

Embora o reconhecimento das diferentes variedades do português seja uma capacidade explicitamente fomentada, o aluno deve usar «o português padrão como a norma» (Reis, 2009: 77; 117).

Na aplicação destes princípios orientadores, a identificação e correção do *erro* surge como um dos objetivos da aquisição de competência linguística designada no programa como *conhecimento explícito da língua* (Reis, 2009: 16).

«entende-se por *conhecimento explícito da língua* a reflectida capacidade para sistematizar unidades, regras e processos gramaticais do idioma, **levando à identificação e à correcção do erro**»<sup>146</sup>

Reis, 2009: 16 (negritos nossos).

O erro, por sua vez, é definido como o resultado do incumprimento da variante normativa, isto é, como «derrogação da norma» (Reis, 2009: 13).

Também no programa relativo ao ensino secundário – homologado em 2001/2002 –, a reflexão sobre a língua<sup>147</sup> surge como o modo de *ultrapassar* os desvios à norma.

---

<sup>145</sup> Um dos intuitos revelados a propósito do domínio do *Conhecimento explícito* no 2º ciclo é «identificar propriedades da língua padrão» (Reis, 2009: 91); já no 3º ciclo, avança-se um pouco, no sentido de passar a «sistematizar propriedades da língua padrão» (Reis, 2009: 129); paralelamente, no módulo respeitante à *Escrita*, regista-se o objetivo de «produzir textos em português padrão» (Reis, 2009: 117); através do módulo de *Compreensão/ expressão oral* pretende-se «diversificar o vocabulário e as estruturas utilizadas no discurso, com recurso ao português-padrão» (Reis, 2009: 121).

<sup>146</sup> O *conhecimento explícito da língua* é um conhecimento «transversal» às restantes competências – leitura; escrita; compreensão e expressão oral –, «assenta na instrução formal e implica o desenvolvimento de processos metacognitivos» (Reis, 2009: 15-16).



«Os desvios à norma, numa gramática da comunicação, constituem desafios a serem ultrapassados pela reflexão constante sobre os mecanismos de estruturação textual»

Seixas *et alii*, 2001/2002: 27.

Assim, o ideal da variedade normativa subjaz a todas as competências, sendo, sem dúvida, a escola um dos locais de difusão mais profícuo desse modelo linguístico.

No que concerne, concretamente, à vertente *escrita* da língua, podemos mesmo dizer que este modo é responsável por uma maior difusão da variedade normativa, já que, regra geral, sofre uma maior pressão prescritiva. Relativamente ao **input escrito**, dado que a escola tem por objetivo proporcionar ao aluno o contacto com textos exemplares no uso da língua, o programa de Português inclui uma variedade de textos canónicos da literatura fornecidos progressivamente à medida que se avança na escolaridade. Para além disso, é de notar que o *input* escrito é especialmente relevante no processo de desenvolvimento de competências metalinguísticas<sup>148</sup>, pelo que terá influência sobre o conhecimento linguístico consciente.

Quanto à **produção**, no decorrer do percurso escolar, o aluno vai também fazendo a sua *apropriação das técnicas de escrita*<sup>149</sup> e vai-se apercebendo de que, uma vez que «o texto **escrito** tem perenidade, o que o deixa sob constante observação» (Neves, 2003: 45), este acaba por comportar uma maior pressão prescritiva. De facto, as condições de produção do texto escrito favorecem uma maior formalidade.

---

<sup>147</sup> É de notar que, «embora a componente Funcionamento da Língua apareça como conteúdo autónomo, ela subjaz a todas as outras componentes e nelas se inscreve, visando o desenvolvimento da capacidade discursiva dos alunos» (Seixas *et alii*, 2001/2002: 26). Através da «compreensão e [d]a manipulação de uma gramática de comunicação» em que se «exercitam processos cognitivos que estimulam um desenvolvimento holístico da personalidade do aluno-utilizador da língua, com realce para a auto-confiança nas relações interpessoais», procura-se que «a análise gramatical» contribua «para promover uma aprendizagem significativa da língua», isto é, que fomente «uma melhor comunicação» (Seixas *et alii*, 2001/2002: 27).

<sup>148</sup> Antes de mais, o *input* escrito é particularmente útil no que concerne ao desenvolvimento da consciência fonológica, uma vez que o sistema escrito do português é alfabético, estando, assim, o seu desenvolvimento dependente da consolidação da relação fone/ grafema e grafema/ fone (Santos e Martins, 2002: 231).

<sup>149</sup> Logo no primeiro ciclo, o programa de Português integra a exploração de «traços distintivos entre a língua falada e a língua escrita». Pretende-se que sejam «adquiridas algumas categorias essenciais de carácter metalinguístico, metatextual e metadiscursivo que permitam descrever e explicar alguns usos do português no modo oral e no modo escrito. Serão proporcionadas aprendizagens que conduzam a desempenhos progressivamente mais proficientes em cada um desses modos» (Reis, 2009: 23).

«Quando falamos, o registo que usamos, o oral, é necessariamente diferente do registo escrito. Embora possa haver diversos usos da oralidade conforme as circunstâncias em que nos encontramos, a escrita exige uma particular atenção à informação explícita, visto que aquele que escreve tem de prevenir as ambiguidades decorrentes de não se encontrar em presença do interlocutor, de não ter à sua disposição o rico manancial da entoação e do ritmo, e de ter que contar com a existência de uma dilação entre o momento da produção linguística e o da sua recepção. Por estas razões, a escrita é normalmente mais conservadora do que a oralidade»<sup>150</sup>

Mateus e Nascimento, 2005: 10.

Sendo assim, e uma vez que as *percepções* dos eventos têm, por vezes, mais relevância do que os eventos propriamente ditos<sup>151</sup>, pode haver um poder de **uniformização** maior sobre a escrita<sup>152</sup>. De qualquer forma, seja de um modo mais marcado na escrita ou seja de forma equivalente na escrita e na oralidade, há a possibilidade de **a regulação escolar afetar os usos** da língua, no sentido de um maior uso da variedade normativa.

Até à entrada na escola, os usos das crianças poderão estar de acordo com um leque tão diversificado quanto os dos vários *inputs* que receberam, na medida em que estes terão condicionado a configuração da sua gramática interna (Lightfoot, 2006). Após alguns anos de escolaridade, esperar-se-á que o aluno tenha igualmente desenvolvido conhecimentos *explícitos* sobre as várias estruturas linguísticas (cf. *memória declarativa* – Ullman, 2004). Admita-se que tal conhecimento explícito poderá exercer um efeito de retorno sobre o conhecimento linguístico previamente adquirido, influenciando os usos anteriormente estabelecidos. O aluno poderá pôr em

---

<sup>150</sup> Mateus e Nascimento (2005: 10) escrevem estas palavras com o intuito de explicar por que razão nos seus estudos sobre mudança linguística escolheram analisar a oralidade. As linguistas concluem a citação dizendo que, na oralidade, «torna-se mais evidente a variação denunciadora de mudança linguística».

<sup>151</sup> A questão não é consensual, e, de facto, as generalizações dificilmente dão conta de toda a realidade. Há, obviamente, situações de oralidade bastante formais e textos escritos muito informais, porém o que pretendemos salientar aqui é precisamente que essa ideia de que o texto escrito é mais formal é comum e, provavelmente, é partilhada pela maioria dos falantes.

<sup>152</sup> Dília Pereira (1992: 39) refere, a propósito do processo de ensino-aprendizagem, a perda paulatina desse tipo de poder, mesmo em relação ao texto escrito: «aspecto saliente do ambiente linguístico de pares em idade escolar, a gíria e o calão têm vindo progressivamente a conquistar o discurso escrito mesmo em situações formais (ex: composições)».

prática o que aprendeu, alterando ou não o que adquiriu, ao usar a sua capacidade de **monitorização** (Krashen, 1981; 1982)<sup>153</sup>. Assim sendo, a escolarização poderia eventualmente contribuir para uma redução ou uma **nivelação da variação** o que, a verificar-se, se refletiria em padrões de usos diferenciados nos distintos níveis de escolaridade.

Na medida em que, através dele, é a variedade *standard* que sobressai valorizada, o processo de escolarização é, então, um dos mecanismos de unificação linguística; no entanto, há outras forças intervenientes nos usos linguísticos, mesmo em ambiente escolar. Na verdade, as comunidades linguísticas vivem sempre num paradoxo que consiste em «intégrer la variation tout en respectant une norme unificatrice» (Corbeil, 1983: 301). Forças conflituosas, mas, simultaneamente, complementares, colocam os falantes, nomeadamente os alunos, num jogo de equilíbrio entre a variedade “*standard*” e as variedades não normativas.

### 2.3.2 Escola: contacto com a variação

Com efeito, não é apenas o contacto com a *variedade normativa* que é importante no que concerne à prática linguística em ambiente escolar. Saliente-se que o modo como, na escola, se lida com a *variação* tem igual relevância para a experiência linguística do aluno. Idealmente, na escola, o aluno não só analisa as características do sistema e fomenta a sua capacidade de reflexão sobre as regras da língua, como

---

<sup>153</sup> Krashen (1982) usa este termo e esta noção a propósito do seu modelo de aquisição de L2; no entanto, também se aplica a L1 (*vide* também Levelt, 1998). Se em L2, muitas vezes «learning does not become acquisition» (Krashen, 2009: 88), também em L1 nem sempre a aprendizagem surte efeitos, em termos de alteração dos hábitos linguísticos do aluno. Assim, ainda que seja possível que a capacidade de *monitorização* possa influenciar os usos de um aprendente, nem sempre isso acontece. É, pois, possível existir aprendizagem, sem haver aquisição: «Learning sometimes precedes acquisition in real time: A rule that is eventually acquired may have been, at one time, learned only. As I have maintained elsewhere (Krashen, 1977), this certainly does occur, but by no means establishes the necessity of prior learning for acquisition. Just because event A preceded event B does not demonstrate that A caused B. We see many cases of acquisition without learning, learning (even very good learning that is well practiced) that does not become acquisition, and acquired knowledge of rules preceding learning» (Krashen, 2009 [edição de internet para a 1ª edição de 1982]: 88-89).

também aprende a reconhecer as normas sociais da sua comunidade e a utilizar habilmente – isto é, com competência – as formas variantes que a sua língua lhe oferece.

Apesar de a função primordial da escola, em relação à língua, ser o domínio da variedade normativa, o contacto com a escola também permite o acesso dos alunos a variados tipos de *input*<sup>154</sup>. Para além do *input* oral a que a criança estará exposta no ambiente **familiar** – tanto o que é dirigido diretamente à criança, como o indireto –, na escola, a criança passa a receber o *input* de **pares**, potencialmente com diferentes características, mas também de **professores**, nomeadamente dos professores de Língua Portuguesa. O *input* recebido pelas crianças torna-se, pois, cada vez mais diversificado, e, muito provavelmente, contém **variação**, que será, portanto, *transmitida* às crianças.

Relativamente ao *input* oral e escrito gerado por professores e, ainda, às suas atitudes linguísticas, admitir-se-á que exercem uma influência relevante sobre os alunos, já que aqueles são agentes da regulação escolar. E, ainda que os professores sofram essa pressão e, de uma forma geral, usem a variedade normativa, é mais do que provável que também o seu discurso integre variantes linguísticas.

Mas, se é certo que os usos dos professores enformam e regulam os usos dos alunos, também não é menos exato dizer que o papel desempenhado pelos pares é extremamente relevante. Recorde-se, por exemplo, que Weinreich, Labov e Herzog (1968: 145-147)<sup>155</sup>, baseando-se em dados de um estudo de Labov (1966), realçavam o valor do *input* de pares na fase pré-adolescente.

Ora, também nesse contexto de «ambiente linguístico dos pares» (Pereira, 1992: 38), a diversidade é bastante provável, pois, para além da possibilidade de os alunos de uma mesma escola provirem de contextos sociais, culturais e, conseqüentemente, linguísticos distintos, há ainda uma multiplicidade de situações comunicativas variadas. Exemplificando, a par de ocasiões dialógicas entre interlocutores com o mesmo estatuto, existe comunicação entre interlocutores com estatuto diferente. Nestes casos, a «complexidade e subtileza na interpretação das dinâmicas de poder» (Pereira, 1992: 38) exige o uso de diferentes estratégias

---

<sup>154</sup> Vide Pereira, 1992, sobretudo as páginas 34-40.

<sup>155</sup> Vide 2.2.2 (nota 123).

linguísticas. Exemplo desta discrepância de poder surge presente na comunicação verbal entre indivíduos de diferentes idades. Dília Pereira (1992: 38) afirma que «até mesmo crianças de apenas 3 anos modificam espontaneamente a sua linguagem quando o seu interlocutor é uma criança mais pequena»<sup>156</sup>.

A escola proporciona, pois, naturalmente, uma multiplicidade de situações sociais (Pereira, 1992: 38). Essa pluralidade de circunstâncias facilita a apreensão das normas sociais da comunidade a que o aluno pertence, isto é, o jovem falante tem a oportunidade de compreender o modo como a sua comunidade avalia a adequação dos usos linguísticos a cada situação.

Mas, para além da presença direta de variação linguística em ambiente escolar através dos usos dos vários intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, já os próprios **Programas** de Português a contemplam reiteradamente como conteúdo a dominar.

«Sendo um dos objectivos centrais do ensino do Português como língua materna promover o acesso de todos os alunos ao Português padrão, constitui objectivo complementar deste consciencializá-los da legitimidade cultural e linguística das restantes variedades»

Sim-Sim, Duarte e Ferraz, 1997: 38.

A par de reconhecer, caracterizar e usar a variedade normativa, pretende-se fazer «detectar aspectos de diferenciação e variação linguística, precisando o papel da língua padrão» (Reis, 2009: 80 – Compreensão oral – 2º ciclo; *vide* também Reis, 2009: 120 – Compreensão/ expressão oral: 3º ciclo), «identificar em enunciados orais e escritos a variação em vários planos (fonológico, lexical, sintáctico, semântico e pragmático)» (Reis, 2009: 91 – conhecimento explícito – 2º ciclo: descritores de desempenho) e fomentar o respeito pela variação.

Todas as competências são abrangidas por estes objetivos e todos os níveis de variação surgem nelas referidos. No que concerne à variação **dialetal** e à variação **social**, pretende-se «distinguir contextos geográficos e sociais que estão na origem de

---

<sup>156</sup> Dília Pereira (1992: 38) relembra, a este propósito, a redução da extensão média do enunciado, a omissão de artigos, entre outras estratégias de adaptação do ambiente linguístico, perante interlocutores mais novos.

diferentes variedades do português» (Reis, 2009: 91 – 2º ciclo)<sup>157</sup>. Relativamente à variação **diacrónica**, pretende-se «reconhecer a língua como sistema dinâmico, aberto e em elaboração contínua» (Reis, 2009: 129 – 3º ciclo)<sup>158</sup>. Quanto à variação **diafásica**, «os alunos experimentaram já um *continuum* de situações que lhes terão permitido não apenas utilizar a linguagem oral e a escrita em contextos muito diversos, com diferentes graus de formalidade, mas também desenvolver a consciência de que esses diferentes usos permitem alcançar efeitos específicos» (Reis, 2009: 112 – 3º ciclo).

Na verdade, o **input** não é apenas relevante para a **apreensão das regras da língua**, mas é-o também em relação à apreensão **das normas sociais** da comunidade de fala em que o aluno está integrado. As variantes linguísticas agrupam-se, segundo as preferências dos diferentes conjuntos de falantes, criando, assim, as normas dessas comunidades. E, a partir do momento em que a diversidade de interlocutores, situações e tipos de intenções comunicativas aumenta, o aluno enriquece o seu conhecimento das normas diatópicas, diastráticas ou diafásicas que regem a distribuição das variantes linguísticas.

Em todos estes aspetos, verificamos, portanto, que a escola propicia de forma consistente e reiterada o contacto com a variação linguística.

Relativamente à **variação diacrónica** em especial, é necessário ponderar mais demoradamente algumas questões. Primeiramente, convém salientar que, quando surge o tópico programático da mudança linguística, poderá haver a tendência para focar a atenção em formas do passado longínquo que facilmente se confrontam com as do presente, demonstrando assim de modo mais evidente como a língua comporta variação diacrónica. Os fenómenos exemplificativos da mudança são, pois, os que já estão estabilizados.

---

<sup>157</sup> A variação social é referida, não apenas na citação anterior, mas em vários outros pontos do texto: «A competência de comunicação compreende as competências linguística, discursiva/ textual, sociolinguística e estratégica»; «(...) quanto à competência sociolinguística, [a escola deverá promover] o conhecimento das regras sociais para contextualizar e interpretar os elementos linguísticos e discursivos/ textuais» (Seixas *et alii*, 2001/2002: 8 – Secundário).

<sup>158</sup> No ensino básico, referem-se os conteúdos «mudança linguística: factores internos e externos e tipos de mudança», «variação e normalização linguística» (Reis, 2009: 91 – Conhecimento explícito). De igual modo, no ensino secundário, são considerados os itens: «Língua, comunidade linguística, variação e mudança»; «Variação e Normalização Linguística»; «Variedades do Português» (Seixas *et alii*, 2001/2002: 12 – 10º ano).

Uma segunda questão que se coloca diz respeito à relação entre mudança e variedade normativa, isto é, **será concebível que a variedade normativa mude?** Na verdade, as noções de *correto* e *errado* ou *erro* e *desvio* limitam a variação na variedade normativa. Sendo assim, de que modo as crianças admitirão a coordenação de conceitos como *mudança* e *correção* linguísticas? Com efeito, a conciliação da variedade normativa com a mudança será, pelo menos, algo complexa.

Sendo a variedade *padrão* supostamente *una, fixa e sustentada pela autoridade*, na medida em que permite apenas uma resposta como a correta, como pode admitir-se que mude? E, então, outras duas questões surgem: o que acontece quando **o que é correto não soa bem** ou quando as **gramáticas não são unânimes nalgum aspeto?** Como lidará a escola com estes fenómenos, que, como veremos<sup>159</sup>, acontecem de facto?

Na verdade, a variedade normativa pode ser objeto de reajustes. Recordando o conceito de *estabilidade flexível* de Garvin e Mathiot (1970 [1956])<sup>160</sup>, a variedade linguística selecionada para servir de padrão deve não apenas ser *estabilizada* através do processo de codificação, mas, paralelamente, deve ser *flexível* em grau suficiente «to allow for modification in line with culture change» (Garvin e Mathiot, 1970 [1956]: 367).

E assim, o momento de reajuste em que essa *flexibilidade* se coloca em evidência, demonstrando como também existe transitoriedade na variedade normativa, certamente causará algum problema, que se pode concretizar, por exemplo, na referida falta de unanimidade entre textos codificatórios – e também entre manuais didáticos – ou nessa perceção de desadequação da própria noção de *correção*. Então, a necessidade de reequilibrar a variedade normativa ocasionará a

<sup>159</sup> Vide os subcapítulos relativos à análise de gramáticas escolares (3.2) e à apresentação e discussão dos dados recolhidos através de inquérito a alunos (grupo C de questões – vide 4.2) e através de entrevista a professores de Língua Portuguesa (4.3).

<sup>160</sup> Garvin e Mathiot (1970 [1956]) – que comentam e adaptam os pensamentos dos funcionalistas históricos de Praga – usavam dois critérios para avaliar o grau de standardização das línguas: o *standard* deve ter (i) *estabilidade flexível* e (ii) *intelectualização*, respondendo a todas as necessidades da escala conversacional.

Garvin e Mathiot (1970 [1956]: 367) identificam os parâmetros envolvidos nesta propriedade da língua *standard*: «the flexibility of the norm is achieved by including in the normative code the necessary apparatus for modification and expansion, which includes provisions both for a systematic expansion of the lexicon, and an equally systematic expansion of stylistic and syntactic possibilities».

Vide Santos, 2006 (105-106 e 551) e Carbonero (1985: 141-142).

*estabilização*. De facto, a mudança da língua pode ser inconsciente para cada falante, porém, quando a variedade normativa é afetada por essa mudança, no ensino da língua poderá sentir-se de forma mais marcada essa necessidade da estabilização. Nestes casos, as **atitudes dos professores de Língua Portuguesa** perante as variantes em causa e perante a própria possibilidade de mudança da variedade normativa ganham especial relevância. E, no caso específico do processo de apreensão dos usos do participio passado, nomeadamente de verbos abundantes, as experiências e aprendizagens praticadas em ambiente escolar podem revelar-se muito relevantes.



## 2.4 PERCEÇÕES DE PRESTÍGIO E ATITUDES LINGUÍSTICAS

O prestígio e as atitudes linguísticas têm influência direta sobre as situações de variação e de mudança (Serrano, 1996: 31). São, por conseguinte, elementos de estudo da Sociolinguística.

No que concerne ao *prestígio*, é necessário proceder à distinção das várias aplicações do termo. Em Sociologia, o *prestígio social* de um indivíduo advém, sobretudo, das suas características ocupacionais, da sua profissão, do seu nível educacional (Serrano, 1996: 62). Já o *prestígio sociolinguístico* define-se na relação entre *prestígio social* e os *usos linguísticos* dos falantes com prestígio social, sendo que se subespecifica de acordo com a *perceção* que os falantes têm dos grupos sociais a que pertencem e dos que se distinguem, assim como de acordo com a *perceção* das formas linguísticas que os caracterizam (Serrano, 1996: 68). É, portanto, resultante de uma avaliação subjetiva da sociedade e das formas linguísticas que os indivíduos *associam* a cada subgrupo social.

Moreno Fernández (1990: 187), ao precisar o conceito de *prestígio* em Sociolinguística, define-o como «un proceso de concesión de estima y respeto hacia individuos o grupos que reúnen ciertas características y que lleva a la imitación de las conductas y creencias de esos individuos o grupos». Entre estas condutas estão os usos linguísticos que os indivíduos *acreditam* caracterizar esses grupos sociais. Na verdade, a *perceção* que os falantes têm dos usos da língua não corresponde necessariamente à realidade. Como veremos a propósito de estudos de atitudes linguísticas, é possível haver, por parte de falantes, a identificação de uma certa variante com uma determinada variedade diatópica ou social, ainda que essa não seja uma característica efetiva dessa variedade.

*Prestígio social* e *prestígio sociolinguístico* estão, pois, obviamente interligados, sendo que «o falante adquire um determinado prestígio social pelo facto de usar bem a língua e, inversamente, a língua usada por um falante socialmente prestigiado tende a ser considerada de prestígio» (Santos, 2002: 171). Apesar dessa relação bidirecional, não há paralelismo entre ambos, já que o prestígio social sucede de propriedades

sócio-educacionais do indivíduo, ao passo que o prestígio sociolinguístico é alterado não só por fatores sociais, mas também psicológicos (Serrano, 1996: 62).

Deste modo, as formas linguísticas dotadas de *prestígio linguístico* são aquelas que os falantes avaliam positivamente e reconhecem como as variantes mais respeitadas pela sua comunidade linguística. Dizer que certa variedade ou determinada variante é prestigiada ou prestigiante ou, pelo contrário, estigmatizada, no fundo, reflete as atitudes partilhadas pelos membros da sociedade (Christian, 1992: 4). Sendo a variedade *linguística normativa* «le produit d'une hiérarchisation des multiples formes variantes possibles selon une échelle de valeurs portant sur la "convenabilité" d'une forme linguistique par rapport aux exigences de l'interaction linguistique» (Aléong, 1983: 260), as formas linguísticas da variedade normativa corresponderão, em princípio, às que são consideradas prestigiadas pela maioria dos falantes da comunidade linguística<sup>161</sup>. Essa hierarquização das variantes relaciona-se com os padrões de prestígio de cada comunidade e com as atitudes<sup>162</sup> dos falantes perante a sua própria variedade e perante todas as restantes variedades. Como afirma Corbeil (1983: 301), «dans toutes les langues, la régulation linguistique met de l'avant une norme dominante, autour de laquelle gravitent les variantes et les attitudes des locuteurs à la fois à l'égard de leur propre variante et à l'égard de la variante dominante».

Cada comunidade terá, pois, os seus **padrões típicos de prestígio** (Santos, 2002: 31), não havendo, contudo, uma regra para descrever estas dinâmicas. Na realidade, há diversos **fatores que poderão contribuir para construir e alterar as perceções** que um indivíduo tem dos seus próprios usos e da variedade utilizada pelos outros indivíduos. Para além de razões históricas de formação de grupos, questões de classe

---

<sup>161</sup> Nem sempre a seleção da variedade normativa é feita de acordo com a maioria dos falantes, porém, frequentemente, a variedade historicamente constituída como *standard* acaba por vir a ser percecionada como a mais prestigiada e a mais prestigiante.

<sup>162</sup> Em Sociologia, aplicou-se e desenvolveu-se a ideia de que os comportamentos sociais são influenciados pela leitura que cada indivíduo faz das suas experiências e dos contextos em que socializa. Paralelamente, nas línguas, também as perceções que os falantes/ ouvintes têm em relação a cada elemento constitutivo do seu sistema linguístico influenciam os seus usos. Então, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, surgiram vários estudos sobre as atitudes dos falantes relativamente às várias categorias de variação linguística e ficou claro o papel do prestígio no processo de difusão de uma mudança idiomática.

Para uma perspetiva histórica dos estudos atitudinais até à década de noventa do século XX, leia-se Bradac (1992). *Vide* também Garrett (2010). Sobre a aplicação do estudo das atitudes à Dialetologia, *vide* Preston (1999), Preston e Long (2002) e Ferreira (2004; 2009).

ou de grupo social, outros fatores podem motivar as percepções dos diversos tipos de variedades linguísticas. É o caso da faixa etária, do gênero, do grau educacional obtido, ou da crescente mobilidade geográfica e social<sup>163</sup> – que proporciona o contacto de elementos de distintas redes sociais e o intercâmbio de formas linguísticas.

A *mobilidade geográfica* efetiva, a par da mobilidade geográfica virtual – obtida via *media*, nomeadamente pela *internet* –, origina um aumento de contactos entre variedades<sup>164</sup>. Ora, esta inter-relação pode promover, por exemplo, diferentes dinâmicas de tolerância em relação à variação. Efetivamente, o maior ou menor contacto de variedades origina diferentes *percepções linguísticas*, que são simultaneamente causa e consequência da atribuição de mais ou menos prestígio a cada variedade e às suas variantes. O contacto das variedades aumenta, originando uma alteração das percepções linguísticas, o que, por sua vez, pode provocar uma mudança na direção das variedades e das variantes a que se atribui prestígio, causando modificações na variedade normativa. Tudo isto é consequência de alterações nas atitudes linguísticas, que podem traduzir-se em efetivas mudanças idiomáticas.

Como dissemos, também o grau de *mobilidade social* dos falantes pode interferir nos processos de mudança linguística. Alguns estudiosos referem a intenção dos falantes de assemelharem o seu discurso *ao que identificam como* sendo o do grupo social superior ao seu em termos de estatuto. Assim, os falantes adotam uma variedade que julgam ser prestigiante, ainda que essa não corresponda à que é efetivamente a de mais prestígio nessa comunidade linguística, ou seja, ainda que essa

---

<sup>163</sup> No caso da sociedade portuguesa atual, existe uma crescente mobilidade social na medida em que não há classes estanques. Para além disso, há também um certo tipo de mobilidade social que podemos designar de indireta, já que, havendo uma maior abrangência social dos contactos individuais, o falante acaba por conhecer as variantes usadas por um maior número de grupos sociais.

Da mesma forma, também podemos ponderar a existência de uma maior mobilidade geográfica indireta, isto é, ainda que um determinado indivíduo não usufrua ele próprio de mobilidade geográfica, tendo os elementos que o rodeiam essa capacidade, as suas percepções das variedades linguísticas também podem ser afetadas.

Para além dessas alterações diretas, verificamos ainda que, assim como a mudança social é hoje extremamente célere, também a atribuição de *prestígio* às variedades linguísticas pode alterar-se rapidamente, facto que tem consequências ao nível das mudanças idiomáticas. Havendo inovações provenientes dos falantes das variedades de prestígio, essas variantes adquirem uma maior probabilidade de se virem a difundir e de virem a ser selecionadas para vigorar em detrimento das variantes concorrentes.

<sup>164</sup> Para além da importância de fatores como o contacto entre variedades de uma mesma língua (Lightfoot, 1999), surge, num nível diferente, o contacto com outras línguas (Mateus e Nascimento, 2005: 23), sobressaindo, nesse caso, o contacto com as línguas consideradas de prestígio.

não seja a variedade que mais elementos da comunidade identificam como a mais prestigante. A *perceção* que o indivíduo tem de si e do outro é, portanto, decisiva. María José Serrano (1996: 61) afirma mesmo que o prestígio está «relacionado con la autopercepción del individuo y del grupo al que pertenece». O modo como cada um *percebe* cada variante que constitui e caracteriza cada variedade, o modo como a variedade normativa é captada, a distância que cada um considera que existe entre uma determinada variedade e aquela a que é atribuído o título de norma, todos estes elementos são profundamente determinantes para o devir de uma língua, na medida em que originam atitudes que se revelam mais ou menos favoráveis à existência de uma variante, ou ao seu uso em determinado contexto mais ou menos formal.

A noção de *perceção* está, portanto, subjacente à definição de variedade normativa. A variedade *considerada* padrão é aquela a que é atribuído mais prestígio.

«la consideración de la norma estándar se sostiene sobre las creencias y la “conciencia” sociolingüística de los hablantes de la comunidad en cuestión, que tienen esa norma como modelo a seguir, por razones de prestigio social»

Carbonero, 1985: 142.

Carbonero refere a *consciência sociolingüística*<sup>165</sup> dos falantes como sustentáculo da atribuição do título de *variedade normativa* a uma das variedades da língua. Assim, a conformidade destas convicções individuais com as crenças do conjunto de falantes integrantes da sua comunidade lingüística faz parte do grau de *competência comunicativa*<sup>166</sup> desse falante. De acordo com López Morales (1981; 1993), havendo consciência da variação lingüística e das suas implicações sociais, há *competência sociolingüística* e esta integra-se na competência comunicativa entendida em sentido lato.

---

<sup>165</sup> Podemos definir *consciência sociolingüística* como o conhecimento dos valores sociais das variantes e das variedades lingüísticas (López Morales, 1993: 206).

<sup>166</sup> Moreno Fernández define *competência comunicativa*, no âmbito da sua obra *Metodología sociolingüística*, como «el conjunto de reglas que determinan la conducta sociolingüística» (Moreno Fernández, 1990: 26).

No programa de Língua Portuguesa do ensino secundário, Seixas *et alii* (2001/2002: 25) definem «competência de comunicação» como «competência de acção, constituída pelas competências lingüística, discursiva/textual, sociolingüística e estratégica».

Dell Hymes (1972) salientou a importância de uma noção como a de *competência comunicativa*. Enquanto a *competência linguística* (Chomsky, 1975 [1965]: 84-93) é a referência para a avaliação da *gramaticalidade* dos enunciados, é a *competência comunicativa* que permite a mensurabilidade da *aceitabilidade*<sup>167</sup>. Na verdade, «o poder da linguagem não se exerce com o uso sofisticado da língua, empregando sempre a variedade mais prestigiada ou o registo de língua muito cuidado, culto ou técnico que visa impressionar os ouvintes. Este procedimento, muitas vezes, em vez de criar simpatia e admiração, provoca desinteresse e afastamento» (Santos, 2000: 77). Produzir enunciados *gramaticais* não basta para utilizar uma língua da melhor maneira. Saber quando a utilização de cada uma das diferentes variedades da língua é adequada faz parte da capacidade interacional dos falantes.

Assim, a conformidade da interpretação individual do prestígio de cada variedade linguística com a leitura da generalidade da comunidade linguística a que o falante pertence ditará a qualidade da sua *performance* linguística. A par da noção de *correção* linguística surge, então, a de *adequação*<sup>168</sup>. Assim como a gramaticalidade – ou a correção<sup>169</sup> – dos enunciados é avaliada pelos falantes, também a aceitabilidade

---

<sup>167</sup> Os conceitos de *gramaticalidade* e *aceitabilidade* são, pois, dois tipos de julgamentos básicos que o falante realiza sobre a língua. Diversamente, Dell Hymes (1972: 281) propõe quatro tipos de julgamentos linguísticos: «1. Whether (and to what degree) something is formally *possible*; 2. Whether (and to what degree) something is *feasible* in virtue of the means of implementation available; 3. Whether (and to what degree) something is *appropriate* (adequate, happy, successful) in relation to a context in which it is used and evaluated; 4. Whether (and to what degree) something is in fact done, actually *performed*, and what its doing entails».

<sup>168</sup> Recorde-se o que foi dito em 2.2 acerca das *gramáticas de uso* e da descrição que nelas se faz das situações em que certa variante ou variedade é adequada.

<sup>169</sup> De acordo com Krashen (2009 [edição de internet para a 1ª edição de 1982]: 10), «The result of language acquisition, acquired competence, is (...) subconscious. We are generally not consciously aware of the rules of the languages we have acquired. Instead, we have a "feel" for correctness. Grammatical sentences "sound" right, or "feel" right, and errors feel wrong, even if we do not consciously know what rule was violated».

Com efeito, ainda que o falante não conheça a metalinguagem para justificar as suas atitudes linguísticas, no seu quotidiano haverá situações que desencadeiam juízos de valor sobre os enunciados. Certa variante poderá *parecer correta* ou *soar bem* – cf. subcapítulo 4.1.2.2, a propósito da escolha da formulação do grupo de questões C do inquérito criado para a presente investigação – ao contrário de outra e essa avaliação decorre das experiências anteriores do falante e da sua interpretação das mesmas. O *input* recebido é, pois, em grande medida, responsável pela construção das percepções linguísticas, mas, como vimos, também outros elementos, como, por exemplo, a reação dos interlocutores aos *outputs* do falante, intervêm na constituição das crenças que estão na origem das atitudes linguísticas.

dos enunciados em relação às circunstâncias em que são produzidos o é<sup>170</sup>. Duarte e Brito (1996: 248) definem *gramaticalidade* como a «conformidade aos padrões de organização sintáctica característicos de uma dada sincronia linguística». Já a *aceitabilidade* pode ser concebida como a conformidade com os padrões dos falantes da língua a que pertence tal enunciado numa dada sincronia linguística. Para a formação desses padrões de aceitabilidade, os falantes ponderam não apenas fatores linguísticos mas igualmente critérios de uso, relacionados, por exemplo, com a eficácia e a adequação comunicativa, para além dos valores sociais que identificam para as variantes linguísticas em causa em cada enunciado. Assim se compreende como, «em muitos casos, os falantes consideram aceitáveis combinações de palavras não conformes aos padrões de organização sintáctica da variante dominante da sincronia linguística em questão» (Duarte e Brito, 1996: 248).

De acordo com Serrano (1996: 13) e também com Duarte e Brito (1996: 248-249), a aceitabilidade pode mesmo influenciar o processo que medeia entre a variação e a mudança linguística. Com efeito, se Serrano afirma que, quando a agramaticalidade não é taxativa («tajante»), se aplica o termo *aceitável*, facto que explica a existência de variação, Duarte e Brito consideram que «em geral, as discrepâncias entre juízos de gramaticalidade e de aceitabilidade dizem respeito a construções ou formas que são difíceis de processar ou que, devido ao processo de mudança linguística, estão a ser objecto de reanálise por parte dos falantes»<sup>171</sup>. O facto de um falante não considerar um determinado item linguístico *correto*, mas, simultaneamente, o avaliar como *aceitável* pode, pois, estar na origem da variação. Ao conjugarmos esta situação com o conceito de *estabilidade flexível* usado por Garvin e Mathiot (1970 [1956]) – a propósito do processo de standardização das línguas (*vide* 2.3) –, compreendemos, portanto, que a flexibilidade que permite que um enunciado seja avaliado por vários elementos de uma comunidade linguística como aceitável, mas não como correto é, precisamente, indicativa de uma potencial mudança.

---

<sup>170</sup> Como afirma Hymes (1972: 277), «the competency of users of language entails abilities and judgements relative to, and interdependent with, sociocultural features».

<sup>171</sup> Em casos de mudança linguística e/ou de variação sincrónica, isto é, na ausência de padrões estáveis, o conceito de *aceitabilidade* pode, por isso, revelar-se mais útil do que o de *gramaticalidade*.

Esta produção de juízos sobre a língua constitui uma *atitude linguística*. Vários linguistas problematizam a importância desta área de investigação e elucidam a sua **conceção** de *atitude linguística*. As definições dadas por psicólogos sociais e sociolinguistas têm-se desenvolvido em duas grandes direções, que López Morales (1993: 231) delinea da seguinte forma: de acordo com a conceção *mentalista*, os diversos autores<sup>172</sup> definem *atitude* como uma *variável* que se situa entre um estímulo e uma resposta a esse estímulo. López Morales (1993: 231-232) prefere a conceção *comportamental*, segundo a qual as **atitudes** são as **respostas** dadas pelos indivíduos às distintas situações sociais. Por nossa parte, adotaremos precisamente a definição e a conceção estrutural de atitude defendida por López Morales, já que a atitude assim definida é observável e, conseqüentemente, mensurável. Tomaremos, então, a atitude linguística como a manifestação comportamental de uma crença<sup>173</sup>, o reflexo concreto de uma percepção da realidade linguística em geral ou de cada unidade em particular. Consiste, portanto, num posicionamento crítico e valorativo do falante perante determinado item linguístico<sup>174</sup>. López Morales (1993: 235) acrescenta que, embora nem todas as crenças produzam atitudes, na sua maioria originam uma tomada de posição. Assim, se um falante crê que determinado fenómeno é característico de grupos sociais mais desfavorecidos, as suas atitudes perante tal fenómeno revelar-se-ão, em princípio, negativas<sup>175</sup>.

A atitude é, então, a **manifestação de preferências** reveladas pelos falantes, fruto de juízos de valor acerca do **estatuto** e do **prestígio** de determinada variante, variedade ou língua. Estes juízos avaliativos advêm, em grande parte, da **consciência sociolinguística** do falante, isto é, da interpretação do que a sua comunidade

---

<sup>172</sup> López Morales (1993: 231-232) refere os estudos de Gordon Allport (1967 «Attitudes»). In M. Fishbein (ed.) *Readings in Attitude Theory and Measurement*. New York: John Wiley and Sons, p. 1-38) Rebeca Agheysi e Joshua Fishman (1970 «Language Attitude Studies: a Brief Survey of methodological approaches»). In *Anthropological Linguistics*, 12, p. 137-157) e Robert Cooper e Joshua Fishman (1975 «The Study of Language Attitudes») In *Linguistics*, 136, p. 5-19).

<sup>173</sup> Howard Giles (1992: 132) explica como percepções e atitudes estão interligadas no dia a dia dos falantes: «in initial interactions, our views of others – including their supposed beliefs, capabilities, and social attributes – can be determined in part by inferences derived from our perception of their speech characteristics and language varieties».

<sup>174</sup> Lasagahaster e Vitoria-Gasteiz (2004: 403) definem *atitude* da seguinte forma: «An attitude is a positive or negative feeling about some person, object or issue, acquired through social interaction».

<sup>175</sup> Como veremos mais à frente, nem sempre os falantes tencionam seguir os usos dos grupos sociais mais favorecidos. O grau de *solidariedade* que interliga os elementos de um grupo de falantes pode sobrepor-se ao desejo de obter um *estatuto* social superior.

linguística considera serem formas linguísticas prestigiadas (cf. López Morales, 1993: 234-5).

Assim, podemos dizer que o conjunto de situações e contextos que envolveram o grupo de comportamentos linguísticos vivenciados por cada indivíduo e os efeitos daí advindos são avaliados, interpretados e interiorizados (Giles e Coupland, 1991: 53-58). O *reservatório do conhecimento contextual e textual*<sup>176</sup> de cada falante estabelece o seu grau de consciência sociolinguística e a sua competência comunicativa.

A variação linguística é um dos objetos em relação ao qual as atitudes dos falantes poderão revelar maior interesse. A imagem perceptual por detrás da realidade linguística modifica os comportamentos exercidos sobre essa mesma realidade. As atitudes têm reflexos relativamente imediatos no curso tomado pela língua, pelas suas variedades e pelas suas variantes. A força da *difusão* e o rumo da *seleção* das variantes linguísticas são determinados pelas perceções e pelas atitudes linguísticas, já que estas afetam o prestígio de cada variante e das próprias variedades diafásicas, diastráticas e diatópicas, repercutindo-se assim na diacronia. Um fenómeno inovador pode ser consolidado por influência do estatuto dos seus primeiros utilizadores – que cria o estatuto da própria inovação – ou, pelo contrário, pode ser erradicado pelo mesmo motivo.

Originadoras da manutenção ou mutação de uma variante linguística, seja ela diafásica, diatópica ou diastrática, de uma variedade ou de uma língua, as atitudes linguísticas ganharam, pois, uma importância enorme nos estudos sociolinguísticos. Identificar os fenómenos estigmatizados e os prestigiados, medir a aceitabilidade das inovações e as justificações apresentadas pelos falantes numa língua possibilita uma compreensão mais global da variação e da mudança linguísticas<sup>177</sup>. Aliás, as atitudes linguísticas assumiram particular relevância na identificação dos fenómenos de ***mudança em tempo aparente***; com efeito, William Labov considerou essa hipótese logo nos seus primeiros estudos com a mudança em curso e comprovou a sua importância.

---

<sup>176</sup> Expressão de Giles e Coupland (1991: 53).

<sup>177</sup> Outra das aplicações dos estudos atitudinais relaciona-se com as situações do contacto de línguas.



Sem dúvida, a interpretação da distribuição etária das variantes linguísticas permite-nos apreender eventuais processos de mudança em curso numa sincronia. No entanto, isolado, esse fator poderia gerar interpretações não condizentes com a realidade (Silva-Corvalán, 1989: 156). Sendo os jovens o futuro da sociedade e da língua, poder-se-ia pensar que, havendo uma inovação que se difunde fortemente entre os falantes adolescentes, a probabilidade de essa variante vingar seria também grande. Porém, sabemos que, por vezes, há especificidades próprias de uma geração que se alteram quando os indivíduos atingem a faixa etária seguinte. Assim, a distribuição das variantes pelas diferentes faixas etárias tem que ser conjugada com outros fatores, nomeadamente a existência de atitudes valorativas favoráveis perante a variante inovadora ou desfavoráveis em relação à variante mais antiga<sup>178</sup>. Para que consideremos a hipótese de haver indicações de mudança em tempo aparente é, pois, necessário que a variante em causa seja considerada um traço prestigiante, «o al menos no estigmatizado», por uma grande parte dos falantes (Silva-Corvalán, 1989: 164). Serrano (1996: 27) aponta ainda as atitudes de insegurança linguística como promotoras das inovações, nomeadamente por gerarem fenómenos de sobregeneralização. Por todas estas razões, os estudos atitudinais podem, então, ser utilizados como complemento aos de produção linguística<sup>179</sup>.

Sendo assim, à medida que foram sendo descobertas potencialidades do estudo das atitudes, vários foram também os **métodos** utilizados e adaptados pelos sociolinguistas para aferir as atitudes perante diversos tipos de variantes linguísticas.

Primeiramente, basearam-se numa técnica criada para observar de que modo os informantes reagem à variação linguística. Antes de mais, era feita uma gravação

---

<sup>178</sup> Na perspetiva de Labov, um dos itens definitórios de *comunidade linguística* relaciona-se com a partilha de perceções de prestígio e de atitudes linguísticas. Na verdade, as componentes *social* e *linguística* são formadoras do próprio conceito de *grupo*, pelo que também está implícita uma partilha *genérica* dos critérios de prestígio social e linguístico e das atitudes linguísticas (Labov, 1966; 1972): «The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms; these norms may be observed in overt types of evaluative behavior, and by the uniformity of abstract patterns of variation which are invariant in respect to particular levels of usage» (Labov, 1972: 120-1).

<sup>179</sup> Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968: 181), se compararmos os resultados de estudos de produção com estudos de avaliação sobre algum fenómeno de variação, é possível que a mudança se revele de forma mais forte nas avaliações dos falantes do que na sua produção. Assim, os estudos atitudinais são «one more route to the analysis of change in progress» (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 183) e, conseqüentemente, importantes para a compreensão do fenómeno de mudança.

com a leitura de um texto por diferentes indivíduos. Depois, este registo auditivo era ouvido pelos informantes. Estes deveriam atribuir características sociais e de personalidade (como, por exemplo, benevolência e confiança) aos indivíduos que tinham lido os textos.

Posteriormente, este método foi aplicado à língua em si mesma: a par dos questionários diretos, em que se perguntava objetivamente aos falantes de uma língua o que pensavam sobre determinado aspeto, variedade ou variante da sua língua, surgiram as técnicas *'disfarçadas'*, que *enganam* o informante para que ele avalie apenas os traços linguísticos. Wallace Lambert, um sociólogo da linguagem, Hodgson, Gardner e S. Fillenbaum (1960) criaram a técnica "matched-guise" e aplicaram-na a falantes bilingues. Inicialmente eram feitas duas gravações: uma mesma pessoa lia duas versões de um texto traduzido nas duas línguas que utilizava. Posteriormente, estas gravações eram apresentadas a outros indivíduos que tinham como tarefa a classificação de ambas segundo certos critérios previamente definidos, sem, no entanto, terem conhecimento de que se tratava de um mesmo falante. Este desconhecimento servia o propósito de garantir que a avaliação feita não resultava de atitudes psicológicas sobre a voz do falante, mas apenas de atitudes linguísticas. A partir deste método, foram depois criados outros, tentando reduzir ou eliminar o seu artificialismo. Assim, em vez de gravações forjadas, passaram a utilizar-se gravações autênticas e espontâneas<sup>180</sup> e, mais tarde, também as atitudes sobre o modo escrito passaram a ser investigadas.

Para além da utilização em situações de bilinguismo, esta técnica pôde aplicar-se igualmente ao estudo das atitudes sobre a variação numa mesma língua. Então, recaindo a atenção em variedades linguísticas ou em variantes concretas, o informante classificava-as numa escala de pontos consoante a *agradabilidade*, a *correção* ou o «*standardness*», o *dinamismo*, a *beleza* ou a *agressividade* (vide Bradac, 1992), para dar apenas alguns exemplos de parâmetros em avaliação. Outra possibilidade seria dar a escolher ao inquirido, entre uma lista de adjetivos

---

<sup>180</sup> Foram apontadas algumas limitações a estas metodologias, mesmo quando havia gravações autênticas. Neste caso, os textos espontâneos gravados e apresentados para avaliação não eram os mesmos, pelo que havia a possibilidade de o conteúdo dos registos auditivos influenciar a identificação da variedade (Williams, Garrett e Coupland, 1999: 353) e, conseqüentemente, as atitudes que sobre ela incidiam. Na verdade, apesar das limitações dos métodos referidos, a discussão gerada viabilizou o aperfeiçoamento das técnicas e fomentou o desenvolvimento dos estudos atitudinais.

qualificativos, aqueles que considerava serem mais apropriados a uma variedade ou a uma variante linguística específica<sup>181</sup>. Por detrás destas atitudes, está a perceção de prestígio linguístico do falante. Como se explica de seguida, as atitudes relacionam-se, pois, diretamente com noções como as de *norma*, *estatuto* e *solidariedade*.

É verdade que há uma tendência de imitação da variedade linguística de maior prestígio (Serrano, 1996: 20); contudo, para além do facto de nem sempre o falante *pretender* seguir a forma considerada prestigiante pela maioria dos elementos da sua comunidade de fala, o que é prestigiante para um falante pode não o ser para outro. As escolhas linguísticas dependem do sentimento de pertença ao grupo linguístico e também social, pois, efetivamente, prestígio social e prestígio linguístico intrincam-se em relações complexas. Na verdade, como afirma Serrano (1996: 67), os usos dos estratos sociais mais elevados não são sempre os mais desejáveis. Assim como os indivíduos socialmente mais eminentes pretendem manter-se à margem, distinguindo-se dos outros, também os falantes de menor estatuto social podem querer evidenciar-se como um grupo à parte e a língua é uma das formas de o conseguir. Caso o grau de **solidariedade** que une este grupo seja elevado, havendo uma consciência de grupo marcada, os usos linguísticos que os próprios falantes *percecionam* como individualizantes do grupo podem ser reforçados. Nem sempre as atitudes positivas motivadas por solidariedade intragrupal são explícitas e assumidas<sup>182</sup>, mas tal não significa que não sejam atuantes. De facto, a imagem que o grupo tem de si e dos seus usos linguísticos, explicitamente assumida ou não, é mais determinante do que as suas reais características.

---

<sup>181</sup> É indispensável que se identifique cabalmente a variedade sobre a qual recaem os adjetivos valorativos. Aliás, este foi um dos aspetos omissos nos primeiros trabalhos atitudinais e cuja superação se revelou determinante para uma melhor descrição dos dados e até para a legitimação das interpretações dadas pelos investigadores. Perante gravações do discurso de outros falantes, os informantes produziam juízos avaliativos que eram posteriormente interpretados, ponderando, por exemplo, a possibilidade de certo traço linguístico existente no trecho gravado ter suscitado determinada atitude. Porém, faltava a este tipo de pesquisas atitudinais a ponderação permanente de mais um critério tido em conta por quem avalia: é necessário saber a que variedade diatópica o inquirido *acredita* que o texto ouvido pertence. É que, de acordo com Trudgill (1984: 220-224), caso haja, por parte do inquirido, uma identificação errada da proveniência da voz ouvida, há o risco de o informante aplicar a conotação da variedade *percebida* em vez da *real* ao texto sob investigação. Se, quando os informantes identificam erradamente a proveniência da voz ouvida, lhe dão a conotação da variedade aí utilizada, ter acesso a essa informação poderá ser determinante para as conclusões a retirar dos dados atitudinais recolhidos. E o mesmo acontece em termos de identificação socioletal. Paul Kerswill e Ann Williams (2002: 174) sugerem a propósito de alguns dados recolhidos por Dennis Preston que «perceived in-group membership *in itself* had the power to make a voice 'attractive'».

<sup>182</sup> Cf. *prestígio encoberto* (Trudgill, 1974).

Por oposição à noção de solidariedade, temos o vetor do **estatuto**, que exerce influência sobre o falante no sentido do uso da variante/ variedade de maior prestígio.

De um modo geral, podemos identificar, então, dois<sup>183</sup> tipos de preferências subjacentes às atitudes linguísticas (Giles, 1992: 132; Bradac, 1992: 390 e 405): (i) imitação de um traço (a favor) da variedade normativa; (ii) uso de uma particularidade linguística sentida como símbolo de pertença a uma comunidade (Serrano, 1996: 19). Assim, (i) corresponderá ao vetor **estatuto**, que se opõe à valorização do eixo da **solidariedade** (ii). As atitudes são, então, produto das dinâmicas de poder e de solidariedade existentes no seio de *comunidades linguísticas*, atuando, assim, de modo diverso no traçado das rotas da mudança idiomática<sup>184</sup>. Estatuto e solidariedade são dois dos fatores envolvidos na constituição das perceções de prestígio das variedades linguísticas. Por um lado, a consciência de pertença a um grupo social tende a favorecer o uso das variantes consideradas típicas desse grupo pelo falante; por outro lado, o estatuto de cada variante e de cada variedade percecionado pelo falante pode condicionar o uso de tais variantes, no sentido da preferência pela variante da norma ou de uma variedade percecionada como sendo de prestígio.

---

<sup>183</sup> Muitos estudos com outras línguas identificaram estes dois vetores. *Vide* Preston (1999: 364-368), Hartley (1999), Giles e Coupland (1991). *Vide* também James Milroy (1992: 213) e Lesley Milroy (1992: 208-214).

Alguns outros autores consideram três dimensões, ligadas ao estatuto sócio-intelectual e social, à qualidade ou atração estética e ao dinamismo. Para mais pormenores, veja-se Bradac (1992: 403-405).

<sup>184</sup> Manuel Alvar afirma que «la actitud del hablante afecta a lo que viene llamándose diatopía, o a la consideración de determinados grupos (diastatía), y tiene valores distintos en momentos diferentes o es resultado de evoluciones dispares (diacronía)» (Alvar, 1986: 30), podendo até, em casos extremos, contribuir para a morte de línguas, dialetos e outras variedades (Alvar, 1986: 93-151). Foi o que aconteceu a muitas línguas indígenas na América hispânica e era o que, aquando da pesquisa realizada por Alvar, estava em curso na Amazônia colombiana, onde o valor *utilitário* do espanhol contribuía para que adquirisse grande prestígio (Alvar, 1986: 127). Por outro lado, para muitos «la lengua indígena es sólo un refugio de la afectividad» (Alvar, 1986: 116).

## 2.5 CONCLUSÃO

Como vimos neste capítulo, os fenómenos de variação linguística são bastante complexos, podendo, mediante a intervenção de fatores de vária ordem, originar mudança na norma individual do falante, na norma de toda uma comunidade linguística ou no próprio sistema linguístico. E quando a situação de variação é resultante de dupla morfologia, o caso torna-se ainda mais intrincado e peculiar.

De facto, vários linguistas consideram que as formas duplas são afetadas por um *efeito de bloqueio*, que, na maioria das vezes em que as variantes são uma forma regular e uma forma irregular, favorece a forma irregular.

Verificámos também que a aquisição é vista por alguns linguistas como o processo através do qual a variação dá lugar à mudança linguística. Segundo Lightfoot, por exemplo, há um limiar de frequência que um item linguístico tem de atingir no *input* para que o jovem falante adquira as estruturas linguísticas. Assim, havendo variação no *input* de cada criança em particular e entre os *inputs* de diferentes crianças, as suas gramáticas internas poderão ser distintas.

Para além disso, consideramos que faz parte do processo de aquisição a obtenção de conhecimento sobre a variação, isto é, a aquisição implica que a criança vá conhecendo as normas sociais que lhe vão permitir usar, em situações diferentes e com vários interlocutores, diversas variedades linguísticas. Assim, as eventuais atitudes depreciativas perante uma variante ou variedade, ou, pelo contrário, as atitudes favoráveis à variação por parte dos interlocutores da criança vão modelando o seu conhecimento das normas da sua comunidade linguística.

Durante o período escolar, as experiências linguísticas da criança diversificam-se consideravelmente, fomentando a continuação desse processo de aquisição da competência comunicativa, a par da competência linguística. Nesse momento, as atitudes – e o próprio uso – dos professores de Língua Portuguesa, como agentes de regulação escolar, exercem considerável influência sobre o desenvolvimento linguístico do aluno – falante e escrevente – e, conseqüentemente, sobre o modo como lida com a variação.

Todos estes elementos serão, pois, decisivos relativamente à continuação ou à resolução de fenómenos de variação. Na verdade, se alguns casos de dupla morfologia

duram 300 anos, Anthony Kroch (1989a) também refere um caso de variação linguística que, apesar do referido efeito de bloqueio, demorou mais séculos a resolver-se. Vários estudos diacrónicos citados por Kroch confirmam que o processo de variação que conduziu ao uso do verbo auxiliar *to do* em inglês em frases interrogativas e negativas prolongou-se, pelo menos, desde o século XIII até ao século XVIII. Isto foi possível porque as formas em competição eram ambas permitidas pela estrutura linguística.

«The study suggest [sic] that an ongoing syntactic change can continue while the grammar remains fixed – a change that shows up in differences in relative frequencies of competing forms, all of which are allowed by the grammar. Only when one form displaces the others entirely will there be a reorganization of the grammar»

Kroch, 1989a: 133.

Ligando este facto à ideia de que as mudanças em curso podem sofrer dois tipos de pressão (Serrano, 1996: 11), decorrentes do paradoxo entre **norma** e **variação** em que vivem os falantes (Corbeil, 1983: 301), compreendemos como, no caso do participio passado duplo, havendo casos de verbos que têm apenas uma forma participial, sendo ela usada para todos os contextos, **a pressão potencialmente exercida pela variedade normativa** sobre as restantes variedades pode não chegar a operar: se, para alguns verbos, é a forma regular a usada nos tempos compostos e, noutros, é a forma irregular (por só terem essa forma – ex: *fazer, ter feito*), no caso dos verbos abundantes, a hipotética pressão exercida pela variedade padrão contra as variedades não normativas deixa de ter efeito. Neste caso, as atitudes dos falantes podem adquirir um papel crucial no futuro deste fenómeno de variação.

A compreensão das situações de variação e de conflito de normas depende, pois, da análise pormenorizada de múltiplos elementos. Integrando descobertas realizadas nos vários estudos linguísticos das diversas áreas, concluímos que a complexidade do fenómeno obriga a uma ponderação multifatorial. Assim, a par da observação do modo como decorre o processo de aquisição linguística, surge como necessária a ponderação sobre o meio escolar, nomeadamente sobre a diversidade dos *outputs* dos diversos elementos intervenientes no processo de aprendizagem, a

par do contacto com a variedade normativa. À medida que se vai formando como falante/ escrevente competente, o aluno vai-se deparando com as atitudes linguísticas de um número cada vez maior de interlocutores e vai desenvolvendo, ele próprio, as suas atitudes linguísticas e tomando as suas escolhas linguísticas, tornando-se elemento interveniente no rumo das mudanças linguísticas e nas características da própria variedade normativa.

Veremos, então, qual é a situação do participio passado duplo no PEC. Com verbos abundantes, no contexto de tempos compostos da voz ativa há variação ou existe apenas uma das formas participiais – corroborando a existência de distribuição sintática das duas formas? Como decorre o processo de aquisição e de desenvolvimento linguístico das formas participiais variantes? A aquisição de formas participiais irregulares bloqueia o uso de formas regulares? Como são as atitudes perante a variação participial reveladas por professores de Língua Portuguesa? E como são as atitudes subjacentes aos textos normativos ou codificatórios?

Investigaremos estas e outras questões nos próximos capítulos.

### **3 PARTICÍPIO PASSADO DUPLO: O DISCURSO NORMATIVO GRAMATICAL E ESCOLAR E OS USOS EFETIVOS EM CORPORA AUTÊNTICOS**

Pretendemos, neste capítulo, fornecer uma descrição do discurso normativo gramatical e escolar relativo à distribuição a observar das formas participiais de verbos abundantes e compará-lo com usos efetivos desses participios em tempos compostos atestados em *corpora* autênticos do PEC. Assim, depois de identificar os usos do particípio passado duplo recomendados por gramáticas de “referência” do PEC, pesquisaremos textos pedagógicos. Ulteriormente, examinaremos ocorrências dos participios passados de alguns verbos em *subcorpora* escritos do CRPC.

Recolhidos, no capítulo 3, os elementos para uma breve descrição dos usos efetivos de adultos, averiguaremos, já no capítulo seguinte, as atitudes de uma amostra de professores de Língua Portuguesa relativamente ao particípio passado duplo e aos seus usos. A análise do uso de formas participiais de verbos abundantes em tempos compostos por parte de falantes jovens, a empreender igualmente no capítulo 4, contribuirá para apurar como se processa a aquisição de formas variantes e em que medida o processo educativo e as atitudes dos professores o afetam.



### 3.1 GRAMÁTICAS DE “REFERÊNCIA” DO PORTUGUÊS EUROPEU

«por cima de todos os critérios de correcção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – para o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância»

Cunha e Cintra, 1995: 8

«Embora qualquer gramática seja sempre um instrumento de normatização, no sentido em que fixa usos da língua através da descrição das estruturas e processos que lhes subjazem, quando ela sai da mão de linguistas, a língua descrita não aparece como um objecto monolítico, extraído de páginas escolhidas a dedo de criadores literários. Antes se apresenta ao leitor como uma realidade multifacetada, flexível e plástica, intrinsecamente variável e mutável, nos limites impostos pelas propriedades universais da linguagem»

Duarte, 2004: 59

### 3.1.1 Identificação e breve caracterização das gramáticas em análise

Neste capítulo será descrito o tratamento dado ao participio passado, nomeadamente o participio passado duplo, em duas gramáticas de “referência” do PEC. Escolhemos duas das gramáticas de Língua Portuguesa mais divulgadas em Portugal, quer no meio académico, quer fora dele, a avaliar pelo número de edições e também pelo facto de surgirem citadas na lista de bibliografia de muitos textos gramaticais escolares: A) *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1995), e B) *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria *et aliae* (2003). Estas são obras de referência não só para quem pretende estudar a Língua Portuguesa, como também para os autores de outras gramáticas de natureza pedagógica. Tanto A como B procedem a uma descrição de variedades cultas do português; no entanto a natureza de ambas é fundamentalmente diversa, na medida em que os *corpora* que tiveram como base de trabalho são profundamente distintos, como veremos de seguida. Se a atitude professada pelos autores de A é de pendor prescritivo (Cunha e Cintra, 1995: XIII), já as autoras de B preferem salientar a índole descritiva da sua obra (Mateus *et aliae*, 2003: 15-17).

A *Nova gramática do português contemporâneo* (A) teve a sua primeira edição em 1984 e, em 2005, foi publicada a 18ª edição. Trata-se de uma gramática de tipo “tradicional”, em que são descritas as variedades normativas da Língua Portuguesa<sup>185</sup>, tendo como fundamento o texto literário escrito. Cunha e Cintra (1995: XIV) delineiam como objetivo principal a «*descrição do português actual na sua forma culta*», ainda que não pretendendo descurar «*os factos da linguagem coloquial*». O discurso integra a nomenclatura tradicional para garantir a acessibilidade a um público *não iniciado* (Cunha e Cintra, 1995: XIV).

Embora os autores, inspirando-se no pensamento de Coseriu e de Weinreich, reconheçam a variação como inerente ao sistema e concebam cada língua histórica

---

<sup>185</sup> Utilizamos o plural já que os autores pretendiam fazer «*uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil)*» (Cunha e Cintra, 1995: XIII).

como um diassistema, na sua gramática dedicam-se sobretudo à variedade normativa, já que esta é valorada pela comunidade de falantes de forma distinta em relação às demais coexistentes.

«Todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e sub-sistemas adequados às necessidades dos seus usuários. Mas o facto de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas».

Cunha e Cintra, 1995: 3.

Deste modo, apresentam a sua gramática como um «*guia orientador de uma expressão oral e escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar “correcta”*» (Cunha e Cintra, 1995: XIII), explicitando, assim, o seu pendor prescritivo. Como explicam, «é justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas actuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa das suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita» (Cunha e Cintra, 1995: 8). E, para Cunha e Cintra, mais relevante do que o critério de *correção*, é o critério de *consuetudo* de Varrão, que elegem como o único que permite apurar qual o melhor uso em todas as circunstâncias de comunicação. Na aceção de Varrão, a *aceitabilidade social* é ditada por um grupo da sociedade bem definido, aquele que corresponde ao nível sociocultural mais elevado.

«por cima de todos os critérios de correção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – para o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância»

Cunha e Cintra, 1995: 8.

Relativamente à *Gramática da Língua Portuguesa* (B), e ainda que a sua primeira edição remonte a 1983, citar-se-á sobretudo a 7ª edição (2003), que, vinte anos depois da primeira, resulta de uma reformulação profunda desta. A edição mais

recente é descrita pelas autoras como uma gramática «com maior pendor descritivo, com um estilo menos tecnicista e com uma cobertura linguística mais ampla» (Mateus *et aliae*, 2003: 15). De modo análogo ao que se verifica em A, esclarece-se em B que «a variedade da língua contemplada nesta obra é a norma-padrão do português europeu, embora em muitas circunstâncias se indiquem características de outras variedades nacionais, geográficas e/ou sociais» (Mateus *et aliae*, 2003: 17)<sup>186</sup>. Em ambas as gramáticas de referência se assume que nelas está representada apenas uma parcela da realidade da Língua Portuguesa. Contudo, como dissemos, na gramática de Mateus *et aliae* (2003: 17) assume-se que B «*não* é uma gramática normativa, ou seja, não é um instrumento que regule o *bom uso* da língua. O seu objectivo consiste na apresentação de descrições e análises de um largo conjunto, evidentemente não exaustivo, de aspectos da língua portuguesa». Assim, «as análises são realizadas em quadros teóricos que possuem um poder explicativo satisfatório e que sustentam investigações recentes sobre as línguas particulares e sobre a língua portuguesa» (Mateus *et aliae*, 2003: 15-16). Com este tipo de formulação, as autoras pretendem que a sua obra seja perspectivada como uma gramática científica. Tal preocupação já não se assume do mesmo modo em A, em que se admite uma intenção eminentemente prescritiva.

Assim, a natureza dos *corpora* que servem de referência às descrições/prescrições apresentadas em cada uma das obras é, precisamente, o reflexo dos respetivos posicionamentos teóricos. Na verdade, enquanto A se baseia em usos de autores literários consagrados, B fundamenta-se nos usos quotidianos da Língua Portuguesa dos mais variados registos recolhidos em fontes de natureza diversa.

---

<sup>186</sup> Na Carta de Intenções (Duarte, 2004: 54) da *Gramática da Língua Portuguesa* (B), salienta-se que se elege como «objecto de estudo a *norma padrão da variante europeia*, sem esquecer que os falantes dessa variedade não a usam indiferenciadamente na escrita e na oralidade, nem em contextos formais que exigem planeamento e em contextos informais de maior tolerância quanto ao formato e qualidade das produções linguísticas». Na verdade, «a gramática (interna) adulta dos falantes cultos da faixa Lisboa – Coimbra» é composta por «gramáticas internas parcialmente diferentes» que os falantes «seleccionam em função dos contextos de uso» (Duarte, 2004: 54). As autoras de B tiveram esse facto em consideração e Inês Duarte (2004: 55-56) expôs, inclusivamente, alguns casos ilustrativos de diferenças de uso verificadas nos registos escritos e orais, para além de outras situações, como a colocação dos pronomes átonos no português moderno (Duarte, 2004: 57-58), em que a variação etária foi estudada no sentido de verificar tendências de mudança.

Descritas as opções teórico-metodológicas fundamentais de cada uma destas gramáticas de “referência”, vejamos agora o tratamento nelas dado ao particípio passado duplo.

### 3.1.2 O tratamento do particípio passado em duas gramáticas de “referência”

Na gramática de Cunha e Cintra (1995), o particípio passado surge tratado em quatro secções do capítulo respeitante ao *verbo*: «Verbos de particípio irregular» (1995: 440), «Verbos abundantes» (1995: 441), «Emprego das formas nominais» (1995: 480) e «Emprego do particípio» (1995: 491-493). Nos subcapítulos respeitantes ao *emprego* do particípio passado, são identificados os contextos em que este pode surgir enquanto forma nominal e são elencadas as respetivas características morfológicas e semânticas, não havendo referência específica aos particípios duplos.

São oito (*dizer*> *dito*; *escrever*> *escrito*; *fazer*> *feito*; *ver*> *visto*; *pôr*> *posto*; *abrir*> *aberto*; *cobrir*> *coberto*; *vir*> *vindo*) os verbos da segunda e da terceira conjugações identificados como contendo apenas uma forma participial irregular, o mesmo valendo para os verbos deles derivados (*desdizer*> *desdito*; *reescrever*> *reescrito*; *contrafazer*> *contrafeito*; *prever*> *previsto*; *impor*> *imposto*; *entreabrir*> *entreaberto*; *descobrir*> *descoberto*; *convir*> *convindo*; etc.).

Em nota, Cunha e Cintra (1995: 440) referem ainda três verbos da primeira conjugação, *ganhar*, *gastar* e *pagar*, «de que outrora se usavam normalmente os dois particípios», mas que, hoje em dia, «devemos incluir» na lista dos verbos que usufruem de apenas uma forma irregular. Cunha e Cintra decidem, pois, registar esta breve nota diacrónica sobre formas participiais que já não serão duplas. No entanto, é significativo que o façam em relação a estes três verbos e não a outros, como *dizer* (*dizido*), *escrever* (*escrevido*) ou *fazer* (*fazido*) (Villalva e Almeida, 2005: 284; Barros, 2002: 53). Esta escolha dos gramáticos poderá dever-se ao facto de ainda encontrarmos ocorrências de *ganhado*, *gastado* e *pagado* na nossa

contemporaneidade, ao passo que, possivelmente, será mais difícil registar formas como *dizido*, *escrevido* ou *fazido*<sup>187</sup>. Cunha e Cintra terão tido, então, o intuito de destacar a possível variação sincrónica ainda existente para os três verbos da primeira conjugação referidos.

Relativamente ao subcapítulo respeitante ao participío duplo propriamente dito, Cunha e Cintra (1995: 441) anotam a distribuição sintática das duas formas, afirmando que:

(i) «**De regra**, a forma regular emprega-se na constituição dos tempos compostos da VOZ ACTIVA, isto é, acompanhada dos auxiliares *ter* ou *haver*; a irregular usa-se, **de preferência**, na formação dos tempos da VOZ PASSIVA, ou seja, acompanhada do auxiliar *ser*» (negrito nosso).

Note-se a modalização resultante da aplicação de expressões como as que colocámos a negrito. Na verdade, não apenas a expressão «de preferência» tem o efeito de relativização do preceito apresentado, como «de regra» também pressupõe a existência de exceções. Estas são, aliás, depois aduzidas pelos autores nas páginas seguintes. Como afirma Mória (2005: 115), com este tipo de formulação apresenta-se a regra dada «mais como uma tendência de uso que como uma norma impositiva»<sup>188</sup>.

<sup>187</sup> Note-se que, apesar de se poder considerar, a par de Villalva e Almeida (2005: 284), que «alguns participíos fortes latinos (cf. *coberto*, *dito*, *escrito*, *feito*) usurparam o lugar dos participíos fracos vernáculos na formação dos tempos compostos (cf. *\*cobrido*, *\*dizido*, *\*escrevido*, *\*fazido*)», a formação participial regular continua a ser um mecanismo disponível para estes verbos dado que estas formas continuam «a ser produzidas durante a fase de aquisição da linguagem, independentemente da sua ocorrência no estímulo linguístico disponível, ou até mesmo em estádios posteriores da gramática de alguns falantes». Recorde-se também a nota 65, no subcapítulo 1.2.

<sup>188</sup> Como Mória (2005: 117) ainda assinala, a necessidade de *relativização* desta mesma regra é replicada noutros tipos de textos, como é exemplo o *Livro de Estilo* (1998) do jornal *Público*. Neste, e depois de se explicitar a regra, tem-se o cuidado de afirmar que «as exceções são mais que muitas», o que faz com que a regra não seja muito «taxativa» (Mória, 2005: 117).

A propósito da flexão verbal, entre «as dúvidas ou erros que mais vezes ocorrem» no discurso jornalístico, a par de «questões de acentuação, concordâncias», surge o problema do participío passado duplo ([http://static.publico.clix.pt/nos/livro\\_estilo/](http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/) acedido em 9 de Fevereiro de 2010). Para além da relativização da regra de distribuição sintática, neste manual de estilo afirma-se mesmo que «acresce que grande parte dos ditos irregulares são antes adjectivos, pois nem se utilizam na passiva, com o aux. [*sic*] *ser*, mas apenas nas frases com *estar*, *ficar*, etc. — **absorvido**, **absorto**; **convencido**, **convicto** —, ou nem isso e são meros adjectivos formados de facto de um remoto participío do verbo — **abstracto**, **nato**, **surto**». Devido a todas estas particularidades, os autores deste manual listam 72 verbos «distinguindo o seu uso mais corrente» apresentando quatro colunas, cada uma destinada a identificar a forma participial que se usa com os diversos verbos (*ter/ haver*; *ser*; *estar/ ficar*) e, ainda, nos usos adjetivais ou substantivados do participío passado.

Infinitivo	Forma participial regular	Forma participial irregular
Aceitar	aceitado	aceite
Acender	acendido	aceso
Benzer	benzido	bento
Eleger	elegido	eleito
Emergir	emergido	emerso
Entregar	entregado	entregue
Enxugar	enxugado	enxuto
Expressar	expressado	expresso
Exprimir	exprimido	expresso
Expulsar	expulsado	expulso
Extinguir	extinguido	extinto
Frigir	frigido	frito
Imergir	imergido	imerso
Imprimir	imprimido	impresso
Incorrer	incorrido	incurso
Inserir	inserido	inserto
Isentar	isentado	isento
Matar	matado	morto
Morrer	morrido	morto
Omitir	omitido	omisso
Prender	prendido	preso
Romper	rompido	roto
Salvar	salvado	salvo
Soltar	soltado	solto
Submergir	submergido	submerso
Suspender	suspendido	suspenso
Vagar	vagado	vago

Tabela 1: Lista dos verbos com particípio passado duplo elencados em Cunha e Cintra (1995: 441-442).

Efetivamente, as exceções à regra previamente apresentada elencadas na gramática A são algumas. Após uma listagem de 27 verbos abundantes distribuídos pelas três conjugações (Tabela 1)<sup>189</sup>, os autores acrescentam sete observações<sup>190</sup>, das quais duas referem exceções à regra (i). São elas:

«4.<sup>a</sup> O particípio *rompido* usa-se também com o auxiliar *ser*. Ex.: **Foram rompidas as nossas relações**. *Roto* emprega-se mais como adjectivo.

5.<sup>a</sup> *Imprimir* possui duplo particípio quando significa “estampar”, “gravar”. Na acepção de “produzir movimento”, “infundir”, usa-se apenas o particípio em *-ido*. Dir-se-á, por exemplo: *Este livro foi impresso em Portugal*. Mas, por outro lado: **Foi imprimida enorme velocidade ao carro.**»

Cunha e Cintra, 1995: 442.

<sup>189</sup> Vide também o Anexo 2. Neste último, apresentamos uma lista dos verbos identificados como abundantes – com as respetivas formas regulares e irregulares – em várias gramáticas – não só nas que aqui consideramos de *referência*, como também nalgumas gramáticas escolares – e noutros textos de cariz pedagógico que analisaremos em 3.2.

<sup>190</sup> Uma das observações diz respeito ao verbo *aceitar*, que surge com duas formas irregulares, *aceite* e *aceito*: «2.<sup>a</sup> A forma *aceite* é mais usada em Portugal.» (Cunha e Cintra, 1995: 442).

Três dessas observações (a 3ª, a 6ª e a 7ª) são de natureza histórica, mas dizem respeito a casos bem distintos entre si.

«7.ª Muitos participios irregulares, que outrora serviam para formar tempos compostos, caíram em desuso. Entre outros, estão nesse caso: *cinto*, do verbo *cingir*; *colheito* do verbo *colher*; *despeso*, do verbo *despender*. Alguns, como *absoluto* (de *absolver*) e *resoluto* (de *resolver*), continuam na língua, mas com valor de adjectivos.»

Cunha e Cintra, 1995: 442.

Por um lado, no quadro desta última observação, referem-se formas irregulares que, ou desapareceram, ou passaram a existir apenas como adjectivos, o que deu origem a que, pelo menos na voz passiva, se passasse a usar a forma regular dos verbos em causa, à semelhança do que se verifica, atualmente, com o verbo *romper* (vide 4ª observação citada acima). Apesar da semelhança dos casos, é importante salientar que, na lista de verbos abundantes fornecida pelos autores – Tabela 1 –, é contemplado o verbo *romper*, ao passo que já não se introduzem *cingir*, *colher* e *despender*, nem tão pouco *absolver* e *resolver*. Havendo aqui referência implícita a uma mudança linguística, poderíamos deduzir que o caso de *romper* estará a seguir o mesmo rumo de *absolver* e *resolver*, havendo uma recategorização da forma verbal participial irregular em adjectivo. Como explicamos, então, que Cunha e Cintra ainda integrem *romper* na lista de verbos abundantes e já não contemplem verbos como *absolver*? É possível que seja por considerarem que, no caso de *romper*, ainda podemos encontrar variação, o que justifica que ainda surja listado como abundante, com a devida ressalva feita em nota. Aliás, poderíamos ainda questionar-nos sobre a *abundância*<sup>191</sup> de alguns outros verbos contidos na breve lista de A, já que o que acontece hoje em dia com o verbo *romper* também parece estar a suceder com verbos como *benzer*, por exemplo.

Por outro lado, na terceira e na sexta observações, são mencionados casos de analogia que criaram formas irregulares novas – no caso de *empregue* – ou renovadas – como a forma *morto*, agora também participio do verbo *matar* (e não só de *morrer*).

---

<sup>191</sup> Como veremos nos próximos subcapítulos, a identificação da *abundância* dos verbos é uma das questões cruciais no que diz respeito à descrição dos usos participiais.



«3.<sup>a</sup> *Morto* é particípio de *morrer* e estendeu-se também a *matar*.»

«6.<sup>a</sup> Pelo modelo de *entregue*, formou-se *empregue*, de uso corrente em Portugal e na linguagem popular do Brasil.»

Cunha e Cintra, 1995: 442.

Para esses verbos (como *empregar* e *matar*) que, anteriormente ao processo analógico referido, não continham formas duplas que permitissem a distribuição sintática apontada em (i), passou a haver essa possibilidade. Admitamos, contudo, a hipótese de a introdução da forma irregular ter motivado a perda de vitalidade da forma regular. Na verdade, como adiantámos em 1.2, e à semelhança de *empregue* e *morto*, algumas outras formas participiais irregulares, como *pago* e *limpo* (Barros, 2002: 63) ou *aceite*, *eleito* e *salvo*, poderão apresentar-se em tempos compostos. Veremos, mais adiante, os padrões presentes nos *corpora* autênticos do PEC.

Relativamente à obra B, de Mateus *et aliae*, faremos referência a duas das suas edições, já que o tratamento do nosso tema na sua segunda edição (1989) é *ligeiramente* diferente das opções tomadas na sétima edição (2003).

Tanto na edição de 1989 como na edição de 2003, o tratamento dado ao particípio passado e seu uso não se concentra num só capítulo, havendo referências dispersas na obra.

Assim, registamos em (B) referências a características *semânticas* de algumas das construções em que surge o particípio passado, como acontece a propósito dos tempos verbais compostos (Oliveira, 2003: sobretudo 159-161), e encontramos igualmente descritas as propriedades *morfológicas* desta forma nominal (Villalva, 2003: sobretudo 933-934 e 937).

Embora, como dissemos, não haja um capítulo dedicado ao nosso objeto de estudo em particular, na edição de 1989, no capítulo referente às construções passivas (10.5), encontramos uma nota de rodapé que não podemos deixar de destacar. Nesta nota, o uso dos verbos *aceitar*, *entregar*, *expulsar*, *matar*, *salvar* e *soltar* serve de exemplo para a distribuição sintática das formas regulares e irregulares dos participios passados, não sendo referidos quaisquer casos de exceção a esta *fórmula* distribucional.

«Note-se que os participios passados que ocorrem em construções com tempos compostos não são itens derivados, são formas flexionadas de um verbo, mantendo, em consequência, os traços [-N, +V].

Esta análise capta a diferente distribuição dos participios “regulares” (i.e., formados flexionalmente) e “irregulares” (i.e., formados derivacionalmente); enquanto os primeiros ocorrem em construções com tempos compostos, os segundos ocorrem em construções predicativas e passivas – vejam-se os seguintes exemplos:

tem...	está...	foi... por SN	SN... por SN
aceitado	aceite	aceite	aceite
entregado	entregue	entregue	entregue
expulsado	expulso	expulso	expulso
matado	morto	morto	morto
salvado	salvo	salvo	salvo
soltado	solto	solto	solto»

Brito e Duarte, 1989: 223.

Na edição de 2003, a informação anteriormente colocada em nota surge agora no corpo do texto, num subcapítulo no qual se descrevem mais aturada e sistematicamente algumas características dos participios. Ainda assim, neste subcapítulo, intitulado «Adjectivos ou participios» e da autoria de Ana Maria Brito (2003: 374-375), os esclarecimentos sobre o particípio passado duplo, em concreto, e sobre o uso das formas duplas dos verbos abundantes são escassos. A regra de distribuição sintática dada em (A) também é fornecida em (B) (Brito, 2003: 375) e, igualmente, de uma forma modalizada, em contraste com o tom mais peremptório adotado na edição de 1989 desta obra. Note-se que os verbos usados para exemplificar a regra são os mesmos em ambas as edições.

«são participios verbais as formas que com o auxiliar *ter* constituem os tempos compostos e com o auxiliar *ser* as frases passivas. **Em geral**, as formas regulares dos participios juntam-se a *ter* nos tempos compostos, as formas irregulares, “truncadas”, surgem em construções passivas (com *ser*): é o caso de *aceite*, *entregue*, *expulso*, *morto*, *salvo*, *solto*, etc.»

Brito, 2003: 375 – negrito nosso.

Todavia, não é fornecido nenhum tipo de listagem dos verbos abundantes, opção que, apesar de não dar lugar à incompatibilidade entre a regra enunciada e o comportamento de verbos específicos – como acontece com os casos contemplados na lista de observações de A e como acontece nalguns textos escolares, como veremos no subcapítulo que se segue – não esclarece o utente da Língua Portuguesa que possa ter dúvidas relativamente a certos usos participiais<sup>192</sup>. Para além disso, na edição de 2003 de B, não se refere qual a forma usada em contextos adjetivais, afirmando-se apenas que alguns adjetivos de hoje foram, em tempos, formas de particípio passado irregular e fornecendo exemplos ilustrativos de tais casos como «*cheio, contente, fixo, largo, limpo, maduro*» (Brito, 2003: 375). Assim sendo, a autora deixa em aberto a identificação das formas que ainda hoje são participios irregulares e as que já evidenciarão apenas um uso adjectival, como que remetendo o falante para a etiqueta classificatória dos dicionários.

Com efeito, uma vez que a gramática B considera estudos linguísticos recentes e dado que entre estes não abundam investigações realizadas sobre os participios passados duplos e a sua distribuição no PEC, optou-se em B por não fornecer dados suplementares sobre esta estrutura. Aliás, se em A se registavam exceções à regra, em B nem sequer se introduz a questão da variação.

Confirmamos assim a necessidade de clarificar este aspeto do funcionamento do PEC e tanto mais quanto, como verificaremos de seguida, se regista uma multiplicação de listas de verbos abundantes nas gramáticas e textos escolares. Essas listas incluem, não raras vezes, participios irregulares que, nalguns dicionários, já surgem apenas como adjetivos, o que significa que, em princípio, não se utilizariam em construções passivas com verbo auxiliar *ser*.

---

<sup>192</sup> Recorde-se, no entanto, que a obra também não foi concebida com essa intenção.

## 3.2 GRAMÁTICAS E MANUAIS ESCOLARES

«as variantes normativas são, como as não normativas, eventualmente passageiras, mudando ao longo do tempo o modo como os falantes encaram os mesmos factos linguísticos»

Martins, 2003: 1.

### 3.2.1 Gramáticas e manuais escolares analisados

Após a recolha de todos os manuais de Língua Portuguesa dos 7º e 8º anos disponíveis para serem adotados pelas escolas<sup>193</sup> no ano letivo de 2009-2010, e ainda de algumas gramáticas<sup>194</sup> escolares, analisaram-se detalhadamente as páginas neles

---

<sup>193</sup> O Ministério da Educação disponibiliza esta informação em <http://area.dgidec.min-edu.pt/manuais/reports.aspx?ciclo=3&subitem=4&&reportId=3&doAction=select>. Ainda que as diferentes edições dos manuais escolares, normalmente, tenham poucas alterações, devemos registar que houve casos esporádicos em que não foi possível consultar exatamente a edição identificada nesta lista do Ministério da Educação. A indicação do ISBN dos manuais consultados permite clarificar este aspeto.

O documento *on-line* acima referido contém uma relação dos *manuais* existentes, não incluindo registo das *gramáticas* escolares disponíveis. Assim, relativamente ao critério de escolha das gramáticas a analisar, foi necessário consultar as páginas *on-line* de várias editoras, de modo a tentar recolher, pelo menos, uma gramática de cada uma delas.

<sup>194</sup> Neste capítulo em particular, usaremos o termo “gramática” no seu sentido físico ou material. Para distinguir facilmente as referências e citações de *gramáticas* e de *manuais* (ou dos respetivos blocos gramaticais e cadernos de exercícios), usaremos a maiúscula **G** para as oito gramáticas e um prontuário analisados – seguida de uma letra minúscula (Ga a Gi) – ou a maiúscula **M** para os vinte e cinco manuais, seguida de um número (M1 a M25). Quando o manual é acompanhado por um caderno de atividades,

dedicadas ao particípio passado duplo. Os manuais recolhidos correspondem aos anos de escolaridade do terceiro ciclo do ensino básico em que a leção dos tempos compostos está programada, isto é, aos 7º e 8º anos. Segundo o *Programa de Língua Portuguesa* de 3º ciclo de ensino básico em vigor em 2009-2010 (p. 53), no 7º ano sistematizam-se «os conhecimentos relativos às conjugações dos verbos regulares e irregulares (tempos compostos dos modos conjuntivo, condicional e infinitivo e das formas nominais, formados com o auxiliar *ter*)» e, no 8º ano, adquirem-se «os conhecimentos relativos às conjugações dos verbos regulares e irregulares (tempos compostos de todos os modos e das formas nominais, formados com os auxiliares *ser* [sic] e *haver*)».

Recolhemos manuais e não apenas gramáticas escolares, porque efetivamente, em contexto de sala de aula, o manual e os seus apêndices gramaticais estão presentes todos os dias, ao passo que a gramática adotada pela escola é usada de forma mais esporádica.

No total, analisaram-se vinte e cinco manuais e nove textos de cariz gramatical. Destes últimos, oito são gramáticas escolares e um é prontuário ortográfico (Gi – Bergström e Reis, 1955), que ainda é recomendado e utilizado com frequência em contexto escolar, nas suas edições mais recentes.

Dos vinte e cinco manuais – e respetivos blocos gramaticais ou cadernos de exercícios – analisados, apenas sete (M1 a M7) contêm referência à dupla morfologia do particípio passado e à sua sintaxe própria. Noutros dois manuais (M21 e M25), como veremos, apesar de não haver referência direta ao particípio passado duplo, pontualmente, surge alguma informação indireta sobre o tema em análise.

Relativamente às gramáticas, oito referem e explicam o uso do particípio passado duplo, ao passo que uma (Gc) não trata o tema<sup>195</sup>.

Regra geral, tanto as gramáticas escolares como os manuais ou os seus apêndices gramaticais e cadernos de exercícios seguem o mesmo esquema dos textos

---

acrescentamos ainda a letra *a* para o manual e *b* para o caderno de atividades, como é o caso de M3a (manual) e M3b (caderno de atividades). Consulte-se o índice do Anexo 2.

<sup>195</sup> Em Gc, mesmo quando se explica a formação dos tempos compostos, o particípio passado duplo não é referido: «Os tempos compostos formam-se com o verbo auxiliar *ter* ou *haver* e o particípio passado do verbo principal.

Ex.: *Tenho visto* bons filmes.

Os cavaleiros já *haviam regressado* da guerra.» (Dias *et aliae*, 2002: 190).

gramaticais de “referência” analisados em 2.2. Assim, após (i) uma breve explicitação da distribuição sintática genérica das duas formas de particípio passado – que corresponde à já identificada em 2.2, segundo a qual a forma regular segue o verbo *ter* auxiliar de tempos compostos, enquanto a forma irregular se usa após o verbo *ser* na voz passiva –, há (ii) uma listagem dos verbos considerados abundantes, com as respetivas formas participiais regulares e irregulares. Nalguns casos, tal como na gramática A, é adicionado (iii) um conjunto de observações em que se explicam certas peculiaridades do uso de alguns verbos em concreto. Por vezes, seguem-se ainda exercícios de aplicação da regra dada. Ponto por ponto, compararemos a abordagem feita por cada um dos manuais e gramáticas escolares relativamente ao nosso tema de estudo.

Apresentamos, no Anexo 1, os excertos de cada uma das oito gramáticas e dos sete manuais em que o tema é contemplado.

### **3.2.2 Explicitação da distribuição sintática genérica das duas formas de particípio passado**

Uma gramática (Gc) e dois manuais escolares (M5 e M7) não contemplam o primeiro ponto<sup>196</sup>. Em sete das gramáticas (Ga, Gb, Gd, Gf, Gg, Gh, Gi) e nos restantes cinco manuais (M1, M2, M3a<sup>197</sup>, M4b e M6a), como dissemos, verificamos que há, em comum, a explanação concisa da distribuição sintática genérica das duas formas de particípio passado, segundo a qual a forma regular segue o verbo *ter* auxiliar de tempos compostos, enquanto a forma irregular se usa após o verbo *ser* na voz passiva.

---

<sup>196</sup> Como dissemos, Gc não trata o tema do particípio passado duplo. M5b apresenta apenas uma lista com doze verbos abundantes. Em M7b há apenas uma abordagem morfológica do particípio passado duplo, não havendo a identificação de uma regra de distribuição sintática – *vide* Anexo 1.

<sup>197</sup> Em M3a, explica-se apenas o uso da forma *regular*, que se emprega, *geralmente*, na formação dos tempos compostos – *vide* Anexo 1.

Já o autor de Ge (Fernandes, 2005) prefere não especificar totalmente os usos das duplas formas de particípio passado, não fornecendo uma regra propriamente dita para o contexto de tempos compostos nem para a voz passiva. Diz-se que a *construção sintática* e o *verbo auxiliar* em causa são fatores *determinantes*, mas não se explica de que modo. O único contexto para o qual se descreve com pormenor o uso do particípio passado duplo é aquele em que há um verbo copulativo a precedê-lo.

«- Alguns dos verbos listados são mais frequentemente usados com as formas regulares, enquanto outros o são com as formas irregulares. Será também determinante a construção sintáctica da frase, os verbos auxiliares utilizados, etc.

- Com os verbos copulativos que respondem ao advérbio interrogativo “como?” (de que modo?) – *estar, ficar, andar, ir, vir* –, utilizam-se geralmente apenas as formas irregulares do particípio, como adjectivo, com a função de Predicativo do sujeito – e não como Complemento circunstancial de modo (adjunto adverbial) ou Atributo dum nome (adjunto adnominal).»

Ge – Fernandes, 2005: 141.

Onze dos quinze textos escolares em que o tema dos verbos abundantes é tratado **modalizam**, de alguma forma, esta regra enunciada. As expressões usadas são as seguintes: «De acordo com a gramática tradicional» (Ga), «de preferência» (Gb), «geralmente (...) habitualmente» (Gd), «geralmente» (Ge, Gg, Gh, Gi, M3a e M6a), «normalmente» (M4b). Em quatro gramáticas e num manual há ainda a referência genérica à frequência dos usos: «com mais frequência» (Gb), «mais frequentemente» (M4b), «mais frequentemente usado» (Ge), «frequentemente» e «na maioria dos casos» (Gf), «quase sempre» (Gi). Em M1, M2, M5 e M7, não há qualquer tipo de modalização.

Nalguns dos textos escolares, há a **exemplificação** da regra dada. Os seis verbos usados nesses exemplos são: *aceitar* (Gd, Gi), *acender* (Gb, Gg, Gh), *matar* (Ga), *gastar* (M4b), *limpar* (M4b) e *entregar* (Gb, Gf, M6a)<sup>198</sup>. O exemplo dado por M2 (Oliveira e

<sup>198</sup> Nas duas subsecções seguintes, faremos comentários mais específicos sobre alguns destes verbos.

Mouta, 2007: 120) é totalmente diferente dos acima referidos, já que, apesar de se explicar esquematicamente que as formas regular e irregular do particípio se usam em construções sintáticas distintas, o verbo escolhido para elucidar a regra surge apenas na forma *regular* (*agradecido*), tanto com o verbo auxiliar *ter*, como com *estar*.

«1. Tempos compostos

Os tempos compostos formam-se com:

\* os verbos auxiliares **ter** ou **haver** + particípio passado → Forma regular

(Ex.: Ele tinha agradecido)

\* os verbos auxiliares **ser** ou **estar** + particípio passado → Forma irregular

(Ex.: Ele está agradecido)»

M2 – Oliveira e Mouta, 2007: 120.

Desta forma, as autoras acabam por não clarificar o uso dos verbos abundantes. Aliás, não chegam sequer a explicar que nem todos os verbos são abundantes; para quem sabe pouco do assunto, o esquema apresentado em M2 – e em M1<sup>199</sup> – poderá dar a entender que *todos* os verbos têm uma forma regular e uma forma irregular. Importa ainda salientar que todos estes dados estão integrados num capítulo intitulado «Tempos compostos», englobando assim a voz passiva, construções copulativas e tempos compostos na mesma categoria.

### 3.2.3 Listagem dos verbos abundantes

As listas de verbos abundantes apresentadas em cinco dos manuais contêm entre doze (M3, M4 e M5) e setenta e seis (M1) verbos<sup>200</sup>. Já as gramáticas

---

<sup>199</sup> As duas únicas diferenças entre M1 e M2 no tratamento do particípio passado e dos tempos compostos residem no facto de em M1 (Oliveira, 2007: 220) não haver exemplos e de, em M2, não haver uma lista de verbos abundantes. *Vide* Anexo 1.

<sup>200</sup> Em M6, apresenta-se uma lista com 15 verbos.

Embora em M7b não se forneça uma listagem de verbos abundantes, após a explicação de que existem verbos com uma dupla morfologia participial, os autores referem *prender* e *empregar* como exemplos.



contemplam entre vinte e sete (Ga, Gb) e setenta e seis (Gg e Gh) verbos abundantes<sup>201</sup>. Algumas destas listas são, portanto, muito extensas, ultrapassando em larga escala o número de verbos listados, por exemplo, em Cunha e Cintra (1995) – apenas 27.

No Anexo 2 integrámos uma lista com os 92 verbos considerados abundantes<sup>202</sup> nos diferentes textos pedagógicos consultados, havendo uma coluna destinada à identificação, caso a caso, das gramáticas e dos manuais em que se regista cada par de formas participiais.

Relativamente aos verbos que quase todos os textos gramaticais e manuais escolares apontaram como sendo abundantes, salientam-se<sup>203</sup> *entregar* (13), *matar* (13), *aceitar* (12), *prender* (12), *acender* (11), *juntar* (11), *imprimir* (11), *salvar* (11), *soltar* (11), *eleger* (10), *expressar* (10), *gastar* (10) *libertar* (10), *limpar* (10), *secar* (10), *expulsar* (9), *ganhar* (9) e *suspender* (9). Note-se que, havendo cinco manuais e oito gramáticas que incluem uma lista de verbos abundantes na sua abordagem do tema, *entregar* e *matar* foram referidos por *todos* esses textos escolares.

---

Para além disso, num exercício, temos mais dados a partir dos quais poderíamos reconstruir uma lista de verbos considerados abundantes por Silva, Fontes e Castro (2003b), ainda que com algumas reservas, como explicaremos de imediato. No exercício em causa, os alunos devem preencher um quadro em que surgem registados os infinitivos de 17 verbos e, por vezes, *uma* das formas de particípio passado, havendo sempre um espaço em branco, ora na coluna respeitante ao «Particípio regular», ora na coluna relativa ao «Particípio irregular» – *vide* Anexo 1. Contudo, não fica claro se os autores consideram como abundantes todos os verbos que incluem neste exercício. Apesar de não haver espaços riscados, não temos a certeza se os autores reconhecem a todos estes verbos dupla forma participial, já que a ficha em que se encontra o referido exercício se intitula «Participios verbais irregulares». Para além disso, a ordem dada para a realização do exercício é vaga quanto a esse aspeto («Completa o quadro que se segue com as formas verbais que faltam»). Os verbos contemplados no exercício em causa são os seguintes: *aceitar, agradecer, cobrir, dizer, eleger, encarregar, escrever, expressar, ganhar, imprimir, limpar, pagar, secar, surgir, torcer, ver* e *vir*. Pelas razões expostas, resolvemos não contemplar esta lista na nossa tabela que reúne todos os verbos considerados abundantes nos textos escolares – Anexo 2 – havendo apenas a indicação de *prender* e *empregar* relativamente a este manual.

<sup>201</sup> Quanto às restantes gramáticas que tratam o tema, em Gd listam-se 54 verbos; em Ge, 61; em Gf, 60 e, em Gi, 46. Em Ge, a lista de verbos abundantes termina com reticências, indicando assim que a lista está em aberto.

<sup>202</sup> Incluímos nesta nossa lista não apenas os verbos que aparecem *explicitamente* identificados nos textos escolares como tendo dupla forma participial, mas também o caso de alguns verbos (*abrir, empregar* e *escrever*) que não aparecem nas suas listas de verbos abundantes, mas que, depois, são identificados como tendo usos diferentes dos da regra. Este aspeto será tratado em mais pormenor no subcapítulo seguinte (3.2.4).

<sup>203</sup> Entre parêntesis, regista-se o número de textos gramaticais e manuais *escolares* que consideraram estes verbos como abundantes. No Anexo 2, podemos ainda confrontar estes dados com os indicados nas duas gramáticas de *referência* analisadas em 3.2.

Por outro lado, os vinte e três verbos que menos obras da nossa amostragem – apenas uma, duas ou três – identificam<sup>204</sup> como abundantes são: *absorver* (Gd), *afetar* (Ge), *cultivar* (Gd), *dirigir* (Gd), *dissolver* (Gd), *distinguir* (Gd), *empregar* (M7b), *escurecer* (Gd), *expelir* (Gf) e também *emergir* (Gd; Ge), *imersar* (Gd; Ge), *incorrer* (A; Gd; Ge), *inverter* (Ge; Gi), *abstrair* (Gg; Gh; M1), *cobrir* (Gg; Gh; M1), *confundir* (Gg; Gh; M1), *corrigir* (Gb; Gd; Ge), *defender* (Gg; Gh; M1), *encarregar* (Gg; Gh; M1), *pretender* (Gg; Gh; M1), *surgir* (Gg; Gh; M1), *surpreender* (Gg; Gh; M1) e *torcer* (Gg; Gh; M1).

Se repararmos, agora, nalguns casos em concreto, verificamos divergências entre os vários textos escolares. Frequentemente, encontramos verbos que uns autores identificam como sendo abundantes, enquanto outros não só não os contemplam nas suas listas como afirmam mesmo que têm apenas uma forma participial. O verbo *isentar* é apenas um exemplo: são cinco os textos escolares que consideram a existência das formas *isentado* e *isento* (Gd; Ge; Gg; Gh; M1), porém em Gf (Nunes, Oliveira e Sardinha, 2002: 153-155) só é dada a forma *isento*. Na verdade, o que acontece com este verbo é comum; sucede também com *ganhar* e *eleger*, que são incluídos na lista de verbos abundantes, respetivamente, por nove e dez textos escolares, mas para os quais os autores de M25 – num exercício em que se pede o preenchimento de espaços com as formas de participio passado dos verbos dados – reconhecem apenas uma forma participial<sup>205</sup>.

Mas registam-se diferenças ainda mais flagrantes, como acontece, por exemplo, com o verbo *gastar*. Assim como nos verbos *ganhar* e *pagar*, tanto em A como em M6a, se reconhece apenas uma forma participial irregular (*gasto*). Em Gb, não só se considera a existência de apenas uma forma irregular, como se usa precisamente este verbo para exemplificar a exceção à regra de distribuição já descrita.

---

<sup>204</sup> Salientamos que o caso de *abrir* e *escrever* é ainda mais evidente, na medida em que, apesar de alguns autores sublinharem usos distintos da regra de distribuição sintática das duplas formas participiais, nenhum dos textos escolares chega a contemplá-los *explicitamente* como abundantes.

<sup>205</sup> Para além de *ganhar* e *eleger*, surgem no exercício referido os verbos *haver*, *ler*, *ser*, *ver*, *falir*, *dizer*, *abrir*, *pôr*, *trair* e *governar* (M25b – Araújo, Teixeira e Bettencourt, 2003: 49). Para cada um destes verbos o espaço em branco é apenas um, assumindo-se portanto que há apenas uma forma participial, umas vezes regular, outras vezes irregular.

«Em alguns casos utiliza-se com mais frequência a forma forte do que a fraca, mesmo nos tempos compostos da voz activa: **ganho, gasto, junto, limpo, pago, salvo...**

Ele tem gasto muito dinheiro.»

Gb – Azeredo, Pinto e Lopes, 2007: 222.

Contudo, são dez os textos escolares que consideram este um verbo abundante e, de forma ainda mais discrepante – relativamente a A, Gb e M6 –, em M4b, nos exemplos dados para ilustrar o uso das formas participiais de verbos abundantes, surge precisamente a forma regular *gastado*:

«Ex.º: Tenho gastado muito dinheiro/ O dinheiro foi gasto em coisas úteis»

M4b – Pinto, Costa e Baptista, 2008b: 28.

Também o verbo **pagar** é apresentado de forma díspar por diferentes manuais e gramáticas, pois é inserido entre os verbos abundantes por oito dos textos escolares analisados, enquanto num outro, M21, se propõe o uso da forma participial irregular mesmo numa frase com tempo composto. M21a não contém lista alguma de verbos com duas formas participiais, nem se refere particularmente ao particípio passado duplo. No entanto, a propósito dos tempos compostos, numa proposta de correção de um exercício do respetivo *Caderno de actividades* (M21b), registamos a seguinte frase: «*Oxalá eles tenham pago a conta do gás!*» (Palma e Paixão, 2003b: 57). Portanto, neste manual, o particípio *irregular* do verbo *pagar* é usado na forma do tempo composto, seguindo a tendência apontada em A para este verbo concreto.

Os verbos **abrir, cobrir e escrever** devem, igualmente, ser observados com atenção, já que Cunha e Cintra (1995: 440 – negrito nosso) os apontam como três dos que «possuem apenas particípio irregular, **não tendo conhecido jamais a forma regular em -ido**». Em Ge (Fernandes, 2005: 141) e Gf (Nunes, Oliveira e Sardinha, 2002: 153-155) também se contempla o verbo *cobrir* entre os que só têm participios irregulares. Ge também integra *abrir* e *escrever* neste grupo de verbos. Pelo contrário, há duas gramáticas (Gg e Gh) e um manual (M1) a apresentar o verbo *cobrir* como abundante. De facto, é de notar a falta de consenso entre os diversos autores. Quanto

a *abrir* e *escrever*, nenhum texto escolar chega a incluí-los na sua lista de verbos abundantes, contudo ambos são referidos como exceção à regra de distribuição sintática das duplas formas participiais, surgindo mesmo englobados num grupo em que *todos os outros* verbos são integrados na referida lista. A forma *escrevido* nunca chega a ser referida, ao passo que *abrido* é citada por Ga (Amorim e Sousa, 2006: 174).

Há ainda outro grupo de verbos cuja natureza abundante não é consensual. ***Nascer***, por exemplo, é apresentado como abundante por seis das nove gramáticas escolares analisadas e por um dos manuais (Gd; Ge; Gf; Gg; Gh; Gi; M1), sendo, portanto, prescrita a forma *nado* não apenas para usos adjetivais, mas também para a voz passiva. Contudo, na verdade, Said Ali (1964: 152-153)<sup>206</sup>, ao fazer um roteiro histórico das formas participiais duplas, já apresentara *nado* como adjetivo<sup>207</sup> na sua contemporaneidade. De facto, temos de assinalar que, assim como Mória referiu a propósito das gramáticas de referência, temos presente nestas listas um conjunto de verbos cujas formas irregulares já só funcionam unicamente como adjetivos. Ainda que tenham sido originadas através de recategorização, a partir da antiga forma irregular do participio passado, muitas das formas irregulares inseridas nas listas destes textos escolares são hoje adjetivos. Este tipo de constatação está, inclusivamente, patente em textos não especializados como o *Livro de estilo do Público* (1998) atrás referido.

---

<sup>206</sup> Recorde-se que esta obra de Said Ali tem origem em textos que foram compilados em 1931 (1ª edição) e que remontam a anos anteriores. A edição aqui consultada é a 6ª, de 1964.

<sup>207</sup> Jerónimo Soares Barbosa (1822) considerava que as formas participiais irregulares «são mais huns adjectivos verbaes do que participios» (Barbosa, 1822: 299).

### 3.2.4 Peculiaridades do uso de determinados verbos contemplados na descrição

Como antecipámos, alguns textos pedagógicos também contemplam a identificação de **exceções**, como é o caso dos verbos *abrir, aceitar, cobrir, eleger, empregar, encarregar, escrever, expulsar, ganhar, gastar, juntar, libertar, limpar, pagar e salvar*.

Em Gg e Gh<sup>208</sup>, depois de se apresentar a regra de aplicação geral, também se referem os casos de exceção, que são avaliados como *numerosos* (Pinto *et alii*, 2006: 298 e Pinto, 1998: 289). O registo das exceções citadas em ambas as gramáticas é justificado pelo **uso**. Segundo os autores de Gg e Gh, «nalguns verbos, a forma irregular (como: *coberto, escrito, ganho, gasto, pago*) ocorre também com os verbos **ter** e **haver**: **Tenho escrito muitas cartas**» (Pinto *et alii*, 2006: 298). Note-se que, na explicação das exceções, os autores associam verbos como *escrever*, cuja única forma participial apresentada é a irregular, *escrito*, a verbos como *cobrir, ganhar, gastar e pagar*, para os quais reconhecem duas formas participiais. Uma vez que indicam apenas uma forma participial para o verbo *escrever*, torna-se incongruente esperar que a regra de distribuição sintática de duas formas morfológicas se registe para este verbo. Possivelmente, tal inconsistência resulta do facto de se associarem verbos com duas formas e verbos com apenas a forma irregular, como *dizer* (Gg: 298-299), num mesmo apêndice intitulado «Particípios com duas formas».

Para além dos verbos *ganhar, gastar e pagar*, já referidos, Gb contempla ainda *juntar, limpar e salvar* entre aqueles em que a forma participial irregular surge *mais frequentemente* nos tempos compostos da voz ativa do que a correspondente forma regular. Todavia, note-se que, curiosamente, ao passo que *juntar e limpar ainda* aparecem na lista de verbos abundantes desta gramática, *pagar, salvar, ganhar e gastar já* não são integrados na dita lista.

<sup>208</sup> Gg (2006) e Gh (1998), no que diz respeito a este aspeto do particípio passado duplo, são muito idênticas, pelo que serão analisadas em conjunto.

«Em alguns casos utiliza-se com mais frequência a forma forte do que a fraca, mesmo nos tempos compostos da voz activa: **ganho, gasto, junto, limpo, pago, salvo...**

Ele tem gasto muito dinheiro.»

Gb – Azeredo, Pinto e Lopes, 2007: 222.

Algo semelhante acontece em Gf, em que apenas alguns dos verbos que, segundo os autores, são excepcionais são integrados na lista de verbos abundantes. Assim, os verbos *cobrir, eleger, ganhar, gastar, limpar* e *pagar* – entre outros – seguem a exceção, mas, destes, só se considera que *ganhar, gastar* e *limpar* têm efetivamente duas formas participiais. Na lista sem título, integrada no subcapítulo «Participios duplos» (Nunes, Oliveira e Sardinha, 2002: 153-155), apresenta-se apenas a forma *irregular* para os verbos *cobrir (coberto), eleger (eleito), e pagar (pago)*.

«Usam-se, todavia, frequentemente nos tempos compostos da voz activa, alguns participios irregulares: *coberto, eleito, ganho, gasto, limpo, pago, etc.*»

Gf – Nunes, Oliveira e Sardinha, 2002: 153.

Mas, como veremos de seguida, não são estas as únicas gramáticas em que há alguma discrepância entre as listas de verbos abundantes e parte dos verbos para os quais se descreve um uso de exceção em relação à regra.

Ga é um caso especial, na medida em que, em nota, se realça o facto de haver estudos em que, para um certo grupo de verbos, se registaram tendências distintas das que se enunciam na regra apresentada no texto principal. Assim, as autoras desta gramática anunciam como exceção à referida regra, por um lado, os verbos *abrir, salvar, aceitar, eleger* e *expulsar*, e por outro lado, os verbos *concluir, fixar, pegar* e *libertar*. Os primeiros verbos conheceriam preferencialmente a forma irregular – implicitamente, em todos os contextos – enquanto que os restantes teriam uma forma irregular que, no presente momento, se usará menos.

«Estudos recentes mostram, porém, que há uma diversidade de escolhas, pelo que esta regra não se aplica de igual modo a todos os verbos

abundantes. Com efeito, alguns verbos tendem a perder a forma regular (abrido, salvado, aceitado, elegido, expulsado, etc.), enquanto outros tendem a perder a forma irregular (concluso, fixo, pego, liberto, etc.). Assim, a utilização da forma regular ou irregular depende essencialmente de factores lexicais (variando de verbo para verbo) e não de factores sintácticos (Cf. Villalva, 2004).»

Ga – Amorim e Sousa, 2006: 174, em nota.

Ora, se observarmos simultaneamente a lista de verbos abundantes presente em Ga e os nove verbos referidos na nota de rodapé, verificamos que (i) quatro desses nove verbos surgem identificados na lista como abundantes – *salvar, aceitar, eleger e libertar* –, ao passo que (ii) os restantes cinco verbos que estão em nota, paradoxalmente, *não* aparecem com particípio duplo no texto principal – *abrir, expulsar, concluir, fixar e pegar*. Assim, se, por um lado, há verbos para os quais as autoras ***já não*** reconhecem mesmo a dupla morfologia, há, por outro lado, outros verbos relativamente aos quais reconhecem a existência da dupla forma participial e para os quais apresentam as formas variantes. Portanto, *salvar, aceitar, eleger e libertar* são quatro verbos que Amorim e Sousa consideram ser mais frequentemente objeto de variação, reconhecendo o facto de haver usos das formas participiais regulares e irregulares respetivas nos mesmos contextos sintácticos.

Subjacentes a esta discrepância entre as listas de verbos com dupla forma participial e parte dos verbos aos quais se reconhece um uso diferente da regra parecem estar aspetos de natureza diacrónica<sup>209</sup>. Se, relativamente a alguns verbos, se descrevem usos em concorrência (um de regra; outro de exceção), e, por isso, *ainda* se identificam duas formas participiais, quanto a um outro grupo de verbos, ou o uso de exceção ou o uso descrito na regra impõe-se de tal maneira que os autores ***já não*** lhes reconhecem uma das formas participiais. Mas, analisemos os restantes textos escolares, para, no final deste subcapítulo, tecermos algumas reflexões sobre todo o conjunto de usos descritos.

---

<sup>209</sup> Cf. Cunha e Cintra, 1995: 441-442 e também as palavras ditas a propósito de *romper, absolver e resolver* no nosso subcapítulo 3.1.2.

Em Ge (Fernandes, 2005), apesar de, como vimos, não se identificar uma regra propriamente dita, não deixa de se referir *variação*; todavia, Álvaro Fernandes deixa em aberto a identificação dos verbos que são afetados por uma ou outra tendência.

«- **Alguns** dos verbos listados são **mais frequentemente** usados com as formas regulares, **enquanto outros** o são com as formas irregulares. Será também determinante a construção sintáctica da frase, os verbos auxiliares utilizados, etc.»

Ge – Fernandes, 2005: 141 – **negritos nossos**.

Relativamente aos manuais escolares, aos seus apêndices gramaticais e cadernos de exercícios, apenas M6a contém o tratamento de exceções à regra. M6a (Ribeiro e Ribeiro, 2005a: 117) apresenta os mesmos verbos seguindo exceção idêntica à referida em Gg e Gh, isto é, também aí se considera a hipótese de as formas participiais irregulares *coberto*, *escrito*, *ganho*, *gasto* e *pago* poderem ocorrer com os verbos auxiliares de tempos compostos, *ter* e *haver*. Apesar destas semelhanças entre Gg, Gh e M6, verificamos, no entanto, uma grande diferença no que diz respeito à inclusão, ou não, destes cinco verbos na lista de verbos abundantes; M6 não chega a considerar nenhum destes na sua breve lista (15 verbos), ao passo que Gg e Gh apenas não integram *escrever* na extensa lista de 76 verbos com dupla forma participial.

Ao contrário dos manuais e textos gramaticais acima citados, em que se identificam verbos para os quais a regra geral não tem aplicação total, Estrela, Soares e Leitão (2006) (Gd) apresentam atitudes negativas face ao recurso a certas formas *semelhantes* a participios irregulares, que não incluem na listagem, anulando assim a hipótese de haver uma distribuição sintática para esses verbos. Optam mesmo por valorar negativamente o uso de *presente*, *empregue* e *encarregue*, que *não* veem como participios irregulares de *apresentar*, *empregar* e *encarregar*, respetivamente. Reconhecem o seu uso, porém desaconselham-no.

«2. Os verbos *apresentar*, *empregar* e *encarregar* têm apenas os participios regulares **apresentado**, **empregado** e **encarregado**; no entanto,



são por vezes substituídos pelas formas “presente”, “empregue” e “encarregue”, cujo emprego não se recomenda.»

Estrela *et alii*, 2006: 82.

Note-se a diferença de atitude de Gd relativamente a A. Ao passo que em Gd há a expressão de uma atitude negativa perante estas formas, em A apenas se reconhece o uso «corrente»<sup>210</sup> de *empregue*, que, segundo Cunha e Cintra, terá surgido por analogia com *entregue*, preferindo não avaliar nenhuma das formas participiais, nem a regular, nem a irregular.

Já em M7b, Silva, Fontes e Castro (2003b: 14) exemplificam a existência de verbos com dupla forma participial precisamente recorrendo a *empregar* (e também a *prender*). Muito embora não haja nesse manual a explicitação de uma regra da distribuição sintática dos participios, *empregar* é um dos verbos de referência para os autores, servindo de protótipo dos verbos abundantes.

«Participios verbais irregulares»: «muitos verbos apresentam duas formas de participio: uma **regular**, que se formou dentro da própria língua, e outra **irregular**, que proveio directamente do latim. É o caso dos verbos ***prender*** e ***empregar***»

M7b – Silva, Fontes e Castro, 2003b: 14.

No início deste subcapítulo tínhamos reunido quinze verbos a que os autores de textos escolares reconhecem um uso distinto da regra. Recordemo-los: ***abrir***, ***aceitar***, ***cobrir***, ***eleger***, ***empregar***, ***encarregar***, ***escrever***, ***expulsar***, ***ganhar***, ***gastar***, ***juntar***, ***libertar***, ***limpar***, ***pagar*** e ***salvar***. Ora, depois desta análise de pormenor, verificamos que, entre os quinze, há dois que são distintos. Apesar de ***abrir*** e ***escrever*** serem apontados como exceções à regra de distribuição sintática da dupla forma

---

<sup>210</sup> Na nossa investigação, encontrámos mais um manual escolar – que já não está disponível para adoção em contexto escolar – em que registamos uma atitude avaliativa face à forma *empregue*. Guerra e Vieira (2001) reproduzem A, não só na explicação da regra de distribuição sintática, como igualmente na lista de observações que já citámos em 3.1. Há apenas uma diferença que consiste precisamente no adjetivo que é aplicado ao uso de «empregue»: segundo Guerra e Vieira (2001: 52), o seu uso é «popular» e não, como consideraram Cunha e Cintra (1995: 442), «corrente».

participial, a verdade é que não surgem em nenhum dos textos escolares analisados como verbos abundantes. Antes pelo contrário, as formas *irregulares* de *escrever* e *abrir* são identificadas em algumas das obras analisadas (por exemplo, A e Ge) como as suas *únicas* formas participiais.

Estes dados conduzem-nos, mais uma vez, à reflexão sobre a duração deste fenómeno de variação, no que respeita ao uso da dupla forma participial de um certo grupo de verbos. De facto, os usos da dupla forma participial já eram divergentes em relação à regra de distribuição sintática há séculos atrás, no caso de alguns verbos. Já Jerónimo Soares Barbosa (1822: 299 – **negritos nossos**)<sup>211</sup>, a propósito do uso dos dois tipos de participio, afirmava que «**não se póde estabelecer huma regra fixa e universal. So** sim se póde dizer **em geral**, que os da primeira forma regular são ordinariamente os verdadeiros participios, ou activos e indeclinaveis, conjugados com o auxiliar *Ter*; ou passivos e declinaveis, conjugados com o verbo substantivo *Ser*. Os da segunda forma, pela maior parte contrahidos dos primeiros, são mais huns adjectivos verbaes do que participios». Mas Soares Barbosa decide não apenas relativizar a regra descrita, como ainda continua, apontando claramente usos diferentes para um conjunto específico de verbos:

«Isto não obstante, alguns destes adjectivos verbaes se usão em sentido activo junctos ao auxiliar *Ter*, como: *Tenho entregue, Tenho farto, Tenho escripto, Tenho gasto, Tenho juncto, Tenho morto, Tenho pago, Tenho acceito*: e outros em sentido passivo, como: *Ter Aberto, Coberto, Expulso, Extincto, Eleito, Morto, Preso, Roto, Solto, &c.*»

Barbosa, 1822: 299.

---

<sup>211</sup> Jerónimo Soares Barbosa (1822: 295-298) regista uma lista com 96 verbos abundantes (Barbosa, 1822: 295-298). São eles: *aceitar, afeiçoar, agradar, anexar, aprontar, arrebatat, cativar, cegar, descalçar, entregar, enxugar, escusar, exceptuar, expressar, expulsar, fartar, gastar, ignorar, infestar, isentar, juntar, limpar, manifestar, matar, misturar, molestar, ocultar, pagar, professar, quietar, salvar, secar, segurar, sepultar, soltar, sujeitar, suspeitar, vagar* (38 verbos da 1ª conjugação); *absolver, absorver, acender, agradecer, atender, convencer, converter, corromper, defender, eleger, encher, envolver, escrever, conter, escurecer, extender, incorrer, interromper, manter, morrer, nascer, perverter, prender, resolver, reter, romper, suspender, torcer* (28 verbos da 2ª conjugação); *abrir, abstrair, afligir, concluir, confundir, contrair, cobrir, difundir, dirigir, distinguir, dividir, erigir, exaurir, expelir, exprimir, extinguir, extrair, frigir, imprimir, incluir, infundir, inserir, instruir, oprimir, possuir, reprimir, submergir, suprimir, surgir e tingir* (30 verbos da 3ª conjugação).

E também Said Ali tinha apontado vacilações de uso suas contemporâneas – como no caso de *ter salvo*, que se usa a par de *ter salvado*<sup>212</sup> – mas também mais antigas e, supostamente, já resolvidas, como acontece com *eleger*. Curiosamente, quanto a este verbo, segundo Ali, existiria apenas a forma irregular *eleito*, mas, posteriormente, «os escritores do português antigo não tiveram escrúpulos em adotar o particípio em *-ido*». Todavia, por efeito de «reação erudita», em português moderno, insistiu-se «no emprêgo de *eleito*, que hoje é a forma geralmente aceita» (Ali, 1964:152). Porém, a verdade é que, hoje, sete das gramáticas escolares analisadas – à exceção de Gc, Gf (e também B) – e ainda dois dos manuais (M1 e M5) incluem *eleger* entre os verbos cuja forma participial *regular* deve seguir o auxiliar de tempos compostos. Por outro lado, como vimos, Gf coloca este verbo entre os que apresentam um uso de exceção, assim como Ga, em nota, refere a tendência para a forma regular *desaparecer*. Portanto, podemos dizer que a forma *elegido* foi introduzida, mas, com o decorrer do tempo, terá voltado a retroceder, dando novamente lugar a *eleito*. Este caso pode colocar-se em confronto com os de *empregue* e *encarregue*, que, como já vimos, são formas vistas com desagrado por alguns dos autores dos textos pedagógicos considerados. Apesar das diferenças etimológicas e atitudinais – por parte de alguns gramáticos –, será que há diferentes usos destes três verbos, ou seguirão hoje as mesmas tendências? E quais serão essas tendências? Seguirão a regra genérica ou fazem hoje parte dos usos de exceção? Veremos, nos capítulos seguintes, qual o comportamento destes verbos no contexto que elegemos neste nosso estudo.

---

<sup>212</sup> As palavras exatas são as seguintes: «significando (...) “livrar de perigo”, e conjugado com o verbo *ter*, diz-se ora *salvo* ora *salvado*» (Ali, 1964: 154).

### 3.2.5 Conclusão

Depois de analisarmos todo este conjunto de textos pedagógicos, verificamos que, na sua maioria, para além de uma lista de verbos abundantes, há a identificação de uma regra precisa sobre o uso do participio passado duplo, a par do reconhecimento de usos variantes no que concerne a um grupo determinado de verbos. Contudo, a falta de consenso entre os diversos textos escolares sobressai nesta análise. Efetivamente, a pouca uniformidade afeta dois aspetos distintos: **(i)** a listagem de verbos abundantes; **(ii)** a identificação dos verbos aos quais se reconhecem usos variantes.

Relativamente ao **primeiro aspeto**, isto é, à falta de uniformidade entre as listas de verbos abundantes, cremos, a par de Mória (2005: 116), que existe alguma incompatibilidade entre o uso de alguns dos verbos listados pelos gramáticos e autores de manuais escolares e as regras por estes enunciadas. Segundo Mória (2005: 109), verifica-se uma «desactualização dos instrumentos de normalização linguística», que se reflete, depois, ao nível do ensino, com efeitos *nocivos*.

Pese embora o facto de não haver uma descrição científica completa dos usos dos vários verbos com dupla forma participial, a multiplicação de verbos abundantes que registámos na análise destes textos escolares parece-nos muito pouco profícua e até desadequada em relação à realidade. De facto, como Martins (2003: 1) afirma na citação colocada como epígrafe deste capítulo, a língua muda, tanto nas suas variantes não normativas como nas normativas e a perceção que os falantes têm sobre um mesmo facto linguístico também se altera com o tempo.

E, ao refletirmos sobre os usos de alguns dos verbos inseridos nas listas de verbos abundantes por diversos autores, compreendemos quão importante é termos uma noção adequada dos fenómenos de mudança linguística, nomeadamente quanto à recategorização do que em tempos foram formas participiais e que hoje funcionam apenas como adjetivos. Exemplifiquemos: Soares Barbosa (1822) contemplava na sua lista de formas participiais duplas o verbo *encher* (*enchido/ cheio*); porém, hoje em dia, dificilmente se considerará *cheio* uma forma participial; será antes um adjetivo. Este fenómeno estende-se hoje a outros verbos. Paul Teyssier (1989: 307) expõe esta identificação errónea dos verbos abundantes:

«Existe em português um certo número de verbos que possuem dois participípios. O estabelecimento da lista destes verbos põe um problema complexo, pois as formas que apenas funcionam como adjectivos não são participípios. (...) Assim o verbo *confundir* (...) é citado por vezes pelos gramáticos como tendo dois participípios: *confundido* e *confuso*. Mas (...) *confuso* é um adjectivo, e nada mais. Não é um participípio duplo de *confundido*»<sup>213</sup>

Quanto ao **segundo aspeto** (falta de uniformidade na identificação dos verbos aos quais se reconhecem usos concorrentes), como vimos, pelo menos desde o século XIX são relatados fenómenos de flutuação da regra, pelo que, a estarmos no decurso de bloqueio de uma das formas duplas, era expectável que, neste momento, ele já se tivesse efetivado. E a verdade é que, independentemente do que é prescrito e descrito pelos gramáticos, a língua toma o seu próprio curso (Martins, 2003; Santos, 2008). Se, neste caso concreto, continua a haver alguma indeterminação da variedade normativa (cf. Mória, 2005: 109), o processo de bloqueio poderia, na verdade, ter favorecido qualquer uma das formas – ou a regular ou a irregular. Porém, por outro lado, também é compreensível que, havendo uma legitimação da variação por parte das gramáticas escolares, a situação de flutuação da regra se vá perpetuando.

Aliás, a própria falta de consenso entre as diferentes gramáticas pode mesmo explicar a continuidade desse fenómeno, na medida em que pode originar contínuos avanços e recuos no curso entre as duas variantes do uso de cada verbo em concreto. É que, apesar de, como Isabel Santos salienta, os projetos de codificação da nossa contemporaneidade assentarem sobre o pressuposto de que o especialista de hoje assume uma perspectiva *descritivista*, «há que ter ainda presente que (...) se mantém actuante, no contexto institucional e escolar da actualidade, uma concepção

---

<sup>213</sup> Paul Teyssier (1989: 308) elabora uma lista dos «“falsos duplos participípios” do tipo *confundido* – *confuso*». Diz mesmo que «é muito fácil identificá-los» e que, embora a sua lista «válida para o português literário contemporâneo» seja «limitada», «seria fácil encontrar-se um número bastante maior». Nesta lista de *adjetivos* que por vezes são identificados como participípios, Teyssier integra, então, os casos seguintes: *abstrato*, *aflito*, *concluso*, *confuso*, *convicto*, *corrupto*, *culto*, *difuso*, *disperso*, *distinto*, *fixo*, *incurso*, *infecto*, *inverso*, *livre*, *morto* (*morrer*), *oculto*, *omisso*, *opresso*, *perverso*, *propenso* (*propender*), *supresso* (*suprimir*), *surto*, *tinto*, *torto-torso* (*torcer*) e *vago*. Em relação a *morto*, Teyssier acrescenta que «serve também de verdadeiro duplo participípio a *matar*». É de notar que muitos deles fazem precisamente parte da lista de verbos considerados abundantes em gramáticas e manuais escolares analisados nesta investigação.

normativa de gramática, já que é orientadora, nos programas escolares e na prática pedagógica, a noção de que só determinado uso pode/ deve cumprir funções ditas “altas”» (Santos, 2008: 210-211). Assim sendo, as várias descrições que os alunos vão encontrando no seu percurso escolar, em última análise, orientam e condicionam os seus usos. Ora, tendo contacto com diferentes gramáticas e manuais escolares que contêm contradições na identificação dos verbos aos quais são permitidos dois usos concorrentes, pode ficar a percepção de que não há uma regra definida, enfim, de que a variedade normativa está indeterminada no domínio em apreciação<sup>214</sup>. Deste modo, os juízos de aceitabilidade podem tornar-se mais favoráveis a diversos usos.

Com efeito, no fundo, poderemos estar, aqui, perante «o problema da delimitação da fronteira entre *inovação linguística*, integrada no sistema, e *desvio linguístico*» (Móia, 2005: 109). Em que momento um desvio linguístico passa a ter o estatuto de inovação reconhecido pelo gramático, deixando assim de ser estigmatizado? E quando *deve* um gramático integrar essa inovação nas suas descrições? Deste modo, a análise das ocorrências em *corpora* efetivos do PEC, assim como o exame das atitudes dos falantes<sup>215</sup> perante as formas participiais em causa, poderá esclarecer qual a verdadeira situação no que concerne à dupla morfologia participial.

<sup>214</sup> Também Paul Teyssier (1989: 310), no seu *Manual de Língua portuguesa*, destinado à aprendizagem de português por falantes de língua francesa, regista essa indeterminação, já que, ao tentar compor a sua *Lista de duplos participios*, verifica que «é em vão que procuramos o testemunho dos dicionários e dos gramáticos, pois eles omitem em geral todos os pontos delicados». Teyssier (1989: 310) afirma que «o critério objectivo que nos permite escolher uma dada forma é que ela possa funcionar como forma verbal activa ou passiva», porém «na prática, o estabelecimento de uma tal lista levanta problemas bastante complexos. Quando duas formas existem verdadeiramente, elas opõem-se por vezes não só pela função mas também pelo sentido. Além disso, a Língua Portuguesa, do ponto de vista que nos interessa, está em evolução; os locutores hesitam frequentemente quanto à forma a utilizar num determinado contexto». Assim, para obter a sua lista de verbos abundantes (Teyssier, 1989: 311-312), Teyssier (1989: 313) resolveu realizar «um inquérito feito junto de um certo número de locutores portugueses e brasileiros». Teyssier não explica como seleccionou os verbos a testar, assim como não regista a quantidade precisa de inquiridos, nem o método utilizado, mas deixa claro que a sua lista «deverá ser portanto considerada como um modesto ensaio que indica, não uma “norma” precisa, mas algumas tendências gerais válidas para o português contemporâneo» (1989: 313). Esta lista de 33 verbos abundantes contém, então, os seguintes verbos: *aceitar, acender, assentar, eleger, emergir, entregar, envolver, enxugar, expressar, exprimir, expulsar, extinguir, fartar, frigar, ganhar, gastar, imergir, imprimir, incluir, inserir, isentar, juntar, libertar, limpar, matar, pagar, prender, romper, salvar, soltar, submergir, sujeitar e suspender*. Teyssier registou o uso da forma participial irregular no Infinitivo composto da voz ativa (na construção “*depois de ter + participio*”) para 11 destes verbos: *aceitar, eleger, entregar, frigar, ganhar, gastar, imprimir, matar, pagar, salvar e soltar*.

<sup>215</sup> Neste aspeto, averiguaremos as atitudes de professores de Português, que, não deixando de ter a percepção comum de falantes nativos, fornecem ainda informação mais relevante, na medida em que são elementos importantíssimos na formação das atitudes das crianças e adolescentes.

### 3.3 OCORRÊNCIAS DOS ITENS EM ANÁLISE EM *SUBCORPORA* DO *CORPUS DE REFERÊNCIA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO (CRPC – CLUL)*

Neste capítulo, examinaremos ocorrências das formas identificadas como participiais pelos autores de manuais e de gramáticas escolares em *subcorpora* escritos do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), com o intuito de recolher elementos para uma breve descrição dos usos efetivos de adultos em registos escritos.

#### 3.3.1 Escolha dos *corpora* a analisar

Entre os 200 milhões de palavras que constituem o CRPC, disponibilizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), 9 171 480 integram o *corpus* denominado *Recursos Linguísticos para o Português*. Este foi concebido para utilização *on-line* de linguistas de diversas áreas, nomeadamente em estudos de linguística computacional, de ensino de língua e de lexicografia.

O *corpus Recursos Linguísticos* (RL) pode dividir-se em duas partes: o *corpus* oral (105.964 palavras) e o *corpus* escrito (9.065.516 palavras)<sup>216</sup> – *vide* Tabela 2. Para o presente estudo, recolhemos e analisámos parte deste último. Escolhemos o *corpus escrito* por razões de diversa ordem. Em primeiro lugar, considerou-se que, no âmbito do inquérito realizado aos jovens alunos participantes no presente estudo, e que será objecto de apresentação no quarto capítulo, se obtiveram respostas por escrito. Ainda que o método de recolha de dados seja diverso e o intervalo de idades do universo de emissores escolhido para responder ao inquérito seja diferente do que encontramos no *corpus* RL, cingimo-nos aos enunciados escritos, de forma a garantir alguma

---

<sup>216</sup> No interior do *corpus* escrito, existe o *subcorpus* anotado (501.042 palavras).

comparabilidade dos dados recolhidos. Em segundo lugar, o número total de palavras do *corpus* escrito permite que o número de ocorrências das unidades linguísticas em estudo no contexto pretendido seja quantitativamente relevante.

<i>Corpus</i> oral transcrito constituído por conversas informais:	105.964
(Subtotal) ORAL_RL	105.964
<i>Corpus</i> escrito constituído por:	
<b>jornal_RL</b>	<b>4.097.868</b>
livrolit_RL	1.792.590
<b>livrotec_RL</b>	<b>1.440.625</b>
<b>revista_RL</b>	<b>420.792</b>
<b>varia_RL</b>	<b>812.599</b>
jornal_annotado_RL	336.151
livro_annotado_RL	125.434
revista_annotado_RL	25.908
varia_annotado_RL	13.549
(Subtotal) ESCRITO_RL	9.065.516
<b>TOTAL_RL</b>	<b>9.171.480</b>

Tabela 2: Número de palavras do *corpus* “Recursos Linguísticos”. A negrito: *subcorpora* analisados.

Escolhemos, contudo, não considerar todo o *corpus* escrito, pelo facto de este conter alguns dados relativos ao século XIX. Com efeito, interessa-nos analisar o *corpus* escrito *contemporâneo*, razão pela qual excluímos o *subcorpus* “livro literário\_RL”<sup>217</sup>. Para além disso, com esta opção diminuámos também a probabilidade de interferência, nos nossos dados, de fatores como o *intuito expressivo* ou a *liberdade criativa* dos autores.

Feitos estes esclarecimentos, refira-se que os nossos dados correspondem às ocorrências relevantes encontradas nos *subcorpora* “jornal\_RL” (4.097.868 palavras), “livro técnico\_RL” (1.440.625 palavras), “revista\_RL” (420.792 palavras) e “varia\_RL” (812.599 palavras). Os quatro *subcorpora* integram, assim, **6.771.884 palavras**.

<sup>217</sup> O *subcorpus* “livro literário\_RL” contém todas as ocorrências de um outro *subcorpus*, o “livro literário antigo\_RL”. Segundo as informações publicadas no sítio do CLUL, as amostragens que constituem o *corpus* “livro literário” são provenientes de 70 títulos de 53 autores da Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX.



### 3.3.2 Breves questões metodológicas

Escolhidos os *corpora*, procedeu-se, então, a uma recolha das ocorrências neles patentes das formas<sup>218</sup> participiais regulares e irregulares dos verbos abundantes referidas nos vários textos gramaticais e escolares analisados nos capítulos anteriores, o que fez um total de 182 itens. A cada um dos 92 verbos, os autores atribuíam duas formas participiais ou três, como no caso de *aceitar* (*aceitado, aceite/ aceito*) e de *cativar* (*cativado, cativo/ capto*). Noutros casos, acontece uma das formas participiais ser comum a dois verbos, por exemplo, *afecto*<sup>219</sup> (de *afectar* e de *afeiçoar*), *expresso* (de *expressar* e de *exprimir*), *expulso* (*expelir* e *expulsar*) e *morto* (de *matar* e de *morrer*). Se, no que se refere a *expulso*<sup>220</sup>, *morto* e *afecto*, o contexto serviu para identificar o verbo em causa em cada ocorrência, já no caso da forma *expresso* não foi possível discriminar o número de ocorrências de cada um dos dois verbos em causa, uma vez que os respetivos significados são muito semelhantes.

Para a contabilização final de verbos a pesquisar nos *corpora* considerámos não apenas os que estavam incluídos nas listas de verbos abundantes dos textos escolares, mas também os verbos referidos nesses mesmos textos como tendo usos diferentes dos da regra. É que, como vimos, nem sempre estes verbos são incluídos, pelos autores dos textos escolares, nas listagens respetivas. Contudo, para o nosso estudo estes verbos são igualmente importantes. Assim, pesquisaremos a totalidade dos quinze verbos cujos participios evidenciam, segundo os autores de textos escolares, um uso distinto do enunciado pela regra geral atribuída à variedade normativa (***abrir, aceitar, cobrir, eleger, empregar, encarregar, escrever, expulsar, ganhar, gastar,***

---

<sup>218</sup> A pesquisa foi feita por *palavras* e não por *lemas*, já que apenas interessava recolher as formas participiais no contexto de tempos compostos da voz ativa. Os contextos adjetivais e da voz passiva não foram considerados. Para além disso, é necessário explicar que não procurámos *todas* as palavras correspondentes a formas participiais, mas apenas a forma *invariável* do participio passado. Assim, e exemplificando, procurámos, para o verbo *eleger*, as palavras *elegido* e *eleito* e não recolhemos as palavras *elegida, elegidas, eleita, eleitas, nem elegidos e eleitos*, já que estas não ocorrem nas formas verbais compostas da voz ativa. Então, inventariaram-se as ocorrências das palavras *elegido* e *eleito* que estavam integradas em tempos compostos da voz ativa e só estas foram analisadas.

<sup>219</sup> Ainda que já usemos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor em Portugal desde 13 de maio de 2009, no início da nossa pesquisa, o *Acordo Ortográfico* em vigor ainda era o de 1945, pelo que as formas participiais ainda foram pesquisadas com essa grafia.

<sup>220</sup> Relativamente a *expulso*, uma vez que não considerámos ser de sinonímia a relação entre *expelir* e *expulsar*, foi possível escrutinar as ocorrências. *Vide* explicação e ocorrências na nota 23535, em 3.3.4.

*juntar, libertar, limpar, pagar e salvar*), apesar de dois deles (*abrir* e *escrever*<sup>221</sup>) não surgirem nas respetivas listas de verbos abundantes. Foi, desta forma, obtido um total de **92** verbos.

O nosso objeto de estudo é, então, o participio passado duplo destes 92 verbos, para o qual há uma distribuição sintática de aplicação geral preconizada nos textos gramaticais. No entanto, restringiremos a nossa pesquisa a um contexto sintático específico, o de tempos compostos da voz ativa. Neste momento, não pretendemos, portanto, verificar como funciona (ou se realmente existe, da forma como é descrita) a distribuição sintática prevista para todos os verbos abundantes. Assim, focaremos a atenção na variação existente entre formas participiais regulares e irregulares no único contexto sintático selecionado. Estamos, pois, perante uma situação de variação morfológica e, embora também convirja aqui a variação sintática, este aspeto não será tratado, na medida em que nos focaremos nos tempos compostos e não nos restantes contextos possíveis para o participio passado<sup>222</sup>.

Analisaremos, então, os contextos de tempos compostos, isto é, aqueles em que uma forma invariável, regular ou irregular, de participio passado segue o verbo auxiliar *ter* ou o verbo auxiliar *haver*. Hoje em dia o verbo *ter* é, indubitavelmente, mais frequente como auxiliar dos tempos compostos do que o verbo *haver*. Mas a

---

<sup>221</sup> Apesar de o caso de *escrever* ser um pouco diferente do de *abrir*, resolvemos pesquisar os dados relativos a este verbo no *corpus* RL. De facto, numa das gramáticas (Ga) refere-se a tendência para a forma **abrido** desaparecer; quanto a **escrever**, a única forma identificada é **escrito**, isto é, nunca se refere sequer a existência de **escrevido**. Ainda assim, como vimos em 3.2.4, há a hipótese de alguns dos autores de textos escolares (Gg; Gh e M6a) reconhecerem a *escrever* e a *abrir* usos semelhantes à exceção dos verbos de dupla morfologia participial precisamente por ambos (já) só terem efetivamente uma forma irregular de participio. Interessa-nos, portanto, verificar se se registam ou não ocorrências das suas potenciais formas regulares. Caso estas não se encontrem, e, por outro lado, o número de ocorrências das formas irregulares seja elevado, consideraremos corroborada a ideia de que *não* se trata de duas exceções à distribuição sintática do participio duplo.

<sup>222</sup> Foram, assim, excluídas todas as ocorrências variáveis do participio passado em que, apesar de surgir o verbo *ter*, este não se comporta como verbo auxiliar de tempos compostos, registando-se, inclusivamente, *concordância* entre o objeto direto de *ter* e a forma de participial sintaticamente reconvertida em adjetivo. Este é pois um dos usos adjetivais descritos no capítulo 1.2 (Colaço e Gonçalves, 1995; Smith, 1995; Costa, 1976; Boléo, 1936) que, neste estudo, não nos interessa analisar. Assim, não considerámos casos como o que se segue: «J38948 – 233 as colectividades locais poderão usufruir daquele **espaço**, que pretendemos *ter* sempre **aberto**», prosseguiu Francisco Sousa Dias. O vereador da cultura julga que as obras, que vão» (CORPUS (J) JORNAL\_RL).

Recordemos que diferentes linguistas designam esta construção de formas diversas: «construções predicativas perifrásticas» (Barreiro: 1998: 28); *predicativo do complemento direto* (Boléo, 1936); *oração pequena* – relação de predicação entre o sintagma nominal que exerce a função de objeto direto e o participio (Colaço e Gonçalves, 1995: 121).

diferença não é meramente de frequência. Se pensarmos no pretérito mais-que-perfeito<sup>223</sup>, podemos dizer que a forma simples e a forma composta com o auxiliar *haver* se circunscrevem hoje a usos preferencialmente literários, enquanto que a forma composta com o auxiliar *ter* é aplicável de forma relativamente neutra em todos os contextos e situações de comunicação, limitando assim a isofuncionalidade que, por exemplo, Sten (1973) considerava existir entre as duas formas compostas (com os dois auxiliares distintos)<sup>224</sup>. Assim, e mesmo que com funcionalidades estilísticas distintas, recolhemos as ocorrências de todos os tempos compostos, independentemente do verbo auxiliar<sup>225</sup> que integravam.

No total, registaram-se, então, **12.261** formas *idênticas*<sup>226</sup> às participiais, das quais **541** se encontram no contexto escolhido para a análise, que corresponde aos tempos compostos da voz ativa.

---

<sup>223</sup> Seguindo os princípios funcionalistas, Morais Barbosa (1989: 225) considera que às *duas variantes morfológicas* dos tempos compostos subjaz *um mesmo significante*, sendo a escolha entre, por exemplo, ambas as formas de Pretérito Mais-que-perfeito composto uma escolha «sem implicações axiológicas». Todavia, reconhece-se que reflecte uma escolha *estilística ou de registo de língua*. *Tinha dito* «predomina largamente, nos registos interlocutórios», ao passo que *tinha dito, havia dito* e, também a forma simples, *dissera* «se repartem pelos registos escritos» (Barbosa, 1989: 225).

<sup>224</sup> A *necessidade de variação estilística* era para Sten (1973: 271) a razão para encontrarmos o verbo *ter* e o verbo *haver* como verbos auxiliares possíveis para os tempos compostos: «Les deux auxiliaires peuvent se trouver ensemble, ce qui sans doute est dû à un besoin de varier». Também Costa (1976: 211) fala em isofuncionalidade, a propósito destas formas.

<sup>225</sup> Aliás, num *corpus* mais extenso do que este, uma das possibilidades de análise seria comparar a frequência de formas regulares e irregulares com cada um dos verbos auxiliares. Contudo, constatou-se que, como se previa, no conjunto destes *corpora*, as ocorrências de tempos compostos com o verbo *haver* não são em número suficiente para tal avaliação.

<sup>226</sup> Dizemos *idênticas*, já que algumas formas são homónimas de nomes, tal como *afecto, cego* ou *sujeito*, por exemplo. Uma vez que pretendíamos trabalhar com o contexto dos tempos compostos, não nos interessou escrutinar as diferentes ocorrências nos restantes contextos.

### 3.3.3 Análise dos *corpora*: resultados parciais obtidos em cada *subcorpus*

Observaremos, neste subcapítulo, os resultados obtidos em cada *subcorpus* sob análise<sup>227</sup>.

Esclareça-se previamente que, em todos os *subcorpora*, as formas participiais analisadas ocorreram em diferentes modos e tempos verbais compostos, nomeadamente: Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo (J31); Pretérito Perfeito do Indicativo (Lt6); Futuro do Indicativo (J21); Condicional (J27); Infinitivo (J22); Gerúndio (R28); Pretérito Perfeito do Conjuntivo (Lt5); Pretérito Mais-que-perfeito do Conjuntivo (J33); Futuro do Conjuntivo (R3). Vejamos, como exemplo, ocorrências do verbo *aceitar*, nos *subcorpus* Jornal e Livro Técnico, e dos verbos *pagar* e *concluir*, no *subcorpus* Revista:

**J31** (J52954-64) «e alinhar nas provas europeias até Março próximo. Na altura do Europeu, o Everton **tinha aceite** negociar o jogador na base do milhão de contos, mas Abel Xavier tem ainda mais dois a»

**Lt6** (L0980-48) «Entusiasmada com o conhecimento da história das nossas províncias e localidades, **tenho aceite** vários convites para abordar aspectos da vida multissecular de algumas zonas do nosso»

**J21** (J34529-54) «mil milhões de contos. Segundo os rumores que correm no mercado, a VoiceStream já **terá aceite** as condições de base para a realização da operação e o preço proposto pela companhia»

**J27** (J26447-60) «para o comercial. Apenas respondi que se o tema não me interessasse jamais **teria aceite** a proposta. É incrível, neste mundo pensa-se que as louras são estúpidas e as morenas»

**J22** (J26234-55) «nacional dos sub-20, precisamente o mesmo cargo que Jesualdo Ferreira exerceu até **ter aceite** o convite para orientar o Alverca. Agora, os dois treinadores que já estiveram na mês»

**R28** (R2880-11) «apresentava manchas de cor alaranjada. Solicitei ao fornecedor a sua reparação **tendo pago** 17. 500\$00. Acontece que as mesmas manchas voltaram a aparecer. A máquina foi novamente»

**Lt5** (L0989-47) «ou daqueles que criticam o individualismo pelo mesmo motivo. O que implica que se **tenha aceite** já uma certa leitura do liberalismo. Ora, mesmo o mercado tem de ser garantido pelo»

**J33** (J35328-66) «da Saúde. Poderia não haver hoje um problema de falta de médicos se as escolas **tivessem aceite** mais alunos ao longo dos anos. Não o fizeram por corporativismo, defende o presidente»

<sup>227</sup> Cf. Anexo 3, no qual está registado o número de ocorrências de cada tipo participial nos quatro *subcorpora* analisados. A análise de conjunto far-se-á no capítulo 3.4.4.

Para uma análise isolada dos quatro *subcorpora*, consultem-se as Tabelas (J) Jornal\_RL, (Lt) Livro técnico\_RL, (R) Revista\_RL e (V) Varia\_RL.

**R3** (R2898-11) «(15): o consumidor só poderá exercê-lo em duas situações: a) se **tiver concluído** o contrato antes das condições contratuais lhe terem sido comunicadas pelo fornecedor»

### Corpus Jornal\_RL

As fontes que serviram de amostragem para este subcorpus são as seguintes: «vários números do ano de 2000 dos jornais: "A BOLA", "Diário de Notícias", "Expresso", "Jornal de Notícias" e "PÚBLICO"»<sup>228</sup>.

O *corpus* jornal\_RL é o maior do conjunto dos quatro analisados, pelo que foi nele que registámos o maior número de ocorrências das formas pesquisadas no contexto em estudo. Foi também aquele em que o número de verbos com ocorrências de interesse para o presente trabalho foi superior. Foram 51 os verbos relevantes que surgiram neste *subcorpus*: *abrir, aceitar, acender, afetar, agradecer, atender, cativar, cobrir, completar, concluir, convencer, corrigir, defender, dirigir, dissolver, distinguir, eleger, empregar, entregar, envolver, escrever, expressar, expulsar, extinguir, fixar, ganhar, gastar, incluir, incorrer, infetar, inverter, juntar, libertar, manifestar, matar, morrer, nascer, ocultar, pagar, prender, pretender, romper, salvar, situar, submeter, sujeitar, surgir, surpreender, suspeitar, suspender e torcer*.

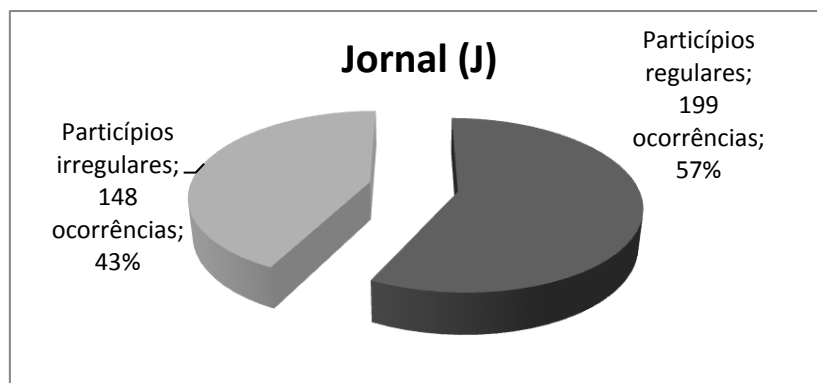


Gráfico 1: Percentagem de ocorrências de formas participiais no *corpus* Jornal\_RL.

Do subtotal de palavras analisadas relativo a este *corpus* (7.886: 940 formas homónimas de participios regulares e 6946 formas homónimas de participios irregulares), apenas **347** ocorrem no contexto pretendido. Foram registadas 199 ocorrências de participios regulares e 148 de participios irregulares em tempos

<sup>228</sup> Vide [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_recursoslinguisticos.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_recursoslinguisticos.php).

compostos, isto é, 43% dos tempos compostos deste *corpus* são constituídos pelo verbo *ter* ou *haver* seguido da forma *irregular* do participio passado. Sendo este valor bastante elevado, é, no entanto, necessário realçar o facto de esta percentagem não se generalizar a todos os verbos – vide Anexo 4 (Tabela (J) Jornal\_RL). Em primeiro lugar, para 41 verbos<sup>229</sup> da nossa lista não houve ocorrências de tempos compostos. Em segundo lugar, para muitos dos verbos *com* ocorrências no contexto em causa, só registámos participios **regulares** (cf. i). Pelo contrário, em relação a outros verbos – treze – o número de registos de participio **irregular** em tempos compostos é superior ao do das correspondentes formas regulares, totalizando ora 100% (cf. ii), ora mais de 70% das ocorrências (cf. iii).

(i) 100% de ocorrências de formas **regulares**:

*acender* (1)<sup>230</sup>, *afetar* (9), *agradecer* (1), *atender* (1), *cativar* (2), *completar* (4), *concluir* (18), *convencer* (1), *corrigir* (1), *defender* (11), *dirigir* (4), *dissolver* (2), *distinguir* (1), *envolver* (3), *expressar* (1), *extinguir* (1), *fixar* (7), *incluir* (2), *incorrer* (2), *infetar* (1), *inverter* (2), *juntar* (4), *libertar* (1), *manifestar* (19), *morrer* (24), *nascer* (23), *ocultar* (2), *prender* (2), *pretender* (2), *romper* (2), *situar* (2), *submeter* (1), *sujeitar* (3), *surgir* (24), *surpreender* (4), *suspeitar* (2), *suspender* (2), *torcer* (1);

(ii) 100% de ocorrências de formas **irregulares**:

*abrir* (16), *cobrir* (1), *eleger* (5), *empregar* (1), *escrever* (8), *expulsar* (1), *ganhar* (54), *gastar* (5), *pagar* (10), *salvar* (3);

(iii) 70% de ocorrências de formas **irregulares**:

*aceitar* (13 ocorrências da forma irregular, 76%; 4 ocorrências da forma regular), *entregar* (8 ocorrências da forma irregular, 89%; 1 ocorrência da forma regular), *matar* (13 ocorrências da forma irregular, 93%; 1 ocorrência da forma regular).

<sup>229</sup> Para além dos 31 verbos que não surgem em nenhum dos *subcorpora* (*abstrair*, *afeiçoar*, *assentar*, *benzer*, *cegar*, *corromper*, *descalçar*, *dispersar*, *enxugar*, *erigir*, *escurecer*, *expelir*, *exprimir*, *fartar*, *frigor*, *imergir*, *inquietar*, *inserir*, *isentar*, *limpar*, *murchar*, *omitir*, *oprimir*, *repelir*, *restringir*, *revolver*, *secar*, *segurar*, *submergir*, *tingir* e *vagar*) e de que voltaremos a falar em 3.4.4, há mais dez verbos que não apresentam aqui ocorrências: *absorver*, *afligir*, *confundir*, *cultivar*, *emergir*, *encarregar*, *findar*, *imprimir*, *perverter* e *soltar*.

<sup>230</sup> Entre parêntesis registamos o número de ocorrências.

Nas listas (ii) e (iii), encontramos alguns dos verbos identificados como abundantes pela maior parte dos textos gramaticais e manuais escolares, mas cujos participípios não ocorrem em consonância com a regra neles prescrita. É o caso de *entregar* (13)<sup>231</sup>, *matar* (13), *aceitar* (12), *salvar* (11), *gastar* (10), *eleger* (10), – mas, também não muito longe disso *expulsar* (9), *ganhar* (9) e *pagar* (8)<sup>232</sup>.

Neste *subcorpus*, o número de ocorrências (novamente expresso entre parêntesis) da forma regular de certos verbos foi também muito alto, como foram os casos de *morrer* (24), *surgir* (24), *nascer* (23), *manifestar* (19), *concluir* (18), *defender* (11).

### **Corpus Livro técnico\_RL**

As fontes deste subcorpus são «39 títulos de 38 Autores, publicados no final do século XX e no século XXI» (sítio do CLUL).

Em Lt\_RL, analisaram-se 2.371 ocorrências das formas idênticas a participípios regulares e irregulares identificadas para cada verbo pelos manuais e gramáticas estudados. Destas, apenas **115** das formas estavam integradas em tempos compostos da voz ativa, havendo 87 (76%) ocorrências de participípios regulares e 28 (24%) de participípios irregulares<sup>233</sup>.

<sup>231</sup> Entre parêntesis registamos o número de textos escolares que elencam o verbo na sua lista de verbos abundantes.

<sup>232</sup> Para os verbos *abrir*, *cobrir*, *empregar* e *escrever* também ocorre apenas a forma *irregular* nos tempos compostos, porém, como vimos em 3.2, são poucos os textos gramaticais que identificavam estes verbos como sendo abundantes. Não serão, por isso, tão significativos os resultados obtidos para estes verbos quanto os que se referem aos demais nove verbos listados em (ii) e (iii).

<sup>233</sup> Neste *subcorpus*, registámos algumas ocorrências que excluímos e não contabilizámos devido ao facto de se tratar, claramente, de excertos representativos de outras épocas e/ou de outra língua, eventualmente integradas nalguma citação do autor. Veja-se como as peculiaridades gráficas e mesmo sintáticas e lexicais destes extratos nos permitem tirar este tipo de conclusão com alguma segurança:  
L0980-3 «bitantes d&lsquo; ella um solemne testemunho de apreço pelos honrados esforços que **têm empregado** para o seu progressivo desenvolvimento: hei por bem fazer mercê á ditta villa»  
L0990-4 «efeito, deixando por uma parte arruinados aquelles subditos de Sua Magestade que **teem empregado** seus capitaes no unico commercio de exportação que nas presentes circunstâncias».  
L0985-65 «Los papeles se an recogido todos y la hazienda que auia. A D. phelipe de persia **tengo preso**, don diego y don juan están en casa del enbajador de francia, el moro está en casa del» (CORPUS (LT) LIVRO TÉCNICO\_RL).

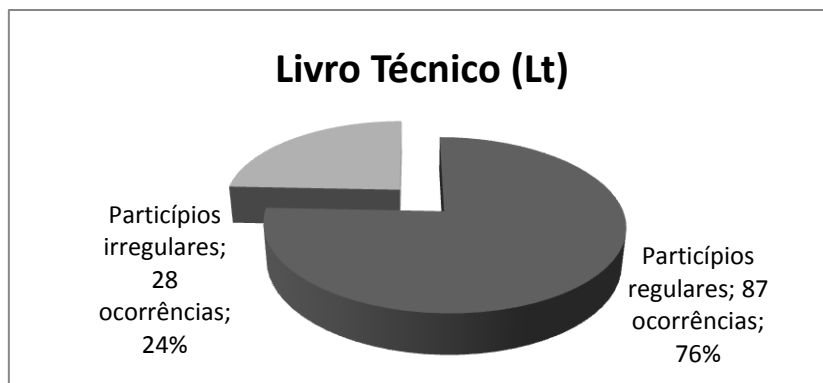


Gráfico 2: Percentagem de ocorrências de formas participiais no *corpus* Livro técnico\_RL.

Os 43 verbos que surgiram neste *subcorpus* foram: *abrir, aceitar, afetar, afligir, atender, concluir, confundir, convencer, cultivar, defender, dirigir, dissolver, emergir, empregar, envolver, escrever, expressar, expulsar, extinguir, findar, fixar, ganhar, gastar, imprimir, incluir, incorrer, infetar, juntar, libertar, manifestar, matar, morrer, nascer, ocultar, pagar, prender, pretender, romper, situar, soltar, submeter, sujeitar e surgir* – vide Anexo 5 (Tabela Lt). Distribuem-se da seguinte forma: aqueles em relação aos quais se obtiveram ocorrências somente das suas formas participiais **regulares (i)**; os que apresentam 100% de ocorrências de formas **irregulares (ii)**; os que registaram ocorrências de **ambas** as formas participiais **(iii)**.

(i) 100% de ocorrências de formas **regulares**:

*afetar (2)*<sup>234</sup>, *afligir (1)*, *atender (1)*, *concluir (2)*, *confundir (1)*, *convencer (2)*, *cultivar (1)*, *defender (2)*, *dirigir (7)*, *dissolver (1)*, *emergir (1)*, *empregar (1)*, *envolver (2)*, *expressar (1)*, *extinguir (1)*, *findar (2)*, *fixar (6)*, *incluir (2)*, *incorrer (2)*, *infetar (1)*, *juntar (1)*, *libertar (2)*, *manifestar (1)*, *morrer (4)*, *nascer (22)*, *ocultar (1)*, *pretender (1)*, *romper (1)*, *situvar (1)*, *soltar (1)*, *submeter (1)*, *surgir (11)*;

(ii) 100% de ocorrências de formas **irregulares**:

*abrir (2)*, *escrever (4)*, *expulsar (1)*, *ganhar (3)*, *gastar (1)*, *imprimir (2)*, *matar (2)*, *pagar (3)*, *prender (2)*, *sujeitar (1)*;

(iii) *aceitar* (7 ocorrências da forma irregular, 88%; 1 ocorrência da forma regular).

<sup>234</sup> Entre parêntesis registamos o número de ocorrências.



Como vemos, apenas para o verbo *aceitar* se registaram ambas as formas participiais: uma ocorrência da forma regular e sete ocorrências da forma irregular. Na maioria dos casos (32 verbos), houve apenas registo da forma participial fraca (i), ao passo que em 10 verbos (ii) foi exclusivamente encontrada a forma forte. Mais uma vez, recenseámos entre estes últimos alguns dos verbos mais frequentemente apontados como abundantes pelos autores de textos escolares: *matar* (13), *prender* (12), *imprimir* (11), *gastar* (10), *expulsar* (9), *ganhar* (9); mas também *pagar* (8) e *sujeitar* (8). *Aceitar*, o único verbo aqui integrado na categoria (iii), é também um desses verbos, com 12 textos escolares a integrá-lo nas suas listas de verbos abundantes.

### **Corpus Revista\_RL**

O *subcorpus* “Revista\_RL” é composto por treze números de uma revista de defesa dos direitos do consumidor e que integra alguns textos de cariz jurídico: «números 83 a 95 da "Revista do Instituto do Consumidor", dos anos 1999 e 2000» (sítio do CLUL).

Neste *subcorpus*, encontraram-se 618 formas idênticas às participiais, das quais somente **34** estão integradas em tempos compostos da voz ativa.

Este é o *subcorpus* com a menor lista de verbos com ocorrências no contexto em estudo, registando-se apenas 14: *aceitar, concluir, defender, entregar, escrever, extinguir, fixar, ganhar, gastar, manifestar, morrer, nascer, pagar, surgir* – vide Anexo 6 (Tabela R). Uma vez que neste *subcorpus* as ocorrências se dividem claramente, sendo as percentagens relativas a cada verbo sempre de 100%, podemos criar dois grupos, através dos quais separamos (i) os verbos com ocorrências de formas regulares dos (ii) verbos com ocorrências de formas irregulares:

- (i) 100% de ocorrências de formas **regulares**:  
*concluir* (3), *defender* (1), *extinguir* (1), *fixar* (1), *manifestar* (3), *morrer* (2), *nascer* (3), *surgir* (6);
- (ii) 100% de ocorrências de formas **irregulares**:  
*aceitar* (1), *entregar* (2), *escrever* (1), *ganhar* (8), *gastar* (1), *pagar* (1).

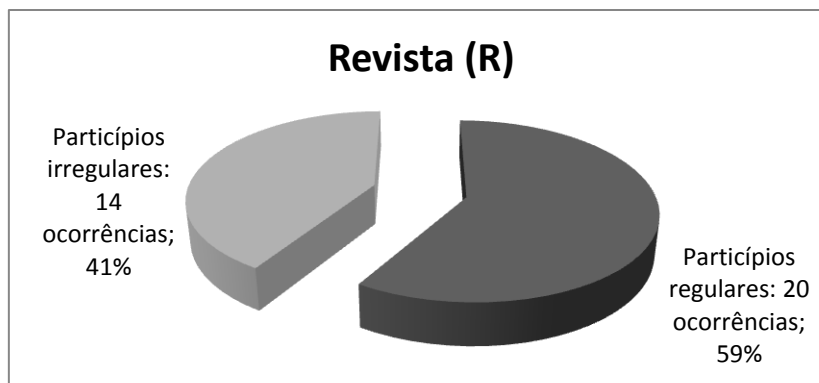


Gráfico 3: Percentagem de ocorrências de formas participiais no *corpus* Revista\_RL.

As formas regulares totalizam 20 ocorrências (i, 59%), enquanto as irregulares perfazem 14 ocorrências (ii, 41%). Esta última percentagem é a segunda mais alta, quando comparamos os resultados obtidos para as formas participiais irregulares nos diferentes *subcorpora*. Vejam-se alguns exemplos destas ocorrências:

**R1** (R2784-11) «sob a assinatura do dito, liga o novo inquilino, aflito, que na EDP não lhe **tinham aceite** o contrato porque o anterior inquilino não liquidara todos os seus débitos, uma conta»

**R6** (R2929-10) «o sinal. Com efeito, em tal situação, o comprador faltoso perde o sinal que **tenha entregue** ao vendedor. Se o incumprimento partir deste último, deve restituir ao comprador o»

**R11** (R2908-2) «Os cocktails explosivos (conhecidos pelo elucidativo nome de “shots”) **têm ganho** igualmente um peso crescente nos últimos anos. O elevado teor alcoólico que possuem»

**R19** (R2956-4) «1). Só com essa acção promocional, e no ano de 1993, a Tabaqueira declarou **ter gasto** mais de 264 mil contos. Rotulagem e advertências. Todas as embalagens de produto»

**R28** (R2880-11) «apresentava manchas de cor alaranjada. Solicitei ao fornecedor a sua reparação **tendo pago** 17. 500\$00. Acontece que as mesmas manchas voltaram a aparecer. A máquina foi novamente»

CORPUS (R) REVISTA\_RL

### Corpus Varia\_RL

O *subcorpus* “Varia\_RL” é composto por textos representativos de diferentes registos de escrita: «artigos vários da "Enciclopédia Verbo", de Actas de reuniões científicas, de páginas da internet, de entrevistas publicadas no jornal "O Primeiro de Janeiro", de folhas de apontamentos para alunos universitários, de relatórios finais de estágio para licenciatura, de recensão crítica, etc.» (sítio do CLUL).

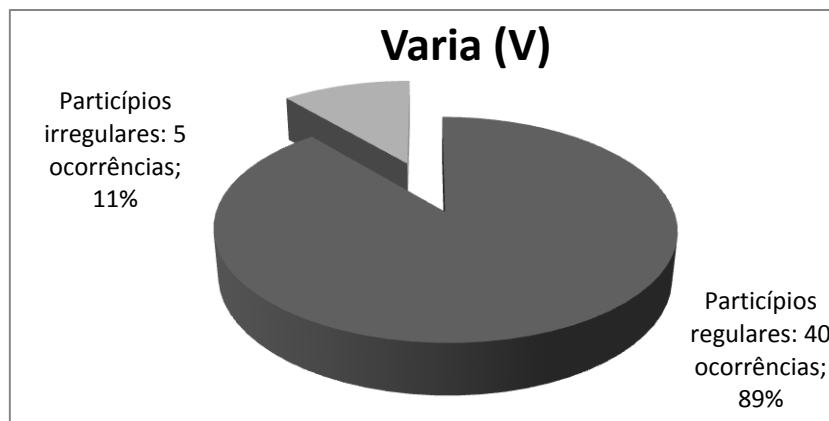


Gráfico 4: Percentagem de ocorrências de formas participiais no *corpus* Varia\_RL.

Apesar de este ser o *corpus* mais pequeno e também aquele em que a percentagem de ocorrências de formas participiais *irregulares* em tempos compostos da voz ativa é menor, na verdade não é o *corpus* em que se regista o menor número de ocorrências no contexto em análise. Em *Varia*, apenas 11% das 45 ocorrências em tempos compostos diz respeito a participios irregulares, enquanto em *Revista*, embora se registem apenas 34 ocorrências em tempos compostos, 41% contêm formas irregulares do participio.

Entre as 1404 ocorrências de formas idênticas às participiais, registámos 45 ocorrências de participios passados de apenas 24 verbos integrados em tempos compostos da voz ativa – *vide* Anexo 7 (Tabela V) –, havendo, como no *subcorpus* R, percentagens de 100%, para todos os verbos, ou da sua forma regular (i), ou da sua forma irregular (ii), como identificamos de seguida:

- (i) 100% de ocorrências de formas **regulares**:  
*absorver* (1), *concluir* (1), *cultivar* (1), *defender* (1), *dirigir* (2), *distinguir* (3),  
*empregar* (1), *encarregar* (1), *envolver* (1), *expulsar* (1), *findar* (1), *fixar* (3),  
*incorrer* (1), *manifestar* (2), *matar* (2), *morrer* (4), *nascer* (3), *perverter* (1),  
*pretender* (2), *sujeitar* (1) e *surgir* (7);
- (ii) 100% de ocorrências de formas **irregulares**:  
*aceitar* (1), *escrever* (1), *ganhar* (3).

Averbámos, portanto, apenas cinco ocorrências – *vide* exemplos a seguir – das formas participiais irregulares de três verbos no contexto sob análise.

**V2** (L0859P-23) «anacrúsicos. O nosso teórico Rodrigo Ferreira da Costa (1776-1825) tb. parece **ter aceite** em parte tais princípios. Contemporâneo de Riemann, o suíço de nascimento Mathis de»

**V20** (V0488-10) «culpa da politização/ partidarização de alguns sindicatos. Por esse mesmo motivo **temos ganho** esses docentes para a nossa causa. O mau momento que o sindicalismo está a atravessar»

**V21** (V0451-11) «territórios. Embora, após Estocolmo, as questões e problemas do ambiente **tenham ganho** visibilidade mediática e adquirido peso institucional, apenas a partir de 25 de Abril»

CORPUS (V) VARIA\_RL

### 3.3.4 Análise transversal dos *corpora*: resultados globais

Observaremos agora os dados globais organizados na Tabela 3. Do total de 541 ocorrências de formas participiais em tempos compostos da voz ativa, 195 são formas irregulares, o que significa que 36% dos casos não seguem a regra prescrita nas gramáticas e nos manuais escolares estudados. Contudo, nem todos os verbos contribuem para esta percentagem, já que, como vimos na análise de cada *subcorpus*, há vários que apresentam 100% de ocorrências das suas formas participiais *regulares* no contexto estudado – facto que se repete transversalmente em todos os *subcorpora* –, assim como outros há para os quais não obtivemos nenhuma ocorrência nestes *corpora* no contexto de tempos compostos da voz ativa.

Antes de mais, convém enumerar os trinta e um verbos que pertencem a este último grupo e cujas formas participiais não registam ocorrências em nenhum dos *subcorpora*. Sobre estes verbos não poderemos, pois, tirar quaisquer conclusões. Trata-se dos verbos *abstrair*, *afeiçoar*, *assentar*, *benzer*, *cegar*, *corromper*, *descalçar*, *dispersar*, *enxugar*, *erigir*, *escurecer*, *expelir*<sup>235</sup>, *exprimir*, *fartar*, *frigir*, *imersar*,

---

<sup>235</sup> Para o verbo *expelir*, os dados poderiam ser diferentes se se considerasse que a relação entre *expulsar* e *expelir* é de sinonímia. Contudo, observando atentamente as ocorrências da forma *expulso*, considerámos que se coadunam com as *nuances* de sentido que reconhecemos em *expulsar* e não em *expelir*. Vejam-se as ocorrências em causa:

*inquietar, inserir, isentar, limpar, murchar, omitir, oprimir, repelir, restringir, revolver, secar, segurar, submergir, tingir e vagar.*

Várias são as razões que podem explicar a inexistência, nestes *subcorpora*, dos verbos referidos. Consultando o CORLEX<sup>236</sup>, verificamos que muitos deles são, de facto, itens de frequência relativamente baixa. Este é o caso dos lemas *frigir, abstrair e imergir* e também de *afeiçoar, benzer, cegar, corromper, descalçar, expelir, inquietar, murchar, omitir, oprimir, tingir e vagar*, todos inseridos nos três primeiros patamares de frequência por ordem ascendente, num total de doze<sup>237</sup>. Outra possibilidade explicativa para a ausência de formas participiais de certos verbos prender-se-á com o facto de as situações de escrita em causa, o tipo de revista ou os temas não motivarem simplesmente o seu aparecimento<sup>238</sup>.

Observando agora o total de ocorrências relevantes em cada *subcorpora* e as percentagens correspondentes (Tabela 3), verificamos que, embora a percentagem de formas irregulares em tempos compostos em dois dos *subcorpora* seja baixa (V: 11%;

---

**J128** (J43923-47) «moral. O mais curioso é o dos escuteiros, que são acusados de discriminação por **terem expulso** um membro que - segundo vieram a saber pelos jornais - era líder de uma associação»

**Lt40** (L0985-2) «Luís Cardoso, ob. cit., p. 20. 29 Idem. Ibidem. 30 Coimbra já se **tinha** levantado e **expulso** o invasor e o interior do País, oferecia aí alguma segurança. A baía do Mondego foi».

<sup>236</sup> Na verdade, a análise do CORLEX proporciona ainda a constatação de outros factos importantes. Se pesquisarmos as 182 formas identificadas como participiais nas gramáticas e manuais estudados por nós, verificamos que (i) algumas surgem apenas classificadas como adjetivos e, por vezes, como nomes (*absorto, abstrato, afeto, bento, cego, grato*) e (ii) outras formas nem sequer surgem (*abrido, afigido, cobrido, escrevido, vagado*). Há ainda o caso da forma *atento* que só aparece como pertencente ao verbo *atentar*, e não ao verbo *atender* – como acontece em quatro das gramáticas analisadas (Gc; Gd; Ge; Gf).

Estes dados parecem pois confirmar que um dos maiores problemas na abordagem do particípio passado duplo nas gramáticas e manuais reside, pois, na *identificação* dos verbos que são abundantes.

<sup>237</sup> Os lemas *frigir, abstrair e imergir* surgem no segundo patamar e os restantes doze verbos citados acima surgem no terceiro patamar. Recorde-se que os doze patamares são os seguintes: (1º) 6-10; (2º) 11-31; (3º) 32-100; (4º) 101-316; (5º) 317-1.000; (6º) 1.001-3.162; (7º) 3.163-10.000; (8º) 10.001-31.622; (9º) 31.623-100.000; (10º) 100.001-316.227; (11º) 316.228-1.000.000; (12º) 1.000.001-3.162.27. Os três primeiros patamares de frequência integram, portanto, os lemas com seis a cem ocorrências. Confronte-se este número de ocorrências dos lemas acima indicados com, por exemplo as dos lemas *nascer, eleger e entregar*, que surgem no 6º patamar de frequência, e as de *morrer e ganhar*, que estão no 7º.

Consulte-se a totalidade dos dados do CORLEX em [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_lmcp.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_lmcp.php) (acedido em 23 de agosto de 2009).

<sup>238</sup> Considere-se ainda a hipótese de os redatores/ jornalistas/ usuários da língua escrita evitarem certos verbos no contexto que estamos a estudar, precisamente por haver alguma perceção da variação que os atinge.

Lt: 24%), no *subcorpus* mais significativo – por conter maior número de ocorrências (J: 347 ocorrências participiais) – essa percentagem é bastante alta (43%).

<i>Corpora</i>	Participios regulares em tempos compostos	Participios irregulares em tempos compostos	Total de participios em tempos compostos
Jornal_RL (J)	199 (57%)	148 (43%)	347
Livro Técnico_RL (Lt)	87 (76%)	28 (24%)	115
Revista_RL (R)	20 (59%)	14 (41%)	34
Varia_RL (V)	40 (89%)	5 (11%)	45
<b>Total</b>	<b>346 (64%)</b>	<b>195 (36%)</b>	<b>541</b>

Tabela 3: Total de ocorrências em cada *subcorpora*.

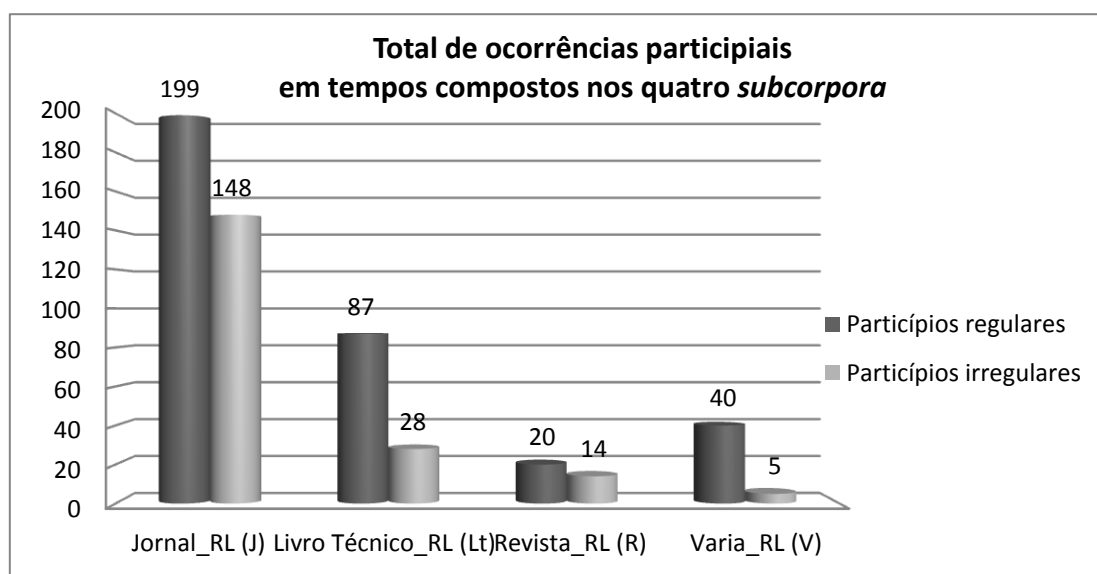
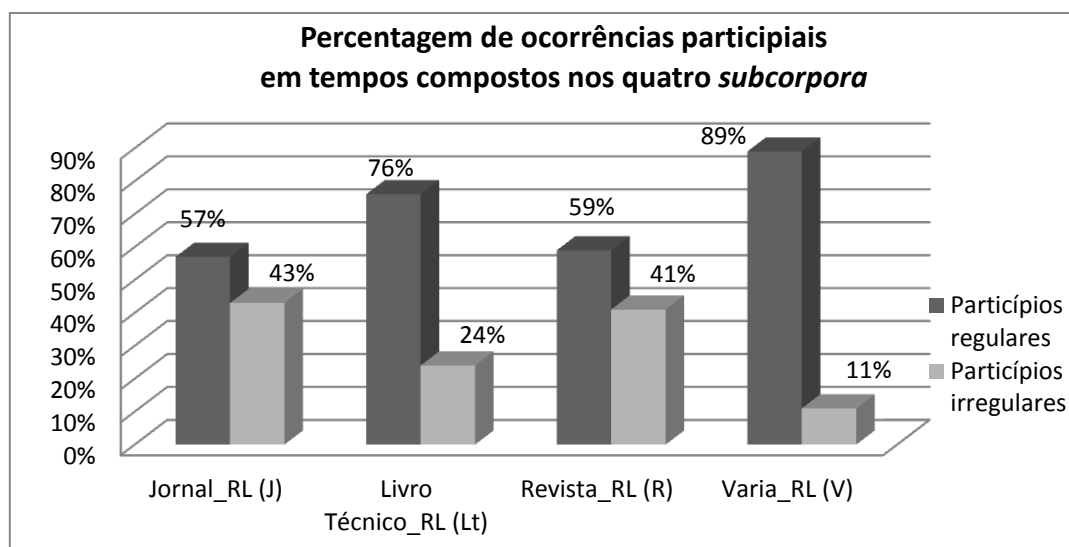


Gráfico 5: Total de ocorrências participiais em tempos compostos nos quatro *subcorpora*.

Em **termos absolutos**, o número de ocorrências de formas participiais irregulares é mais elevado no *subcorpus* J (148), seguindo-se Lt (28), R (14) e, por último, V (5). Porém, se atentarmos nas **percentagens** de ocorrências de formas participiais irregulares – por oposição às formas regulares – em cada *subcorpus*, verificamos que a seguir a J (43%), é em R (41%) que encontramos um valor mais elevado, e, só depois em Lt (24%) e V (11%). Assim, embora o número de ocorrências seja mais baixo em R do que em Lt, a percentagem de uso da forma irregular é superior em R<sup>239</sup>.

<sup>239</sup> O *subcorpus* Revista\_RL é, com efeito, três vezes menor do que o *subcorpus* Livro técnico\_RL, pelo que a percentagem obtida naquele ainda se torna mais saliente.



**Gráfico 6: Percentagem de ocorrências participiais em tempos compostos nos quatro *subcorpora*.**

Se reunirmos agora os dados de pormenor, verbo a verbo, relativos a cada um dos *subcorpora* – vide Anexo 3 (Tabela RL) –, confirmamos que esta percentagem relativa às ocorrências das formas participiais irregulares – assim como acontece com as formas regulares – não se replica no caso de todos os verbos, antes se concentra num determinado conjunto, o que nos permite discriminar grupos de verbos com as mesmas tendências. De facto, na maioria dos casos, as percentagens de ocorrência de cada verbo são de **100%** de formas regulares **ou** de formas irregulares – vide Anexo 3 (Tabela RL e respetiva legenda).

Na Tabela 4, listamos os verbos para os quais a percentagem de uso de formas **regulares** foi precisamente de 100%. Contudo, saliente-se que, por vezes, este resultado deve ser considerado com moderação, já que corresponde a apenas uma ocorrência. Significa, muito simplesmente, que a única ocorrência no contexto sob análise se registou com a forma regular. Assim aconteceu com as formas *absorvido*, *acendido*, *afligido*, *agradecido*, *confundido*, *corrigido*, *emergido*, *encarregado*, *pervertido*, *soltado* e *torcido*. Noutros casos, obtivemos dados a que podemos dar maior relevo, uma vez que o número de ocorrências correspondentes a esses 100% chega a 15 (*defendido*), 17 (*fixado*), 24 (*concluído*), 25 (*manifestado*), 34 (*morrido*), 48 (*surgido*) e 51 (*nascido*). Note-se que, nestes sete verbos, esta tendência é transversal a todos os *subcorpora*, o que realça a expressividade dos dados. Quanto a *envolvido* (6 ocorrências), *incorrido*, *juntado*, *pretendido* (5 ocorrências), *completado*, *distinguido*, *incluído*, *ocultado* (4 ocorrências), *convencido*, *dissolvido*, *extinguido*, *findado*,

*libertado, rompido, situado* (3 ocorrências), *atendido, cativado, cultivado, expressado infetado, invertido, submetido, suspeitado e suspendido* (2 ocorrências) obtêm-se resultados menos significativos, mas, ainda assim, de mencionar.

Verbo	Subcorpus	Número de	Verbo	Subcorpus	Número de
Absorver	V	1	Fixar	todos	7+6+1+3
Acender	J	1	Incluir	J; Lt	2+2
Afectar	J; Lt	9+2	Incorrer	J; Lt; V	2+2+1
Afligir	Lt	1	Infetar	J; Lt	1+1
Agradecer	J	1	Inverter	J	2
Atender	J; Lt	1+1	Juntar	J; Lt	1+2
Cativar	J	2	Libertar	J; Lt	1+2
Completar	J	4	Manifestar	todos	19+1+3+2
Concluir	todos	18+2+3+1	Morrer	todos	24+4+2+4
Confundir	Lt	1	Nascer	todos	23+22+3+3
Convencer	J; Lt	1+2	Ocultar	J; Lt	2+2
Corrigir	J	1	Perverter	V	1
Cultivar	Lt; V	1+1	Pretender	J; Lt; V	2+1+2
Defender	todos	11+2+1+1	Romper	J; Lt	2+1
Dirigir	J; Lt; V	4+7+2	Situar	J; Lt	2+1
Dissolver	J; Lt	2+1	Soltar	Lt	1
Distinguir	J; V	1+3	Submeter	J; Lt	1+1
Emergir	Lt	1	Surgir	todos	24+11+6+7
Encarregar	V	1	Surpreender	J	4
Envolver	J; Lt; V	3+2+1	Suspeitar	J	2
Expressar	J; Lt	1+1	Suspender	J	2
Extinguir	J; Lt; R	1+1+1	Torcer	J	1
Findar	Lt; V	2+1			

Tabela 4 - Verbos com 100% de ocorrências da forma REGULAR no contexto de tempos compostos da voz ativa, nos *subcorpora* em análise.

Os verbos *empregar* e *sujeitar* também surgem *maioritariamente* com a respetiva forma participial regular. No entanto, ambos revelam uma considerável diferença de comportamento relativamente ao grande grupo de 45 verbos contemplados na Tabela 4, já que são os únicos com ocorrências das suas formas regulares que não totalizam 100%. Relativamente ao verbo *sujeitar*, a sua forma regular (80%) surge três vezes no *subcorpus* Jornal e uma vez no *subcorpus* Varia, ao passo que a sua forma irregular (20%) apresenta uma ocorrência no *subcorpus* Livro Técnico. Quanto ao verbo *empregar*, os dados são ainda mais divergentes relativamente aos verbos presentes na Tabela 4, pois registaram-se duas ocorrências da sua forma participial regular – uma em Livro Técnico e outra em Vária –, por oposição a uma ocorrência da forma irregular no *subcorpus* Jornal. Devido a esta diferença e ao reduzido número de ocorrências, decidimos analisar o verbo *empregar* à parte, como se explicitará mais à frente – cf. Tabela 6.



A Tabela 5 contempla, pelo contrário, os casos em que se nota uma clara tendência para o uso da forma **irregular** do particípio passado em tempos compostos da voz ativa. As percentagens obtidas, neste caso, oscilam entre os 76% e os 100% de ocorrências dessa forma participial. Todavia, de todos os valores apresentados nesta tabela, apenas alguns, referentes aos verbos *aceitar*, *entregar*<sup>240</sup> e *matar*, não correspondem aos 100% de ocorrências em determinados *subcorpora*. Exemplificando, em *Jornal\_RL*, há 13 ocorrências (76%) da forma participial irregular do verbo *aceitar*, porém a forma *aceitado* também se regista quatro vezes (24%) nesse mesmo *subcorpus*.

Verbo	Subcorpus	Número de ocorrências	Verbo	Subcorpus	Número de ocorrências
<b>Abrir</b>	J; Lt (100%)	16+2	<b>Ganhar</b>	Todos (100%)	54+3+8+3
<b>Aceitar</b>	R (100%); V (100%) J (76%); Lt (88%)	1 1 13 7	<b>Gastar</b>	J; Lt; R (100%)	5+1+1
<b>Cobrir</b>	J (100%)	1	<b>Imprimir</b>	Lt (100%)	2
<b>Eleger</b>	J (100%)	5	<b>Matar</b>	J (93%); Lt (100%) V (0%)	13 2 0
<b>Entregar</b>	R (100%); J (89%)	2 8	<b>Pagar</b>	J; Lt; R (100%)	10+3+1
<b>Escrever</b>	Todos (100%)	18+4+1+1	<b>Salvar</b>	J (100%)	3

Tabela 5 - Verbos com percentagem de ocorrências da forma **IRREGULAR** no contexto de tempos compostos da voz ativa, nos *subcorpora* em análise, superior a 75%.

Para além disso, quando comparamos os resultados obtidos nos diferentes *corpora*, todos os verbos incluídos na Tabela 5 exibem tendências idênticas, à exceção do verbo *matar*. A forma *morto* surge treze vezes no *corpus* jornalístico (93%) e duas vezes em livros técnicos, perfazendo 100% neste *subcorpus*, ao passo que em *Varia\_RL* é a forma *matado* que totaliza 100%, mas com apenas duas ocorrências. Apesar de, efetivamente, o resultado não ser uniforme nos diferentes *subcorpora*, decidimos

<sup>240</sup> Na única ocorrência do *subcorpus* *Jornal\_RL* em que surge a forma participial regular *entregado* o verbo auxiliar é o verbo *haver*: J43263-1 «Maria Catarina de Médicis, e ante a qual todos os médicos que a atendiam já **haviam entregado** os pontos, tem a ideia de enviar-lhe folhas da planta, para um tratamento com a». Uma vez que, como dissemos, o uso do verbo auxiliar *haver* é mais frequente em registos mais formais, uma das possibilidades de análise, num *corpus* mais amplo, consistiria em verificar se haveria alguma tendência para o uso preferencial de uma das formas participiais com este auxiliar.

integrar nesta lista o verbo *matar*, pelo facto de o número de ocorrências de formas irregulares ser, ainda assim, *bastante* expressivo.

O verbo *ganhar* é o que apresenta o número de ocorrências mais elevado: registaram-se 68 ocorrências da forma irregular do particípio passado no contexto em análise. Com um número mais reduzido de ocorrências, mas igualmente em todos os *subcorpora*, a forma *escrito* surge em 24 ocorrências. As formas *aceite* (22 ocorrências), *aberto* (18 ocorrências), *pago* (14 ocorrências), *entregue* (11 ocorrências) e *gasto* (7 ocorrências) surgiram em, pelo menos, dois dos *subcorpora* em tempos compostos. Embora só tenham ocorrido num dos *subcorpora*, os particípios irregulares *eleito* (J, 5 ocorrências), *salvo* (J, 3 ocorrências), *impresso* (Lt, 2 ocorrências) e *coberto* (J, 1 ocorrência) também são de referir, uma vez que as formas regulares correspondentes não surgiram em nenhuma ocasião. Saliente-se que, apesar de *aceitar*, *eleger*, *entregar*, *gastar*, *imprimir*, *matar* e *salvar* serem sete dos dezoito verbos que mais gramáticas e manuais identificaram como abundantes, a verdade é que os usos efetivos parecem ser distintos do preconizado na maioria dos textos escolares. Aliás, ressalve-se o facto de quatro destes sete verbos corresponderem também a alguns daqueles aos quais alguns autores reconhecem usos de exceção, tal como a *ganhar* e a *pagar*: *aceitar* (1)<sup>241</sup>, *eleger* (2), *gastar* (4) e *salvar* (2) – vide 3.2.4. Concretamente nestes casos, a descrição feita pelos autores de gramáticas e manuais escolares condiz com os usos efetivos do PEC registados nos *corpora* por nós analisados.

Relativamente aos verbos *abrir*, *cobrir* e *escrever*, como dissemos em 3.3.2, era expectável que a forma irregular surgisse muito mais vezes do que a forma regular, já que a maioria dos gramáticos e linguistas apontam as suas formas irregulares como as suas únicas formas participiais. Ao contrário de *abrir* e *escrever*, para *cobrir*, que registou apenas uma ocorrência da forma irregular em *Jornal\_RL*, não temos dados suficientes para confirmar uma tendência. Ainda assim, é preciso recordar que os valores referentes a este verbo representam 100% das ocorrências no contexto em estudo.

---

<sup>241</sup> Entre parêntesis, regista-se o número de textos escolares que referem a possibilidade de estes verbos apresentarem usos das suas formas participiais irregulares em tempos compostos.

Se, até agora, examinámos verbos que evidenciam uma enorme convergência nos resultados, há outros verbos com resultados algo inconclusivos, devido ao reduzido número de ocorrências, e/ou ao facto de os seus valores se apresentarem mais equilibradamente distribuídos entre as formas regulares e as irregulares – *vide* Tabela 6. *Empregar* tende para o uso da forma participial regular – com duas ocorrências contra apenas uma ocorrência da forma irregular –, porém, como vimos, este é um dos poucos verbos – entre os muitos com essa tendência – a não apresentar 100% para a forma regular – cf. Tabela 3. *Expulsado* surge uma vez e *expulso* aparece duas vezes e o equilíbrio é ainda maior no caso do verbo *prender*, com duas formas regulares (J) e duas irregulares (Lt). Note-se que *prender* é um dos verbos que maior número de gramáticas e manuais aponta como sendo abundante.

Verbo	Forma participial regular	Forma participial irregular	SubCorpus	Número de ocorrências
<b>Empregar</b>	x		Lt; V	1+1
<b>Expulsar</b>	x	x	J V	1 1
<b>Prender</b>	x	x	J; Lt J	1+1 2
		x	Lt	2

Tabela 6 - Verbos com número semelhante de ocorrências das formas participiais REGULARES e IRREGULARES em tempos compostos da voz ativa nos vários corpora.

Apesar de o *subcorpus* Lt ser, a par de V, aquele em que a percentagem de ocorrências de formas participiais irregulares é mais baixa (22%), nele, todas as (poucas) ocorrências dos verbos *expulsar*, *prender* e *sujeitar* são de formas participiais irregulares – *vide os exemplos que se seguem*.

**Lt39** (L0985-2) «Luís Cardoso, ob. cit., p. 20. 29 Idem. Ibidem. 30 Coimbra já se **tinha** levantado e **expulso** o invasor e o interior do País, oferecia aí alguma segurança. «A baía do Mondego foi»

**Lt97** (L0985-66) «é falsa e o Cardeal se declara ultrajado na sua Dignidade Cardinalícia por se **ter preso** o seu impressor<sup>58</sup>, por outro lado, o rei aprova a acção do Presidente do Desembargo do»

**Lt98** (L0985-67) «na qual se mostra que este se vê ultrajado na sua Dignidade Cardinalícia, por se **ter preso** o seu impressor, Miguel Rodrigues, por ter publicado uma certidão autêntica do Papa»

**Lt104** (L0990-116) «(...) ou em pena dos seus delitos ou para lhes acautelar um maior mal, a que os **tinha sujeito** a sua mesma barbaridade ou a de seus inimigos vencedores foram as [causas] que»

### 3.3.5 Organização dos dados: construção de uma tipologia

Analisadas as ocorrências relevantes das formas participiais dos verbos selecionados para análise em quatro *subcorpora* do CRPC, estabelecemos uma **tipologia de verbos** – *vide* Tabela 7 –, que explanaremos de seguida.

CATEGORIAS	Verbos (nº de ocorrências de formas participiais em tempos compostos nos 4 <i>subcorpora</i> de RL analisados)		
<b>CATEGORIA 1</b> Verbos com 100% de formas participiais regulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(10 verbos)</b>	Afectar (11) Concluir (24) Defender (15) Dirigir (13)	Envolver (6) Fixar (17) Manifestar (25)	Morrer (34) Nascer (51) Surgir (48)
<b>CATEGORIA 2</b> Verbos com 100% de formas participiais regulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(35 verbos)</b>	Absorver (1) Acender (1) Afligir (1) Agradecer (1) Atender (2) Cativar (2) Completar (4) Confundir (1) Convencer (3) Corrigir (1) Cultivar (2) Dissolver (3)	Distinguir (4) Emergir (1) Encarregar (1) Expressar (2) Extinguir (3) Findar (3) Incluir (2) Incorrer (5) Infectar (2) Inverter (2) Juntar (5) Libertar (3)	Ocultar (4) Perverter (1) Pretender (5) Romper (3) Situar (3) Soltar (1) Submeter (2) Surpreender (4) Suspeitar (2) Suspender (2) Torcer (1)
<b>CATEGORIA 3</b> Verbos com 67-80% de formas participiais regulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(2 verbos)</b>	Empregar (1 Irreg/2 Reg) Sujeitar (1 Irreg/4 Reg)		
<b>CATEGORIA 4</b> Verbos com 50% de formas participiais regulares e irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(1 verbo)</b>	Prender (2 Irreg/2 Reg)		
<b>CATEGORIA 5</b> Verbos com 100% de formas participiais irregulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(5 verbos)</b>	Abrir (18) Escrever (24) Ganhar (68) Gastar (7) Pagar (14)		
<b>CATEGORIA 6</b> Verbos com 100% de formas participiais irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(4 verbos)</b>	Cobrir (1) Eleger (5) Imprimir (2) Salvar (3)		
<b>CATEGORIA 7</b> Verbos com 80-91% de formas participiais irregulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) <b>(3 verbos)</b>	Aceitar (22 Irreg/5 Reg) Entregar (10 Irreg/1 Reg) Matar (15 Irreg/3 Reg)		

<b>CATEGORIA 8</b> Verbos com 60-70% de formas participiais irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ) ( <b>1 verbo</b> )	Expulsar (2 Irreg/1 Reg)		
<b>CATEGORIA 9</b> Verbos tidos como abundantes nos textos normalizadores, sem ocorrências participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> ( <b>31 verbos</b> )	Abstrair	Expelir	Omitir
	Afeiçoar	Exprimir	Oprimir
	Assentar	Fartar	Repelir
	Benzer	Frigir	Restringir
	Cegar	Imergir	Revolver
	Corromper	Inquietar	Secar
	Descalçar	Inserir	Segurar
	Dispersar	Isentar	Submergir
	Enxugar	Limpar	Tingir
	Erigir	Murchar	Vagar
	Escurecer		

Tabela 7: Tipologia de verbos criada a partir dos dados recolhidos em quatro *subcorpora* de RL (CRPC).

Consideraremos nove categorias resultantes da análise do nosso *corpus*. Para esta categorização, tomámos em linha de conta não apenas a percentagem de distribuição de formas participiais regulares e irregulares em tempos compostos registadas no *corpus* para cada verbo, mas também o facto de o número de ocorrências nesse contexto estar acima ou abaixo da média. Esta foi calculada da seguinte forma: registámos, nos quatro *subcorpora* de RL analisados, um total de **541** *ocorrências* dos **92** verbos examinados em formas verbais compostas da voz ativa; assim, calculando a **média** de ocorrências de formas participiais, esta foi de **6** ( $5,88 = 541 \text{ ocorrências} / 92 \text{ verbos}$ ). Usando este ponto de referência na criação de categorias de análise dos resultados, distinguimos os verbos para os quais os dados são mais numerosos e consistentes daqueles em que o baixo número de ocorrências nos leva a querer confirmar os seus usos num outro estudo empírico – *vide* capítulo 4.

Assim, verificámos que, como previmos, podemos distinguir grupos de verbos com comportamentos distintos entre si. Se, por um lado, registámos verbos que seguem a regra geral atribuída à variedade normativa – cf. Tabela 7, **categorias 1, 2 e também, em certa medida, 3** –, por outro, deparamo-nos com usos diferentes do que está prescrito nos textos gramaticais e escolares previamente analisados – cf. Tabela 7, sobretudo as **categorias 5, 6 e também 7 e 8**. Isso acontece claramente na categoria **5**, em que as formas participiais *irregulares* de ***abrir*** (18), ***escrever*** (24), ***ganhar*** (68), ***gastar*** (7) e ***pagar*** (14) representam 100% das ocorrências. Relativamente aos verbos da categoria **6**, com 100% de formas irregulares, mas menos de 6 ocorrências de

formas participiais em tempos compostos nos *corpora*, temos **cobrir** (1), **eleger** (5), **imprimir** (2) e **salvar** (3). Na categoria 7, estão incluídos verbos cujas ocorrências participiais irregulares estão acima da média, mas numa percentagem de 80 a 91%. São eles **aceitar** (22 formas irregulares; 5 formas regulares), **entregar** (10 formas irregulares; 1 forma regular) e **matar** (15 formas irregulares; 3 formas regulares). A percentagem de ocorrências é um pouco menor (67%) no caso do verbo **expulsar** (categoria 8), que apresenta o nível de ocorrências abaixo da média.

Refletindo sobre os verbos que integram as quatro categorias referidas (5 a 8), entre outros, os verbos **aceitar**, **eleger**, **entregar**, **ganhar**, **gastar**, **matar** e **pagar** contrariaram algumas das descrições gramaticais atrás apresentadas. Recorde-se (*vide* 3.2.4) que, a cinco destes verbos (excetuam-se **entregar** e **matar**), são reconhecidos, em pelo menos um dos textos escolares analisados, usos possíveis de exceção em relação à regra. Ainda assim, e uma vez que as ocorrências relevantes de quatro destes verbos (**eleger**, **ganhar**, **gastar** e **pagar**) dizem apenas respeito a formas irregulares, não havendo registo das formas fracas respetivas, podemos concluir que estes verbos tendem para o comportamento excecional que os gramáticos referem.

Também os verbos **abrir**, **cobrir**, **escrever**, **imprimir** e **salvar** nestes *corpora* apresentam um predomínio da respetiva forma participial irregular. Relativamente aos dois últimos, o seu número de ocorrências não é alto (2 e 3, respetivamente). **Cobrir** apresenta igualmente um reduzido número de ocorrências (1), contudo, como vimos em 3.3.2, este verbo pode agrupar-se a **abrir** e **escrever**, já que são poucos os textos escolares a considerá-los abundantes.

Inversamente às quatro categorias supra referidas, temos o conjunto de 47 verbos<sup>242</sup> cujas formas participiais **regulares** predominaram nos nossos *corpora*. Os verbos da categoria 1 registaram 100% de formas participiais **regulares** (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no *corpus*). A esta categoria pertencem verbos como **morrer** ou **concluir** e **dirigir**, entre outros. Apresentando 100%

---

<sup>242</sup> Entre estes verbos, há os que são vistos como abundantes por poucos gramáticos e/ou que nós, na verdade, consideramos que não o são – e que só têm forma regular, já que a forma irregular, hoje em dia, é apenas adjetivo, por vezes obtido através de um processo de recategorização. Para este tipo de verbos não cremos haver a tendência em estudo que consiste no uso crescente da forma participial irregular em tempos compostos.

de formas regulares, mas menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no *corpus*, os verbos da categoria **2** são em grande número (35). Reúnem-se nesta categoria alguns dos verbos que foram identificados como abundantes por menos textos escolares (apenas 1, 2 ou 3), como *absorver, confundir, corrigir, cultivar, dissolver, distinguir, incorrer, inverter, pretender, surpreender e torcer*. Ao não serem mencionados nas restantes obras como abundantes, assume-se que lhes é reconhecida apenas uma forma participial, ou regular ou irregular. Já *empregar* e *sujeitar* (categoria **3**) surgem com 67 a 80% de formas participiais regulares, com um número de ocorrências abaixo da média. Recorde-se que, para além de estes dois verbos serem os únicos, entre 47, cujas formas participiais regulares, apesar de serem predominantes, não apresentam uma percentagem de 100%, *empregar* foi um dos verbos que registou resultados mais vacilantes – cf. Tabela 6.

Pertencente à categoria **4**, o verbo ***prender*** demonstra estar em situação de verdadeira *concorrência de variantes*, já que as suas formas participiais, regular e irregular, surgem em igual número.

Reunindo todos os verbos que não apresentaram 100% de ocorrências em tempos compostos de participios regulares ou irregulares, temos: ***empregar, sujeitar*** (categoria **3**), ***prender*** (categoria **4**), ***aceitar, entregar, matar*** (categoria **7**), ***expulsar*** (categoria **8**).

Recorde-se ainda que, neste conjunto, sobressai o grupo de verbos cujos resultados se revelaram inconclusivos – cf. Tabela 6 –, como ***prender, expulsar, empregar***. Em relação a *prender*, a igualdade de número de ocorrências de uma e outra forma participial assegura que se trata de um caso de *concorrência de variantes*. Quanto a *expulsar* e *empregar*, apesar de haver predomínio de uma das formas participiais – no caso de *expulsar* a forma participial irregular e para *empregar* a forma regular –, o número de ocorrências é muito reduzido, pelo que não podemos confirmar se nos encontramos perante uma verdadeira situação de *concorrência de variantes*.

Na categoria **9**, integrámos 31 verbos sobre os quais não temos dados. Foram tidos como abundantes nos textos normalizadores, porém não obtivemos ocorrências participiais em tempos compostos nos *corpora* analisados.

Assim se confirma que, no que diz respeito a um determinado conjunto de verbos e ao contexto de tempos compostos da voz ativa, os usos da comunidade diferem claramente das determinações de alguns textos gramaticais (Móia, 2005: 109)<sup>243</sup>. A contradição/ falta de consenso entre os diferentes textos pedagógicos – cuja intenção é, inequivocamente, a descrição da variedade normativa – parece espelhar a variação aceite pela comunidade, a atitude positiva perante este fenómeno específico de variação ou será, pelo menos, indicadora de que não há uma discriminação forte contra nenhuma das variantes, como acontece noutros casos de variação<sup>244</sup>. Propagando-se a alguns verbos o uso inverso ao da *regra prescritiva*<sup>245</sup>, poderá faltar apenas a aceitação e o reconhecimento dos gramáticos do estado de coisas observado, para que, em tempos compostos da voz ativa, o uso da forma participial irregular desse grupo de verbos ganhe o estatuto de variante normativa. De qualquer forma, a verdade é que pudemos, no entanto, registar usos distintos dos que são referidos nos textos gramaticais analisados previamente.

Vejamos, de seguida, qual o comportamento de crianças e jovens em idade escolar face à comprovada variação no *input*.

---

<sup>243</sup> Depois de enumerar os quatro aspetos a levar em conta na determinação da variedade “normativa” referidos em 2.1 (nota 89), Móia apresenta três tipos de dificuldades na aplicação simultânea dos quatro critérios: «(i) contradição entre o uso mais ou menos generalizado pela comunidade de suporte e as determinações das gramáticas e dicionários (cf. desatualização dos instrumentos de normalização linguística e seus efeitos nocivos, por exemplo, ao nível do ensino); (ii) contradição entre diferentes gramáticas e/ou dicionários; (iii) conflito entre a norma imposta pelas gramáticas e a regularidade do sistema gramatical, em produções de frequência muito baixa» (Móia, 2005: 109). No capítulo 3.2, verificámos que a situação (ii) ocorre no que diz respeito ao participio passado duplo, e, agora, ao confrontarmos os usos efetivos do PE nestes *corpora* com os que são descritos nos textos gramaticais pedagógicos previamente analisados, confirmamos também a realidade descrita em (i).

<sup>244</sup> Eventualmente, esse pode ser o caso «frequente em muitas regiões do país e grupos populacionais» da conjugação pronominal recíproca da primeira pessoa do plural que «se faz à imagem da da terceira pessoa», como em «quando se encontrámos» (Peres e Móia, 1995: 35).

<sup>245</sup> Na verdade, o teor *prescritivo* da *regra* acaba, neste caso, por não ser tão forte, visto que se aceita a variação, pelos menos em relação a alguns verbos abundantes em concreto.



## 4 ESTUDO EMPÍRICO

«É obrigatório privilegiar o uso como critério de delimitação  
do que pertence e do que não pertence à língua  
num dado intervalo temporal»

Duarte, 2010: 20

Neste capítulo, começaremos por descrever a metodologia e o protocolo seguidos para a execução do estudo empírico realizado com vista ao apuramento dos usos do participio passado duplo de um conjunto de verbos selecionados em tempos compostos da voz ativa. Após a obtenção de dados de uso contemporâneo de formas participiais no contexto referido e através da aplicação de um inquérito a uma amostra de alunos dos 2º, 5º, 7º e 10º anos de escolaridade, apuraremos a sensibilidade de falantes jovens do PEC. Atentaremos ainda em dados de produção (obtidos por inquérito escrito) e em informações atitudinais reveladas por professores de Língua Portuguesa relativamente aos usos do participio passado duplo. Será, então, o momento para proceder a uma análise comparativa das normas registadas nos vários momentos da presente investigação: os dados de jovens falantes obtidos através de inquérito serão confrontados com os resultados da pesquisa efetuada no *corpus* RL (CRPC), e também com os dados de produção e atitudinais fornecidos pelos docentes de Língua Portuguesa. Incorporaremos ainda, nessa ocasião, as informações fornecidas por gramáticos e linguistas acerca do grupo de verbos sob investigação.

Antes de mais, explicaremos o processo de recolha dos dados.

## 4.1 RECOLHA DOS DADOS

### 4.1.1 Hipóteses e fundamentação

Como verificámos no terceiro capítulo, são várias as evidências da situação de **variação** que afeta o **participio passado duplo em tempos compostos da voz ativa**. Para além dos textos de descrição linguística (Barbosa, 1822; Ali, 1964; Piel, 1988; Teyssier, 1989; Barros, 2002; Neves, 2003a; Mória, 2005; Villalva e Almeida, 2005; Duarte, 2010), e dos textos de cariz regulador, nomeadamente os escolares, também os dados resultantes da análise de quatro *corpora* de RL comprovam que há um **grupo de verbos com ocorrências de ambas as suas formas participiais, regular e irregular**, no contexto investigado.

Perante estes factos, na investigação em meio escolar, tentaremos **(i) examinar o comportamento dos sujeitos face à comprovada variação no *input***, assim como **(ii) averiguar se existem características dos verbos que propiciem padrões particulares de variação**.

Assim, relativamente à primeira questão, será plausível a hipótese de que as **crianças e os jovens em idade escolar reproduzam a variação** registada em sujeitos adultos. Esta hipótese será testada através dos dados recolhidos por inquérito<sup>246</sup>, tendo este sido administrado a alunos de diferentes anos de escolaridade, nomeadamente dos 2º, 5º, 7º e 10º anos. A amostra assim constituída abrange grupos etários sobre os quais não se dispõe de dados, nomeadamente no que diz respeito ao uso do participio passado duplo. Através deste procedimento, será possível obter dados relativos ao processo de aquisição das formas participiais regulares e irregulares, conducentes à descrição da **distribuição das variantes** pelos referidos anos de escolaridade.

---

<sup>246</sup> No próximo subcapítulo, explicaremos como concebemos este questionário, qual a sua estrutura, quais os critérios que presidiram à seleção dos verbos a contemplar e todos os procedimentos envolvidos na sua aplicação e análise.

Pre vemos, no entanto, que o padrão de variação observado **não deverá revelar-se uniforme ao longo do percurso escolar**. Na verdade, a configuração de tais padrões diferenciados resultará da interação de vários fatores que não se mantêm constantes ao longo do desenvolvimento ontogénico. Se, por um lado, como vimos no capítulo 2, vários estudos confirmam a preferência das crianças mais novas pela produção de formas morfológicas regulares, por outro lado, e assim que a quantidade de *input* é suficiente para a memória declarativa da criança armazenar a forma irregular, passa a haver uma tendência para a sua prevalência (*vide* subcapítulo 2.2.1). Outro fator a ter em conta no que concerne aos resultados obtidos em meio escolar diz respeito à crescente familiarização com a variedade difundida em meio escolar, apoiada pelos instrumentos codificatórios e orientadores disponíveis.

Ora, sabendo, através dos *corpora* de RL, que o *input* adulto é marcado pela variação, colocamos **a hipótese de, já aquando da frequência do 2º ano de escolaridade, os alunos terem adquirido a forma participial irregular e de a usarem em variação com a forma regular correspondente**. Para verificar esta hipótese, recorreremos não apenas a dados de *produção (condicionada)*, mas igualmente a dados de *avaliação metalinguística* de ambas as formas participiais usadas em tempos compostos da voz ativa. Uma vez que os próprios gramáticos e autores de textos escolares didático-pedagógicos consideram a possibilidade de uso de formas participiais irregulares de alguns verbos nesse contexto sintático, consideramos ainda **a hipótese de também os jovens falantes de português apresentarem atitudes favoráveis à variação**.

Assim, o conflito patente nas evidências linguísticas disponíveis (Paradis, 2004: 28), desde a variação presente no *input* à multiplicidade de escolhas legitimadas pelos manuais, poderá pois originar, **não uma tendência uniformizadora com a crescente escolarização dos sujeitos, mas, em vez disso, padrões de significativa variação ao longo do percurso escolar**. Na verdade, um eventual efeito de uniformização do uso participial decorrente da aprendizagem em contexto escolar não deverá fazer-se sentir. Embora as formas nominais do verbo, os tempos compostos e a voz passiva surjam como conteúdos de funcionamento da língua a lecionar, particularmente, nos 7º e 8º anos de escolaridade, a leção do participio passado duplo e dos seus usos *não* constitui conteúdo obrigatório na disciplina de Língua Portuguesa – o que explica,

também, de resto, que não sejam muitos os manuais escolares a contemplar o assunto.

Por conseguinte, considerando a elevada probabilidade de serem raros os momentos de ensino-aprendizagem diretamente aplicados ao participio passado duplo, colocamos a hipótese de **não haver um aumento generalizado de ocorrências da forma regular consoante analisamos os segmentos dos anos de escolaridade mais elevados** – o que revelaria a progressiva aplicação da regra de distribuição sintática geral. Por outro lado, é possível que a percepção que os falantes/ escreventes de Língua Portuguesa têm deste fenómeno de variação origine frequentes registos de hesitação por parte dos indivíduos da amostra analisada.

As atitudes linguísticas poderão fornecer dados adicionais relevantes para a análise do fenómeno de variação participial. Neste caso, referimo-nos, concretamente, às **atitudes reveladas por professores de Língua Portuguesa**, que podem repercutir-se nos usos e nas atitudes dos jovens falantes. Face à não coincidência dos verbos marcados pela dupla morfologia nos instrumentos de normalização e à admissão, nesses mesmos instrumentos, de situações de variação das formas concorrentes no mesmo contexto sintático, colocamos a hipótese de **os usos dos professores serem plurais e de as suas atitudes serem até favoráveis à variação**<sup>247</sup>.

No que concerne ao **grupo de verbos que apresenta usos participiais variantes**, pretendemos igualmente testar algumas hipóteses. A primeira diz respeito à influência que a frequência lexical dos verbos deverá ter nos padrões de variação a observar. Sabendo que vários são os estudos que evidenciam uma conexão entre a frequência lexical e o **uso de formas irregulares** (Laurent, 1999: 360-366; Paradis, 2004: 29; Pinker, 1995: 121<sup>248</sup>), consideramos a hipótese de os **verbos abundantes em**

---

<sup>247</sup> Relativamente ao *input* fornecido pelos professores de Língua Portuguesa, também ele deverá conter variação, se bem que seja provável que atinja valores mais baixos, já que o conhecimento da regra geral atribuída à variedade normativa e a sua obrigação de uso dessa variedade refletir-se-ão, certamente, na ativação do mecanismo de auto-monitorização. Ainda assim, como falantes quotidianos da Língua Portuguesa, e também tendo consciência do fenómeno de variação que atinge o participio passado duplo e que surge registado nas gramáticas e outros textos prescritivos, consideramos expectável que o discurso dos professores também contemple *alguma* variação.

<sup>248</sup> Pinker (1995: 121) refere que os verbos irregulares que não são objeto de sobregeneralização pelas crianças aquando da aquisição linguística são precisamente os verbos de frequência mais alta.

Vide também, novamente, a nossa nota 64 (1.2).

**que a forma irregular do participio surge nos tempos compostos da voz ativa em maior percentagem do que a forma regular respetiva corresponderem a verbos com maior frequência de ocorrência no PEC.** Admitimo-lo com base na assunção de que «o maior ou menor grau de aproximação à língua alvo depende especificamente da robustez com que os indícios surgem no *input* linguístico inicial» (Loureiro, 2008: 32)<sup>249</sup>. Por conseguinte, como dissemos, havendo no *input* da criança um uso mais frequente da forma participial irregular do que da regular, ela tenderá, com o tempo, a preferir essa forma mais frequente. A ser assim, é possível que o uso da forma participial irregular seja maior em verbos de alta frequência, já que estes permitem que a quantidade de *input* no contexto em causa seja significativa. Assim, é de esperar que, num grupo de verbos alvo de variação numa dada sincronia, vingue a forma irregular daqueles que registam maior frequência (cf. *abrir, escrever, fazer*). Aliás, a própria frequência dos verbos não abundantes cujo participio é irregular pode afetar o reconhecimento de uma “regra” de distribuição sintática das formas participiais dos verbos abundantes, na medida em que, para os não abundantes, há apenas *uma* forma disponível para *todos* os contextos. Apesar de serem em número reduzido, a verdade é que os verbos não abundantes cujo participio é irregular são, igualmente, verbos de frequência lexical elevada.

Outro dado potencialmente relevante para o nosso estudo prende-se com o facto de, como Pinker (1995: 129) afirma, ser mais fácil para as crianças memorizarem os **verbos irregulares quando eles são semelhantes a outros verbos, também irregulares**. Este tipo de semelhança aplica-se, por exemplo, ao conjunto das três formas participiais *entregue, empregue e encarregue*, registadas nos *subcorpora* de RL analisados. É, portanto, possível que, havendo um destes verbos a registar variação nos tempos compostos, a tendência para usar a forma participial irregular se estenda, por analogia, aos dois restantes. Esta será outra hipótese a testar, **verificando se os resultados relativos aos três verbos são ou não semelhantes**.

Ainda a propósito da identificação dos verbos com usos participiais não coincidentes com os prescritos pela regra de distribuição sintática, colocamos uma terceira hipótese de esse conjunto ser maioritariamente constituído por **verbos da**

---

<sup>249</sup> Loureiro conclui dizendo que «nesta perspectiva, o sistema final de conhecimentos adquirido por uma criança “is entirely a by-product of the cues that the child finds” [Lightfoot 1999: 149]».

**primeira conjugação**, já que Barros (2002) salienta que o percurso diacrónico das formas participiais dos verbos desta conjugação é distinto do das restantes conjugações. É de notar que, também devido a esse trajeto histórico, as formas irregulares dos verbos da primeira conjugação, tanto as que são provenientes do Latim como as que foram criadas por analogia, *mantêm o radical de infinitivo* (cf. participio truncado – vide 1.1) – ex<sup>o</sup>: *aceite*, *entregue* e *ganho* – por oposição às formas irregulares dos verbos das outras duas conjugações – ex<sup>o</sup>: *dito*, *feito* e *preso*. Assim, nos verbos da primeira conjugação, para o falante comum, o carácter irregular das suas formas será menos saliente, facto este que *pode* ter consequências na aplicação da distribuição sintática das formas participiais duplas, no sentido do favorecimento da forma irregular.

É ainda de registar o caso dos **participios que permitem nominalização**, como, por exemplo, *os empregados*, *os encarregados*, mas também *os presos*, *os mortos*. Cremos que a existência de pares homónimos de formas participiais regulares e de nomes pode contribuir para uma maior preferência pela forma irregular no contexto verbal de tempos compostos, como, do mesmo modo, a presença de formas homónimas participiais irregulares e nominais poderá ser um fator que beneficia a forma participial regular desses verbos na construção verbal sob investigação.

Resumindo, relativamente ao **comportamento dos sujeitos** perante a existência de variação no *input*, prevemos que:

- (i) as crianças e os jovens em idade escolar reproduzam a variação participial registada em sujeitos adultos em tempos compostos da voz ativa;
- (ii) a distribuição da variação não seja uniforme ao longo do percurso escolar mas que se comece a registar já nos resultados da amostra dos alunos do 2<sup>o</sup> ano de escolaridade;
- (iii) não ocorra um aumento generalizado de ocorrências da forma regular com o crescente nível de escolarização dos sujeitos da amostra;
- (iv) os jovens falantes de português apresentem atitudes favoráveis à variação;

- (v) os professores de Língua Portuguesa apresentem usos participiais variantes e revelem atitudes de tolerância em relação à variação.

Quanto às **características dos verbos que apresentam usos participiais variantes** e que poderão propiciar padrões particulares de variação, postulamos a relevância especial das seguintes:

- (vi) frequência lexical;
- (vii) aspetos formais que poderão favorecer efeitos de analogia;
- (viii) conjugação verbal;
- (ix) existência de forma participial já nominalizada.

## 4.1.2 Inquérito

### 4.1.2.1 Seleção dos verbos a incluir no inquérito

Com base nos dados coligidos e analisados no capítulo 3, procedemos à organização de um inquérito aplicado a uma amostra de alunos dos 2º, 5º, 7º e 10º anos de escolaridade, com vista à verificação das hipóteses apresentadas no subcapítulo anterior.

As informações já recolhidas no capítulo 3 serviram de base à definição de quatro critérios de escolha dos itens a analisar neste estudo empírico. Em primeiro lugar, estabelecemos, a partir das ocorrências relevantes encontradas nos *corpora* RL, (i) uma **tipologia de verbos** já explicada em 3.4.5 – *vide* Tabela 8. A frequência das ocorrências de formas participiais é, sem dúvida, o critério mais relevante, tendo sido definido a partir de *corpora* efetivos do PEC. No entanto, tivemos também em atenção a experiência e o testemunho de outros linguistas, examinando para a nossa seleção

(ii) os casos referidos como problemáticos ou de exceção nos textos de teorização e descrição linguística<sup>250</sup> – a negrito na Tabela 8 –, assim como (iii) os casos referidos como problemáticos ou de exceção nos textos escolares – sublinhados na Tabela 8. Para além disso, considerámos igualmente (iv) registos de hesitação<sup>251</sup> num teste exploratório<sup>252</sup> realizado, em 2009, a 32 alunos do 1º ano do 1º ciclo (licenciatura) do ensino superior da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – em itálico na Tabela 8.

Relativamente à tipologia de verbos – *vide* Tabela 8 –, consideraremos nove categorias resultantes da análise do *corpus*. Recorde-se que, para esta categorização, tomámos em consideração tanto a percentagem de distribuição de formas participiais regulares e irregulares em tempos compostos registada no *corpus* para cada verbo, como também o facto de o número de ocorrências nesse contexto estar acima ou abaixo da média, sendo a média apurada a de seis ocorrências de formas participiais por verbo. Usando este ponto de referência na criação de categorias de análise dos resultados, distinguimos os verbos para os quais os dados são mais numerosos e consistentes daqueles em que o baixo número de ocorrências nos conduz à necessidade de confirmar os respetivos usos.

---

<sup>250</sup> De seguida identificamos os verbos referidos nos textos de Linguística como *problemáticos*, na medida em que a respetiva forma participial irregular surge em tempos compostos. Piel (1988 [1ª ed.: 1944]: 238) identifica *imprimir; enxugar; extinguir*. Paul Teyssier (1989) refere *aceitar, eleger, entregar, frigir, ganhar, gastar, imprimir, matar, pagar, salvar, soltar*. Barros (2002: 63) acrescenta *limpar e pagar*. Villalva e Almeida (2005: 294) albergam neste grupo os verbos que «tendem a perder a forma fraca»: «*abrido, aceitado, cobrido, encobrido, entregado, escrevido, ganhado, gastado, limpadado, pagado, salvado*» e também, em menor percentagem, «*elegido, expulsado, fritado, soltado, extinguido*». Por seu lado, Mória refere os verbos *entregar, salvar e matar* como seguindo «tendências contrárias às generalizações das gramáticas» (2005: 117), na medida em que as suas formas irregulares surgem, em percentagens bastante elevadas (94%, 92% e 89%), com o verbo *ter* auxiliar dos tempos compostos (Mória, 2005: 118). Ficamos assim com um total de vinte verbos: *abrir, aceitar, cobrir, eleger, encobrir, entregar, enxugar, escrever, expulsar, extinguir, frigir, fritar, ganhar, gastar, imprimir, limpar, matar, pagar, salvar e soltar*. Destes, apenas *encobrir, frigir e fritar* não fazem parte da lista de verbos abundantes por nós analisados no capítulo anterior.

<sup>251</sup> Na análise deste teste exploratório, consideraram-se *hesitações* tanto autocorreções do informante quanto a variação registada nas respostas dum mesmo indivíduo, entre questões.

<sup>252</sup> Tratando-se de um teste exploratório, serviu para verificar se a formulação das questões e a estrutura do inquérito eram as adequadas e se haveria ambiguidade nas frases usadas como itens, sobretudo as do primeiro grupo, que, como veremos em 4.1.2.2, solicitavam preenchimento de espaços e permitiam uma maior liberdade de resposta.



<b>Categorias</b>	<b>Verbos (nº de ocorrências de formas participiais em tempos compostos – 4 subcorpóra de RL analisados)</b>			<b>Verbos selecionados</b>
<b>CATEGORIA 1</b> Verbos com 100% de formas participiais regulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )	Afectar (11) Concluir (24) Defender (15) Dirigir (13)	Envolver (6) Fixar (17) Manifestar (25)	Morrer (34) Nascer (51) Surgir (48)	
<b>CATEGORIA 2</b> Verbos com 100% de formas participiais regulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )	Absorver (1) Acender (1) Afligir (1) Agradecer (1) Atender (2) Cativar (2) Completar (4) Confundir (1) Convencer (3) Corrigir (1) Cultivar (2) Dissolver (3)	Distinguir (4) Emergir (1) <u>Encarregar</u> (1) Expressar (2) <b>Extinguir</b> (3) Findar (3) Incluir (2) Incorrer (5) Infectar (2) Inverter (2) <u>Juntar</u> (5) <u>Libertar</u> (3)	Ocultar (4) Perverter (1) Pretender (5) <i>Romper</i> (3) Situat (3) <b>Soltar</b> (1) Submeter (2) Surpreender (4) Suspeitar (2) Suspender (2) Torcer (1)	Encarregar Extinguir Juntar Libertar Romper Soltar
<b>CATEGORIA 3</b> Verbos com 67-80% de formas participiais regulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )		<u>Empregar</u> (1 Irreg/2 Reg) Sujeitar (1 Irreg/4 Reg)		Empregar Sujeitar
<b>CATEGORIA 4</b> Verbos com 50% de formas participiais regulares e irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )		Prender (2 Irreg/2 Reg)		Prender
<b>CATEGORIA 5</b> Verbos com 100% de formas participiais irregulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )		<u>Abrir</u> (18) <u>Escrever</u> (24) <u>Ganhar</u> (68) <u>Gastar</u> (7) <u>Paqar</u> (14)		Ganhar Gastar Pagar
<b>CATEGORIA 6</b> Verbos com 100% de formas participiais irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )		<u>Cobrir</u> (1) <u>Eleger</u> (5) Imprimir (2) <u>Salvar</u> (3)		Cobrir Eleger Imprimir Salvar
<b>CATEGORIA 7</b> Verbos com 80-91% de formas participiais irregulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )		<u>Aceitar</u> (22 Irreg/5 Reg) <u>Entregar</u> (10 Irreg/1 Reg) <u>Matar</u> (15 Irreg/3 Reg)		Aceitar Entregar Matar
<b>CATEGORIA 8</b> Verbos com 60-70% de formas participiais irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )		<u>Expulsar</u> (2 Irreg/1 Reg)		Expulsar
<b>CATEGORIA 9</b> Verbos tidos como abundantes nos textos normalizadores, sem ocorrências participiais em tempos compostos no <i>corpus</i>	Abstrair Afeiçãoar Assentar Benzer Cegar Corromper Descalçar Dispersar <b>Enxugar</b> Erigir Escurecer	Expelir Exprimir Fartar Frigir Imergir Inquietar Inserir Isentar <u>Limpar</u> Murchar	Omitir Oprimir Repelir Restringir Revolver Secar Segurar Submergir Tingir Vagar	Enxugar Limpar

**Tabela 8: Distribuição dos verbos selecionados pela tipologia de verbos criada a partir dos dados recolhidos em quatro subcorpóra de RL (CRPC)**

Quanto aos verbos da categoria **1**, que registaram 100% de formas participiais *regulares* (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos verbais compostos no *corpus*), considerámos que seria possível prescindir deles no nosso inquérito, já que apresentam resultados inequívocos. Poderíamos integrar algum deles no nosso questionário caso tivessem sido referidos como verbos “problemáticos” nos textos de teorização e descrição linguística ou nos textos escolares ou, ainda, se sobre eles tivéssemos dados relevantes, nomeadamente registos de hesitação entre formas participiais no estudo exploratório feito com alunos do 1º ano do ensino superior; no entanto, não foi esse o caso. Estes verbos poderiam também vir a ser usados como eventuais distratores, mas, como veremos, havendo verbos suficientes para testar, a sua inclusão iria sobrecarregar o questionário.

Apresentando 100% de formas *regulares*, mas menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no *corpus*, os verbos da categoria **2** são em grande número (35) e considerámos conveniente selecionar alguns para testagem. ***Extinguir*** e ***soltar*** foram escolhidos por serem referidos como “problemáticos” nos estudos linguísticos consultados. ***Romper*** também foi selecionado porque dispomos de registos de hesitação no uso das suas formas participiais no teste exploratório. Já aos verbos ***encarregar***, ***juntar*** e ***libertar*** são apontados usos de exceção à regra da distribuição sintática dos respetivos participios em textos escolares, pelo que também poderiam apresentar resultados relevantes para a nossa pesquisa.

Relativamente aos verbos da categoria **6**, com 100% de formas *irregulares*, mas menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no *corpus*, estes são apenas 4. Não só esses quatro (***cobrir***, ***eleger***, ***imprimir***<sup>253</sup> e ***salvar***) são referidos como sendo “problemáticos” nos estudos linguísticos, como também ***cobrir***, ***eleger*** e ***salvar*** o são em alguns textos escolares. ***Eleger*** foi ainda alvo de hesitações no ensaio feito com alunos universitários. Consequentemente, contemplámos os quatro verbos no nosso questionário.

---

<sup>253</sup> Como vimos em 3.1.2, o verbo *imprimir* tem duas aceções. Foi testada apenas aquela para a qual existe duplo particípio, isto é, usámos apenas frases em que *imprimir* signifique ‘estampar’, ‘gravar’. É para este caso que apresentaremos dados e conclusões. Quando significa ‘produzir movimento’, ‘infundir’, o verbo *imprimir* tem apenas a forma participial regular (Cunha e Cintra, 1995: 442), pelo que não foi testado com esse sentido.

Todos os verbos que não apresentaram 100% de ocorrências em tempos compostos de participípios regulares ou irregulares foram testados: **empregar**<sup>254</sup>, **sujeitar** (categoria 3), **prender** (categoria 4), **aceitar**, **entregar**, **matar** (categoria 7), **expulsar** (categoria 8).

Quanto à categoria 5, as formas participiais irregulares de *abrir*, *escrever*, **ganhar**, **gastar** e **pagar** apresentam valores acima da média, constituindo 100% das ocorrências. Havendo textos escolares que apresentam usos variantes (*vide* subcapítulo 3.2.3), para os três últimos verbos referidos, seriam, portanto, verbos potencialmente relevantes para a nossa investigação. No entanto, excluímos *abrir* e *escrever*, uma vez que se distinguem em vários aspectos dos restantes verbos. Em primeiro lugar, como vimos em 2.3, apesar de *abrir* e *escrever* serem apontados como exceções à regra de distribuição sintática da dupla forma participial, a verdade é que não surgem em nenhum dos textos escolares analisados como verbos abundantes<sup>255</sup>. Por outro lado, as formas *irregulares* de *escrever* e *abrir* são identificadas em algumas das obras analisadas (por exemplo, A e Ge) como as suas *únicas* formas participiais, o que explicaria o seu uso em tempos compostos da voz ativa. Para além disso, analisados quatro *subcorpora* de RL, como vimos, não só não registámos qualquer ocorrência das formas regulares, como o número de formas irregulares em tempos compostos se revelou bastante alto – superior à média –, pelo que não integraremos nenhum destes dois verbos no nosso questionário.

Da categoria 9, atendendo a que não se registam formas participiais no contexto sintático escolhido no *corpus*, considerou-se que se deveriam testar apenas os verbos que têm sido referidos como sendo “problemáticos” nos textos de teorização e descrição linguística (**enxugar** e **limpar**). Aliás, *limpar* é ainda um dos

---

<sup>254</sup> Recorde-se que, como vimos em 3.2.3, apenas M7 considerava *empregar* um verbo abundante. Todavia, segundo uma das gramáticas analisadas (Gd), apesar de *empregar* ter apenas uma forma regular, regista-se o *uso* da forma irregular – que é avaliada negativamente em Gd –, potencialmente também em contexto de tempos compostos, facto que, por si só, justifica a sua introdução no nosso questionário. Mais ainda, também Cunha e Cintra (1995: 442) registam, de modo neutro, a existência da forma *empregue* na Língua Portuguesa. Para além disso, como se pode ver na Tabela 8, a categoria 3 a que pertence é também uma das que revela grande interesse para o nosso estudo.

<sup>255</sup> Já os verbos *ganhar*, *gastar* e *pagar*, incluídos na mesma categoria, foram alguns dos verbos mais elencados nos textos escolares como abundantes, com 9, 10 e 8 menções, respetivamente.

verbos objeto de hesitação no teste exploratório e é-lhe reconhecido um uso variante pelos autores de textos escolares.

Seleccionámos, portanto, um total de **22** verbos, número este que consideramos significativo, tendo em conta que pretendíamos realizar um inquérito em contexto de sala de aula nos anos de escolaridade já referidos. Foram incluídos, pois, no nosso estudo empírico com crianças em idade escolar, os seguintes verbos: ***aceitar, cobrir, eleger, empregar, encarregar, entregar, enxugar, expulsar, extinguir, ganhar, gastar, imprimir, juntar, libertar, limpar, matar, pagar, prender, romper, salvar, soltar e sujeitar.***

#### 4.1.2.2 Estrutura do inquérito

As três questões (A, B e C) em que se divide o inquérito – *vide* Anexos 8a e 8b<sup>256</sup> – correspondem, na verdade, a duas tarefas distintas: produção altamente condicionada (A e B) e juízos de aceitabilidade (C).

Apesar de o único contexto em estudo ser o de **tempos compostos** da voz ativa, no primeiro grupo (A), em cada frase, há dois espaços para completamento, um com tempos simples do passado e outro com o Pretérito mais-que-perfeito composto do Indicativo. Pretendemos, desta forma, criar um mecanismo distrator de modo a não focalizar a atenção dos inquiridos no objeto de estudo – *vide* exemplo A1 abaixo transcrito. No Grupo B, esse fator distrator desaparece e são restringidas as possibilidades de resposta, havendo apenas espaço para completar cada frase com uma das formas do participio passado, já inserido num dos tempos compostos existentes – *vide* exemplo B1 abaixo transcrito. Resolvemos contemplar dois exercícios de produção condicionada pelas seguintes razões: não deveríamos integrar apenas o exercício A, já que há sempre a possibilidade de os alunos completarem o espaço em branco com um tempo simples, não seguindo o exemplo dado. Por outro lado, em B

---

<sup>256</sup> Um pouco mais à frente, será explicada a razão da existência de duas versões do inquérito.

não é possível que os indivíduos escolham uma forma não participial, o que assegura a obtenção de, pelo menos, um momento de produção. Contudo também considerámos que seria relevante não desvendar de imediato o objeto de estudo ao aluno. Com estas duas questões, poderíamos ainda verificar precisamente se a ausência do fator distrator faria alterar os resultados na sua globalidade<sup>257</sup>.

A1. Quando nós \_\_\_\_\_ (entrar) na sala, a professora já \_\_\_\_\_ (entregar) os testes.

B1. Em 1990, o povo já tinha \_\_\_\_\_ (eleger) este Presidente há dois anos.

Estes são, portanto, dois conjuntos de tarefas de produção condicionada aos quais se acrescentou o Grupo C, com exercícios em que surgem duas frases em cada alínea, devendo o aluno escolher aquela que considera mais aceitável. Neste caso eram dadas as duas formas possíveis de participio passado, uma em cada frase do par, e os alunos tiveram que produzir juízos de aceitabilidade sobre elas. Tentámos ser simples na formulação da questão, não usando termos técnicos ou que pudessem ser entendidos como tal.

**C. Escolhe**, em cada par de frases, a que te soa melhor, **colocando** uma **crux** no quadrado respectivo.

1) Quando nós chegámos, ele já tinha **aceitado** as guloseimas.

Quando nós chegámos, ele já tinha **aceite** as guloseimas.

Utilizou-se a expressão «soar melhor»<sup>258</sup> também com o intuito de originar um tipo de juízo mais próximo da avaliação da *aceitabilidade* do que da *gramaticalidade*, uma vez que pretendíamos, em C, aceder aos usos que os informantes poderão ter em contextos menos formais.

<sup>257</sup> Dado que a maior parte dos verbos não surge repetida nos exercícios A e B, esta comparação só pode ser feita na globalidade e não verbo a verbo. Como veremos, isso pode acontecer apenas nos verbos das categorias 3, 4, 7 e 8 da tipologia criada com base nos resultados da análise de ocorrências no RL.

<sup>258</sup> Vide 2.4, nota 169. Recorde-se que Krashen (2009 [edição de internet para a 1ª edição de 1982]: 10) usa os termos «Grammatical sentences “**sound**” right, or “**feel**” right» (negrito nosso), em que nos inspirámos para obter, no grupo C de questões, o efeito de avaliação da aceitabilidade ou não aceitabilidade das variantes participiais duplas.

Categorias	DISTRIBUIÇÃO DOS VERBOS CONTEMPLADOS NO INQUÉRITO PELAS TAREFAS	Verbos selecionados para os questionários	Número da pergunta no inquérito		
			A	B	C
<b>CATEGORIA 1</b>					
Verbos com 100% de formas participiais regulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
<b>CATEGORIA 2</b>					
Verbos com 100% de formas participiais regulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Encarregar	6		19	
	Extinguir		14	16	
	Juntar	11		22	
	Libertar	12		23	
	Romper	7		6	
	Soltar		12	15	
<b>CATEGORIA 3</b>					
Verbos com 67-80% de formas participiais regulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Empregar	4	10	2; 26	
	Sujeitar	3	15	11; 29	
<b>CATEGORIA 4</b>					
Verbos com 50% de formas participiais regulares e irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Prender	5	4	9; 20	
<b>CATEGORIA 5</b>					
Verbos com 100% de formas participiais irregulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Ganhar		8	12	
	Gastar		5	10	
	Pagar		3	3	
<b>CATEGORIA 6</b>					
Verbos com 100% de formas participiais irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Cobrir	14		17	
	Eleger		1	13	
	Imprimir	2		18	
	Salvar		11	8	
<b>CATEGORIA 7</b>					
Verbos com 80-91% de formas participiais irregulares (6 ou mais ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Aceitar	13	2	1; 24	
	Entregar	1	13	5; 25	
	Matar	10	7	14; 28	
<b>CATEGORIA 8</b>					
Verbos com 60-70% de formas participiais irregulares (menos de 6 ocorrências de formas participiais em tempos compostos no <i>corpus</i> )					
	Expulsar	8	6	21; 27	
<b>CATEGORIA 9</b>					
Verbos tidos como abundantes nos textos normalizadores, sem ocorrências participiais em tempos compostos no <i>corpus</i>					
	Enxugar	9		7	
	Limpar		9	4	

Tabela 9: Distribuição dos verbos contemplados no inquérito pelas várias tarefas.

Considerámos relevante não só testar cada um dos verbos no quadro dessas duas tarefas distintas (produção altamente condicionada e juízos de aceitabilidade), como também permitir que alguns verbos fossem usados mais do que uma vez no âmbito da mesma tarefa para observar previsíveis variações e hesitações – *vide* Tabela 9. Mais uma vez, o critério de escolha destes verbos a surgir duas vezes em cada tipo de tarefa foi ditado pelos resultados da análise dos *corpora* de RL: foram selecionados aqueles que revelaram mais dispersão nos usos das formas participiais, isto é, os pertencentes às categorias 4 e 8 e, também, 3 e 7 da tipologia apresentada nas Tabelas

7 e 8. Avaliaremos assim o grau de segurança/ insegurança dos alunos de diferentes graus de escolaridade em relação a cada um dos verbos e poderemos conferir a consistência de algumas das nossas hipóteses.

De modo a controlar possíveis efeitos de concepção do instrumento de recolha de dados, em C), colocámos os dois participios de cada verbo por ordens distintas em duas versões do inquérito – *vide* Anexos 8a e 8b. Fizemos, pois, cerca de metade dos inquéritos com a ordem <forma *regular* □ /forma *irregular* □> e a outra metade com a ordem inversa, isto é, <forma *irregular* □/ forma *regular* □>.

Relativamente aos tempos verbais compostos, ainda que tenhamos recorrido no nosso inquérito ao Infinitivo composto (Ex.º: C. 21) e ao Futuro do Indicativo composto (Ex.º: C. 9), compusemos, maioritariamente, frases com o Pretérito perfeito do Indicativo composto e o Pretérito mais-que-perfeito do Indicativo composto<sup>259</sup>.

C. 21) O árbitro diz ter **expulso/ expulsado** um jogador após o final do jogo.

C. 9) Quando ele voltar, a polícia já terá **preso/ prendido** o assaltante.

Também contemplámos formas compostas do **conjuntivo** (Ex.º: C. 10), embora em menor quantidade; sendo tão diversificada a nossa amostra no que diz respeito à variável etária, houve a necessidade de criar um inquérito com suficiente flexibilidade que permitisse a sua execução, tanto por alunos do 10.º ano, quanto por alunos do 2º ano de escolaridade, evitando, assim, o uso excessivo de tempos verbais dificilmente dominados por crianças muito novas.

C. 10) Quem tiver **gasto/ gastado** menos dinheiro da sua mesada, recebe um bónus.

Efetivamente, tendo em conta que o inquérito se destinava a indivíduos de idades e de capacidades de leitura e de escrita bastante diversificadas, foi necessário utilizar estruturas simples, não ambíguas, com formas comuns e vocabulário do quotidiano, sobretudo com o intuito de permitir a utilização de apenas um

---

<sup>259</sup> Embora o modo verbal mais frequente tenha sido o Infinitivo, o Pretérito mais-que-perfeito do Indicativo composto e o Pretérito perfeito do Indicativo composto foram também dois dos tempos verbais mais registados nos *subcorpora* de RL que analisámos. Assim, uma vez que a prevalência do Infinitivo se deve sobretudo ao *subcorpus* jornalístico, optámos por favorecer os dois tempos do Indicativo referidos, por, em princípio, permitirem (mais) facilmente a construção de frases próximas do *input* a que os alunos estão expostos.

instrumento de inquirição para os diversos anos de escolaridade, garantindo assim uniformidade na análise dos resultados.

#### 4.1.2.3 Protocolo

Antes de se iniciar o processo de recolha dos dados, procedeu-se à exigida obtenção das autorizações dos vários intervenientes do meio escolar. Assim, após receção favorável do pedido de autorização dos instrumentos de inquirição em meio escolar à Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC)<sup>260</sup>, solicitou-se autorização a treze escolas ou agrupamentos de escolas da zona de Coimbra, tendo obtido apenas cinco respostas afirmativas (Agrupamento de Escolas Martim de Freitas; Agrupamento de Escolas Inês de Castro; Escola Secundário Infanta D. Maria; Escola Secundária Jaime Cortesão; Escola Secundária D. Duarte)<sup>261</sup>. Então, foi combinado um encontro com os professores em cujas aulas os alunos responderiam ao inquérito e foi-lhes entregue um documento em que se solicitava autorização expressa dos pais/ encarregados de educação para a participação no estudo. Nalguns casos, os professores escolhidos pelos Presidentes dos vários Conselhos Executivos/ Diretivos para esta tarefa foram os Diretores de Turma, noutros casos foram os professores de Língua Portuguesa, e, noutros ainda, tratava-se do professor menos sobrecarregado com trabalho.

Obtidas as devidas autorizações, foi, então, marcada a hora para a realização do inquérito que decorreu com a presença da inquiridora, exceto numa das escolas<sup>262</sup>.

---

<sup>260</sup> Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME) <http://mime.gepe.min-edu.pt/Default.aspx>.

<sup>261</sup> Ao todo, a recolha de dados foi feita em sete escolas, já que duas das autorizações foram concedidas por agrupamentos constituídos por várias escolas. Assim, para além da Escola Secundária Infanta D. Maria, da Escola Secundária Jaime Cortesão e da Escola Secundária D. Duarte, recolhemos dados em duas escolas do Agrupamento de Escolas Martim de Freitas – Escola Básica de 2º e 3º ciclos Martim de Freitas e Escola Básica dos Olivais –, e em duas do Agrupamento de Escolas Inês de Castro – Escola Básica de 2º e 3º ciclos Inês de Castro e Escola Básica de Almas de Freire.

<sup>262</sup> Na Escola Secundária D. Duarte, não foi permitido que a inquiridora estivesse presente no momento de realização do inquérito. Assim, tendo havido condições diferentes para a recolha desses dados, fez-se, posteriormente, um teste de confrontação das respostas dos alunos das turmas de 10º ano das



Sempre que os alunos pediram ajuda – o que foi mais frequente no caso dos alunos do 2º ano de escolaridade – a inquiridora limitou-se a ler a questão e os exemplos fornecidos no próprio inquérito.

#### 4.1.2.4 Amostra: critérios de seleção dos sujeitos e sua caracterização

Foram pesquisados os usos de 307 alunos que frequentaram, no ano letivo de 2009/ 2010, os 2º, 5º, 7º e 10º<sup>s</sup> anos de escolaridade de sete escolas de Coimbra. Selecionaram-se os quatro anos de escolaridade referidos com o intuito de descrever os usos dos alunos ao *início* de cada ciclo de ensino. No entanto, no caso do 1º ciclo, houve a necessidade de investigar os alunos do 2º ano e não do 1º, devido à intenção de manter o registo *escrito* e de usar um só instrumento de inquirição.

Investigámos o início de cada ciclo de ensino no sentido de verificar qual a influência dos conteúdos curriculares previstos em cada etapa da escolaridade sobre a produção e os juízos de aceitabilidade dos jovens falantes/ escreventes de Língua Portuguesa. Lidamos assim com a questão da crescente *percepção da variedade normativa* por parte dos alunos (Santos e Martins, 2002), à medida que o contacto com a escola vai permitindo a convivência (i) com a vertente prestigiada da língua materna, (ii) com a metalinguagem que lhes permite ampliar o conhecimento sobre a língua e (iii) com a atitude prescritiva inerente à escola. No caso do 1º ciclo, ainda não terá havido nenhum momento de aprendizagem explícita, pelo que poderemos verificar qual o ponto de partida em relação ao conhecimento das duas variantes participiais por parte das crianças mais novas da nossa amostra.

Relativamente à seleção das escolas e das turmas, pretendia-se descrever os usos do espaço urbano, pelo que todas as escolas em que realizámos o inquérito se localizam em Coimbra. Quanto ao nível sócio-cultural dos alunos que responderam ao questionário, estando nós limitados às autorizações dos vários agentes educativos, órgãos de gestão das escolas, professores e encarregados de educação, obtivemos

---

três escolas. Como veremos em 4.2.3.1, não houve discrepâncias entre os resultados, facto que confirmou a fiabilidade dos dados recolhidos.

uma amostra não controlada e aleatória que, no final, se pode considerar variada, já que, para além de o nível de escolaridade dos pais dos alunos das turmas inquiridas ser diversificado, também o perfil das escolas o é, havendo escolas da periferia de Coimbra, escolas do centro da cidade e escolas que, sendo do centro acolhem alunos provenientes de todas as zonas e níveis sócio-culturais. Assim, e uma vez que não podemos caracterizar individualmente os inquiridos, não consideraremos como variável o nível sócio-cultural dos informantes.

Realizámos o inquérito em 22 turmas de sete escolas, pertencentes a cinco agrupamentos. As escolas visitadas foram as seguintes: Escola Secundária Infanta D. Maria; Escola Secundária Jaime Cortesão; Escola Secundária D. Duarte; Escola Básica de 2º e 3º ciclos Inês de Castro; Escola Básica de 2º e 3º ciclos Martim de Freitas; Escola Básica de Almas de Freire e Escola Básica dos Olivais. A distribuição por turmas e por anos de escolaridade está patente na Tabela 10.

Ano escolaridade	Escola	Nº alunos por turma	Subtotal	Total	%
<b>2º ano</b>	E. Básica dos Olivais	17+19	36	54	<b>17,6%</b>
	E. Básica de Almas de Freire	18	18		
<b>5º ano</b>	E. Básica Martim de Freitas	16 + 10 + 15	41	86	<b>28,0%</b>
	E. Básica Inês de Castro	17 + 15 + 13	45		
<b>7º ano</b>	E. Secundária Infanta D. Maria	19 + 14	33	114	<b>37,1%</b>
	E. Básica Martim de Freitas	8 + 11 + 15	34		
	E. Básica Inês de Castro	10 + 22 + 15	47		
<b>10º ano</b>	E. Secundária Infanta D. Maria	12	12	53	<b>17,3%</b>
	E. Secundária Jaime Cortesão	11 + 6	17		
	E. Secundária D. Duarte	16 + 8	24		
				<b>307</b>	<b>100%</b>

Tabela 10: Distribuição dos inquiridos por escolas, turmas e anos de escolaridade

Contabilizando a percentagem de informantes de cada ano de escolaridade, registam-se 17.6% no 2º ano, 28% no 5º, 37.1% no 7º e 17.3% no 10º ano – vide Gráfico 7. Assim, para o 2º e 10º ano obtivemos respostas de pouco mais de 50 alunos, precisamente o número que estabelecemos como o mínimo para cada ano de escolaridade. Não tendo obtido facilmente as aprovações para a realização do inquérito nas primeiras escolas junto das quais se pediu autorização, houve depois necessidade de requerê-la num maior número de escolas. Todas as que, por fim, foram

consentindo participar no estudo passaram a constituir-se como centros de recrutamento de sujeitos para a amostra. Por esta razão, e sendo a variável ano de escolaridade a mais relevante para o nosso estudo, teremos o cuidado de tomar em linha de conta as percentagens internas a cada ano, e não apenas o valor de frequência das respostas obtidas. Sabemos que foram recolhidos mais inquéritos nos 7º e 5º anos de escolaridade, pelo que importa considerar o peso relativo destes dados nos resultados totais. De qualquer modo, o facto de ser no 2º ciclo que se inicia o estudo dos tempos compostos, no âmbito do módulo «Conhecimento explícito da língua» (Reis, 2009: 93, 94 e 130) – anteriormente designado «Funcionamento da língua» –, e de ser no 3º ciclo que esse conteúdo programático é desenvolvido certifica o especial interesse destes dados. Sendo assim, faremos a contabilização total do conjunto de dados com essa ressalva, e analisaremos os subtotais relativos a cada ano tendo em conta o valor percentual obtido *nesses segmentos da amostra*.

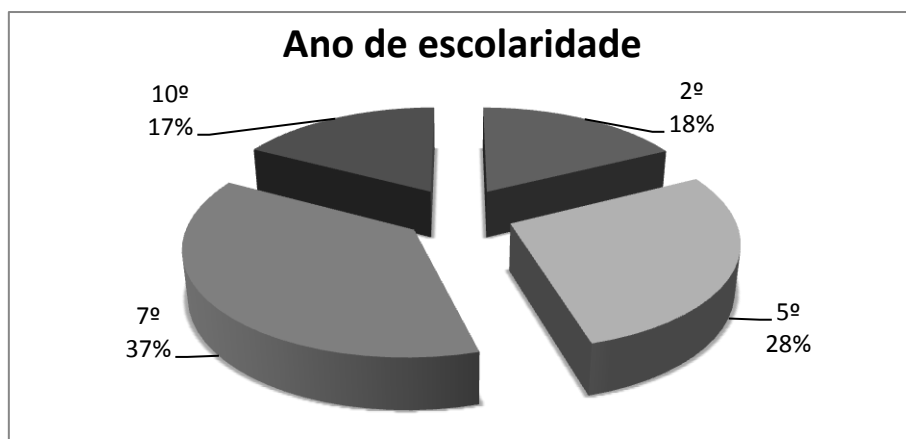


Gráfico 7: Ano de escolaridade dos informantes da amostra

Anos	Frequência	Porcentagem
7	36	11,7
8	17	5,5
9	2	,7
10	37	12,1
11	44	14,3
12	64	20,8
13	47	15,3
14	5	1,6
15	22	7,2
16	23	7,5
17	8	2,6
18	1	,3
19	1	,3
<b>Total</b>	<b>307</b>	<b>100,0</b>

Tabela 11: Idade dos informantes

Relacionada com o ano de escolaridade, a idade dos informantes da nossa amostra situa-se entre os 7 e os 19 anos. Como se pode verificar na Tabela 11 e no Gráfico 8, a faixa etária dos 10 aos 13 anos é a mais representada.

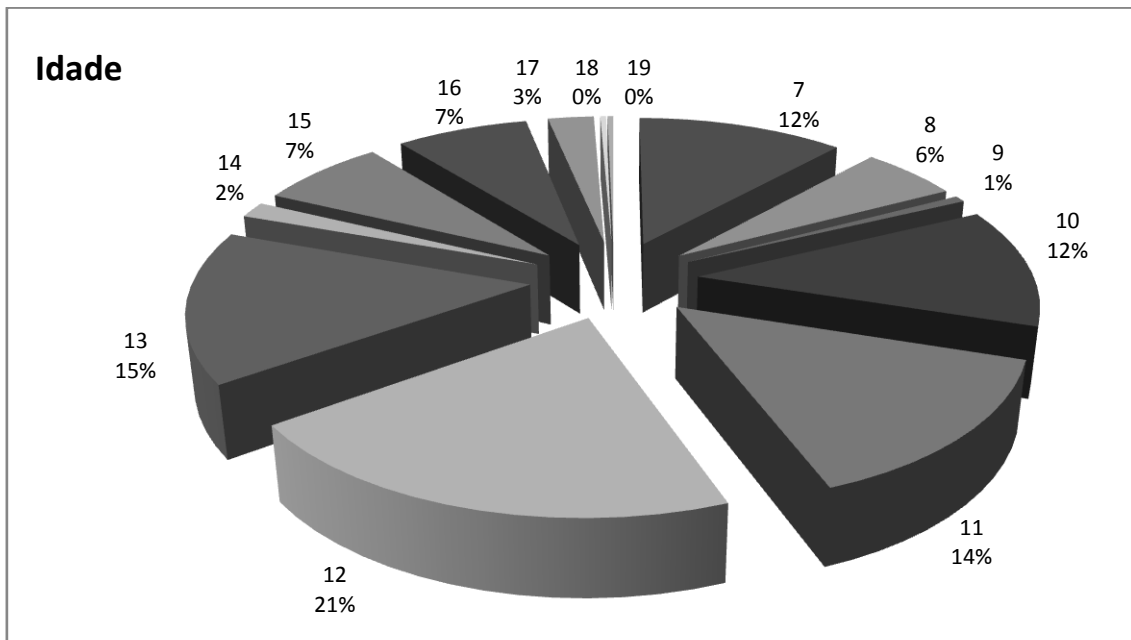


Gráfico 8: Idade dos informantes

A nossa amostra é constituída por 181 informantes do sexo feminino, o que perfaz 59%, e por 126 inquiridos do sexo masculino, o que equivale a 41% do total. É, portanto, uma amostra relativamente equilibrada no que concerne a este aspeto.

Sexo	Frequência	Percentagem
Feminino	181	59%
Masculino	126	41%
<b>Total</b>	<b>307</b>	<b>100%</b>

Tabela 12: Sexo dos informantes da amostra

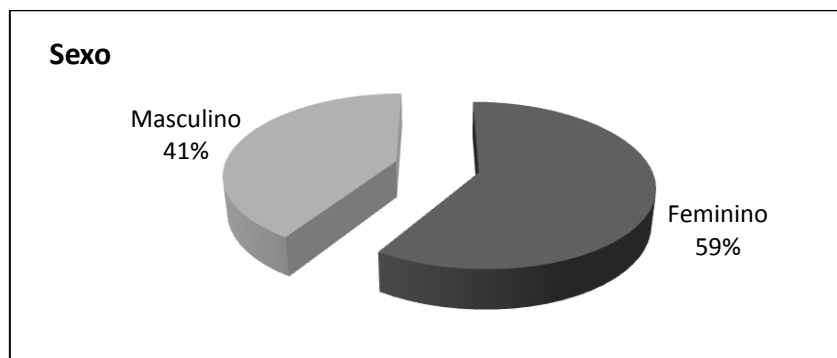


Gráfico 9: Sexo dos informantes da amostra

## 4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Descrito o protocolo de realização do inquérito e caracterizada a amostra, passaremos, de seguida, à descrição e à discussão dos resultados (4.2.1 a 4.2.4).

### 4.2.1 Protocolo da análise dos dados

Neste capítulo, relataremos a análise quantitativa e estatística dos dados recolhidos através do questionário previamente apresentado – Anexo 8. Para a análise dos dados foi usado o programa de estatística SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*<sup>263</sup>. Assim, verificaremos a frequência e a percentagem de formas participiais regulares e irregulares, por questão e por verbo testado, analisaremos a moda<sup>264</sup> em cada questão e realizaremos testes estatísticos não paramétricos para confrontar os dados relativos a cada ano de escolaridade dos inquiridos e também para comparar as respostas dadas em cada Grupo de questões (A, B e C) do inquérito.

Na maior parte das nossas análises consideraremos três tipos de resposta: (1) o uso da forma participial regular; (2) o uso da forma participial irregular; (3) ocorrências nulas (a categoria *missing*, nos termos do programa SPSS)<sup>265</sup>. Contudo, por vezes, poderá revelar-se importante examinar subcategorias em cada um destes três tipos. Nesses casos, teremos em conta nove subtipos de resposta:

---

<sup>263</sup> Trata-se de um *software* aplicativo do tipo científico, criado em 1968 pela empresa *Statistical Product and Service Solutions*. Para a nossa investigação, usaremos a versão 17 e a versão 19, que pertence à IBM – *International Business Machines*.

<sup>264</sup> Em estatística, a *moda* é o valor que obtém o maior número de ocorrências, ou seja, corresponde ao tipo de resposta mais frequente. Aliás, a *moda* não é necessariamente única, pelo que poderá haver várias no conjunto de respostas a uma questão. Por exemplo, havendo três tipos de resposta (x, y e z), perante um conjunto de respostas como {x, y, x, y, z, x, y}, sendo o número de informantes que escolhe responder x o mesmo que responde y, e sendo esse número de casos superior ao da outra resposta possível (z), haveria duas *modas*: x e y. No nosso estudo, uma vez que pesquisamos o uso de uma forma regular ou de uma forma irregular, poderia haver duas *modas*, mas os resultados relativos a cada possibilidade de resposta nunca foram coincidentes.

<sup>265</sup> Como explicitaremos de seguida, incluímos nesta categoria as *respostas inválidas* e as *não respostas*. Uma vez que o termo *nulo* pode significar, simultaneamente, ‘sem efeito’ e ‘sem existência’, escolhemo-lo para denominação desta categoria. À falta de melhor designação para as duas situações que pretendemos incluir nesta categoria, utilizaremos, pois, a expressão «ocorrências nulas».

- 1a: forma participial regular
- 1b: forma participial regular não atestada
- 1c: forma participial regular com hesitações no registo
- 2a: forma participial irregular
- 2b: forma participial irregular não atestada
- 2c: forma participial irregular com hesitações no registo
- 3a: respostas inválidas
- 3a': forma participial regular e forma participial irregular
- 3b: sem resposta

Estes nove subtipos de resposta serão comentados com mais pormenor em 4.2.4. Em primeiro lugar – *vide* 4.2.4.1 – daremos mais atenção à categoria de ocorrências nulas. Nesta categoria, incluímos tanto as *não respostas* (3b), quanto as respostas inválidas (3a e 3a'). Considerámos inválidos, por exemplo, casos em que os alunos: (i) não usaram a forma verbal composta, mas a simples, nas respostas às questões da parte A do inquérito; (ii) não usaram o verbo requerido; (iii) acionaram o mecanismo de concordância do participio com o objeto direto, gerando uma estrutura predicativa<sup>266</sup>. Houve ainda um número muito reduzido de respostas que foram consideradas inválidas pelo facto de o informante assinalar ambas as formas participiais (3a'). Com efeito, não podemos considerar válidas estas respostas, já que se solicitava a escolha de apenas uma das formas participiais. Aliás, nas questões do Grupo C, isso era explícito. Ainda assim, tomaremos esses números em consideração num momento da nossa análise – *vide* 4.2.4.1 –, uma vez que, para nós, essa informação é bastante relevante, na medida em que denota a equivalência funcional que o respondente considera existir entre as duas formas participiais. Essa é, pois, a razão para a discriminação dessa subcategoria.

Veremos, então, quais os verbos que geraram mais respostas inválidas ou mesmo a não resposta, mas também quais os anos de escolaridade em que essa insegurança<sup>267</sup> se verificou de forma mais clara.

---

<sup>266</sup> Veja-se, a título de exemplo, uma resposta a A7: *Quando ela reparou, já tinha rota a camisola.*

<sup>267</sup> A *insegurança linguística* pode depreender-se de diferentes comportamentos dos falantes: os elevados níveis de respostas nulas, sejam estas respostas inválidas ou não respostas, revelam uma tentativa de fuga ao uso dos itens linguísticos sob investigação; a hesitação na escolha de uma das

Relativamente às categorias (1b) e (2b), integrámos nelas formas pseudoparticipiais, isto é, formas que, apesar de não estarem atestadas em nenhum dos textos gramaticais previamente analisados, parecem ter sido inspiradas por mecanismos operantes na gramática do português, como por exemplo *elegedo* (por *elegido*), *mato* (por *morto*) ou *extingo* (por *extinto*). Faremos mesmo uma análise qualitativa das formas não atestadas integradas nas categorias 1b e 2b num subcapítulo à parte<sup>268</sup> – *vide* 4.2.4.2 –, identificando os verbos que mais geraram este tipo de respostas.

Contabilizámos ainda os casos em que o inquirido hesitou na escolha da forma participial (1c e 2c). Considerámos que houve hesitação sempre que, ainda que rasurada, é visível a resposta participial inversa à que o inquirido acabou por deixar redigida. Proceder-se-á, então, sempre que se considerar relevante, a uma análise quantitativa deste tipo de casos e identificar-se-ão os verbos mais afetados por registos de hesitação – *vide* 4.2.4.3.

Por agora, nos subcapítulos iniciais, faremos uma análise global das respostas incluídas na categoria 1, unindo 1a, 1b e 1c, com o intuito de contabilizar o total de formas participiais regulares em cada questão, e também da categoria 2 – juntando 2a, 2b e 2c –, para verificar a frequência de formas participiais irregulares – *vide* Tabela 13.

Posteriormente, faremos a análise dos resultados de alguns testes estatísticos<sup>269</sup> que nos permitirão verificar se há diferenças significativas entre os resultados apresentados em cada variável dependente e independente<sup>270</sup>. Assinale-se

---

variantes indicia igualmente a existência de dúvidas relativamente à forma solicitada; para além disso, podem interpretar-se como sintomas de insegurança linguística casos em que um mesmo indivíduo usa ou seleciona variantes diferentes em questões diversas.

<sup>268</sup> Todos os dados quantitativos estão disponíveis nos Anexos 9 a 15.

<sup>269</sup> Entre os testes estatísticos disponíveis no programa SPSS, utilizámos os testes não paramétricos, os mais recomendados pelos especialistas e especificamente destinados para o tratamento de dados de tipo qualitativo nominal, como os que recolhemos.

<sup>270</sup> A *variável dependente* é aquela que o investigador pretende avaliar, e depende da *variável independente*. Por seu lado, esta variável integra um conjunto de fatores ou condições experimentais que são controladas pelo investigador, por exemplo a idade, o ano de escolaridade e o sexo dos informantes. O investigador pode escolher/ limitar em número ou percentagem os seus informantes consoante estas variáveis independentes, no sentido de assegurar a representatividade dos seus dados. De modo diverso, as variáveis dependentes constituem as respostas dos inquiridos, pelo que não são controladas pelo investigador. Interessa ao investigador avaliar se (e de que modo) as variáveis independentes afetam o comportamento do inquirido, isto é, a sua resposta – no nosso caso, a escolha da forma participial.

ainda que, como se exige, os testes estatísticos não têm em conta a categoria de ocorrências nulas.

Uma das variáveis dependentes que interessará analisar é diz respeito ao grupo de questões, já que será relevante verificar se um mesmo verbo suscita respostas divergentes nas várias questões em que foi testado. Começaremos, em 4.2.2, por analisar separadamente cada grupo de questões. Posteriormente, confrontaremos e compararemos estatisticamente as respostas dadas nos grupos A, B e C, através do teste de McNemar – *vide* 4.2.2.1.

Para confrontar os dados relativos às variáveis independentes <sup>271</sup>, nomeadamente as ocorrências de formas participiais em função dos anos de escolaridade dos informantes – *vide* 4.2.3 – também usaremos um outro teste estatístico, neste caso o de Qui-Quadrado.

#### **4.2.2 Análise por grupo de questões A, B e C**

Começamos pela análise dos resultados obtidos nas três partes do inquérito, A, B e C – *vide* Anexo 9. Se compararmos o número de ocorrências das formas irregulares de cada verbo nos três grupos de questões, constatamos que há diferenças *significativas*, relativamente a quase todos os verbos em causa. Muitas vezes, estas discrepâncias verificaram-se não apenas entre os resultados das duas partes do inquérito que contêm questões de tipo diferente, mas também entre os dois grupos de questões de tipo semelhante (A e B). Recorde-se que as respostas às questões agrupadas nas partes A e B do inquérito requeriam a produção altamente condicionada de uma forma participial, ao passo que na parte C do inquérito se solicitavam juízos de aceitabilidade. Assim, seriam expectáveis resultados diferentes

---

<sup>271</sup> Para além da variável ano de escolaridade, também o sexo é uma variável independente, que desconsiderámos uma vez que não registámos diferenças relevantes entre as respostas dos indivíduos do sexo masculino e as dos do sexo feminino.



entre A e C ou entre B e C, mas poderíamos não os registar entre os dois grupos de questões, A e B, essencialmente idênticos, na medida em que ambos consistiam em tarefas de produção em que se requeria o uso do participio passado em tempos verbais compostos. No entanto, recorde-se que, como explicámos em 4.1.2.2, o grupo de questões correspondentes à parte A do inquérito continha um elemento distrator que consistia na presença de dois espaços em branco para o inquirido preencher, sendo que um deles deveria ser preenchido com uma forma do Pretérito Perfeito simples, desviando as atenções do nosso objeto de estudo. Recorde-se também que um dos nossos intuitos era precisamente verificar se a presença do elemento distrator e de maior liberdade de escolha das respostas possíveis originaria alguma alteração nos resultados, na globalidade dos verbos.

	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda	Soma de formas participiais irregulares
<b>A1 entregar</b>	220	87	regular	79
<b>A2 imprimir</b>	213	94	regular	24
<b>A3 sujeitar</b>	185	122	regular	41
<b>A4 empregar</b>	168	<b>139</b>	regular	71
<b>A5 prender</b>	214	93	regular	20
<b>A6 encarregar</b>	196	111	regular	59
<b>A7 romper</b>	210	97	regular	11
<b>A8 expulsar</b>	201	106	regular	76
<b>A9 enxugar</b>	196	111	regular	18
<b>A10 matar</b>	221	<b>86</b>	irregular	111
<b>A11 juntar</b>	198	109	regular	30
<b>A12 libertar</b>	216	91	regular	43
<b>A13 aceitar</b>	212	95	regular	86
<b>A14 cobrir</b>	219	88	irregular	121
<b>Total</b>	2869	1429	2 <sup>272</sup>	790
<b>Média</b>	<b>205</b>	<b>102</b>	---	<b>56</b>
Percentagem total de formas irregulares no Grupo A				28%

Tabela 13: Moda, número de ocorrências válidas, ocorrências nulas<sup>273</sup> e percentagem de formas participiais irregulares no grupo de questões da parte A.

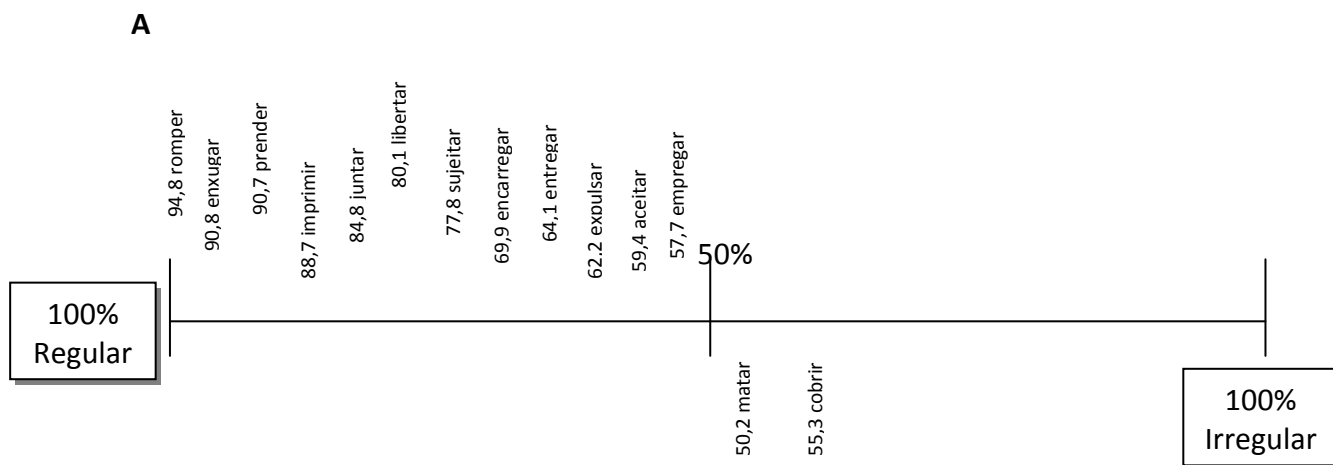
<sup>272</sup> Neste local da Tabela 13 – assim como nas Tabelas 14 e 15, referentes aos grupos B e C –, contabilizamos o número total de questões do grupo em causa em que se verificou que a forma irregular foi a preferida pelo conjunto de informantes.

<sup>273</sup> A negrito, encontram-se os valores mais altos e mais baixos de ocorrências nulas, neste grupo de questões. A percentagem de formas irregulares presente na tabela foi calculada a partir do total de ocorrências válidas para o grupo de questões A.

Iniciemos, então, a observação dos resultados obtidos através de cada grupo de questões, separadamente. Como podemos verificar numa análise global da Tabela 13, referente ao Grupo A, obtivemos uma média de cerca de 200 ocorrências válidas para cada verbo testado, porém a média de ocorrências nulas é muito alta, 102. Ou pelo facto de terem optado por não responder, ou por terem dado uma resposta inválida, os informantes revelaram alguma insegurança no uso da estrutura de Pretérito Mais-que-Perfeito composto e acabaram por não fornecer dados em quantidade tão elevada quanto nos outros dois grupos de questões. Ainda assim, obtivemos, no total, 2869 respostas válidas.

Se, agora, observarmos particularmente os dados referentes a cada verbo, apuramos que os mais afetados pela categoria que reúne casos inválidos e não respostas são os verbos *empregar* (139), *sujeitar* (122), *encarregar* (111), *enxugar* (111) e *juntar* (109). Inversamente, os menos atingidos foram *matar* (86), *entregar* (87), *cobrir* (88), *libertar* (91) e *prender* (93).

Quanto à *moda* – que, como já explicámos em nota, corresponde ao valor mais frequente –, apenas a dos verbos *cobrir* e *matar* foi a correspondente forma participial *irregular* (*coberto* e *morto*, respetivamente). Uma vez que a nossa hipótese central diz respeito ao uso de formas participiais irregulares de alguns verbos abundantes em tempos compostos da voz ativa, iniciemos, pois, a nossa análise da sua frequência de ocorrências no primeiro grupo de questões. A percentagem de formas irregulares no Grupo A, calculada a partir do total de ocorrências válidas para cada questão deste grupo, foi de apenas 28%.



**Diagrama 1:** Tendências e percentagens de formas participiais no grupo de questões da parte A.

Acrescentemos, neste momento, as percentagens de uso de cada forma participial, de modo a confirmar as tendências apuradas no Grupo A. No Diagrama 1, na parte superior esquerda, encontramos os verbos cuja forma participial regular obteve uma percentagem superior a 50% das respostas. Inversamente, averbámos mais de 50% de ocorrências das formas participiais irregulares dos verbos que surgem do lado direito, na parte inferior.

Dos catorze verbos contemplados nas questões do Grupo **A**, doze evidenciam, então, uma preferência dos informantes pelo uso da forma participial regular, atingindo, alguns deles, os valores mais elevados que encontraremos nas respostas ao conjunto dos três grupos de questões. É o caso de *romper*, *enxugar* e *prender*, cujas formas regulares atingem percentagens de uso que ultrapassam os 90%.

Também os participios regulares de *imprimir*, *juntar* e *libertar* registam valores elevados, entre os 80 e os 89%. Seguem-se os de *sujeitar*, com uma percentagem ainda alta, de 77.8%, e, depois, *encarregar*, *entregar* e *expulsar*, cujas ocorrências de formas participiais revelam uma variação considerável. Na verdade, estes valores de apenas cerca de 60% da forma participial regular já deixam perceber uma situação de clara variação linguística, isto é, uma concorrência evidente entre essa forma e a correspondente irregular, no mesmo contexto sintático. Situação ainda mais marcada de variação linguística é a dos quatro verbos que comentamos de seguida. Relativamente a *aceitar* e *empregar*, os informantes tendem ainda, maioritariamente, para o uso da forma regular, mas com percentagens pouco acima dos 50%. No que concerne aos verbos *matar* e *cobrir*, tendem para a forma irregular, mas também apenas com percentagens entre os 50% e 53%. Os usos das formas participiais dos quatro verbos estão, por isso, longe de uma definição clara.

Relativamente às questões do Grupo **B** – vide Tabela 14 – obtivemos uma média de cerca de 275 ocorrências válidas para cada verbo testado, tendo a média de ocorrências nulas descido drasticamente. Se compararmos este último resultado com o equivalente obtido nas respostas às questões do Grupo A, verificamos que os casos de ocorrências nulas passam de 102 para 32, pelo que o número de respostas válidas é substancialmente maior no Grupo B (4123). Quanto à média de formas irregulares por verbo, este valor duplicou: em A registámos 56, em B averbámos 115.

É de registar que o verbo *extinguir* foi, neste conjunto de questões, o que ocasionou maior número de ocorrências nulas (68), seguido por *prender* (59) e *aceitar* (53). Por outro lado, *gastar* (17), *matar* (19), *entregar* (20), *pagar* e *salvar* (21) foram os que menos suscitaram não respostas ou respostas inválidas. Verbos cuja forma predominante foi a participial irregular, registámos seis no Grupo B: *pagar*, *gastar*, *ganhar*, *limpar*, *salvar* e *entregar*. Ponderando o total de respostas válidas para o Grupo B, a percentagem de formas irregulares foi de 42%.

	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda	Soma de formas participiais irregulares
<b>B1 eleger</b>	276	31	regular	49
<b>B2 aceitar</b>	254	53	regular	102
<b>B3 pagar</b>	286	21	irregular	158
<b>B4 prender</b>	248	59	regular	18
<b>B5 gastar</b>	290	<b>17</b>	irregular	164
<b>B6 expulsar</b>	285	22	regular	98
<b>B7 matar</b>	288	19	regular	127
<b>B8 ganhar</b>	275	32	irregular	212
<b>B9 limpar</b>	284	23	irregular	143
<b>B10 empregar</b>	268	39	regular	101
<b>B11 salvar</b>	286	21	irregular	173
<b>B12 soltar</b>	284	23	regular	128
<b>B13 entregar</b>	287	20	irregular	148
<b>B14 extinguir</b>	239	<b>68</b>	regular	38
<b>B15 sujeitar</b>	273	34	regular	72
<b>Total</b>	4123	482	6	1731
<b>Média</b>	<b>275</b>	<b>32</b>	---	<b>115</b>

Percentagem total de formas irregulares no Grupo B      42%

Tabela 14: Moda, número de ocorrências válidas, ocorrências nulas e percentagem de formas participiais irregulares no grupo de questões da parte B.

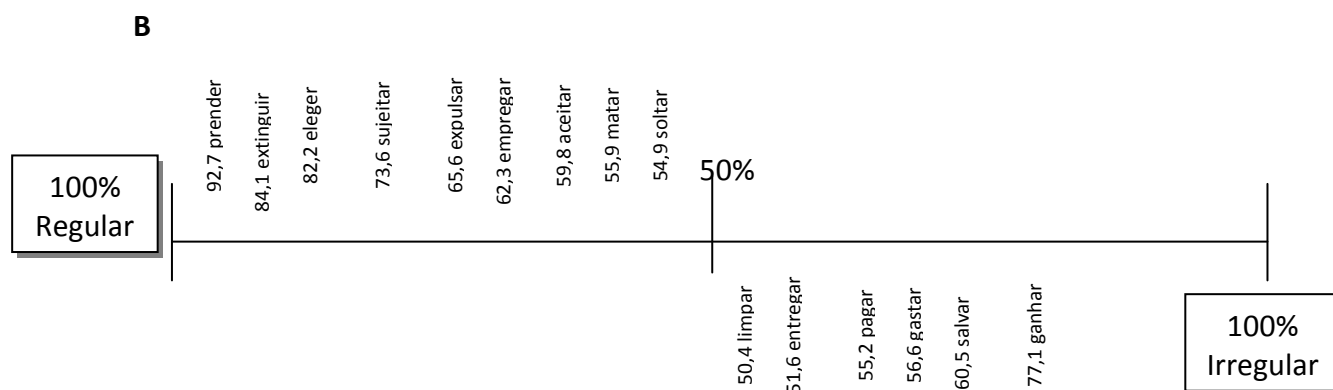
Recorde-se que, nas quinze perguntas do Grupo B, há oito verbos que não foram testados no Grupo A e sete que surgem repetidos em A e B (categorias 3, 4, 7 e 8 da tipologia descrita nos capítulos 3.4 e 4.1). Quanto a estes últimos, comparando precisamente os dados obtidos em A com os obtidos em B, registámos duas situações distintas:

- (i) verbos para os quais se regista propensão para o uso da forma participial *regular* e cujos resultados são *semelhantes* nos dois tipos de questões (apresentando uma variação até cinco pontos percentuais): *prender* (A:

90.7%; B: 92.7%), *sujeitar* (A: 77.8%; B: 73.6%), *expulsar* (A: 62.2%; B: 65.6%), *empregar* (A: 57.7%; B: 62.3%), *aceitar* (A: 59.4%; B: 59.8%);

- (ii) verbos que apresentam tendências um pouco diferentes em A e B: *entregar* (A: 64.1% de uso da forma regular; B: 51.6% de uso da forma irregular); *matar* (A: 50.2% de uso da forma irregular; B: 55.9% de uso da forma regular).

Em todo o caso, deve salientar-se que as tendências elencadas em (ii) não são *marcadamente* distintas, uma vez que os valores percentuais estão entre os 50% e os 64%. Assim, estas diferenças são, na verdade, expressão da *variação* de usos dos verbos *entregar* e *matar*.



**Diagrama 2:** Tendências e percentagens de formas participiais no grupo de questões da parte B.

Reportando-nos, agora, à totalidade de verbos representados nas questões do Grupo B, constatamos que, no caso de nove destes, os informantes preferem o uso da forma participial regular. Para além de *prender*, também *extinguir* e *eleger* apresentam uma tendência bem marcada para a respetiva forma regular, com uma percentagem de respostas acima dos 80%. Os valores relativos aos participios regulares de *sujeitar*, *expulsar* e *empregar* situam-se entre os 62 e os 74%.

*Aceitar*, *matar* e *soltar* contabilizam entre 50 e 60% de formas participiais regulares. Inversamente, *limpar*, *entregar*, *pagar* e *gastar* registam entre 50 e 60% das respetivas formas participiais irregulares. Não muito longe desses valores está o alcançado pela forma participial irregular do verbo *salvar*, com 60. 5%.

Apenas a forma irregular de *ganhar* ultrapassa largamente os 70%, evidenciando uma tendência mais clara, em comparação com os restantes verbos. Este é, aliás, e como veremos, o verbo cuja forma irregular também exhibe a percentagem mais alta (81.8%) nas respostas às questões do Grupo C.

	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda	Soma de formas participiais irregulares
C1 aceitar	302	5	irregular	207
C2 empregar	301	6	irregular	189
C3 pagar	302	5	irregular	244
C4 limpar	300	7	irregular	182
C5 entregar	299	8	irregular	181
C6 romper	300	7	regular	105
C7 enxugar	297	10	regular	96
C8 salvar	296	11	irregular	215
C9 prender	300	7	regular	130
C10 gastar	300	7	irregular	245
C11 sujeitar	297	10	regular	114
C12 ganhar	296	11	irregular	242
C13 eleger	297	10	irregular	186
C14 matar	296	11	irregular	186
C15 soltar	295	12	regular	147
C16 extinguir	288	19	irregular	176
C17 cobrir	292	15	irregular	218
C18 imprimir	289	18	regular	142
C19 encarregar	293	14	irregular	170
C20 prender	291	16	irregular	159
C21 expulsar	292	15	irregular	213
C22 juntar	291	16	regular	109
C23 libertar	292	15	regular	112
C24 aceitar	290	17	irregular	210
C25 entregar	293	14	irregular	198
C26 empregar	277	30	irregular	170
C27 expulsar	290	17	irregular	148
C28 matar	291	16	irregular	173
C29 sujeitar	291	16	regular	113
<b>Total</b>	<b>8538</b>	<b>365</b>	<b>20</b>	<b>4980</b>
<b>Média</b>	<b>294</b>	<b>13</b>	<b>---</b>	<b>172</b>
Percentagem total de formas irregulares no Grupo C				58%

Tabela 15: Moda, número de ocorrências válidas, ocorrências nulas e percentagem de formas participiais irregulares no grupo de questões da parte C.

Neste último grupo, registámos 8538 respostas válidas, numa média de 294 por questão – *vide* Tabela 15. Foram averbadas 4980 formas participiais irregulares, ou

seja, em média, 172 por questão. Tendo em conta que o número de respostas possíveis era de 8903 (307 informantes; 29 questões), o nível de ocorrências nulas não foi alto (apenas 365 casos), o que perfaz uma média de 13 por questão.

Houve vinte questões em que a forma participial predominante foi a irregular, o que corresponde a quinze verbos, já que alguns deles foram testados duas vezes nas questões do Grupo C. É o caso de *aceitar* (C1; C24), *empregar* (C2; C26), *entregar* (C5; C25), *expulsar* (C21; C27) e *matar* (C14; C28). O verbo *prender* também surgiu duas vezes, porém com resultados diversos: em C9 foi a forma regular que prevaleceu, ao passo que em C20 a forma irregular foi usada mais frequentemente. O outro verbo que surgia duas vezes era *sujeitar*. No caso deste último, a forma regular foi preferida em ambas as questões (C11; C29).

Para além dos seis verbos já referidos, os restantes nove cuja forma participial irregular também obteve maior número de ocorrências do que a respetiva forma regular foram: *pagar*, *limpar*, *salvar*, *gastar*, *ganhar*, *eleger*, *extinguir*, *cobrir* e *encarregar*.

Os verbos cujos resultados incluíram menos ocorrências nulas foram *aceitar* e *pagar* (5), *empregar* (6)<sup>274</sup>, *limpar*, *prender*, *romper* e *gastar* (7). De modo algo contraditório, o verbo *empregar* é também aquele que, numa outra questão deste grupo (C26), atinge níveis mais elevados de ocorrências nulas (30). Seguem-se os verbos *extinguir* (C16) e *imprimir* (C 18), respetivamente com 19 e 18 ocorrências inválidas e/ou de não resposta.

Observando, agora, o diagrama relativo aos resultados apurados nas questões do Grupo C, encontramos os verbos *enxugar*, *romper*, *juntar*, *libertar* e *sujeitar* com percentagens de apenas 60% a 70% para as respetivas formas regulares. Numa situação de maior variação estão, ainda, *prender*, *imprimir* e *soltar*, muito perto dos 50%.

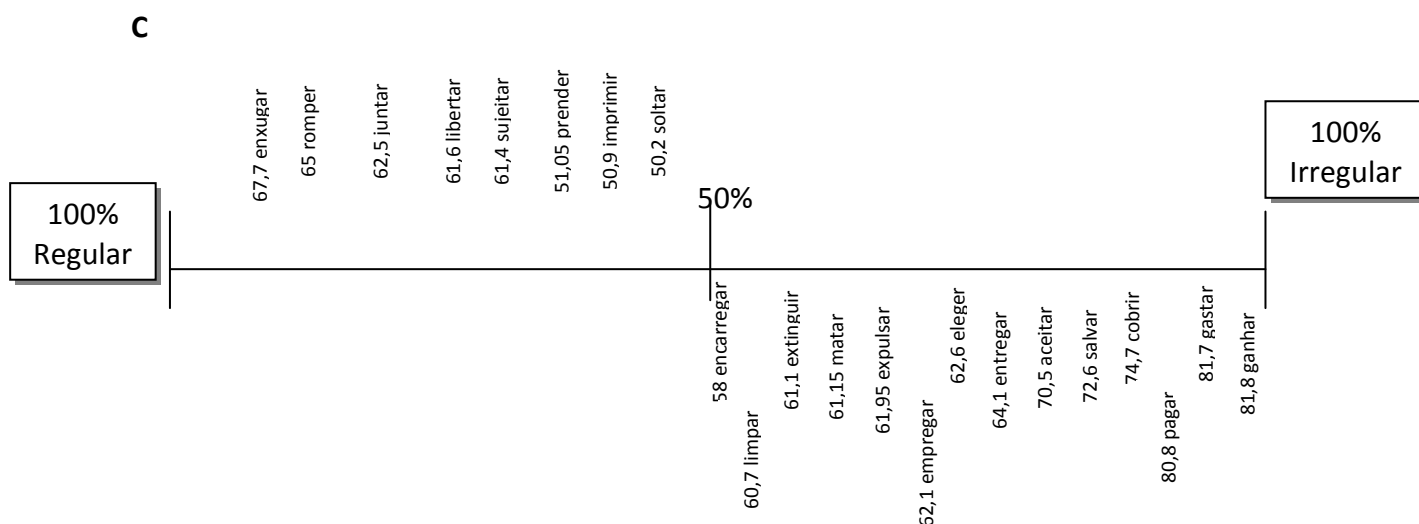
Já a evidenciar uma preferência dos inquiridos pelo uso da forma irregular, mas com valores ainda relativamente baixos, estão os verbos *encarregar* (58%) e, com mais de 60%, *limpar*, *extinguir*, *matar*, *expulsar*, *empregar*, *eleger* e *entregar*. A confirmar

---

<sup>274</sup> A questão em causa é C2.

fortemente a tendência dos informantes para as respetivas formas irregulares temos os verbos *salvar* e *cobrir*, ambos com mais de 70%, e, ainda de modo mais assinalável, com percentagens superiores a 80%, *pagar*, *gastar* e *ganhar*.

Quanto a *aceitar*, os dados obtidos nas questões do Grupo C contradizem a tendência para o uso da forma regular registada nos dois grupos anteriores (A: 59.4%; B: 59.8%). Este é um dos casos em que, apesar da situação de variação registada no contexto das tarefas de produção (com ligeiro predomínio, nestas, da forma *regular*), os resultados da atividade mais notoriamente metalinguística demonstram claramente uma preferência inversa pelo uso da forma *irregular* (em cerca de 70%). *Aceitar* é, portanto, um dos **verbos em relação aos quais se registaram maiores discrepâncias entre os dados recolhidos nos três tipos de questões**.



**Diagrama 3:** Tendências e percentagens de formas participiais no grupo de questões da parte C.

Sendo C um grupo de questões através das quais se pretendia obter juízos de aceitabilidade, verificamos que, em relação às formas participiais dos verbos abundantes escolhidos para esta investigação, para além dos altos níveis de variação, há, mesmo, uma certa inversão das tendências registadas nos exercícios de produção (A e B). Com efeito, mesmo os verbos em relação aos quais, aí, se assinala uma tendência para o uso da forma participial regular apresentam, nas respostas ao Grupo C, percentagens que não ultrapassam os 68%. Além disso, os verbos que surgem do lado direito do Diagrama 3, isto é, aqueles em que a preferência dos informantes recai na forma participial irregular, atingem aqui percentagens consideravelmente mais altas para esta forma do que nas questões dos grupos A e B.



Efetivamente, comparando os Diagramas 1, 2 e 3 relativos aos resultados apurados através dos três grupos de questões, deparamo-nos de imediato com um *crescendo* do número de verbos que revelaram tendência para a forma participial irregular: se, em A, tínhamos apenas dois verbos do lado direito do diagrama, ou seja, a evidenciar orientação para o uso da forma participial irregular, em B havia seis e em C encontramos catorze. Pese embora o facto de, em C, o número de verbos aferidos ser superior ao testado nos restantes exercícios<sup>275</sup>, se agora compararmos a *percentagem* de verbos que exibem tendência para a forma irregular, continuamos a verificar uma considerável discrepância entre os resultados de cada grupo de questões, pois registamos 14% em A, 33% em B e 56% em C.

Vários são, portanto, os verbos cujos resultados apresentam tendências diferentes na questão relativa aos juízos de aceitabilidade. Este fenómeno surge tanto em verbos que são testados apenas duas vezes (i) quanto nos que surgem quatro vezes<sup>276</sup> no inquérito (ii).

(i) *eleger* (B: 82.2% de uso da forma regular; C: 62.6% de uso da forma irregular), *extinguir* (B: 84.1% de uso da forma regular; C: 61.1% de uso da forma irregular), *encarregar* (A: 69.9% de uso da forma regular; C: 58% de uso da forma irregular);

(ii) *empregar* (A: 58%; B: 62% de uso da forma regular; C: 62% de uso da forma irregular), *expulsar* (A: 62.2%; B: 65.6% de uso da forma regular; C: 61.95% de uso da forma irregular) e *aceitar* (A: 59.4%; B: 59.8% de uso da forma regular; C: 70.5% de uso da forma *irregular*).

Quanto a *entregar* (A: 64.1% de uso da forma regular; **B**: 51.6% de uso da forma **irregular**; C: 64.05% de uso da forma irregular), a inversão de tendência deu-se logo no Grupo B. A percentagem de ocorrências da forma regular no Grupo A iguala-se à da forma irregular no Grupo C.

<sup>275</sup> Testaram-se catorze verbos em A, quinze em B e vinte e cinco em C.

<sup>276</sup> No caso dos verbos que foram testados quatro vezes (*aceitar, empregar, entregar, expulsar, matar, prender e sujeitar*), apresentamos, para o grupo C, o valor de média das duas questões.

Nos casos de *romper* (A: 94.8%; C: 65%) e *enxugar* (A: 90.8%; C: 67.7%)<sup>277</sup> mantém-se a mesma tendência para o uso da forma regular, nos grupos A e C, contudo, como aconteceu com quase todos os verbos, a percentagem de formas regulares desceu consideravelmente no Grupo C.

*Prender* e *sujeitar* apresentam nas três questões a mesma tendência para a forma regular, mas com valores substancialmente mais baixos em C. Registámos ainda dez verbos que mantêm a mesma tendência em dois grupos de questões (ou A e C ou B e C), sendo esta no sentido da forma irregular para *cobrir*, *ganhar*, *gastar*, *pagar* e *salvar*, e da forma regular nos casos de *enxugar*, *imprimir*, *juntar*, *libertar* e *romper*.

Relativamente ao verbo *matar*, as suas duas formas participiais registaram valores praticamente iguais em A – com apenas mais umas décimas de uso da forma irregular (50.2%) –, assim como em B, em que averbámos 55.9% de uso da forma regular. Em C, obtivemos 61.15% de uso da forma irregular.

Outros dois verbos, *limpar* e *soltar*, registaram uma situação de grande variação, apresentando, em ambos os exercícios, valores entre os 50 e os 61% de uso da forma regular, no caso de *soltar* (B: 54% de uso da forma regular; C: 50.2% de uso da forma regular), e de uso da forma irregular, no caso de *limpar* (B: 50.4% de uso da forma irregular; C: 60.7% de uso da forma irregular).

Constatamos, portanto, que os inquiridos reagiram de modo diverso às três partes do inquérito. Efetivamente, entre A, B e C, para quase todos os verbos, as alterações verificadas foram no sentido de um maior uso da forma regular nas atividades de produção condicionada, passando para uma escolha mais frequente pela forma irregular na tarefa metalinguística proposta na parte C do inquérito. É evidente a existência de variação, que se registou de modo mais marcado relativamente a certos verbos testados, havendo apenas alguns que apresentam uma tendência clara e definida para o uso de uma das formas participiais. Esta análise verbo por verbo será feita, precisamente, no próximo subcapítulo.

---

<sup>277</sup> Recorde-se que estes dois verbos não foram testados na parte B do inquérito.

#### 4.2.2.1 O comportamento do inquirido: análise por verbo e grupo de questões

Façamos agora o **estudo estatístico** do comportamento registado para cada verbo nas várias questões em que foi testado. Recordemos que, de acordo com a tipologia criada a partir dos dados do RL – *vide* 3.3 e 4.1.2.2 –, decidimos que testaríamos em quatro questões do teste os verbos cujo número de ocorrências estava abaixo da média (*empregar, expulsar, prender e sujeitar*) e ainda aqueles que não apresentaram 100% de ocorrências em tempos compostos de participípios regulares ou irregulares (*aceitar, entregar e matar*)<sup>278</sup>, e apenas em duas questões os restantes verbos selecionados (*cobrir, eleger, encarregar, enxugar, extinguir, ganhar, gastar, imprimir, juntar, libertar, limpar, pagar, romper, salvar e soltar*).

Assim, de seguida, analisaremos os dados obtidos no inquérito realizado a estudantes que frequentam os ensinos básico e secundário, comparando, para cada verbo, o número de ocorrências de formas participiais nas duas ou nas quatro questões em que foram testados. Note-se que este dado interfere na aplicação dos testes estatísticos, já que, havendo apenas duas variáveis dependentes, o teste adequado é o teste de McNemar, enquanto que, para os casos em que há quatro variáveis, é necessário aplicar o teste Q de Cochran. Estes testes estatísticos consistem em comparar as respostas dadas por cada informante, com o intuito de verificar se, dependendo das questões, a forma participial escolhida foi a mesma. O resultado destes testes estatísticos concretiza-se, depois, num *nível de significância* que nos permite compreender se houve ou não diferenças significativas entre as respostas de cada informante individual nas diferentes questões em que testávamos certo verbo. Quando esse *nível de significância* se aproxima de 1, significa que as duas ou quatro respostas dos informantes se aproximam umas das outras. Pelo contrário, quando o *nível de significância* está perto de 0, indica a diferença entre as respostas. Caso esse valor seja inferior a 0.05, podemos afirmar que a diferença registada entre as

---

<sup>278</sup> Também os verbos anteriormente citados (*empregar, expulsar, prender e sujeitar*) não apresentaram 100% de ocorrências em tempos compostos de participípios regulares ou irregulares.

respostas às questões em causa tem significância estatística de 5%<sup>279</sup>, isto é, que é improvável que tenha ocorrido por acaso.

É importante salientar que ambos os testes estatísticos referidos contabilizam e comparam todos os casos com dados válidos simultaneamente nas duas – ou nas quatro – questões em causa. Assim, se um inquirido respondeu à questão A14, mas não respondeu a C17, o seu caso não será utilizado na comparação estatística entre as duas questões relativas ao verbo *cobrir*. Desta forma, o número de ocorrências de ambas as formas participiais que surge nas tabelas estatísticas que analisaremos de seguida não engloba a totalidade das ocorrências, mas apenas as que são efetivamente comparáveis. O mesmo acontece, como se disse, no caso dos verbos que foram testados quatro vezes. O caso de um aluno que, por exemplo, tenha respondido de forma válida a A13, C1 e C24 mas não tenha respondido a B2 (verbo *aceitar*) será automaticamente excluído do cálculo do nível de significância da diferença entre os resultados às quatro questões. Só assim se garante a efetiva comparabilidade dos dados e um cálculo fiel das diferenças entre os resultados obtidos numa e noutra variável (questão, neste caso).

Em primeiro lugar, analisaremos, então, os **verbos que foram testados por duas vezes**.

Começaremos pelo único verbo em que **não** registámos **diferenças significativas** entre as respostas às duas questões. Trata-se do verbo *soltar*. Se, dos 151 informantes que escolheram a forma regular em B12, 66 decidiram mudar para a forma regular em C15, também aconteceu o inverso, havendo 54 alunos que selecionaram a forma participial irregular em B12, tendo depois preferido a forma regular em C15 – *vide* Tabela 16a. Sendo assim, aplicando o teste de McNemar<sup>280</sup>, uma

---

<sup>279</sup> Este valor é o que, normalmente, é utilizado na interpretação dos dados estatísticos, em testes realizados nas várias áreas do conhecimento (Pestana e Gageiro, 2008).

<sup>280</sup> A aplicação do teste de McNemar gera duas tabelas com os resultados de cada verbo testado em duas questões. Na primeira tabela (a), temos o cruzamento das respostas dadas pelos informantes que responderam simultaneamente às duas questões em causa. Horizontalmente, podemos ler os dados referentes a uma das questões e, verticalmente, surgem as ocorrências relativas à outra questão (*vide* totais). Para cada uma das questões, temos o registo das ocorrências da forma participial regular e da forma irregular do verbo. Se observarmos o campo que cruza as ocorrências da forma participial regular nas duas questões, obtemos o número de informantes que respondeu com essa mesma forma às duas questões. Podemos também verificar quantos inquiridos mudaram a sua resposta, olhando para os campos em que forma regular e forma irregular se cruzam. Veja-se a leitura que se faz, a seguir, da

vez que os valores de significância são bastante superiores a 0.05 (0.315) – *vide* Tabela 16b –, verificamos que não há diferenças que possamos considerar estatisticamente significativas entre os resultados das questões B12 e C15. Portanto, sabendo que foram 276 os inquiridos – de um total de 307 – a responder simultaneamente às duas questões em causa, apura-se que, para este verbo, a situação de variação é idêntica na actividade de produção e na de avaliação. Na verdade, os dados de ambas as questões não revelam uma tendência forte para o uso de nenhuma das formas participiais do verbo *soltar*. Se, em B12, há apenas mais vinte e seis ocorrências da forma *soltado* do que de *solto*, em C15, a diferença é de apenas duas ocorrências. A oscilação entre a forma participial regular e a irregular é, pois, constante em ambas as questões.

Forma participial		C15 soltar		Total
		regular	irregular	
B12 soltar	regular	85	66	151
	irregular	54	71	125
Total		139	137	276

Tabela 16a

Valor	Significância
Teste McNemar	,315
Nº de casos válidos	276

Tabela 16b

Todos os outros verbos obtiveram resultados significativamente diferentes em ambas as questões.

Para um nível de significância de 5%, podemos afirmar que há diferenças significativas entre os resultados de B8 e C12, relativos ao verbo *ganhar*, já que o valor de significância do Teste de McNemar é de 0.036 e, portanto, inferior a 0.05 – *vide* Tabela 17b.

Podemos interpretar o cruzamento de dados da Tabela 17a do seguinte modo: dos 43 informantes que escolheram a forma participial regular em C12, 22 já tinham tido essa preferência em B8, mas outros 21 mudaram a sua escolha. Relativamente às

---

Tabela 17a. Na segunda tabela (b), encontramos o *valor de significância* e, também, o número de casos válidos, isto é, o número de informantes que responderam simultaneamente às duas questões e cujas respostas foram tomadas em conta para realizar o respetivo teste de McNemar.

225 ocorrências da forma irregular em C12, 187 equivalem a respostas idênticas em B8, enquanto as restantes 38 correspondem a formas regulares em B8.

Forma participial		C12 ganhar		Total
		regular	irregular	
B8 ganhar	regular	22	38	60
	irregular	21	187	208
Total		43	225	268

Tabela 17a

Valor	Significância
Teste McNemar	,036
Nº de casos válidos	268

Tabela 17b

Em relação aos restantes treze verbos, os valores de significância são ainda mais reduzidos, o que nos permite assegurar que a diferença registada entre as respostas às duas questões em causa tem ainda mais relevância estatística.

Relativamente ao verbo *cobrir*, registámos 212 casos com dados válidos em ambas as questões (A14 e C17), isto é, 69% do total de 307 inquiridos. Confrontando os números de formas participiais regulares e irregulares registadas nas duas questões e aplicando o teste de McNemar, concluímos que houve diferenças bastante significativas entre ambas as questões (0.000) – *vide* Tabela 18b.

Forma participial		C17 cobrir		Total
		regular	irregular	
A14 cobrir	regular	30	62	92
	irregular	23	97	120
Total		53	159	212

Tabela 18a: Cruzamento das variáveis A14 e C17 (verbo *cobrir*).

Valor	Significância
Teste McNemar	,000
Nº de casos válidos	212

Tabela 18b: Teste do Qui-Quadrado - Teste de McNemar

Interpretando a Tabela 18a, verificamos que houve 92 inquiridos a usar a forma participial regular em A14. Desses 92, houve 62 que decidiram mudar para a forma irregular em C17. Apenas 30 mantiveram esse sentido da sua resposta. Por outro lado, 23 dos 53 que usaram a forma regular em C17 não a tinham usado em A14. Dos 159

inquiridos que escolheram a forma irregular em C17, 97 também já a tinham usado em A14.

Quanto às questões B1 e C13, respeitantes ao verbo **eleger**, registaram-se 219 ocorrências da forma participial regular em B1 e, por oposição, apenas 99 em C13. Destas 99, apenas 10 correspondem à forma irregular em B1, tendo estes informantes mudado a sua opção para a forma regular em C13. Já no sentido inverso, houve uma mudança bastante significativa entre uma e outra questão, contabilizando-se 130 ocorrências de formas irregulares em C13 que correspondem a formas regulares em B1 – *vide* Tabela 19a.

Forma participial		C13 eleger		Total
		regular	irregular	
B1 eleger	regular	89	130	219
	irregular	10	39	49
Total		99	169	268

Tabela 19a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	268	

Tabela 19b

No que concerne ao verbo **encarregar**, é de notar que a comparação entre A6 e C19, feita através do teste de McNemar, reduziu para 188 o número total de ocorrências relativas a respostas simultâneas a ambas as questões, o que significa que houve vários casos de respostas inválidas ou de não respostas, pelo menos numa das questões<sup>281</sup>. Analisando a Tabela 20a, contabilizamos apenas 59 formas irregulares em A6, ao passo que em C19 esse número quase duplicou, sendo de 116 ocorrências. Esta discrepância deve-se ao facto de 71 informantes terem decidido alterar a sua escolha pela forma regular em A6 para a forma irregular em C19. Inversamente, houve apenas 14 ocorrências da forma irregular *encarregue* em A6 que passaram para a forma regular correspondente (*encarregado*) em C19.

<sup>281</sup> Como veremos em pormenor no subcapítulo 4.2.4.1, no caso do verbo *encarregar*, houve uma alta taxa de respostas inválidas na questão A6.

Forma participial		C19 encarregar		Total
		regular	irregular	
<b>A6</b> <b>encarregar</b>	regular	58	71	<b>129</b>
	irregular	14	45	<b>59</b>
<b>Total</b>		<b>72</b>	<b>116</b>	<b>188</b>

Tabela 20a

	Valor	Significância
<b>Teste McNemar</b>		,000
<b>Nº de casos válidos</b>	188	

Tabela 20b

O verbo *extinguir* obteve resultados claramente diferentes em ambas as questões, pois, se em B14 registámos 195 ocorrências da forma regular e 37 da forma irregular, em C16 houve apenas 92 ocorrências de *extinguido*, mas 140 da forma *extinto*. O número de informantes que manteve o seu sentido de resposta totaliza 115, ora preferindo a forma regular (85), ora optando pela forma irregular (30). Pelo contrário, 117 informantes mudaram a sua opção, havendo 7 que, inicialmente, tinham selecionado a forma irregular e, depois, preferiram a regular. Os restantes 110 haviam optado pela forma participial regular em B14 e, em C16, escolheram a forma irregular.

Forma participial		C16 extinguir		Total
		regular	irregular	
<b>B14</b> <b>extinguir</b>	regular	85	110	<b>195</b>
	irregular	7	30	<b>37</b>
<b>Total</b>		<b>92</b>	<b>140</b>	<b>232</b>

Tabela 21a

	Valor	Significância
<b>Teste McNemar</b>		,000
<b>Nº de casos válidos</b>	232	

Tabela 21b

No caso do verbo *gastar*, pudemos comparar um total de 286 ocorrências. Ainda que os dados de ambas as questões revelem a mesma tendência para o uso da forma participial irregular, verificamos uma diferença significativa entre elas, já que o número de ocorrências da forma regular é bastante inferior em C10 (apenas 49, enquanto, em B5, é de 123). São apenas 15 as ocorrências da forma irregular em B5



que correspondem a registos de forma regular em C10. No entanto, 89 informantes que tinham escolhido a forma regular em B5 decidiram, em C10, usar a forma *gasto*.

Forma participial		C10 gastar		Total
		regular	irregular	
B5 gastar	regular	34	89	<b>123</b>
	irregular	15	148	<b>163</b>
<b>Total</b>		<b>49</b>	<b>237</b>	<b>286</b>

Tabela 22a

Valor	Significância
Teste McNemar	,000
Nº de casos válidos	286

Tabela 22b

Tendo em conta as 281 ocorrências comparáveis relativas ao verbo *limpar*, registou-se um número quase equivalente entre a forma regular (138) e irregular (143) em B9. Já em C4, a forma *limpo* surge 176 vezes, enquanto a forma regular obtém apenas 105 ocorrências. Houve 77 informantes que escolheram em ambas as questões a forma *limpado* e 115 que mantiveram a preferência pela forma irregular. Quanto às respostas não equivalentes em B9 e em C4, registaram-se 28 ocorrências da forma irregular na primeira questão que correspondem à forma regular na segunda e, inversamente, ocorreu 61 vezes o uso da forma regular em B9 a par da opção por *limpo* em C4.

Forma participial		C4 limpar		Total
		regular	irregular	
B9 limpar	regular	77	61	<b>138</b>
	irregular	28	115	<b>143</b>
<b>Total</b>		<b>105</b>	<b>176</b>	<b>281</b>

Tabela 23a

Valor	Significância
Teste McNemar	,001
Nº de casos válidos	281

Tabela 23b

Comparando os dados de B3 com os de C3 (*pagar*) – 282 casos –, verificamos imediatamente uma enorme discrepância entre o número de ocorrências das duas formas participiais. A forma regular, *pagado*, ocorreu 124 vezes em B3, mas apenas 49 em C3. A forma *pago* surgiu em 158 casos em B3 e em 233 na questão C3. De facto, se

apenas 17 inquiridos mudaram a sua escolha da forma irregular em B3 para a regular em C3, foram 92 aqueles que tinham usado a forma regular na questão pertencente ao Grupo B e, depois, no terceiro grupo de questões, decidiram utilizar a forma irregular.

Forma participial		C3 pagar		Total
		regular	irregular	
B3 pagar	regular	32	92	124
	irregular	17	141	158
Total		49	233	282

Tabela 24a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	282	

Tabela 24b

Quanto ao verbo *salvar*, registámos a manutenção da escolha da forma regular em B11 e em C8 por parte de 42 inquiridos. A preferência pela forma irregular em ambas as questões manteve-se em 138 casos. Diversamente, detetámos mudanças entre as formas escolhidas em B11 e em C8, em 67 casos no sentido regular/irregular e em 32 no sentido inverso. Assim, no total, houve 170 informantes que preferiram a forma irregular em B11, ao passo que foram 205 os que escolheram essa forma como resposta à questão C8. Esta diferença é significativa, tendo o teste de McNemar apontado para um nível de significância de 0.001.

Forma participial		C8 salvar		Total
		regular	irregular	
B11 salvar	regular	42	67	109
	irregular	32	138	170
Total		74	205	279

Tabela 25a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,001
Nº de casos válidos	279	

Tabela 25b

É importante destacar que, para o verbo *salvar*, o número de casos comparáveis, isto é, de respostas simultâneas a B11 e C8, é de 279. Do total de 307 inquiridos, 279 responderam a ambas as questões em que o verbo *salvar* foi testado, o

que pode ter origem no alto nível de segurança linguística associado ao uso do seu particípio passado. *Gastar, limpar e pagar* evidenciaram o mesmo fenômeno.

Os restantes verbos obtiveram, tal como a maior parte dos anteriores, um nível de significância de 0.000, o que nos permite afirmar, com exatidão, que se registaram diferenças significativas entre as duas questões em que cada verbo foi testado. No entanto, se, até aqui, elencámos os verbos que apresentavam tendência para o uso da forma irregular em, pelo menos<sup>282</sup>, uma das questões, de seguida agrupamos aqueles cujos resultados apontam para um uso mais frequente da **forma participial regular** em ambas as questões. Trata-se dos verbos *enxugar, imprimir, juntar, libertar e romper*.

Assim, relativamente ao verbo **enxugar**<sup>283</sup>, em 190 casos comparáveis, registamos 172 ocorrências da forma *enxugado* em A9, mas apenas 134 em C7. Pelo contrário, a forma irregular apresenta 18 ocorrências na primeira questão e 56 em C7. Houve 126 informantes a preferir a forma regular em ambas as questões, porém os restantes 46 que também tiveram essa opção em A9 decidiram mudar a sua escolha para a forma irregular em C7. Quanto às 18 formas irregulares encontradas em A9, 10 surgem repetidas na segunda questão; houve, ainda, 8 informantes que, em C7, passaram a usar a forma regular.

Forma participial		C7 enxugar		Total
		regular	irregular	
A9 enxugar	regular	126	46	<b>172</b>
	irregular	8	10	<b>18</b>
<b>Total</b>		<b>134</b>	<b>56</b>	<b>190</b>

Tabela 26a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	190	

Tabela 26b

<sup>282</sup> Também já foram relatados casos em que, em ambas as questões, nas ocorrências comparáveis, predominou o uso da forma participial irregular (*ganhar, cobrir, gastar, limpar, pagar e salvar*). Recorde-se ainda que os inquiridos que responderam às duas questões que incluíam o verbo *soltar* preferiram, maioritariamente, a sua forma regular, porém, neste caso, não se registaram diferenças significativas entre os resultados das duas questões.

<sup>283</sup> Assim como aconteceu com o verbo *encarregar*, também para o verbo *enxugar* houve um grande número de respostas inválidas na questão do grupo A, o que originou um total de ocorrências utilizáveis no teste estatístico de McNemar mais baixo do que para outros verbos.

Os dados obtidos através da questão A2 – os 198 que são comparáveis com C18 – apontam para uma forte tendência para o uso da forma participial regular do verbo *imprimir*, pois apenas 24 informantes utilizaram a forma irregular correspondente. No entanto, em C18 o número de ocorrências da forma irregular sobe bastante, para 97, quase se equiparando às 101 ocorrências de *imprimido*. A diferença entre as respostas às duas questões é, pois, significativa, como fica patente no valor de significância de 0.000 – Tabela 27b.

Forma participial		C18 imprimir		Total
		regular	irregular	
A2 imprimir	regular	96	78	174
	irregular	5	19	24
Total		101	97	198

Tabela 27a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	198	

Tabela 27b

No que concerne aos verbos *juntar*, *libertar* e *romper* acontece o mesmo, embora não de forma tão discrepante. Ainda assim, a diferença entre as respostas aos pares A11 e C22 (*juntar*), A12 e C23 (*libertar*) e A7 e C6 (*romper*) continua a ser significativa e, novamente, ao nível de 0.000 – vide Tabelas 28b, 29b e 30b.

Forma participial		C22 juntar		Total
		regular	irregular	
A11 juntar	regular	116	45	161
	irregular	12	18	30
Total		128	63	191

Tabela 28a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	191	

Tabela 28b

Quanto aos 191 casos válidos comparáveis relativos ao verbo *juntar*, dos 30 informantes que tinham utilizado a forma *junto* em A11, 12 preferiram, em C22, usar a forma regular. Quanto aos 161 que, em A11, escolheram a forma *juntado*, 45

decidiram, em C22, preteri-la em favor da forma *junto*. Embora os resultados sejam significativamente diferentes em ambas as questões, no caso do verbo *juntar* a percentagem de ocorrências da forma participial regular (67%) continua, em C22, a ser bastante superior em relação à forma *junto*.

Relativamente ao verbo *libertar*, das 209 respostas comparáveis, houve 115 casos de conservação da resposta com a forma participial regular nas questões A12 e C23. Outros 23 informantes mantiveram o uso da forma irregular em ambas as questões. Por outro lado, foram 71 os inquiridos que, numa questão, usaram uma das formas e, noutra questão, a outra forma participial. Em A12, 20 das 135 respostas em que se usa a forma irregular correspondem a inquiridos que se decidiram pela forma regular em C23; dos 166 informantes que preferiram a forma regular em A12, 51 mudaram a sua resposta, em C23, na medida em que aí selecionaram a forma irregular.

Forma participial		C23 libertar		Total
		regular	irregular	
A12 libertar	regular	115	51	166
	irregular	20	23	43
Total		135	74	209

Tabela 29a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	209	

Tabela 29b

Para o verbo *romper*, obtivemos 205 respostas a A7 e, simultaneamente, a C6, sendo, portanto, comparáveis através deste teste estatístico. Das 205 respostas a A7, apenas 10 correspondem ao uso da forma *roto*. Dois destes inquiridos preferiram, em C6, a forma regular. Porém, o comportamento inverso aconteceu em maior número de informantes, já que 52 dos que, em A7, haviam escolhido a forma regular escolheram a forma irregular em C6. Apesar desta diferença significativa entre as respostas a A7 e a C6, a forma participial *rompido* é, claramente, a preferida em ambas as questões, com 195 ocorrências em A7 e 145 em C6.

Forma participial		C6 romper		Total
		regular	irregular	
A7 romper	regular	143	52	195
	irregular	2	8	10
Total		145	60	205

Tabela 30a

	Valor	Significância
Teste McNemar		,000
Nº de casos válidos	205	

Tabela 30b

Depois da análise até aqui efetuada, podemos considerar, com toda a segurança, que o tipo de tarefa solicitada aos informantes no âmbito de cada grupo de questões teve importantes repercussões nos dados obtidos relativamente a estes quinze verbos, havendo, em todos os casos, uma maior propensão para o uso da forma participial irregular no grupo de questões que envolvia uma avaliação metalinguística das formas, isto é, no Grupo C.

Note-se que estes resultados se repetiram no caso dos **verbos que foram testados quatro vezes**; na verdade, também nestes registámos diferenças significativas entre as respostas obtidas nos vários tipos de questões.

Analisaremos, portanto, neste momento, os dados obtidos para os verbos ***aceitar, empregar, entregar, expulsar, matar, prender e sujeitar***, aos quais aplicámos, em primeiro lugar, o teste Q de Cochran. Estes sete verbos foram testados uma vez no Grupo A, outra no Grupo B e duas vezes no Grupo C, perfazendo assim um total de quatro variáveis. Considerando os resultados do teste Q de Cochran<sup>284</sup>, que compara, na *globalidade*, as quatro respostas relativas a cada verbo, recolhemos suficientes provas estatísticas para concluir que as respostas aos diferentes grupos de questões diferem significativamente, já que a significância é inferior a 0.05 para os sete verbos (0.000 para seis dos verbos e 0.006 para o verbo *sujeitar*) – vide Tabelas 31b a 37b.

<sup>284</sup> Este teste estatístico é efetuado com todos os casos com dados válidos simultaneamente nas quatro questões presentes em cada tabela. Os resultados apresentam-se dispostos por ordem alfabética dos verbos.

Sabemos, assim, que as respostas às quatro questões são significativamente diferentes, mas verificámos também entre quais das quatro questões estão as diferenças mais marcantes, aplicando, a cada duas, o teste de McNemar. Exemplificando, no caso do verbo *aceitar*, tivemos, pois, que comparar A13 com B2, A13 com C1, A13 com C24, B2 com C1 e com C24 e C1 com C24.

Vejamos, então, para cada verbo, quais os resultados do teste Q de Cochran, analisando as tabelas de cruzamento da distribuição da frequência das quatro variáveis estatísticas. Sempre que relevante, complementaremos esta informação com a análise dos resultados do teste de McNemar<sup>285</sup>, que surgem, integralmente, no Anexo 11b.

Os inquiridos proporcionaram 181 respostas comparáveis relativamente ao verbo *aceitar*, significando, portanto, que houve 181 indivíduos que responderam, simultaneamente e de forma válida, às quatro questões em que este verbo surgia.

Na Tabela 31a, podemos verificar que, se em A13 e B2 a forma participial regular foi selecionada pela maior parte dos inquiridos, os números são completamente opostos em C1 e C24. Efetivamente, nas duas questões do Grupo C, não só é a forma irregular que é a escolhida pela maioria, como o número de ocorrências dessa forma em C (138 e 135) ultrapassa claramente o de ocorrências da forma regular em A e B (100 e 96). O teste de McNemar (Tabela 31c) permite-nos

---

<sup>285</sup> Integradas no texto, surgem tabelas – *vide* as Tabelas 31c a 37c – com o nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para os sete verbos nas quatro questões. O valor de significância *global* foi obtido através do Teste Q de Cochran, ao passo que a diferença *entre os pares de questões* se obteve com a aplicação do Teste de McNemar. Ressalve-se o facto de o número de casos comparáveis ser diferente para cada conjunto de questões que estamos a confrontar, já que estes testes estatísticos são baseados em todos os casos com dados válidos simultaneamente em **ambas** as questões presentes em cada coluna das Tabelas 31c a 37c. Consequentemente, os casos utilizados para o Teste Q de Cochran são, quase garantidamente, em número mais reduzido do que aqueles que são contabilizados para o Teste de McNemar, visto que é mais provável que os dados válidos coincidam quando se comparam apenas duas questões e não quatro. Por exemplo, no caso de *aceitar*, quando confrontamos as quatro questões simultaneamente, obtemos 181 respostas comparáveis, usadas no teste Q de Cochran. No entanto, ao comparar duas a duas as questões, utilizando o teste de McNemar, temos um número de casos variável entre 189 e 289 – *vide* Anexo 11b. De facto, houve 189 informantes que responderam tanto a A13 como a B2, ao passo que conseguimos comparar 289 respostas a C1 e a C24. Às questões A13 e C1, obtivemos 209 respostas comparáveis; a A13 e C24, 201; 252 inquiridos responderam tanto a B2 quanto a C1; em B2 e C24, houve 245 casos. Assim, como explicámos, obtivemos sempre mais casos comparáveis para o teste de McNemar – em qualquer um dos pares de questões – do que para o teste Q de Cochran em que se comparam simultaneamente os dados das quatro questões.

assegurar, com rigor, que, neste caso, a diferença reside nas questões do Grupo C. Este grupo distingue-se nitidamente de A e B.

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A13 aceitar	100	81
B2 aceitar	96	85
C1 aceitar	43	138
C24 aceitar	46	135

Tabela 31a: Frequências das variáveis A13, B2, C1 e C24 (verbo *aceitar*).

Número de ocorrências comparáveis	<b>181</b>
Significância	<b>,000</b>

Tabela 31b: Teste estatístico (verbo *aceitar*).

Entre todas as questões (globalmente)	A13 vs B2	A13 vs C1	A13 vs C24	B2 vs C1	C1 vs C24	B2 vs C24
0,000	0,418	0,000	0,000	0,000	0,362	0,000

Tabela 31c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *aceitar* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A4 empregar	86	65
B10 empregar	83	68
C2 empregar	41	110
C26 empregar	52	99

Tabela 32a: Frequências das variáveis A4, B10, C2 e C26 (verbo *empregar*).

Número de ocorrências comparáveis	<b>151</b>
Significância	<b>,000</b>

Tabela 32b: Teste estatístico (verbo *empregar*).

Entre todas as questões (globalmente)	A4 vs B10	A4 vs C2	A4 vs C26	B10 vs C2	B10 vs C26	C2 vs C26
0,000	0,875	0,000	0,000	0,000	0,000	0,416

Tabela 32c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *empregar* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Quanto ao verbo *empregar*, apenas cerca de metade dos inquiridos respondeu de modo válido às quatro questões que o continham. Mais uma vez, a forma regular *empregado* surge com um número semelhante em A e B (86 e 83 ocorrências)<sup>286</sup>, por oposição ao predomínio de *empregue* em C (110 e 99 ocorrências).

Para o verbo *entregar*, os resultados não seguem a mesma distribuição de *aceitar* e *empregar*. No caso de *entregar*, cujo número de ocorrências comparáveis é de 201, a forma *entregado* foi selecionada 124 vezes em A, enquanto que, entre B13,

<sup>286</sup> Através do Teste de McNemar, verificamos que a significância é de 0.875, confirmando assim a semelhança entre as respostas às questões A4 e B10.



C5 e C25, vemos a forma irregular *entregue* ser escolhida, gradualmente, por mais inquiridos (respetivamente, 112, 120 e 135). Deste modo, no caso específico de *entregar*, a questão do Grupo B não gera números tão próximos dos do Grupo A, como dos das questões do Grupo C. Apesar dessa proximidade verificada no teste Q de Cochran, quando comparamos as questões duas a duas, através do Teste de McNemar, registamos diferenças significativas entre todas as questões<sup>287</sup>.

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A1 entregar	124	77
B13 entregar	89	112
C5 entregar	81	120
C25 entregar	66	135

Tabela 33a: Frequências das variáveis A1, B13, C5 e C25 (verbo *entregar*).

Número de ocorrências comparáveis	<b>201</b>
Significância	<b>,000</b>

Tabela 33b: Teste estatístico (verbo *entregar*).

Entre todas as questões (globalmente)	B13 vs C5	B13 vs C25	C5 vs C25	A1 vs B13	A1 vs C5	A1 vs C25
0,000	0,010	0,000	0,029	0,000	0,000	0,000

Tabela 33c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *entregar* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Também para *expulsar* as diferenças entre as respostas às quatro questões são significativas (0.000). No entanto, é de notar que o comportamento perante as duas questões do Grupo C não é minimamente idêntico, como acontecia com os verbos anteriormente analisados (cf. Tabela 34d). Por um lado, em C21, a forma *expulso* obtém 210 ocorrências, havendo apenas 79 registos da forma *expulsado*. Por outro lado, em C27, o número de ocorrências das duas formas quase se iguala, tendo havido a seleção da forma regular 142 vezes, por oposição às 147 ocorrências da forma irregular. Esta diferença entre C21 e C27 atinge valores significativos – *vide* Tabela 34c. A redução do número de ocorrências da forma irregular em questões que são ambas de avaliação subjetiva parece, pois, indiciar alguma insegurança linguística no uso do participio passado do verbo *expulsar*.

<sup>287</sup> *Vide* novamente a nota 285 sobre a diferença de casos comparáveis e também o Anexo 11b, referente aos resultados da aplicação do Teste de McNemar aos verbos que foram testados em quatro questões do inquérito.

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A8 expulsar	117	75
B6 expulsar	117	75
C21 expulsar	54	138
C27 expulsar	97	95

Tabela 34a: Frequências das variáveis A8, B6, C21 e C27 (verbo *expulsar*).

Número de ocorrências comparáveis	192
Significância	,000

Tabela 34b: Teste estatístico (verbo *expulsar*).

Entre todas as questões (globalmente)	A8 vs B6	A8 vs C21	A8 vs C27	B6 vs C21	B6 vs C27	C21 vs C27
0,000	1,000	0,000	0,027	0,000	0,000	0,000

Tabela 34c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *expulsar* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Forma participial	C27 expulsar		Total
	regular	irregular	
C21 expulsar regular	59	20	79
irregular	83	127	210
Total	142	147	289

Tabela 34d: Teste de McNemar – Cruzamento das variáveis C21 e C27 (verbo *expulsar*).

Portanto, no caso de *expulsar*, a significância da diferença não reside tanto entre o Grupo C e os restantes – como é o caso de *aceitar* e *empregar* –, nem entre a questão de A e as restantes, como aconteceu com *entregar*. Assim, e uma vez que os dados de A8 e de B6 são idênticos<sup>288</sup> (117 ocorrências da forma regular e 75 ocorrências da forma irregular), podemos dizer que a diferença expressa no valor de significância de 0.000 – aquando da comparação entre as quatro questões – dever-se-á, sobretudo, à oposição entre C21 e as restantes questões. Também B6 e C27 apresentam diferenças significativas.

Quanto a *matar*, e apesar de, ao cotejar as 209 ocorrências comparáveis das quatro questões, se verificar a prevalência da forma *morto* (com mais de 106 ocorrências em todas as questões), o nível de significância continua a ser de 0.000, o que nos permite afirmar que há diferenças significativas entre as respostas a algumas das questões. A maior diferença verificada no conjunto das respostas comparáveis reside entre as 106 ocorrências da forma irregular em B7 e as 140 em C14.

<sup>288</sup> Como se verifica na Tabela 34b, o nível de significância relativo ao confronto de A8 e B6 é de 1.000, o que significa que há uma correspondência quase total entre as respostas a estas questões.

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A10 matar	100	109
B7 matar	103	106
C14 matar	69	140
C28 matar	90	119

Tabela 35a: Frequências das variáveis A10, B7, C14 e C28 (verbo *matar*).

Número de ocorrências comparáveis	<b>209</b>
Significância	<b>,000</b>

Tabela 35b: Teste estatístico (verbo *matar*).

Entre todas as questões (globalmente)	A10 vs B7	A10 vs C14	A10 vs C28	B7 vs C14	B7 vs C28	C14 vs C28
	0,000	0,711	0,000	0,195	0,000	0,314

Tabela 35c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *matar* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Forma participial	C28 matar		Total
	regular	irregular	
B7 matar regular	75	75	150
B7 matar irregular	35	91	126
Total	110	166	276

Tabela 35d: Teste de McNemar – Cruzamento das variáveis B7 e C28 (verbo *matar*).

Forma participial	C28 matar		Total
	regular	irregular	
C14 matar regular	71	35	106
C14 matar irregular	45	137	182
Total	116	172	288

Tabela 35e: Teste de McNemar – Cruzamento das variáveis C14 e C28 (verbo *matar*).

No entanto, é de salientar que, ao confrontar apenas duas questões, na verdade, em B7, o número de ocorrências da forma regular é superior ao da forma irregular – *vide* Tabela 35d. De facto, através do teste de McNemar localizamos ainda mais diferenças que atingem o nível significativo: entre A10 e C14, assim como entre B7 e C28. Note-se, aliás, que os valores destas duas questões se revelam ainda mais distintos um em relação ao outro, ao analisarmos os resultados ao teste de McNemar – *vide* Tabela 35d. Uma vez que, como vimos, a comparação de apenas duas questões possibilita o cotejo de mais casos do que a comparação de quatro questões, por vezes, é necessário analisar os dados mais vastos do teste de McNemar. Na verdade, enquanto o teste Q de Cochran se aplicou apenas a 209 casos comparáveis, o teste de McNemar proporcionou a comparação de 276 casos. Assim, verificámos que, em B7, 150 informantes usaram a forma regular, ao passo que, em C28, houve 166 ocorrências da forma irregular.

Essa necessidade do recurso ao Teste de McNemar para melhor compreensão dos dados volta a sentir-se na análise das duas questões do Grupo C. É que, na comparação das quatro questões (Teste Q de Cochran) parece haver um decréscimo de formas irregulares entre a primeira e a última questões do Grupo C em que o verbo é testado. Contudo, recorrendo ao outro teste estatístico realizado, o teste de McNemar, verificamos que, neste caso, a discrepância não é assim tão grande, sendo o resultado da (não) comparabilidade de alguns dos casos. Na verdade, algumas das ocorrências da forma irregular em C14 provinham de informantes que não haviam respondido às **quatro** questões sobre o verbo *matar* e, por isso, não surgiam na tabela relativa ao teste Q de Cochran. Sendo assim, no caso específico das questões C14 e C28, é importante interpretar os dados do teste de McNemar – *vide* Tabela 35e. Assim, verifica-se que a diferença entre o número de ocorrências é de apenas 10, havendo, em ambas as questões, uma tendência para a forma irregular, com 182 casos em C14 e 172 em C28. O nível de significância é, pois, de 0.314, o que significa que as poucas diferenças que existem não atingem valores minimamente significativos.

As 181 ocorrências comparáveis das formas participiais de ***prender*** apresentam uma preponderância da forma regular, especialmente em A5 (164 ocorrências) e em B4 (167 ocorrências), mas também em C9, ainda que com menor robustez (103 ocorrências).

Na questão C20, a forma *preso* (99 ocorrências) ultrapassou a forma *prendido* (82 ocorrências), mas apenas em 17 casos. Assim, observamos que as diferenças entre as questões de A e de B não são minimamente expressivas<sup>289</sup>, mas que, entre A5 e C9, há diferenças significativas, assim como entre A5 e C20, B4 e C9, B4 e C20.

O facto de, mais uma vez, as duas questões de C apresentarem resultados significativamente diversos deve ser salientado. Todavia, se, para o verbo *expulsar*, o número de ocorrências da forma irregular diminui na última questão de C<sup>290</sup>, no caso

---

<sup>289</sup> A significância da diferença entre A5 e B9 é de 0.629, o que significa que há semelhança entre as respostas às questões em causa.

<sup>290</sup> No caso de *expulsar*, as respostas a ambas as questões de C (C21 e C27) evidenciam uma preferência pela forma irregular, porém de modo menos marcado na última questão (C27), havendo uma diferença significativa entre os dados das referidas questões. Algo semelhante acontece com os verbos *empregar* e *matar*, mas sem que haja uma diferença que se possa considerar significativa: a forma *morto*, por exemplo, regista 182 ocorrências, em C14, e desce apenas para 172, em C28. Ainda assim, como se disse, tanto em C14 como em C28 se nota uma preponderância da forma irregular.

de *prender*, é apenas na última questão de C que o número de ocorrências da forma irregular ultrapassa o da regular. Analisando o resultado do teste de McNemar (Tabela 36d), em que se utilizaram 289 casos comparáveis, verifica-se que o valor de ocorrências da forma regular em C9 (165) é semelhante ao do número de inquiridos que prefere a forma irregular em C20 (158). A diferença atinge, portanto, valores significativos. Assim, embora o uso das formas participiais do verbo *prender* não seja tão afetado por oscilação quanto o de outros verbos, na verdade, não deixa de existir variação também neste caso.

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A5 prender	164	17
B4 prender	167	14
C9 prender	103	78
C20 prender	82	99

Tabela 36a: Frequências das variáveis A5, B4, C9 e C20 (verbo *prender*).

Número de ocorrências comparáveis	<b>181</b>
Significância	<b>,000</b>

Tabela 36b: Teste estatístico (verbo *prender*).

Entre todas as questões (globalmente)	A5 vs B4	A5 vs C9	A5 vs C20	B4 vs C9	B4 vs C20	C9 vs C20
	0,000	0,629	0,000	0,000	0,000	0,001

Tabela 36c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *prender* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Forma participial		C20 prender		Total
		regular	irregular	
C9 prender	regular	98	67	165
	irregular	33	91	124
Total		131	158	289

Tabela 36d: Teste de McNemar – Cruzamento das variáveis C9 e C20 (verbo *prender*).

Por último, o verbo *sujeitar* evidencia uma tendência para o uso da forma regular em todas as questões. No entanto, na globalidade, mantêm-se diferenças significativas entre elas – com o valor de 0.006. O número de ocorrências da forma regular, entre A3, B15, C11 e C29, desce de 132 para 120, 110 e 109, respetivamente. Aliás, comparando, duas a duas, estas questões, obtivemos ainda mais dados, que nos permitem verificar que são significativamente diferentes não apenas os valores de A3 e C11, por um lado, e A3 e C29, por outro, mas também os de B15 e C11 e B15 e C29 – *vide* Tabelas 37d e 37e. Já C11 e C29 apresentam valores muito próximos – com a

significância de 1.000 –, destacando-se do outro grupo composto pelas questões A3 e B15 – que também não registam diferenças significativas entre si (0.144).

Questão	Forma participial	
	Regular	Irregular
A3 sujeitar	132	38
B15 sujeitar	120	50
C11 sujeitar	110	60
C29 sujeitar	109	61

Tabela 37a: Frequências das variáveis A3, B15, C11 e C29 (verbo *sujeitar*).

Número de ocorrências comparáveis	<b>170</b>
Significância	<b>,006</b>

Tabela 37b: Teste estatístico (verbo *sujeitar*).

Entre todas as questões (globalmente)	A3 vs B15	A3 vs C11	A3 vs C29	B15 vs C11	B15 vs C29	C11 vs C29
	0,000	0,144	0,004	0,001	0,006	0,004
						1,000

Tabela 37c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *sujeitar* nas quatro questões (Teste Q de Cochran e Teste de McNemar).

Forma participial		C11 sujeitar		Total
		regular	irregular	
B15 sujeitar	regular	137	59	196
	irregular	32	40	72
Total		169	99	268

Tabela 37d: Teste de McNemar – Cruzamento das variáveis B15 e C11 (verbo *sujeitar*).

Forma participial		C29 sujeitar		Total
		regular	irregular	
B15 sujeitar	regular	130	63	193
	irregular	34	38	72
Total		164	101	265

Tabela 37e: Teste de McNemar – Cruzamento das variáveis B15 e C29 (verbo *sujeitar*).

Assim, a conclusão mais relevante que se obtém da análise comparativa dos resultados obtidos nas diferentes questões consiste no reconhecimento inequívoco de uma tendência geral, que se estende a todos os verbos, para um uso mais frequente do que aquele que é registado nas respostas aos grupos A e B da forma participial irregular nas questões do Grupo C do inquérito.

Em A, 12 verbos registaram maior uso da sua forma participial regular. Apenas para *matar* e *cobrir* os inquiridos apresentaram preferência pela forma irregular. No Grupo B, nove verbos apresentam predomínio da forma regular – *prender, extinguir, eleger, sujeitar, expulsar, empregar; aceitar, matar* e *soltar* –, e seis verbos apresentam maior percentagem de ocorrências da forma irregular – *limpar, entregar, pagar, gastar, salvar* e *ganhar*. Em C, são menos os verbos a tender para o uso das formas participiais regulares – *enxugar, romper, juntar, libertar, sujeitar, prender, imprimir* e *soltar* – do que os que privilegiam o uso das formas irregulares – *encarregar, limpar, extinguir, matar, expulsar, empregar, eleger, entregar, aceitar, salvar, cobrir, pagar, gastar* e *ganhar*.

Note-se que a presença do **elemento distrator em cada uma das questões do Grupo A** não causou um maior uso da forma participial irregular. Em vez disso, o facto de as questões do Grupo A permitirem uma maior liberdade de escolha da resposta parece ter feito retrair os informantes em relação à forma mais onerosa, isto é, a forma participial irregular. Não só houve um maior uso das formas regulares neste grupo de questões, como também se registaram as percentagens mais elevadas de ocorrências nulas, geradas, na maioria dos casos, pelo uso de formas verbais simples. Assim, apesar de haver na parte A do inquérito um menor grau de condicionamento das respostas, os inquiridos preferiram usar uma forma obtida através das regras – tanto no caso das formas verbais simples, como nas compostas, recorrendo à forma participial regular.

Relativamente aos **resultados dos testes estatísticos**, registámos diferenças significativas entre as duas **questões** em que surgiam quase todos os verbos. *Soltar* é mesmo o único a não apresentar diferenças relevantes (B12 e C15 pendem similarmemente para a preferência pela forma regular). Para todos os outros verbos, o tipo de questão condicionou a natureza dos resultados. Quanto aos verbos testados

por quatro vezes no inquérito, averbámos muitas diferenças significativas, mas só o verbo *entregar* registou diferenças significativas entre todas as questões.

Nos casos de *expulsar* e *prender*, a análise comparativa revelou que apenas os resultados das questões dos grupos A e B não diferiram. Na verdade, essa ausência de diferenças significativas nas questões dos referidos grupos aconteceu em quase todos os verbos testados por quatro vezes – à exceção de *entregar*.

Também as duas questões do Grupo C originaram respostas pouco divergentes, para os verbos *aceitar*, *empregar*, *matar* e *sujeitar*. Contudo, os inquiridos já não tiveram um comportamento uniforme no que diz respeito aos verbos *expulsar*, *prender* e *entregar*, denotando dúvida e insegurança linguística no uso das respetivas formas participiais.

Já o verbo *matar* origina resultados semelhantes não apenas nas questões de A e de B, mas também em A10 e C28 e, ainda, nas duas questões do Grupo C.

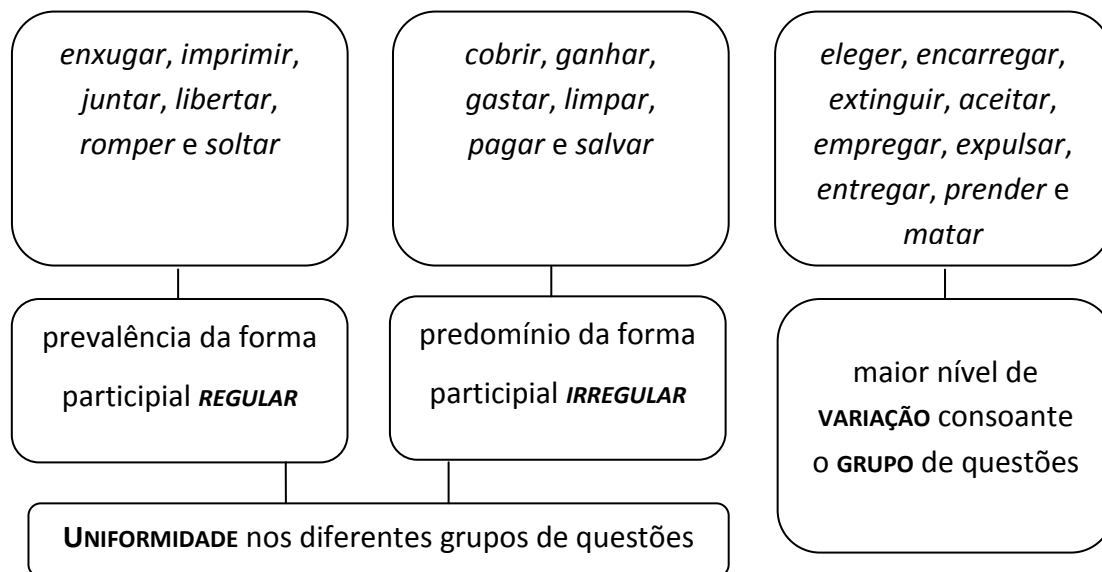
Face a esta análise, os dados permitem-nos agrupar os verbos em três conjuntos, consoante a maior ou menor uniformidade do seu comportamento nos diferentes tipos de questões. Por um lado, os verbos *enxugar*, *imprimir*, *juntar*, *libertar*, *romper* e *soltar*<sup>291</sup> obtiveram um predomínio de uso da forma *regular* em *todas* as questões. Do lado oposto, mas demonstrando igualmente uma certa homogeneidade dos resultados, os verbos *cobrir*, *ganhar*, *gastar*, *limpar*, *pagar* e *salvar* evidenciaram uma prevalência das suas formas *irregulares* em todas as questões em que foram testados. Já os verbos *eleger*, *encarregar*, *extinguir*, *aceitar*, *empregar*, *expulsar*, *entregar*, *prender* e *matar*, apresentam um maior nível de variação consoante as questões em causa, registando, numas, o predomínio de uso da forma participial regular e, noutras, da forma irregular. Em relação aos verbos *eleger*, *encarregar*, *extinguir*, *aceitar*, *empregar* e *expulsar*, apenas no Grupo C obtivemos uma prevalência da forma irregular. Para *entregar*, esse facto sucedeu nas questões do Grupo B e do Grupo C. O caso de *prender* é único: o uso da forma participial irregular sobressaiu apenas numa das duas questões do Grupo C (C20) em que o verbo era

---

<sup>291</sup> Como vimos, o verbo *soltar* teve, inclusivamente, , nos testes estatísticos, um resultado diferente em relação aos restantes verbos, já que não se registaram diferenças significativas entre as respostas a B12 e a C15. Para todos os outros verbos foram encontradas diferenças significativas entre algumas das questões.



testado – não tendo prevalecido também nem em A, nem em B. Já no que concerne ao verbo *matar*, a forma preferida foi a irregular em A e nas duas questões de C, ao passo que, em B, ainda que com pouca diferença, a forma regular prevaleceu. Note-se todavia, que as percentagens relativas a *matar* são, em todas as questões, consideravelmente próximas de 50%, o que traduz uma situação de variação bastante marcada.



**Diagrama 4:** Uniformidade e diferença nos resultados obtidos para cada verbo nos três grupos de questões.

### 4.2.3 Análise por ano de escolaridade

Neste subcapítulo, observaremos **separadamente** os resultados obtidos nos quatro grupos da amostra que dizem respeito a cada ano de escolaridade sob análise – *vide* Anexo 12A. Em primeiro lugar, em 4.2.3.1, comentaremos o **número de ocorrências válidas** e de **ocorrências nulas** e identificaremos a **moda** relativa a cada verbo. Seguidamente, atentaremos mais propriamente nas **ocorrências de formas participiais regulares e irregulares**. Fá-lo-emos por verbo e tomaremos em consideração qual o comportamento dos alunos de cada ano escolar nos diferentes grupos de questões<sup>292</sup>. Posteriormente, atentaremos nas médias obtidas por verbo – no conjunto de questões em que foi testado – em cada um dos quatro anos de escolaridade.

Então, em 4.2.3.2, procederemos ao **confronto** dos dados relativos aos quatro indicadores da variável *ano de escolaridade* – *vide* Anexo 12B. Mais uma vez, ponderaremos isoladamente os dados relativos a cada questão e, então, compararemos também a distribuição das médias das ocorrências participiais de cada verbo pelos anos de escolaridade em estudo. Esta análise não ficará completa sem a aplicação do teste estatístico de Qui-Quadrado – *vide* Anexo 13 –, através do qual poderemos verificar se há diferenças significativas entre os resultados obtidos para cada ano de escolaridade, permitindo ainda a identificação exata dos casos em que as diferenças atingem o nível de significância. Será possível, deste modo, saber se há diferenças entre os dados relativos ao 2º e ao 7º anos ou se as diferenças significativas residem entre o 7º e o 10º anos de escolaridade, por exemplo. Faremos esta análise para cada uma das questões do nosso inquérito.

---

<sup>292</sup> Neste caso, não se trabalha apenas com os dados dos informadores que deram respostas válidas, *simultaneamente*, em todas as questões em que determinado verbo surge, como acontecia com os testes estatísticos em que se comparavam precisamente as respostas às diferentes questões. Os testes estatísticos destinados à análise dos dados relativos a cada ano de escolaridade contemplam, portanto, todas as ocorrências válidas.

#### 4.2.3.1 Resultados parciais (2º, 5º, 7º e 10º anos)

##### **2º ano de escolaridade**

Partindo, neste momento, apenas dos dados gerais relativos ao **número de ocorrências válidas e de ocorrências nulas** resultantes da parte da amostra que frequentava o 2º ano de escolaridade<sup>293</sup> – vide Tabela 38 –, identificamos *empregar* (A4), *encarregar* (A6), *expulsar* (A8) e *sujeitar* (A3) como os verbos que geraram menor número de ocorrências válidas numa das questões em que foram testados – menos de 40%. Nas questões em causa, houve, portanto, mais de 60% dos inquiridos a optar por não responder ou a originar uma resposta inválida<sup>294</sup>. Confirmando a tendência geral já observada no subcapítulo em que analisámos a variável “grupo de questões”, estes números respeitantes aos níveis de *ocorrências nulas* mais elevados são todos relativos a questões do primeiro grupo (A). Todavia, devemos notar que o verbo *extinguir*, cuja percentagem de ocorrências nulas, em B14, também esteve perto dos 60% (57.4%), suscitou muitos pedidos de esclarecimento por parte dos alunos do 2º ano, que desconheciam o seu significado.

Quanto aos valores mais altos de ocorrências válidas, os verbos *aceitar* (C1), *empregar* (C2), *entregar* (C5) e *prender* (C9) registam, em questões do Grupo C, valores acima dos 90%, sendo *limpar* (C4) e *romper* (C6) outros dois verbos que também se destacam, com uma percentagem elevada e próxima (88.9%). Não podemos, no entanto, dizer que, para os alunos do 2º ano, estes foram os verbos que mais consenso geraram, já que, consoante o tipo de questão, os mesmos verbos originaram comportamentos bastante dissemelhantes. O verbo *empregar* é o exemplo mais flagrante dessa diversidade, pois, se, na questão A4, ocasionou 68.5% de ocorrências nulas, em C2, 90.7% dos informantes deram uma resposta válida. De facto, o tipo de questão parece ter uma importância decisiva não apenas na forma participial escolhida

---

<sup>293</sup> Recorde-se que inquirimos 54 alunos do 2º ano de escolaridade.

<sup>294</sup> No subcapítulo 4.2.4, analisaremos as ocorrências nulas e distinguiremos os casos de *não resposta* dos de *resposta inválida*.

– vide subcapítulo 4.2.2 –, mas também na quantidade das respostas dadas pelos informantes.

Na Tabela 38, encontramos já antecipados alguns resultados relativamente ao predomínio de formas participiais regulares ou irregulares, já que se regista a *moda* relativa a cada questão. Do total de 58 questões, apenas em nove se registou a forma *irregular* como a forma mais escolhida pelos inquiridos que frequentavam o segundo ano de escolaridade. Os verbos testados nessas nove questões do Grupo C são *cobrir*, *eleger*, *entregar*, *expulsar*, *ganhar*, *gastar*, *matar*, *pagar* e *salvar*. Nas restantes 49 questões, a forma regular foi sempre a que obteve maior número de ocorrências.

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Aceitar	A13	Nº	24	30	Regular
		%	44,4%	55,6%	
	B2	Nº	28	26	Regular
		%	51,9%	49,1%	
C1	Nº	50	4	Regular	
	%	92,6%	7,4%		
C24	Nº	40	14	Regular	
	%	74,1%	25,9%		
Cobrir	A14	Nº	25	29	Regular
		%	46,3%	53,7%	
C17	Nº	41	13	Irregular	
	%	75,9%	24,1%		
Eleger	B1	Nº	33	21	Regular
		%	61,1%	38,9%	
C13	Nº	46	8	Irregular	
	%	85,2%	14,8%		
Empregar	A4	Nº	17	37	Regular
		%	31,5%	68,5%	
	B10	Nº	28	26	Regular
		%	51,9%	48,1%	
C2	Nº	49	5	Regular	
	%	90,7%	9,3%		
C26	Nº	36	18	Regular	
	%	66,7%	33,3%		
Encarregar	A6	Nº	21	33	Regular
		%	38,9%	61,1%	
C19	Nº	41	13	Regular	
	%	75,9%	24,1%		

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Imprimir	A2	Nº	29	25	Regular
		%	53,7%	46,3%	
C18	Nº	40	14	Regular	
	%	74,1%	25,9%		
Juntar	A11	Nº	24	30	Regular
		%	44,4%	55,6%	
C22	Nº	39	15	Regular	
	%	72,2%	27,8%		
Libertar	A12	Nº	27	27	Regular
		%	50%	50%	
C23	Nº	41	13	Regular	
	%	75,9%	24,1%		
Limpar	B9	Nº	37	17	Regular
		%	68,5%	31,5%	
C4	Nº	48	6	Regular	
	%	88,9%	11,1%		
Matar	A10	Nº	27	27	Regular
		%	50%	50%	
	B7	Nº	41	13	Regular
		%	75,9%	24,1%	
C14	Nº	46	8	Regular	
	%	85,2%	14,8%		
C28	Nº	41	13	Irregular	
	%	75,9%	24,1%		
Pagar	B3	Nº	41	13	Regular
		%	75,9%	24,1%	
C3	Nº	50	4	Irregular	
	%	92,6%	7,4%		

<b>Entregar</b>	A1	Nº	34	20	Regular
		%	63,0%	37,0%	
	B13	Nº	38	16	Regular
		%	70,4%	29,6%	
	C5	Nº	49	5	Regular
		%	90,7%	9,3%	
	C25	Nº	41	13	Irregular
		%	75,9%	24,1%	
<b>Enxugar</b>	A9	Nº	28	26	Regular
		%	51,9%	48,1%	
	C7	Nº	47	7	Regular
		%	87%	13%	
<b>Expulsar</b>	A8	Nº	21	33	Regular
		%	38,9%	61,1%	
	B6	Nº	37	17	Regular
		%	68,5%	31,5%	
	C21	Nº	41	13	Irregular
	%	75,9%	24,1%		
	C27	Nº	40	14	Regular
		%	74,1%	25,9%	
<b>Extinguir</b>	B14	Nº	23	31	Regular
		%	42,6%	57,4%	
	C16	Nº	37	17	Regular
	%	68,5%	31,5%		
<b>Ganhar</b>	B8	Nº	36	18	Regular
		%	66,7%	33,3%	
	C12	Nº	47	7	Irregular
	%	87%	13%		
<b>Gastar</b>	B5	Nº	41	13	Regular
		%	75,9%	24,1%	
	C10	Nº	48	6	Irregular
	%	88,9%	11,1%		

<b>Prender</b>	A5	Nº	25	29	Regular
		%	46,3%	53,7%	
	B4	Nº	30	24	Regular
		%	55,6%	44,4%	
	C9	Nº	49	5	Regular
		%	90,7%	9,3%	
	C20	Nº	41	13	Regular
		%	75,9%	24,1%	
<b>Romper</b>	A7	Nº	25	29	Regular
		%	46,3%	53,7%	
	C6	Nº	48	6	Regular
	%	88,9%	11,1%		
<b>Salvar</b>	B11	Nº	39	15	Regular
		%	72,2%	27,8%	
	C8	Nº	46	8	Irregular
	%	85,2%	14,8%		
<b>Soltar</b>	B12	Nº	36	18	Regular
		%	66,7%	33,3%	
	C15	Nº	46	8	Regular
	%	85,2%	14,8%		
<b>Sujeitar</b>	A3	Nº	21	33	Regular
		%	38,9%	61,1%	
	B15	Nº	35	19	Regular
		%	64,8%	35,2%	
	C11	Nº	47	7	Regular
	%	87,0%	13,0%		
	C29	Nº	40	14	Regular
	%	74,1%	25,9%		

Tabela 38: Moda, número de ocorrências válidas e de ocorrências nulas (2º ano de escolaridade)

Analisando, agora, o número e a percentagem das **ocorrências de formas participiais regulares e irregulares** propriamente ditas – vide Tabela 39 –, verificamos que, para quase todos os verbos, as percentagens de formas regulares são superiores nas questões do Grupo A e/ ou B em comparação com as do Grupo C. E se, no caso dos verbos *imprimir* (A: 96.6%; C: 82.5%) e *ganhar* (A: 63.9%; C: 46.8%), a diferença não é muito grande, para os verbos *aceitar*, *cobrir*, *eleger*, *encarregar*, *entregar*, *enxugar*, *extinguir*, *gastar*, *juntar*, *libertar*, *limpar*, *matar*, *pagar*, *prender*, *romper*, *salvar*, *soltar* e *sujeitar*, as percentagens são substancialmente diversas. Por exemplo, a forma regular do verbo *juntar* atinge, em A, os 91.7%, passando para apenas 59% em C.

Verbos	Questões	Participios	A	%A	B	%B	C	%1C	C	%2C	%tC	T	%T
Aceitar	A13; B2; C1; C24	aceitado	21	87,5	22	78,6	32	64	24	60	62	99	69,7
		aceite	3	12,5	6	21,4	18	36	16	40	38	43	30,3
Cobrir	A14; C17	cobrido	21	84	--	--	15	36,6	--	--	--	36	54,5
		coberto	4	16	--	--	26	63,4	--	--	--	30	45,5
Eleger	B1; C13	elegido	--	--	31	93,9	20	43,5	--	--	--	51	64,6
		eleito	--	--	2	6,1	26	56,5	--	--	--	28	35,4
Empregar	A4; B10; C2; C26	empregado	11	64,7	24	85,7	35	71,4	24	66,7	69,0	94	72,3
		empregue	6	35,3	4	14,3	14	28,6	12	33,3	31,0	36	27,7
Encarregar	A6; C19	encarregado	20	95,2	--	--	26	63,4	--	--	--	46	74,2
		encarregue	1	4,8	--	--	15	36,6	--	--	--	16	25,8
Entregar	A1; B13; C5; C25	entregado	34	100	32	84,2	28	57,1	20	48,8	53,0	114	70,4
		entregue	0	0	6	15,8	21	42,9	21	51,2	47,0	48	29,6
Enxugar	A9; C7	enxugado	27	96,4	--	--	30	63,8	--	--	--	57	76,0
		enxuto	1	3,6	--	--	17	36,2	--	--	--	18	24,0
Expulsar	A8; B6; C21; C27	expulsado	16	76,2	33	89,2	17	41,5	21	52,5	47,0	87	62,6
		expulso	5	23,8	4	10,8	24	58,5	19	47,5	53,0	52	37,4
Extinguir	B14; C16	extinguido	--	--	21	91,3	19	51,4	--	--	--	40	66,7
		extinto	--	--	2	8,7	18	48,6	--	--	--	20	33,3
Ganhar	B8; C12	ganhado	--	--	23	63,9	22	46,8	--	--	--	45	54,2
		ganho	--	--	13	36,1	25	53,2	--	--	--	38	45,8
Gastar	B5; C10	gastado	--	--	32	78,0	15	31,2	--	--	--	47	52,8
		gasto	--	--	9	22,0	33	68,8	--	--	--	42	47,2
Imprimir	A2; C18	imprimido	28	96,6	--	--	33	82,5	--	--	--	61	88,4
		impresso	1	3,4	--	--	7	17,5	--	--	--	8	11,6
Juntar	A11; C22	juntado	22	91,7	--	--	23	59,0	--	--	--	45	71,4
		junto	2	8,3	--	--	16	41,0	--	--	--	18	28,6
Libertar	A12; C23	libertado	26	96,3	--	--	22	53,7	--	--	--	48	70,6
		liberto	1	3,7	--	--	19	46,3	--	--	--	20	29,4
Limpar	B9; C4	limpado	--	--	30	81,1	26	54,2	--	--	--	56	65,9
		limpo	--	--	7	18,9	22	45,8	--	--	--	29	34,1
Matar	A10; B7; C14; C28	matado	25	92,6	38	92,7	29	63,0	20	48,8	55,9	112	72,3
		morto	2	7,4	3	7,3	17	37,0	21	51,2	44,1	43	27,7
Pagar	B3; C3	pagado	--	--	37	90,2	19	38,0	--	--	--	56	61,5
		pago	--	--	4	9,8	31	62,0	--	--	--	35	38,5
Prender	A5; B4; C9; C20	prendido	25	100	27	90,0	29	59,2	24	58,5	58,9	105	72,4
		preso	0	0,0	3	10,0	20	40,8	17	41,5	41,1	40	27,6
Romper	A7; C6	rompido	24	96,0	--	--	30	62,5	--	--	--	54	74,0
		roto	1	4,0	--	--	18	37,5	--	--	--	19	26,0
Salvar	B11; C8	salvado	--	--	30	76,9	20	43,5	--	--	--	50	58,8
		salvo	--	--	9	23,1	26	56,5	--	--	--	35	41,2
Soltar	B12; C15	soltado	--	--	31	86,1	23	50,0	--	--	--	54	65,9
		solto	--	--	5	13,9	23	50,0	--	--	--	28	34,1
Sujeitar	A3; B15; C11; C29	sujeitado	19	90,5	31	88,6	26	55,3	21	52,5	53,9	97	67,8
		sujeito	2	9,5	4	11,4	21	44,7	19	47,5	46,1	46	32,2
<b>Totais</b>			<b>348</b>		<b>523</b>		<b>996</b>		<b>279</b>			<b>2146</b>	

Tabela 39: Número e percentagem de ocorrências válidas por verbo e por questão (2º ano de escolaridade)<sup>295</sup>

<sup>295</sup> Para cada questão pertencente aos grupos A, B e C, temos duas colunas, uma respeitante ao valor absoluto das respostas e outra relativa ao valor percentual. Como nenhum verbo é testado mais do que quatro vezes, oito é o número de colunas previstas, mas nem sempre preenchidas – no caso dos verbos que surgem em apenas duas questões. Relativamente aos verbos das categorias 3, 4, 7 e 8 da tipologia criada com base nos resultados da análise de ocorrências no RL, poderemos fazer uma comparação mais pormenorizada, já que estes foram testados em todos os exercícios. Para além dessas oito colunas,

Quanto ao verbo *ganhar* referido acima, apesar de a diferença entre os resultados às questões do Grupo A e do Grupo C ser inferior (17%) à registada para outros verbos, a tendência para o uso da forma participial regular não se mostra tão definida como no caso de *imprimir*, cujas percentagens ultrapassam, em ambas as questões, os 80%.

Já o verbo *empregar*, de algum modo, ilustra a exceção, sendo este o único verbo para o qual a percentagem de ocorrências da forma regular na questão do Grupo A (A4: 64.7%) não é superior em relação às registadas nas questões do Grupo C – C2 (71.4%) e C26 (66.7%). Acima deste valor encontra-se ainda a percentagem de ocorrências da forma *empregado* na questão B10 (85.7%); porém, como vimos, este dado segue a tendência verificada para os restantes verbos.

Observando, separadamente, na Tabela 39, cada uma das colunas que dizem respeito aos três grupos de questões, verifica-se que, em **A**, para muitos dos verbos, a forma *regular* obteve mais de 80% e até de 90% das ocorrências. Aliás, as formas *entregado* e *prendido* atingem mesmo os 100%. Apenas *empregar* (64.7%) e *expulsar* (76.2%) apresentam valores abaixo dos 80%, o que se pode relacionar com o facto de estes verbos terem obtido altas taxas de ocorrências nulas (acima dos 60%) neste ano escolar e nestas questões em concreto. Mesmo a forma *cobrido* (*cobrir*), que é poucas vezes apontada sequer como existente nas gramáticas escolares, atinge 84%. Este dado pode ser interpretado como indício de uma tendência geral das crianças desta faixa etária para a regularização. De facto, sabendo que a forma *coberto* é apontada como a única forma participial irregular na maior parte das gramáticas e prevendo que, no *input* proveniente de adultos, seja essa a forma mais registada, a explicação possível para o uso maioritário da forma regular pelos alunos do 2º ano de escolaridade consiste na maior facilidade de aquisição das regularidades, pela sua própria natureza (Pinker, 1995b). Como vimos no subcapítulo 2.2.1, a *verdadeira*<sup>296</sup>

---

temos ainda duas com o total das ocorrências – valor absoluto – e respetiva percentagem de cada verbo nas duas ou quatro questões em que foram testados. O cálculo percentual foi feito a partir do número total de ocorrências (na coluna anterior).

<sup>296</sup> Ainda que haja registos de formas irregulares num primeiro estágio, essa fase é de *imitação*, havendo depois o uso da forma regular e, só numa terceira fase, se dá a verdadeira aquisição da forma irregular. Eve Clark (1992: 11) descreve os estádios de aquisição de morfemas gramaticais: após um momento de uso esporádico das formas irregulares, no momento em que as crianças adquirem o sufixo regular *-ed*, usam-no mesmo em verbos que possuem uma forma irregular. Depois de um período de regularização

aquisição das formas irregulares é, regra geral, posterior à das formas regulares e o *input* tem um papel decisivo nesse processo. Os nossos dados permitem-nos deduzir que, no que concerne ao conhecimento do participio passado, os alunos do 2º ano de escolaridade ainda não são capazes de mobilizar as formas irregulares de alguns dos verbos testados. Recordemos que dizer que ainda não conseguem dispor de algumas formas irregulares não significa que os indivíduos ainda não as tenham ouvido/ visto, mas tão somente que o *input* ainda não foi suficiente para que essa aquisição se tenha estabilizado, já que estudos sobre a memória comprovam que a probabilidade da aquisição das irregularidades aumenta a cada exposição auditiva ou visual (Paradis, 2004; Ullman, 2004; Pinker, 1995b). Podemos, portanto, interpretar a forte prevalência das formas participiais regulares registada para todos os verbos, no Grupo A, e, em especial, para o verbo *cobrir*, nos dados provenientes de alunos do 2º ano de escolaridade, como testemunho da propensão para a regularização, estratégia que compensa a exposição insuficiente às formas participiais irregulares no *input*<sup>297</sup>.

Relativamente ao Grupo B, nota-se igualmente um predomínio claro da forma participial regular, com percentagens acima dos 80%, excetuando os casos de *aceitar* (78.6%), *ganhar* (63.9%), *gastar* (78%) e *salvar* (76.9%). Não obtemos, ao contrário do que acontece em A, resultados de 100% para nenhuma das formas participiais em nenhum dos verbos.

No Grupo C, ainda que, maioritariamente, a forma regular continue a sobrepor-se à irregular, surgem alguns verbos cujas formas participiais irregulares superam, em termos de número de ocorrências, o das formas regulares. É o caso das formas *coberto* (63.4%), *eleito* (56.5%), *ganho* (53.2%), *gasto* (68.8%), *salvo* (56.5%) e, ainda, em apenas uma das duas questões de C em que estes verbos eram testados, *entregue* (C25: 51.2%), *expulso* (C21: 58.5%) e *morto* (C28: 51.2%). Nestes nove verbos

---

muito acentuada, há uma substituição gradual pelas formas irregulares adequadas. Por exemplo, no inglês, *goed* ou *bringed* são substituídas por *went* e *brought*, respetivamente.

É como se, no Pretérito Perfeito simples do português, as crianças seguissem o processo de aquisição em *u* (cf. «u-shaped acquisition» Pinker, 1995b), imitando, em primeiro lugar a forma irregular *fiz*; depois, aquando da aquisição da regra produziriam a forma *fazi* e, só mais tarde, adquiriam verdadeiramente a forma irregular *fiz*.

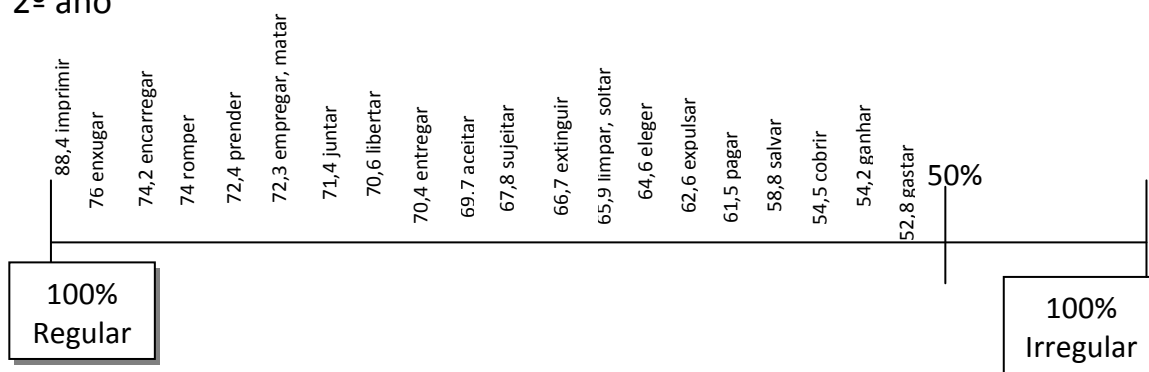
<sup>297</sup> Daí que, como veremos já de seguida, os resultados de A e de B diverjam de C, grupo em que houve uma seleção muito maior da forma irregular, mesmo neste segmento de inquiridos do 2º ano de escolaridade. Note-se, portanto, a dissonância entre a capacidade de produção de uma forma e a sua avaliação subjetiva.



há, portanto, apenas uma pequena diferença entre o número de ocorrências da forma regular e da forma irregular. Algo semelhante acontece com os verbos que se identificam de seguida, havendo, porém, uma prevalência, por vezes um pouco mais marcada, da forma regular: *aceitar* (62%), *empregar* (69%), *encarregar* (63.4%), *enxugar* (63.8%), *extinguir* (61.4%), *juntar* (59%), *libertar* (53.7%), *limpar* (54.2%), *prender* (58.9%), *romper* (62.5%) e *sujeitar* (53.9%). As formas participiais do verbo *soltar* ocorreram em igual número, perfazendo ambas 50%. Como já referimos, a forma regular do verbo *imprimir* sobressai em C com uma percentagem mais marcada (82.5%), quando a comparamos com as percentagens obtidas para todos os outros verbos.

Se atentarmos, neste momento, nas **médias totais** obtidas por verbo no segundo ano de escolaridade – *vide* Tabela 39 e Diagrama 5 –, verificamos que há uma clara tendência para o uso da forma participial *regular*. Pese embora o facto de, como vimos, nalgumas questões do Grupo C, a forma preferida ser a irregular, no conjunto das questões dos diferentes grupos, para nenhum verbo se atinge mais de 50% para a forma participial irregular. Ainda assim, os verbos *gastar*, *ganhar*, *cobrir* e *salvar* são os que mais se aproximam dessa situação, já que as suas formas participiais regulares apresentam uma média de ocorrências de 52.8%, 54.2%, 54.5% e 58.8%, respetivamente.

## 2º ano



**Diagrama 5:** Tendências e percentagens de formas participiais em todo o inquérito (média do total de ocorrências) verificadas na parte da amostra respeitante ao 2º ano de escolaridade.

As formas participiais regulares de oito verbos (*pagar*, *expulsar*, *eleger*, *limpar*, *soltar*, *extinguir*, *sujeitar* e *aceitar*) registaram entre 61.5% e 69.7%. Os dados relativos aos restantes nove verbos demonstram uma maior convicção na escolha da forma

regular, situando-se as percentagens do seu uso entre os 70 e os 76%. Contudo, na verdade, é importante recordar que, consoante o grupo de questões em causa, os resultados são bastante variados, havendo, por vezes, uma diferença de mais de 40% (cf. forma regular de *libertar*: A, 96.3%; C, 53.7%). Saliente-se, por outro lado, o caso de *imprimir*, que foi o verbo que revelou menor discrepância entre as respostas às questões dos dois grupos, A e C, e cuja forma regular obteve, em média, 88.4%.

No total, das 2146 ocorrências de formas participiais provenientes dos 54 alunos que frequentavam o 2º ano de escolaridade, 1454 (67.8%) correspondem a formas regulares e só 692 (32.2%) são formas irregulares.

### **5º ano de escolaridade**

A nossa amostra contém 86 alunos que frequentavam o 5º ano de escolaridade. A observação genérica da Tabela 40 faz imediatamente sobressair o facto de o **número de não respostas e casos inválidos** ser bastante inferior ao que registámos nos dados relativos ao 2º ano. De facto, podemos afirmar que, na maioria das questões, obtivemos mais de 90% de ocorrências válidas. Note-se que esta alta percentagem não atinge apenas questões do Grupo C, mas também questões do Grupo B. No entanto, os resultados continuam a demonstrar que os inquiridos têm um comportamento diferente perante as questões do Grupo A. E não só o número de ocorrências nulas é superior no Grupo A – como vemos na Tabela 40 –, como o tipo de respostas também difere substancialmente do obtido nos outros dois grupos de questões – como veremos na Tabela 41. De facto, no Grupo A, a percentagem obtida pela categoria que engloba as ocorrências inválidas e os casos de não resposta ronda os 50%, estando entre os 41.9 (*matar*) e os 58.1% (*encarregar*). Só nas questões A3 (*sujeitar*) e A4 (*empregar*), o valor de ocorrências nulas ultrapassa os 70%, respetivamente 70.9% e 72.1%.

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Aceitar	A13	Nº	44	42	Regular
		%	51,2%	48,8%	
	B2	Nº	68	18	Regular
		%	79,1%	20,9%	
	C1	Nº	85	1	Irregular
	%	98,8%	1,2%		
	C24	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
Cobrir	A14	Nº	45	41	Regular
		%	52,3%	47,7%	
	C17	Nº	85	1	Irregular
	%	98,8%	1,2%		
Eleger	B1	Nº	79	7	Regular
		%	91,9%	8,1%	
	C13	Nº	85	1	Irregular
	%	98,8%	1,2%		
Empregar	A4	Nº	24	62	Regular
		%	27,9%	72,1%	
	B10	Nº	80	6	Regular
		%	93,0%	7,0%	
	C2	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
	C26	Nº	80	6	Irregular
		%	93,0%	7,0%	
Encarregar	A6	Nº	36	50	Regular
		%	41,9%	58,1%	
	C19	Nº	85	1	Irregular
	%	98,8%	1,2%		
Entregar	A1	Nº	42	44	Regular
		%	48,8%	51,2%	
	B13	Nº	83	3	Regular
		%	96,5%	3,5%	
	C5	Nº	84	2	Irregular
	%	97,7%	2,3%		
	C25	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
Enxugar	A9	Nº	43	43	Regular
		%	50,0%	50,0%	
	C7	Nº	84	2	Regular
	%	97,7%	2,3%		
Expulsar	A8	Nº	39	47	Regular
		%	45,3%	54,7%	

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Imprimir	A2	Nº	38	48	Regular
		%	44,2%	55,8%	
	C18	Nº	83	3	Irregular
	%	96,5%	3,5%		
Juntar	A11	Nº	38	48	Regular
		%	44,2%	55,8%	
	C22	Nº	85	1	Regular
	%	98,8%	1,2%		
Libertar	A12	Nº	43	43	Regular
		%	50,0%	50,0%	
	C23	Nº	85	1	Regular
	%	98,8%	1,2%		
Limpar	B9	Nº	83	3	Regular
		%	96,5%	3,5%	
	C4	Nº	85	1	Irregular
	%	98,8%	1,2%		
Matar	A10	Nº	50	36	Regular
		%	58,1%	41,9%	
	B7	Nº	82	4	Regular
		%	95,3%	4,7%	
	C14	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
	C28	Nº	84	2	Irregular
		%	97,7%	2,3%	
Pagar	B3	Nº	80	6	Regular
		%	93,0%	7,0%	
	C3	Nº	85	1	Irregular
	%	98,8%	1,2%		
Prender	A5	Nº	45	41	Regular
		%	52,3%	47,7%	
	B4	Nº	62	24	Regular
		%	72,1%	27,9%	
	C9	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
	C20	Nº	83	3	Irregular
		%	96,5%	3,5%	
Romper	A7	Nº	41	45	Regular
		%	47,7%	52,3%	
	C6	Nº	85	1	Regular
	%	98,8%	1,2%		
Salvar	B11	Nº	81	5	Irregular
		%	95,1%	4,9%	

	B6	Nº	84	2	Regular
		%	97,7%	2,3%	
	C21	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
	C27	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
Extinguir	B14	Nº	63	23	Regular
		%	73,3%	26,7%	
	C16	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
Ganhar	B8	Nº	79	7	Irregular
		%	91,9%	8,1%	
	C12	Nº	84	2	Irregular
		%	97,7%	2,3%	
Gastar	B5	Nº	83	3	Regular
		%	96,5%	3,5%	
	C10	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	

		%	94,2%	5,8%	
	C8	Nº	85	1	Irregular
		%	98,8%	1,2%	
Soltar	B12	Nº	83	3	Regular
		%	96,5%	3,5%	
	C15	Nº	84	2	Irregular
		%	97,7%	2,3%	
Sujeitar	A3	Nº	25	61	Regular
		%	29,1%	70,9%	
	B15	Nº	79	7	Regular
		%	91,9%	8,1%	
	C11	Nº	84	2	Regular
		%	97,7%	2,3%	
	C29	Nº	85	1	Regular
		%	98,8%	1,2%	

Tabela 40: Moda, número de ocorrências válidas e de ocorrências nulas (5º ano de escolaridade)

Em 25 das 58 questões, a forma mais selecionada foi a irregular. Excetuando duas questões, as restantes 23 em que se registou o predomínio de uso da forma irregular pertencem ao Grupo C. As duas exceções são B8 e B11, relativas aos verbos *ganhar* e *salvar*. Assim, estes dois verbos apresentam, nas duas questões em que foram avaliados, a mesma *moda*, demonstrando claramente que este grupo de inquiridos tem preferência pela forma irregular de *ganhar* e *salvar*. No lado oposto, encontramos cinco verbos que, nas duas ou nas quatro questões em que são objeto de investigação, apresentam como preferida a forma regular. Trata-se dos verbos *enxugar*, *juntar*, *libertar*, *romper* e *sujeitar*.

Analisando, agora, a Tabela 41, registamos, tal como nos dados relativos ao 2º ano, percentagens altas das formas participiais regulares nas questões do Grupo A. A maioria dos verbos que integraram as questões deste grupo apresenta mais de 80% de formas regulares. Desde *sujeitado*, com 80%, passando por *libertado* (81.4%), *empregado* (83.3%), *entregado* (83.3%), *juntado* (84.2%), *prendido* (88.9%), *imprimido* (89.5%), chegando até a ultrapassar os 90%, nos casos de *enxugado* (93%), *encarregado* (94.4%) e *rompido* (97.6%), os alunos do 5º ano que geraram ocorrências válidas optaram fortemente, neste primeiro momento, pelas formas participiais

regulares. Abaixo dos 80%, encontramos as formas *expulsado* (79.5%), *aceitado* (75%), *matado* (62%) e *cobrido* (55.6%).

Verbos	Questões	Participios	A	%A	B	%B	C	%1C	C	%2C	%tC	T	%T
Aceitar	A13; B2; C1; C24	aceitado	33	75	49	72,1	25	29,4	18	21,2	25,3	125	44,3
		aceite	11	25	19	27,9	60	70,6	67	78,8	74,7	157	55,7
Cobrir	A14; C17	cobrido	25	55,6	--	--	16	18,8	--	--	--	41	31,5
		coberto	20	44,4	--	--	69	81,2	--	--	--	89	68,5
Eleger	B1; C13	elegido	--	--	66	83,5	23	27,1	--	--	--	89	54,3
		eleito	--	--	13	16,5	62	72,9	--	--	--	75	45,7
Empregar	A4; B10; C2; C26	empregado	20	83,3	57	71,3	29	34,1	31	38,8	36,4	137	50,9
		empregue	4	16,7	23	28,8	56	65,9	49	61,3	63,6	132	49,1
Encarregar	A6; C19	encarregado	34	94,4	--	--	35	41,2	--	--	--	69	57,0
		encarregue	2	5,6	--	--	50	58,8	--	--	--	52	43,0
Entregar	A1; B13; C5; C25	entregado	35	83,3	52	62,7	29	34,5	21	24,7	29,6	137	46,6
		entregue	7	16,7	31	37,3	55	65,5	64	75,3	70,4	157	53,4
Enxugar	A9; C7	enxugado	40	93,0	--	--	54	64,3	--	--	--	94	74,0
		enxuto	3	7,0	--	--	30	35,7	--	--	--	33	26,0
Expulsar	A8; B6; C21; C27	expulsado	31	79,5	59	70,2	21	24,7	35	41,2	32,9	146	49,8
		expulso	8	20,5	25	29,8	64	75,3	50	58,8	67,1	147	50,2
Extinguir	B14; C16	extinguido	--	--	49	77,8	24	28,2	--	--	--	73	49,3
		extinto	--	--	14	22,2	61	71,8	--	--	--	75	50,7
Ganhar	B8; C12	ganhado	--	--	24	30,4	9	10,7	--	--	--	33	20,2
		ganho	--	--	55	69,6	75	89,3	--	--	--	130	79,8
Gastar	B5; C10	gastado	--	--	45	54,2	16	18,8	--	--	--	61	36,3
		gasto	--	--	38	45,8	69	81,2	--	--	--	107	63,7
Imprimir	A2; C18	imprimido	34	89,5	--	--	36	43,4	--	--	--	70	57,9
		impresso	4	10,5	--	--	47	56,6	--	--	--	51	42,1
Juntar	A11; C22	juntado	32	84,2	--	--	45	52,9	--	--	--	77	62,6
		junto	6	15,8	--	--	40	47,1	--	--	--	46	37,4
Libertar	A12; C23	libertado	35	81,4	--	--	51	60,0	--	--	--	86	67,2
		liberto	8	18,6	--	--	34	40,0	--	--	--	42	32,8
Limpar	B9; C4	limpado	--	--	48	57,8	32	37,6	--	--	--	80	47,6
		limpo	--	--	35	42,2	53	62,4	--	--	--	88	52,4
Matar	A10; B7; C14; C28	matado	31	62,0	56	68,3	30	35,3	30	35,7	35,5	147	48,8
		morto	19	38,0	26	31,7	55	64,7	54	64,3	64,5	154	51,2
Pagar	B3; C3	pagado	--	--	43	53,8	9	10,6	--	--	--	52	31,5
		pago	--	--	37	46,3	76	89,4	--	--	--	113	68,5
Prender	A5; B4; C9; C20	prendido	40	88,9	57	91,9	42	49,4	30	36,1	42,8	169	61,5
		preso	5	11,1	5	8,1	43	50,6	53	63,9	57,2	106	38,5
Romper	A7; C6	rompido	40	97,6	--	--	46	54,1	--	--	--	86	68,3
		roto	1	2,4	--	--	39	45,9	--	--	--	40	31,7
Salvar	B11; C8	salvado	--	--	39	48,1	18	21,2	--	--	--	57	34,3
		salvo	--	--	42	51,9	67	78,8	--	--	--	109	65,7
Soltar	B12; C15	soltado	--	--	53	63,9	34	40,5	--	--	--	87	52,1
		solto	--	--	30	36,1	50	59,5	--	--	--	80	47,9
Sujeitar	A3; B15; C11; C29	sujeitado	20	80,0	56	70,9	44	52,4	48	56,5	54,4	168	61,5
		sujeito	5	20,0	23	29,1	40	47,6	37	43,5	45,6	105	38,5
<b>Totais</b>			<b>553</b>		<b>116</b>		<b>186</b>		<b>587</b>		<b>417</b>		

Tabela 41: Número e percentagem de ocorrências válidas por verbo e por questão (5º ano de escolaridade)

No Grupo B, as percentagens de formas regulares são bastante mais baixas, ultrapassando apenas por duas vezes os 80% (*elegido*: 83.5%; *prendido*: 91.9%). Os

verbos *prender* e *matar* são os únicos cujas formas participiais regulares obtêm percentagem de uso maior na questão do Grupo B do que em A (*matado* A: 62%; B: 68.3%; *prendido* A: 88.9%; B: 91.9%). Inversamente, registámos cinco verbos que apresentaram uma percentagem mais baixa de formas regulares em B do que em A: *entregar* (A: 83.3%; B: 62.7%), *empregar* (A: 83.3%; B: 71.3%), *sujeitar* (A: 80%; B: 70.9%), *expulsar* (A: 79.5%; B: 70.2%) e *aceitar* (A: 75%; B: 72.1%).

Houve apenas dois verbos em relação aos quais os sujeitos não apresentaram orientação para o uso da forma regular, em B. Trata-se de dois verbos que não tinham sido testados no Grupo A: *ganhado* obtêm apenas 30.4%, e *salvado*, 48.1%. Ao contrário, e tal como *eleger*, os restantes cinco verbos que também não foram testados em A apresentam valores mais altos da forma regular: trata-se de *extinguido*, com 77.8%; *soltado*, com 63.9%; *limpado*, com 57.8%; *gastado*, com 54.2%; e *pagado*, com 53.8%.

Nas questões do Grupo C, os resultados são completamente diferentes, pois, para a maioria dos verbos, é a forma *irregular* a mais seleccionada. Com percentagens acima dos 80%, estão *coberto* (81.2%), *ganho* (89.3%), *gasto* (81.2%) e *pago* (89.4%). *Salvo* (78.8%), *aceite* (70.6% e 78.8%, perfazendo a média de 74.7%)<sup>298</sup>, *eleito* (72.9%), *extinto* (71.8%) e *entregue* (65.5% e 75.3%, perfazendo a média de 70.4%) surgem imediatamente a seguir com mais de 70%.

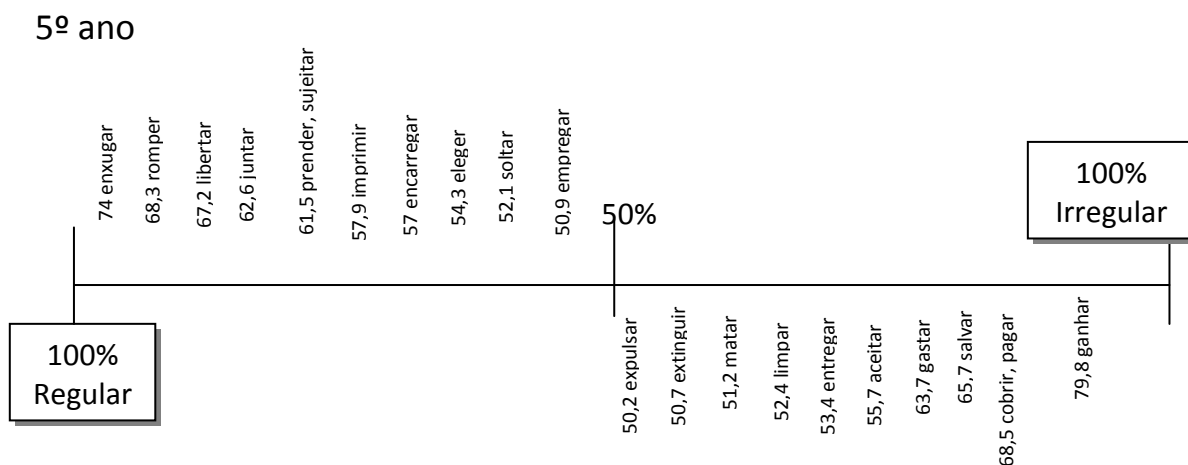
Entre os 60 e os 70% de formas irregulares, encontrámos os verbos *expulsar* (75.3% e 58.8%, perfazendo a média de 67.1%), *matar* (64.7% e 64.3%, perfazendo a média de 64.5%), *empregar* (65.9% e 61.3%, perfazendo a média de 63.6%) e *limpar* (62.4%). Ainda com valores superiores de uso das suas formas irregulares em relação às respectivas formas regulares, registámos os verbos *soltar* (59.5%), *encarregar* (58.8%), *imprimir* (56.6%) e *prender* (50.6%).

Em C, foram apenas cinco os verbos a apresentar valores mais altos para as suas formas participiais regulares: *enxugar* (64.3%), *libertar* (60%), *romper* (54.1%), *juntar* (52.9%) e *sujeitar* (52.4%).

---

<sup>298</sup> No caso dos verbos testados duas vezes no grupo C, apresentamos ambos os valores, mas tomamos a média como referência.

Assim, podemos concluir que, para os 86 alunos que frequentavam o 5º ano no momento da realização do inquérito, as duas atividades de produção condicionada geraram, maioritariamente, o uso das formas participiais regulares, ao passo que a atividade que consistia em ajuizar sobre a aceitabilidade das formas participiais alternativas originou sobretudo a preferência pelas formas irregulares. Esta distribuição suscitou o resultado global que surge no Diagrama 6, havendo, para metade dos verbos inquiridos, mais de 50% de formas irregulares e, para a outra metade, o predomínio de formas regulares. Efetivamente, neste subgrupo de inquiridos do 5º ano, os verbos selecionados para o nosso inquérito distribuíram-se de modo equilibrado, em função da preferência por uma ou outra forma participial: o subtotal do número de ocorrências é de 2084 (49.95%) de formas participiais regulares e 2088 (50.05%) de formas participiais irregulares.



**Diagrama 6:** Tendências e percentagens de formas participiais em todo o inquérito (média do total de ocorrências) verificadas na parte da amostra respeitante ao 5º ano de escolaridade.

Os cinco verbos em relação aos quais se mantém o predomínio da forma regular nas duas ou nas quatro questões em que são objeto de pesquisa são *enxugar*, *libertar*, *romper*, *juntar* e *sujeitar*, cujas formas regulares obtêm, assim, nos subtotais, entre 74% e 61.5% das ocorrências. Acima dos 60%, ficou também a forma *prendido*. Houve ainda cinco verbos para os quais se registou a escolha preponderante pela forma regular, porém atingindo apenas uma média de 50 a 58%. Foram os verbos *imprimir*, *encarregar*, *eleger*, *soltar* e *empregar*.

Entre os 50 e os 56% de uso da forma irregular, ficaram os verbos *expulsar*, *extinguir*, *matar*, *limpar*, *entregar* e *aceitar*. As formas *gasto*, *salvo*, *coberto* e *pago* foram usadas em 63% a 69% das ocorrências do verbo respetivo. Muito perto dos 80%, registamos a forma *ganho* (79.8%), que se manteve, nas duas questões em que surgia o verbo, como a forma mais usada. Recorde-se que este é também o caso de *salvo* (65.7%).

Globalmente, estes resultados evidenciam o facto de as formas participiais irregulares já estarem disponíveis num elevado grau para os sujeitos do 5º ano de escolaridade. No que concerne, especificamente, ao verbo *ganhar*, é forte e constante o domínio da forma *ganho*, o que se harmoniza com a descrição dos usos feita numa das gramáticas de “referência”<sup>299</sup>.

### **7º ano de escolaridade**

Na Tabela 42, observamos que os 114 alunos inquiridos que frequentavam o 7º ano de escolaridade produziram uma percentagem muito alta de ocorrências válidas, sendo esta de mais de 90% para a maior parte das questões. Aliás, a percentagem mais alta de ocorrências nulas que obtivemos neste ano escolar foi de apenas 26.3% (A9, verbo *enxugar*). O verbo *empregar* gera também 25.4% de ocorrências nulas na questão A4, mas, nas restantes questões e nos outros verbos, os valores de não resposta ou de resposta inválida são muito baixos. A *enxugar* e *empregar* seguem-se *juntar* e *sujeitar* (19.3%), *encarregar* (18.4%) *aceitar* e *entregar* (17.5%), *expulsar* e *prender* (16.7%), *libertar*, *matar* e *romper* (14.9%), *cobrir* e *imprimir* (14%), sempre em questões do Grupo A.

De facto, apesar de o número de inquiridos deste segmento da amostra ser elevado – 114 indivíduos –, foram várias as questões do Grupo C às quais a totalidade respondeu. Referimo-nos a C1 (*aceitar*), C2 (*empregar*), C19 (*encarregar*), C25

---

<sup>299</sup> Cunha e Cintra (1995: 440) agrupam *ganhar*, *gastar* e *pagar* para dizer que, hoje em dia, possuem apenas a forma participial irregular. Vide 3.1.2.



(entregar), C10 (gastar), C22 (juntar), C4 (limpar), C3 (pagar), C20 (prender), C6 (romper) e C29 (sujeitar). Para além disso, várias questões do Grupo C, mas igualmente do Grupo B, alcançaram mais de 90% de ocorrências válidas, tal como B2 (aceitar), B1 (eleger), B10 (empregar), B13 (entregar), B6 (expulsar), B8 (ganhar), B5 (gastar), B9 (limpar), B7 (matar), B3 (pagar), B4 (prender), B11 (salvar), B12 (soltar) e B15 (sujeitar).

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Aceitar	A13	Nº	94	20	Regular
		%	82,5%	17,5%	
	B2	Nº	105	9	Regular
		%	92,1%	7,9%	
	C1	Nº	114	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Cobrir	C24	Nº	112	2	Irregular
		%	98,2%	1,8%	
Cobrir	A14	Nº	98	16	Irregular
		%	86,0%	14,0%	
C17	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
Eleger	B1	Nº	111	3	Regular
		%	97,4%	2,6%	
C13	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
Empregar	A4	Nº	85	29	Regular
		%	74,6%	25,4%	
	B10	Nº	107	7	Regular
		%	93,9%	6,1%	
	C2	Nº	114	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
C26	Nº	109	5	Irregular	
	%	95,6%	4,4%		
Encarregar	A6	Nº	93	21	Regular
		%	81,6%	18,4%	
C19	Nº	114	0	Irregular	
	%	100,0%	0,0%		
Entregar	A1	Nº	94	20	Regular
		%	82,5%	17,5%	
	B13	Nº	113	1	Irregular
		%	99,1%	0,9%	
C5	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Imprimir	A2	Nº	98	16	Regular
		%	86,0%	14,0%	
C18	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
Juntar	A11	Nº	92	22	Regular
		%	80,7%	19,3%	
	C22	Nº	114	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
Libertar	A12	Nº	97	17	Regular
		%	85,1%	14,9%	
C23	Nº	113	1	Regular	
	%	99,1%	0,9%		
Limpar	B9	Nº	111	3	Irregular
		%	97,4%	2,6%	
	C4	Nº	114	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Matar	A10	Nº	97	17	Irregular
		%	85,1%	14,9%	
	B7	Nº	112	2	Irregular
		%	98,2%	1,8%	
	C14	Nº	112	2	Irregular
	%	98,2%	1,8%		
C28	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
Pagar	B3	Nº	112	2	Irregular
		%	98,2%	1,8%	
	C3	Nº	114	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Prender	A5	Nº	95	19	Regular
		%	83,3%	16,7%	
	B4	Nº	105	9	Regular
		%	92,1%	7,9%	
C9	Nº	113	1	Regular	

	C25	Nº	114	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Enxugar	A9	Nº	84	30	Regular
		%	73,7%	26,3%	
C7	Nº	113	1	Regular	
	%	99,1%	0,9%		
Expulsar	A8	Nº	95	19	Regular
		%	83,3%	16,7%	
	B6	Nº	111	3	Regular
		%	97,4%	2,6%	
C21	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
C27	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
Extinguir	B14	Nº	100	14	Regular
		%	87,7%	12,3%	
C16	Nº	113	1	Irregular	
	%	99,1%	0,9%		
Ganhar	B8	Nº	109	5	Irregular
		%	95,6%	4,4%	
	C12	Nº	112	2	Irregular
	%	98,2%	1,8%		
Gastar	B5	Nº	113	1	Irregular
		%	99,1%	0,9%	
C10	Nº	114	0	Irregular	
	%	100,0%	0,0%		

		%	99,1%	0,9%	
	C20	Nº	114	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Romper	A7	Nº	97	17	Regular
		%	85,1%	14,9%	
C6	Nº	114	0	Regular	
	%	100,0%	0,0%		
Salvar	B11	Nº	113	1	Irregular
		%	99,1%	0,9%	
	C8	Nº	112	2	Irregular
	%	98,2%	1,8%		
Soltar	B12	Nº	112	2	Irregular
		%	98,2%	1,8%	
	C15	Nº	112	2	Regular
	%	98,2%	1,8%		
Sujeitar	A3	Nº	92	22	Regular
		%	80,7%	19,3%	
	B15	Nº	108	6	Regular
		%	94,7%	5,3%	
	C11	Nº	113	1	Regular
	%	99,1%	0,9%		
C29	Nº	114	0	Regular	
	%	100,0%	0,0%		

Tabela 42: Moda, número de ocorrências válidas e de ocorrências nulas (7º ano de escolaridade)

Houve 31 questões em que houve preferência maioritária pela forma participial irregular, enquanto apenas em 27 se registou o predomínio da forma regular. Muitas daquelas questões são do último grupo (C), mas salientam-se os casos em que a forma irregular registou mais de metade das ocorrências válidas em questões dos grupos A e B: A14 (*cobrir*), B13 (*entregar*), B8 (*ganhar*), B5 (*gastar*), B9 (*limpar*), A10 (*matar*), B3 (*pagar*), B11 (*salvar*) e B12 (*soltar*). Nos dados relativos aos indivíduos do 7º ano de escolaridade e em comparação com os dados do 5º ano<sup>300</sup>, surge uma maior uniformidade entre as questões que dizem respeito ao mesmo verbo, pois há 12 verbos que, nas duas ou nas quatro questões em que foram testados, mantêm a *moda*. Para *cobrir*, *ganhar*, *gastar*, *limpar*, *matar*, *pagar* e *salvar*, a forma mais

<sup>300</sup> Como vimos, nos dados do 2º ano de escolaridade havia ainda mais uniformidade, na medida em que todos os verbos tendiam, no conjunto das duas ou quatro questões em que haviam sido testados, para o uso da sua forma participial regular.

escolhida é a irregular, ao passo que, para *enxugar, juntar, libertar, romper* e *sujeitar*, é a regular.

Verbos	Questões	Particípios	A	%A	B	%B	C	%1C	C	%2C	%tC	T	%T
Aceitar	A13; B2; C1; C24	aceitado	50	53,2	57	54,3	29	25,4	24	21,4	23,4	160	37,6
		aceite	44	46,8	48	45,7	85	74,6	88	78,6	76,6	265	62,4
Cobrir	A14; C17	cobrido	34	34,7	--	--	26	23,0	--	--	--	60	28,4
		coberto	64	65,3	--	--	87	77,0	--	--	--	151	71,6
Eleger	B1; C13	elegido	--	--	93	83,8	45	39,8	--	--	--	138	61,6
		eleito	--	--	18	16,2	68	60,2	--	--	--	86	38,4
Empregar	A4; B10; C2; C26	empregado	49	57,6	61	57,0	36	31,6	37	33,9	32,8	183	44,1
		empregue	36	42,4	46	43,0	78	68,4	72	66,1	67,2	232	55,9
Encarregar	A6; C19	encarregado	58	62,4	--	--	39	34,2	--	--	--	97	46,9
		encarregue	35	37,6	--	--	75	65,8	--	--	--	110	53,1
Entregar	A1; B13; C5; C25	entregado	53	56,4	37	32,7	43	38,1	39	34,2	36,1	172	39,6
		entregue	41	43,6	76	67,3	70	61,9	75	65,8	63,9	262	60,4
Enxugar	A9; C7	enxugado	73	86,9	--	--	76	67,3	--	--	--	149	75,6
		enxuto	11	13,1	--	--	37	32,7	--	--	--	48	24,4
Expulsar	A8; B6; C21; C27	expulsado	56	58,9	70	63,1	35	31,0	53	46,9	38,9	214	49,5
		expulso	39	41,1	41	36,9	78	69,0	60	53,1	61,1	218	50,5
Extinguir	B14; C16	extinguido	--	--	89	89,0	47	41,6	--	--	--	136	63,8
		extinto	--	--	11	11,0	66	58,4	--	--	--	77	36,2
Ganhar	B8; C12	ganhado	--	--	12	11,0	17	15,2	--	--	--	29	13,1
		ganho	--	--	97	89,0	95	84,8	--	--	--	192	86,9
Gastar	B5; C10	gastado	--	--	37	32,7	18	15,8	--	--	--	55	24,2
		gasto	--	--	76	67,3	96	84,2	--	--	--	172	75,8
Imprimir	A2; C18	imprimido	84	85,7	--	--	50	44,2	--	--	--	134	63,5
		impresso	14	14,3	--	--	63	55,8	--	--	--	77	36,5
Juntar	A11; C22	juntado	78	84,8	--	--	78	68,4	--	--	--	156	75,7
		junto	14	15,2	--	--	36	31,6	--	--	--	50	24,3
Libertar	A12; C23	libertado	73	75,3	--	--	68	60,2	--	--	--	141	67,1
		liberto	24	24,7	--	--	45	39,8	--	--	--	69	32,9
Limpar	B9; C4	limpado	--	--	42	37,8	33	28,9	--	--	--	75	33,3
		limpo	--	--	69	62,2	81	71,1	--	--	--	150	66,7
Matar	A10; B7; C14; C28	matado	36	37,1	50	44,6	40	35,7	41	36,3	36,0	167	38,5
		morto	61	62,9	62	55,4	72	64,3	72	63,7	64,0	267	61,5
Pagar	B3; C3	pagado	--	--	37	33,0	20	17,5	--	--	--	57	25,2
		pago	--	--	75	67,0	94	82,5	--	--	--	169	74,8
Prender	A5; B4; C9; C20	prendido	84	88,4	99	94,3	64	56,6	50	43,9	50,2	297	69,6
		preso	11	11,6	6	5,7	49	43,4	64	56,1	49,8	130	30,4
Romper	A7; C6	rompido	90	92,8	--	--	75	65,8	--	--	--	165	78,2
		roto	7	7,2	--	--	39	34,2	--	--	--	46	21,8
Salvar	B11; C8	salvado	--	--	29	25,7	31	27,7	--	--	--	60	26,7
		salvo	--	--	84	74,3	81	72,3	--	--	--	165	73,3
Soltar	B12; C15	soltado	--	--	51	45,5	58	51,8	--	--	--	109	48,7
		solto	--	--	61	54,5	54	48,2	--	--	--	115	51,3
Sujeitar	A3; B15; C11; C29	sujeitado	68	73,9	80	74,1	73	64,6	69	60,5	62,6	290	67,9
		sujeito	24	26,1	28	25,9	40	35,4	45	39,5	37,4	137	32,1
<b>Totais</b>			<b>1311</b>		<b>1642</b>		<b>2490</b>		<b>789</b>			<b>6232</b>	

Tabela 43: Número e percentagem de ocorrências válidas por verbo e por questão (7º ano de escolaridade)

Através da Tabela 43, é possível verificar que, no **Grupo A**, os verbos *cobrir* e *matar* são os únicos cuja forma irregular supera em percentagem (65.3 e 62.9,

respetivamente) a correspondente forma regular. Cinco dos verbos (*aceitar, entregar, empregar, expulsar* e *encarregar*) apresentam entre 53.2 e 62.4% de ocorrências das suas formas participiais regulares. As formas regulares dos restantes sete verbos ultrapassam os 70% (*sujeitado, 73.9%; libertado, 75.3%; juntado, 84.8%; imprimido, 85.7%; enxugado, 86.9%; prendido, 88.4%*) e salienta-se *rompido*, que atinge os 92.8%.

No **Grupo B**, excluindo, neste momento, os verbos que não foram testados em A, todos mantêm a sua orientação inicial, à exceção de *entregar*, cuja forma irregular obtém agora 67.3% das ocorrências. As formas participiais regulares de *prender* (94.3%), *sujeitar* (64.1%), *expulsar* (63.1%), *empregar* (57%) e *aceitar* (54.3%) continuam a ser mais usadas do que as respetivas formas irregulares. Destes cinco verbos apenas a percentagem da forma regular *empregado* não aumenta de A para B. Mantendo igualmente a tendência verificada no Grupo A, mas no sentido de uso da forma irregular, encontramos *matar* (55.4%).

Quanto aos verbos que não tinham sido testados em A, registámos, em B, uma percentagem mais alta da forma regular em *extinguir* (89%) e *eleger* (83.8%). Inversamente, as formas irregulares *ganho* (89%), *salvo* (74.3%), *gasto* (67.3%), *pago* (67%), *limpo* (62.2%) e *solto* (54.5%) atingem valores mais altos do que as regulares correspondentes.

Seis são os verbos que mudam, na questão do **Grupo C**, a prevalência da sua forma regular (registada nas questões dos grupos A e B), para a irregular: *aceite* (74.6%), *empregue* (67.2%), *encarregue* (65.8%), *expulso* (61.1%), *eleito* (60.2%), *extinto* (68.4%) e *impresso* (55.8%).

O contrário acontece a *soltar*, cuja forma irregular tinha atingido, em B, os 54.5%, mas que, em C, surge com a sua forma regular nos 51.8%. Note-se porém que ambos os valores estão muito perto dos 50%.

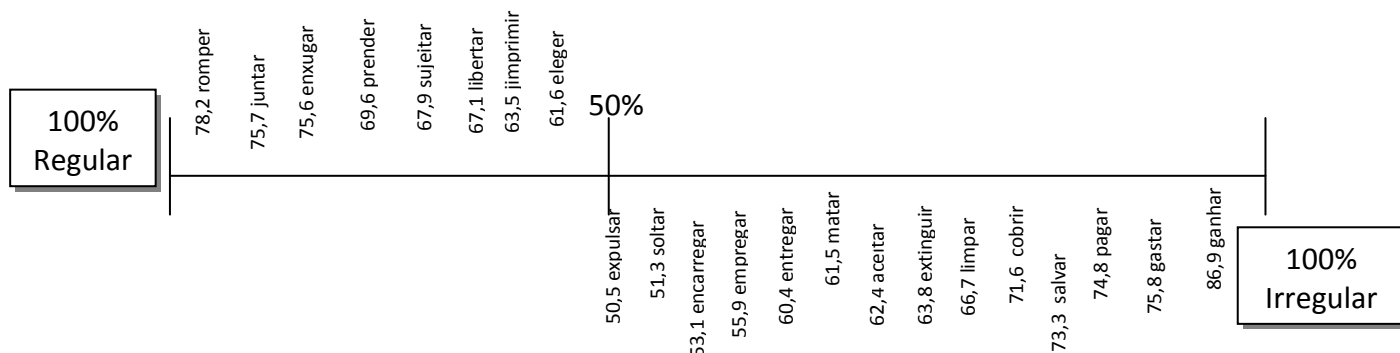
Alguns verbos mantêm, no Grupo C, um predomínio da sua forma participial regular, apesar de a percentagem baixar um pouco. É o caso de *enxugar* (67.3%), *juntar* (68.4%), *romper* (65.8%), *libertar* (60.2%) e *prender* (50.2%).

Por outro lado, os inquiridos do 7º ano conservam, em C, a escolha da forma irregular dos verbos *ganhar* (86.9%), *pagar* (82.5%), *gastar* (75.8%), *salvar* (72.3%), *cobrir* (71.6%) *limpar* (71.1%) e *matar* (64%).

Observando a Tabela 43 na sua totalidade, verificamos que há dois verbos que repetem o seu comportamento nas quatro questões em que foram utilizados, mantendo-se a tendência para o uso, ora da forma regular – no caso do verbo *sujeitar* (67.9%) –, ora da forma irregular – no caso de *matar* (61.5%).

Na totalidade, os inquiridos que frequentavam o 7º ano de escolaridade optaram 3044 vezes por uma forma participial regular (48.8%) e 3188 vezes por uma forma irregular (51.2%). No entanto, estes valores não resultam de uma distribuição equilibrada pelos diferentes verbos. Apenas 8 dos verbos testados obtêm mais de 50% para as suas formas participiais regulares, enquanto são 14 os verbos que, desta vez, se colocam do lado direito do Diagrama 7, por serem aqueles cuja forma participial irregular foi mais frequentemente utilizada. É de notar, porém, que os verbos *expulsar*, *soltar*, *encarregar* e *empregar* apresentam percentagens muito próximas dos 50%, pendendo o seu uso, de forma pouco consistente, para a forma irregular.

### 7º ano



**Diagrama 7:** Tendências e percentagens de formas participiais em todo o inquérito (média do total de ocorrências) verificadas na parte da amostra respeitante ao 7º ano de escolaridade.

Entre os restantes dez verbos cuja forma participial irregular foi preferida pelos alunos do 7º ano, encontramos *entregar*, *matar*, *aceitar*, *extinguir* e *limpar*. As formas irregulares destes verbos registaram entre 60 e 67% de ocorrências. Considerem-se, ainda, verbos como *cobrir*, *salvar*, *pagar*, *gastar* – que apresentaram um valor mais robusto, entre 71 a 76% – e *ganhar*, com o valor mais alto (86.9%).

Do lado oposto, os oito verbos que registaram valores mais elevados para as suas formas participiais regulares do que para as irregulares são, de modo mais consistente, *romper*, *juntar* e *enxugar* (75 a 79%), mas, também, atingindo percentagens entre 60 e 70%, *prender*, *sujeitar*, *libertar*, *imprimir* e *eleger*.

## 10º ano de escolaridade

O subgrupo de informantes da nossa amostra que, na altura da realização do inquérito, frequentava o 10º ano de escolaridade é composto por 53 elementos – 12 da Escola Secundária Infanta D. Maria, 17 da escola Secundária Jaime Cortesão e 24 da Escola Secundária D. Duarte. Importa, neste momento, recordar que a investigadora não teve autorização para estar presente aquando da realização do inquérito na Escola Secundária D. Duarte. Devido a esta diferença nas condições de recolha desses dados, fez-se, posteriormente, um teste de confrontação das respostas dos alunos das turmas de 10º ano das três escolas. Realizado o Teste do Qui-Quadrado, podemos concluir que praticamente não se registaram diferenças significativas entre as respostas dadas pelos alunos do 10º ano nas três escolas<sup>301</sup>. Portanto, apesar de a investigadora não estar presente no momento da recolha dos dados na Escola Secundária D. Duarte, podemos confirmar a fiabilidade dessa recolha e dos dados em causa.

<sup>301</sup> As únicas questões em que se registaram diferenças de nível significativo foram B10 (verbo *empregar*) e C27 (verbo *expulsar*). Quanto a B10, se na Escola Secundária Infanta D. Maria as ocorrências se distribuem igualmente por ambas as formas participiais, os alunos da Escola Secundária Jaime Cortesão preferem a forma regular (76%), ao passo que os inquiridos da Escola Secundária D. Duarte usam a forma irregular em 75%. O nível de significância da diferença registado no Teste do Qui-Quadrado é de 0.005. Sendo inferior a 0.05, podemos afirmar que a diferença é significativa.

		Escola Secundária			Total
		Infanta D. <sup>a</sup> Maria	Jaime Cortesão	D. Duarte	
B10	Forma participial regular	6	13	6	25
empregar	Forma participial irregular	6	4	18	28
Total		12	17	24	53

Relativamente a C27, os informantes da Escola Secundária Infanta D. Maria dividiram-se a meio no uso das duas formas participiais de *expulsar*, facto que quase se repetiu na Escola Secundária Jaime Cortesão, tendo havido 53% de seleção da forma irregular. Já na Escola Secundária D. Duarte, houve 83% de alunos do 10º ano a preferir a forma regular. Neste caso, o nível de significância é de 0.038, ainda bastante inferior a 0.05, nível abaixo do qual se considera ser significativa a diferença.

		Escola Secundária			Total
		Infanta D. <sup>a</sup> Maria	Jaime Cortesão	D. Duarte	
C27	Forma participial regular	6	8	19	33
expulsar	Forma participial irregular	6	9	4	19
Total		12	17	23	52

Registámos, portanto, diferença em apenas duas questões, o que, seguramente, pode ter causas que não a discrepância nas condições de recolha dos dados.

Passando, então, à análise dos dados, tal como aconteceu relativamente ao alunos do 7º ano por nós questionados, o número de ocorrências nulas registado neste subgrupo foi muito reduzido, sendo mesmo de zero na maior parte dos verbos e das questões. Aliás, isso acontece não apenas em questões do Grupo C, como sucedia no 7º ano, mas igualmente no Grupo B. Já o Grupo A continua a causar casos inválidos e/ou de não resposta, ainda que em número reduzido, estando entre os 3.8% (A14, *cobrir*) e os 22.6% (A9, *enxugar*). Efetivamente, neste ano de escolaridade, houve apenas seis casos de não resposta, sendo 88 as respostas inválidas. Assim, consideramos que, havendo a possibilidade de não utilizar o particípio passado, como acontecia nas questões do Grupo A, de facto, estes alunos optaram por usar outra forma verbal (como a forma simples do Pretérito Mais-que-perfeito). Os verbos *empregar* (20.8%), *juntar* (17%), *encarregar* e *expulsar* (13.2%) são, em conjunto com *enxugar*, os que originaram maiores níveis de *ocorrências nulas*, seguindo-se-lhes *matar*, *romper* e *sujeitar* (11.3%). As formas participiais destes verbos foram as mais evitadas pelos alunos mais velhos, o que demonstra alguma insegurança linguística. Pelo contrário, o verbo *cobrir* foi um dos que gerou menos casos inválidos, apesar de ser um dos verbos investigados em A. Se, noutros anos de escolaridade, sobretudo nos 2º e 5º anos, os alunos registam aí percentagens acima dos 40% de respostas inválidas, os informantes do 10º ano demonstraram mais segurança na escolha da forma participial de *cobrir*. Também no caso dos verbos *eleger*, *extinguir*, *gastar*, *limpar*, *pagar*, *salvar* e *soltar* – todos eles testados apenas nos grupos B e C<sup>302</sup> – os informantes demonstram segurança linguística no que diz respeito ao uso das respetivas formas participiais, já que não registamos nenhum caso de *ocorrências nulas*.

A forma participial preferida pelos elementos deste segmento da amostra foi predominantemente a *irregular*, preferência esta registada nas respostas a 33 questões. No entanto, a forma regular prevalece nas outras 25 questões. No caso dos verbos *eleger*, *encarregar*, *expulsar*, *extinguir*, *limpar*, *matar* e *soltar*, o uso da forma regular ultrapassou os 50% em apenas uma das questões em que os verbos surgem. Já o resultado obtido para os verbos *enxugar*, *imprimir*, *juntar*, *libertar*, *prender*, *romper* e

---

<sup>302</sup> O verbo *ganhar* também só foi incluído em questões dos grupos B e C, porém, em B8, originou dois casos de *ocorrências nulas*.

*sujeitar* torna-se mais consistente, na medida em que o uso da forma regular se sobrepôs ao da forma irregular em todas as questões em que estes verbos apareceram.

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Aceitar	A13	Nº	50	3	Irregular
		%	94,3%	5,7%	
	B2	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C1	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Cobrir	A14	Nº	51	2	Irregular
		%	96,2%	3,8%	
	C17	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Eleger	B1	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
	C13	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Empregar	A4	Nº	42	11	Irregular
		%	79,2%	20,8%	
	B10	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C2	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Encarregar	A6	Nº	46	7	Regular
		%	86,8%	13,2%	
	C19	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Entregar	A1	Nº	50	3	Irregular
		%	94,3%	5,7%	
	B13	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C5	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Enxugar	A9	Nº	41	12	Regular
		%	77,4%	22,6%	

Verbo	Questão	Valor	Ocorrências válidas	Ocorrências nulas	Moda
Imprimir	A2	Nº	48	5	Regular
		%	90,6%	9,4%	
	C18	Nº	53	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
Juntar	A11	Nº	44	9	Regular
		%	83,0%	17,0%	
	C22	Nº	53	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
Libertar	A12	Nº	49	4	Regular
		%	92,5%	7,5%	
	C23	Nº	53	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
Limpar	B9	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C4	Nº	53	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
Matar	A10	Nº	47	6	Irregular
		%	88,7%	11,3%	
	B7	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C14	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Pagar	C28	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
	B3	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
Prender	C3	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	A5	Nº	49	4	Regular
	%	92,5%	7,5%		
Romper	B4	Nº	51	2	Regular
		%	96,2%	3,8%	
	C9	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
	C20	Nº	53	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
Romper	A7	Nº	47	6	Regular
		%	88,7%	11,3%	



	C7	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
Expulsar	A8	Nº	46	7	Irregular
		%	86,8%	13,2%	
	B6	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C21	Nº	53	0	Irregular
	%	100,0%	0,0%		
	C27	Nº	52	1	Regular
		%	98,1%	1,9%	
Extinguir	B14	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
	C16	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Ganhar	B8	Nº	51	2	Irregular
		%	96,2%	3,8%	
	C12	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Gastar	B5	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C10	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	

		%	88,7%	11,3%	
	C6	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
Salvar	B11	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C8	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
Soltar	B12	Nº	53	0	Irregular
		%	100,0%	0,0%	
	C15	Nº	53	0	Regular
		%	100,0%	0,0%	
Sujeitar	A3	Nº	47	6	Regular
		%	88,7%	11,3%	
	B15	Nº	51	2	Regular
		%	96,2%	3,8%	
	C11	Nº	53	0	Regular
	%	100,0%	0,0%		
	C29	Nº	52	1	Regular
		%	98,1%	1,9%	

Tabela 44: Moda, número de ocorrências válidas e de ocorrências nulas (10º ano de escolaridade)

A mesma consistência nos resultados pode ser identificada no sentido inverso, isto é, havendo uma prevalência da forma irregular em todas as questões em que determinados verbos foram avaliados. É o que acontece com *aceitar*, *cobrir*, *empregar*, *entregar*, *ganhar*, *gastar*, *pagar* e *salvar*.

Observemos, então, os números concretos que originam esta preferência, começando, neste momento, por analisar os dados de cada grupo de questões (Tabela 45). As respostas às questões do **Grupo A** apresentam um claro predomínio das formas regulares por duas ordens de razões: (i) há oito verbos cujas formas regulares obtêm mais de 50% das ocorrências, ao passo que só os restantes seis verbos registam maior número de ocorrências das suas formas irregulares; (ii) as percentagens de uso predominante das formas regulares são bastante mais elevadas do que as de uso da forma irregular. De facto, das oito formas regulares que sobressaem, sete obtiveram mais de 78.7% das ocorrências, havendo, inclusivamente, três verbos cujas formas regulares excedem os 90% de uso (*romper* 95.7%, *enxugar* 92.7% e *prender* 91.8%); por seu turno, *imprimir*, *juntar*, *libertar* e *sujeitar* obtêm 89.6%, 81.8%, 79.6% e 78.7%,

respetivamente. Só *encarregar* fica nos 54.3%. Como já referimos, as formas irregulares predominantes registam percentagens mais baixas: *matar* (61.7%), *cobrir* (64.7%), *entregar* (62%), *empregar* (59.5%), *aceitar* (56%) e *expulsar* (52%).

Verbos	Questões	Participios	A	%A	B	%B	C	%1C	C	%2C	%tC	T	%T
Aceitar	A13; B2; C1; C24	aceitado	22	44	24	45,3	9	17,0	14	26,4	21,7	69	33,0
		aceite	28	56	29	54,7	44	83,0	39	73,6	78,3	140	67,0
Cobrir	A14; C17	cobrido	18	35,3	--	--	17	32,1	--	--	--	35	33,7
		coberto	33	64,7	--	--	36	67,9	--	--	--	69	66,3
Eleger	B1; C13	elegido	--	--	37	69,8	23	43,4	--	--	--	60	56,6
		eleito	--	--	16	30,2	30	56,6	--	--	--	46	43,4
Empregar	A4; B10; C2; C26	empregado	17	40,5	25	47,2	12	22,6	15	28,8	25,7	69	34,5
		empregue	25	59,5	28	52,8	41	77,4	37	71,2	74,3	131	65,5
Encarregar	A6; C19	encarregado	25	54,3	--	--	23	43,4	--	--	--	48	48,5
		encarregue	21	45,7	--	--	30	56,6	--	--	--	51	51,5
Entregar	A1; B13; C5; C25	entregado	19	38	18	34,0	18	34,0	15	28,3	31,1	70	33,5
		entregue	31	62	35	66,0	35	66,0	38	71,7	68,9	139	66,5
Enxugar	A9; C7	enxugado	38	92,7	--	--	41	77,4	--	--	--	79	84,0
		enxuto	3	7,3	--	--	12	22,6	--	--	--	15	16,0
Expulsar	A8; B6; C21; C27	expulsado	22	47,8	25	47,2	6	11,3	33	63,5	37,4	86	42,2
		expulso	24	52,2	28	52,8	47	88,7	19	36,5	62,6	118	57,8
Extinguir	B14; C16	extinguido	--	--	42	79,2	22	41,5	--	--	--	64	60,4
		extinto	--	--	11	20,8	31	58,5	--	--	--	42	39,6
Ganhar	B8; C12	ganhado	--	--	4	7,8	6	11,3	--	--	--	10	9,6
		ganho	--	--	47	92,2	47	88,7	--	--	--	94	90,4
Gastar	B5; C10	gastado	--	--	12	22,6	6	11,3	--	--	--	18	17,0
		gasto	--	--	41	77,4	47	88,7	--	--	--	88	83,0
Imprimir	A2; C18	imprimido	43	89,6	--	--	28	52,8	--	--	--	71	70,3
		impresso	5	10,4	--	--	25	47,2	--	--	--	30	29,7
Juntar	A11; C22	juntado	36	81,8	--	--	36	67,9	--	--	--	72	74,2
		junto	8	18,2	--	--	17	32,1	--	--	--	25	25,8
Libertar	A12; C23	libertado	39	79,6	--	--	39	73,6	--	--	--	78	76,5
		liberto	10	20,4	--	--	14	26,4	--	--	--	24	23,5
Limpar	B9; C4	limpado	--	--	21	39,6	27	50,9	--	--	--	48	45,3
		limpo	--	--	32	60,4	26	49,1	--	--	--	58	54,7
Matar	A10; B7; C14; C28	matado	18	38,3	17	32,1	11	20,8	27	50,9	35,8	73	35,4
		morto	29	61,7	36	67,9	42	79,2	26	49,1	64,2	133	64,6
Pagar	B3; C3	pagado	--	--	11	20,8	10	18,9	--	--	--	21	19,8
		pago	--	--	42	79,2	43	81,1	--	--	--	85	80,2
Prender	A5; B4; C9; C20	prendido	45	91,8	47	92,2	35	66,0	28	52,8	59,4	155	75,2
		preso	4	8,2	4	7,8	18	34,0	25	47,2	40,6	51	24,8
Romper	A7; C6	rompido	45	95,7	--	--	44	83,0	--	--	--	89	89,0
		roto	2	4,3	--	--	9	17,0	--	--	--	11	11,0
Salvar	B11; C8	salvado	--	--	15	28,3	12	22,6	--	--	--	27	25,5
		salvo	--	--	38	71,7	41	77,4	--	--	--	79	74,5
Soltar	B12; C15	soltado	--	--	21	39,6	33	62,3	--	--	--	54	50,9
		solto	--	--	32	60,4	20	37,7	--	--	--	52	49,1
Sujeitar	A3; B15; C11; C29	sujeitado	37	78,7	34	66,7	40	75,5	40	76,9	76,2	151	74,4
		sujeito	10	21,3	17	33,3	13	24,5	12	23,1	23,8	52	25,6
<b>Totais</b>			<b>657</b>		<b>789</b>		<b>1166</b>		<b>368</b>		<b>2980</b>		

Tabela 45: Número e percentagem de ocorrências válidas por verbo e por questão (10º ano de escolaridade)

Quanto ao **Grupo B**, do conjunto das quinze questões, só registámos quatro em que a forma regular foi a mais usada. Nessas questões, encontramos os verbos *eleger* e *extinguir*, que não tinham sido avaliados em A, e *prender* e *sujeitar*, que mantêm a tendência já observada em A. São, portanto, onze os verbos cuja forma irregular foi mais usada do que a forma regular correspondente. Destes, *matar* (67.9%), *entregar* (66%), *aceitar* (54.7%), *empregar* e *expulsar* (52.8%) já tinham sido testados em A e mantêm a tendência aí registada, conservando também uma percentagem muito semelhante em relação à que tinham obtido no Grupo A. Em relação ao grupo de verbos que ainda não tinham sido testados em A, genericamente<sup>303</sup> houve uma tendência para o uso das suas formas irregulares: *ganho* (92.2%), *pago* (79.2%), *gasto* (77.4%), *salvo* (71.7%), *limpo* e *solto* (60.4%).

No **Grupo C**, os alunos do 10º ano mantêm o seu sentido de resposta para muitos dos verbos testados. Por um lado, para os verbos *ganhar* (88.7%), *gastar* (88.7%), *pagar* (88.1%), *aceitar* (78.3%), *salvar* (77.4%), *empregar* (74.3%), *entregar* (68.9%) e *cobrir* (67.9%) continua, tal como em A e/ ou em B, a ser preferida a forma participial irregular. Destes verbos, sete aumentam a percentagem de uso da forma irregular, embora, nalguns casos, apenas em algumas unidades. Só *ganho* desce ligeiramente o seu resultado (B: 92.2%; C: 88.7%). Por outro lado, as formas regulares de *romper* (83%), *enxugar* (77.4%), *sujeitar* (76.2%), *libertar* (73.6%), *juntar* (67.9%), *prender* (59.4%), e *imprimir* (52.8%) permanecem, como nos outros dois grupos de questões, como a forma mais usada. Contudo – salvo uma exceção –, as suas percentagens descem, por vezes de forma expressiva, como no caso de *prendido* (A: 91.8%; B: 92.2%; C: 59.4%), ou, então, de modo mais ligeiro, como acontece com *libertado* (A: 79.6%; C: 73.6%). A exceção é *sujeitado*, que obtém o seu valor mais baixo no Grupo B (A: 78.7%; B: 66.7%; C: 76.2%).

Ao contrário dos quinze verbos acima identificados, registámos outros que apresentam tendências diferentes no Grupo C em comparação com os grupos A e B, isto é, verbos que registam resultados distintos nas tarefas de produção e na emissão de juízos de aceitabilidade. No que concerne a *limpar* e *soltar*, há, em B, um

---

<sup>303</sup> Como já referimos, as formas regulares dos verbos *eleger* e *extinguir* obtêm mais ocorrências do que as irregulares, pelo menos nas questões do grupo B.

predomínio da forma irregular (B: *limpo* 60.4%; *solto* 60.4%), ao passo que, em C, se regista um predomínio da forma regular (C: *limpado* 50.9%; *soltado* 62.3%). Já *eleger*, *encarregar* e *extinguir* seguiram o percurso oposto, evidenciando-se uma tendência dos inquiridos para o uso da forma regular num dos dois primeiros grupos de questões – *extinguido* (B14): 79.2%; *elegido* (B1): 69.8%; *encarregado* (A6): 54.3% –, havendo, depois, em C, uma *ligeira* preponderância na escolha das formas irregulares – *extinto* (C16): 58.5%; *eleito* (C13): 56.6%; *encarregue* (C19): 56.6%. É de notar que, tanto as formas regulares *limpado* e *soltado*, quanto as irregulares *extinto*, *eleito* e *encarregue*, obtêm apenas percentagens próximas dos 50 e dos 60%.

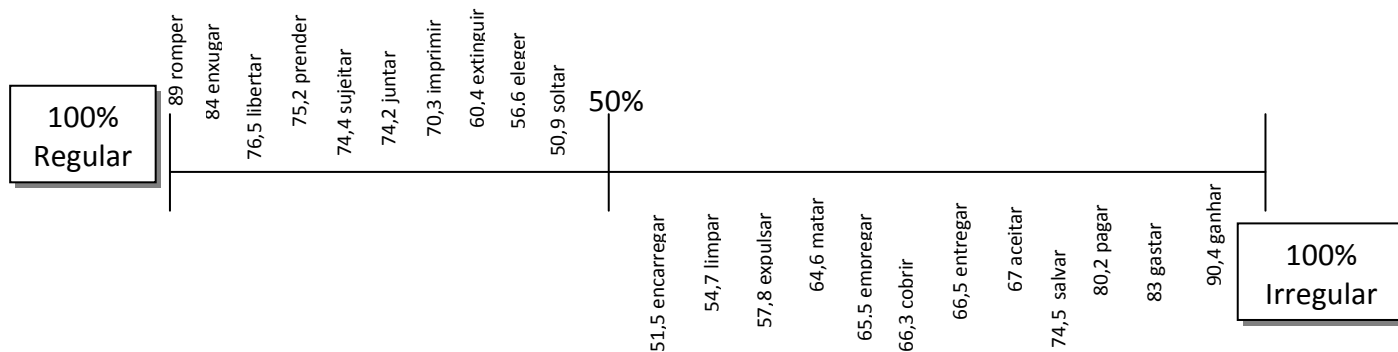
Resta-nos referir os casos de *expulsar* e de *matar*, que exibem uma divergência de resultados, mesmo no interior do Grupo C. Tanto num caso como noutro, há, na maior parte das questões e, logo, também na percentagem total, uma prevalência da forma irregular. No entanto, numa das questões do Grupo C, essa tendência não se apura. Se a forma *expulso* obtém 52.2% em A8, 52.8% em B6 e 88.7% em C21, em C27 apenas 36,5% dos inquiridos a escolhe. Assim, registamos a média de 62.6% para *expulso* em C. Do mesmo modo, a forma *morto* é a mais seleccionada em A10 (61.7%), em B7 (67.9%) e em C14 (79.2%), mas, em C28, é a forma regular *matado* que obtém 50.9%. Esta percentagem é muito baixa, porém contrasta fortemente com os 79% que a forma concorrente havia obtido na questão anterior. A média obtida para a forma *morto*, em C, foi, portanto, de 64.2%.

Assim, verificamos que, no Grupo C, nove verbos obtêm percentagens mais altas para as suas formas regulares (*rompido* 83%; *enxugado* 77.4%; *sujeitado* 76.2%; *libertado* 73.6%; *juntado* 67.9%; *soltado* 62.3%; *prendido* 59.4%; *imprimido* 52.8%; *limpado* 50.9%), enquanto são treze aqueles cujas formas irregulares apresentam predomínio (*ganho* 88.7%; *gasto* 88.7%; *pago* 88.1%; *aceite* 78.3%; *salvo* 77.4%; *empregue* 74.3%; *entregue* 68.9%; *coberto* 67.9%; *extinto* 58.5%; *eleito* 56.6%; *encarregue* 56.6%).

Através do Diagrama 8, constatamos que há dez verbos cuja forma participial regular é maioritariamente preferida. Nos casos dos participios de *romper* e de *enxugar*, as formas *rompido* e *enxugado* ultrapassam os 80% (89 e 84%, respetivamente). Entre 70 e 80% de uso das formas regulares estão os verbos *libertar*

(76.5%), *prender* (75.2%), *sujeitar* (74.4%), *juntar* (74.2%) e *imprimir* (70.3%). *Extinguir*, *eleger* e *soltar* estão ainda do lado esquerdo do diagrama, com 60.4%, 56.6% e 50.9% de uso das respectivas formas regulares.

10º ano



**Diagrama 8:** Tendências e percentagens de formas participiais em todo o inquérito (média do total de ocorrências) verificadas na parte da amostra respeitante ao 10º ano de escolaridade.

Com percentagens semelhantes, mas no sentido inverso, os inquiridos destacam ligeiramente a forma *irregular* dos verbos *encarregar* (51.5%), *limpar* (54.7%) e *expulsar* (57.8%). A consistência dos valores aumenta nos casos de *matar* (64.6%), *empregar* (65.5%), *cobrir* (66.3%), *entregar* (66.5%) e *aceitar* (67%). Os informantes demonstram uma tendência ainda mais forte para a forma irregular relativamente aos verbos *salvar* (74.5%), *pagar* (80.2%), *gastar* (83%) e *ganhar* (90.4%).

Analisando a totalidade das ocorrências, observamos que, para a parte da amostra que frequentava o 10º ano, o subtotal de ocorrências de formas participiais regulares foi de 1447 (48.6%). Quanto às formas irregulares, atingiram os 51.4% (1533 ocorrências). Contudo, o equilíbrio é apenas aparente, já que se nota que, neste subgrupo da amostra, há uma maior definição na escolha, tanto de uma, como de outra forma participial, para alguns dos verbos testados. Na verdade, comparando com os resultados apurados junto dos inquiridos dos outros anos de escolaridade, as percentagens de uso da forma regular ou da forma irregular são mais elevadas para a maioria dos verbos. Assim, por exemplo, a forma regular do verbo *romper* foi escolhida pela maioria dos alunos em todos os anos de escolaridade, no 2º ano com 74%, no 5º ano com 68.3%, no 7º ano com 78.2% e, no 10º ano, registou-se a percentagem mais elevada, 89%. Comparando o Diagrama 8 com os Diagramas 5, 6 e 7, naquele

registam-se mais verbos com percentagens nas dezenas de 70 e 80% de seleção da forma regular e mais verbos com 60 e 70% para a forma irregular, ao passo que, nos outros anos de escolaridade, os valores percentuais se distribuem sobretudo pelas dezenas mais baixas.

#### 4.2.3.2 Resultados globais: análise transversal

Tendo em conta a análise feita previamente sobre os dados relativos a cada um dos quatro anos de escolaridade dos inquiridos, faremos, agora, o confronto entre os dados provenientes dos quatro segmentos da amostra. Em primeiro lugar, procuraremos tendências gerais, através do exame dos dados patentes no Anexo 12B e, posteriormente, verificaremos, verbo a verbo, se as diferenças entre os dados obtidos em cada ano de escolaridade são ou não significativas. Para isso, recorreremos ao teste estatístico do Qui-Quadrado, cujos resultados se apresentam no Anexo 13Z.

##### **Tendências gerais**

Começamos, então, pela observação do Anexo 12B, que contém o número e a respetiva percentagem de ocorrências de formas participiais regulares e irregulares em cada questão e em cada ano de escolaridade testado. Para a linha respeitante a cada questão, sombreámos as percentagens mais baixa e mais alta da forma irregular, com o intuito de verificar entre que anos de escolaridade se notou maior discrepância na preferência por essa forma do participio passado. Através da disposição dos dados no Anexo 12B, poderemos também aferir qual a distribuição da variação ao longo da progressão pelos anos de escolaridade. A verdade é que, para a maior parte dos verbos e das questões, o uso das formas participiais irregulares aumenta gradualmente, em função do ano de escolaridade.

De facto, em 39 das 58 questões, ou seja, em 67% das questões, é nos dados relativos ao 2º ano que a percentagem de formas participiais regulares é mais alta. É o que acontece em todas as questões em que surgem os verbos *aceitar, cobrir, eleger, encarregar, entregar, extinguir, ganhar, gastar, imprimir, limpar, pagar e salvar* – 28 num total de 58 questões – e também o que acontece em algumas questões (11) em que surgem os verbos *empregar* (B10, C2 e C26), *enxugar* (A9), *juntar* (A11), *libertar* (A12), *matar* (A10, B7 e C14), *prender* (A5) e *soltar* (B12).

De modo inverso, é o segmento da amostra que diz respeito ao 10º ano que gera maiores percentagens para as formas irregulares (24/58 questões, isto é, 41%). Esta situação ocorre em todas as questões (6) em que surgem os verbos *empregar* e *gastar* e ainda em algumas questões (18) em que surgem os verbos *aceitar* (A13, B2 e C1), *eleger* (B1), *encarregar* (A6), *entregar* (A1 e C5), *expulsar* (A8, B6 e C21), *ganhar* (B8), *juntar* (A11), *matar* (B7, C14 e C28), *pagar* (B3), *soltar* (B12) e *sujeitar* (B15).

Podemos ainda constatar que, nalguns casos, parece haver um paralelo entre dois blocos: os resultados dos 2º e 5º anos assemelham-se entre si (ainda que, no 5º, a percentagem de formas irregulares tenda a ser superior à que se regista no 2º ano) e divergem mais fortemente do conjunto constituído pelos dados provenientes do 7º e do 10º anos. As percentagens obtidas pela forma irregular *encarregue*, em resposta a A6, são exemplo disso: 2º ano, 4.8%; 5º ano, 5.6%; 7º ano, 37.6%; 10º ano, 45.7%.

Frequentemente, as diferenças maiores ocorrem, portanto, entre o 2º e o 10º anos, surgindo, no 2º ano, a percentagem mais baixa da forma irregular e, no 10º, a mais alta. De seguida, ordenámos estes casos, registando, precisamente, as percentagens relativas ao uso da forma participial irregular. A maior diferença registada foi de 69.4% e foi obtida na questão B3, em que surgia o verbo *pagar*<sup>304</sup>.

- B3, *pago*, 2º ano: 9.8%; 10º ano: 79.2% (diferença de 69.4%);
- A1, *entregue*, 2º ano: 0%; 10º ano: 62% (diferença de 62%);
- B7, *morto*, 2º ano: 7.3%; 10º ano: 67.9% (diferença de 60.6%);

<sup>304</sup> Sempre que, para um dado verbo, há várias questões cujos resultados evidenciam esta diferença maior entre o 2º e o 10º ano, confrontámos apenas os resultados da questão em que a diferença é maior. Por exemplo, para o verbo *aceitar*, seleccionámos a questão C1, em que a forma irregular atingiu 36% no 2º ano e 83% no 10º. A diferença é, portanto, de 47%. Nas outras duas questões em que a maior diferença também se registava entre o 2º e o 10º anos, o intervalo era inferior a 47%: A13, *aceite*, 2º ano: 12.5%; 10º ano: 56% (diferença de 43.5%); B2, *aceite*, 2º ano: 21.4%; 10º ano: 54.7% (diferença de 36%).

- B8, *ganho*, 2º ano: 36.1%; 10º ano: 92.2% (diferença de 56.1%);
- B5, *gasto*, 2º ano: 22%; 10º ano: 77.4% (diferença de 55.4%);
- C2, *empregue*, 2º ano: 28.6%; 10º ano: 77.4% (diferença de 48.8%);
- C1, *aceite*, 2º ano: 36%; 10º ano: 83% (diferença de 47%);
- B12, *solto*, 2º ano: 13.9%; 10º ano: 60.4% (diferença de 46.5%);
- B6, *expulso*, 2º ano: 10.8%; 10º ano: 52.8% (diferença de 42%);
- A6, *encarregue*, 2º ano: 4.8%; 10º ano: 45.7% (diferença de 40.9%);
- B1, *eleito*, 2º ano: 6.1%; 10º ano: 30.2% (diferença de 24.1%);
- B3, *sujeito*, 2º ano: 11.4%; 10º ano: 33.3% (diferença de 21.9%);
- A11, *junto*, 2º ano: 8.3%; 10º ano: 18.2% (diferença de 9.9%).

Pese embora o facto de também existirem grandes discrepâncias entre os valores apurados noutros anos de escolaridade, a verdade é que isso acontece menos frequentemente. Se olharmos em particular para as questões do Grupo C, por vezes, a maior diferença situa-se entre o 2º e o 5º anos<sup>305</sup>. Esta situação surgiu em 17% das questões (10/58) em que foram testados os verbos *aceitar* (C24), *cobrir* (C17), *eleger* (C13), *entregar* (C25), *extinguir* (C16)<sup>306</sup>, *ganhar* (C12), *imprimir* (C18), *pagar* (C3), *prender* (C20) e *salvar* (C8). Este fenómeno pode dever-se ao facto de, no 5º ano, os alunos terem já sido submetidos a um *input* de formas irregulares suficientemente robusto para desencadear o bloqueio à forma regular de que fala Kroch (1994: 5-6)<sup>307</sup>. Contudo, uma vez que há uma altíssima probabilidade de o *input* conter variação, sem que se vislumbre uma tendência mais marcada para uma das formas participiais – a avaliar pelos dados do RL –, é possível que, ao chegar ao 7º ano, os alunos se apercebam disso e voltem a reduzir um pouco o uso da forma irregular<sup>308</sup>. De qualquer

<sup>305</sup> Sendo assim, nestes casos, não há um aumento gradual do uso da forma irregular.

<sup>306</sup> No caso específico do verbo *extinguir*, o mesmo acontece na questão B14, em que a diferença entre os resultados obtidos para ambas as formas participiais nos 2º e 5º anos é a maior, embora não exceda os 13.5%, já que a forma irregular *extinto* obtém, no 2º ano, 8.7%, sendo de 22.2% no 5º ano.

<sup>307</sup> Vide subcapítulo 2.3.2.

<sup>308</sup> Recorde-se que, embora o particípio passado duplo não esteja diretamente referido como conteúdo programático, é no 7º ano que é mais provável que esse tema possa surgir nas aulas de Língua Portuguesa, uma vez que o programa contempla os tempos compostos nesse ano de escolaridade. O eventual tratamento do particípio passado duplo e o hipotético conhecimento da regra de distribuição sintática prevista nos textos didáticos pode, pois, originar o regresso à seleção da forma regular. O processo de escolarização pode, então, ser um dos fatores causadores desta situação de maior discrepância entre os dados dos 2º e 5º anos. No subcapítulo 4.3, veremos se os professores da nossa



modo, estes valores elevados obtidos por algumas formas participiais irregulares logo no segmento do 5º ano parecem indicar que, para certos verbos, o abandono da tendência para a regularização ocorre mais cedo, havendo, a partir do 7º ano, uma estabilização da tendência mais definida – para a forma participial regular ou para a irregular –, que se consolida à medida que o *input* adulto vai sendo analisado pelos falantes em idade escolar. Elenquemos, por ordem decrescente de diferença, as percentagens obtidas pelas suas formas irregulares:

- *impresso*, 2º ano: 17.5%; 5º ano: 56.6% (diferença de 39.1%);
- *aceite*, 2º ano: 40%; 5º ano: 78.8% (diferença de 38.8%);
- *ganho*, 2º ano: 53.2%; 5º ano: 89.3% (diferença de 36.1%);
- *pago*, 2º ano: 62%; 5º ano: 89.4% (diferença de 27.4%);
- *entregue*, 2º ano: 51.2%; 5º ano: 75.3% (diferença de 24.1%);
- *extinto*, 2º ano: 48.6%; 5º ano: 71.8% (diferença de 23.2%);
- *preso*, 2º ano: 41.5%; 5º ano: 63.9% (diferença de 22.4%);
- *salvo*, 2º ano: 56.5%; 5º ano: 78.8% (diferença de 22.3%);
- *coberto*, 2º ano: 63.4%; 5º ano: 81.2% (diferença de 17.8%);
- *eleito*, 2º ano: 56.5%; 5º ano: 72.9% (diferença de 16.4%).

Ao contrário do que acontece com os resultados obtidos na maioria das questões, em oito casos do Grupo C a percentagem mais alta de formas irregulares encontra-se no 2º ou no 5º ano, enquanto a mais baixa se regista no 10º ano.

- C6, *roto*, 5º ano: 45.9%; 10º ano: 17% (diferença de 28.9%);
- C29, *sujeito*, 2º ano: 47.5%; 10º ano: 23.1% (diferença de 24.4%)
- C27, *expulso*, 5º ano: 58.8%; 10º ano: 36.5% (diferença de 22.3%);
- C15, *solto*, 5º ano: 59.5%; 10º ano: 37.7% (diferença de 21.8%);
- C23, *liberto*, 2º ano: 46.3%; 10º ano: 26.4% (diferença de 19.9%);
- C9, *preso*, 5º ano: 50.6%; 10º ano: 34% (diferença de 16.6%);
- C28, *morto*, 5º ano: 64.3%; 10º ano: 49.1% (diferença de 15.2%);
- C7, *enxuto*, 2º ano: 36.2%; 10º ano: 22.6% (diferença de 13.6%).

---

amostra já contemplaram o participío passado duplo nas suas aulas e, no subcapítulo 4.4, discutiremos mais pormenorizadamente as implicações deste e doutros factos.

Recorremos novamente aos Diagramas 5 a 8, agora com o intuito de comparar a composição dos grupos de verbos que obtiveram resultados semelhantes em cada ano de escolaridade e também confrontar as discrepâncias. Para isso, criámos uma tabela que contém a ordem dos verbos em cada ano de escolaridade, consoante a percentagem de formas participiais regulares e irregulares. Nos primeiros lugares estão, pois, os verbos que obtiveram maiores percentagens das formas regulares, ao passo que os últimos correspondem aos que revelaram uma maior tendência para o uso da forma irregular. Recorde-se que, nos dados do 2º ano, todos os verbos obtiveram mais de 50% das suas formas regulares. Nos restantes anos de escolaridade, colocámos uma barra a negrito que delimita a fronteira abaixo da qual encontramos os valores referentes à forma irregular. Acima da barra, estão os verbos cujas formas participiais regulares receberam mais de 50% das respostas. A última coluna diz respeito ao valor percentual resultante da média dos quatro anos de escolaridade.

2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Médias globais	
Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%
Imprimido	88,4%	Enxugado	74%	Rompido	78,2%	Rompido	89%	Rompido	<b>77%</b>
Enxugado	76%	Rompido	68,3%	Juntado	75,7%	Enxugado	84%	Enxugado	<b>77.5%</b>
Encarregado	74,2%	Libertado	67,2%	Enxugado	75,6%	Libertado	76,5%	Juntado	<b>71%</b>
Rompido	74%	Juntado	62,6%	Prendido	69,6%	Prendido	75,2%	Imprimido	<b>70%</b>
Prendido	72,4%	Prendido	61,5%	Sujeitado	67,9%	Sujeitado	74,4%	Libertado	<b>70%</b>
Empregado	72,3%	Sujeitado	61,5%	Libertado	67,1%	Juntado	74,2%	Prendido	<b>69.5%</b>
Matado	72,3%	Imprimido	57,9%	Imprimido	63,5%	Imprimido	70,3%	Sujeitado	<b>68%</b>
Juntado	71,4%	Encarregado	57%	Elegido	61,6%	Extinto	60,4%	Extinto	<b>60%</b>
Libertado	70,6%	Elegido	54,3%	Expulso	50,5%	Elegido	56,6%	Elegido	<b>59.5%</b>
Entregado	70,4%	Soltado	52,1%	Solto	51,3%	Soltado	50,9%	Encarregado	<b>56.5%</b>
Aceitado	69,7%	Empregado	50,9%	Encarregue	53,1%	Encarregue	51,5%	Soltado	<b>54.5%</b>
Sujeitado	67,8%	Expulso	50,2%	Empregue	55,9%	Limpo	54,7%	Expulsado	<b>51%</b>
Extinto	66,7%	Extinto	50,7%	Entregue	60,4%	Expulso	57,8%	Empregado	<b>50.4%</b>
Limpado	65,9%	Morto	51,2%	Morto	61,5%	Morto	64,6%	Morto	<b>51.5%</b>
Soltado	65,9%	Limpo	52,4%	Aceite	62,4%	Empregue	65,5%	Entregue	<b>52.5%</b>
Elegido	64,6%	Entregue	53,4%	Extinto	63,8%	Coberto	66,3%	Limpo	<b>52%</b>
Expulsado	62,6%	Aceite	55,7%	Limpo	66,7%	Entregue	66,5%	Aceite	<b>54%</b>
Pagado	61,5%	Gasto	63,7%	Coberto	71,6%	Aceite	67%	Coberto	<b>63%</b>
Salvado	58,8%	Salvo	65,7%	Salvo	73,3%	Salvo	74,5%	Salvo	<b>64%</b>
Cobrido	54,5%	Coberto	68,5%	Pago	74,8%	Pago	80,2%	Pago	<b>65%</b>
Ganhado	54,2%	Pago	68,5%	Gasto	75,8%	Gasto	83%	Gasto	<b>67.5%</b>
Gastado	52,8%	Ganho	79,8%	Ganho	86,9%	Ganho	90,4%	Ganho	<b>76%</b>

Tabela 46: Ordenação dos verbos em função da percentagem média de formas participiais regulares e irregulares por ano de escolaridade e na globalidade da amostra.

As maiores discrepâncias na ordenação dos verbos, quando comparamos os resultados dos diferentes anos de escolaridade, têm quase sempre origem nas escolhas feitas pelos alunos do 2º ano. De facto, é frequente não haver grande variação entre o lugar obtido pelos verbos no 5º, no 7º e no 10º ano. É o que acontece, por exemplo, com o verbo *imprimir*, que fica no 7º lugar nos três anos referidos, sendo que os informantes pendem um pouco para o uso da forma regular. Já no 2º ano, este verbo é o que mais pende para o uso dessa forma. O facto de ser a percentagem do 10º ano (70.3%) a que mais se aproxima da do 2º (88.4%) reafirma a tendência revelada.

Apesar de, no 2º ano, a forma participial *sujeitado* ocupar a 12ª posição na lista de verbos e a 6ª ou a 5ª nos restantes anos, a percentagem é relativamente semelhante em todos os anos, revelando a tendência unívoca para o uso da forma regular. O que acontece com o verbo *eleger* assemelha-se um pouco a esta situação, na medida em que o 16º lugar no 2º ano e o 8º ou 9º lugar nos outros anos de escolaridade correspondem, ainda assim, a percentagens que rondam os 50/ 60% para a forma regular. No entanto, diferentemente de *sujeitar*, não podemos considerar estes valores indicativos de uma tendência clara e homogénea. Tanto no 5º, como no 7º e no 10º ano a posição ocupada por *eleger* está muito próxima da fronteira a partir da qual se encontram os verbos cujos valores da forma participial irregular são superiores. A forma *elegido* obtém apenas 54.3% no 5º ano e 56.6% no 10º ano, registando por isso um alto nível de variação.

Também *soltar* apresenta variação, ocupando o 15º lugar no 2º ano e ficando no meio da lista, em 10º lugar, nos outros três anos investigados. Apenas no 7º ano se regista uma propensão para o uso da forma irregular *solto*, porém as percentagens de 50.9 a 52.1% para a forma regular, no 10º e no 5º ano, respetivamente, evidenciam a inconsistência dessa tendência.

Os dados relativos ao 2º ano foram ainda os mais discrepantes no caso dos verbos que identificaremos de seguida, sobretudo devido ao facto de só nesse ano os inquiridos atestarem tendência para o predomínio da forma participial regular da totalidade dos 22 verbos. Assim, ainda que as posições ocupadas no 5º, no 7º e no 10º ano possam ser algo divergentes, quando os informantes desses segmentos pendem para o uso da forma irregular, imediatamente surgem tendências inversas em relação

aos dados provenientes do 2º ano<sup>309</sup>. Vejamos o exemplo de **entregar**, cuja forma regular obtém mais de 70% no 2º ano, ficando em 10º lugar, ao passo que, no 5º, 7º e 10º ano a forma irregular é mais usada – ainda que apenas com percentagens entre os 53.4% e os 66.5% – e ocupa a 16ª, 13ª e 17ª posição. Também no caso de **aceitar** há uma tendência para o uso da forma irregular nos três anos de escolaridade mais elevados, ficando em 17º, 15º e 18º lugar, com uma percentagem crescente. No 2º ano, inversamente, a forma **aceitado** é a mais usada, com quase 70% das ocorrências (11º lugar). Também os dados referentes ao verbo **matar** revelam disparidade entre dois blocos: os inquiridos do 2º ano deram primazia à sua forma participial regular, ficando em 7º lugar; os informantes dos outros anos de escolaridade utilizaram mais frequentemente a forma irregular – com uma percentagem crescente consoante o nível de ensino – sendo o 14º o lugar ocupado por este verbo em termos de médias gerais dos segmentos dos quatro anos de escolaridade.

Com percentagens perto dos 60% no 2º ano para a forma regular e perto dos 50% para a forma irregular nos 5º, 7º e 10º anos, **expulsar** ocupa as posições 17ª, 12ª, 9ª e 13ª. Apesar de a tendência ser divergente no 2º ano, e uma vez que as percentagens estão entre os 50/60%, o resultado acaba por não ser tão discrepante quanto nos primeiros casos acima referidos – como **imprimir**.

Similarmente, para o verbo **limpar**, é apenas no 2º ano que a forma regular é a mais usada (atingindo 65.9% e ocupando o 14º lugar). No 7º ano, é a forma **limpo** que chega aos 66.7% (17º lugar). No 5º e no 10º anos a forma irregular não ultrapassa os 55%, ficando na 15ª e na 12ª posições, respetivamente.

Relativamente aos verbos que registaram valores semelhantes nos quatro anos de escolaridade inquiridos, **prender**, **enxugar** e **romper** sobressaem, com apenas um ou dois lugares de diferença. A forma regular **prendido** obteve entre 61.5% (5º ano) e 75.2% (10º ano) e ocupou o 5º (no 2º e no 5º anos) e o 4º lugar (no 7º e no 10º anos) na lista ordinal. A forma **enxugado** obteve as posições de 2º, 1º, 3º e 2º lugares, com 74 (5º ano) a 84% (10º ano) das ocorrências. Também a forma regular de **romper**

---

<sup>309</sup> As tendências serão tanto mais inversas quanto mais baixa for a posição na lista relativa aos dados do 2º ano – sobretudo se for inferior a 11, isto é, a metade dos verbos.

alcança o resultado mais baixo no 5º ano (68.3%) e o mais alto no 10º (89%), alterando apenas entre a 4ª e a 1ª posição.

Os verbos **juntar** e **libertar** apresentam igualmente uma propensão para a forma regular, porém os lugares ocupados são já um pouco mais diversos. A forma *juntado* varia entre o 2º e o 8º lugar e entre os 62.6% (5º ano) e os 74.2 % (10º ano); a forma regular do verbo **libertar** alterna entre a 3ª (10º ano) e a 9ª posição (2º ano) e entre os 67.1% (7º ano) e os 76.5% (10º ano).

No caso dos cinco verbos que se seguem, as diferenças de posição na lista são poucas. Todavia, inscrevem tendências inversas entre o 2º ano e os restantes, uma vez que no 2º ano se registou maior uso da forma participial regular em relação a todos os verbos<sup>310</sup>. Referimo-nos a *salvar*, *pagar*, *cobrir*, *ganhar* e *gastar*. **Salvar** ficou em 19º nos quatro *subcorpora*. **Pagar** ocupa o 18º lugar no 2º ano, e, nos restantes anos, demonstrou-se uma forte tendência para o uso da forma *pago*, ficando esta em 21º e 20º lugar, com uma percentagem crescente entre o 5º (68.5%) e o 10º anos (80.2%). Apesar de *ganhado* ter ficado em 21º lugar no 2º ano, nesse ano de escolaridade, foi dos verbos que obteve uma percentagem mais reduzida para forma participial regular. Nos outros três anos escolares que foram objeto de inquirição, **ganhar** ocupou a última posição com 79.8% a 90.4% para a sua forma irregular. Também **gasto** obteve valores altos nesses anos de escolaridade (63.7% a 83%). No 2º ano, a forma *gastado* foi a menos usada das formas participiais regulares, com 52.8% das ocorrências.

Já os verbos **encarregar**, **extinguir** e **empregar** registaram uma variação menos clara ou mais assimétrica. No 2º e no 5º ano, a forma regular *encarregado* ocupou a 3ª e a 8ª posição, ao passo que no 7º e no 10º ano prevaleceu tenuemente a forma *encarregue*, com pouco mais de 50%, ficando no 11º lugar na lista. Também **empregar** demonstrou duas tendências opostas. Contudo, neste caso, há uma progressão de uso da forma irregular consoante progredimos no ano de escolaridade. Assim, no 2º e 5º ano a forma regular atinge 72.3% (6º lugar) e 50.9% (11º lugar), respetivamente, havendo, depois, uma inversão, já que a forma *empregue* é usada em 55.9% (12º lugar) no 7º ano e em 65.5% (15ª posição) no 10º ano. Quanto a **extinguir**, pende para

---

<sup>310</sup> Ainda assim, uma posição mais alta do que a 16ª, nos dados relativos ao 2º ano, já só equivale a uma percentagem inferior a 65% para o uso da forma participial regular.

o uso da forma regular no 2º (13º lugar) e no 10º ano (8ª posição), enquanto que no 5º (13º lugar) e no 7º (16º lugar) sobressai como prevalente a forma irregular. É, pois, mais um verbo que exhibe uma variação inconstante que se reflete numa percentagem total (média das percentagens dos quatro anos) de 60% para a forma *extinguido*.

### **Aplicação do teste estatístico do Qui-Quadrado**

Estas apreciações globais serão complementadas, de seguida, recorrendo à análise estatística. É, pois, chegado o momento da aplicação de um teste estatístico que permitirá comparar de forma mais pormenorizada a presença ou a ausência de interação entre as quatro variáveis de tipo independente e o número de ocorrências de ambas as formas participiais – *vide* Anexo 13. O teste estatístico apropriado para tratar este tipo de variáveis é o Teste de Qui-quadrado. Os resultados serão dispostos em três tabelas por cada verbo – *vide*, para cada verbo, os quadros *a*, *b* e *c* respetivos.

Através dos quadros assinalados com a letra *a*, intitulados *sumário das ocorrências*, podemos aferir, por ano de escolaridade, para cada um dos verbos testados, quais as questões que possibilitaram um maior número de ocorrências válidas e quais geraram mais casos para a categoria que integra as não respostas e as respostas inválidas. A maior ou menor discrepância entre a percentagem<sup>311</sup> de ocorrências válidas entre os quatro anos de escolaridade poderá também ser um aspecto muito relevante a ter em conta na análise dos resultados.

A segunda tabela (*b*) conterá a distribuição das respostas relativas a cada um dos verbos em cada ano de escolaridade, o que permitirá dar conta da uniformidade

---

<sup>311</sup> Uma vez que, neste momento, estamos a analisar, especificamente, o efeito da variável *ano de escolaridade* e que não temos o mesmo número de informantes em todos os anos de escolaridade, as percentagens que surgem nas colunas intituladas *totais* foram calculadas a partir das percentagens apuradas para cada ano (média das percentagens) e não a partir do número total de ocorrências.

ou da heterogeneidade do comportamento dos inquiridos perante as formas participiais de cada verbo<sup>312</sup>.

A terceira tabela (c) reflete a aplicação do teste do Qui-quadrado, contendo, por isso, os vários níveis de significância da diferença entre os resultados obtidos para cada verbo, consoante os anos de escolaridade. Em primeiro lugar, compararam-se todas as variáveis no seu conjunto, no sentido de verificar se, de um modo geral, o ano de escolaridade interfere no número de ocorrências das duas formas participiais. Seguidamente, apurámos, especificamente, entre que anos de escolaridade havia divergências significativas. Repetimos, portanto, este procedimento para todas as questões<sup>313</sup>. Foi, então, necessário comparar as respostas dadas pelos inquiridos que frequentavam o 2º ano com as dos que frequentavam cada um dos outros três anos e ainda as do 5º com as do 7º e com as do 10º e, por último, as do 7º com as do 10º. Sempre que os valores de significância presentes nas tabelas c forem inferiores a 0.05, podemos considerar que há diferenças significativas entre os resultados – *vide* nossas marcações a **negrito** em todas as tabelas c.

Os verbos serão apresentados pela ordem em que surgem na Tabela 46, de acordo com as percentagens médias de formas participiais regulares e irregulares na globalidade da amostra. Assim, iremos percorrendo os verbos com maiores percentagens da sua forma regular até aqueles cujas formas irregulares obtiveram percentagem mais elevada.

### **Verbo romper**

As percentagens de respostas válidas e nulas obtidas para o verbo *romper* aproximam-se da média<sup>314</sup>. Na verdade, assim como acontece na maior parte dos

---

<sup>312</sup> Para ser mais facilmente visível e interpretável, colocámos a negrito as percentagens mais alta e mais baixa de ocorrências das formas participiais irregulares em cada uma das questões em todas as tabelas que contêm a letra *b* (Tabelas 47b a 69b).

Assim como nas tabelas *a* (*vide* nota anterior), nas tabelas *b* também registámos os totais relativos à média das percentagens obtidas em cada ano de escolaridade.

<sup>313</sup> *Vide* o Anexo 13. Este anexo, em que registamos os resultados do Teste de Qui-quadrado – que consiste no cruzamento das quatro variáveis independentes (anos de escolaridade) –, está organizado por verbo e por questão.

<sup>314</sup> Reservámos o subcapítulo 4.2.4.1 para o tratamento das ocorrências nulas. Os valores da média estarão presentes nas Tabelas 70 (4.2.4.1) e 79 (4.2.4.4).

verbos, a Tabela 47a demonstra haver um decréscimo de ocorrências nulas da questão do Grupo A para a do Grupo C, à medida que avançamos nos dados dos anos de escolaridade. Assim, se, em A7, as percentagens de ocorrências nulas rondam os 50% tanto no 2º quanto no 5º ano, no 7º são já de apenas 14.9% e, no 10º, 11.3%. É aproximadamente neste valor que começamos em C6, na amostra do 2º ano, descendo logo para 1.2% no 5º. Os inquiridos dos 7º e 10º anos apresentam todas as ocorrências válidas para esta questão.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%) <sup>315</sup>	
			2º		5º		7º		10º		V	N
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas		
Romper	A7	Nº	25	29	41	45	97	17	47	6	(210)	(97)
		%	46,3%	53,7%	47,7%	52,3%	85,1%	14,9%	88,7%	11,3%	67%	33%
	C6	Nº	48	6	85	1	114	0	53	0	(300)	(7)
		%	88,9%	11,1%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	97%	3%
	Totais	Nº	73	35	126	46	211	17	100	6	(510)	(104)
		%	68%	32%	73%	27%	93%	7%	94%	6%	82%	18%

Tabela 47a: Sumário das ocorrências (verbo romper)

Em nenhuma das questões ou ano de escolaridade a percentagem obtida pela forma *roto* ultrapassa os 50% – vide Tabela 47b. Em A7, aliás, os seus valores são extremamente baixos, situando-se entre os 2.4% (5º ano) e os 7.2% (7º ano)<sup>316</sup>. Não há diferenças significativas entre os valores obtidos para esta questão nos quatro segmentos da amostra (Tabela 47c). Em C6, os valores dedicados à forma *roto* aumentam consideravelmente, porém é expressivo o facto de ser no 10º ano que surge a percentagem mais baixa, de 17%. Os inquiridos do 7º ano selecionam essa

<sup>315</sup> Tanto nas Tabelas *a* como *b*, na última coluna, contabilizou-se a média das percentagens obtidas em cada ano de escolaridade. Assim, nas Tabelas assinaladas com a letra *a*, o número total de ocorrências válidas e nulas surge entre parêntesis precisamente porque não foi a partir desse valor que se calculou a percentagem. Esta resulta da soma das percentagens presentes em cada linha e posterior divisão por quatro. Assim, estas percentagens de ocorrências válidas e nulas têm em igual consideração os segmentos relativos aos quatro anos de escolaridade, sendo, portanto, uma *percentagem média*.

De modo idêntico, na última coluna das Tabelas com a letra *b*, somaram-se as percentagens de uso da forma regular e da forma irregular registadas em cada linha e, então, dividiu-se esse valor por quatro. Assim, temos na última coluna as percentagens totais resultantes de um cálculo com igual peso atribuído a cada um dos quatro segmentos relativos aos anos de escolaridade. Já que não temos o mesmo número de informantes nos quatro segmentos da amostra e que, neste subcapítulo, analisamos, precisamente essa variável, introduzimos aqui este método de contabilização dos totais.

<sup>316</sup> As percentagens assinaladas a negrito em todas as tabelas *b* correspondem à percentagem mais baixa e à percentagem mais alta registada para cada questão (análise horizontal). Nas tabelas que contêm verbos testados em quatro questões, sombreámos as percentagens mais baixas e mais altas para cada ano escolar (análise vertical).



forma em 34.2% das ocorrências e os valores do 2º ano situam-se nos 37.5%. No 5º ano, 45.9% dos alunos escolhem a forma *roto*.

O facto de haver uma descida da percentagem obtida por esta forma na questão do Grupo C, logo a partir do 5º ano, já seria suficiente para concluirmos que a forma regular não estará a perder espaço para a forma *roto*. No entanto, mais um dado reforça esta conclusão. Efetivamente, em C6, os resultados provenientes dos alunos do 10º ano diferenciam-se significativamente dos resultados dos restantes anos de escolaridade (atente-se nos valores a negrito na Tabela 47c), registando-se assim uma importante descida para a forma participial irregular, *roto*.

Verbo		Q		Valor		Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
						2º		5º		7º		10º			
						Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
				Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.		
<b>Romper</b>	A7	Nº Oc.	24	1	40	1	90	7	45	2	(199)	(11)			
		%	96,0%	4,0%	97,6%	<b>2,4%</b>	92,8%	<b>7,2%</b>	95,7%	4,3%	96%	4%			
	C6	Nº Oc.	30	18	46	39	75	39	44	9	(195)	(105)			
		%	62,5%	37,5%	54,1%	<b>45,9%</b>	65,8%	34,2%	83,0%	<b>17,0%</b>	66%	34%			
<b>Totais</b>	Nº Oc.	54	19	86	40	165	46	89	11	(394)	(116)				
	%	74%	26%	68%	<b>32%</b>	78%	22%	89%	<b>11%</b>	77%	23%				

Tabela 47b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *romper* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A7	,664	1,000	1,000	1,000	,272	1,000	,718
C6	<b>,007</b>	,348	,689	<b>,020</b>	,095	<b>,001</b>	<b>,022</b>

Tabela 47c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *romper* consoante os anos de escolaridade.

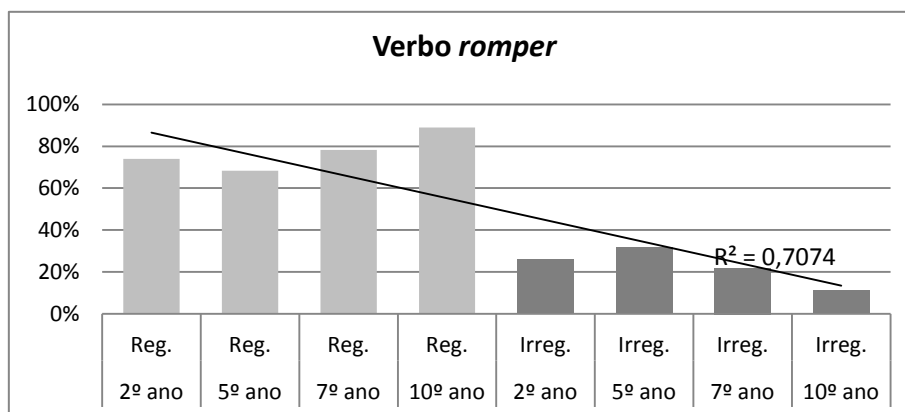


Gráfico 10: Percentagens relativas às formas participiais de *romper* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Assim, em média, dos 26% de ocorrências da forma *roto* no 2º ano, subimos para os 32% no 5º ano. No 7º ano, inicia-se o processo inverso – passando para 22% –, que se confirma no 10º ano, com apenas 11%. *Rompido* é mesmo a forma regular para a qual os informantes mais tendem (77%) – vide Gráfico 10<sup>317</sup>.

### Verbo *enxugar*

Como veremos em 4.2.4.1, na lista de ocorrências nulas<sup>318</sup>, este verbo ficou em terceiro lugar, com 19.7%, sobretudo devido ao alto número de respostas inválidas (18%). Notou-se, portanto, um alto nível de insegurança linguística no uso das formas participiais de *enxugar*. Os segmentos do 7º e 10º anos foram os maiores responsáveis por esses resultados, já que nos subtotais desses anos, este foi o verbo que mais ocasionou ocorrências nulas, na questão A9 (26.3% no 7º ano e 22.6% no 10º ano). Embora tenham respondido à questão A9, os inquiridos desses anos de escolaridade optaram por evitar o uso dos tempos compostos e, conseqüentemente, das formas participiais. Pelo contrário, no 2º ano, os 48.1% constituem a terceira percentagem mais baixa de respostas nulas a questões do Grupo A – vide Anexo 15b.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Enxugar	A9	Nº	28	26	43	43	84	30	41	12	(196)	(111)
		%	51,9%	48,1%	50,0%	50,0%	73,7%	26,3%	77,4%	22,6%	63%	37%
	C7	Nº	47	7	84	2	113	1	53	0	(297)	(10)
		%	87,0%	13,0%	97,7%	2,3%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	96%	4%
	Totais	Nº	75	33	127	45	197	31	94	12	(493)	(121)
		%	69%	31%	74%	26%	86%	14%	89%	11%	80%	20%

Tabela 48a: Sumário das ocorrências (verbo *enxugar*)

O verbo *enxugar* apresenta uma clara tendência para o uso da forma participial regular, já que a percentagem mais elevada atribuída a *enxuto* (36.2%) foi conseguida

<sup>317</sup> O Anexo 16 reúne três gráficos relativos a cada um dos vinte e dois verbos. Um dos gráficos contém tanto as percentagens obtidas pelas formas participiais regulares como as das irregulares, com as respetivas linhas de tendência. Os outros dois gráficos isolam os dados das formas regulares relativamente aos das formas irregulares. Uma vez que as *linhas de tendência* são mais fiáveis quando o respetivo valor de R ao quadrado é ou está próximo de 1, selecionámos para integrar no texto os gráficos que apresentavam os valores de R ao quadrado mais altos.

<sup>318</sup> Vide Tabela 69, em 4.2.4.1.

em C7 no segmento do 2º ano, que é, habitualmente, aquele que concede valores menores às formas irregulares. Para além disso, os dados são todos muito equiparáveis, não se registando diferenças significativas<sup>319</sup>. Com apenas perto de 10% de diferença entre o valor mais alto e o mais baixo, na questão A9, a forma *enxuto* obtém de 3.6% a 13.1% e, na questão C7, recolhe entre 22.6% a 36.2%. Relevante é o facto de, para esta última questão, haver o que poderemos considerar ser uma inversão em relação às tendências reveladas para a maior parte dos verbos e das questões, uma vez que o valor mais *alto* obtido pela forma *irregular* se regista no segmento da amostra do 2º ano, enquanto o valor mais baixo é originado pelos alunos do 10º ano.

		Ano de escolaridade										Totais (Média%)		
		2º		5º		7º		10º						
		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		
Verbo	Q	Valor	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Enxugar</b>	A9	Nº Oc.	27	1	40	3	73	11	38	3	(178)	(18)		
		%	96,4%	<b>3,6%</b>	93,0%	7,0%	86,9%	<b>13,1%</b>	92,7%	7,3%	92%	8%		
	C7	Nº Oc.	30	17	54	30	76	37	41	12	(201)	(96)		
		%	63,8%	<b>36,2%</b>	64,3%	35,7%	67,3%	32,7%	77,4%	<b>22,6%</b>	68%	32%		
	Totais	Nº Oc.	57	18	94	33	149	48	79	15	(379)	(114)		
	%	76%	24%	74%	<b>26%</b>	76%	24%	84%	<b>16%</b>	77.5%	22.5%			

Tabela 48b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *enxugar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A9	,417	1,000	,289	,641	,380	1,000	,336
C7	,386	,958	,676	,137	,663	,106	,183

Tabela 48c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *enxugar* consoante os anos de escolaridade.

Ao observar as médias por ano de escolaridade, confirmamos o facto de a parte da nossa amostra do 10º ano ser a que menos usa a forma *enxuto* em tempos compostos da voz ativa (16%). As percentagens relativas ao 2º e ao 7º anos são ambas de 24% e as do 5º não se afastam muito desse valor (26%).

<sup>319</sup> Uma vez que alguns dos campos relativos ao verbo *enxugar*, na questão A9 (Tabela 48b), tinham apenas uma ou três ocorrências válidas, para calcularmos corretamente o nível de significância, repetimos o teste estatístico recorrendo a um teste acessório, o teste *Monte Carlo*, que cria 10.000 ocorrências hipotéticas que nos permitem assegurar o nível de confiança de 99%, isto é, certificar que conseguimos avaliar com segurança a diferença entre as respostas a estas questões (Tabela 48c).

Assim, o registo de 76%, 74%, 75.6% e 84% de ocorrências de *enxugado* nos 2º, 5º, 7º e 10º anos, respetivamente, torna *enxugar* o segundo verbo a demonstrar mais claramente uma tendência para a forma participial regular – *vide* Gráfico 11.

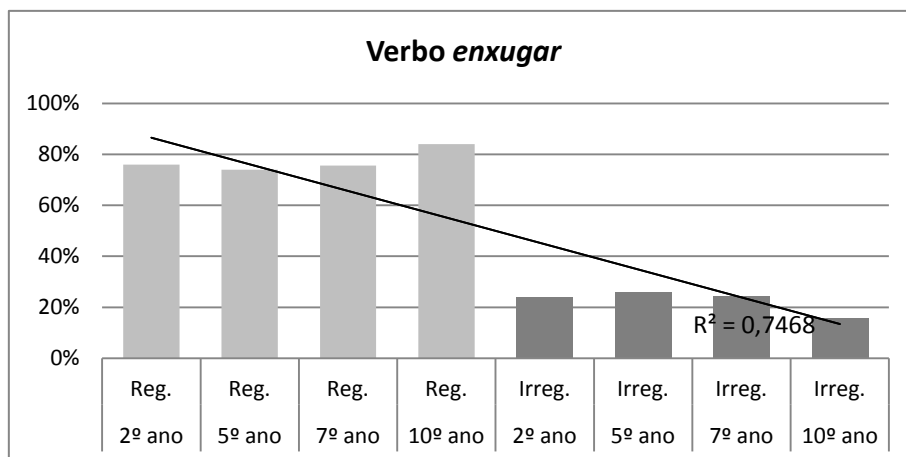


Gráfico 11: Percentagens relativas às formas participiais de *enxugar* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *juntar*

Genericamente, o valor percentual de ocorrências nulas (Tabela 49a) aproxima-se da média registada nos quatro anos de escolaridade nos dois grupos de questões, A e C. Só no segmento do 2º ano há um valor um pouco mais alto de ocorrências nulas em C22 (27.8%) do que no conjunto de todos os verbos para este grupo de questões (19% – *vide* Tabela 70). Entre A11 e C22, os inquiridos do 5º ano passam de 55.8% para 1.2% de respostas nulas.

Como se pode verificar na Tabela 49b, o ano de escolaridade a originar o valor mais alto para a forma participial irregular de *juntar* foi o 5º ano (C22: 47.1%). O valor mais baixo ocorreu em A11, no 2º ano (8.3%). Os alunos mais novos foram os que responderam de modo mais díspar às duas questões, pois, em C22, a percentagem de uso de *junto* subiu para 41%. Já os inquiridos do 10º ano optaram por responder de um modo mais homogéneo a A11 e a C22, atribuindo, respetivamente, 18.2% e 32.1% das ocorrências à forma irregular.

Observando separadamente as duas questões, constatamos que, ao contrário do que maioritariamente sucede no Grupo A, em A11, a maior diferença ocorrida não revelou ser significativa (2º ano: 8.3%; 10º ano: 18.2%). Em C22, só foi significativa a

diferença entre o 5º e o 7º ano (Tabela 49c), sendo que a percentagem mais baixa para a forma *junto* se registou no 7º ano (31.6%, por oposição aos 47.1% no 5º ano), consolidando, para este verbo, a prevalência da forma regular<sup>320</sup>.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Juntar	A11	Nº	24	30	38	48	92	22	44	9	(198)	(109)
		%	44,4%	55,6%	44,2%	55,8%	80,7%	19,3%	83,0%	17,0%	63%	37%
	C22	Nº	39	15	85	1	114	0	53	0	(291)	(16)
		%	72,2%	27,8%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	93%	7%
Totais	Nº		63	45	123	49	206	22	97	9	(489)	(125)
	%		58%	42%	72%	28%	90%	10%	92%	8%	78%	22%

Tabela 49a: Sumário das ocorrências (verbo *juntar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Juntar	A11	Nº Oc.	22	2	32	6	78	14	36	8	(168)	(30)
		%	91,7%	<b>8,3%</b>	84,2%	15,8%	84,8%	15,2%	81,8%	<b>18,2%</b>	86%	14%
	C22	Nº Oc.	23	16	45	40	78	36	36	17	(182)	(109)
		%	59,0%	41,0%	52,9%	<b>47,1%</b>	68,4%	<b>31,6%</b>	67,9%	32,1%	62%	38%
Totais	Nº Oc.		45	18	77	46	156	50	72	25	(350)	(139)
	%		71%	29%	63%	<b>37%</b>	76%	<b>24%</b>	74%	26%	71%	29%

Tabela 49b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *juntar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A11		,754	,468	,518	,475	,934	,774
C22		,117	,531	,282	,376	<b>,026</b>	,082

Tabela 49c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *juntar* consoante os anos de escolaridade.

Esta tendência fica bem patente nas médias, na medida em que o aumento da forma irregular no 5º ano não prossegue nos anos subsequentes: do 2º para o 5º ano, a forma irregular passa de 29 para 37%, mas, no 7º e no 10º, retrocede para 24 e 26%,

<sup>320</sup> Este resultado está de acordo com os dados dos *subcorpora* de RL, já que, nas cinco ocorrências participiais registadas, 100% correspondiam à forma regular. Apesar de *juntar* ser um dos verbos aos quais se reconhecem usos variantes em textos escolares, os dados recolhidos através do nosso inquérito também atribuem primazia a *juntado*.

respetivamente<sup>321</sup>. Há, assim, em todos os anos de escolaridade, mais de 60% de inquiridos a preferir *juntado* – atente-se na linha de tendência presente no Gráfico 12.

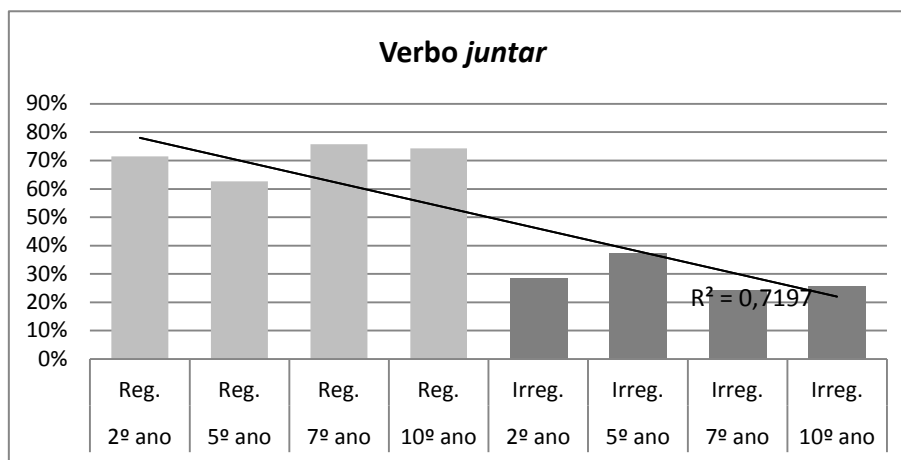


Gráfico 12: Percentagens relativas às formas participiais de *juntar* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *imprimir*

Na Tabela 50a, que contém o sumário das ocorrências válidas e nulas relativas ao verbo *imprimir*, verifica-se que houve uma percentagem mais alta de respostas nulas a A2 no 5º ano (55.8%) do que no 2º ano (46.3%), facto que não é frequente. Na verdade, perguntando aos alunos, no final da realização do inquérito, qual o verbo que havia gerado mais dúvidas<sup>322</sup>, *imprimir* foi um dos mais referidos pelos inquiridos dos 5º e 7º anos.

Globalmente, o número de ocorrências da forma irregular de *imprimir* é reduzido – atente-se na Tabela 50b. Em A2, não ultrapassa os 14.3% (7º ano) e, no 2º ano, restringe-se a 3.4%. Não são significativas estas diferenças (Tabela 50c). Em C18,

<sup>321</sup> Se recordarmos a noção de *bloqueio* a que nos referimos no subcapítulo 2.3.2 (Pinker, 1995b: 113-114; Kroch, 1994: 5-6; Lightfoot, 1999: 94-100), e ponderarmos os resultados obtidos para os verbos *juntar* e, também, *imprimir*, podemos considerar a hipótese de a existência de formas nominais (*o impresso*) ou de locuções preposicionais (*junto de; junto a*) idênticas às formas participiais, nomeadamente as irregulares (*impresso* e *junto*), bloquearem o uso dessas formas participiais. Essas formas não participiais podem potenciar o uso da forma participial que não é análoga a elas. Discutiremos esta possibilidade em 4.4.2. É necessário ainda esclarecer que, não estando no escopo do presente trabalho discutir questões morfossintáticas ou terminológicas que possam justificar certas opções, utilizaremos a designação «locuções preposicionais» para nos referirmos a *junto de* e a *junto a*, segundo a nomenclatura de Brito (2003).

<sup>322</sup> Esta pergunta foi colocada, coletiva e informalmente, a todas as turmas pela investigadora.

ainda que se registem algumas discrepâncias mais relevantes, continuamos a notar uma prevalência da forma *imprimido*. Apesar de esse predomínio não ser tão claro no 5º e no 7º anos, cujos resultados tendem ligeiramente para a forma irregular (5º ano: 56.6%; 7º ano: 55.8%), o facto de estas percentagens descerem paulatinamente do 5º ao 10º anos (47.2%) faz-nos crer que a forma irregular deste verbo não estará a ganhar espaço relativamente à forma concorrente, como terá acontecido com *ganho* ou *gasto*.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Imprimir	A2	Nº	29	25	38	48	98	16	48	5	(213)	(94)
		%	53,7%	46,3%	44,2%	55,8%	86,0%	14,0%	90,6%	9,4%	69%	31%
	C18	Nº	40	14	83	3	113	1	53	0	(289)	(18)
		%	74,1%	25,9%	96,5%	3,5%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	92%	8%
	Totais	Nº	69	39	121	51	211	17	101	5	(502)	(112)
		%	64%	36%	70%	30%	93%	7%	95%	5%	81%	19%

Tabela 50a: Sumário das ocorrências (verbo *imprimir*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Imprimir	A2	Nº Oc.	28	1	34	4	84	14	43	5	(189)	(24)
		%	96,6%	<b>3,4%</b>	89,5%	10,5%	85,7%	<b>14,3%</b>	89,6%	10,4%	90%	10%
	C18	Nº Oc.	33	7	36	47	50	63	28	25	(147)	(142)
		%	82,5%	<b>17,5%</b>	43,4%	<b>56,6%</b>	44,2%	55,8%	52,8%	47,2%	56%	44%
	Totais	Nº Oc.	61	8	70	51	134	77	71	30	(336)	(166)
		%	88%	<b>12%</b>	58%	<b>42%</b>	64%	36%	70%	30%	70%	30%

Tabela 50b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *imprimir* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A2		,437	,379	,188	,400	,562	,987
C18		,000	,000	,000	,003	,903	,281

Tabela 50c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *imprimir* consoante os anos de escolaridade.

Considerando, agora, a média obtida nas duas questões, a preferência pela forma regular abrange todos os segmentos da amostra. Para além disso, ao contrário de outros casos em que é no 10º ano que se registam os valores mais altos para a

forma irregular, para *imprimir*, são os inquiridos do 5º ano a fazê-lo. Como se pode ver no Gráfico 13, a forma regular obteve 88.4%, no 2º ano, 57.9%, no 5º ano, 63.5%, no 7º ano, e 70.3%, no 10º ano. Portanto, entre o 5º e o 10º ano, a forma *imprimido* aumenta os seus valores.

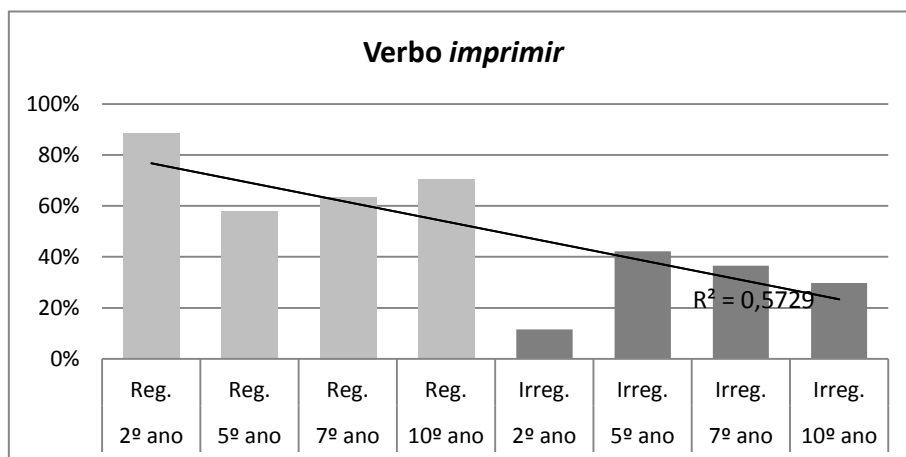


Gráfico 13: Percentagens relativas às formas participiais de *imprimir* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *libertar*

Tal como acontece com a maior parte dos verbos, a percentagem de respostas nulas na questão do Grupo A é idêntica no 2º e no 5º ano e próxima dos 50%. Já no Grupo C, no segmento do 2º ano os valores descem para metade (24.1%), enquanto no 5º ano decrescem ainda mais substancialmente, para 1.2%. Nos dados do 7º ano, as ocorrências nulas não ultrapassam os 14.9%, em A12, e nos do 10º, os 7.5%. Em C23, praticamente não houve casos inválidos nem casos de não resposta, tanto no 7º como no 10º ano.

Também no caso do verbo *libertar* se evidencia nos nossos dados uma tendência para o uso da forma participial regular. Não só as percentagens de uso da forma *liberto* são reduzidas, como em C23 verificamos uma diminuição das preferências pela forma irregular à medida que subimos no ano de escolaridade.

Efetivamente, em A12, a forma *liberto* é selecionada por apenas 3.7% dos inquiridos do 2º ano, 18.6% dos alunos do 5º ano, 24.7% nos dados relativos ao 7º ano e 20.4%, no 10º ano.



Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Libertar	A12	Nº	27	27	43	43	97	17	49	4	(216)	(91)
		%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	85,1%	14,9%	92,5%	7,5%	69%	31%
	C23	Nº	41	13	85	1	113	1	53	0	(292)	(15)
		%	75,9%	24,1%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	93%	7%
Totais	Nº		68	40	128	44	210	18	102	4	(508)	(106)
	%		63%	37%	74%	26%	92%	8%	96%	4%	81%	19%

Tabela 51a: Sumário das ocorrências (verbo *libertar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Libertar	A12	Nº Oc.	26	1	35	8	73	24	39	10	(173)	(43)
		%	96,3%	<b>3,7%</b>	81,4%	18,6%	75,3%	<b>24,7%</b>	79,6%	20,4%	83%	17%
	C23	Nº Oc.	22	19	51	34	68	45	39	14	(180)	(112)
		%	53,7%	<b>46,3%</b>	60,0%	40,0%	60,2%	39,8%	73,6%	<b>26,4%</b>	62%	38%
Totais	Nº Oc.		48	20	86	42	141	69	78	24	(353)	(155)
	%		71%	29%	67%	<b>33%</b>	67%	<b>33%</b>	76%	<b>24%</b>	70%	30%

Tabela 51b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *libertar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A12		,115	,139	<b>,016</b>	,085	,425	,558
C23		,212	,499	,468	<b>,045</b>	,980	,103

Tabela 51c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *libertar* consoante os anos de escolaridade.

No caso do verbo *libertar*, no 10º ano, a uniformidade dos resultados entre questões é assinalável, já que houve apenas 6% de diferença entre as percentagens registadas para a forma *liberto* em A12 (20%) e em C23 (26%). É mesmo uma das percentagens mais próximas entre a questão de produção e a de avaliação metalinguística, similarmente ao que acontece com *cobrir*, *pagar* e *salvar*, como veremos.

Em C23, não houve diferenças significativas (Tabela 51c), a não ser entre os resultados do 2º e do 10º ano. Na verdade, as percentagens obtidas pela forma *liberto* são muito semelhantes nos 2º, 5º e 7º anos, descendo ligeiramente de 46.3% para 40% e para 39.8%, respetivamente.

Em média, unindo as ocorrências de ambas as questões, os 29% obtidos pela forma irregular sobem ligeiramente para 33% no 5º e no 7º anos, descendo depois

para 24% no 10º ano. Estes valores muito próximos confirmam a tendência equilibrada para a forma *libertado* – vide Gráfico 14.

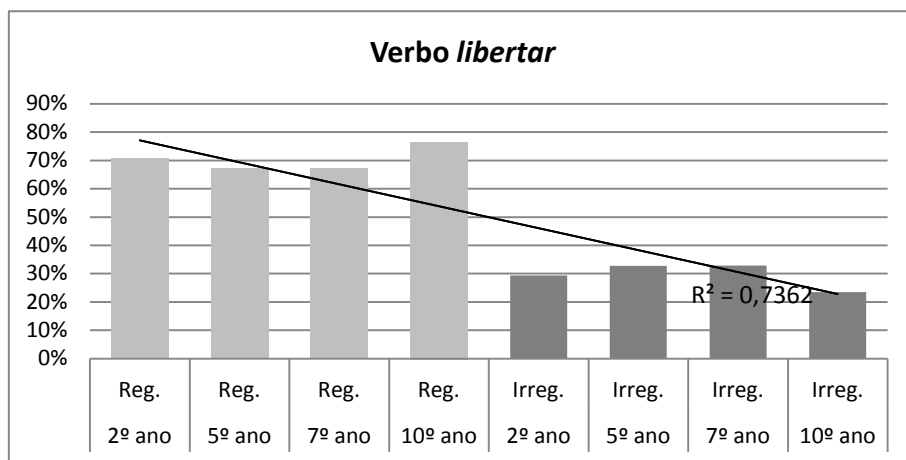


Gráfico 14: Percentagens relativas às formas participiais de *libertar* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *prender*

Nos segmentos dos 5º, 7º e 10º anos, as percentagens mais elevadas de ocorrências nulas no Grupo B registaram-se na questão B4, atinente ao verbo *prender*, sendo de 27.9%, 7.9% e 3.8%, respetivamente. Este fenómeno também sucedeu nos dados do 5º ano, mas em C20 (3.5%).

No caso do verbo *prender*, tal como acontece na maioria dos verbos que apresentam uma tendência para a forma participial regular, praticamente não se registaram diferenças significativas entre os anos de escolaridade pesquisados. Em A5, os resultados para a forma *preso* variaram entre os 0% (2º ano) e os 11.6% (7º ano). Em B4, os 5.7% obtidos no 7º ano não divergem significativamente dos 10% do 2º ano. Em C9, a diferença entre os 34% do 10º ano e os 50.6% do 5º ano é maior, mas, ainda assim, não origina um nível de significância inferior a 0.05 (0.056). Nessa questão, inclusivamente, os valores do 2º ano (40.8) e do 7º ano (43.4%) aproximam-se bastante. A questão C20 originou as percentagens mais altas para a forma irregular em todos os anos de escolaridade. Apenas as percentagens relativas ao 2º ano (41.5%) e ao 5º ano (63.9%) constituem uma diferença de nível significativo (0.018).

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Prender	A5	Nº	25	29	45	41	95	19	49	4	(214)	(93)
		%	46,3%	53,7%	52,3%	47,7%	83,3%	16,7%	92,5%	7,5%	69%	31%
	B4	Nº	30	24	62	24	105	9	51	2	(248)	(59)
		%	55,6%	44,4%	72,1%	27,9%	92,1%	7,9%	96,2%	3,8%	79%	21%
	C9	Nº	49	5	85	1	113	1	53	0	(300)	(7)
		%	90,7%	9,3%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	97%	3%
	C20	Nº	41	13	83	3	114	0	53	0	(291)	(16)
		%	75,9%	24,1%	96,5%	3,5%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	93%	7%
Totais	Nº	145	71	275	69	427	29	206	6	(1053)	(175)	
	%	67%	33%	80%	20%	94%	6%	97%	3%	84%	16%	

Tabela 52a: Sumário das ocorrências (verbo *prender*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Prender	A5	Nº Oc.	25	0	40	5	84	11	45	4	(194)	(20)
		%	100%	<b>,0%</b>	88,9%	11,1%	88,4%	<b>11,6%</b>	91,8%	8,2%	92%	8%
	B4	Nº Oc.	27	3	57	5	99	6	47	4	(230)	(18)
		%	90,0%	<b>10,0%</b>	91,9%	8,1%	94,3%	<b>5,7%</b>	92,2%	7,8%	92%	8%
	C9	Nº Oc.	29	20	42	43	64	49	35	18	(170)	(130)
		%	59,2%	40,8%	49,4%	<b>50,6%</b>	56,6%	43,4%	66,0%	<b>34,0%</b>	58%	42%
	C20	Nº Oc.	24	17	30	53	50	64	28	25	(132)	(159)
		%	58,5%	<b>41,5%</b>	36,1%	<b>63,9%</b>	43,9%	56,1%	52,8%	47,2%	48%	52%
Totais	Nº Oc.	105	40	169	106	297	130	155	51	(726)	(327)	
	%	72%	28%	61%	<b>39%</b>	70%	30%	75%	<b>25%</b>	69.5%	30.5%	

Tabela 52b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *prender* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A5	,336	,152	,117	,293	,935	,733	,525
B4	,879	,713	,416	,706	,539	1,000	,729
C9	,279	,275	,763	,474	,313	,056	,250
C20	,071	<b>,018</b>	,107	,581	,276	,055	,279

Tabela 52c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *prender* consoante os anos de escolaridade.

O facto de, tanto em C9 quanto em C20, a percentagem de seleção da forma *preso* diminuir do 5º até ao 10º ano fortalece a ideia de que, para este verbo, a forma regular *prendido* prevalece. Em C9, dos 50.6% no 5º ano, a forma *preso* desce para os 43.4%, no 7º ano, e para os 34%, no 10º ano. Em C20, dos 63.9% no 5º ano, passamos

para os 56.1% no 7º ano e para os 47.2% no 10º ano. Aliás, o mesmo acontece em termos médios, sendo a percentagem da forma irregular do 5º ano (39%) superior à do 2º (28%), havendo novamente no 7º (30%) e no 10º ano (25%) uma aproximação aos valores do 2º.

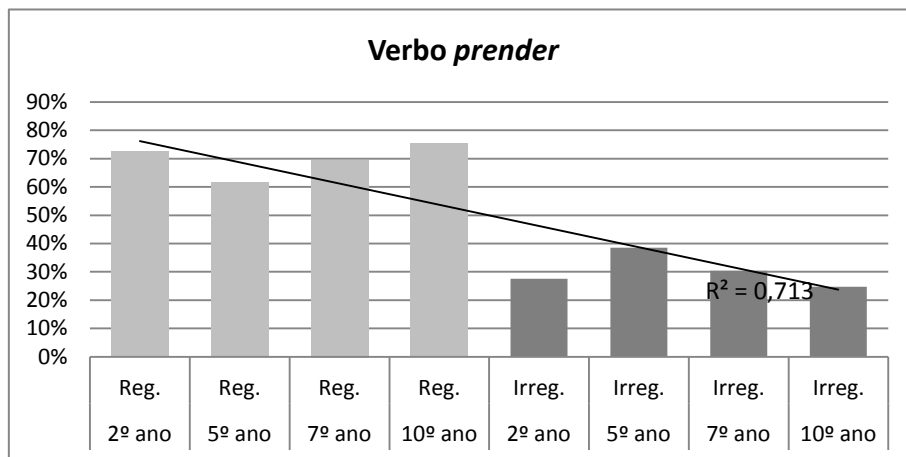


Gráfico 15: Percentagens relativas às formas participiais de *prender* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Esta tendência para o uso de *prendido* pode ser propiciada pelo facto de a forma participial irregular apresentar isomorfia com um substantivo (*preso*). É possível que, como consequência, seja menos acentuada a tendência para que essa forma surja em tempos compostos da voz ativa. Podemos considerar a hipótese de, em vez de o eventual uso da forma participial irregular bloquear o uso da forma regular (Kroch, 1994), a existência de isomorfia com a forma irregular exercer uma força de *bloqueio* a esta, favorecendo o uso da forma regular. Relativamente aos resultados do 5º ano, segmento que apresenta a percentagem mais elevada da forma *preso*, é possível que se deva ao facto de ser por essa altura que se dá a aquisição da forma irregular. Assim, só posteriormente se nota o efeito de bloqueio exercido, neste caso, pela isomorfia do nome com a forma participial irregular.

### Verbo sujeitar

Através da Tabela 53a, constatamos que os inquiridos dos 2º e 5º anos geraram, respetivamente, 61.1% e 70.9% de respostas nulas a A3, percentagens só ultrapassadas na questão A4 (verbo *empregar*) – vide Anexo 15b. No caso do 10º ano,

o valor de 11.3% resposta nulas a A3 é elevado, mas não é o mais alto nesse grupo de questões para esse segmento. Já na questão B15, os alunos originaram o valor mais elevado de ocorrências nulas para o grupo B (3.8%). Este é, pois, um dos verbos que suscitou mais dúvidas.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Sujeitar	A3	Nº	21	33	25	61	92	22	47	6	(185)	(122)
		%	38,9%	61,1%	29,1%	70,9%	80,7%	19,3%	88,7%	11,3%	59%	41%
	B15	Nº	35	19	79	7	108	6	51	2	(273)	(34)
		%	64,8%	35,2%	91,9%	8,1%	94,7%	5,3%	96,2%	3,8%	87%	13%
	C11	Nº	47	7	84	2	113	1	53	0	(297)	(10)
		%	87,0%	13,0%	97,7%	2,3%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	96%	4%
	C29	Nº	40	14	85	1	114	0	52	1	(291)	(16)
		%	74,1%	25,9%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	98,1%	1,9%	93%	7%
	Totais	Nº	143	73	273	71	427	29	203	9	(1046)	(182)
		%	66%	34%	79%	21%	94%	6%	96%	4%	84%	16%

Tabela 53a: Sumário das ocorrências (verbo *sujeitar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Forma participial	Forma participial	Forma participial	Forma participial	Forma participial	Forma participial	Forma participial	Forma participial	Reg.	Irreg.
Sujeitar	A3	Nº Oc.	19	2	20	5	68	24	37	10	(144)	(41)
		%	90,5%	<b>9,5%</b>	80,0%	20,0%	73,9%	<b>26,1%</b>	78,7%	21,3%	81%	19%
	B15	Nº Oc.	31	4	56	23	80	28	34	17	(201)	(72)
		%	88,6%	<b>11,4%</b>	70,9%	29,1%	74,1%	25,9%	66,7%	<b>33,3%</b>	75%	25%
	C11	Nº Oc.	26	21	44	40	73	40	40	13	(183)	(114)
		%	55,3%	44,7%	52,4%	<b>47,6%</b>	64,6%	35,4%	75,5%	<b>24,5%</b>	62%	38%
	C29	Nº Oc.	21	19	48	37	69	45	40	12	(178)	(113)
		%	52,5%	<b>47,5%</b>	56,5%	43,5%	60,5%	<b>39,5%</b>	76,9%	<b>23,1%</b>	62%	38%
	Totais	Nº Oc.	97	46	168	105	290	137	151	52	(706)	(340)
		%	68%	32%	62%	<b>38%</b>	68%	32%	74%	<b>26%</b>	68%	32%

Tabela 53b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *sujeitar* por anos de escolaridade

No 2º, no 5º e no 7º anos, as percentagens mais baixas da forma *sujeito* registam-se ou em A3 ou em B15, ao passo que as mais altas se encontram numa das questões do Grupo C. Já quanto aos valores mínimos e máximos produzidos pelos alunos do 10º ano, ambos se situam nas questões de produção (A3: 21,3%; B15: 33,3%). Recorde-se que este valor mais elevado se registou, precisamente, na questão em que também houve mais ocorrências nulas no interior do Grupo de questões B e

deste ano de escolaridade. Acrescendo a este dado o facto de ser no 2º e no 5º anos que se registam os valores mais altos (2º ano: 47,5%, em C29; 5º ano: 47,6%, em C11) para a forma irregular, concluímos que a forma *sujeitado* não parece perder a prevalência nos tempos compostos.

A junção destes valores perfaz médias abaixo dos 40% para a forma *sujeito* nos quatro anos de escolaridade – *vide* Gráfico 16. O ligeiro aumento de 32%, no 2º ano, para os 38%, no 5º ano, anula-se logo de seguida, com o regresso aos 32%, no 7º ano. Mas, de facto, como vimos, os valores relativos ao 10º ano são ainda mais reduzidos, cingindo-se a 26%.

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A3	,415	,428	,151	,317	,532	,899	,533
B15	,132	<b>,040</b>	,074	<b>,020</b>	,629	,611	,333
C11	<b>,036</b>	,746	,271	<b>,034</b>	,084	<b>,007</b>	,161
C29	,057	,677	,375	<b>,014</b>	,565	<b>,015</b>	<b>,039</b>

**Tabela 53c:** Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *sujeitar* consoante os anos de escolaridade.

Relativamente aos níveis de significância, em A3 e em B15, não houve grandes diferenças entre anos de escolaridade – *vide* Tabela 53c. Em C11, como assinalámos, os números do 10º ano diferenciaram-se dos do 2º e do 5º ano, o que se repetiu em C29. Nesta última questão, houve ainda mais uma diferença significativa entre o 10º e o 7º anos, facto que não ocorreu frequentemente. Aliás, como ainda confirmaremos, muitas vezes, ainda que se registem diferenças significativas entre todos os outros anos de escolaridade, os 7º e 10º anos obtêm dados semelhantes. Este é, pois, mais um dado a corroborar a nossa conclusão de que a forma participial do verbo *sujeitar* utilizada em tempos compostos é a prevista pela norma de aplicação geral prescrita pelos gramáticos.

A prevalência da forma participial regular para este verbo – cuja forma irregular é idêntica a um nome (cf. *o sujeito*) – é consistente com a hipótese por nós colocada: havendo uma forma – nominal, preposicional – idêntica à forma participial irregular, constitui-se uma limitação ao uso dessa forma em tempos compostos; caso contrário, fica aberto o caminho para a forma irregular dominar o espaço *normalmente prescrito* para a forma regular.

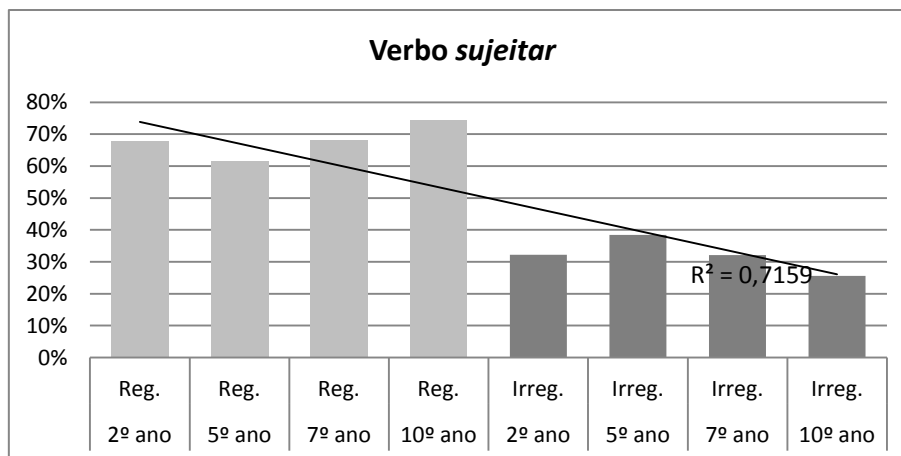


Gráfico 16: Percentagens relativas às formas participiais de *sujeitar* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### **Verbo *extinguir***

*Extinguir* foi um dos verbos que suscitou mais dúvidas, sobretudo aos alunos do 2º ano, que, frequentemente, pediram esclarecimentos sobre o seu significado. Este desconhecimento lexical originou uma taxa alta de ocorrências nulas. Aliás, o valor percentual atingido em B14, no 2º ano, foi o mais alto nesse grupo de questões e, inclusivamente, semelhante ao que outros verbos alcançaram no Grupo A (57.4%). Mas, também no 5º e no 7º ano, o nível de respostas nulas é o mais elevado para o Grupo B, sendo de 26.7% e 12.3%, respetivamente – atente-se no Anexo 15b. No caso dos dados do 2º ano, também em C16 se regista a segunda percentagem mais alta de ocorrências nulas nesse grupo, 31.5%.

O verbo *extinguir* apresenta em B14 uma prevalência clara de uso da forma participial regular em todos os anos de escolaridade testados, de tal modo que a percentagem de uso da forma *extinto* não excede os 22.2% (5º ano), sendo no 2º ano que se situa a percentagem mais baixa, de 8.7%. Este último dado relaciona-se, novamente, com a referida circunstância do desconhecimento lexical, já que, assim, a forma participial mais acessível à produção destas crianças é a regular. Já em C16, passa a ser a forma irregular a mais usada, tanto no 7º (58.4%) e no 10º ano (58.5%), como no 5º ano, com a percentagem mais elevada de 71.8%. Mesmo no 2º ano, 48.6% dos informantes selecionam a forma *extinto*.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Extinguir	B14	Nº	23	31	63	23	100	14	53	0	(239)	(68)
		%	42,6%	57,4%	73,3%	26,7%	87,7%	12,3%	100,0%	0,0%	76%	24%
	C16	Nº	37	17	85	1	113	1	53	0	(288)	(19)
		%	68,5%	31,5%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	92%	8%
Totais	Nº		60	48	148	24	213	15	106	0	(527)	(87)
	%		56%	44%	86%	14%	93%	7%	100%	0%	84%	16%

 Tabela 54a: Sumário das ocorrências (verbo *extinguir*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Extinguir	B14	Nº Oc.	21	2	49	14	89	11	42	11	(201)	(38)
		%	91,3%	<b>8,7%</b>	77,8%	<b>22,2%</b>	89,0%	11,0%	79,2%	20,8%	84%	16%
	C16	Nº Oc.	19	18	24	61	47	66	22	31	(112)	(176)
		%	51,4%	<b>48,6%</b>	28,2%	<b>71,8%</b>	41,6%	58,4%	41,5%	58,5%	41%	59%
Totais	Nº Oc.		40	20	73	75	136	77	64	42	(313)	(214)
	%		67%	<b>33%</b>	49%	<b>51%</b>	64%	36%	60%	40%	60%	40%

 Tabela 54b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *extinguir* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B14		,138	,216	1,000	,200	,053	,848
C16		,073	<b>,014</b>	,299	,356	,052	,108

 Tabela 54c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *extinguir* consoante os anos de escolaridade.

Há uma certa uniformidade nos resultados de cada questão, não existindo diferenças significativas entre os dados dos vários anos de escolaridade, excetuando as ocorrências relativas ao 2º e ao 5º anos na questão C16, cujo nível de significância é de 0.014. Esta discrepância reflete-se também nas médias, totalizando, o 2º ano, 33% de ocorrências da forma irregular, enquanto o 5º ano perfaz 51%. O 7º e o 10º anos apresentam valores intermédios, de 36% e 40% respetivamente.

Assim, apesar de haver alguma flutuação na avaliação (C16) de ambas as formas participiais nos quatro segmentos da amostra, quando verificamos a média obtida nas duas questões, só nos totais do 5º ano há predomínio da forma irregular (*vide* Gráfico 17). Para este verbo, não parece, pois, haver um aumento progressivo de



uso da forma irregular. Para além disso, o facto de só no 10º ano não existirem respostas nulas e de nesse segmento haver um predomínio de 60% da forma regular – assim como no 7º ano (64%) – comprova a clara preponderância de *extinguído*.

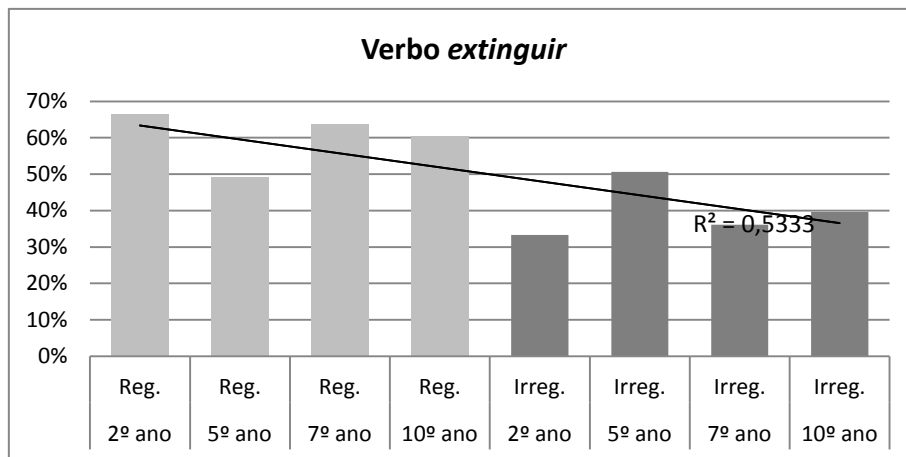


Gráfico 17: Percentagens relativas às formas participiais de *extinguir* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *eleger*

As percentagens de ocorrências válidas apuradas para o verbo *eleger* correspondem genericamente às médias registadas por ano e por grupo de questões<sup>323</sup>. A percentagem de informantes do 2º ano que não responderam ou não responderam de forma válida à questão B1 foi de 38.9%, enquanto que, no 5º ano, foi de apenas 8.1%<sup>324</sup> – atente-se na Tabela 55a.

A análise horizontal das Tabelas 55b e 55c relativas ao verbo *eleger* permite-nos caracterizar os resultados como relativamente homogêneos, não havendo muitas diferenças que atinjam o nível significativo. No entanto, a comparação entre questões comprova que este é um dos verbos cuja forma participial irregular beneficia

<sup>323</sup> No subcapítulo 4.2.4.1, analisaremos os dados relativos à categoria de ocorrências inválidas e não respostas e registaremos os valores da média por ano de escolaridade e por grupo de questões. Vide também Anexo 15b.

<sup>324</sup> Contudo, em contraponto, este é o verbo que mais promove a criação de formas pseudoparticipiais regulares, como veremos em 4.2.4.2. No subcapítulo 4.4.2, discutiremos a possibilidade de o desconhecimento lexical de *eleger* por parte dos alunos mais novos poder estar na origem deste dado. Para além disso, ponderaremos uma possível relação entre o eventual desconhecimento e o facto de os resultados globais obtidos para este verbo não corresponderem às tendências registadas noutros estudos.

de uma avaliação subjetiva favorável (C13), apesar de (*ainda*) não ser essa a forma mais usada em atividades de produção condicionada (B1).

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Eleger	B1	Nº	33	21	79	7	111	3	53	0	(276)	(31)
		%	61,1%	38,9%	91,9%	8,1%	97,4%	2,6%	100,0%	0,0%	88%	12%
	C13	Nº	46	8	85	1	113	1	53	0	(297)	(10)
		%	85,2%	14,8%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	96%	4%
	Totais	Nº	79	29	164	8	224	4	106	0	(573)	(41)
		%	73%	27%	95%	5%	98%	2%	100%	0%	92%	8%

Tabela 55a: Sumário das ocorrências (verbo *eleger*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Eleger	B1	Nº Oc.	31	2	66	13	93	18	37	16	(227)	(49)
		%	93,9%	<b>6,1%</b>	83,5%	16,5%	83,8%	16,2%	69,8%	<b>30,2%</b>	83%	17%
	C13	Nº Oc.	20	26	23	62	45	68	23	30	(111)	(186)
		%	43,5%	<b>56,5%</b>	27,1%	<b>72,9%</b>	39,8%	60,2%	43,4%	56,6%	38%	62%
	Totais	Nº	51	28	89	75	138	86	60	46	(338)	(235)
		%	65%	<b>35%</b>	54%	<b>46%</b>	62%	38%	57%	43%	59.5%	40.5%

Tabela 55b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *eleger* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B1	<b>,030</b>	,223	,164	<b>,007</b>	,965	,062	<b>,039</b>
C13	,127	,056	,671	,993	,061	<b>,048</b>	,663

Tabela 55c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *eleger* consoante os anos de escolaridade.

Em B1, a forma irregular foi apenas usada em 6.1% dos casos no 2º ano, 16.2% no 7º, 16.5% no 5º e 30.2% no 10º ano. Existem duas diferenças significativas entre os resultados do 10º ano e os do 2º e entre os do 10º e os do 7º – *vide* Tabela 55c. Estas percentagens são alteradas por completo na questão C13, em que os inquiridos do 2º ano continuaram a ser os que menos usaram a forma *eleito*, mas agora ultrapassando os 50% (56.5%). Os dados da parte da amostra do 10º ano são os que menos diferem de questão para questão. Ainda assim, a forma irregular passa a ser a que é selecionada mais vezes (56.6%). De seguida, 60.2% dos alunos do 7º ano preferem o

modo como soa a forma irregular, apesar de, em B1, a terem usado em menos 44% das ocorrências. No 5º ano, a diferença entre questões ultrapassou os 50%, já que 72.9% dos inquiridos preferiu a forma irregular em C13, por oposição aos 16.5% que o tinham feito em B1.

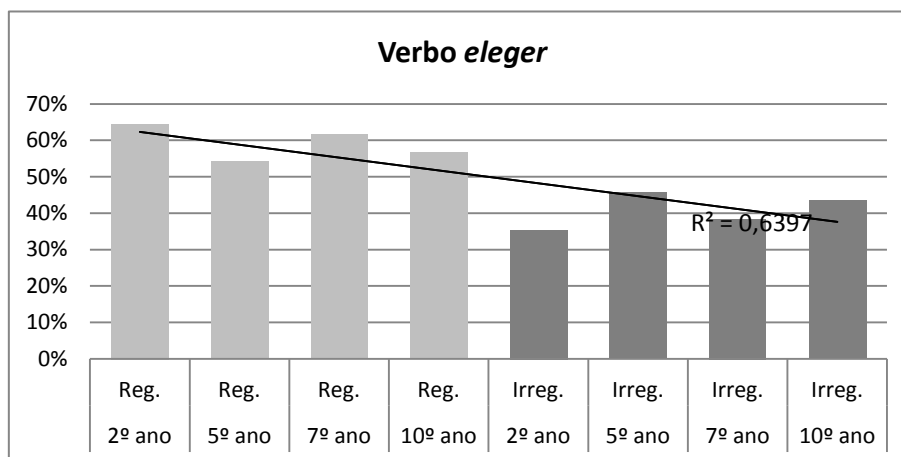


Gráfico 18: Percentagens relativas às formas participiais de *eleger* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Sendo tão baixa a percentagem obtida pela forma irregular em B1, a média de ambas as questões não atinge os 50% em nenhum dos anos de escolaridade. Recorde-se que, diversamente, no estudo realizado por Villalva e Almeida (2005: 294), conclui-se haver tendência para este verbo perder a forma *elegido*, porém numa percentagem menor do que a verificada no caso de outros verbos<sup>325</sup>. Já a linha de tendência presente no Gráfico 18 demonstra haver uma propensão para a forma regular, porém não há uma progressão por anos de escolaridade, nem os valores são lineares. Colocando em sentido decrescente os resultados obtidos nos quatro anos de escolaridade pela forma regular, verificamos que a percentagem mais alta se registou no 2º ano (64.6%), seguido pelo 7º ano, com 61.6%, pelo 10º (56.6%), e, por fim, o 5º ano, com 54.3%. Há, portanto alguma instabilidade nestes valores, como se verifica no Gráfico 18.

<sup>325</sup> No inquérito efetuado por Paul Teyssier (1989: 311-313), os seus informadores apresentaram ambas as formas participiais como possíveis em enunciados com um tempo composto da voz ativa, e ambas foram escolhidas com um *grau de certeza e precisão* pouco elevado. Os termos são do autor (1989: 313). Recorde-se – vide nota 214, em 3.2.5 – que não sabemos exatamente quantos informadores responderam ao inquérito realizado por Teyssier, nem temos conhecimento da percentagem de portugueses e de brasileiros que compõem a amostra.

**Verbo *encarregar***

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
<b>Encarregar</b>	A6	Nº	21	33	36	50	93	21	46	7	(196)	(111)
		%	38,9%	61,1%	41,9%	58,1%	81,6%	18,4%	86,8%	13,2%	62%	38%
	C19	Nº	41	13	85	1	114	0	53	0	(293)	(14)
		%	75,9%	24,1%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	94%	6%
	Totais	Nº	62	46	121	51	207	21	99	7	(489)	(125)
		%	57%	43%	70%	30%	91%	9%	93%	7%	78%	22%

Tabela 56a: Sumário das ocorrências (verbo *encarregar*)

Relativamente à categoria de respostas inválidas e não respostas – *vide* Tabela 56a – os dados referentes ao 2º ano e à questão A6 atingem uma das percentagens mais elevadas, 61.1%<sup>326</sup>. Na mesma questão, no 5º ano, o valor percentual é próximo deste, 58.1%, e é também a terceira percentagem mais alta obtida junto dos alunos desse ano. No que diz respeito à outra questão e aos outros anos, quase todos os valores se situam na média<sup>327</sup>. Apenas a percentagem de ocorrências nulas registada em C19 no subgrupo do 2º ano (24.1%) é um pouco mais elevada do que a média averbada relativamente ao conjunto de verbos testados no Grupo C nesse ano (19%).

No que diz respeito ao uso das formas participiais de *encarregar* em A6, a diferença entre 2º e 5º anos não é significativa, havendo em ambos um número muito elevado de uso da forma *encarregado* (95.2% e 94.4%, respetivamente). Os alunos do 7º ano já alteram significativamente a sua distribuição das formas participiais, aumentando para 37.6% o seu uso da forma irregular *encarregue*. Apesar de, no 10º ano, haver ainda um aumento para 45.7%, essa diferença não atinge o nível significativo.

Quanto a C19, globalmente, as diferenças são relevantes. A maior discrepância regista-se entre o 2º e o 7º ano, sendo a percentagem de uso da forma irregular,

<sup>326</sup> Esta percentagem surge a par das ocorrências inválidas e não respostas a A3 (verbo *sujeitar*) e a A8 (verbo *expulsar*). O verbo *empregar* atinge a percentagem mais elevada de 68.5% em A4.

<sup>327</sup> Referimo-nos à média por ano de escolaridade, no interior do grupo de questões em causa – *vide* Anexo 15b.

respetivamente, de 36.6% e de 65.8%. Também os resultados do 5º ano (58.8%) se afastam dos do 2º ano, atingindo um nível de significância de 0.019.

			Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		Forma participial	
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
Verbo	Q	Valor	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Encarregar</b>	A6	Nº Oc.	20	1	34	2	58	35	25	21	(137)	(59)
		%	95,2%	<b>4,8%</b>	94,4%	5,6%	62,4%	37,6%	54,3%	<b>45,7%</b>	77%	23%
	C19	Nº Oc.	26	15	35	50	39	75	23	30	(123)	(170)
		%	63,4%	<b>36,6%</b>	41,2%	58,8%	34,2%	<b>65,8%</b>	43,4%	56,6%	46%	54%
	Totais	Nº Oc.	46	16	69	52	97	110	48	51	(260)	(229)
	%	74%	<b>26%</b>	57%	43%	47%	<b>53%</b>	48%	52%	56.5%	43.5%	

Tabela 56b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *encarregar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A6	,000	,897	,003	,001	,000	,000	,364
C19	,014	,019	,001	,054	,315	,797	,253

Tabela 56c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *encarregar* consoante os anos de escolaridade.

Ao comparar, na Tabela 56b, as colunas relativas aos anos de escolaridade, verifica-se que o 10º ano é aquele em que a diferença entre questões é menor – apenas cerca de 10% –, havendo em A6 um uso da forma irregular *encarregue* em 45.7% das ocorrências e, em C19, 56.6%. De facto, apesar de, em todos os anos, a percentagem mais baixa para a forma irregular se registar na questão A6, no 5º ano a discrepância entre os dados de ambas as questões é assinalável (A6: 5.6%; C19: 58.8%). No 2º e no 7º ano a diferença aproxima-se dos 30%.

Quanto aos dados totais do 2º ano, estes afastam-se dos restantes, sendo que a forma regular é a mais frequentemente seleccionada em ambas as questões, perfazendo 74%. Próximo dos 50%, no 5º ano, continua a haver uma preferência pela forma regular, mas, agora, ligeira (57%), invertendo-se, no 7º ano, para uma ténue marcação de opção pela forma *encarregue*, com 53.1%. As médias relativas aos 7º e 10º anos permitem concluir que estes alunos usam e avaliam de modo semelhante as formas participiais de *encarregar*, não sendo também muito díspares os resultados relativos ao 5º ano – apenas cerca de 10% de diferença na média das questões.

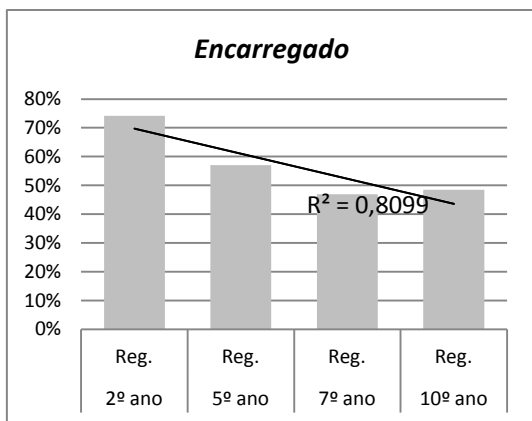


Gráfico 19a: Percentagens relativas à forma participial *encarregado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

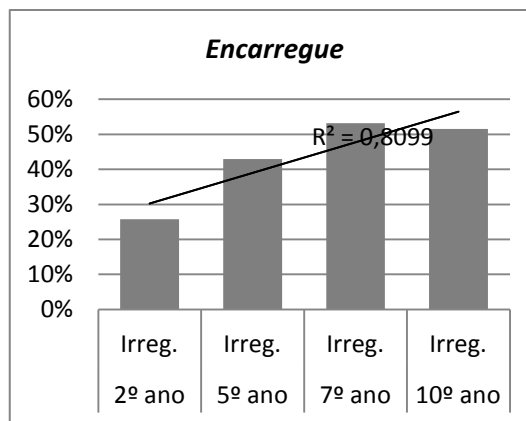


Gráfico 19b: Percentagens relativas à forma participial *encarregue* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

No que concerne aos dados do 10º ano, a indefinição da escolha acentua-se, na medida em que apenas 51.5% dos inquiridos utilizam a forma participial irregular. Na verdade, como para a maioria dos verbos neste ano de escolaridade, há uma uniformidade entre questões que não ocorre nos outros anos; no entanto, essa homogeneidade consiste precisamente no equilíbrio entre os usos variantes, já que a forma *encarregue* recolhe 45.7% das ocorrências em A, e 56.6% em C. Ainda assim, a linha de tendência registada nos Gráficos 19a e 19b demonstra propensão para a forma participial irregular.

### Verbo *soltar*

Apesar de o verbo *soltar* não ter ocasionado elevadas taxas de ocorrências nulas (Tabela 57a), não pudemos captar uma tendência clara para uma das suas formas participiais. Pese embora o facto de haver, em B12, um claro aumento do uso da forma irregular, partindo dos 13.9% no 2º ano, até aos 60.4% do 10º ano, a verdade é que os resultados obtidos em C15 demonstram alguma inconsistência na confirmação dessa tendência. De facto, nas colunas do 2º e do 5º anos, as percentagens da forma irregular aumentam para os 50% e os 59.5%. No entanto, no 7º ano, os 54.5% de B12 descem para 48.2% em C15, assim como, no 10º ano, se usa a forma *solto* em 60.4% das respostas a B12, descendo para 37.7% no caso de C15. Esta é mesmo a percentagem mais baixa para essa forma em C15.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Soltar	B12	Nº	36	18	83	3	112	2	53	0	(284)	(23)
		%	66,7%	33,3%	96,5%	3,5%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	90%	10%
	C15	Nº	46	8	84	2	112	2	53	0	(295)	(12)
		%	85,2%	14,8%	97,7%	2,3%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	95%	5%
	Totais	Nº	82	26	167	5	224	4	106	0	(579)	(35)
		%	76%	24%	97%	3%	98%	2%	100%	0%	93%	7%

Tabela 57a: Sumário das ocorrências (verbo *soltar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Soltar	B12	Nº Oc.	31	5	53	30	51	61	21	32	(156)	(128)
		%	86,1%	<b>13,9%</b>	63,9%	36,1%	45,5%	54,5%	39,6%	<b>60,4%</b>	59%	41%
	C15	Nº Oc.	23	23	34	50	58	54	33	20	(148)	(147)
		%	50,0%	50,0%	40,5%	<b>59,5%</b>	51,8%	48,2%	62,3%	<b>37,7%</b>	51%	49%
	Totais	Nº Oc.	54	28	87	80	109	115	54	52	(304)	(275)
		%	66%	<b>34%</b>	52%	48%	49%	<b>51%</b>	51%	49%	54.5%	45.5%

Tabela 57b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *soltar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B12	,000	,014	,000	,000	,011	,006	,475
C15	,095	,295	,838	,220	,116	,013	,206

Tabela 57c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *soltar* consoante os anos de escolaridade.

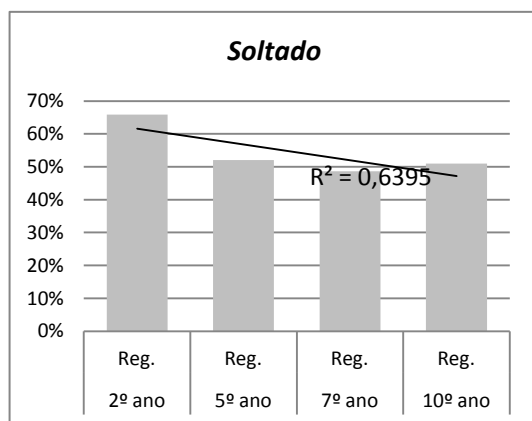


Gráfico 20a: Percentagens relativas à forma participial *soltado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

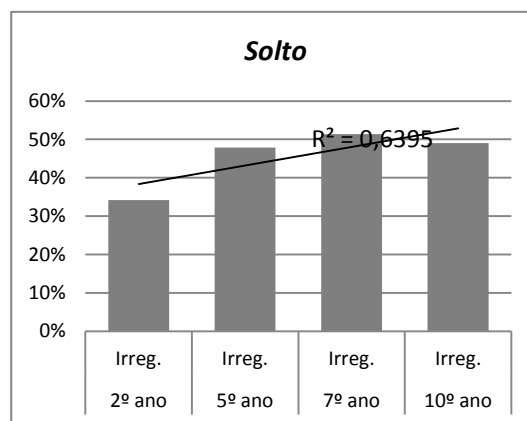


Gráfico 20b: Percentagens relativas à forma participial *solto* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Também as médias confirmam esta variação entre ambas as formas participiais, pois se, no 2º ano, a forma *solto* obtém 34%, nos 5º, 7º e 10º anos essa mesma forma recebe 48%, 51% e 49%, respetivamente.

Regressando aos dados relativos ao segmento do 10º ano, é de notar que são mesmo inversos quanto ao comportamento averbado para muitos dos outros verbos. É que, se, em B12, é a forma irregular a recolher 60.4% das ocorrências, em C15, a percentagem de 62.3% foi obtida pela forma regular. Logo, a avaliação é mais favorável a *soltado*.

De qualquer modo, a situação registada nos dados recolhidos reflete a atual flutuação, bem patente também nos subtotais por grupo de questões, 55% de ocorrências de *soltado* em B e 50.2% em C. Não houve diferenças significativas entre estes dados, em nenhum dos segmentos. A variação registada foi idêntica na atividade de produção e na de avaliação. Como vimos em 4.2.2.1, houve uma oscilação constante entre as duas formas, mesmo comparando indivíduo a indivíduo.

### Verbo *expulsar*

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		V	N
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas		
Expulsar	A8	Nº	21	33	39	47	95	19	46	7	(201)	(106)
		%	38,9%	61,1%	45,3%	54,7%	83,3%	16,7%	86,8%	13,2%	64%	36%
	B6	Nº	37	17	84	2	111	3	53	0	(285)	(22)
		%	68,5%	31,5%	97,7%	2,3%	97,4%	2,6%	100,0%	0,0%	91%	9%
	C21	Nº	41	13	85	1	113	1	53	0	(292)	(15)
		%	75,9%	24,1%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	93%	7%
	C27	Nº	40	14	85	1	113	1	52	1	(290)	(17)
		%	74,1%	25,9%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	98,1%	1,9%	93%	7%
	Totais	Nº	139	77	293	51	432	24	204	8	(1068)	(160)
		%	64%	36%	85%	15%	95%	5%	96%	4%	85%	15%

Tabela 58a: Sumário das ocorrências (verbo *expulsar*)

Registámos 61.1% de ocorrências nulas nos dados do 2º ano, em A8, sendo essa a segunda percentagem mais alta, neste ano de escolaridade. É ainda de salientar



a discrepância entre o número de respostas nulas a A8 (54.7%) e a B6 (2.3%)<sup>328</sup>, no 5º ano de escolaridade – *vide* Tabela 58a.

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)		
			2º		5º		7º		10º		Forma participial		
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Reg.	Irreg.	
		Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.		
Expulsar	A8	Nº Oc.	16	5	31	8	56	39	22	24	(125)	(76)	
		%	76,2%	23,8%	79,5%	<b>20,5%</b>	58,9%	41,1%	47,8%	<b>52,2%</b>	66%	34%	
	B6	Nº Oc.	33	4	59	25	70	41	25	28	(187)	(98)	
		%	89,2%	<b>10,8%</b>	70,2%	29,8%	63,1%	<b>36,9%</b>	47,2%	<b>52,8%</b>	67%	33%	
	C21	Nº Oc.	17	24	21	64	35	78	6	47	(79)	(213)	
		%	41,5%	<b>58,5%</b>	24,7%	<b>75,3%</b>	31,0%	<b>69,0%</b>	11,3%	<b>88,7%</b>	27%	73%	
	C27	Nº Oc.	21	19	35	50	53	60	33	19	(142)	(148)	
		%	52,5%	47,5%	41,2%	<b>58,8%</b>	46,9%	53,1%	63,5%	<b>36,5%</b>	51%	49%	
	Totais	Nº Oc.		87	52	146	147	214	218	86	118	(533)	(535)
		%		63%	<b>37%</b>	50%	50%	50%	50%	42%	<b>58%</b>	51%	49%

Tabela 58b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *expulsar* por anos de escolaridade

Quanto à escolha das formas participiais (Tabela 58b), no 2º ano, a forma irregular de *expulsar* fez **10.8%** em B6, 23.8% em A8, 47.5% em C27 e **58.5%** em C21. No 7º ano, o valor mais baixo também se registou em B6 e o mais alto em C21. Contudo as percentagens são bastante mais altas: B6: **36.9%**; A8: 41.1%; C27: 53.1%; C21: **69%**. Para este verbo, só nos dados do 5º ano sucede a percentagem mais baixa ocorrer na questão do Grupo A, à semelhança da maior parte dos verbos: A8: **20.5%**; B6: 29,8%; C21: **75.3%**; C27: 58.8%. Nos dados do 10º ano, nas três primeiras questões a forma *expulso* ultrapassa os 50%. Isso só não ocorre em C27.

Os resultados para este verbo revelaram diferenças significativas nas questões A8, B6 e C21. Nas respostas a estas três questões, os valores mais altos registados para a forma *expulso* encontram-se no 10º ano. Em B6 e C21, os valores mais baixos estão nos dados do 2º ano, e, em A8, nos do 5º ano; porém, em C27, foram os alunos do 10º ano os que menos usaram a forma *expulso*, facto a salientar por ser pouco frequente.

<sup>328</sup> Tanto numa questão como na outra, a totalidade de respostas nulas corresponde a ocorrências inválidas. Assim, embora os alunos do 5º ano tenham respondido a ambas as questões, em A8, frequentemente optaram por evitar o uso da forma participial, originando respostas inválidas.

Aliás, sabendo que em C21 as ocorrências da forma irregular obtiveram 88.7%, não seria de esperar que, em C27, atingissem apenas 36.5%<sup>329</sup>.

Assim, os dados revelam flutuação, havendo uma ligeira propensão para o aumento da forma irregular, quando se analisam os resultados dos quatro segmentos da amostra – *vide* linha de tendência nos Gráficos 21a e 21b. A percentagem de ocorrências de *expulso* aumenta, progressivamente, de 37% (2º ano) para 50% (5º e 7º anos), até aos 58% (10º ano).

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A8	,011	,767	,141	,030	,024	,003	,213
B6	,000	,024	,003	,000	,294	,007	,054
C21	,007	,055	,224	,001	,332	,054	,006
C27	,078	,235	,543	,290	,422	,011	,048

**Tabela 58c:** Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *expulsar* consoante os anos de escolaridade.

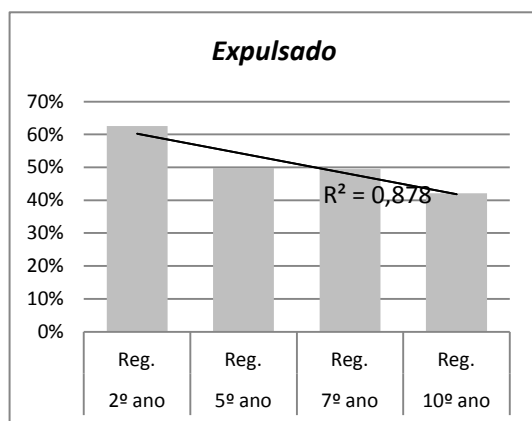


Gráfico 21a: Percentagens relativas à forma participial *expulsado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

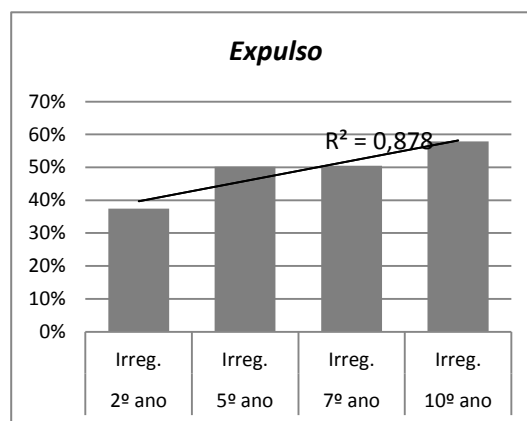


Gráfico 21b: Percentagens relativas à forma participial *expulso* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *empregar*

A percentagem total de ocorrências nulas de A4, referente ao verbo *empregar*, atingiu 47%; porém, em B10, desceu de imediato para 15%, sendo inferior a 12% em ambas as questões do Grupo C. Na verdade, os subtotais por ano de escolaridade relativos à questão A4 são mais altos do que a média, enquanto que nas restantes questões correspondem genericamente aos registados para outros verbos. Em A4,

<sup>329</sup> Discutiremos este assunto no subcapítulo que se segue (4.2.3.3).

68.5% dos informantes do 2º ano optaram ou por não responder ou por dar uma resposta inválida. Esta percentagem sobe para 72.1% no 5º ano<sup>330</sup>. Mas também no 7º e no 10º estas percentagens são mais altas do que para a maioria dos outros verbos, atingindo 25.4% e 20.8%, respetivamente<sup>331</sup>. É, portanto, marcada a insegurança linguística provocada aquando da necessidade de escolha da forma participial de *empregar*<sup>332</sup>.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		V	N
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas		
Empregar	A4	Nº	17	37	24	62	85	29	42	11	(168)	(139)
		%	31,5%	68,5%	27,9%	72,1%	74,6%	25,4%	79,2%	20,8%	53%	47%
	B10	Nº	28	26	80	6	107	7	53	0	(268)	(39)
		%	51,9%	48,1%	93,0%	7,0%	93,9%	6,1%	100,0%	0,0%	85%	15%
	C2	Nº	49	5	85	1	114	0	53	0	(301)	(6)
		%	90,7%	9,3%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	97%	3%
	C26	Nº	36	18	80	6	109	5	52	1	(277)	(30)
		%	66,7%	33,3%	93,0%	7,0%	95,6%	4,4%	98,1%	1,9%	88%	12%
Totais	Nº	130	86	269	75	415	41	200	12	(1014)	(214)	
	%	60%	40%	78%	22%	91%	9%	94%	6%	81%	19%	

Tabela 59a: Sumário das ocorrências (verbo *empregar*)

Também na distribuição das respostas se verifica um padrão diferente para a questão A4, sendo no 5º ano que se regista a percentagem mais baixa de uso da forma irregular *empregue*, com 16.7%. Seguem-se os 35.3% do 2º ano, os 42.4%, no 7º ano e, com a maior percentagem (59.5%), o 10º ano. Assim, e apesar de, na comparação entre todos os anos de escolaridade, se considerar significativa a diferença dos dados, quando confrontamos os vários pares possíveis de segmentos, apenas se consideram significativas as diferenças entre os 5º e 7º anos e entre os 5º e 10º anos. Os alunos do 5º ano apresentam, neste caso, um comportamento distinto do dos restantes alunos.

<sup>330</sup> Nos dados relativos ao 5º ano, entre os 72.1% de ocorrências incluídas na categoria das ocorrências nulas, houve apenas dois casos (2%) de não resposta a A4. Assim, sabemos que, neste caso, houve uma tentativa clara de evitar o uso da forma participial, o que levou ao uso de uma forma verbal simples e, consequentemente, ao elevado número de ocorrências inválidas, 60 (70%) – vide Anexo 14c.

<sup>331</sup> Tanto no 7º como no 10º anos, apenas em A9 (verbo *enxugar*) se registam percentagens mais altas de não resposta e/ ou resposta inválida (26.3% e 22.6%, respetivamente).

<sup>332</sup> Realmente, o número de ocorrências nulas ocasionadas é muito superior ao registado para outros verbos. No 2º ano, por exemplo, houve menos de 40% de respostas válidas em A4. No 5º ano, atinge-se mesmo o valor mais alto de respostas nulas para esse ano, 72.1%. E também para o 7º ano, os 25.4% constituem o segundo maior valor de ocorrências nulas (respostas inválidas, sobretudo).

Verbo		Q		Valor		Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
						2º		5º		7º		10º		Forma participial	
						Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Empregar</b>	A4	Nº Oc.	11	6	20	4	49	36	17	25	(97)	(71)			
		%	64,7%	35,3%	83,3%	16,7%	57,6%	42,4%	40,5%	59,5%	62%	38%			
	B10	Nº Oc.	24	4	57	23	61	46	25	28	(167)	(101)			
		%	85,7%	14,3%	71,3%	28,8%	57,0%	43,0%	47,2%	52,8%	65%	35%			
	C2	Nº Oc.	35	14	29	56	36	78	12	41	(112)	(189)			
		%	71,4%	28,6%	34,1%	65,9%	31,6%	68,4%	22,6%	77,4%	40%	60%			
	C26	Nº Oc.	24	12	31	49	37	72	15	37	(107)	(170)			
		%	66,7%	33,3%	38,8%	61,3%	33,9%	66,1%	28,8%	71,2%	42%	58%			
Totais	Nº Oc.	94	36	137	132	183	232	69	131	(483)	(531)				
	%	72%	28%	51%	49%	44%	56%	34,5%	65,5%	50,4%	49,6%				

Tabela 59b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *empregar* por anos de escolaridade

Recorde-se<sup>333</sup> que, em alguns instrumentos de normalização linguística, o uso de *empregue* é fortemente criticado, por se considerar que a única forma participial do verbo *empregar* é a regular, *empregado* (Estrela *et alii*, 2006: 82). Contudo, estando prevista a lecionação dos tempos compostos apenas a partir do 7º ano, é improvável que esta seja a razão para que os alunos do 5º ano desta amostra apresentem em A4 um número tão reduzido de formas irregulares. Para além disso, é de notar que o número de formas regulares registado no segmento do 2º ano em questões do Grupo A, para outros verbos, como *aceitar* (87.5%) ou *encarregar* (95.2%), por exemplo, é consideravelmente superior em relação aos 64.7% que *empregado* obtém. O número de ocorrências nulas, ou, mais precisamente, o número de ocorrências inválidas, pode ter influenciado substancialmente esta distribuição.

Nas respostas às restantes três questões, nota-se um aumento gradual do uso da forma irregular consoante avançamos no nível de escolaridade. No entanto, em B10, esse aumento é bastante mais gradual (2º: 14.3%; 5º: 28.8%; 7º: 43%; 10º: 52.8%), ao passo que, em C2 e em C26, a diferença entre o 2º e o 5º é muito

<sup>333</sup> Apesar de alguns autores de gramáticas e textos de cariz didático e normalizador registarem uma atitude negativa perante *empregue* como forma participial (Estrela *et alii*, 2006: 82), outros, como Cunha e Cintra (1995: 442), reconhecem e registam o uso de *empregue*: «Pelo modelo de *entregue*, formou-se *empregue*, de uso corrente em Portugal e na linguagem popular do Brasil». Vide o subcapítulo 3.2.4.

significativa – assim como o é a diferença entre o 2º e o 7º e o 2º e o 10º anos. Na questão B10, só a diferença entre o 2º e o 5º e o 7º e o 10º *não* são significativas.

A leitura da Tabela 59b permitiu apurar que, nas colunas respeitantes aos dados dos 5º, 7º e 10º anos, a percentagem mais alta obtida pela forma participial irregular não se situa na última questão do Grupo C, mas na primeira, o que parece indicar uma certa hesitação entre a avaliação positiva perante a forma irregular e o uso efetivo – maioritariamente da forma regular. Assim, na segunda questão que requeria avaliação metalinguística, parece dar-se uma certa nivelção entre a produção e a emissão de juízos de aceitabilidade. Como veremos, este não é o único verbo a originar dados deste tipo.

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A4	,008	,270	,589	,091	,021	,001	,068
B10	,001	,128	,005	,001	,046	,005	,240
C2	,000	,000	,000	,000	,706	,151	,235
C26	,002	,005	,001	,000	,496	,243	,518

Tabela 59c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *empregar* consoante os anos de escolaridade.

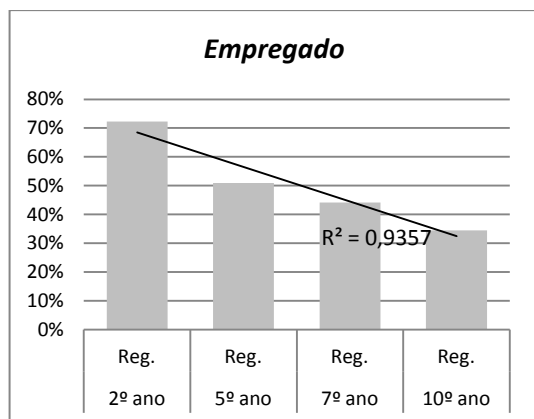


Gráfico 22a: Percentagens relativas à forma participial *empregado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

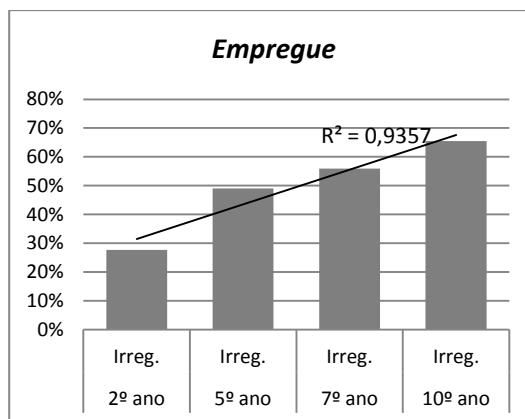


Gráfico 22b: Percentagens relativas à forma participial *empregue* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Na verdade, apesar do alto grau de flutuação participial, o recurso aos subtotais averbados em cada ano de escolaridade permite-nos registar e destacar uma progressão da forma irregular – *vide* linhas de tendência patentes nos Gráficos 22a 22b. A forma *empregado* obtém 72.3% nos dados do 2º ano, porém, no 5º ano, apenas 50.9% dos inquiridos a prefere. Paralelamente, a forma *empregue* ascende de 28% no 2º ano para os 65.5% no 10º ano.

A propósito deste verbo, será ainda de refletir sobre os dados obtidos em A4, no segmento do 5º ano, já que, como vimos em 4.2.3.1, foi neste ano que se registou a percentagem mais baixa para a forma irregular (16.7%) – o que normalmente acontece no 2º ano. Ora, sabendo que, no 5º ano, o número de ocorrências inválidas foi de 72.1%, podemos considerar que a insegurança linguística foi responsável pela diferença significativa criada por este segmento. Se, no 2º ano, os alunos podem ainda não reconhecer a correspondência entre formas verbais simples e compostas, no 5º ano, esse conhecimento proporcionou a fuga ao uso do participio. Assim, tendo dúvidas sobre qual a forma participial de *empregar* a usar, muitos utilizaram a forma simples, causando essa diferença<sup>334</sup>.

### **Verbo *matar***

Sobretudo no segmento relativo ao 5º ano, registaram-se menos respostas nulas do que para muitos outros verbos. No caso da questão A10, nesse ano de escolaridade, ocorreu mesmo a percentagem mais reduzida para a categoria das respostas nulas (41.9%) nesse grupo. Este é, portanto, um verbo sobre o qual os inquiridos demonstram alguma segurança linguística, o que se confirma, como veremos já de seguida, com um certo grau de estabilidade na eleição da forma participial.

O cotejo dos dados presentes na Tabela 60b permite assinalar uma preferência crescente, consoante o ano de escolaridade, pela forma participial irregular de *matar*<sup>335</sup>. Embora no 2º ano a percentagem obtida por esta forma só ultrapasse os 50% na última questão (C28: 51.2%), nota-se uma franca subida entre os 7% (A10 e B7) e os 37% e 51% no Grupo C. No 5º ano, a percentagem mais baixa para a forma *morto* já é de 31.7% (B7), subindo para os 64% em C. No 7º ano, os 55.4% e os 62.9% obtidos nas questões de produção destacam já o facto de não apenas as apreciações

---

<sup>334</sup> Recorde-se que, em A4, só se registaram diferenças significativas entre os dados dos segmentos do 5º e do 7º anos e entre 5º e 10º anos.

<sup>335</sup> Quase todos os textos gramaticais e manuais escolares apontaram o verbo *matar* como abundante – a par de *entregar*. Embora nenhum contemple a possibilidade de a forma irregular surgir em tempos compostos, nos quatro *subcorpora* de RL, 83% das 18 ocorrências equivalem a *morto*.

metalinguísticas serem favoráveis à forma irregular, mas também os usos o refletirem. Algo semelhante acontece nos dados do 10º ano, passando de 61.7% para 67.9% e 79.2% entre as questões A10, B7 e C14. Só a última questão, C28, gera resultados que contrariam esta tendência, pois foi aqui que se registou a percentagem mais baixa (49.1%), no que concerne aos valores do 10º ano.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Matar	A10	Nº	27	27	50	36	97	17	47	6	(221)	(86)
		%	50,0%	50,0%	58,1%	41,9%	85,1%	14,9%	88,7%	11,3%	70%	30%
	B7	Nº	41	13	82	4	112	2	53	0	(288)	(19)
		%	75,9%	24,1%	95,3%	4,7%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	92%	8%
	C14	Nº	46	8	85	1	112	2	53	0	(296)	(11)
		%	85,2%	14,8%	98,8%	1,2%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	96%	4%
	C28	Nº	41	13	84	2	113	1	53	0	(291)	(16)
		%	75,9%	24,1%	97,7%	2,3%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	93%	7%
Totais	Nº	155	61	301	43	434	22	206	6	(1096)	(132)	
	%	72%	28%	88%	13%	95%	5%	97%	3%	88%	12%	

Tabela 60a: Sumário das ocorrências (verbo *matar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Matar	A10	Nº Oc.	25	2	31	19	36	61	18	29	(110)	(111)
		%	92,6%	<b>7,4%</b>	62,0%	38,0%	37,1%	<b>62,9%</b>	38,3%	61,7%	58%	42%
	B7	Nº Oc.	38	3	56	26	50	62	17	36	(161)	(127)
		%	92,7%	<b>7,3%</b>	68,3%	31,7%	44,6%	55,4%	32,1%	<b>67,9%</b>	59%	41%
	C14	Nº Oc.	29	17	30	55	40	72	11	42	(110)	(186)
		%	63,0%	<b>37,0%</b>	35,3%	64,7%	35,7%	64,3%	20,8%	<b>79,2%</b>	39%	61%
	C28	Nº Oc.	20	21	30	54	41	72	27	26	(118)	(173)
		%	48,8%	51,2%	35,7%	<b>64,3%</b>	36,3%	63,7%	50,9%	<b>49,1%</b>	43%	57%
Totais	Nº Oc.	112	43	147	154	167	267	73	133	(499)	(597)	
	%	72%	<b>28%</b>	49%	51%	38%	62%	35%	<b>65%</b>	48.5%	51.5%	

Tabela 60b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *matar* por anos de escolaridade

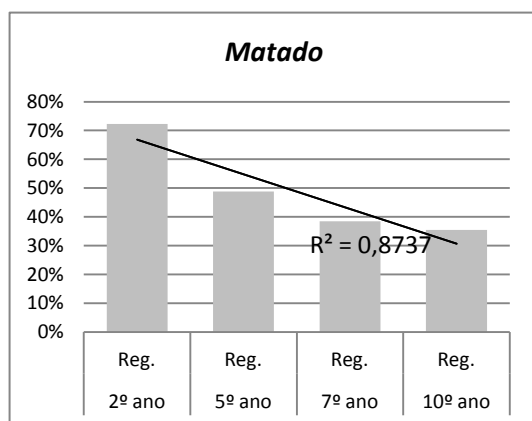
Ao observar os dados relativos ao 7º ano, verificamos que são muito análogos nas quatro questões, o que sublinha a estabilidade entre questões de grupos distintos conseguida no uso do verbo *matar*. Na verdade, apesar de as percentagens obtidas

pela sua forma participial irregular não estarem muito distantes dos 50%, variando entre 55.4% (B7) e 64.3% (C14), o facto de os resultados dos testes de produção serem muito próximos dos da apreciação metalinguística permite afirmar que a tendência para o uso da forma irregular já está definida neste ano de escolaridade.

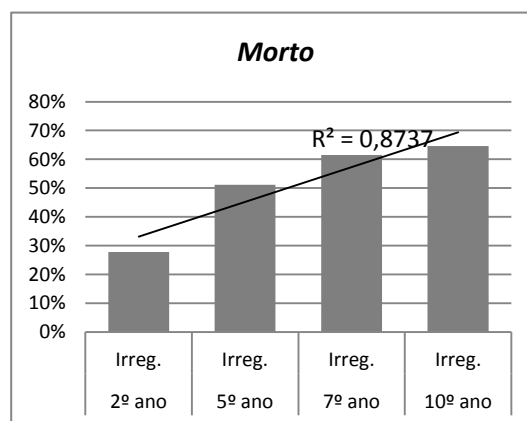
Os resultados da questão C28, uma das últimas do questionário, divergem um pouco das restantes questões, dado que a percentagem mais baixa para a forma *morto* se regista no 10º ano (49.1%), enquanto que a mais alta é dada pelos alunos do 5º ano (64.3%). Na verdade, os dados referentes a esta questão não diferem substancialmente entre anos de escolaridade. Mesmo entre os valores do 5º e do 10º anos não houve uma diferença significativa – o nível de significância é superior a 0.05 (0.078).

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A10	,000	,004	,000	,000	,004	,020	,891
B7	,000	,003	,000	,000	,001	,000	,125
C14	,000	,002	,002	,000	,951	,069	,052
C28	,158	,162	,161	,835	,934	,078	,073

**Tabela 60c:** Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *matar* consoante os anos de escolaridade.



**Gráfico 23a:** Percentagens relativas à forma participial *matado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.



**Gráfico 23b:** Percentagens relativas à forma participial *morto* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Por outro lado, nas restantes três questões, registaram-se diferenças relevantes. Em A10 e em B7 só não se podem considerar significativas as diferenças



entre os valores do 7º e do 10º ano. Em C14, só os dados do 2º ano divergem consideravelmente dos dos outros anos<sup>336</sup>.

A média por ano escolar confirma que, no 2º ano, a forma *matado* é mais usada, obtendo 72%. O 5º ano apresenta já valores bem distintos, havendo uma ligeira preferência pela forma *morto*, em 51% das ocorrências, opção essa que ganha estabilidade no 7º (62%) e no 10º ano (65%). Através dos Gráficos 23a e 23b, verificamos uma tendência assinalável para o uso da forma irregular.

### Verbo *entregar*

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		V	N
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas		
Entregar	A1	Nº	34	20	42	44	94	20	50	3	(220)	(87)
		%	63,0%	37,0%	48,8%	51,2%	82,5%	17,5%	94,3%	5,7%	72%	28%
	B13	Nº	38	16	83	3	113	1	53	0	(287)	(20)
		%	70,4%	29,6%	96,5%	3,5%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	92%	9%
	C5	Nº	49	5	84	2	113	1	53	0	(299)	(8)
		%	90,7%	9,3%	97,7%	2,3%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	97%	3%
	C25	Nº	41	13	85	1	114	0	53	0	(293)	(14)
		%	75,9%	24,1%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	94%	6%
	Totais	Nº	162	54	294	50	434	22	209	3	(1099)	(129)
		%	75%	25%	85%	15%	95%	5%	99%	1%	89%	11%

Tabela 61a: Sumário das ocorrências (verbo *entregar*)

O verbo *entregar* foi dos que gerou maior percentagem de ocorrências válidas em todos os anos de escolaridade e nas questões dos três grupos. Na verdade, em A1, os dados obtidos com alunos do 2º ano tiveram a percentagem mais baixa de respostas nulas, 37%, sendo esta consideravelmente inferior em relação à média do Grupo A, 54%. Também, no 10º ano, os 5.7% de ocorrências nulas foram dos valores mais baixos registados no Grupo A, cuja média foi de 11%. O reduzido nível de ocorrências nulas nos três grupos de questões e nos quatro anos de escolaridade

<sup>336</sup> É de notar que a altíssima percentagem de 93% conseguida por *matado* no 2º ano, tanto em A como em B, é a grande responsável pelos totais obtidos por esta forma, aquando da análise por grupos de questões.

parece revelar um elevado grau de segurança linguística suscitado pelo uso das formas participiais deste verbo.

No que concerne à distribuição das respostas obtidas para o verbo *entregar* e registadas na Tabela 61b, os alunos do 2º e do 5º ano utilizam, progressivamente entre as quatro questões – as duas de produção e as duas de juízos de aceitabilidade –, cada vez mais a forma irregular. Analisando, em primeiro lugar, a coluna referente às ocorrências provenientes de alunos do 2º ano, registamos na questão A1 a percentagem mais baixa para a forma irregular *entregue*, com 0%. Em B13, sobe para 15.8% e, nas questões do Grupo C ascende para os 42.9% e atinge mesmo o seu valor mais alto, 51.2%. Genericamente, esta escala é repetida nos restantes anos escolares, mas com valores também gradualmente mais altos, consoante aumentamos o nível de ensino. Assim, no 5º ano, partimos dos 16.7% em A, passamos para os 37.3% em B e para os 65.5% e os 75.3% em C. Esta última é mesmo a percentagem mais elevada para o uso de *entregue* em todos os anos escolares estudados.

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		Forma participial	
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Entregar	A1	Nº Oc.	34	0	35	7	53	41	19	31	(141)	(79)
		%	100,0%	<b>,0%</b>	83,3%	16,7%	56,4%	43,6%	38,0%	<b>62,0%</b>	69%	31%
	B13	Nº Oc.	32	6	52	31	37	76	18	35	(139)	(148)
		%	84,2%	<b>15,8%</b>	62,7%	37,3%	32,7%	<b>67,3%</b>	34,0%	66,0%	53%	47%
	C5	Nº Oc.	28	21	29	55	43	70	18	35	(118)	(181)
		%	57,1%	<b>42,9%</b>	34,5%	65,5%	38,1%	61,9%	34,0%	<b>66,0%</b>	41%	59%
	C25	Nº Oc.	20	21	21	64	39	75	15	38	(95)	(198)
		%	48,8%	<b>51,2%</b>	24,7%	<b>75,3%</b>	34,2%	65,8%	28,3%	<b>71,7%</b>	34%	66%
Totais	Nº Oc.	114	48	137	157	172	262	70	139	(493)	(606)	
	%	70%	<b>30%</b>	47%	53%	40%	60%	33%	<b>67%</b>	47.5%	52.5%	

Tabela 61b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *entregar* por anos de escolaridade

Quanto à parte da amostra que concerne ao 7º ano, o número de ocorrências da forma *entregue* aumenta de A1 (43.6%) para B13 (67.3%), porém, depois em C5 e em C25, há uma ligeira descida, para os 61.9% e os 65.8%, respetivamente. Os alunos do 10º não descem este patamar dos 60% em nenhuma das questões, nem sequer nas tarefas de produção mais condicionadas (A1: 62%; B13: 66%). No Grupo C, a forma

irregular atinge os 66% e os 71.7%. Deste modo, não há, praticamente, registo, entre estes alunos, de distinção entre os vários tipos de questão.

Se contabilizarmos as ocorrências das quatro questões em cada ano de escolaridade, obtemos, para a forma participial irregular *entregue*, as médias de 30% no 2º ano, 53% no 5º ano, 60% no 7º ano e 67% no 10º ano. Mais uma vez, o 2º ano é o que mais se distingue no conjunto, facto que se confirma através da análise da Tabela 61c.

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A1	,000	,015	,000	,000	,002	,000	,036
B13	,000	,017	,000	,000	,000	,001	,876
C5	,045	,011	,024	,019	,611	,946	,610
C25	,048	,007	,099	,042	,148	,640	,447

**Tabela 61c:** Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *entregar* consoante os anos de escolaridade.

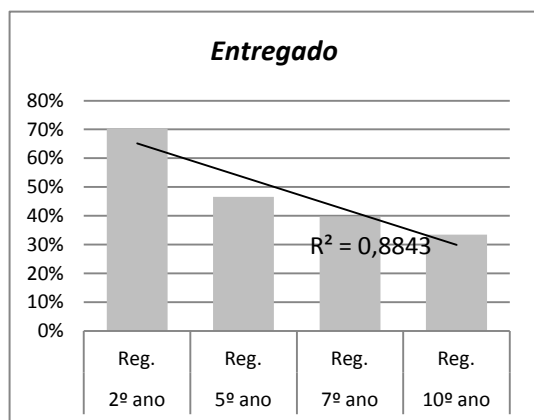


Gráfico 24a: Percentagens relativas à forma participial *entregado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

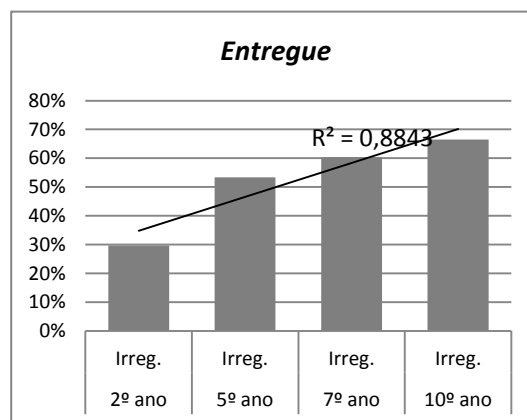


Gráfico 24b: Percentagens relativas à forma participial *entregue* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Existem, em todas as questões, diferenças significativas para o verbo *entregar* associadas ao ano de escolaridade, porém estas diferenças são mais marcadas em A1 e em B13 – em C5 e em C25 o nível de significância fica abaixo dos 0.05, mas aproxima-se claramente desse valor (0.045 e 0.048). De facto, se, em A1, há diferenças relevantes entre todas as combinações possíveis para os níveis de escolaridade, em B13 a diferença entre os dados do 7º e do 10º ano já quase não existe. Em C5, só as comparações entre o 2º ano e os três restantes origina contrastes – *vide* valores a negrito na Tabela 61c. Em C25, só se encontraram diferenças assinaláveis entre o 2º e o 5º e entre o 2º e o 10º anos.

A análise dos Gráficos 24a e 24b permite-nos confirmar a tendência crescente para *entregue*. No 2º ano, esta forma participial recolhe apenas 30% das escolhas, mas, no 5º ano, a percentagem ultrapassa os 50% (53.4%), subindo para 60.4%, no 7º ano e para 66.5%, no 10º. Salienta-se o facto de, neste último segmento, *entregue* nunca obter menos de 62%, mesmo nas questões de produção condicionada.

### Verbo *limpar*

O número de ocorrências válidas para o verbo *limpar* é elevado em ambas as questões, havendo apenas 9% de ocorrências nulas em B9 e 3% em C4 (Tabela 61a). O nível de ocorrências nulas é, portanto, ligeiramente inferior à média registada nos grupos B e C. Este foi mesmo um dos verbos que menos respostas nulas produziu – apenas 6%, logo a seguir a *pagar* e *gastar*, com 5%. Ao não evitarem responder e ao darem uma resposta válida, podemos dizer que os inquiridos demonstraram segurança linguística no uso do participio passado deste verbo; no entanto, essa segurança manifestou-se num uso não correspondente à regra de distribuição prescrita para a maioria dos verbos.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Limpar	B9	Nº	37	17	83	3	111	3	53	0	(284)	(23)
		%	68,5%	31,5%	96,5%	3,5%	97,4%	2,6%	100,0%	0,0%	91%	9%
	C4	Nº	48	6	85	1	114	0	53	0	(300)	(7)
		%	88,9%	11,1%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	97%	3%
	Totais	Nº	85	23	168	4	225	3	106	0	(584)	(30)
		%	79%	21%	98%	2%	99%	1%	100%	0%	94%	6%

Tabela 62a: Sumário das ocorrências (verbo *limpar*)

Tanto em B9, quanto em C4, a percentagem mais baixa obtida pela forma *limpo* ocorreu no segmento do 2º ano, assim como a percentagem mais alta se verificou no 7º ano. Como consequência, sabemos que, no 10º ano, houve uma inflexão, que é muito ligeira em B9, mas que, em C4, é bastante grande.

Quanto a B9, do 2º para o 7º, os valores sobem de 18.9% para 42.2% e, depois, para 62.2%. No 10º ano há uma leve descida, apenas para os 60.4%, sendo a única

diferença que, nesta questão, não atinge o nível de significância relevante. Já em C4, dos 45.8% no 2º ano, passa-se para os 62.4% no 5º, e para os 71.1% no 7º ano. Deste valor para os 49.1% relativos ao 10º ano, a diferença é significativa.

			Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		Forma participial	
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
Verbo	Q	Valor	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Limpar</b>	B9	Nº Oc.	30	7	48	35	42	69	21	32	(141)	(143)
		%	81,1%	<b>18,9%</b>	57,8%	42,2%	37,8%	<b>62,2%</b>	39,6%	60,4%	54%	46%
	C4	Nº Oc.	26	22	32	53	33	81	27	26	(118)	(182)
		%	54,2%	<b>45,8%</b>	37,6%	62,4%	28,9%	<b>71,1%</b>	50,9%	49,1%	43%	57%
<b>Totais</b>		Nº Oc.	56	29	80	88	75	150	48	58	(259)	(325)
		%	66%	<b>34%</b>	48%	52%	33%	<b>67%</b>	45%	55%	48%	52%

Tabela 62b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *limpar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B9	,000	,014	,000	,000	,006	,038	,826
C4	,005	,065	,002	,746	,196	,125	,006

Tabela 62c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *limpar* consoante os anos de escolaridade.

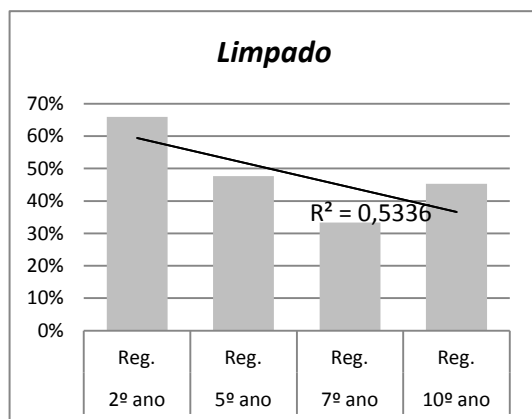


Gráfico 25a: Percentagens relativas à forma participial *limpado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

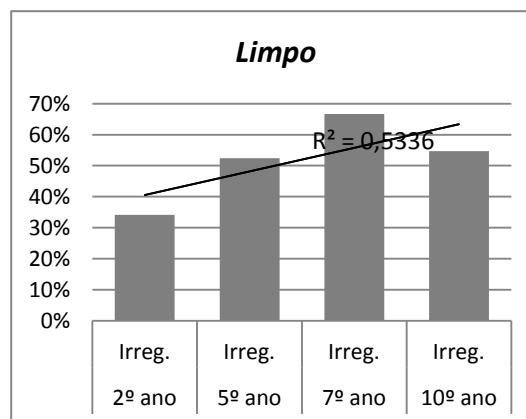


Gráfico 25b: Percentagens relativas à forma participial *limpo* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Relativamente à distribuição por anos de escolaridade, só no 2º ano a forma *limpado* obtém a maioria das ocorrências (65.9%). Nos restantes segmentos, *limpo* recebe entre 52.4 e 66.7% das preferências. Assim, a linha de tendência resultante favorece a forma irregular (Gráficos 25a e 25b). No entanto, é de notar que os dados do 10º ano fazem salientar a situação de variação ainda existente, pois dos 66.7% registados no 7º ano, passámos para os 54.7% no 10º ano. Aliás, nos subtotais de B e

C, neste segmento, sucedeu algo raro; em B, a forma irregular obtém 60.4%, ao passo que, em C, a forma *limpado* é selecionada em 50.9% das respostas<sup>337</sup>. Assim, apesar de a avaliação da forma irregular ser quase tão favorável como da regular, na produção *limpo* recolhe mais ocorrências. Pelo contrário, na maioria dos casos, sucede exatamente o inverso, isto é, embora a forma irregular seja a que recebe mais respostas favoráveis, na produção há a prevalência da forma regular. Havendo uma avaliação inferior para a forma *limpo*, cuja linha de tendência está a subir em função da progressão pelos anos de escolaridade (com ligeira descida no 10º ano), o resultado pode orientar-se no sentido da preferência pela forma regular<sup>338</sup>.

### **Verbo aceitar**

O verbo *aceitar* foi testado quatro vezes. No que concerne à categoria que engloba os casos de não resposta e de resposta inválida, a percentagem é baixa em ambas as questões do Grupo C (2% e 7%); porém, em A, é de 32%, tendo reduzido para cerca de metade em B (19%) – *vide* Tabela 63a. As disparidades entre anos de escolaridade residem sobretudo entre 2º e 5º ano, excetuando-se o caso da questão A13, em que se registam apenas perto de 50% de casos válidos em ambos os anos. Nessa questão, a maior discrepância situa-se, por isso, entre 5º e 7º anos. A diferença entre 7º e 10º não se revela tão marcada, mesmo quando comparamos os dados relativos à questão do Grupo A.

Apesar de a tendência verificada nos dados provenientes do inquérito respondido por crianças e adolescentes recair sobre a forma irregular, a respetiva percentagem situa-se apenas entre os 50 e os 60%, o que salienta a situação de variação<sup>339</sup>. Este é também um dos verbos a gerar ocorrências simultâneas de ambas as formas participiais no Grupo C, que, assim, são avaliadas de modo equivalente. A

---

<sup>337</sup> O tempo verbal é o mesmo nas duas questões: Pretérito Perfeito composto.

<sup>338</sup> Ainda assim, é de salientar que a forma *limpado* não surge nos resultados do CORLEX, o que significa que não atingiu as seis ocorrências. De facto, só os vocábulos com frequências iguais ou superiores a 6 foram constituídos como entradas lexicais do CORLEX. Registe-se que este *corpus* apresenta o total de 16.210.438 palavras (distribuídas por dois *subcorpora*, um de língua escrita e outro de língua falada). *Vide* [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_lmcpic.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_lmcpic.php).

<sup>339</sup> Também os dados de Paul Teyssier (1989: 311-313) já indicavam a existência de ambas as formas participiais como formas verbais ativas. Villalva e Almeida (2005) e Mória (2005) atestam-no igualmente.

oscilação entre as duas formas participiais é, pois, um traço que sobressai da análise destes dados.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Aceitar	A13	Nº	24	30	44	42	94	20	50	3	(212)	(95)
		%	44,4%	55,6%	51,2%	48,8%	82,5%	17,5%	94,3%	5,7%	68%	32%
	B2	Nº	28	26	68	18	105	9	53	0	(254)	(53)
		%	51,9%	49,1%	79,1%	20,9%	92,1%	7,9%	100,0	0,0%	81%	19%
	C1	Nº	50	4	85	1	114	0	53	0	(302)	(5)
		%	92,6%	7,4%	98,8%	1,2%	100,0	0,0%	100,0	0,0%	98%	2%
	C24	Nº	40	14	85	1	112	2	53	0	(290)	(17)
		%	74,1%	25,9%	98,8%	1,2%	98,2%	1,8%	100,0	0,0%	93%	7%
Totais	Nº		142	74	282	62	425	31	209	3	(1058)	(170)
	%		66%	34%	82%	18%	93%	7%	99%	1%	85%	15%

Tabela 63a: Sumário das ocorrências (verbo *aceitar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Aceitar	A13	Nº Oc.	21	3	33	11	50	44	22	28	(126)	(86)
		%	87,5%	<b>12,5%</b>	75,0%	25,0%	53,2%	46,8%	44,0%	<b>56,0%</b>	65%	35%
	B2	Nº Oc.	22	6	49	19	57	48	24	29	(152)	(102)
		%	78,6%	<b>21,4%</b>	72,1%	27,9%	54,3%	45,7%	45,3%	<b>54,7%</b>	63%	37%
	C1	Nº Oc.	32	18	25	60	29	85	9	44	(95)	(207)
		%	64,0%	<b>36,0%</b>	29,4%	70,6%	25,4%	74,6%	17,0%	<b>83,0%</b>	34%	66%
	C24	Nº Oc.	24	16	18	67	24	88	14	39	(80)	(210)
		%	60,0%	<b>40,0%</b>	21,2%	<b>78,8%</b>	21,4%	78,6%	26,4%	73,6%	32%	68%
Totais	Nº Oc.		99	43	125	157	160	265	69	140	(453)	(605)
	%		70%	<b>30%</b>	44%	56%	38%	62%	33%	<b>67%</b>	46%	54%

Tabela 63b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *aceitar* por anos de escolaridade

Em A13, B2 e C1, as percentagens mais elevadas de uso da forma participial irregular situam-se no grupo da amostra que frequentava o 10º ano – atente-se na Tabela 63b. Pelo contrário, as percentagens mais baixas registaram-se no 2º ano. Apesar desta semelhança entre os resultados das três questões, é de notar que, se em A13 e B2 no 5º ano as percentagens de uso da forma regular baixam apenas cerca de 10%, em C1 há já uma grande discrepância entre o 2º e o 5º ano, já que 35 pontos

percentuais os separam. Nessa mesma questão – cujo número de ocorrências nulas é o mais reduzido para este verbo –, a diferença entre o 5º e o 10º anos é de apenas 12%, não atingindo um valor significativo, como se pode verificar na Tabela 63c.

Nos grupos A e B, os dados do 5º ano ainda se assemelham aos do 2º, dando preferência à forma regular, porém, em C, já só os resultados do 2º ano se distinguem dos restantes, notando-se um sucessivo acréscimo das ocorrências de *aceite*. Recorde-se que, no segmento do 5º ano, registou-se uma das maiores discrepâncias entre questões (de 53.8%), já que *aceite* obteve, em A13, 25% e, em C24, 78.8%. Por oposição, no 10º ano, nota-se uma uniformidade de resultados entre questões, tendo os sujeitos atribuído sempre preferência à forma irregular de *aceitar*, facto que corrobora a afirmação de Villalva e Almeida (2005: 294) de que este verbo demonstra tendência para perder a forma fraca<sup>340</sup>.

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A13	,000	,348	,002	,000	,015	,002	,294
B2	,002	,509	,020	,004	,019	,003	,285
C1	,000	,000	,000	,000	,533	,099	,225
C24	,000	,000	,000	,001	,966	,478	,477

**Tabela 63c:** Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *aceitar* consoante os anos de escolaridade.

Através da Tabela 63c, verificamos que entre as respostas dadas pelas crianças que frequentavam os 7º e 10º anos não há diferenças significativas em nenhuma das questões. Se nos restringirmos às questões do Grupo C, verificamos que também entre 5º e 7º e entre 5º e 10º anos não se registaram diferenças, ao passo que os dados relativos a A13 e a B2 também não se distinguem significativamente entre o 2º e o 5º anos. Assim, se, no caso das questões A13 e B2, em particular, parece haver alterações importantes do 5º ano para o 7º ano, relativamente às questões do Grupo C, só as ocorrências provenientes dos alunos do 2º se distinguem claramente das dos outros anos escolares.

A última linha da Tabela 63b permite-nos ainda avaliar a progressão da forma *aceite* pelos anos de escolaridade, já que, reunindo os valores das quatro questões, obtemos para o 2º ano uma percentagem de 30%, passando para 56% no 5º ano, 62%

<sup>340</sup> Esta conclusão é, também, claramente confirmada através da análise dos quatro *subcorpora* de RL, em que mais de 81% dos usos de formas participiais incidiu sobre *aceite*. E, ao contrário de outros verbos, não foram poucas as ocorrências registadas nestes *subcorpora*, já que recolhemos vinte e duas da forma irregular e cinco da forma *aceitado*.



no 7º ano e 67% no 10º ano. Assim, só no 2º ano a forma *aceitado* obtém mais de metade das ocorrências (69.7%), o que se interliga com a comprovada tendência geral das crianças da faixa etária abrangida por este ano de escolaridade para a regularização. Como é bem visível nos gráficos 26a e 26b, entre 5º, 7º e 10º, a forma irregular vai ganhando maior percentagem de uso (de 55.7 a 67%).

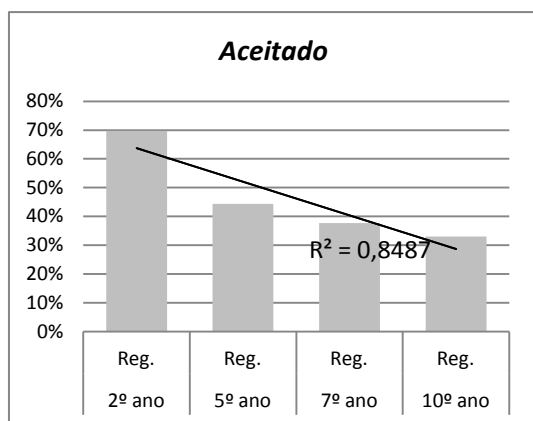


Gráfico 26a: Percentagens relativas à forma participial *aceitado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

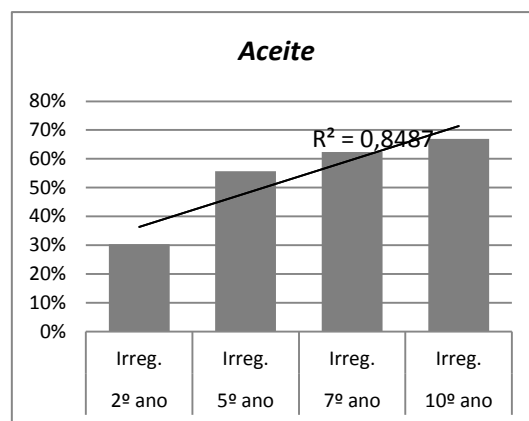


Gráfico 26b: Percentagens relativas à forma participial *aceite* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Considerando todos estes dados relativos a *aceitar* e observando as linhas de tendência presentes nos Gráficos 26a e 26b, podemos concluir que este verbo se integra no grupo daqueles cuja forma participial forte é regularmente usada em tempos compostos da voz ativa.

### Verbo *cobrir*

Ao observar o sumário de ocorrências do verbo *cobrir* (Tabela 64a), verifica-se que, tanto no 2º como no 5º anos, apenas perto de 50% dos informantes responderam de forma válida à questão do Grupo A. Já em C17, os valores do 5º ano aproximam-se bastante dos do 7º e 10º anos, havendo apenas cerca de 1% de ocorrências inválidas ou não respostas.

Quanto à distribuição das respostas válidas pelas formas participiais de *cobrir*, na questão A14, registaram-se diferenças significativas entre os dados provenientes de quase todos os anos de escolaridade. Só para o 7º e o 10º a quantidade de ocorrências foi semelhante (65.3% e 64.7% para a forma *coberto*). Apesar de não serem muito

diferentes as percentagens de formas irregulares seleccionadas pelos alunos do 5º (44.4%) e do 10º ano (64.7%), o nível de significância ainda atinge 0.046. Assim, sendo inferior a 0.05 – valor abaixo do qual, estatisticamente, se considera que as diferenças não são fruto do acaso –, podemos apontar esta diferença como significativa. A maior divergência notou-se entre os 2º (16%) e 7º anos (65.3%).

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		V	N
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas		
<b>Cobrir</b>	A14	Nº	25	29	45	41	98	16	51	2	(219)	(88)
		%	46,3%	53,7%	52,3%	47,7%	86,0%	14,0%	96,2%	3,8%	70%	30%
	C17	Nº	41	13	85	1	113	1	53	0	(292)	(15)
		%	75,9%	24,1%	98,8%	1,2%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	93%	7%
	Totais	Nº	66	42	130	42	211	17	104	2	(511)	(103)
	%	61%	39%	76%	24%	93%	7%	98%	2%	82%	18%	

 Tabela 64a: Sumário das ocorrências (verbo *cobrir*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		Forma participial	
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Cobrir</b>	A14	Nº Oc.	21	4	25	20	34	64	18	33	(98)	(121)
		%	84,0%	<b>16,0%</b>	55,6%	44,4%	34,7%	<b>65,3%</b>	35,3%	64,7%	52%	48%
	C17	Nº Oc.	15	26	16	69	26	87	17	36	(74)	(218)
		%	36,6%	<b>63,4%</b>	18,8%	<b>81,2%</b>	23,0%	77,0%	32,1%	67,9%	28%	72%
	Totais	Nº Oc.	36	30	41	89	60	151	35	69	(172)	(339)
	%	55%	<b>45%</b>	32%	68%	28%	<b>72%</b>	34%	66%	37%	63%	

 Tabela 64b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *cobrir* por anos de escolaridade

Na verdade, no que concerne a esta primeira questão, os resultados da amostra de sujeitos que frequentavam o 2º ano evidenciaram as maiores divergências em relação aos dados relativos a todos os outros anos de escolaridade. Recorde-se que, uma vez que poucos gramáticos identificam o verbo *cobrir* como abundante, as nossas expectativas eram de um reduzido uso da forma participial regular em toda a amostra. No entanto, sobretudo no 2º ano, verificou-se uma percentagem elevadíssima, de 84%, para a forma *cobrido*, que, como já referimos em 4.2.3.1, se relaciona com a tendência para a regularização por parte dos mais novos, que parece ser tanto mais intensificada quanto maiores são as incertezas dos sujeitos. De qualquer modo,

mesmo os dados relativos ao 7º e ao 10º ano apresentam ainda uma percentagem de cerca de 35% para a forma regular<sup>341</sup>. E, ao contrário do que acontece com outros verbos, esta percentagem não diminui na questão do Grupo C. Aliás, no caso de C17, a forma *coberto* obteve o menor número de ocorrências no 2º ano (63,4%) e o maior no 5º ano (81,2%), o que significa que no 7º ano (77%) e no 10º ano (67,9%) houve novamente uma diminuição dos valores. De facto, confirma-se a situação de variação, no que concerne ao uso do participio passado, mesmo no caso de verbos como *cobrir*, ao qual muitos gramáticos e linguistas só reconhecem uma forma participial.

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
A14	,000	,016	,000	,000	,019	,046	,942
C17	,100	,030	,092	,647	,476	,076	,214

**Tabela 64c:** Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *cobrir* consoante os anos de escolaridade.

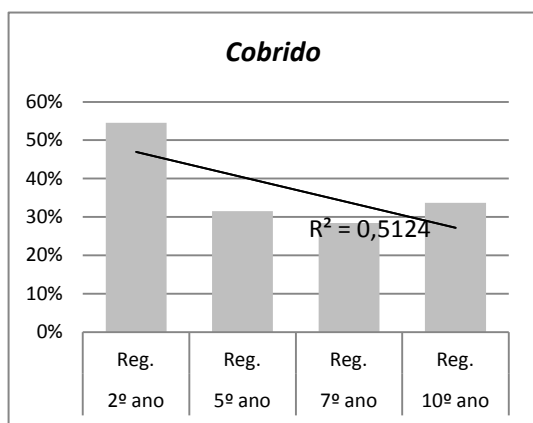


Gráfico 27a: Percentagens relativas à forma participial *cobrido* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

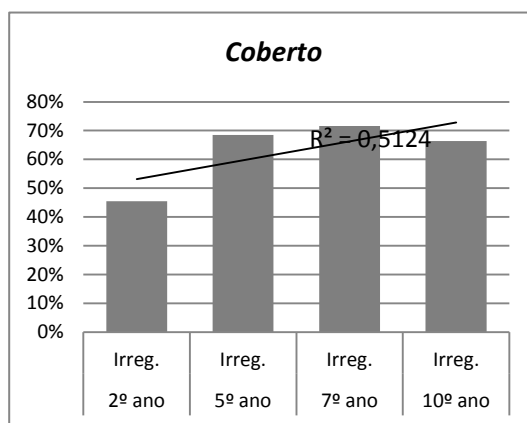


Gráfico 27b: Percentagens relativas à forma participial *coberto* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Considerando as médias obtidas em cada ano escolar testado, verificamos que as percentagens de uso da forma irregular *coberto* relativas ao 5º e ao 10º ano se aproximam substancialmente entre si. Não atingem os 70%, tal como acontece no 7º ano, porém os três valores não distam mais de seis pontos percentuais. Nos 10º, 5º e 7º anos, a forma *coberto* recolhe 66%, 68% e 72%, respetivamente – atente-se nos

<sup>341</sup> Apesar de a percentagem de respostas válidas a A14 ser inferior no 7º ano (86%) em comparação com os dados do 10º ano (96.2%), a prevalência da forma participial irregular é ligeiramente mais forte no 7º ano (65.3%).

Gráficos 27a e 27b. Só mesmo os alunos do 2º ano utilizam mais a forma *regular*, totalizando 55% das ocorrências<sup>342</sup>.

Na verdade, é relevante que, apesar da altíssima percentagem de 84% atribuída à forma *regular* pelos inquiridos do 2º ano na questão do Grupo A, posteriormente, em C, a maioria dos informantes desse mesmo segmento tenha atribuído preferência à forma *coberto*. Compreendemos a relevância deste dado, ao recordar que, das 58 questões, neste ano de escolaridade, apenas em nove houve prevalência da forma *irregular*.

Ainda outros pormenores da análise demonstram que, apesar de as percentagens totais não atestarem uma tendência inequívoca para a forma *irregular*, esta é a forma predominante. Por exemplo, no 5º ano, no Grupo A, apenas quatro verbos apresentam menos de 80% para as suas formas *regulares*, o que acontece com *cobrido*, que obtém apenas 55.6%. Nos 7º e 10º anos, este verbo foi dos que gerou menos casos inválidos, havendo também uniformidade entre questões, factos que demonstram o alto nível de segurança linguística dos inquiridos destes segmentos perante o verbo em causa.

### **Verbo *salvar***

Iniciemos a análise relativa ao verbo *salvar* pela observação do sumário de ocorrências válidas e nulas (Tabela 65a). Comparando os resultados registados pelos outros verbos nos grupos B e C, apurou-se que, em ambas as questões e em cada um dos quatro anos de escolaridade sob consulta, o verbo *salvar* obteve reduzidas taxas de respostas nulas. Estes valores estiveram entre 14.8% e 27.8%, no 2º ano, e, nos restantes anos de escolaridade, situaram-se sempre abaixo dos 5.8%. São 279 os informantes que respondem a ambas as questões, revelando, deste ponto de vista, grande segurança nas suas respostas.

---

<sup>342</sup> Os altíssimos valores de uso da forma *regular*, em A14, no 2º ano (84%), são, em grande medida, responsáveis pelo resultado global de apenas 63% para *coberto*. Contudo, mesmo o uso dos informantes que frequentavam o 10º ano não segue as expectativas, apresentando percentagens de uso da forma *irregular* que rondam os 60% em ambas as questões.

Passemos, agora, para o exame vertical da Tabela 64b. As colunas respeitantes aos 7º e 10º anos permitem-nos identificar este verbo como um daqueles que apresenta percentagens muito próximas nas duas questões, B11 e C8, o que significa que a produção acompanha a perceção avaliativa do participio. Tanto numa atividade como noutra, estes inquiridos confirmam a sua preferência pela forma *salvo*, em percentagens que se situam entre os 71.7 e os 77.4%. Na coluna referente ao 5º ano, também registamos essa preferência, porém com valores um pouco mais baixos na primeira questão (51.9%). Já na questão C8, é no 5º ano que se regista a percentagem mais alta (78.8%), porém não muito diferente da obtida no 7º e no 10º anos. Apesar de os alunos do 2º ano selecionarem a forma participial irregular do verbo *salvar* em apenas 23.1% das vezes em B11, em C8 a percentagem passa a ser de 56.5%.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Salvar	B11	Nº	39	15	81	5	113	1	53	0	(286)	(21)
		%	72,2%	27,8%	94,2%	5,8%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	91%	9%
	C8	Nº	46	8	85	1	112	2	53	0	(296)	(11)
		%	85,2%	14,8%	98,8%	1,2%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	96%	4%
Totais	Nº	85	23	166	6	225	3	106	0	(582)	(32)	
	%	79%	21%	97%	3%	99%	1%	100%	0%	93%	7%	

Tabela 64a: Sumário das ocorrências (verbo *salvar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
Salvar	B11	Nº Oc.	30	9	39	42	29	84	15	38	(113)	(173)
		%	76,9%	<b>23,1%</b>	48,1%	51,9%	25,7%	<b>74,3%</b>	28,3%	71,7%	45%	55%
	C8	Nº Oc.	20	26	18	67	31	81	12	41	(81)	(215)
		%	43,5%	<b>56,5%</b>	21,2%	<b>78,8%</b>	27,7%	72,3%	22,6%	77,4%	29%	71%
Totais	Nº Oc.	50	35	57	109	60	165	27	79	(194)	(388)	
	%	59%	<b>41%</b>	34%	66%	27%	73%	25%	<b>75%</b>	36%	64%	

Tabela 65b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *salvar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B11	,000	,003	,000	,000	,001	,022	,720
C8	,041	,007	,054	,027	,296	,839	,491

Tabela 65c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *salvar* consoante os anos de escolaridade.

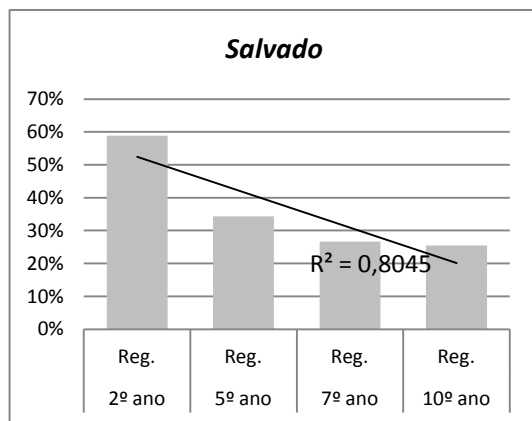


Gráfico 28a: Percentagens relativas à forma participial *salvado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

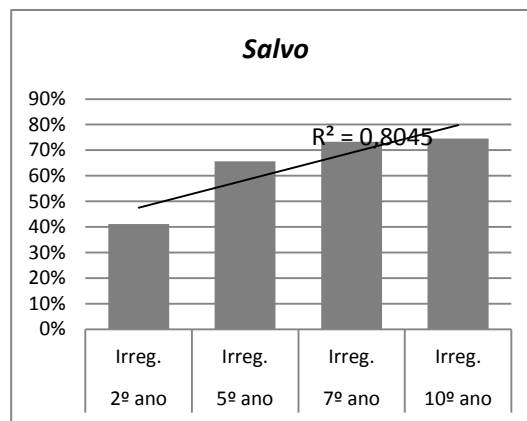


Gráfico 28b: Percentagens relativas à forma participial *salvo* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Estes dados originam as seguintes médias: no 2º ano, a forma irregular *salvo* regista apenas 41%, porém, há um aumento considerável para 66% no 5º ano, para 73% no 7º ano e, finalmente, para 75% no 10º ano (Gráficos 28a e 28b).

Assim, analisados estes dados recolhidos com sujeitos diferentes, representativos de quatro anos de escolaridade verificamos que, para o verbo *salvar*, há, inequivocamente, uma tendência para um uso cada vez mais frequente da forma participial irregular. E, mais uma vez, aquando do 5º ano de escolaridade, os alunos já abandonaram a propensão de base para a regularidade, tendo adquirido as formas participiais irregulares. Pelo menos no 7º ano, estes jovens já terão também incorporado as restantes informações fornecidas pelo *input*. Por esta altura, os jovens falantes já serão sensíveis aos sinais providos pela norma social, passando assim a dar prevalência à forma participial irregular<sup>343</sup>.

### Verbo *pagar*

Se, em B3, os valores percentuais de respostas nulas já são algo inferiores à média, em C3, atinge-se – *ex-aequo* com outras questões – a percentagem mais baixa

<sup>343</sup> Sete gramáticas e quatro manuais escolares citam *salvar* na sua lista de verbos abundantes. Alguns referem o uso da forma irregular em tempos compostos. Aliás, já Said Ali (1964: 154) mencionava flutuações de uso entre *ter salvo* e *ter salvado*. As palavras exatas são: «significando (...) “livrar de perigo”, e conjugado com o verbo *ter*, diz-se ora *salvo* ora *salvado*». Villalva e Almeida citam, igualmente, este verbo entre os que apresentam usos variantes – vide também 3.2.4. Inversamente a *romper*, as três ocorrências participiais encontradas nos *subcorpora* de RL, correspondem 100% à forma *salvo*.

em cada um dos quatro anos de escolaridade (2º ano: 7.4%; 5º ano: 1.2%; 7º e 10º anos: 0%) – vide Tabela 66a e Anexo 15b. Na totalidade dos dados relativos a *pagar*, houve apenas 5% de ocorrências nulas – sendo de 13% a média relativa ao conjunto de 22 verbos.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
<b>Pagar</b>	B3	Nº	41	13	80	6	112	2	53	0	(286)	(21)
		%	75,9%	24,1%	93,0%	7,0%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	92%	8%
	C3	Nº	50	4	85	1	114	0	53	0	(302)	(5)
		%	92,6%	7,4%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	98%	2%
	Totais	Nº	91	17	165	7	226	2	106	0	(588)	(26)
		%	84%	16%	96%	4%	99%	1%	100%	0%	95%	5%

Tabela 66a: Sumário das ocorrências (verbo *pagar*)

Verbo	Q	Valor	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
			Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Pagar</b>	B3	Nº Oc.	37	4	43	37	37	75	11	42	(128)	(158)
		%	90,2%	<b>9,8%</b>	53,8%	46,3%	33,0%	67,0%	20,8%	<b>79,2%</b>	49%	51%
	C3	Nº Oc.	19	31	9	76	20	94	10	43	(58)	(244)
		%	38,0%	<b>62,0%</b>	10,6%	<b>89,4%</b>	17,5%	82,5%	18,9%	81,1%	21%	79%
	Totais	Nº Oc.	56	35	52	113	57	169	21	85	(186)	(402)
		%	62%	<b>38%</b>	32%	68%	25%	75%	20%	<b>80%</b>	35%	65%

Tabela 66b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *pagar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B3	,000	,000	,000	,000	,004	,000	,105
C3	,001	,000	,005	,031	,169	,170	,836

Tabela 66c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *pagar* consoante os anos de escolaridade.

A relutância dos inquiridos do 2º ano em usar a forma participial irregular nas questões de produção confirma-se com o verbo *pagar*, havendo apenas 9.8% a escolher a forma *pago* em B3. Todavia, em C3, passamos a registar 62% de ocorrências dessa forma. Comparando com os outros anos de escolaridade, estes são os seus valores mais baixos em ambas as questões. As percentagens mais altas obtidas por *pago* em B3 ocorreram no 10º ano, com 79.2% e, em C3, no 5º ano, com 89.4%. Os

alunos do 5º ano revelam, assim, uma avaliação francamente favorável à forma participial irregular de *pagar*, apesar de não ser a que mais usam em B3 (46.3%).

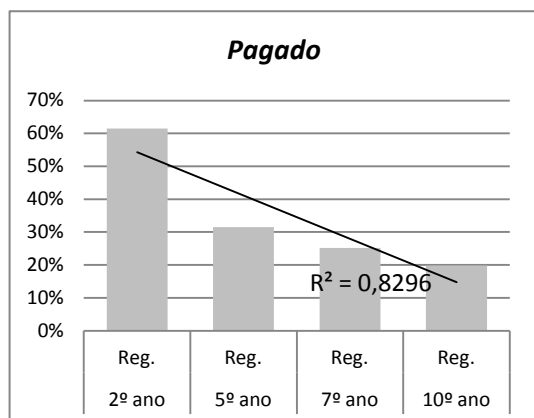


Gráfico 29a: Percentagens relativas à forma participial *pagado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

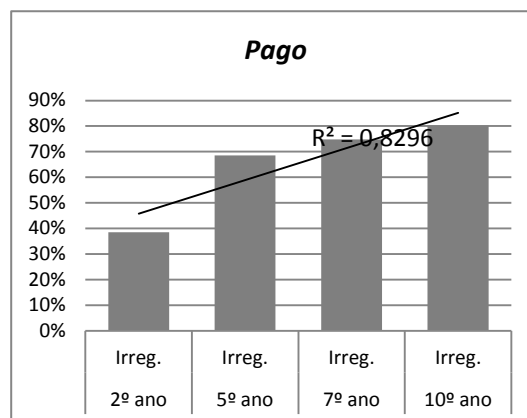


Gráfico 29b: Percentagens relativas à forma participial *pago* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

Na verdade, os valores do segmento do 2º ano registados em B são bastante mais baixos do que os dos outros anos, reduzindo, assim, a média. Foi precisamente com este verbo que se averbou a maior diferença entre anos de escolaridade (69.4%): em B3, *pago* só obteve 9.8% das ocorrências, ao passo que, no segmento do 10º ano, 79.2% das respostas consistiram no uso dessa forma.

Se, no 2º ano, a divergência entre os resultados às duas questões é muito grande, no 10º ano, as percentagens quase se igualam, sendo de 79,2% em B3 e de 81,1% em C3.

No âmbito dos resultados relativos a B3, houve diferenças significativas entre quase todos os anos de escolaridade, sendo a exceção os valores do 7º e do 10º anos. Quanto a C3, como se pode apurar na Tabela 60c, as discrepâncias mais consideráveis tiveram origem nos dados do 2º ano.

A totalidade dos dados fica, pois, disposta em escala ascendente, quando contabilizamos a média de cada ano. No 2º ano, a forma irregular *pago* obteve 38%, no 5º ano chega aos 68%, no 7º passa para os 75% e, finalmente, no 10º ano atinge os 80% (Gráficos 29a e 29b). O facto de este verbo provocar poucas ocorrências nulas, havendo 282 informantes (do total de 307) a responder validamente às duas questões em que se testava este verbo, consolida estas conclusões<sup>344</sup>.

<sup>344</sup> No caso do verbo *pagar*, há uma grande uniformidade entre os diversos elementos de que dispomos para análise do uso participial em tempos compostos da voz ativa. Para além do facto de alguns textos



### Verbo *gastar*

Os valores percentuais de respostas nulas a B5 e a C10 são consideravelmente mais baixos do que a média registada nas restantes questões desses grupos, atestando-se assim uma elevada segurança linguística no uso do participio passado de *gastar*. Em B5, houve 24.1% de ocorrências nulas no 2º ano, por oposição aos 35% que constituem a média no Grupo B. No 5º ano, os 3.5% de casos nulos contrastam com os 9% da média. No 7º ano, a percentagem de 0.9% é a mais reduzida neste grupo e neste ano – a par de *salvar* (B11) e *entregar* (B13) –, sendo a média de 4%. Quanto a C10, o valor de respostas nulas é o mais baixo – a par de outros verbos –, tanto no segmento do 5º (1.2%), como nos do 7º (0%) e do 10º anos (0%). Na totalidade dos dados, obtivemos a percentagem mais reduzida de respostas nulas para *gastar*, apenas 5% (como acontecera com *pagar*).

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	V	N
Gastar	B5	Nº	41	13	83	3	113	1	53	0	(290)	(17)
		%	75,9%	24,1%	96,5%	3,5%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	93%	7%
	C10	Nº	48	6	85	1	114	0	53	0	(300)	(7)
		%	88,9%	11,1%	98,8%	1,2%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	97%	3%
	Totais	Nº	89	19	168	4	227	1	106	0	(590)	(24)
		%	82%	18%	98%	2%	100%	0%	100%	0%	95%	5%

Tabela 67a: Sumário das ocorrências (verbo *gastar*)

À semelhança do que sucede com o verbo *ganhar*, também no caso de *gastar* existe uma forte tendência para o uso da forma irregular<sup>345</sup>. De facto, só na questão B5

---

escolares apontarem usos variantes para o participio passado do verbo *pagar*, também os linguistas os descrevem (Cunha e Cintra, 1995: 440; Barros, 2002: 63; Villalva e Almeida, 2005: 294). E, realmente, a análise de parte do *corpus* RL comprovou plenamente essa tendência, com 14 ocorrências da forma irregular em tempos compostos da voz ativa (100%). Na verdade, o único dado discrepante está presente nos textos escolares que aplicam a regra geral a este verbo.

<sup>345</sup> A forma *gasto* surge, a par de *ganho* e *pago*, referida em Cunha e Cintra (1995: 440) como a única forma participial do verbo *gastar* em efetiva utilização, atualmente. Diversamente, dez textos escolares contemplam este verbo entre os abundantes. Ainda assim, alguns deles consideram a utilização da forma irregular em tempos compostos da voz ativa. E, de facto, apesar de o seu uso contrariar a regra geral aplicada à maioria dos verbos, segundo os textos escolares e de referência, os informantes não hesitam em dar primazia à forma irregular. Como vimos, *gastar* e *pagar* são mesmo os dois verbos que

e apenas nos dados relativos ao 2º e ao 5º ano a forma *gasto* obtém menos de 50% (22% e 45.8%, respetivamente). De resto, as percentagens do seu uso situam-se entre os 67.3% e os 88.7%.

			Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		Forma participial	
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
Verbo	Q	Valor	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Gastar</b>	B5	Nº Oc.	32	9	45	38	37	76	12	41	(126)	(164)
		%	78,0%	<b>22,0%</b>	54,2%	45,8%	32,7%	67,3%	22,6%	<b>77,4%</b>	47%	53%
	C10	Nº Oc.	15	33	16	69	18	96	6	47	(55)	(245)
		%	31,3%	<b>68,8%</b>	18,8%	81,2%	15,8%	84,2%	11,3%	<b>88,7%</b>	19%	81%
	Totais	Nº Oc.	47	42	61	107	55	172	18	88	(181)	(409)
		%	53%	<b>47%</b>	36%	64%	24%	76%	17%	<b>83%</b>	32.5%	67.5%

Tabela 67b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *gastar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B5		,000	,010	,000	,000	,003	,183
C10		,055	,104	,026	,014	,574	,444

Tabela 67c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *gastar* consoante os anos de escolaridade.

Tanto em B5 como em C10, a percentagem mais baixa relativa ao uso da forma irregular *gasto* ocorre no 2º ano, assim como a mais alta surge nos dados do 10º ano, havendo uma plena gradação dos valores, aumentando à medida que também subimos no ano de escolaridade. Contudo, ao passo que, em B5, as percentagens vão subindo muito gradualmente, em C10, os valores do 5º, do 7º e do 10º são já bastante semelhantes. Assim, nesta questão, só se registam diferenças significativas entre os valores do 2º e do 7º e do 2º e do 10º. Em B5, pelo contrário, só não houve diferenças entre os dados do 7º e do 10º anos. Note-se ainda que, nesta questão de produção, a percentagem de uso da forma *gasto* para os alunos do 10º ano per fez 77.4%, comprovando inequivocamente a sua preferência pela forma irregular.

Como é bem visível nos Gráficos 30a e 30b, há uma plena gradação dos valores obtidos pela forma *gasto* nos quatro anos de escolaridade. No 2º ano, *gastar* é o verbo que apresenta menor percentagem da forma regular (52.8%). No 5º ano,

---

originam menos ocorrências nulas. Havendo a descrição desta situação numa das gramáticas de “referência”, as atitudes dos falantes/ escreventes da língua mais facilmente passarão a ser positivas perante esse uso.

predomina a forma *gasto*, já em valores superiores a 60% (63.7%), e, no 7º ano, há mais de 75% dos informantes a selecioná-la. Atingem-se os 83%, no 10º ano.

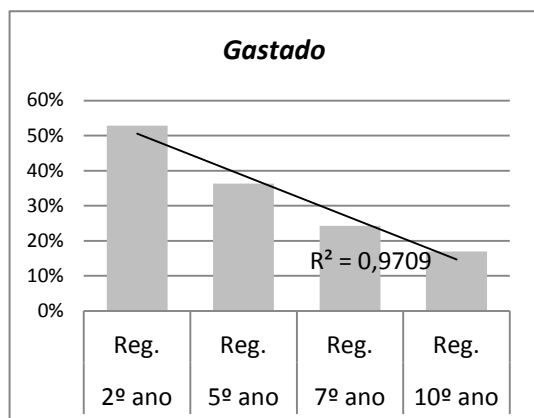


Gráfico 30a: Percentagens relativas à forma participial *gastado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

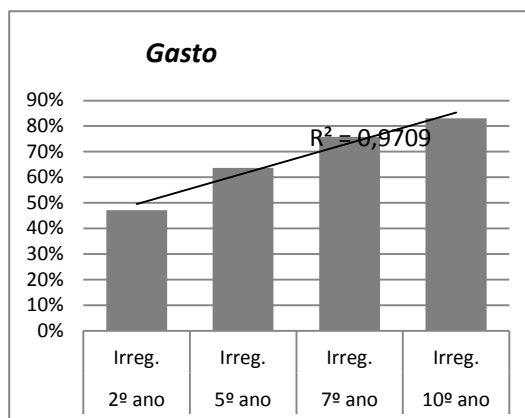


Gráfico 30b: Percentagens relativas à forma participial *gasto* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

### Verbo *ganhar*

As ocorrências nulas relativas ao verbo *ganhar* (Tabela 68a) estão próximas dos valores da média por grupo de questões em cada ano de escolaridade. Só na questão B8 os resultados do 10º ano (3.8%) surgem acima da média (1%). Este dado é relevante na medida em que apenas outros dois verbos, *prender* e *sujeitar*, apresentam este mesmo valor em questões do Grupo B, não havendo, em nenhuma das restantes, mais ocorrências inválidas ou não respostas no segmento do 10º ano.

Verbo	Questão	Ocorrências	Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º		V	N
			Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas	Válidas	Nulas		
Ganhar	B8	Nº	36	18	79	7	109	5	51	2	(275)	(32)
		%	66,7%	33,3%	91,9%	8,1%	95,6%	4,4%	96,2%	3,8%	88%	12%
	C12	Nº	47	7	84	2	112	2	53	0	(296)	(11)
		%	87,0%	13,0%	97,7%	2,3%	98,2%	1,8%	100,0%	0,0%	96%	4%
Totais	Nº		83	25	163	9	221	7	104	2	(571)	(43)
	%		77%	23%	95%	5%	97%	3%	98%	2%	92%	8%

Tabela 68a: Sumário das ocorrências (verbo *ganhar*)

Somente no 2º ano não é marcada a tendência para o uso da forma participial irregular de *ganhar* – vide Tabela 68b. E se, em B8, os alunos do 5º ano ainda revelam

valores significativamente distintos do 7º e do 10º anos, obtendo-se apenas 69.6% para a forma *ganho*, em C16, os três segmentos são unânimes em marcar essa forma, atribuindo-lhe mais de 80% das ocorrências.

			Ano de escolaridade								Totais (Média%)	
			2º		5º		7º		10º			
			Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial		Forma participial	
Verbo	Q	Valor	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.	Reg.	Irreg.
<b>Ganhar</b>	B8	Nº Oc.	23	13	24	55	12	97	4	47	(63)	(212)
		%	63,9%	<b>36,1%</b>	30,4%	69,6%	11,0%	89,0%	7,8%	<b>92,2%</b>	28%	72%
	C12	Nº Oc.	22	25	9	75	17	95	6	47	(54)	(242)
		%	46,8%	<b>53,2%</b>	10,7%	<b>89,3%</b>	15,2%	84,8%	11,3%	88,7%	21%	79%
Totais	Nº Oc.	45	38	33	130	29	192	10	94	(117)	(454)	
	%	54%	<b>46%</b>	20%	80%	13%	87%	10%	<b>90%</b>	24%	76%	

Tabela 68b: Distribuição das respostas relativas ao verbo *ganhar* por anos de escolaridade

Questão	Entre todos os anos de escolaridade	2º vs 5º	2º vs 7º	2º vs 10º	5º vs 7º	5º vs 10º	7º vs 10º
B8	,000	,001	,000	,000	,001	,002	,534
C12	,000	,000	,000	,000	,362	,912	,504

Tabela 68c: Nível de significância da diferença entre os resultados obtidos para o verbo *ganhar* consoante os anos de escolaridade.

Note-se que a diferença entre B e C é a segunda mais baixa entre questões no segmento do 2º ano. Efetivamente, na questão de produção (B8), os inquiridos do 2º ano atribuem primazia à forma *ganhado* em 63.9% das ocorrências, descendo para 46.8% na emissão de juízo de aceitabilidade, em C12. Consequentemente, a média relativa ao 2º ano é de 46% para a forma *ganho*. Gradualmente, esta percentagem vai subindo de acordo com o avanço nos anos de escolaridade. Assim, no 5º ano, já sucede em 80% das ocorrências, no 7º ano, em 87% e, no 10º ano, em 90%. É de assinalar o facto de, no 5º ano, só no caso de dois verbos se apresentar a preferência pela forma irregular em ambas as questões em que foram testados, *ganhar* e *salvar*.

Outro dado muito relevante diz respeito a B8, uma questão que requeria a produção da forma participial, e em que a forma *ganho* recolheu percentagens bastante elevadas, de 89% e 92.2%<sup>346</sup> nos 7º e 10º anos.

<sup>346</sup> Na coluna respeitante ao 10º ano, verificamos que a percentagem obtida pela forma irregular de *ganhar* desce de 92.2% em B8 para 88.7% em C12; porém, para além de a diferença não ser grande, na verdade, essa descida relaciona-se com uma ligeira redução nas ocorrências nulas em C12. Veja-se que se, em B8, há quatro informantes a selecionar a forma regular, em C12, há seis. Em ambas as questões há 47 inquiridos a preferir a forma irregular.

Recordemos que, mesmo na gramática de referência de Cunha e Cintra (1995), a forma irregular *ganho* é reconhecida como a forma a ser usada nos tempos compostos da voz ativa – *vide* subcapítulo 3.1.2. E se, mesmo neste caso, os alunos que frequentavam o 2º ano usam, na questão de produção, a forma regular mais frequentemente do que a irregular, a tendência para a regularidade parece confirmar-se como ponto de partida que, a pouco e pouco, vai sendo trabalhado pelo *input* recebido pelas crianças. De modo especialmente marcado no caso do verbo *ganhar*, aquando do 5º ano, já os alunos interpretam os sinais fornecidos pelo *input*, dando clara prevalência à forma irregular. Com efeito, o segmento do 5º ano constitui o ponto de viragem, em que o *input* recebido já surtiu efeitos no sentido do abandono da tendência para a regularização, neste caso específico.

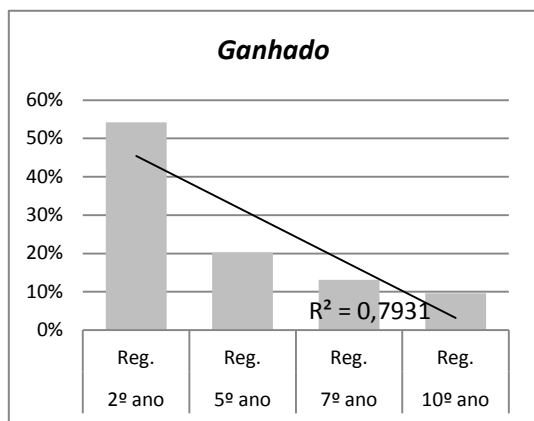


Gráfico 31a: Percentagens relativas à forma participial *ganhado* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

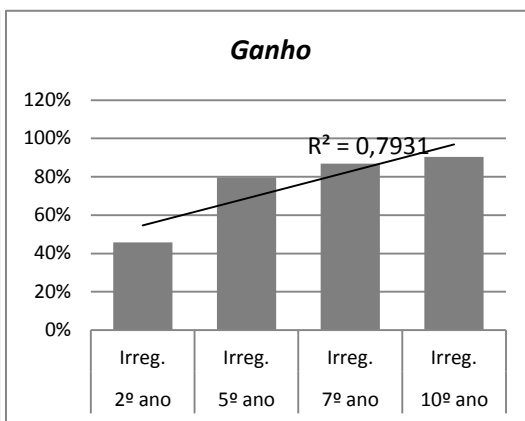


Gráfico 31b: Percentagens relativas à forma participial *ganho* nos 4 anos de escolaridade e respetiva linha de tendência.

#### 4.2.3.3 Conclusões

Recuperando, agora, as conclusões extraídas a partir dos dados do Anexo 12B e considerando também os resultados da análise do Anexo 13, ficaremos em condições de compreender a interação entre as quatro variantes relacionadas com o ano de escolaridade e o número de ocorrências de ambas as formas participiais.

Para a maior parte dos verbos, o uso das formas irregulares aumenta gradualmente das questões do Grupo A para as do Grupo B e para as do Grupo C, à medida que o ano de escolaridade também vai aumentando. São mesmo raros os casos em que o uso da forma irregular é mais reduzido em C do que em A ou B, como acontece com o verbo *soltar* (7º e 10º ano).

As maiores diferenças verificadas no interior de cada ano de escolaridade, entre grupos de questões, ocorrem mais frequentemente nos 2º e 5º anos, havendo, inversamente, uma maior aproximação das percentagens entre as respostas às várias questões no segmento do 10º ano. Deste modo, verifica-se que os alunos com mais idade registam uma assinalável homogeneidade entre comportamentos de produção e de avaliação metalinguística, ao passo que os informantes mais novos apresentam uma maior discrepância entre os dados dos diferentes tipos de atividade requerida no inquérito. Genericamente, estes últimos mostram preferência pela forma irregular em C, apesar de usarem mais frequentemente a forma regular em A e/ou B.

De facto, os informantes do 2º ano são os que originam mais disparidades entre as respostas às duas ou às quatro questões em que se testou um determinado verbo. Apresentamos, a título de exemplo, as percentagens de uso das formas participiais irregulares de *pagar*, *cobrir*, *gastar*, *matar*, *libertar* e *juntar*<sup>347</sup>, aquelas que registaram as maiores divergências.

- ♦ *pago* – B3: 9.8%; C3: 62% (diferença de 52.2%);
- ♦ *coberto* – A14: 16%; C17: 63.4% (diferença de 47.4%);
- ♦ *gasto* – B5: 22%; C10: 68.8% (diferença de 46.8%);
- ♦ *morto* – B7: 7.3%; C28: 51.2% (diferença de 43.9%);
- ♦ *liberto* – A12: 3.7%; C23: 46.3% (diferença de 42.6%);
- ♦ *junto* – A11: 8.3%; C22: 41% (diferença de 32.7%).

---

<sup>347</sup> Apesar de, no 5º ano, a diferença ser ainda maior, registamos, aqui, a discordância elevada de valores relativos ao 2º ano: *eleito*, B1: 6.1%; C13: 56.5% (diferença de 50.4%).

Também nos resultados do 5º ano se registaram divergências consideráveis entre as questões de produção e as de avaliação da aceitabilidade das formas participiais. Os verbos *entregar*, *eleger*, *prender*, *expulsar*, *aceitar* e *encarregar* sobressaem, com uma diferença de mais de 50% entre os resultados das questões de A ou B e de C. Apresentam-se os valores de uso da forma participial irregular:

- ♦ *entregue* – A1: 16.7%; C25: 75.3% (diferença de 58.6%);
- ♦ *eleito* – B1: 16.5%; C13: 72.9% (diferença de 56.4%);
- ♦ *preso* – B4: 8.1%; C20: 63.9% (diferença de 55.8%);
- ♦ *expulso*– A8: 20.5%; C21: 75.3% (diferença de 54.8%);
- ♦ *aceite* – A13: 25%; C24: 78.8% (diferença de 53.8%);
- ♦ *encarregue* – A6: 5.6%; C19: 58.8% (diferença de 53.2%);
- ♦ *extinto* – B14: 22.2%; C16: 71.8% (diferença de 49.6%);
- ♦ *empregue* – A4: 16.7%; C2: 65.9% (diferença de 49.2%);
- ♦ *impresso* – A2: 10.5%; C18: 56.6% (diferença de 46.1%);
- ♦ *roto* – A7: 2.4%; C6: 45.9% (diferença de 43.5%);

Pelo contrário, para os alunos mais velhos, a produção aproxima-se mais da forma participial que também é preferida na tarefa de avaliação de aceitabilidade. São, por isso, de salientar os casos em que se registam diferenças superiores a 30% entre questões, nos dados do 10º ano; tal situação, encontramos-la apenas nos verbos *imprimir* e *prender*, ao confrontarmos questões dos grupos A ou B e C.

- ♦ *impresso* – A2: 10.4%; C18: 47.2% (diferença de 36.8%);
- ♦ *preso* – B4: 7.8%; C20: 47.2% (diferença de 39.4%);

Estes são, portanto, os verbos que os inquiridos do nível de escolaridade mais elevado avaliam de modo menos consuetâneo com o uso que fazem do participio passado. Uma vez que, neste segmento da amostra, há, para a maior parte dos verbos, um maior equilíbrio entre produção e avaliação das formas participiais, a maior instabilidade verificada com *imprimir* e *prender* denota a possibilidade de, mais tarde, esta variação vir a alterar a situação de prevalência da forma regular, neste grupo de indivíduos.

Mas, há ainda discrepâncias internas ao segmento do 10º ano que importa comentar. Referimo-nos aos dados obtidos com verbos testados quatro vezes – uma vez em A, outra em B e duas vezes em C –, em que se registaram percentagens muito

diferentes nas respostas às duas questões do Grupo C. Tanto no caso de *expulsar*, como no de *matar*, a discriminação positiva/ seleção das correspondentes formas participiais irregulares foi bastante inferior na última questão de C. Para *aceitar*, a diferença foi muito reduzida.

- ♦ *expulso* – C21: 88.7%; C27: 36.5% (diferença de 52.2%);
- ♦ *morto* – C14: 79.2%; C28: 49.1% (diferença de 30.1%);
- ♦ *aceite* – C1: 83%; C24: 73.6% (diferença de 9.4%).

Nos dados do 10º ano, as formas irregulares *expulso* e de *aceite* obtêm, em A e B, pouco mais de 50%, enquanto a forma *morto* registou entre 60 e 70%, em A10 e B7. Em todos os casos, a percentagem obtida na última questão de C é, no entanto, inferior à registada em A e B. Se recordarmos os dados relativos a *expulsar*, *matar* e de *aceitar* analisados no subcapítulo 4.2.3.2, sabemos que, no segmento do 10º ano, no Grupo C, não houve respostas nulas. Assim, havendo o registo de variação em questões de tipo semelhante (ao ponto de se reduzir a avaliação da aceitabilidade da forma irregular em relação à produção, facto muito raro), podemos dizer que houve maior insegurança linguística no uso do participio de *expulsar* e *matar* do que no de outros verbos.

Na verdade, esta diminuição da percentagem de ocorrências da forma participial irregular entre as duas questões do Grupo C em que os verbos eram testados quase se circunscreve a este segmento da amostra. Noutros anos de escolaridade, registámos apenas a existência de uma percentagem mais baixa de uso da forma irregular nos resultados da segunda questão do Grupo C, no 5º ano, novamente para o verbo *expulsar* (*expulso*, C21: 75.3%; C27: 58.8% – diferença de 16.5%)<sup>348</sup>.

Quanto à relação entre o fator *ano de escolaridade* e a produção de ocorrências válidas, verificámos que, regra geral, a percentagem de *ocorrências nulas* diminui com o ano de ensino frequentado.

Outra das conclusões que podemos retirar dos dados acima comentados é a **tendência geral** das crianças do **2º ano** de escolaridade **para a regularização**.

---

<sup>348</sup> Também no 5º ano, o número de ocorrências nulas é igual nas duas questões de C; porém, neste caso, houve uma resposta nula (1.2%), tanto em C21 como em C27.



Efetivamente, neste segmento da amostra, em apenas 9 das 58 questões a moda foi o uso da forma irregular e todas pertencem ao Grupo C (*cobrir, eleger, entregar, expulsar, ganhar, gastar, matar, pagar e salvar*). No Grupo A, esta tendência é ainda mais vincada, já que apenas dois verbos (*empregar e expulsar*) não atingem os 80% de formas regulares. Deste modo, não existem dados que permitam uma confirmação robusta da hipótese que previa que os alunos do 2º ano de escolaridade já usariam a forma participial irregular em variação com a forma regular correspondente. Na verdade, os dados indiciam que os alunos deste segmento ainda não selecionam a forma participial irregular da maioria dos verbos testados nas respostas às perguntas do inquérito e que preferem largamente recorrer ao participio regular. Assim, e ainda que existam indícios de que algumas formas irregulares já são (re)conhecidas pelos alunos mais novos da amostra, a sua relevância é, neste segmento, escassa.

Esta tendência para o uso da forma regular verificada nos dados relativos ao 2º ano de escolaridade esbate-se um pouco no do 5º ano, porém, no Grupo A, ainda são apenas quatro os verbos que não atingem os 80% de formas regulares (*expulsado, aceitado, matado e cobrido*).

Nalguns casos, os resultados dos quatro anos de escolaridade podem agrupar-se em dois ou três blocos. Por um lado, temos o segmento do 2º ano. Ainda que os dados do 5º ano não sejam muito discrepantes relativamente aos do 2º, no 5º ano, a percentagem de formas irregulares tende a ser superior, pelo que os resultados obtidos neste segmento da amostra poderão configurar uma situação distinta da anterior. Por outro lado, os resultados do 2º e do 5º anos divergem do conjunto constituído pelos dados provenientes do 7º ano e do 10º ano, que constituem, então, o terceiro bloco. Aliás, muitas vezes os únicos dados entre os quais não se registam diferenças significativas são precisamente os que se referem aos 7º e 10º anos. Na verdade, os dados do primeiro segmento sugerem que esse ano representa um marco a partir do qual as tendências ficam mais explícitas e os resultados das atividades de produção se aproximam dos dados relativos à avaliação das variantes coexistentes. Se, regra geral, na progressão pelos anos anteriores, uma das formas participiais vai ganhando mais ocorrências, a partir do 7º ano de escolaridade, parece haver um efeito de planalto, evidenciado pela estabilização dos valores.

Assim, ficam confirmadas algumas das **hipóteses** que tínhamos colocado (4.1.1) no que diz respeito ao comportamento dos sujeitos perante a existência de variação no *input*. Corrobora-se que as crianças e jovens em idade escolar já reproduzem a **variação** participial em tempos compostos da voz ativa que se regista em sujeitos adultos e que a distribuição dessa variação não é uniforme ao longo do percurso escolar. Na verdade, ainda que o **segmento de inquiridos do 2º ano** de escolaridade não demonstre usos variantes relevantes, registámos altos níveis de variação na globalidade dos demais dados recolhidos.

Como previmos, **não há um aumento generalizado de ocorrências da forma regular** com o crescente nível de escolarização dos sujeitos da amostra. Caso o participio passado duplo estivesse explicitamente incluído como conteúdo nos programas de Língua Portuguesa, esta previsão seria mais pausível, na medida em que o processo de ensino-aprendizagem poderia reforçar a regra de distribuição sintática dos participios duplos e assim produzir um efeito de automonitorização. Todavia, não sendo esse o caso, a situação de variação entre a forma regular e a forma irregular, no que concerne a um certo grupo de verbos, aumenta, na verdade, nos segmentos do 5º, do 7º e do 10º anos, em comparação com os dados dos informantes do 2º ano.

Pudemos ainda confirmar que, no seu conjunto, os jovens falantes de português apresentam **atitudes favoráveis à variação**, sobretudo no que concerne a um grupo específico de verbos. Como vimos, há mesmo uma tendência generalizada em todos os verbos para que a percentagem de preferência pela forma participial irregular nas questões do Grupo C seja bastante superior em relação ao uso dessa mesma forma nas questões dos grupos A e B.

Consideremos, agora, os **totais obtidos por cada verbo**. No sentido de atribuir igual peso aos valores recolhidos em cada ano de escolaridade<sup>349</sup>, utilizaremos as percentagens relativas aos subtotais de ocorrências das formas participiais em cada um dos quatro anos de escolaridade e dividi-las-emos por quatro, obtendo, então, a

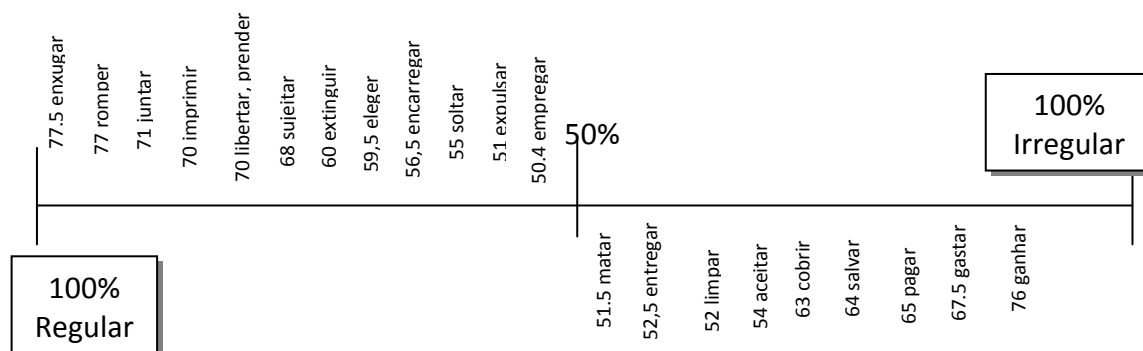
---

<sup>349</sup> Uma vez que, neste subcapítulo, se pretende analisar os dados à luz da variável *ano de escolaridade*, calculamos o total obtido por cada verbo, atribuindo igual peso relativo aos valores dos quatro anos. Noutros momentos, já considerámos os valores absolutos de ocorrências e as respetivas percentagens, com a ressalva de que os segmentos do 5º e do 7º anos contêm mais informantes dos que os restantes. Neste momento, trabalharemos com as médias das percentagens obtidas pelos verbos nos quatro anos de escolaridade.

**percentagem média.** Assim, no diagrama que se segue, podem ser observadas as tendências gerais, que serão desenvolvidas e discutidas em 4.4.

Em cima, do lado esquerdo do diagrama, estão posicionados os treze verbos em relação aos quais se manifestou uma tendência para o uso da forma participial regular, com uma percentagem superior a 50%. Do lado oposto, na secção inferior, encontram-se os restantes nove verbos cujas formas participiais irregulares registaram mais de 50% de ocorrências.

Tendendo fortemente para o uso da forma regular, estão, então, os verbos *romper* e *enxugar*, representando perto de 80% de ocorrências. Seguem-se *juntar*, *imprimir*, *libertar* e *prender*, com mais de 70% de ocorrências das respetivas formas participiais regulares.



**Diagrama 9:** Tendências e percentagens médias de formas participiais registadas nos quatro anos de escolaridade.

Entre os 60 e os 68%, os usos registados de *sujeitar*, *extinguir*, revelam uma tendência menos marcada para a forma participial regular. E, com um altíssimo nível de variação, encontramos nove verbos que apresentam entre 50 e 60% de uso de formas regulares (*eleger*, *encarregar*, *soltar*, *expulsar* e *empregar*) ou de formas irregulares (*matar*, *entregar*, *limpar*, *aceitar*).

Apresentando alguma tendência para o uso da forma irregular (63 a 67.5%), registamos os verbos *salvar*, *cobrir*, *pagar* e *gastar*. *Ganhar* é o único verbo cuja forma irregular exhibe valores perto dos 76%.

#### 4.2.4 Análise da distribuição dos 9 tipos de resposta

Até agora, analisámos os resultados relativos aos usos participiais, contemplando (1) o uso da forma regular e (2) o da forma irregular. Para isso, unimos os dados de três subcategorias, *a*, *b* e *c*, tanto para a forma regular como para a irregular. Recordemos que, no total, tínhamos nove subcategorias de resposta<sup>350</sup>, dispostas do seguinte modo:

1a: forma participial regular

1b: forma participial regular não atestada

1c: forma participial regular com hesitações no registo

2a: forma participial irregular

2b: forma participial irregular não atestada

2c: forma participial irregular com hesitações no registo

3a: respostas inválidas

3a': forma participial regular e forma participial irregular

3b: sem resposta

A contabilização do subtotal de formas participiais regulares foi feita no seu conjunto, unindo as subcategorias 1a, 1b e 1c. O mesmo aconteceu relativamente às subcategorias 2a, b e c. Agora, procederemos à análise das formas regulares e irregulares não atestadas (1b e 2b), assim como contabilizaremos e identificaremos os verbos que mais hesitação suscitaram na escolha das formas participiais (1c e 2c). Para além disso, comentaremos igualmente os diferentes casos de *ocorrências nulas*, confrontando os resultados obtidos para os quatro anos de escolaridade investigados.

---

<sup>350</sup> Os Anexos 14a, 14b e 14c contêm os dados obtidos em cada uma das categorias, sendo que os valores da subcategoria 3a' surgem integrados na categoria 3a, uma vez que, como já explicámos, a seleção de ambas as formas participiais constitui resposta inválida. O Anexo 14a contém os resultados, questão a questão, por ano de escolaridade; no Anexo 14b, registam-se os dados totais, por questão; as informações relativas a cada ano e os totais foram, depois, convertidos em tabelas, integradas no Anexo 14c.

#### 4.2.4.1 Análise das ocorrências nulas: distribuição pelos anos de escolaridade

Em 4.2.3.2 já observámos que, nos totais, os verbos com valores mais reduzidos de *ocorrências nulas* foram *aceitar* (C1), *empregar* (C2), *entregar* (C5), *prender* (C9) *limpar* (C4) e *romper* (C6). Note-se que todos estes casos dizem respeito ao Grupo C.

Inversamente, identificamos, em todos os anos de escolaridade, o Grupo A como aquele em que há **mais ocorrências nulas**. De facto, no 2º ano, em quase todas as questões de A houve mais de 50% de *ocorrências nulas*. As exceções foram *entregar* (37%), *enxugar* (48.1%) e *imprimir* (46.3%). No Grupo A, também no 5º ano o nível de *ocorrências nulas* de todos os verbos ronda os 50%. *Sujeitar* e *empregar* apresentam, até, mais de 70%. Só os verbos *aceitar* (48.8%), *cobrir* (47.7%), *matar* (41.9%) e *prender* (47.7%) não ultrapassam os 50%. Assim sendo, os verbos testados nas questões do Grupo A (14 em 22) revelaram uma maior propensão para surgir no topo da lista das *ocorrências nulas*. Neste grupo, os verbos *empregar* e *sujeitar* surgem como os que apresentam um menor número de ocorrências válidas. Em B, são os verbos *extinguir*, *prender* e *aceitar* e, em C, é *empregar* que regista mais *ocorrências nulas*. Quanto aos verbos que obtiveram valores mais baixos de *ocorrências nulas*, em cada grupo de questões, registamos *matar*, em A, *gastar* em B e, em C, *aceitar* e *pagar*.

Efetivamente, o tipo de questão condiciona os resultados, pois, por exemplo, no caso de *empregar*, no subconjunto de dados do 2º ano, as percentagens de *ocorrências nulas* atingem valores completamente diversos quando confrontamos as questões dos Grupo A, B e C: se em A4 se registaram 68.5% de *ocorrências nulas* e em B10 esse valor desce para 48.1%, em C2, 90.7% dos informantes responderam validamente. Na verdade, um dos aspetos a considerar é o facto de, nas questões do Grupo C, os inquiridos terem apenas de escolher uma das formas apresentadas. Ainda assim, é de notar que também no Grupo B já se evidencia uma diminuição das *ocorrências nulas*.

Já vimos, também, que a percentagem de *ocorrências nulas* desce à medida que analisamos os *subcorpora* dos anos de escolaridade mais elevados. Precisamente no sentido de continuar essa análise das *ocorrências nulas*, organizámos, de forma

crecente, na tabela que se segue, e por cada ano de escolaridade, os verbos, atendendo à percentagem de *ocorrências nulas*. Esta percentagem foi calculada a partir do total das ocorrências nas duas ou nas quatro questões em que cada verbo foi testado. Na última coluna, registam-se as percentagens determinadas para o total de ocorrências.

2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais	
Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%
Extinguir	44,4%	Imprimir	29,7%	Enxugar	13,6%	Enxugar	11,3%	Juntar	20,4%
Encarregar	42,6%	Encarregar	29,7%	Juntar	9,6%	Juntar	8,5%	Encarregar	20,4%
Juntar	41,7%	Juntar	28,5%	Encarregar	9,2%	Encarregar	6,6%	Enxugar	19,7%
Empregar	39,8%	Romper	26,7%	Empregar	9%	Empregar	5,7%	Imprimir	18,2%
Cobrir	38,9%	Enxugar	26,2%	Libertar	7,9%	Romper	5,7%	Empregar	17,4%
Libertar	37%	Libertar	25,6%	Cobrir	7,5%	Imprimir	4,7%	Libertar	17,3%
Imprimir	36,1%	Cobrir	24,4%	Imprimir	7,5%	Sujeitar	4,2%	Romper	16,9%
Expulsar	35,6%	Empregar	21,8%	Romper	7,5%	Expulsar	3,8%	Cobrir	16,8%
Aceitar	34,3%	Sujeitar	20,6%	Aceitar	6,8%	Libertar	3,8%	Sujeitar	14,8%
Sujeitar	33,8%	Prender	20,1%	Extinguir	6,6%	Matar	2,8%	Prender	14,3%
Prender	32,9%	Aceitar	18,2%	Prender	6,4%	Prender	2,8%	Extinguir	14,2%
Romper	32,4%	Expulsar	14,8%	Sujeitar	6,4%	Cobrir	1,9%	Aceitar	13,9%
Enxugar	30,6%	Entregar	14,5%	Expulsar	5,3%	Ganhar	1,9%	Expulsar	13%
Matar	28,6%	Extinguir	14%	Entregar	4,8%	Aceitar	1,4%	Matar	10,7%
Eleger	26,9%	Matar	12,5%	Matar	4,8%	Entregar	1,4%	Entregar	10,5%
Entregar	25%	Ganhar	5,2%	Ganhar	3,1%	Eleger	0%	Ganhar	7%
Soltar	24,1%	Pagar	4,1%	Eleger	1,8%	Extinguir	0%	Eleger	6,7%
Ganhar	23,1%	Eleger	4,7%	Salvar	1,8%	Gastar	0%	Soltar	5,7%
Limpar	21,3%	Salvar	3,5%	Soltar	1,8%	Limpar	0%	Salvar	5,4%
Salvar	21,3%	Soltar	2,9%	Limpar	1,3%	Pagar	0%	Limpar	4,9%
Gastar	17,6%	Gastar	2,3%	Pagar	0,9%	Salvar	0%	Pagar	4,2%
Pagar	15,7%	Limpar	2,3%	Gastar	0,4%	Soltar	0%	Gastar	3,9%

Tabela 69: Ordenação decrescente dos verbos pelo nível de ocorrências nulas

Comparando a ordem de verbos que geraram *ocorrências nulas*, verificamos que não há muitas discrepâncias entre os vários anos de escolaridade. Na verdade, muitos dos verbos situam-se no mesmo lugar ordinal. Tomemos apenas o exemplo de *encarregar*, o segundo verbo com mais *ocorrências nulas* tanto no 2º, como no 5º ano e que, no 7º e no 10º anos, registou o terceiro lugar. Pese embora esta semelhança na ordem dos verbos averiguada nos quatro anos escolares, as percentagens são substancialmente diferentes, diminuindo à medida que se progride no nível de

escolaridade. Se nos dados provenientes dos inquiridos do 2º ano as percentagens de *ocorrências nulas* variam entre os 44.4% e os 15.7%, nos do 5º ano o valor máximo desce para os 29.7% e o mínimo para os 2.3%. No *subcorpus* relativo ao 7º ano, as *ocorrências nulas* correspondem apenas a 13.6% dos casos (e a 0.4%, no mínimo). As percentagens relativas aos dados do 10º ano são semelhantes, variando entre os 11.3% e os 0%. Nos dados do 10º ano, há mesmo sete verbos que originaram sempre respostas válidas – *eleger*, *extinguir*, *gastar*, *limpar*, *pagar*, *salvar* e *soltar*.

Para além de *encarregar*, outros verbos ocuparam lugares semelhantes nos 4 anos de escolaridade. *Juntar*, cuja percentagem total de *ocorrências nulas* foi de 20.4%, exatamente como *encarregar*, ficou em 3º lugar no 2º e no 5º anos e em 2º no 7º e no 10º anos.

No caso de outros verbos, os valores e lugares ocupados foram relativamente semelhantes entre alguns anos escolares e bastante diversos noutros. Por exemplo, *enxugar*, que foi o 13º verbo a suscitar *ocorrências nulas* no 2º ano, ocupou nos outros anos a 5ª e a 1ª posições, sendo, pois, no total, o 3º verbo que mais *ocorrências nulas* causou (19.7%).

A *enxugar*, seguiram-se, na lista dos totais, os verbos *imprimir* (18.2%), *empregar* (17.4%), *libertar* (17.3%), *romper* (16.9%) e *cobrir* (16.8%).

Ainda a propósito dos verbos cujos valores de *ocorrências nulas* são muito discrepantes consoante o ano de escolaridade, saliente-se o caso de *extinguir*, o verbo que originou a percentagem mais alta de *ocorrências nulas*. Os 44.4% obtidos no 2º ano contrastam com os 14% do 5º ano (14ª posição), os 6.6% no 7º ano (10º lugar) e os 0% no 10º ano (16ª posição). Em média, ocupa o 11º lugar.

Entre os verbos que geraram menor percentagem de *ocorrências nulas* encontramos, por ordem decrescente, os verbos *matar* (10.7%), *entregar* (10.5%), *ganhar* (7%), *eleger* (6.7%), *soltar* (5.7%), *salvar* (5.4%), *limpar* (4.9%), *pagar* (4.2%) e, por fim, *gastar* (3.9%).

Recordemos que o Grupo A foi, sem dúvida, aquele em que registámos mais casos de *ocorrências nulas*, sobretudo se tivermos em conta a relação com o número

de ocorrências válidas<sup>351</sup>. No Grupo A, registaram-se 2869 (67%) ocorrências válidas e 1429 (33%) *ocorrências nulas*. Em B, registaram-se 4123 (90%) ocorrências válidas e 482 *ocorrências nulas* (10%). Já no Grupo C, apesar de o número de ocorrências válidas, 8538 (96%), ser bastante superior ao do Grupo A, o número de *ocorrências nulas* não atinge mais do que 4% (365). No total, 15530 ocorrências válidas (87%) e 2276 *ocorrências nulas*, isto é, 13% do total de ocorrências possíveis (17806). Assim, as *ocorrências nulas* distribuem-se da seguinte forma: 62.8% em A, 21.2% em B e 16% em C.

Ocorrências	2º		5º		7º		10º		Total		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
A	Válidas	348	46%	553	46%	1311	82%	657	89%	2869	67%
	Nulas	408	54%	651	54%	285	18%	85	11%	1429	33%
B	Válidas	523	65%	1169	91%	1642	96%	789	99%	4123	90%
	Nulas	287	35%	121	9%	68	4%	6	1%	482	10%
C	Válidas	1275	81%	2450	98%	3279	99%	1534	100%	8538	96%
	Nulas	291	19%	44	2%	27	1%	3	0%	365	4%
Total	Válidas	2146	69%	4172	84%	6232	94%	2980	97%	15530	87%
	Nulas	986	31%	816	16%	380	6%	94	3%	2276	13%

Tabela 70: Número e percentagem de *ocorrências nulas* por ano de escolaridade e por grupo de questões.

Considerando genericamente os resultados obtidos em cada ano de escolaridade nos três grupos de questões, confirmamos que o nível de *ocorrências nulas* é consideravelmente mais alto no segmento do 2º ano, atingindo, em A, os 54%. Na verdade, neste grupo de questões, os dados relativos ao 5º ano são igualmente elevados, porém, em B e em C, as percentagens de *ocorrências nulas* são já bastante distintas nestes dois anos de escolaridade: em B, no 2º ano, houve 35% de *ocorrências nulas*, enquanto no 5º ano a percentagem é muito inferior (9%), aproximando-se dos valores registados no 7º (4%) e no 10º anos (1%); em C, os casos de *ocorrências nulas* atingem apenas os 2%, no 5º ano, sendo de 1% no 7º ano e praticamente inexistentes no 10º ano, ao passo que, no 2º ano, continua a haver uma percentagem de 19%.

Em média, nos três grupos de questões, o nível de *ocorrências nulas* é de 31% no 2º ano, descendo para metade (16%) quando analisamos os dados do 5º ano. No 7º e no 10º ano, as percentagens são de apenas 6% e de 3%, respetivamente.

<sup>351</sup> Vide a Tabela 70 e, também, para uma análise mais pormenorizada, o Anexo 15 (distribuição de ocorrências válidas e de *ocorrências nulas* por anos de escolaridade).



Como referimos, as ocorrências nulas incluem respostas inválidas (3a) e casos em que os inquiridos não responderam (3b). Analisemos, agora, separadamente, estas duas subcategorias, através da observação das Tabelas 71 e 72.

2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais	
Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%
Encarregar	27%	Encarregar	29%	Enxugar	14%	Enxugar	10%	Enxugar	18%
Juntar	22%	Imprimir	28%	Juntar	10%	Juntar	8%	Encarregar	17%
Aceitar	20%	Juntar	27%	Encarregar	9%	Encarregar	7%	Juntar	16%
Enxugar	20%	Romper	26%	Aceitar	7%	Romper	6%	Imprimir	15%
Imprimir	20%	Enxugar	26%	Cobrir	7%	Empregar	5%	Libertar	14%
Romper	20%	Libertar	25%	Empregar	7%	Imprimir	5%	Romper	14%
Cobrir	19%	Cobrir	24%	Imprimir	7%	Libertar	4%	Cobrir	13%
Libertar	19%	Prender	19%	Libertar	7%	Sujeitar	4%	Aceitar	11%
Prender	19%	Sujeitar	19%	Romper	7%	Expulsar	3%	Empregar	11%
Expulsar	16%	Empregar	18%	Prender	6%	Matar	3%	Prender	11%
Sujeitar	16%	Aceitar	17%	Sujeitar	6%	Prender	3%	Sujeitar	11%
Empregar	14%	Expulsar	14%	Entregar	5%	Cobrir	2%	Expulsar	9%
Matar	12%	Entregar	13%	Expulsar	5%	Ganhar	1%	Entregar	8%
Entregar	11%	Matar	12%	Extinguir	5%	Aceitar	1%	Matar	7%
Extinguir	10%	Extinguir	10%	Matar	4%	Entregar	1%	Extinguir	6%
Eleger	8%	Eleger	4%	Eleger	2%	Eleger	0%	Ganhar	3%
Ganhar	8%	Ganhar	4%	Ganhar	2%	Extinguir	0%	Eleger	3%
Limpar	8%	Pagar	3%	Limpar	1%	Gastar	0%	Gastar	2%
Soltar	7%	Salvar	3%	Pagar	1%	Limpar	0%	Limpar	2%
Salvar	6%	Gastar	2%	Salvar	1%	Pagar	0%	Salvar	2%
Gastar	6%	Limpar	2%	Soltar	1%	Salvar	0%	Soltar	2%
Pagar	6%	Soltar	2%	Gastar	0%	Soltar	0%	Pagar	2%
<b>Total</b>	<b>15%</b>		<b>15%</b>		<b>5%</b>		<b>3%</b>		<b>9%</b>

Tabela 71: Ordenação dos verbos pelo nível de respostas inválidas

Examinando a Tabela 71, fica patente o contraste entre as percentagens do 2º e 5º ano em relação às do 7º e 10º anos. As dos dois primeiros anos de escolaridade situam-se entre os 2 e os 29%, ao passo que as dos dois anos mais elevados são consideravelmente mais reduzidas, entre 0 e 14%.

Quanto aos verbos com resultados mais díspares nos diferentes anos de escolaridade, *aceitar* é, para alguns informantes, dos que gera mais respostas inválidas e, para outros, dos que fica a meio da tabela, ao ocupar as 3ª, 11ª, 4ª e 14ª posições, respetivamente, consoante o ano de escolaridade.

O verbo *cobrir* também ocupa lugares relativamente diferentes nos quatro anos de escolaridade (7º, 7º, 5º, 12º), havendo uma posição mais baixa no *ranking* de respostas inválidas no 10º ano. Pelo contrário, o verbo *empregar* ocupa posições mais altas no 7º e no 10º anos – 12ª, 10ª, 6ª e 5ª posições, nos 2º, 5º, 7º e 10º anos respetivamente), o que significa que, em comparação com os restantes verbos, *empregar* é dos que gera mais respostas inválidas nesses dois anos.

As maiores percentagens de ocorrências **inválidas** ocorreram nas respostas às questões do Grupo A, já que os alunos não tinham de usar apenas o participio passado, mas tinham de preencher o espaço em branco com a forma composta do Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo. Apesar de os exemplos dados terem a forma composta, alguns alunos não seguiram o modelo requerido e optaram por empregar uma forma simples, revelando, assim, uma eventual tentativa de evasão ao uso da forma composta ou, mais especificamente, do participio passado. Os verbos que geraram mais respostas inválidas foram, então, *enxugar*, *encarregar* e *juntar*.

Efetivamente, as respostas consideradas inválidas correspondem, na maior parte dos casos, à escolha de um tempo verbal simples, no Grupo A. Contudo, em A e em B, houve também casos de ocorrências que estabelecemos como inválidas pelo facto de os informantes terem usado outro verbo (sinónimo ou não), que não o indicado entre parêntesis na questão em causa – atente-se nos exemplos 1, 2 e 3 –<sup>352</sup>, ou pelo facto de os inquiridos usarem outras estruturas, nomeadamente perifrásticas (4) ou, ainda, predicativas (5 e 6).

- (1) «Em 1990, o povo já tinha alegrado (eleger) este Presidente há dois anos»  
(282\_B1)
- (2) «Antigamente, a Ana soltava sempre o cabelo quando saía, mas nos últimos tempos, não o tem feito (soltar) porque acha que o cabelo amarrado lhe dá um ar mais adulto» (8\_B12)
- (3) «Ultimamente, os bombeiros têm apagado (extinguir) seis fogos por dia, em média» (81\_B14)

---

<sup>352</sup> Uma das respostas a B1 (*eleger*) foi «elugiado». Devido à semelhança com a forma *elogiado*, de *elogiar*, considerámos esta resposta inválida. De qualquer modo, foi certamente o desconhecimento lexical que originou esta resposta.

- (4) «O assassino tinha de matar (matar) o Sr. Ramos na noite anterior» (29\_B7)  
 (5) «Os teus pais já tinham paga (pagar) a conta» (211\_B3)  
 (6) «Quando ela reparou (reparar), já tinha rota (romper) a camisola» (141\_A7)

Claramente, o desconhecimento dos verbos testados esteve na origem de respostas como 1, acima transcrita. Nesse caso, tratava-se do verbo *eleger*, mas houve outros verbos afetados (*suspeitado* e *sugerido* por forma de *sujeitar* em B15 e em A3; *perdido* por forma de *prender* em A5; *enxaguado* por forma de *enxugar* em A9 – caso frequente, com cerca de 12 ocorrências). A ocorrência como 2 e 3, subjaz um intuito de fuga ao uso da forma participial dos verbos em causa, de modo semelhante ao que apontámos aquando do uso de formas verbais simples na parte A do inquérito.

O recurso a uma estrutura perifrástica como a registada em 4 não foi muito frequente, porém representa mais um tipo de resposta que permite evitar o uso do participípio passado.

Relativamente às estruturas predicativas (5 e 6), também as considerámos inválidas, uma vez que, como já explicámos em 1.2, não temos o intuito de investigar, neste momento, usos adjetivais do participípio passado. Esta foi, pois, mais uma das formas de os inquiridos evitarem o uso verbal do participípio de verbos abundantes.

Quanto às questões do Grupo C, estas geraram apenas **11** ocorrências que considerámos inválidas por não seguirem as instruções dadas, mas que, na verdade, são muito relevantes para a nossa investigação. Referimo-nos aos casos em que os inquiridos não selecionaram uma mas **ambas** as formas participiais<sup>353</sup>. Estes alunos, do **5º** e do **7º** anos, consideraram, portanto, que tanto a forma regular como a forma irregular dos dez verbos apresentados nessas questões “soam bem”<sup>354</sup>. No 5º ano<sup>355</sup>, o verbo foi *enxugar*; no 7º ano, o verbo *aceitar* obteve duas ocorrências de ambas as formas participiais e os verbos *cobrir*, *eleger*, *entregar*, *enxugar*, *expulsar*, *ganhar*, *imprimir* e *matar* também foram alvo deste tipo de seleção uma vez.

<sup>353</sup> Embora as tenhamos distinguido numa subcategoria à parte, 3a’, a verdade é que constituem ocorrências inválidas, razão pela qual surgem inseridas na Tabela 71. No Anexo 14b, é possível identificar as questões e os verbos que suscitaram este tipo de resposta.

<sup>354</sup> Recorde-se a formulação do grupo C: «**Escolhe**, em cada par de frases, a que te soa melhor, **colocando** uma **crux** no quadrado respectivo» – vide Anexo 8.

<sup>355</sup> Este fenómeno ocorreu apenas uma vez no grupo B, no segmento do 5º ano, precisamente. Um aluno redigiu ambas as formas participiais de *salvar* como resposta a B11.

Questão	Verbo	Ano de escolaridade	Nº de ocorrências
B11	Salvar	5º	1
C7	Enxugar	5º e 7º	2
C5	Entregar	7º	1
C12	Ganhar	7º	1
C13	Eleger	7º	1
C17	Cobrir	7º	1
C18	Imprimir	7º	1
C21	Expulsar	7º	1
C24	Aceitar	7º	2
C28	Matar	7º	1

Tabela 72: Ocorrências simultâneas de ambas as formas participiais

No 5º e/ ou no 7º anos, um dos alunos explicitou a situação de variação que, efetivamente, registámos na nossa pesquisa. No caso de *aceitar*, foram dois os alunos do 7º ano a apreciar de modo equivalente ambas as formas participiais e é bastante relevante que isso tenha acontecido nesse ano de escolaridade, já que, como dissemos, surge como aquele em que os resultados tendem a estabilizar, passando a haver uma seleção mais firme e definida de uma das formas participiais.

Dos dez verbos afetados por esta avaliação equivalente de ambas as formas participiais, cinco pertencem ao grupo de verbos que apresentaram uma propensão crescente para o uso da forma participial irregular: *aceitar*, *entregar*, *ganhar*, *matar* e *salvar*. Recorde-se também que, apesar de três alunos inquiridos avaliarem igualmente as formas regulares e irregulares de *enxugar* e de *imprimir*, o uso que registámos revelou a tendência para a forma regular. Já *eleger* e *expulsar* são dois dos verbos que apresentaram altos níveis de variação, facto que fica confirmado com este fenómeno de dupla seleção em C. E, mais uma vez, as formas *cobrido* e *coberto* surgem como igualmente possíveis. Mesmo no 7º ano, a forma regular ainda persiste como aceitável, apesar de, ao contrário da maioria dos verbos, neste caso, ser a forma irregular considerada a única existente pela maioria dos gramáticos.

Os casos de não resposta patentes na Tabela 73 surgem sobretudo no 2º ano de escolaridade, com percentagens entre os 34% (verbo *extinguir*) e os 10% (verbos *enxugar* e *pagar*).

Diversamente, a percentagem máxima verificada nos restantes anos não atinge a percentagem mínima observada no 2º ano. De facto, mesmo nos dados relativos aos alunos do 5º ano, a maior parte dos verbos apresenta apenas 1% de casos de não

resposta. Só os verbos *sujeitar*, *imprimir*, *empregar* e *extinguir* registam uma percentagem um pouco maior, entre 2 e 4%. No *subcorpus* do 7º ano, são só cinco os verbos que, em 1 ou 2% dos casos, não geraram resposta. Trata-se dos verbos *salvar*, *soltar*, *ganhar*, *extinguir* e *empregar*. Também no 10º ano, há poucos verbos a que os alunos evitaram dar resposta; apenas *enxugar*, *juntar* e *ganhar* tiveram 1% de casos de não resposta.

2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais	
Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%	Verbo	%
Extinguir	34%	Extinguir	4%	Empregar	2%	Enxugar	1%	Extinguir	8%
Empregar	26%	Empregar	3%	Extinguir	2%	Juntar	1%	Empregar	7%
Expulsar	20%	Imprimir	2%	Ganhar	1%	Ganhar	1%	Encarregar	3%
Cobrir	19%	Sujeitar	2%	Salvar	1%	Aceitar	0%	Imprimir	3%
Eleger	19%	Enxugar	1%	Soltar	1%	Cobrir	0%	Cobrir	4%
Juntar	19%	Libertar	1%	Aceitar	0%	Eleger	0%	Expulsar	4%
Libertar	18%	Encarregar	1%	Cobrir	0%	Empregar	0%	Ganhar	4%
Sujeitar	18%	Romper	1%	Eleger	0%	Encarregar	0%	Juntar	4%
Soltar	17%	Limpar	1%	Encarregar	0%	Entregar	0%	Soltar	4%
Encarregar	16%	Prender	1%	Entregar	0%	Expulsar	0%	Sujeitar	4%
Imprimir	16%	Aceitar	1%	Enxugar	0%	Extinguir	0%	Aceitar	3%
Matar	16%	Expulsar	1%	Expulsar	0%	Gastar	0%	Eleger	3%
Salvar	16%	Entregar	1%	Gastar	0%	Imprimir	0%	Entregar	3%
Ganhar	15%	Juntar	1%	Imprimir	0%	Libertar	0%	Libertar	3%
Aceitar	14%	Matar	1%	Juntar	0%	Limpar	0%	Matar	3%
Entregar	14%	Ganhar	1%	Libertar	0%	Matar	0%	Prender	3%
Prender	14%	Pagar	1%	Limpar	0%	Pagar	0%	Romper	3%
Limpar	13%	Eleger	1%	Matar	0%	Prender	0%	Salvar	3%
Romper	12%	Salvar	1%	Pagar	0%	Salvar	0%	Enxugar	2%
Gastar	12%	Soltar	1%	Prender	0%	Soltar	0%	Gastar	2%
Enxugar	10%	Gastar	1%	Romper	0%	Romper	0%	Limpar	2%
Pagar	10%	Cobrir	0%	Sujeitar	0%	Sujeitar	0%	Pagar	2%
<b>Total</b>	<b>17%</b>		<b>1%</b>		<b>1%</b>		<b>0%</b>		<b>4%</b>

Tabela 73: Ordenação dos verbos pelo nível de *Não resposta*

Portanto, se, no que concerne às respostas inválidas, tanto os alunos do 2º ano quanto os do 5º ano sobressaíram como os que mais ocorrências geraram, foi o *subcorpus* do 2º ano aquele que registou o número mais considerável de casos de não resposta.

## 4.2.4.2 Análise das formas pseudoparticipiais

Na sua totalidade, as formas pseudoparticipiais não atestadas representam uma percentagem apenas residual de ocorrências, não sendo superior a 2% quando analisamos os resultados de cada verbo. Já quando comparamos formas regulares e irregulares não atestadas, constatamos que o número das segundas (73 ocorrências) foi superior em relação ao das primeiras (19 ocorrências).

Verbo	2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais		Formas pseudoparticipiais Regulares
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Aceitar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Cobrir	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>Eleger</b>	<b>8</b>	<b>10%</b>	<b>3</b>	<b>2%</b>	<b>2</b>	<b>1%</b>	0	0%	<b>13</b>	<b>2%</b>	<i>Elertado, elegrado, elegedo, elegado, elegeado</i>
Empregar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Encarregar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>Entregar</b>	<b>1</b>	<b>1%</b>	0	0%	0	0%	0	0%	<b>1</b>	<b>0%</b>	<i>Engado</i>
Enxugar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>Expulsar</b>	0	0%	0	0%	<b>1</b>	<b>1%</b>	0	0%	<b>1</b>	<b>0%</b>	<i>Expuldido</i>
Extinguir	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Ganhar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Gastar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Imprimir	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Juntar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Libertar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Limpar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>Matar</b>	0	0%	0	0%	<b>1</b>	0%	0	0%	<b>1</b>	<b>0%</b>	<i>Mortado</i>
Pagar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>Prender</b>	0	0%	0	0%	<b>1</b>	0%	0	0%	<b>1</b>	<b>0%</b>	<i>Prendito</i>
<b>Romper</b>	<b>1</b>	<b>1%</b>	0	0%	0	0%	0	0%	<b>1</b>	<b>0%</b>	<i>Rompedo</i>
Salvar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>Soltar</b>	<b>1</b>	<b>1%</b>	0	0%	0	0%	0	0%	<b>1</b>	<b>0%</b>	<i>Sostado</i>
Sujeitar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>1%</b>	<b>3</b>	<b>0%</b>	<b>4</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>19</b>	<b>0%</b>	---

Tabela 74: Número de ocorrências e percentagem válida de formas pseudoparticipiais regulares por verbo e por ano de escolaridade

Observando a Tabela 74, verificamos que apenas os verbos *eleger*, *entregar*, *expulsar*, *matar*, *prender*, *romper* e *soltar* originaram formas pseudoparticipiais regulares, o que significa que, na maioria dos casos, a competência da produção de formas participiais regulares já foi adquirida, mesmo por altura da frequência do 2º ano de escolaridade. Ainda assim, neste ano surgiram as formas não atestadas de

*entregar, romper e soltar*. No caso de «rompedo» (por *rompido*), houve a manutenção da vogal temática do Infinitivo, não tendo sido criado o tema verbal do passado, com *-i-*. A forma «engado» (por *entregado*) decorre da supressão de uma das sílabas interiores. Em «sostado» (por *soltado*), há igualmente uma deformação do radical, com a troca da consoante interna.

Já no caso do verbo *eleger*, registaram-se formas regulares não atestadas não apenas no 2º ano (8 ocorrências), como também no 5º (3 ocorrências) e no 7º (2 ocorrências). Algumas das formas resultantes de uma deformação do radical podem revelar o desconhecimento do verbo propriamente dito (*elertado, elegrado*); outras apresentam alterações relacionadas com a seleção da vogal temática (*elegedo* ou *elegeado*). A forma *expuldido*, criada por uma inquirido do 7º ano, decorre igualmente de uma deformação do radical e da vogal temática.

Quanto a *matar*, a criação de forma pseudo-participial regular surgiu num informante do 7º ano. É bastante peculiar a forma *mortado* que parece ter sido criada a partir da base da forma participial irregular *mort-*, ao qual foram acrescentados a vogal temática da primeira conjugação – a que, de facto, pertence *matar* – a par do sufixo participial regular.

Também a forma pseudo-participial *prendito* (de *prender*) foi criada por um informante do 7º ano. Esta forma foi especialmente difícil de categorizar, na medida em que se assemelha à forma latina de participio passado (regular) – sem o processo de sonorização da oclusiva ([t]>[d]) – e, ao mesmo tempo, apresenta semelhanças com formas participiais irregulares como *feito*. De qualquer modo, e uma vez que mantém intacto o radical e que exhibe o tema verbal do passado dos verbos da 2ª conjugação, resolvemos colocá-la entre as formas pseudoparticipiais regulares.

Relativamente às **73 formas pseudoparticipiais irregulares** – vide Tabela 75 –, os verbos com número mais elevado de ocorrências foram *empregar* (19 ocorrências), *matar* (12 ocorrências), *entregar* (10 ocorrências) e *sujeitar* (9 ocorrências). Apenas cinco verbos não suscitaram nenhuma forma irregular não atestada: *aceitar*<sup>356</sup>, *gastar*,

<sup>356</sup> Recorde-se que, para o verbo *aceitar*, as formas irregulares *aceite* e *aceito* foram ambas consideradas formas irregulares atestadas. Embora a forma *aceito* seja reconhecida como mais frequente no Brasil, os nossos informantes usaram-na 4 vezes em A13 e 13 vezes em B2.

*juntar, salvar e soltar*. De facto, como era de prever, o número de formas participiais irregulares não atestadas é superior ao de formas regulares não atestadas, uma vez que, por natureza, a regularidade é de mais fácil e rápida aquisição.

*Cobrir, eleger, encarregar, expulsar, ganhar, imprimir, juntar, limpar, pagar, prender e romper* geraram uma/duas forma(s) irregular(es) não atestadas, mas que corresponde(m) a 0%.

Verbo	2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais		Formas pseudoparticipiais Irregulares
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Aceitar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	(Aceito)
Cobrir	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	1	0%	Corto
Eleger	0	0%	1	1%	0	0%	1	1%	2	0%	Elego, eleite
Empregar	7	5%	5	2%	7	2%	0	0%	19	2%	Emprega, emprego
Encarregar	1	2%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%	Encarrega
Entregar	1	1%	5	2%	4	1%	0	0%	10	1%	Entrego
Enxugar	0	0%	2	2%	1	1%	1	1%	4	1%	Enxugue, enxogue, enxugo, enxuga
Expulsar	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%	Expulse
Extinguir	0	0%	4	3%	2	1%	0	0%	6	1%	Extingo, extinguo
Ganhar	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%	Ganhe
Gastar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Imprimir	0	0%	0	0%	2	1%	0	0%	2	0%	Imprimo, impresse
Juntar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Libertar	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	1	0%	Liberte
Limpar	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%	Limpe
Matar	4	3%	6	2%	2	0%	0	0%	12	1%	Mato
Pagar	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%	Pagou
Prender	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%	Prendo
Romper	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%	Rompo
Salvar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Soltar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	---
Sujeitar	0	0%	1	0%	4	1%	4	2%	9	1%	Sujeite, sujeitou
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>1%</b>	<b>25</b>	<b>1%</b>	<b>26</b>	<b>0%</b>	<b>7</b>	<b>0%</b>	<b>73</b>	<b>0%</b>	---

Tabela 75: Número de ocorrências e percentagem válida de **formas pseudoparticipiais irregulares** por verbo e por ano de escolaridade.

Um inquirido que frequentava o 5º ano respondeu à questão B3 com uma forma equivalente à de Pretérito Perfeito, «pagou», porém, é plausível pensar que o aluno pretendia construir a forma irregular do participio passado: «Os teus pais já tinham pagou (pagar) a conta». O mesmo aconteceu com o verbo *sujeitar*, igualmente com um informante do 5º ano, da mesma escola, mas de outra turma. A frase resultante é a seguinte: «Ultimamente, o Sr. Santos tem sujeitou (sujeitar) o seu



funcionário a situações muito humilhantes» (B15). Julgamos que estes inquiridos terão grafado o sufixo *-o* como ditongo *-ou*, refletindo a pronúncia monotongada da sequência <ou> na norma padrão e nos dialetos centro-meridionais.

Fenómeno	Forma pseudo-participial regular
Incorreta seleção/ representação da vogal temática (Tema do Infinitivo)	<i>elegado, elegeado</i>
Deformação do radical e alteração da vogal temática	<i>elegedo, rompedo</i> <i>elertado, elegrado</i> (por <i>elegido</i> ) <i>expuldido</i> (por <i>expulsado</i> )
Deformação do radical (Supressão de uma das sílabas interiores)	<i>sostado</i> (por <i>soltado</i> ) <i>engado</i> (por <i>entregado</i> )
Base da forma participial irregular <i>mort-</i> + vogal temática da 1ª conjugação + sufixo regular participípio passado	<i>mortado</i> (por <i>matado</i> )
Radical verbal + <i>ito</i>	<i>prendito</i>

Fenómeno	Forma pseudo-participial irregular
Confusão ortográfica	<i>pagou, sujeitou</i>
Radical regular + constituinte <i>-o/a/e</i> (ou <i>-e</i> ) (por vezes, origina formas equivalentes à 1ª ou 3ª pessoa do Presente do Indicativo; outras vezes, à 1ª ou 3ª pessoa Presente Conjuntivo)	<i>elego, entrego, enxugo, enxuga, enxugue, extingo, extinguo, imprimo, mato, prendo, rompo,</i> <i>emprego, emprega, encarrega</i>
Cf. participípios truncados	<i>sujeite, expulse, ganhe, liberte, limpe</i>
Radical alomórfico + constituinte <i>-e</i>	<i>eleite, impresse</i>
Deformação da base + constituinte <i>-e</i>	<i>enxogue</i>

Tabela 76: Tipologia de formas PSEUDOPARTICIPIAIS

Nos casos de *elego, entrego, enxugo, enxuga, enxugue, extingo, extinguo, imprimo, mato, prendo, rompo, emprego, emprega, encarrega, sujeite, expulse, ganhe, liberte, limpe*, o constituinte *-o, -a* ou *-e* foi acrescentado ao radical regular – vide Tabela 76. Por vezes, este processo originou formas pseudoparticipiais equivalentes à 1ª ou à 3ª pessoa do Presente do Indicativo, como é o caso de *emprego, entrego, enxugo, extingo, imprimo, prendo* e *rompo*. Saliente-se que, se, nestes casos, a forma de Presente do Indicativo, na verdade, não é homónima da forma participial irregular, há verbos em que essa homonímia, de facto, acontece (cf. a forma *expulso*). Noutros casos, com o constituinte *-e* criaram-se formas idênticas à 1ª ou à 3ª pessoas do Presente do Conjuntivo (*sujeite, expulse, ganhe, liberte, limpe*). Este constituinte terá sido escolhido à luz de formas como *aceite* e *entregue*.

De modo algo semelhante, outros informantes usaram a forma de radical do participípio passado irregular, com o constituinte *-e*, produzindo, assim, *eleite* e *impresse*. Quanto a *enxogue* (por *enxuto*), esta forma decorre de uma deformação da base, à qual foi acrescentada a mesma unidade morfológica categorial.

Em todos estes exemplos fica patente o desconhecimento das formas participiais irregulares desses verbos, apesar da vontade de realizar essa forma e não a regular. Portanto, se, pelo 2º ano de escolaridade, os alunos usam preferencialmente a forma participial regular, muitas vezes por ser a única que já interiorizaram, gradualmente, os sujeitos vão usando cada vez mais a forma irregular, mesmo não a tendo assimilado de modo preciso e completo. O facto de pretenderem utilizar uma forma irregular sem ainda a conseguirem produzir corretamente parecer ser evidência de que, já tendo, naturalmente, sido submetidos a *input* com formas irregulares, essa exposição ainda não terá ocorrido com a frequência suficiente, no caso desse verbo em concreto, para que o aluno a consiga reproduzir com sucesso.

#### 4.2.4.3 Verbos mais afetados por registos de hesitação

Os dados referentes à hesitação na seleção da forma participial foram recolhidos e registados da seguinte forma: sempre que era visível no espaço de resposta que o aluno tinha escolhido inicialmente uma forma participial regular, mas tendo afinal optado pela forma irregular, registou-se e contabilizou-se a seleção de uma forma irregular com hesitação (categoria 2c); a categoria 1c representa a situação inversa, em que a forma regular foi a segunda opção, mas a definitiva.

Quanto aos 174 registos de hesitação na escolha da forma regular, os verbos com maior número de ocorrências deste tipo foram: *expulsar* e *prender* (16 ocorrências), *entregar* (13 ocorrências), *matar* (12 ocorrências), *aceitar* (11 ocorrências), *sujeitar* (10 ocorrências) e *cobrir* e *encarregar* (9 ocorrências). Em termos de valores percentuais totais, no máximo, registaram-se 2% de ocorrências das formas regulares com hesitação relativas aos verbos *cobrir*, *encarregar*, *extinguir* e *prender*. Já os verbos *gastar* (1 ocorrência), *pagar* (4 ocorrências) e *salvar* (5 ocorrências) foram os que suscitaram menos hesitação na seleção da forma participial regular.

Verbo	2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Verbo	Nº	%
Aceitar	2	1%	4	1%	5	1%	0	0%	Aceitar	11	1%
Cobrir	1	2%	2	2%	4	2%	2	2%	Cobrir	9	2%
Eleger	0	0%	2	1%	2	1%	2	2%	Eleger	6	1%
Empregar	3	2%	0	0%	4	1%	1	1%	Empregar	8	1%
Encarregar	1	2%	2	2%	4	2%	2	2%	Encarregar	9	2%
Entregar	0	0%	4	1%	8	2%	1	0%	Entregar	13	1%
Enxugar	0	0%	2	2%	2	1%	2	2%	Enxugar	6	1%
Expulsar	0	0%	4	1%	7	2%	5	2%	Expulsar	16	1%
Extinguir	0	0%	2	1%	5	2%	1	1%	Extinguir	8	2%
Ganhar	0	0%	1	1%	2	1%	2	2%	Ganhar	5	1%
Gastar	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	Gastar	1	0%
Imprimir	0	0%	1	1%	4	2%	0	0%	Imprimir	5	1%
Juntar	1	2%	1	1%	3	1%	0	0%	Juntar	5	1%
Libertar	0	0%	2	2%	5	2%	0	0%	Libertar	7	1%
Limpar	1	1%	2	1%	2	1%	0	0%	Limpar	5	1%
Matar	2	1%	2	1%	6	1%	2	1%	Matar	12	1%
Pagar	1	1%	0	0%	3	1%	0	0%	Pagar	4	1%
Prender	3	2%	5	2%	6	1%	2	1%	Prender	16	2%
Romper	0	0%	3	2%	3	1%	1	1%	Romper	7	1%
Salvar	0	0%	1	1%	2	0%	2	2%	Salvar	5	1%
Soltar	0	0%	2	1%	1	0%	4	4%	Soltar	7	1%
Sujeitar	0	0%	3	1%	7	2%	0	0%	Sujeitar	10	1%
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>1%</b>	<b>46</b>	<b>1%</b>	<b>84</b>	<b>1%</b>	<b>29</b>	<b>1%</b>	<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>1%</b>

Tabela 77: Número de ocorrências e percentagem válida de formas regulares com hesitação

Se olharmos para os dados de cada um dos anos escolares, continuamos a ter apenas 1 ou 2% de registos de hesitação na escolha da forma regular, à exceção do verbo *soltar* que, no 10º ano, apresenta 4% (4 ocorrências)<sup>357</sup>.

A forma irregular, por seu turno, foi escolhida com hesitação 247 vezes – vide Tabela 78. Os verbos mais afetados por este modo de revelar insegurança linguística foram *eleger*, com 21 ocorrências (4%)<sup>358</sup>, e *empregar*, com 28 ocorrências (3%).

Na coluna respeitante ao 2º ano, visto que, de um modo geral, predomina a escolha da forma regular, o caso do verbo *extinguir* sobressai, com 3% de seleção hesitante da forma irregular. Nos dados provenientes dos alunos do 5º ano, há quatro

<sup>357</sup> Alguns outros verbos registam um maior número de ocorrências, porém, uma vez que não temos o mesmo número de informantes nos vários anos de escolaridade, foi o valor percentual que tomámos em linha de conta.

<sup>358</sup> Os valores percentuais referem-se ao número das ocorrências totais *para o verbo* no ano de escolaridade representado em cada coluna ou do conjunto de todos os dados representado na coluna respeitante ao total.

verbos com 4% (*empregar, extinguir, matar e soltar*) e ainda um que atinge os 6% (*eleger*). E *eleger* surge também no 10º ano, com uma percentagem alta, de 4%, confirmando a dúvida que o uso da sua forma participial suscita, não apenas nos alunos mais novos, mas ainda nos mais velhos. Com percentagens um pouco mais baixas, mas apresentando distribuição semelhante pelos anos de escolaridade, a escolha de *impresso* (*imprimir*) não deixa de originar hesitação à medida que aumentamos o nível de escolaridade do informante (5º ano: 2%; 7º ano: 1%; 10º ano: 3%). *Pagar* regista precisamente as mesmas percentagens. Pelo contrário, a seleção de *morto* (*matar*) surge como menos hesitante à medida que avançamos no ano escolar (5º ano: 4%; 7º ano: 2%; 10º ano: 1%).

Verbo	2º ano		5º ano		7º ano		10º ano		Totais		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Verbo	Nº	%
Aceitar	1	1%	6	2%	8	2%	0	0%	Aceitar	15	1%
Cobrir	0	0%	2	2%	5	2%	2	2%	Cobrir	9	2%
Eleger	1	1%	10	6%	6	3%	4	4%	<b>Eleger</b>	<b>21</b>	<b>4%</b>
Empregar	0	0%	12	4%	10	2%	6	3%	<b>Empregar</b>	<b>28</b>	<b>3%</b>
Encarregar	0	0%	3	2%	1	0%	0	0%	Encarregar	4	1%
Entregar	0	0%	4	1%	10	2%	2	1%	Entregar	16	1%
Enxugar	0	0%	2	2%	2	1%	2	2%	Enxugar	6	1%
Expulsar	0	0%	4	1%	9	2%	4	2%	Expulsar	17	2%
Extinguir	2	3%	6	4%	4	2%	1	1%	Extinguir	13	2%
Ganhar	0	0%	3	2%	6	3%	1	1%	Ganhar	10	2%
Gastar	0	0%	1	1%	5	2%	1	1%	Gastar	7	1%
Imprimir	0	0%	3	2%	3	1%	3	3%	Imprimir	9	2%
Juntar	0	0%	3	2%	0	0%	2	2%	Juntar	5	1%
Libertar	0	0%	2	2%	2	1%	0	0%	Libertar	4	1%
Limpar	0	0%	2	1%	10	4%	0	0%	Limpar	12	2%
Matar	0	0%	12	4%	7	2%	3	1%	Matar	22	2%
Pagar	0	0%	4	2%	3	1%	3	3%	Pagar	10	2%
Prender	0	0%	6	2%	3	1%	0	0%	Prender	9	1%
Romper	1	1%	2	2%	5	2%	0	0%	Romper	8	2%
Salvar	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%	Salvar	2	1%
Soltar	0	0%	6	4%	3	1%	1	1%	Soltar	10	2%
Sujeitar	0	0%	6	2%	3	1%	1	0%	Sujeitar	10	1%
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0%</b>	<b>100</b>	<b>2%</b>	<b>107</b>	<b>2%</b>	<b>36</b>	<b>1%</b>	<b>Total</b>	<b>247</b>	<b>2%</b>

Tabela 78: Ordenação dos verbos por percentagem válida de formas irregulares com hesitação

#### 4.2.4.4 Conclusão

Observando os totais obtidos em cada uma das oito categorias (Tabela 79), nos quatro segmentos relativos aos anos de escolaridade, registamos a maior diferença ao nível das ocorrências nulas. No grupo de inquiridos do 2º ano, houve 31.5% de ocorrências nulas, ao passo que, no 5º ano, este valor é de cerca de metade, 16.4%. Verificamos, portanto, que há uma redução gradual da percentagem de respostas nulas, sendo de apenas 5.8% no 7º ano e de 3.1% no 10º ano. No subconjunto respeitante às respostas inválidas, averbamos 15%, tanto no 2º como no 5º ano, sendo só no 7º ano que esta percentagem desce para 5%, registando-se, no 10º ano, 3%. As não respostas concentram-se especialmente no segmento do 2º ano, com 17%, havendo apenas 1% no 5º e no 7º anos, enquanto, no 10º ano, não se chega sequer a atingir esse valor.

Apesar de, como vimos na análise dos dados de cada verbo, os resultados obtidos pelas formas participiais regulares e irregulares diferirem bastante consoante o item lexical em causa, na totalidade, com o conjunto de 22 verbos selecionados para esta investigação, a distribuição de uso das duas formas participiais foi muito equilibrada. Apenas os dados relativos ao 2º ano se distinguem um pouco dos restantes, com uma tendência mais marcada para o uso das formas participiais regulares, com 66.5%, por oposição aos 31.4% obtidos pelas formas irregulares. De resto, nos segmentos dos 5º, 7º e 10º anos, as percentagens de uso das formas regulares, assim como das irregulares, aproxima-se dos 50%.

	Valor	Ocorrências Válidas						Ocorrências nulas			
		Reg	Pseudo- -part. Reg	Reg com hesit	Irreg	Pseudo- -part. Irreg	Irreg com hesit	Subtotal oc. Válidas	Inválidas	NR	Subtotal ocorrências nulas
<b>2º ano</b>	Nº Oc.	1428	11	15	673	14	5	2146	457	529	986
	%	46%	0%	0%	21%	0%	0%	68,5%	15%	17%	31,5%
	% válida	66.5%	0.5%	0.7%	31.4%	0.7%	0.2%	100%	—	—	—
<b>5º ano</b>	Nº Oc.	2035	3	46	1963	25	100	4172	755	61	816
	%	41%	0%	1%	39%	1%	2%	83,6%	15%	1%	16,4%
	% válida	49%	0%	1%	47%	1%	2%	100%	—	—	—
<b>7º ano</b>	Nº Oc.	2954	5	85	3055	27	106	6232	344	36	380
	%	45%	0%	1%	46%	0%	2%	94,3%	5%	1%	5,7%
	% válida	47%	0%	1%	49%	0%	2%	100%	—	—	—
<b>10º ano</b>	Nº Oc.	1418	0	29	1490	7	36	2980	88	6	94
	%	46%	0%	1%	48%	0%	1%	96,9%	3%	0%	3,1%
	% válida	48%	0%	1%	50%	0%	1%	100%	—	—	—
<b>Total</b>	Nº Oc.	7835	19	175	7181	73	247	15530	1644	632	2276
	%	44%	0%	1%	40%	0%	1%	87,2%	9%	4%	12,8%
	% válida	50%	0%	1%	46%	0%	2%	100%	—	—	—

**Tabela 79: Resumo do número e percentagem de ocorrências distribuídas pelas 8 subcategorias nos 4 anos de escolaridade**

Após a análise de todas as variáveis e tendo todos os resultados parciais relativos aos dados da amostra de alunos, é agora o momento de se fazer uma breve descrição dos usos participiais dos professores e das suas atitudes linguísticas perante a variação (4.3). Então, reunida toda a informação recolhida nos textos linguísticos e gramaticais, nos *corpora* de RL e através de inquérito a alunos, e de inquérito e entrevista a professores, os dados serão comentados e tentaremos estabelecer uma tipologia que contemple as tendências registadas para cada verbo pesquisado – *vide* subcapítulo 4.4. Após esse momento, poderemos, então, avaliar mais sustentadamente as hipóteses referentes às características específicas dos verbos que apresentam usos participiais variantes (subcapítulo 4.4.3).

### 4.3 DISCURSO DOS PROFESSORES

Como se disse em 2.3, não só a escola é um importante fator de estabilização da língua (Mateus, 2005: 17), como os professores de Língua Portuguesa deverão ser dos “agentes reguladores” com mais relevância durante todo o período de permanência do jovem falante na escola.

Contudo, no caso do particípio passado duplo, como já verificámos nos dados respeitantes a crianças e adolescentes (4.2), não há uma maior aplicação da forma participial regular em tempos compostos da voz ativa, por parte, nem alunos do 7º ano, nem dos alunos do 10º ano. Nos programas de Português dos 7º e 8º anos, está previsto o estudo das formas nominais dos verbos, assim como dos tempos compostos da voz ativa e da voz passiva, porém os dados apontam para a confirmação da nossa hipótese: o processo de ensino-aprendizagem *não* parece ter repercussões uniformizantes significativas sobre o uso dos particípios pelas crianças e jovens. Antes pelo contrário, no caso de um certo grupo de verbos, os usos variantes tendem a aumentar consoante analisamos os dados dos anos de escolaridade mais elevados. As atitudes dos professores de Língua Portuguesa podem, então, ser um dos fatores a favorecer esta situação.

Com efeito, num estudo sobre o desenvolvimento linguístico dos usos do particípio passado duplo, a averiguação de dados acerca da (i) *produção* e da (ii) *avaliação* das duas variantes linguísticas por parte dos professores de Língua Portuguesa pode fornecer relevantes informações complementares. Procedeu-se, então, à aplicação do inquérito concebido para os alunos – *vide* 4.1.2 – a professores de Língua Portuguesa, bem como à realização de uma entrevista em que se perscrutaram as suas atitudes linguísticas perante formas participiais duplas.

### 4.3.1 Protocolo de recolha de dados

Aquando da realização do inquérito aos alunos, e sempre que o Professor presente na sala de aula era o de Língua Portuguesa, solicitou-se que este também o preenchesse. Não sendo esse o caso, ainda no mesmo dia ou no seguinte, procurou-se estabelecer contacto com os professores de Língua Portuguesa das restantes turmas inquiridas para que respondessem ao inquérito e à entrevista ou, pelo menos, indicassem se haviam lecionado ou não o conteúdo em investigação. Não tendo, só por este meio, conseguido obter um número razoável de respostas ao inquérito e à entrevista<sup>359</sup>, posteriormente, ampliou-se a recolha, realizando inquéritos e entrevistas, de modo aleatório, a docentes de Língua Portuguesa de outras escolas. Não continuámos nos mesmos estabelecimentos de ensino de modo a evitar questionar professores que já estivessem condicionados, por já saberem qual o tema sob investigação.

Nem todos os professores que responderam ao inquérito foram entrevistados, dada a sua falta de disponibilidade. Assim, os professores que só responderam ao inquérito escrito foram 8 e os que só foram entrevistados foram 20. Os informantes que responderam ao inquérito e também foram entrevistados foram 14. No total, realizámos o inquérito a 22 docentes e obtivemos 34 entrevistas. No seu conjunto, contactámos com 42 professores de Língua Portuguesa.

Sempre que foi possível que um mesmo professor respondesse ao inquérito e à entrevista, esta foi conduzida após a realização do inquérito.

Não tendo conseguido obter um número de respostas ao inquérito por parte de professores do 1º ciclo equivalente ao obtido nos restantes ciclos de ensino, foi necessário pedir autorização para recolher dados num dos Agrupamentos de Escolas de Coimbra. Embora não tenha sido autorizado o contacto direto da investigadora com estes professores, os dados foram recolhidos e depois contabilizados no cômputo geral<sup>360</sup>. Neste caso, o inquérito não foi preenchido na presença da investigadora.

---

<sup>359</sup> Sabendo que estão a responder a um inquérito que servirá propósitos científicos na sua área de trabalho, os professores sentem-se avaliados e limitam a sua disponibilidade.

<sup>360</sup> Na verdade, apesar do procedimento diverso na recolha de dados, não se verificou uma diferença substancial nas respostas deste grupo de professores. Ainda que o reduzido número de casos impossibilite a realização dos testes estatísticos para confronto de eventuais diferenças entre as



Assim, relativamente ao nível de ensino lecionado pelos informantes que responderam ao inquérito, a amostra integra 27% de professores do ensino secundário<sup>361</sup>. A parte da amostra relativa ao 1º ciclo acabou por ser a maior, com 41%. A representatividade dos 2º e 3º ciclos é inferior (32%, no seu conjunto). Criámos este subgrupo da amostra pelo facto de alguns dos professores nele incluídos lecionarem quase equitativamente em ambos os ciclos de ensino.

Nível de ensino	Frequência	%
1º ciclo	9	41%
2º e 3º ciclo	7	32%
Secundário	6	27%
	<b>22</b>	<b>100%</b>

Tabela 80: Nível de ensino lecionado pelos professores inquiridos

Os professores inquiridos tinham entre 28 e 62 anos de idade, sendo a faixa entre os 47 e os 53 anos a mais representada (13 professores). Apenas um dos 22 inquiridos era do sexo masculino.

Anos de idade	Frequência	%	% Válida
Válidas			
28	1	4.5	4.8
33	1	4.5	4.8
38	1	4.5	4.8
40	1	4.5	4.8
45	1	4.5	4.8
47	2	9.1	9.5
48	1	4.5	4.8
49	1	4.5	4.8
50	3	13.6	14.3
51	2	9.1	9.5
52	1	4.5	4.8
53	3	13.6	14.3
55	1	4.5	4.8
56	1	4.5	4.8
62	1	4.5	4.8
Total	21	95.5	100.0
Oc. Nulas	1	4.5	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>	

Tabela 81: Idade dos professores inquiridos

respostas, podemos dizer que não se registaram disparidades entre os dados recolhidos desta forma e os que foram obtidos na presença da investigadora.

<sup>361</sup> Note-se que temos alguns professores do 3º ciclo que lecionam igualmente ensino secundário. Nos casos em que, no ano letivo em que se realizou a recolha dos dados, um professor lecionava em mais do que um ciclo de ensino, contabilizámos aquele que ocupava mais tempo (horas letivas) ao professor. Esta situação de mobilidade dos professores entre os vários ciclos de ensino – que só não acontece no que diz respeito ao 1º ciclo – demonstra como, em princípio, esta variável não é relevante. De qualquer modo, não temos um número suficiente de inquiridos para conseguir realizar os testes estatísticos que nos permitiriam confrontar os resultados de cada grupo da amostra.

Após aplicação do questionário aos professores, e dependendo da disponibilidade dos inquiridos, a investigadora procedeu à entrevista, tentando seguir os passos pré-estabelecidos no guião que a seguir se apresenta.

#### Guião da **Entrevista**

- ♦ Costuma abordar a dupla morfologia do participio passado nas suas aulas?
- ♦ Como leciona/ lecionaria a dupla morfologia do participio passado?
- ♦ Leciona/ lecionaria a regra?
- ♦ Quais os verbos que usa/ usaria para explicar a regra?
- ♦ Refere/ referiria algumas exceções à regra?
- ♦ Quais os verbos que usa/ usaria para exemplificar a exceção?
- ♦ Quais os verbos que não colocaria numa pergunta de um teste de avaliação relacionada com os participios duplos?
- ♦ Já o/a emendaram quanto ao seu uso do participio passado duplo (em contextos não escolares)?
- ♦ Imagine que, no decorrer de uma aula, surgem, em textos do manual escolar, frases com usos variantes do participio passado de um verbo. Como explicaria estes usos do participio passado aos alunos?
- ♦ Quando tem dúvidas, qual o texto de referência a que recorre?

Pretendia-se, basicamente, saber se o professor tinha por hábito lecionar os usos do participio passado duplo, como procedia ou procederia nessa situação e ainda obter dados atitudinais relativamente a usos participiais variantes.

Ainda que o professor afirmasse nunca ter lecionado este conteúdo, a investigadora tentou saber como o faria se assim fosse estabelecido. Deste modo, averiguavam-se as atitudes dos professores relativamente a usos variantes, uma vez que o professor tinha a opção de explicar apenas a regra genérica de distribuição sintática, mas também os casos de exceção. Neste caso, a identificação dos verbos abundantes utilizados para exemplificar a regra e a exceção interessa de igual modo.

### 4.3.2 Resultados do inquérito

Como é visível na Tabela 82, obtivemos 1268 ocorrências válidas no inquérito realizado a professores, das quais 808 correspondem a formas participiais regulares (63.7%), enquanto 460 são ocorrências de formas irregulares (36.3%).

		PROFESSORES									
		Ocorrências válidas						Ocorrências nulas			
		Reg	Pseudo-Part.	Reg com	Irreg	Pseudo-Part.	Irreg com	Subtotal oc.	Inválidas	NR	Subtotal oc.
Total	Nº Oc.	798	0	10	451	0	9	1268	3	5	8
	%	62,5	0,0	0,8	35,3	0,0	0,7	99,4	0,2	0,4	0,6
	%	62,9	0,0	0,8	35,6	0,0	0,7	100			
	Nº Oc.	808			460			1268	3	5	8
	%	63,3			36,1			99,4	0,2	0,4	0,6
	%	63,7			36,3			100			

Tabela 82: Total de ocorrências no inquérito realizado a Professores de Língua Portuguesa

Apesar de a maioria das ocorrências estar de acordo com a regra prescrita para a generalidade dos verbos, é de salientar o valor de 36% atribuído por estes informantes às formas participiais irregulares.

O inquérito que aplicámos a alunos e a professores é **escrito**, logo, especialmente no que concerne aos professores, teremos apenas acesso aos seus usos extremamente **condicionados**. Admita-se que os professores de Língua Portuguesa poderão autocondicionar-se a um nível mais elevado do que os alunos, ao sentirem-se avaliados no momento em que realizam uma tarefa escrita que sabem que servirá para uma investigação científica. Sem dúvida que o condicionamento é mais forte no caso da inquirição de adultos do que no da inquirição de crianças e adolescentes, e torna-se maior ainda quando se trata de professores de Língua Portuguesa. É, pois, expectável que estes últimos tomem a situação de comunicação como muito formal. Para além disso, estão, com certeza, conscientes da variação que atinge o nosso objeto de estudo. Não o conhecendo, à partida, facilmente, após o contacto com o primeiro grupo de questões do inquérito, o identificam, até porque surge focado no Grupo B. Como vimos, em A, havíamos adicionado um mecanismo de distração, que retirámos em B. Assim, se nesse momento inicial (Grupo A), os Professores podem ainda não ter identificado o objeto de estudo, ao responder às questões do Grupo B, já dele estarão

plenamente conscientes, mobilizando a sua atenção e capacidade de **automonitorização** (Krashen, 1981; 1982)<sup>362</sup>.

Verbos	Questões	Participios	A	%A	B	%B	C	%1C	C	%2C	%tC	T	%T
Aceitar	A13; B2; C1; C24	aceitado aceite	12	55	14	67	15	68	12	55	61	53	60,9
			10	45	7	33	7	32	10	45	39	34	39,1
Cobrir	A14; C17	cobrido coberto	0	0			3	14				3	6,8
			22	100			19	86				41	93,2
Eleger	B1; C13	elegido eleito			12	55	13	62				25	58,1
					10	45	8	38				18	41,9
Empregar	A4; B10; C2; C26	empregado empregue	4	18	8	36	13	59	9	45	52	34	39,5
			18	82	14	64	9	41	11	55	48	52	60,5
Encarregar	A6; C19	encarregado encarregue	10	45			14	64				24	54,5
			12	55			8	36				20	45,5
Entregar	A1; B13; C5; C25	entregado entregue	7	32	14	64	13	59	16	73	66	50	56,8
			15	68	8	36	9	41	6	27	34	38	43,2
Enxugar	A9; C7	enxugado enxuto	20	95			21	95				41	95,3
			1	5			1	5				2	4,7
Expulsar	A8; B6; C21; C27	expulsado expulso	15	68	14	64	13	59	16	73	66	58	65,9
			7	32	8	36	9	41	6	27	34	30	34,1
Extinguir	B14; C16	extinguido extinto			17	77	16	73				33	75,0
					5	23	6	27				11	25,0
Ganhar	B8; C12	ganhado ganho			6	27	9	41				15	34,1
					16	73	13	59				29	65,9
Gastar	B5; C10	gastado gasto			7	32	5	24				12	27,9
					15	68	16	76				31	72,1
Imprimir	A2; C18	imprimido impresso	19	86			18	82				37	84,1
			3	14			4	18				7	15,9
Juntar	A11; C22	juntado junto	19	86			20	91				39	88,6
			3	14			2	9				5	11,4
Libertar	A12; C23	libertado liberto	20	91			21	95				41	93,2
			2	9			1	5				3	6,8
Limpar	B9; C4	limpado limpo			10	45	10	45				20	45,5
					12	55	12	55				24	54,5
Matar	A10; B7; C14; C28	matado morto	9	41	11	50	12	55	13	59	57	45	51,1
			13	59	11	50	10	45	9	41	43	43	48,9
Pagar	B3; C3	pagado pago			5	23	5	23				10	22,7
					17	77	17	77				34	77,3
Prender	A5; B4; C9; C20	prendido preso	22	100	22	100	19	90	20	91	91	83	95,4
			0	0	0	0	2	10	2	9	9	4	4,6
Romper	A7; C6	rompido roto	21	100			22	100				43	100,0
			0	0			0	0				0	0,0
Salvar	B11; C8	salvado salvo			12	55	15	68				27	61,4
					10	45	7	32				17	38,6
Soltar	B12; C15	soltado solto			16	73	17	77				33	75,0
					6	27	5	23				11	25,0
Sujeitar	A3; B15; C11; C29	sujeitado sujeito	19	86	21	95	22	100	20	91	95	82	93,2
			3	14	1	5	0	0	2	9	5	6	6,8

Tabela 83: Inquérito a Professores – Frequência (número de ocorrências por questão) e percentagem total – organizada por verbos.

E, de facto, comparando os dados obtidos por verbo em cada um dos grupos de questões – *vide* Tabela 83 –, observamos que, na maior parte dos casos, as formas regulares aumentam a sua percentagem entre A e B, o que, efetivamente, pode ter

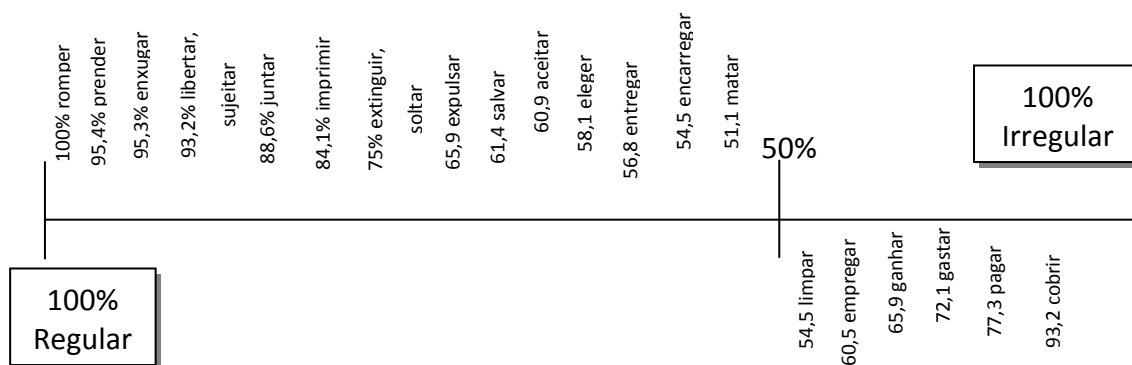
<sup>362</sup> Mais uma vez, é relevante o facto de o inquérito ser escrito, uma vez que este meio amplifica a capacidade de automonitorização (Krashen, 2009 [edição de internet para a 1ª edição de 1982]: 20).

ligação com o facto de o Grupo A incluir o mecanismo de distração já referido. Este fenómeno acontece com *aceitado* (A: 55%; B: 67%), *empregado* (A: 18%; B: 36%), *entregado* (A: 32%; B: 64%), *matado* (A: 41%; B: 50%) e *sujeitar* (A: 86%; B: 95%). Apenas *expulsado* (A: 68%; B: 64%) e *prendido* (A: 100%; B: 100%) reduzem ou mantêm a sua frequência de A para B.

Relativamente às diferenças entre as questões de produção (grupos A e B) e as questões do Grupo C, em que se avalia a aceitabilidade das formas participiais variantes, em muitos dos casos, continua a haver um acréscimo da forma regular em C, ao contrário do que aconteceu com as respostas obtidas na amostra de alunos.

Ainda assim, é de notar que há um grande número de formas participiais a registar percentagens entre os 50 e os 70%, o que revela um elevado grau de variação. Se acima dos 70% podemos identificar uma tendência mais marcada para uma das formas participiais, abaixo desse valor percentual a propensão para uma das formas é muito menor, sobretudo nos casos em que ficamos apenas entre os 50% e os 60%.

### Totais por verbos



**Diagrama 10:** Inquérito a Professores: tendências e percentagens de formas participiais nos três grupos de questões (partes A, B e C).

No Diagrama 10, visualizamos as percentagens de formas participiais dos vinte e dois verbos obtidas nos inquéritos aos professores de Língua Portuguesa. Calculámos a percentagem tendo em conta o número total de ocorrências recolhidas nos três grupos de questões. São dezasseis os verbos que surgem do lado esquerdo do diagrama, indicando uma prevalência da forma regular, ainda que, como veremos seguidamente, alguns apresentem níveis muito elevados de variação.

Registámos, então, uma forte tendência para o uso da forma participial **regular** dos verbos *romper* (100%)<sup>363</sup>, *prender* (95.4%), *enxugar* (95.3%), *libertar* (93.2%), *sujeitar* (93.2%), *juntar* (88.6%), *imprimir* (84.1%), *extinguir* (75%) e *soltar* (75%).

Inversamente, apenas três verbos evidenciaram uma tendência clara dos professores para o uso da sua forma participial **irregular**<sup>364</sup> e com percentagens bastante mais reduzidas do que as registadas pela variante regular nos verbos que apresentam uma propensão dos professores para esta outra forma. Trata-se dos verbos *cobrir* (93.2 %), *pagar* (77.3%) e *gastar* (72.1%).

Os restantes dez verbos apresentaram um grau considerável de **variação** no uso das suas formas participiais, havendo cinco com registo mais evidente de flutuação. Ainda que as formas regulares registem uma percentagem mais elevada do que as respetivas formas irregulares, *matar* (51.1%), *encarregar* (54.5%), *entregar* (56.8%) e *eleger* (58.1%) surgem marcadamente nessa situação de coocorrência de variantes. Já o verbo *limpar* (54.5%) registou uma preferência ligeiramente mais elevada para a forma irregular, mas está em igual condição de oscilação. Ainda que tenham apresentado uma tendência um pouco mais marcada para uma das formas participiais (entre os 60 e 66%), os verbos *empregar* (*empregue*: 60.5%), *aceitar* (*aceitado*: 60.9%), *salvar* (*salvado*: 61.4%), *expulsar* (*expulsado*: 65.9%) e *ganhar* (*ganho*: 65.9%) revelam que o grupo de professores de Língua Portuguesa inquiridos usa as duas variantes em concorrência.

Tendo em conta que estes resultados foram apurados numa situação de grande condicionamento, é de salientar o facto de, para metade dos verbos testados, sobressair o uso de formas participiais variantes. Note-se que mesmo o verbo *ganhar*, que é associado por Cunha e Cintra (1995: 440) a *pagar* e a *gastar* no grupo de verbos que já não possui forma participial regular, apresenta apenas 65.9% para a sua forma irregular.

---

<sup>363</sup> As percentagens que se seguem a cada verbo dizem respeito à forma participial identificada no texto como a mais utilizada.

<sup>364</sup> Na verdade, ainda que sejam seis os verbos a ficar do lado direito do diagrama, os outros três apresentam percentagens bem mais reduzidas.

Quanto a *empregar* e *encarregar*, estes surgem nos lados opostos do Diagrama 10 (*empregue*: 60.5%; *encarregado*: 54.5%), realçando-se assim que, mesmo condicionados, os Professores deram provas de oscilação entre as formas participiais destes verbos<sup>365</sup>, como também acontece, de resto, com *entregar* (*entregado*: 56.8%). Com efeito, é possível que a analogia entre estes três verbos esteja a favorecer a situação de variação comprovada, mais uma vez, através deste grupo de inquiridos.

*Matar*, *limpar*, e *eleger* obtêm resultados muito próximos dos registados para a amostra de estudantes. Em 4.4, proceder-se-á a uma comparação dos resultados obtidos em ambas as amostras.

Relativamente aos verbos atingidos por registos de hesitação<sup>366</sup>, verificamos que *empregar* surge com 4 ocorrências, *entregar* e *extinguir* têm 3 ocorrências, *encarregar* apresenta 2 ocorrências, e, com uma ocorrência temos *aceitar*, *cobrir*, *eleger*, *expulsar*, *juntar*, *salvar* e *sujeitar*. Não se registaram formas pseudoparticipiais criadas pelos professores. Quanto a ocorrências nulas, foram muito poucas (0.6%): apenas duas ocorrências para *empregar* e uma ocorrência para *aceitar*, *eleger*, *enxugar*, *gastar*, *prender* e *romper*.

Vejamos, de seguida, os dados referentes à entrevista realizada a uma amostra de professores parcialmente coincidente com a do inquérito.

---

<sup>365</sup> Recorde-se (3.1.2 e 3.2.4) que também os gramáticos apresentam atitudes variantes pelo menos em relação a *empregue*, que, segundo Cunha e Cintra (1995: 442) é de uso «corrente», ao passo que Estrela *et alii* (2006: 82) demonstram uma atitude negativa perante a possibilidade da existência de uma forma irregular tanto para *empregar* quanto para *encarregar*.

<sup>366</sup> A totalidade dos dados referentes às nove categorias de resposta fornecidas pelos professores inquiridos está disponível no Anexo 17.

### 4.3.3 Resultados da entrevista

Como se explicou oportunamente, depois da aplicação do questionário aos professores, e dependendo da disponibilidade dos informantes, a investigadora procedeu à entrevista, tentando seguir as questões orientadoras pré-estabelecidas no guião apresentado em 4.3.1.

É de notar que nem sempre foi possível colocar todas as questões previstas no guião da entrevista a todos os inquiridos. Assim, e tendo em conta a natureza dos dados recolhidos através de entrevista, deles não será realizada uma análise quantitativa, mas qualitativa.

De todos os professores com quem contactámos, podemos dizer que apenas quatro já haviam sistematizado o caso dos verbos abundantes noutros anos letivos. A maior parte dos professores (30) afirmou nunca ter lecionado o particípio passado duplo. Como forma nominal do verbo, o particípio passado é um conteúdo do programa de Língua Portuguesa, porém, não sendo nele referido o caso dos verbos abundantes, a sua dupla morfologia não é contemplada nos planos de aula, tal como também não se referem casos de distribuição sintática das variantes. É explicada a morfologia regular dos verbos que possuem apenas uma forma regular, assim como é apresentada a morfologia dos verbos que têm uma só forma irregular, mas a maioria dos professores não aborda casos com os dois tipos de formas. Alguns disseram que já esclareceram dúvidas de alunos quanto ao uso das formas participiais regulares e irregulares em tempos compostos e na voz passiva; contudo, desses poucos professores, só alguns dizem que elucidaram a regra de modo preciso. Ao esclarecerem os alunos, alguns professores afirmam que, apesar de haver uma forma mais correta, a outra também é possível<sup>367</sup>.

Já os quatro professores que haviam lecionado a distribuição sintática das formas participiais dos verbos abundantes, afirmaram ter ensinado a regra e

---

<sup>367</sup> Uma das professoras que respondeu ao inquérito escrito sem a presença da investigadora – e que, portanto, não foi entrevistada – confessou que costuma ter dúvidas nesta área, mas que, ainda assim, usa uma forma com o auxiliar *ter* e outra com *ser*. Apesar de afirmar que usa a regra, e tendo, de facto utilizado, maioritariamente, a forma participial regular nas suas respostas ao inquérito, esta professora decidiu registar, por escrito, a sua incerteza perante usos participiais variantes.



apresentado algumas exceções. Questionados sobre os verbos que consideravam ter usos de exceção, apontaram os casos de *gastar (gasto)*, *pagar (pago)* e *salvar (salvo)*.

No caso dos professores que nunca lecionaram a dupla morfologia participial nem a sua distribuição sintática, a investigadora procurou aceder à sua sensibilidade face a este caso de variação, recorrendo ao plano hipotético, isto é, questionou os professores como procederiam se os verbos abundantes passassem a ser explicitamente contemplados como conteúdo nos programas. Levados, assim, a explicar mais pormenorizadamente o caso dos verbos abundantes na entrevista, alguns professores evitaram a questão, e, por vezes, conforme testemunharam, por desconhecerem uma regra. Neste sentido, três professoras (uma do 2º ciclo, em início de carreira, uma do 2º e do 3º ciclos e outra do 3º ciclo, ambas em final de carreira) confessaram não conhecer a regra prescrita. Entre outras formas de contornar o assunto, alguns professores declararam que há questões mais importantes a ensinar aos alunos, desvalorizando a relevância deste tópico. Questionados diretamente sobre a possibilidade de já terem efetuado algum tipo de comentário aos usos das formas participiais duplas dos alunos, alguns professores dizem que ambas são *corretas*; outros afirmam que ambas são *admissíveis*, razão pela qual não tomam qualquer atitude de correção dos alunos. Nestes casos, os professores não concebem como *erro* o uso das formas participiais variantes, passando a ideia de que não há usos *prescritos*, no que diz respeito ao participípio passado duplo. Na verdade, esta atitude dos professores é um reflexo da situação de variação atestada nesta investigação, contribuindo, simultaneamente, para fomentá-la.

Mesmo no caso dos professores que tentam responder a todas as questões da entrevista, as **atitudes** linguísticas reveladas continuam a ser de **aprovação perante a variação**. Estes professores afirmam que, se, em aula, precisassem de esclarecer uma dúvida acerca dos usos participiais de verbos abundantes, explicariam a regra, mas admitiriam, perante os alunos, que o uso é diferente.

Houve, aliás, uma professora que afirmou que «o uso dita a regra» e outra para a qual «o emprego é ditado pelo uso»<sup>368</sup>. Outra professora disse que a língua muda e

---

<sup>368</sup> Uma professora inquirida afirmou que «o sistema admite as duas formas [participiais], mas que a norma só admite uma: na gramática, a regular; na gramática implícita, a irregular». Questionada sobre o que entendia por *gramática implícita*, respondeu que é a gramática que está «no interior de cada um de

que a *lei do menor esforço* se aplica ao caso do participio passado, sendo a forma mais curta a que mais facilmente sobrevive<sup>369</sup>. Outros professores afirmaram que *já não se segue a regra* em relação a alguns verbos, havendo, também aqui, uma consciência clara do efeito de uma mudança linguística.

Há também quem explique que as variantes servem as diferenças entre «as regras da escrita e as da oralidade», dizendo, por exemplo, perante a forma verbal «*tem gasto*», que «na oralidade, é essa a norma». A adaptação do discurso à situação (e ao interlocutor) também é referida por outro inquirido: «por vezes, é necessário adaptar [o discurso], consoante o interlocutor, porque sabemos que a norma da oralidade não corresponde à regra».

Outra professora reconhece que evita o tema, dizendo que «quando as regras a lecionar apresentam dúvidas ou exceções não explicadas, o melhor é não sistematizar esse aspeto». Atitude semelhante é a de outras duas professoras, uma que afirma que, perante a eventualidade de ter de responder a uma dúvida respeitante ao participio passado duplo, apenas referiria a regra aos alunos e não mencionaria quaisquer exceções e outra que afirma que apenas diria qual a forma correta e não explicaria a regra.

Assim, se alguns professores dizem que *a língua muda constantemente* e usam esse facto para explicar a discrepância entre a regra presente nas gramáticas e os usos de alguns verbos, outros, em aula, evitam o tema por considerarem que a regra não é inequívoca.

Perguntámos aos professores se alguma vez já tinham sido emendados, questionados ou criticados quanto ao seu uso do participio passado duplo, em contextos não escolares. Três professores disseram que, perante uma sua utilização da regra prescritiva no caso de verbos como *limpar* ou *salvar*, por exemplo, já tinham sido emendados e questionados sobre o uso correto do participio. Duas professoras afirmaram que já foram abordadas várias vezes no sentido de esclarecer amigos ou

---

nós». Esta professora contrapõe, pois, a regra que crê ser a da *variedade normativa* à *norma individual/social*. Apesar de se referir à *gramática interior*, afirma que é generalizada a todos os falantes da Língua Portuguesa, parecendo portanto que, na verdade, se refere à *norma social*, aceite por um grupo de falantes.

<sup>369</sup> Nas suas respostas ao inquérito, esta professora usou a forma participial irregular de apenas dois verbos.

colegas de outras disciplinas sobre o assunto<sup>370</sup>. Outros três inquiridos afirmaram que, por vezes, alteram a forma participial no seu próprio discurso, de modo a utilizar a forma que julgam que o interlocutor usaria, ainda que essa não corresponda à que é prescrita. Segundo um destes professores, «quando os verbos oferecem dúvidas, as expectativas da pessoa com quem falamos contam», por isso é preferível optar pela variante que se pensa que o outro toma como regra, com o intuito de «os interlocutores não estranharem».

Relativamente aos **verbos** que usariam para explicar a **regra**, os professores apontaram *matar*, *aceitar*, *entregar* e *expulsar*. Uma professora que afirmou que a regra consiste na admissão das duas formas participiais, apontou *imprimir* como exemplo. Outros professores apontaram *matar*, *imprimir*, *sujeitar* e *salvar* como verbos que **aditem ambas as formas**. Quanto aos **verbos usados para explicar a exceção**, isto é, os casos em que a forma participial irregular se usa em tempos compostos da voz ativa, *gastar*, *pagar*, *salvar* e *aceitar* foram os escolhidos como exemplo.

A lista de verbos que os professores entrevistados não usariam num teste de avaliação é um pouco maior e mais diversificada. Foram referidos para esta categoria os verbos: *entregar*, *salvar*, *pagar*, *aceitar*, *matar*<sup>371</sup>, *empregar*, *limpar*, *gastar*, *prender* e *romper*.

Alguns professores da nossa amostra demonstraram grandes dúvidas no que concerne aos usos participiais dos verbos *empregar*, *eleger*, *aceitar*, mas também *libertar*, *extinguir* e *imprimir*.

Quanto ao texto de referência que os professores indicaram como um dos utilizados em caso de dúvida nalgum aspeto do funcionamento da língua, quase todos referiram a gramática de Cunha e Cintra (1995). Para além desta, outras gramáticas de cariz escolar foram mencionadas, sendo que a maioria dos professores afirmou usar a que está em vigor em cada ano letivo para os anos de escolaridade que vão lecionando.

---

<sup>370</sup> Uma destas professoras – que, durante a entrevista, já tinha reconhecido não conhecer a regra – afirmou que respondia identificando a variante que lhe *soava melhor*.

<sup>371</sup> A mesma professora que afirmou que identificaria o verbo *matar* como exemplo da regra de distribuição sintática acaba por, depois, o incluir na lista dos verbos cujos usos participiais não colocaria sob avaliação.

No final da entrevista, regra geral, os professores faziam questão de demonstrar o seu interesse pelo tema da presente investigação, tendo muitos afirmado que se trata de um assunto complicado. De facto, a complexidade ficou patente nos diversos dados recolhidos, nomeadamente nesta amostra de professores de Língua Portuguesa, cujos usos e atitudes respeitantes ao participio passado duplo serão comparados, precisamente, no subcapítulo seguinte.

#### 4.3.4 Conclusões

As preferências dos professores de Língua Portuguesa que responderam ao inquérito foram, maioritariamente, para a forma regular do participio passado nas formas compostas dos verbos. As percentagens obtidas pelas formas irregulares dos verbos sob investigação foram diminuindo à medida que o professor ia avançando na realização do inquérito. Assim, frequentemente, as formas regulares foram avaliadas, em C, como as que soavam melhor, ainda que, em A, a forma irregular tivesse sido usada. Na verdade, no Grupo A de questões, havia um mecanismo que tinha como objetivo dificultar a identificação do objeto sob pesquisa e essa pode ser a razão para termos obtido, nessa parte do inquérito, respostas eventualmente mais fiéis aos usos efetivos dos inquiridos. Durante a realização do inquérito, à medida que os inquiridos tomaram consciência da estrutura sob escrutínio, foi-se desenvolvendo uma aproximação gradual à forma participial que se considera, genericamente, como a da variedade normativa para o contexto em causa<sup>372</sup>.

No entanto, a verdade é que, levados a refletir sobre os verbos com participio passado duplo presentes no **inquérito**, este grupo de professores rapidamente se deparou com a dificuldade, sublinhada pelos próprios, em optar por uma das formas. De facto, parece que a maioria dos professores acabou por questionar os seus próprios

---

<sup>372</sup> Recorde-se que esta tendência é a inversa daquela que se apurou na amostra de crianças e adolescentes, já que, nesse caso, as percentagens mais elevadas obtidas pela forma participial regular se registaram nos dados relativos ao grupo A, tendo havido, genericamente, um aumento das ocorrências da forma irregular nas questões de B e, novamente, nas do grupo C.

usos, tendo demorado substancialmente mais tempo do que os alunos a completar o inquérito<sup>373</sup>.

Assim, compreende-se que as atitudes linguísticas reveladas pelos professores da amostra em entrevista não tenham sido desfavoráveis em relação à forma participial irregular. Recorde-se que, em 4.1.1, colocámos a hipótese de as atitudes reveladas por professores de Língua Portuguesa serem propícias à variação. De facto, e ainda que em resposta às questões do Grupo C do inquérito, os professores não tenham revelado uma avaliação positiva das formas irregulares, em entrevista, foram evidenciadas as estratégias de fuga ao tema do participio passado duplo na prática letiva, o que, em última análise, favorece a variação.

Aliás, mesmo o facto de um grupo considerável de verbos ter apresentado percentagens quase equiparáveis de formas participiais regulares e irregulares demonstra a aptidão dos próprios “agentes reguladores” da língua para a variação. Mesmo que pressionados pela situação em que foi realizado o inquérito, que, para além de escrito, serviria de instrumento de trabalho científico a uma colega professora, este grupo de informantes não deixou de utilizar algumas formas verbais que muitos sabiam não corresponder exatamente às formas geralmente preconizadas para a variedade normativa.

Se compararmos os resultados obtidos por cada verbo no inquérito com as listas de verbos fornecidas durante a entrevista, confirmamos esta situação. De facto, alguns verbos surgem com resultados contraditórios, reveladores de variação linguística latente. Por exemplo, a forma regular de *romper* obteve 100% no inquérito, porém, em entrevista, dois professores afirmaram que não colocariam o uso participial deste verbo sob avaliação. *Imprimido* recolheu 84.1% das respostas no inquérito, facto que parece demonstrar uma tendência vincada para essa forma participial; no entanto, por outro lado, em entrevista, vários professores disseram que usariam este verbo, perante os seus alunos, para exemplificar os casos de admissão das duas formas

---

<sup>373</sup> Após concluir o inquérito, antes de iniciarmos a entrevista, uma professora disse à investigadora que demorou muito tempo a preenchê-lo por ter emendado algumas das suas primeiras respostas. Segundo explicou, inicialmente tentou usar a regra, porém decidiu alterar algumas das suas respostas, por sentir que não estava a ser *fiel ao seu uso*. Ainda outra professora, à medida que ia respondendo por escrito ao inquérito, ia dizendo que havia duas formas possíveis e ia perguntando à investigadora se não era verdade, procurando confirmação. Neste, como noutros casos, a insegurança linguística foi evidente.

participiais em tempos compostos da voz ativa, sendo ainda este um verbo cujo uso participial causa dúvidas a alguns professores.

Relativamente ao verbo *aceitar*, as entrevistas confirmaram a situação de variação registada no inquérito (*aceitado*: 60.9%), uma vez que, segundo vários professores, esse verbo serviria para exemplificar a exceção à regra de distribuição sintática dos participios duplos, e seria, portanto, de evitar num teste de avaliação. Algo semelhante aconteceu com o verbo *salvar*.

Quanto ao verbo *matar*, alguns professores escolhê-lo-iam para demonstrar a regra, ao mesmo tempo que outros professores diriam aos seus alunos que ambas as formas participiais desse verbo são permitidas. Alguns destes professores optariam ainda por não escolher este verbo para uma situação de avaliação dos alunos. Estes dados são, na verdade, coincidentes com os recolhidos através do inquérito, já que este foi o verbo cuja forma participial regular obteve uma percentagem mais próxima dos 50% (*matado*: 51.1%).

Com efeito, confirma-se a hipótese de que os professores apresentam usos participiais variantes, assim como demonstram atitudes de tolerância em relação à variação participial. Os usos e as atitudes deste grupo de professores comprovam e explicam como este fenómeno de variação não é geralmente depreciado. Na verdade, podemos dizer não só que essa situação potencia a variação, como também que, na sua génese, está o facto de, como falantes nativos da Língua Portuguesa, estes professores saberem que a norma social não corresponde à prescrição (incongruente, de resto) das gramáticas escolares. A maioria dos falantes aceita como *normal* usos variantes para diferentes conjuntos de verbos abundantes e os professores têm conhecimento disso.

#### 4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS NORMAS

Dispomos, neste momento, de informações de diversa ordem que nos permitem melhor interpretar as diferentes dinâmicas registadas, no sentido de agrupar os verbos em conjuntos com comportamentos distintos, no que concerne ao uso das formas participiais duplas no contexto em estudo. A partir da descrição dos resultados do inquérito realizado a alunos obtivemos vários elementos que reuniremos agora. Para além da identificação dos verbos que geraram mais ocorrências nulas, registos de hesitação e o uso de formas pseudoparticipiais, conhecemos também o comportamento dos vários verbos nos três grupos de questões. É ainda muito profícua a análise por anos de escolaridade. O facto de haver ou não progressão da forma irregular consoante os quatro segmentos da amostra é muito importante para a identificação de uma tendência – recordem-se as linhas de tendência de cada verbo testado apresentadas nos gráficos do subcapítulo 4.2.3.

A par dos resultados do inquérito, retomaremos ainda os dados relativos às formas participiais registadas nos quatro *subcorpora* escritos de RL que pesquisámos.

Os dados recolhidos através de inquérito e de entrevista a uma amostra de professores de Língua Portuguesa representarão um complemento importante desta análise comparativa.

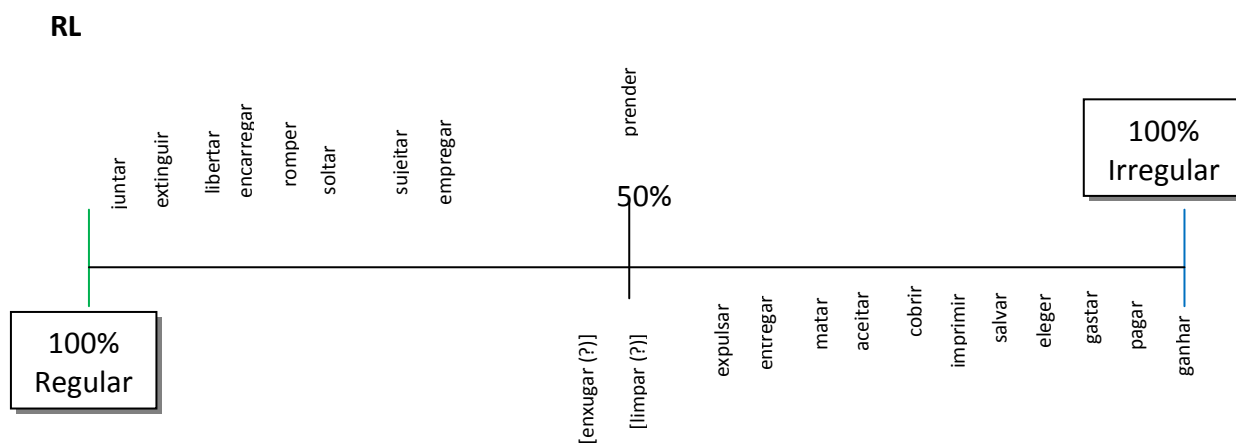
Perante a hipótese de a frequência ser um fator interveniente na difusão de uma variante linguística em detrimento de uma sua concorrente (cf. Kroch, 1994; 2001; Henry, 2002; Lightfoot, 1999), neste capítulo, verificaremos ainda, através do CORLEX, qual o patamar de frequência lexical dos lemas relativos aos vinte e dois verbos sob investigação. Assim, será possível avaliar se o grau de frequência lexical potencia a tendência para a irregularidade, isto é, se o facto de um verbo ser frequente facilita a disposição para a forma participial irregular. Investigar-se-á se, de facto, um verbo abundante de elevada frequência regista uma tendência para o uso da forma participial irregular mais facilmente do que um verbo pouco frequente.

A análise conjunta destes distintos acervos de dados permitirá estabelecer uma tipologia de usos das formas participiais em tempos compostos da voz ativa.

Será por fim recuperada a informação sobre usos participiais variantes recolhida em textos escolares, assim como em estudos de cariz linguístico, no sentido de proceder à verificação do grau de confluência destes elementos com os dados acima referidos.

#### 4.4.1 Síntese global dos dados totais recolhidos em quatro *subcorpora* de RL (CRPC) e através de inquérito

Concentremo-nos, por agora, nos resultados da investigação em quatro *subcorpora* de RL. Recordemos, então, as tendências neles registadas.



**Diagrama 11:** Tendências e percentagens de formas participiais registadas nos quatro *subcorpora* de RL.

A partir do Diagrama 11, verificamos que, dos vinte e dois verbos selecionados para o inquérito realizado em contexto escolar, oito haviam registado uma tendência para a forma participial regular nos quatro *subcorpora* de RL investigados (*juntado*; *extinguido*; *libertado*; *encarregado*; *rompido*; *soltado*; *sujeitado*; *empregado*), ao passo que onze apresentavam percentagens mais altas para as suas formas irregulares (*expulso*; *entregue*; *morto*; *aceite*; *coberto*; *impresso*; *salvo*; *eleito*; *gasto*; *pago*;



*ganho*). O verbo *prender* surgira com 50% de ambas as suas formas participiais. Quanto a *enxugar* e *limpar* surgem a meio do diagrama, com uma interrogação, por não termos obtido ocorrências destes verbos no contexto em estudo.

Já no inquérito realizado no âmbito da presente investigação (no total de 15530 ocorrências fornecidas pelos 307 elementos da amostra de alunos portugueses), são (i) onze os verbos a apresentarem mais de 50% para as formas regulares, assim como são (ii) onze aqueles cujas formas irregulares obtiveram mais de 50% das ocorrências totais – *vide* a análise global dos resultados obtidos para cada verbo na Tabela 84. Assim, registámos a seguinte distribuição:

(i) Prevalência da forma participial **REGULAR**: *rompido* (77%); *enxugado* (77%); *juntado* (72%); *libertado* (70%); *prendido* (69%); *sujeitado* (68%); *imprimido* (67%); *extinguido* (60%); *elegido* (59%); *encarregado* (53%); *soltado* (53%);

(ii) Prevalência da forma participial **IRREGULAR**: *expulso* (50%); *empregue* (52%); *morto* (55%); *entregue* (55%); *limpo* (56%); *aceite* (57%); *coberto* (66%); *salvo* (67%); *pago* (68%); *gasto* (69%); *ganho* (80%).

*Rompido*, *enxugado*, *juntado* *libertado* obtêm mais de 70%, no total de ocorrências, sendo que, nas respostas às questões incluídas na parte A do inquérito, registam mais de 80% e, nas da parte C, mais de 60%. Este último valor não é atingido por *prendido*, no grupo de questões C, mas, em A e em B, essa forma obtivera mais de 90%. *Sujeitado* apresenta resultados um pouco mais equilibrados, mas que, ainda assim, se situam entre 60 e 80%. À medida que vamos observando os verbos cujas formas regulares obtiveram menor percentagem, a distância entre os valores registados nos diferentes grupos de questões vai aumentando. Assim, *imprimido* revela alto grau de utilização (89%), porém a avaliação de ambas as formas participiais é bastante equilibrada (51%). *Extintuido* e *elegido*, que se aproximam dos 60% nos totais, manifestam, em A e em C, percentagens entre os 84 e os 37%.

Verbos	Questõe	Participios	A	%	B	%B	C	%1	C	%2	%t	T	%T
<b>Aceitar</b>	A13; B2; C1; C24	aceitado aceite	12	59	15	60	95	31	80	28	30	45	42,8
			86	41	10	40	20	69	21	72	70	60	57,2
<b>Cobrir</b>	A14; C17	cobrido coberto	98	45	—	—	74	25	—	—	—	17	33,7
			12	55	—	—	21	75	—	—	—	33	66,3
<b>Eleger</b>	B1; C13	elegido eleito	—	—	22	82	11	37	—	—	—	33	59
			—	—	49	18	18	63	—	—	—	23	41
<b>Empregar</b>	A4; B10; C2; C26	empregado empregue	97	58	16	62	11	37	10	39	38	48	47,6
			71	42	10	38	18	63	17	61	62	53	52,4
<b>Encarrega</b>	A6; C19	encarregad encarregue	13	70	—	—	12	42	—	—	—	26	53,2
			59	30	—	—	17	58	—	—	—	22	46,8
<b>Entregar</b>	A1; B13; C5; C25	entregado entregue	14	64	13	48	11	39	95	32	36	49	44,9
			79	36	14	52	18	61	19	68	64	60	55,1
<b>Enxugar</b>	A9; C7	enxugado enxuto	17	91	—	—	20	68	—	—	—	37	76,7
			18	9	—	—	96	32	—	—	—	11	23,3
<b>Expulsar</b>	A8; B6; C21; C27	expulsado expulso	12	62	18	66	79	27	14	49	38	53	49,9
			76	38	98	34	21	73	14	51	62	53	50,1
<b>Extinguir</b>	B14; C16	extinguido extinto	—	—	20	84	11	39	—	—	—	31	59,5
			—	—	38	16	17	61	—	—	—	21	40,5
<b>Ganhar</b>	B8; C12	ganhado ganho	—	—	63	23	54	18	—	—	—	11	20,5
			—	—	21	77	24	82	—	—	—	45	79,5
<b>Gastar</b>	B5; C10	gastado gasto	—	—	12	43	55	18	—	—	—	18	30,7
			—	—	16	57	24	82	—	—	—	40	69,3
<b>Imprimir</b>	A2; C18	imprimido impresso	18	89	—	—	14	51	—	—	—	33	66,9
			24	11	—	—	14	49	—	—	—	16	33,1
<b>Juntar</b>	A11; C22	juntado junto	16	85	—	—	18	63	—	—	—	35	71,6
			30	15	—	—	10	37	—	—	—	13	28,4
<b>Libertar</b>	A12; C23	libertado liberto	17	80	—	—	18	62	—	—	—	35	69,5
			43	20	—	—	11	38	—	—	—	15	30,5
<b>Limpar</b>	B9; C4	limpado limpo	—	—	14	50	11	39	—	—	—	25	44,3
			—	—	14	50	18	61	—	—	—	32	55,7
<b>Matar</b>	A10; B7; C14; C28	matado morto	11	50	16	56	11	37	11	41	39	49	45,5
			11	50	12	44	18	63	17	59	61	59	54,5
<b>Pagar</b>	B3; C3	pagado pago	—	—	12	45	58	19	—	—	—	18	31,6
			—	—	15	55	24	81	—	—	—	40	68,4
<b>Prender</b>	A5; B4; C9; C20	prendido preso	19	91	23	93	17	57	13	45	51	72	68,9
			20	9	18	7	13	43	15	55	49	32	31,1
<b>Romper</b>	A7; C6	rompido roto	19	95	—	—	19	65	—	—	—	39	77,3
			11	5	—	—	10	35	—	—	—	11	22,7
<b>Salvar</b>	B11; C8	salvado salvo	—	—	11	40	81	27	—	—	—	19	33,3
			—	—	17	60	21	73	—	—	—	38	66,7
<b>Soltar</b>	B12; C15	soltado solto	—	—	15	55	14	50	—	—	—	30	52,5
			—	—	12	45	14	50	—	—	—	27	47,5
<b>Sujeitar</b>	A3; B15; C11; C29	sujeitado sujeito	14	78	20	74	18	62	17	61	61	70	67,5
			41	22	72	26	11	38	11	39	39	34	32,5

Tabela 84: Frequência (número de ocorrências por questão e percentagem total)<sup>374</sup> – organizada por verbos.

<sup>374</sup> Recorde-se que para cada questão, em função do grupo a que pertence – A, B ou C –, temos duas colunas, uma respeitante ao valor absoluto e outra com o valor percentual das formas apuradas. No caso dos verbos testados em apenas duas questões, as colunas respetivas não surgem totalmente preenchidas. As duas últimas colunas contêm o valor absoluto das ocorrências e a percentagem relativa a cada verbo nas duas ou quatro questões em que foram testados – calculada a partir do total de ocorrências para esse verbo.

*Encarregar* e *soltar* apresentam a forma regular como dominante, porém numa percentagem muito próxima dos 50%, o que é testemunho da situação de variação em que se encontram. Paralelamente, acontece algo semelhante com *expulsar* e *empregar*, havendo, nestes dois casos, ligeira tendência para o uso da forma irregular.

Apesar de os resultados obtidos por *morto*, *entregue*, *limpo* e *aceite* se situarem entre os 55 e os 57%, a sua distribuição pelos quatro anos de escolaridade – entre outros dados que reuniremos na análise que se segue – permitem-nos fundamentar a afirmação de que há uma progressão da forma irregular face à regular.

Noutro patamar, estão as formas irregulares *coberto* (66%), *salvo* (67%), *pago* (68%), *gasto* (69%) e, ainda mais firmemente, *ganho* (80%), que se apresentam com forte prevalência em detrimento da correspondente forma participial regular.

Ao compararmos os resultados globais do inquérito realizado a alunos do ensino básico e secundário e os dados recolhidos no RL<sup>375</sup>, registamos apenas quatro **divergências**. No caso de *imprimir*, *eleger* e *prender*, os resultados do nosso inquérito favoreceram a forma participial regular, enquanto que nos quatro *subcorpora* de RL se averbaram percentagens mais elevadas para as respetivas formas irregulares. Pelo contrário, a forma regular de *empregar* registou maior percentagem de ocorrências nos *subcorpora* de RL e a irregular foi a forma prevalecente nos dados obtidos em meio escolar.

Nestes casos em que há discrepância no total de ocorrências, poderá ser decisiva a análise dos subtotais, não apenas os relativos aos três grupos de questões, mas, especialmente, os que concernem à variável *ano de escolaridade*. Como dissemos, a distribuição das formas participiais pelos quatro segmentos constituiu um dos elementos que nos permitiu delinear as tendências registadas para cada verbo, como veremos de seguida.

---

<sup>375</sup> Apesar de os *subcorpora* de RL analisados serem todos escritos, como as respostas ao nosso inquérito, este resulta de atividade linguística solicitada, isto é, condicionada no sentido de obter especificamente formas participiais no contexto sob investigação, ao passo que aqueles consistem em produção não orientada para este fim específico. Por outro lado, e em consequência disso, o número de ocorrências obtidas é bastante superior no caso do inquérito realizado a alunos. As comparações feitas entre os dados de ambas as pesquisas serão, pois, feitas com estas ressalvas.

#### 4.4.2 Tipologia de usos das formas participiais dos 22 verbos testados

Recuperemos, então, a informação de que dispomos em relação aos verbos testados, agrupando-os em conjuntos, consoante a sua tendência mais marcada para a forma participial regular, para a forma irregular ou, ainda, para a variação, no sentido de melhor compreender estas dinâmicas. Para esta análise, acompanhe-se as Tabelas 85, que resumem os dados recolhidos e em que se estabelece uma tipologia de usos participiais dos vinte e dois verbos investigados.

Dividimos os dados em três Tabelas, com o intuito de tornar mais claras as três tendências registadas. Assim, na Tabela 85a incluímos os dados dos verbos que mais inequivocamente demonstram propensão para o uso da forma participial regular; na Tabela 85b estão as informações relativas aos verbos cujas formas participiais irregulares revelaram maior uso e, na Tabela 85c, registamos os resultados do conjunto de verbos com maior nível de variação e que não apresentaram uma tendência definida para nenhuma das formas participiais.

Estas Tabelas contêm os diversos dados recolhidos através de inquérito a alunos, nomeadamente a identificação da forma participial predominante, com a respetiva percentagem, bem como a percentagem de ocorrências nulas, de registos de hesitação e de formas pseudoparticipiais. Regista-se igualmente a forma dominante no inquérito realizado a professores de Língua Portuguesa e respetiva percentagem total. Para além disso, resume os resultados relativos aos quatro *subcorpora* de RL analisados, designadamente a forma participial dominante e os respetivos número e percentagem de ocorrências. É ainda identificado o patamar de frequência lexical do lema correspondente ao verbo, de acordo com o CORLEX. Os verbos a que autores de textos de escolaridade reconheceram usos participiais variantes são igualmente identificados nestas Tabelas. Contempla-se, ainda, informação relativa a outros estudos que registam usos variantes para os verbos em causa. Listam-se, de seguida, essas obras:

- (1) Villalva e Almeida, 2005
- (2) Móia, 2005
- (3) Barros, 2002
- (4) Teyssier, 1989 (informantes das variedades portuguesa e brasileira da Língua Portuguesa)
- (5) Piel, 1988 [1944]

### **Tendência para o uso da forma participial REGULAR**

De acordo com a totalidade dos dados recolhidos nas diversas fontes, concluímos haver uma propensão marcada para o uso das formas participiais regulares dos verbos *enxugar*, *extinguir*, *juntar*, *libertar*, *romper* e *sujeitar*. Ainda que, como veremos mais à frente, com alguma diversidade de resultados, tendo em conta todos os elementos disponíveis, considerámos que também *imprimir* e *prender* pertencem a este grupo.

No inquérito realizado em meio escolar, as formas participiais regulares de três destes verbos obtiveram percentagens totais<sup>376</sup> de uso superiores a 70% (*enxugar* e *romper*, 77%; *juntar*, 72%). Muito próximas desse valor, as formas *libertado* e *prendido* registaram 69%, *sujeitado* recebeu 68% das ocorrências e *imprimido*, 67%. Quanto a *extinguir*, a sua forma regular recolheu 59% – vide Tabela 85a.

---

<sup>376</sup> Relativamente aos dados recolhidos através de inquérito, introduzimos, nas Tabelas 85a, b e c, duas percentagens totais decorrentes de dois modos de cálculo: (i) na linha designada *Percentagem no total ocorrências*, contou-se o número total de ocorrências de ambas as formas participiais no conjunto de questões em que se testou cada verbo e calculou-se a percentagem; (ii) na linha seguinte da tabela considerámos a *Percentagem média dos 4 segmentos*, isto é, contabilizou-se a média das percentagens obtidas em cada ano de escolaridade, somando-se as percentagens recolhidas pela forma regular e pela forma irregular registadas em cada um dos segmentos e, então, dividiu-se esse valor por quatro. Dado não termos o mesmo número de informantes nos quatro segmentos da amostra, o segundo modo de cálculo permite dar igual peso relativo a cada um dos quatro anos de escolaridade. Na verdade, como se poderá verificar através da comparação entre as três partes – a, b e c – da Tabela 85, as percentagens resultantes dos dois modos distintos de cálculo não diferem substancialmente, mas considerámos que a simples constatação deste facto era indispensável.

Verbo		Enxugar	Extinguir	Juntar	Libertar	Romper	Sujeitar	Imprimir	Prender	
CORLEX		4º	5º	6º	6º	5º	6º	5º	6º	
Textos escolaridade		Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	
Outros estudos que registam variação		5	1,(2) <sup>377</sup> ,5	--	--	1	--	(1),4,5	(1),(2)	
4 subcorpora de RL	Forma dominante	Sem ocor.	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Irregular	Varição	
	%		100%	100%	100%	100%	80%	100%	50%	
	Nº ocorrências		3/3	5/5	3/3	3/3	4/5	2/2	2/4	
Inquérito Professores	Forma dominante	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	
	%	95.3%	75%	88.6%	93.2%	100%	93.2%	84.1%	95.4%	
Inquérito (Alunos)	Forma dominante	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	
	Percentagem no total ocorrências	77%	59%	72%	69%	77%	67%	67%	69%	
	Percentagem média 4 segmentos	77.5%	60%	71%	70%	77%	68%	70%	70%	
	Progressão da f. irregular por anos de escolaridade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
	% mais baixa para f. irregular	16%	33%	24%	24%	11%	26%	12%	25%	
	Ano de escolaridade % mais baixa	10º	2º	7º	10º	10º	10º	2º	10º	
	% mais elevada para f. irregular	26%	51%	37%	33%	32%	38%	42%	39%	
	Ano de escolaridade % mais elevada	5º	5º	5º	5º e 7º	5º	5º	5º	5º	
	Ocor. nulas	19.7%	14.2%	20.4%	17.3%	16.9%	14.8%	18.2%	14.3%	
	Ambas as formas participiais	2	0	0	0	0	0	0	0	
	Formas pseudoparticipiais regulares	Nº	0	0	0	0	1	0	0	1
		%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Formas pseudoparticipiais irregulares	Nº	4	6	0	0	1	9	2	1
		%	1%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%
	Formas regulares com hesitação	Nº	6	8	5	7	7	10	5	16
		%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Formas irregulares com hesitação	Nº	6	13	5	4	8	10	9	9	
	%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	2%	1%	
Tendência		Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	

Tabela 85a: Tipologia de uso das formas participiais de verbos abundantes - tendência para a forma regular

A taxa de ocorrências nulas originada pelo conjunto de oito verbos incluídos na Tabela 85a situa-se entre os 14.2% (*extinguir*) e os 20.4% (*juntar*). Ao confrontarmos estes resultados com os dos verbos que apresentaram prevalência para a forma

<sup>377</sup> Uma vez que Villalva e Almeida (2005) e Peres (2005) dispõem de dados percentuais sobre a variação participial dos verbos por eles testados, nas Tabelas 85, colocámos a referência a estes estudos (1 e 2) entre parêntesis quando os autores registam variação, mas com uma tendência menor para o uso da forma irregular do que para os restantes verbos.

irregular, verificamos que, genericamente, há uma grande discrepância, já que os primeiros geraram muito mais ocorrências nulas do que os segundos. Como veremos aquando da análise da Tabela 85b, os verbos cujas formas participiais irregulares apresentam níveis mais elevados de uso originaram entre 0 e 13.9% de ocorrências nulas, sendo que a maioria esteve apenas entre 0 e 2%. Constatamos, portanto, que, o conjunto de verbos cuja forma regular foi predominante coincide com o grupo de verbos sobre os quais os alunos tiveram mais dúvidas ou apresentaram mais dificuldade em responder validamente<sup>378</sup>. Assim, sabemos que as percentagens registadas para as formas participiais dos verbos presentes na Tabela 85a decorrem de um menor número de ocorrências válidas do que as que estão inscritas na Tabela 85b.

Para nenhum dos verbos incluídos na Tabela 85a, houve progressão dos valores registados pela forma irregular nos quatro anos de escolaridade. Pelo contrário, para a maioria destes verbos, a percentagem mais *reduzida* obtida pela forma irregular ocorreu no 10º ano (*enxugar, libertar, prender, romper e sujeitar*) e, para *juntar* surgiu no 7º ano<sup>379</sup>. Tendo constatado a tendência dos alunos mais novos para a regularização, é, pois, expressivo o facto de, nestes verbos, serem os inquiridos de anos mais avançados a produzir as percentagens mais elevadas para a forma regular. Paralelamente, o segmento da amostra em que ocorreu a percentagem mais *elevada* para as formas irregulares dos oito verbos referidos é o 5º ano – no caso de *libertar*, a percentagem é igual no 5º e no 7º ano. Para além disso, a percentagem mais elevada para a forma irregular de sete destes oito verbos é inferior a 50%. *Extinto*, a exceção, obtém apenas 51% nesse segmento.

O registo da percentagem mais alta de formas irregulares no 2º ou no 5º ano (encontrando-se, no 10º ano, a mais baixa) já havia sido referido em 4.2.3.2, a propósito de questões concretas do Grupo C:

- C6, **roto**, 5º ano: 45,9%; 10º ano: 17% (diferença de 28,9%);
- C29, **sujeito**, 2º ano: 47,5%; 10º ano: 23,1% (diferença de 24,4%);
- C23, **liberto**, 2º ano: 46,3%; 10º ano: 26,4% (diferença de 19,9%);

---

<sup>378</sup> Sendo assim tão altas estas percentagens, seria possível que, com um maior nível de respostas válidas, os resultados fossem algo diferentes. Contudo, uma vez que dispomos de outros elementos e de outras fontes, podemos afirmar que, para o grupo de seis verbos acima identificados, a tendência para a forma regular é clara.

<sup>379</sup> Apenas para *extinguir* e *imprimir* esse valor surgiu no segmento do 2º ano.

- C9, *preso*, 5º ano: 50,6%; 10º ano: 34% (diferença de 16,6%);
- C7, *enxuto*, 2º ano: 36,2%; 10º ano: 22,6% (diferença de 13,6%).

Na verdade, para além de não termos registado, para estes cinco verbos, um aumento de uso da forma participial irregular pelos quatro anos de escolaridade sob investigação, os quatro *subcorpora* de RL também nos haviam indicado uma prevalência da forma regular. Nos casos de *juntar*, *extinguir*, *libertar* e *romper*, 100% das ocorrências nesses *corpora* correspondiam às suas formas regulares. *Sujeitado* apresentou 80% e, para o verbo *enxugar*, não tínhamos obtido ocorrências. Apesar de estas percentagens serem elevadas, testámos estes verbos por essa fonte nos ter fornecido apenas 3 a 5 ocorrências. As elevadas percentagens também recolhidas no inquérito realizado a alunos confirmam que, ainda que estes verbos apresentem alguma variação, há uma tendência para o uso das suas formas participiais regulares. A mesma tendência foi registada nos dados obtidos por inquérito junto de professores, em que as formas regulares destes verbos obtiveram mais de 90% das ocorrências.

Sete gramáticas e um manual escolar colocam *enxugar* entre a lista de verbos abundantes, não havendo neles referência a usos distintos da regra. Contudo, em 1944, Joseph Piel (1988 [1ª ed.: 1944]: 238) identificava-o como permeável a variação, assim como *imprimir* e *extinguir*, pois «modernamente, hesita-se entre *impresso* e *imprimido*, *enxuto* e *enxugado*, *extinto* e *extinguido*, etc». Neste caso, apesar dos vários registos de hesitação e dúvida<sup>380</sup>, os dados sugerem que a forma regular é, nesta sincronia, dominante.

Já *juntar* e *libertar*, não sendo identificados em estudos linguísticos como propensos a variação participial, são-no em textos concebidos para uso em contexto escolar. De facto, *juntar* criou insegurança nos alunos do ensino básico e secundário, tendo sido o verbo que gerou maior percentagem de ocorrências nulas (20.4 %).

Ao verbo *sujeitar* não são apontados usos variantes em textos escolares, nem em estudos de cariz linguístico. Aliás, dos verbos estudados por Villalva e Almeida (2005: 292), esse foi mesmo o verbo que manifestou «um comportamento mais próximo do previsto na prescrição gramatical», tendo em conta as três construções

---

<sup>380</sup> Para além de registos de hesitação no uso e seleção de formas participiais, os alunos criaram algumas formas pseudoparticipiais irregulares e originaram ocorrências nulas em 19,7% dos casos.



sintáticas analisadas pelas autoras, com *ter*, *ser* e *estar*; em tempos compostos, a forma *sujeitado* foi usada em 78.8% das ocorrências.

Pelo contrário, Villalva e Almeida inserem *extinguir* e *romper* no «conjunto de verbos que exhibe uma tendência para uma distribuição equivalente» na formação dos tempos compostos (2005: 291) e acrescentam, ainda, *extinguir* entre os verbos que, de modo menos generalizado que outros, tendem a perder a forma fraca (Villalva e Almeida, 2005: 294). Relativamente a este verbo, Mória (2005: 118), a partir do *corpus* CETEMPúblico, concluiu, à semelhança do que registámos no nosso inquérito, que se trata de um verbo «cujo particípio irregular ocorre no contexto em causa, mas com relativa raridade».

Recorde-se que, apesar dessa conclusão resultante dos dados recolhidos através de inquérito, se registou alguma insegurança linguística, comprovadamente originada pelo desconhecimento lexical, pelo menos no caso dos inquiridos do 2º ano, que frequentemente pediram esclarecimentos sobre o significado do verbo *extinguir*. O mesmo facto interfere nos altos resultados obtidos pela forma participial regular, na medida em que esta é a forma morfológicamente mais acessível. De facto, o uso da forma regular, nestes casos, é expectável, já que «people (...) readily apply regular inflections to novel unusual words» (Pinker e Ullman, 2002: 458). O comportamento registado revela um uso produtivo das regras de construção de participios regulares. Inversamente, sabendo que as formas irregulares só se apreendem através do *input* e que é necessário que a quantidade<sup>381</sup> destas nesse *input* atinja um determinado nível para que a aquisição se processe, é improvável que a forma *extinto* já tenha sido adquirida pelos alunos do segmento do 2º ano. Quanto aos segmentos relativos aos anos de escolaridade mais avançados, a pouca frequência da forma irregular comprova a efetiva dominância de *extinguido*, sendo no 5º ano que se registou a percentagem mais elevada para a forma irregular (51%)<sup>382</sup>.

Quanto a *romper*, saliente-se ainda que, tanto em A (94.8%) como em C (65%), houve predomínio da forma regular. Ainda que tenha havido uma redução significativa dos valores de *rompido* no Grupo C, é esta a forma que os inquiridos avaliam mais

---

<sup>381</sup> O facto de não se conhecer o significado do verbo não implica que nunca se tenha ouvido ou, até, lido, porém é, com grande probabilidade, indicador da não aquisição da sua forma participial irregular.

<sup>382</sup> Em particular na questão C16, *extinto* obteve, no 2º ano, 48.6% e, no 5º ano, 71.8%, perfazendo uma diferença de 23.2%.

positivamente. Os dados do CORLEX vão igualmente nesse sentido, já que não há registo de *roto* como forma verbal, mas apenas como adjetivo. Também os professores de Língua Portuguesa inquiridos confirmam fortemente estes dados, já que a forma *rompido* obtém 100% das ocorrências.

Quanto ao **índice de frequência lexical**, *juntar*, *libertar*, *prender* e *sujeitar* estão no 6º patamar, o que significa que são verbos com elevada frequência. *Extinguir*, *imprimir* e *romper* pertencem ao 5º e *enxugar* ao 4º. Note-se que, precisamente para três dos verbos mais frequentes deste grupo, *juntar*, *prender* e *sujeitar*, existe **isomorfia** entre a forma participial irregular e um nome (*o preso*<sup>383</sup>, *o sujeito*) ou uma locução preposicional (*junto a*; *junto de*). Assim, pode considerar-se a hipótese de o falante utilizar uma forma participial que não possa ser confundida com outra forma detentora de outra funcionalidade. Ora, sabendo que há alguma tendência para a resolução histórica de casos de abundância, é possível que, ao apurar um uso nominal para a forma *sujeito*, que representa um lema frequente, o falante mais facilmente decida seleccionar para uso participial em tempos compostos da voz ativa a forma *sujeitado*<sup>384</sup>. Do mesmo modo, havendo duas locuções preposicionais tão frequentes como *junto de* ou *junto a* parcialmente idênticas à forma participial irregular, é compreensível que a forma participial *juntado* fique favorecida em contextos verbais. O facto de tanto os lemas dos dois verbos, *sujeitar* e *juntar*, como o nome e a locução isomórficos em relação às formas participiais irregulares<sup>385</sup> serem de elevada frequência amplifica a possibilidade de o nome *sujeito* e a locução *junto de/a* já terem surgido em quantidade suficiente no *input* do informante para que este assumira a forma participial regular como a única forma participial de uso verbal<sup>386</sup>.

---

<sup>383</sup> Sobre os verbos *prender* e *imprimir* desenvolveremos considerações um pouco mais à frente.

<sup>384</sup> Deste modo, pode eventualmente acabar por se resolver a abundância não através de uma distribuição das variantes por diferentes contextos sintáticos mas até através da eliminação da forma irregular como participial. Neste sentido, Villalva e Almeida (2005: 294), incluem *sujeitar* num «conjunto de verbos cujo comportamento é mais aleatório, aproximando-se um pouco da prescrição gramatical, mas talvez apenas a caminho de uma das soluções anteriores», que consiste, precisamente, na perda de uma das formas participiais. No caso de *sujeitar*, é possível que seja a forma irregular a que tende a perder valor participial.

<sup>385</sup> Como forma preposicional, no CORLEX, *junto* situa-se num patamar acima do lema do verbo, tendo entre 3163 e 10000 ocorrências. O nome *sujeito* surge no 5º patamar, podendo, assim, ter até 1000 ocorrências.

<sup>386</sup> A nossa pesquisa cingiu-se aos tempos compostos, pelo que não temos dados próprios para nos referirmos aos restantes contextos de uso da forma participial. De qualquer modo, uma vez que alguns

Tendo em conta todas as fontes e os pormenores da dinâmica de uso participial de *imprimir e prender*, concluímos que também estes verbos revelaram uma tendência para a sua forma participial regular. No entanto, convém refletir sobre a discrepância registada entre os resultados do inquérito realizado em escolas e os quatro *subcorpora* de RL.

No caso de *imprimir*, as duas únicas ocorrências em tempos compostos registadas no *subcorpus* de livro técnico correspondiam à forma *impresso* (vide subcapítulo 3.3.4)<sup>387</sup>. Quanto ao nosso inquérito, para além de a percentagem não ter sido de 100%, demonstrando haver variação, a tendência registada foi mesmo a inversa. Houve 67% de ocorrências da forma regular, valor este extremamente aproximado do que foi obtido por Villalva e Almeida (2005: 294) – *tem imprimido* 68.8%<sup>388</sup>. A percentagem de ocorrências nulas foi considerável (18.2%), comprovando o elevado nível de insegurança linguística causado pelo uso participial deste verbo neste contexto verbal. Apesar desta discrepância, tendo também em conta que não há um aumento de uso da forma irregular distribuído pelos quatro segmentos do nosso inquérito, a forma irregular não parece ter expressão suficiente para se sobrepor à regular. Na verdade, a forma *imprimido* aumenta os seus valores entre o 5º (48%) e o 10º ano (70%), o que, porventura, pode dever-se à existência de uma forma nominal (cf. *impresso*) análoga à forma participial irregular. Como já sugerimos a propósito de *juntar e sujeitar*, há a hipótese de essas formas não participiais potenciarem o uso da forma participial que não coincide com elas. E, mais uma vez, a frequência lexical pode favorecer esta situação, já que o lema do verbo *imprimir* surge no 5º patamar (317-1000 ocorrências) e o nome *impresso* no 4º (101-316 ocorrências).

De modo semelhante, a forma participial irregular de *prender* é idêntica a um nome (*preso*), cujo patamar de frequência lexical no CORLEX é o 5º (317-1000 ocorrências). O lema do verbo *prender* pertence ao 6º patamar (1001-3162 ocorrências). Assim, é possível que esta isomorfia esteja a favorecer o uso da forma

---

contextos são mais próximos das características adjetivais, é possível que não se processe o bloqueio à forma irregular, que consideramos existir nos tempos compostos da voz ativa, para casos como os de *juntar e sujeitar*.

<sup>387</sup> Recordemos que Teyssier (1989) e Piel (1988 [1944]) atestam uma situação de variação para este verbo.

<sup>388</sup> A amostra de professores atribuiu 84.1% à forma *imprimido*, porém, como vimos em 4.3.3, em entrevista, alguns professores demonstraram dúvidas sobre os usos participiais deste verbo.

participial regular, como acontece nos dados obtidos no inquérito realizado em escolas, em que *prendido* obteve 69% das ocorrências, havendo, inclusivamente, um aumento de ocorrências entre os 5º, 7º e 10º anos (61%, 70% e 75%, respetivamente).

Os dados recolhidos por Villalva e Almeida (2005: 294) estão, contudo, mais próximos dos 50% (*tem prendido* 58.1%), havendo, nas palavras das linguistas, «uma tendência para uma distribuição equivalente» entre ambas as formas participiais, no que concerne aos tempos compostos (Villalva e Almeida, 2005: 291). De facto, nos quatro *subcorpora* de RL também foi registada variação, sendo de 50% o uso de cada uma das formas participiais. No entanto, o número total de ocorrências é apenas 4, pelo que optámos por integrar *prender* entre os verbos cuja forma regular prevalece. Trata-se do último verbo que incluímos neste grupo<sup>389</sup> precisamente por ser o que registou menor convergência nos diversos elementos de que dispomos. Neste conjunto de verbos, foi ainda um dos que mais hesitação suscitou – *vide* Tabela 85a. Destaca-se ainda que *prender*, a par de *imprimir*, foi um dos poucos verbos a registar, no segmento do 10º ano, diferenças superiores a 35% entre grupos de questões. Este segmento sobressaiu como aquele cuja produção se aproximava mais da avaliação das formas participiais, pelo que se torna relevante haver um maior nível de oscilação por parte deste grupo de inquiridos em relação às formas *impresso* (A2: 10.4%; C18: 47.2% – diferença de 36.8%) e *preso* (B4: 7.8%; C20: 47.2% – diferença de 39.4%). A prevalência das formas regulares correspondentes está, pois, sujeita a uma maior instabilidade do que nos outros verbos desta categoria.

---

<sup>389</sup> Relativamente aos verbos *eleger*, *encarregar* e *soltar*, como discutiremos mais à frente, ainda que as suas formas participiais regulares tenham obtido mais de 50% no inquérito realizado por nós, integrámo-los entre os verbos que apresentam grande variação – *vide* Tabela 85c.

### Tendência para o uso da forma participial IRREGULAR

Na Tabela 85b, encontram-se os dados relativos aos oito verbos cujas formas participiais irregulares demonstram maior vitalidade. Trata-se dos verbos **ganhar**, **gastar**, **pagar**, **salvar**, **cobrir** e, também, **aceitar**, **entregar**, **matar**.

Os cinco primeiros apresentam percentagens um pouco mais elevadas, tendo em conta o cômputo geral das duas fontes de ocorrências analisados nesta investigação. **Ganhar** surgiu, claramente, como o verbo que mais inequivocamente tendeu para a forma participial irregular, que obteve 80% no inquérito e 100% de 68 ocorrências no RL. Com o bloco constituído por **gastar**, **pagar**, **salvar** e **cobrir** acontece, genericamente, o mesmo: no inquérito, 66 a 69% das respostas válidas correspondem à forma irregular (*gastar*, 69%; *pagar*, 68%; *salvar*, 67%; *cobrir*, 66%)<sup>390</sup> e, nos *subcorpora* de RL, essa forma obteve 100% das ocorrências. O que varia é o número de ocorrências registadas em cada caso: *gastar*, sete ocorrências; *pagar*, catorze ocorrências; *salvar*, três ocorrências; *cobrir*, apenas uma ocorrência.

Relativamente ao segundo conjunto a que apontámos propensão para a forma irregular, os três verbos aí incluídos (**aceitar**, **entregar** e **matar**) apresentam no inquérito resultados semelhantes, com percentagens entre os 55 e os 57%<sup>391</sup>, do mesmo modo que, também em RL, registam, uniformemente, entre 82 e 91% de ocorrências – sendo que o número de ocorrências totais está entre 11 e 27, o que é superior à média de 6 por verbo<sup>392</sup>. O facto de, no inquérito realizado a alunos, a percentagem recolhida por estas formas irregulares estar próxima dos 50%, e, portanto, revelar um alto grau de variação, deve ser interpretado considerando outros elementos de análise. Referimo-nos, principalmente, à distribuição dos valores pelos quatro segmentos da nossa amostra. Como vimos, aquando da análise realizada verbo

<sup>390</sup> As percentagens obtidas por Villalva e Almeida (2005: 290-291) são um pouco mais elevadas, registando-se, para as formas irregulares destes verbos, entre 74 e 81%.

<sup>391</sup> Mais uma vez, as percentagens recolhidas por Villalva e Almeida (2005: 290-291) para as formas irregulares *aceite* e *entregue* são ligeiramente mais elevadas, situando-se entre 64 e 70%.

<sup>392</sup> Como vimos em 3.3.5, tendo em conta os 92 verbos pesquisados no RL, houve, em média, seis ocorrências participiais em tempos compostos da voz ativa para cada verbo. No caso dos três verbos a que agora nos referimos, as percentagens obtidas resultam de um número total de ocorrências bastante superior à média: *entregue* recolheu 10 das 11 ocorrências (91%) no contexto procurado; *morto* surgiu 15 vezes num total de 18 ocorrências (83%); a forma irregular *aceite* obteve 22 ocorrências num total de 27 (82%).

a verbo, esse dado é um dos mais relevantes para melhor entendimento da dinâmica existente entre as duas formas participiais. E, no caso de *aceitar*, *entregar* e *matar*, verifica-se um aumento de uso da forma irregular do 2º ao 10º ano de escolaridade, de tal modo que, nas linhas de tendência traçadas nos gráficos do subcapítulo 4.2.3.2, fica evidente a orientação para a forma forte.

Verbo		Ganhar	Gastar	Pagar	Salvar	Cobrir	Aceitar	Entregar	Matar	
CORLEX		7º	6º	7º	6º	6º	6º	6º	6º	
Textos escolaridade		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	
Outros estudos que registam variação		1,2,4	1,2,4	1,3,4	1,2,4	1	1,2,4	1,2,4	2,4	
4 subcorpora de RL	Forma dominante	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	
	%	100%	100%	100%	100%	100%	82%	91%	83%	
	Nº ocorrências	68/68	7/7	14/14	3/3	1/1	22/27	10/11	15/18	
Inquérito Professores	Forma dominante	Irregular	Irregular	Irregular	Regular	Irregular	Regular	Regular	Regular	
	%	65.9%	72.1%	77.3%	61.4%	93.2%	60.9%	56.8%	51.1%	
Inquérito (Alunos)	Forma dominante		Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	
	Percentagem no total ocorrências		80%	69%	68%	67%	66%	57%	55%	54%
	Percentagem média 4 segmentos		76%	68%	65%	64%	63%	54%	53%	52%
	Progressão da f. irregular por anos de escolaridade		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	% mais baixa para f. irregular		46%	47%	38%	41%	45%	30%	30%	28%
	Ano de escolaridade % mais baixa		2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º
	% mais elevada para f. irregular		90%	83%	80%	75%	72%	67%	67%	65%
	Ano de escolaridade % mais elevada		10º	10º	10º	10º	7º	10º	10º	10º
	Ocor. nulas		1.9%	0%	0%	0%	1.9%	13.9%	1.4%	2.8%
	Ambas as formas participiais		1	0	0	1	1	2	1	1
	Formas pseudoparticipiais regulares	Nº	0	0	0	0	0	0	1	1
		%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Formas pseudoparticipiais irregulares	Nº	1	0	1	0	1	0	10	12
		%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%
	Formas regulares com hesitação	Nº	5	1	4	4	9	11	13	12
%		1%	0%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	
Formas irregulares com hesitação	Nº	10	7	10	3	9	15	16	22	
	%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	2%	
Tendência		Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	Irregular	

Tabela 85b: Tipologia de uso das formas participiais de verbos abundantes - tendência para a forma irregular

Com efeito, os oito verbos com tendência para a forma irregular, presentes na Tabela 85b, registam, de modo semelhante, uma progressão dos valores destas formas consoante progredimos no ano de escolaridade. É relevante que a percentagem mais baixa tenha surgido, para estes oito verbos, no segmento do 2º ano mas, alguns deles com valores superiores a 40% (*gastar*, 47%; *ganhar*, 46%; *cobrir*: 45%; *salvar*, 41%). Quanto às percentagens mais elevadas das respetivas formas irregulares, apenas para *cobrir* não se registaram no 10º ano, mas no 7º. E, mais uma vez, as percentagens são consideravelmente altas. Por ordem crescente, registámos, nos segmentos identificados: *matar*, 65%; *aceitar*, 67%; *entregar*, 67%; *cobrir*, 72%; *salvar*, 75%; *pagar*, 80%; *gastar*, 83%; *ganhar*, 90%.

É ainda de assinalar que também a amostra de professores inquirida e entrevistada, apesar do elevado grau de condicionamento a que os indivíduos estavam sujeitos, indicaram para estes verbos uma tendência para a forma irregular ou para a variação – sobretudo no caso de *salvar*, *aceitar*, *entregar* e *matar*, cujas formas regulares obtiveram entre 51 e 61%.

Para além disso, constatamos que, para seis dos verbos deste grupo, três linguistas referem usos variantes. Relativamente ao reconhecimento de usos variantes em textos de cariz escolar, apenas *matar* e *entregar* não o obtêm.

Comparando as Tabelas 85a e 85b no que diz respeito a formas pseudoparticipiais criadas pelos informantes e a registos de hesitação, concluímos não haver diferenças relevantes entre os dois grupos de verbos, o que significa que ambos geram graus idênticos de dúvida na utilização participial.

Note-se que, embora as percentagens registadas para os verbos cujas formas regulares prevalecem sejam, na sua globalidade, superiores às dos verbos que demonstram tendência para as formas irregulares, a taxa de ocorrências nulas do primeiro grupo é também bastante superior à do segundo. Quase todos os verbos da Tabela 85b – à exceção de *aceitar* (13.9%) – apresentaram apenas entre 0 e 2.8% de ocorrências nulas.

Na verdade, como sugerimos em 2.2.3, a simples existência de verbos não abundantes no que diz respeito ao participípio passado pode desencadear incerteza, já que uns verbos só têm forma regular (cf. *cantado*, *comido*), ao passo que outros

possuem apenas forma irregular (cf. *feito*). E essas formas únicas são, no caso destes verbos não abundantes, utilizadas em todos os contextos participiais, gerando, portanto, uma certa ambiguidade funcional que poderá atuar como força de bloqueio ao reconhecimento (ou à atribuição) da distribuição funcional das formas participiais regulares e irregulares. Os usos dos verbos não abundantes podem, pois, dificultar o acesso ao nível de limiar (Lightfoot, 1999) necessário para conseguir reconhecer o padrão distributivo prescrito para os verbos abundantes.

Ora, se recordarmos alguns estudos já explorados no subcapítulo 2.2.1, de facto, o desconhecimento da distribuição sintática poderá favorecer o uso da forma irregular. Senão, vejamos: sabemos, pelos estudos de Pinker (1995b: 113-114), Kroch (1994: 5-6) e Lightfoot (1999: 94-100), que, quando o *input* fornece ocorrências de formas irregulares em quantidade suficiente, a forma regular tende a ficar bloqueada.

Não havendo dúvidas de que a regularidade é de mais fácil apreensão, de facto, o falante que se depara com a irregularidade vezes suficientes para a adquirir pode concluir que essa é a única forma válida, passando a usá-la mesmo nos contextos em que a regular seria a prescrita.

«criou-se provavelmente na mente dos falantes certa preocupação em não tender para a formação fraca, como fazem as crianças ou os menos letrados» «existe certo pendor para (...) considerar as fortes como correctas em detrimento das fracas, numa espécie de fenómeno de ultracorreção»

Barros, 2002: 63

Na verdade, o facto de os verbos não abundantes cuja forma participial é irregular (cf. *dito, feito, visto*) serem de elevada frequência também pode propiciar esta situação. Ao registar com frequência a forma participial irregular de um verbo abundante no seu *input*, no contexto de tempos compostos, o falante desconsidera a forma regular correspondente, bloqueia-a e cria na sua gramática interna um novo padrão que associa a forma irregular aos tempos compostos.

Com efeito, este fenómeno poderá contribuir para os resultados registados para os verbos que incluímos nesta segunda categoria da tipologia que exploramos.



Relativamente à existência de **pares homónimos de formas participiais e nomes** ou outras classes sintáticas – que, como vimos a propósito de *sujeitar*, *imprimir*, *prender* e *juntar*, pode contribuir para uma maior utilização da forma participial não coincidente –, no conjunto de verbos cuja tendência é a do uso da forma irregular, há alguns casos a registar. Na verdade, *ganho(s)*, *gasto(s)*, *morto* são nomes idênticos às formas participiais irregulares, porém, nestes casos, não parece ter havido um efeito motivador de bloqueio dessa forma participial em favor da regular.

Poderíamos colocar a hipótese de este facto se dever ao índice de frequência lexical dos itens. No entanto, não parece ser esse o caso. Ainda que a frequência lexical do nome seja bastante mais reduzida do que a do lema verbal, sendo a diferença, concretamente, de dois patamares nos casos de *gasto(s)* (4º patamar do CORLEX; 101 a 316 ocorrências) e *ganho(s)* (5º patamar do CORLEX; 317 a 1.000 ocorrências), estes valores não representam propriamente um índice de baixa frequência. Quanto à forma nominal *morto*, apesar de tanto o nome quanto o verbo (*matar*) pertencerem ao 6º patamar de frequência, a forma participial irregular não terá sofrido bloqueio, não tendo havido (grande) favorecimento da forma regular<sup>393</sup>.

Sendo assim, ao procurar outra explicação para estes dados, recordamos<sup>394</sup> que Kroch (1994: 5-6) apenas prevê a possibilidade de ser **a forma regular a que sofre bloqueio**. E, de facto, parece ser o que acontece no caso destes verbos. A existência de isomorfia entre nome e formas irregulares não surtiu efeito sobre estas. Contudo, como já vimos, *sujeito*, *impresso*, *preso* e *junto* parecem contradizer essa **unilateralidade do bloqueio**. Aliás, em 2.2.1, também registámos os dados de Eric Fuß (2005: 243) que apontam para os casos em que é a forma irregular a sofrer a tendência de bloqueio. Pode, então, haver outras condições (desconhecidas, por agora) que determinem o sentido do bloqueio ou que o acelerem ou retardem.

---

<sup>393</sup> Ainda assim, é de notar que, no nosso inquérito, no interior deste grupo de verbos com maior propensão para a forma irregular, *matar* foi o verbo que obteve os valores mais variantes.

<sup>394</sup> Vide 2.3.2.

### Verbos cujas forma participiais apresentaram grande variação

Para seis dos vinte e dois verbos testados não conseguimos registar qualquer tendência clara para nenhuma das duas formas participiais. Nalguns casos, nomeadamente em *eleger* e *empregar*, os valores recolhidos são, de algum modo, contraditórios nas duas fontes analisadas, os *subcorpora* de RL e o inquérito. Noutros, as percentagens averbadas no inquérito estão muito próximas dos 50%, não havendo, para além disso, um número de ocorrências no RL que nos permita captar a tendência participial desses verbos, designadamente de *soltar*, *encarregar*, *empregar* e *expulsar*<sup>395</sup>.

Começemos por *eleger*, que registou a percentagem mais baixa para a forma irregular no 2º ano (35%) e a percentagem mais elevada no 5º ano (46%). Este último valor parece ser indicativo de uma tendência para a forma regular, e, de facto, como vimos em 4.2.3.2, a linha de tendência resultante orienta-se para esta forma participial. Contudo, os vários elementos de que dispomos são algo contraditórios, o que também fica, desde logo, subjacente na instável distribuição das tendências pelos quatro segmentos da amostra. Na verdade, não há uma linearidade na distribuição nem progressão de nenhuma das formas participiais por anos de escolaridade, o que comprova a instabilidade dos usos.

Embora não tenha elevados níveis de ocorrências nulas (6.7%), *eleger* foi o verbo que suscitou a produção de mais formas pseudoparticipiais regulares e um dos que mais hesitação registou, sobretudo na utilização de formas irregulares, como se pode verificar na Tabela 85c. Para além disso, como comentámos em 4.2.4.1, o verbo *eleger* foi um dos que motivou ocorrências inválidas pela utilização de formas participiais de verbos semelhantes e, nestes casos, não sinónimos, como *elogiar* e

---

<sup>395</sup> Tanto para *eleger*, quanto para *soltar* e *expulsar*, Villalva e Almeida registaram uma «distribuição equivalente» de ambas as respetivas formas participiais no contexto de tempos compostos da voz ativa (2005: 291). Para Mória (2005: 118) *eleger* surge, a par de *entregar*, *salvar*, *matar* e *aceitar* como um dos «verbos cujo participio regular mostra indícios de cair em desuso, mas ainda ocorre com alguma frequência», o que é interpretado por este linguista como sendo um «forte desafio à norma conservadora ter + Participio passado regular». Recorde-se ainda que uma das gramáticas escolares pesquisadas (Ga), em nota, menciona mesmo a tendência para a forma regular *elegido* desaparecer.

*alegrar*. Assim, o desconhecimento lexical de *eleger* por parte dos alunos mais novos pode estar na origem destes resultados.

Verbo		Eleger	Soltar	Encarregar	Empregar	Expulsar	Limpar	
CORLEX		6º	5º	5º	5º	5º	5º	
Textos escolaridade		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
Outros estudos que registam variação		1,2,4	1,(2),4	--	--	1,2	1,2,3	
4 subcorpora de RL	Forma dominante	Irregular	Regular	Regular	Regular	Irregular	Sem ocor.	
	%	100%	100%	100%	67%	67%		
	Nº ocorrências	5/5	1/1	1/1	2/3	2/3		
Inquérito Professores	Forma dominante	Regular	Regular	Regular	Irregular	Regular	Irregular	
	%	58.1%	75%	54.5%	60.5%	65.9%	54.5%	
Inquérito (Alunos)	Forma dominante		Regular	Regular	Regular	Irregular	Irregular	Irregular
	Percentagem no total ocorrências		59%	53%	53%	52%	50%	56%
	Percentagem média 4 segmentos		59.5%	55%	57%	49.6%	49%	52%
	Progressão da f. irregular por anos de escolaridade		Não	(Sim)	Sim	Sim	Sim	Sim
	% mais baixa para f. irregular		35%	34%	26%	28%	37%	34%
	Ano de escolaridade % mais baixa		2º	2º	2º	2º	2º	2º
	% mais elevada para f. irregular		46%	51%	53%	65.5%	58%	67%
	Ano de escolaridade % mais elevada		5º	7º	7º	10º	10º	7º
	Ocor. nulas		6.7%	5.7%	6.6%	5.7%	3.8%	0%
	Ambas as formas participiais		1	0	0	0	1	0
	Formas pseudoparticipiais regulares	Nº	13	1	0	0	0	0
		%	2%	0%	0%	0%	0%	0%
	Formas pseudoparticipiais irregulares	Nº	2	0	1	19	1	1
		%	0%	0%	0%	2%	0%	0%
Formas regulares com hesitação	Nº	6	7	9	8	5	5	
	%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	
Form. irregulares com hesitação	Nº	21	10	4	28	12	12	
	%	4%	2%	1%	3%	2%	2%	
Tendência		Variação/Regular	Variação/Regular	Variação/Irregular	Variação/Irregular	Variação/Irregular	Variação/Irregular	

Tabela 85c: Tipologia de uso das formas participiais de verbos abundantes - tendência para a variação

Tendo em conta que os resultados globais obtidos para este verbo no inquérito não correspondem às tendências registadas em RL – 100% para a forma irregular, resultantes de 5 ocorrências –, esse eventual desconhecimento lexical pode estar na origem da ligeira tendência para a regularidade (59%). Já vimos, em casos como *extinguir*, que o desconhecimento de um verbo contribui fortemente para o recurso à

forma regular, mais acessível. Para *extinguir*, os resultados foram mais definidos do que para *eleger*, havendo percentagens mais elevadas para a forma regular, e registando-se, nesse caso, consonância com os dados provenientes de RL, o que não acontece com *eleger*. Então, será de colocar a hipótese de os dados obtidos para *eleger* no nosso inquérito estarem condicionados por esse desconhecimento lexical<sup>396</sup>.

Na verdade, as informações históricas parecem convergir igualmente no sentido de constatar a flutuação permanente entre ambas as formas participiais de *eleger*. Como explicámos em 3.3.4, já Said Ali (1964) refletia sobre essa instabilidade diacrónica, uma vez que *eleito* seria a forma etimológica, tendo havido, no português antigo, a criação da forma regular, seguindo-se uma «reação erudita», no português moderno, que originou um reavivar de «*eleito*, que hoje é a forma geralmente aceita» (Ali, 1964:152). Como se verificou nos dados recolhidos através de inquérito, a concorrência de variantes continua ainda hoje, não sendo certo que a abundância se resolva de algum modo.

No que concerne a *soltar*, no nosso inquérito, a percentagem de *solto* no total de ocorrências é de apenas 53%, sobressaindo, assim, a situação de oscilação entre as variantes<sup>397</sup>. Na verdade, nos quatro *subcorpora* de RL, obtivemos 100% para a forma *soltado*; porém o facto de essa percentagem decorrer de apenas uma ocorrência contribuiu para a inclusão deste verbo entre os que tendem para a variação.

Aliás, considerando também a análise da distribuição das formas participiais pelos quatro anos de escolaridade da amostra, obtemos mais uma confirmação da heterogeneidade dos usos, dado que, excetuando o segmento do 2º ano que tende, como em todos os verbos, para a forma regular, os valores dos outros três anos de

<sup>396</sup> Ainda que não tenha havido ocorrências nulas no segmento do 10º ano nas questões em que se testava o verbo *eleger*, os registos de hesitação (4.2.4.3) são elevados, mesmo nesse ano de escolaridade. As percentagens de hesitação na produção ou seleção da forma irregular foram de 1% no 2º ano, 6% no 5º, 3% no 7º e 4% no 10º.

<sup>397</sup> Já as conclusões de Mória diferem dos dados de que dispomos. No *corpus* utilizado por Mória, *soltar* apresenta um uso mais elevado da sua forma regular (90%), integrando-se, desse modo, no grupo de *extinguir* (74%) e de *prender* (80%). Consequentemente, afirma que, para estes verbos, a «sequência ter + Particípio passado irregular tende a ser sentida como desvio» (Mória, 2005: 118).

Por outro lado, Villalva e Almeida (2005: 291) descrevem uma «distribuição equivalente» de *tem soltado* (48%) e *tem solto*.

Relativamente aos textos didáticos, este é o único verbo dos que incluímos na parte c da Tabela 85 que não recebeu a indicação de apresentar usos variantes.

As discrepâncias entre os dados relativos a *soltar* são, pois, manifestas.

escolaridade são todos muito próximos dos 50%. Pese embora esse facto, quando traçamos uma linha de tendência, há uma ligeiríssima inclinação para a forma irregular (recorde-se o Gráfico 24b).

É, no entanto, de salientar que, no segmento do 10º ano, registámos dados inversos ao comportamento averbado para muitos dos outros verbos, havendo, em B12, uma percentagem superior a 60% para a forma *solto*, ao passo que, em C<sup>398</sup>, as atitudes são mais favoráveis a *soltado*, o que pode vir a influenciar a produção nesse sentido. Também o facto de, no inquérito realizado a uma amostra de professores de Língua Portuguesa, a forma *soltado* ter predominado, com 75% das ocorrências, pode propiciar essa situação.

Assim, apesar da oscilação constante entre as duas formas participiais – mesmo comparando o comportamento dos diferentes indivíduos (4.2.2.1) –, regista-se para o verbo *soltar* uma ligeira orientação para a forma regular.

Obtivemos apenas uma ocorrência de ***encarregar*** no RL, facto pelo qual temos de relativizar a importância dos 100% registados pela forma regular nesses *subcorpora*. No inquérito, *encarregado* obteve 53%, no total de ocorrências. A percentagem calculada a partir da média dos quatro segmentos relativos aos anos de escolaridade é um pouco mais elevada (57%), sem, no entanto, ser mais esclarecedora quanto à definição de uma tendência. Na verdade, há alguma progressão da forma irregular pelos anos de escolaridade investigados<sup>399</sup>, porém, uma vez que as percentagens relativas aos segmentos dos 5º, 7º e 10º anos são muito próximas dos 50%, a oscilação entre ambas as formas é grande.

Os verbos *empregar* e *expulsar* apresentaram entre 50 e 53% de ocorrências das formas participiais irregulares, o que revela, igualmente, uma grande instabilidade ou heterogeneidade de usos.

---

<sup>398</sup> Em C15, *solto* obtém, no segmento do 5º ano, a percentagem mais elevada, 59.5%, e, no 10º ano, a percentagem mais reduzida, 37.7%.

<sup>399</sup> A percentagem mais reduzida para a forma *encarregue* ocorreu no 2º ano (26%) e a mais elevada no 7º ano (53%).

Relativamente a *empregar*, as percentagens obtidas demonstram expressivamente a situação de oscilação participial em que se encontra o verbo, já que, no total de ocorrências, houve 52% para a forma irregular. Se observarmos a percentagem de média dos quatro segmentos, o valor é um pouco mais reduzido (49.6%), e, portanto, a situação é um pouco mais variante. Nos *subcorpora* de RL houve prevalência da forma regular (67%), mas apenas com duas ocorrências, num total de três.

À semelhança do que acontece com *encarregar*, não registámos indicação de usos variantes para o participio passado de *empregar* em estudos linguísticos, mas encontrámos referências a essa situação em textos destinados à aprendizagem da Língua Portuguesa em contexto escolar.

Pese embora o alto nível de variação, parece haver alguma tendência para um aumento da forma irregular, registada na linha de tendência resultante da análise dos dados dos diferentes anos de escolaridade. A percentagem mais baixa registada para *empregue* surgiu no 2º ano (28%), ao passo que a mais elevada ocorreu no 10º ano (65.5%)<sup>400</sup>. Esta progressão da forma irregular pelos quatro segmentos da amostra é consistente com um outro dado: o número de formas pseudoparticipiais irregulares criadas pelos informantes foi o mais elevado entre todos os verbos (2%, 19 ocorrências), o que revela que a sensação de que era necessário produzir uma forma irregular para este verbo no contexto em causa não foi afetada pelo facto de estes alunos, efetivamente, desconhecerem essa forma participial irregular – como se sentissem como *normal* o uso de uma forma irregular para este verbo neste contexto.

É de notar que também os professores afirmaram, em entrevista, ter dúvidas no que diz respeito ao uso do participio passado deste verbo em tempos compostos, assim como mostraram usos participiais variantes para *empregar* no inquérito. Mas, neste caso, a percentagem de ocorrências totais para *empregue* (60,5%) é até superior ao valor obtido com a amostra de alunos. Aliás, se atentarmos nas respostas dos professores a A4, os 82% de ocorrências da forma irregular comprovam claramente essa tendência – *vide* Tabela 82 – sobretudo porque essa é uma das questões que

---

<sup>400</sup> Como vimos em 4.2.3.2, 41% dos verbos registam as percentagens mais elevadas para as suas formas participiais irregulares no segmento do 10º ano. Os verbos *gastar* e *empregar*, foram os únicos a registar maior percentagem para as formas irregulares, simultaneamente, em todas as questões em que foram testados, nesse segmento.

surgia logo no início do inquérito, quando poderia ainda não ser claro o tema sob investigação.

A utilização da forma irregular *empregue* tem ainda mais interesse pelo facto de termos registado, numa das gramáticas de uso escolar (Estrela *et alii*, 2006: 82), uma atitude francamente negativa perante ela – *vide* 3.2.4. Deste modo, metade dos informantes do nosso inquérito não só usa a forma irregular num contexto para o qual não seria prescrita, como está a utilizar a forma que alguns gramáticos consideram não ter existência enquanto forma participial.

No caso do verbo *empregar*, e como noutros casos já analisados, esse processo pode ter sido facilitado pela existência de isomorfia entre a forma regular e um nome. Efetivamente, admitindo a tendência para resolver de algum modo os casos de abundância linguística e havendo, simultaneamente, um nome isomórfico da forma participial regular, o bloqueio a esta fica reforçado. A partir do momento em que o falante/ ouvinte da língua incorpora a existência de uma alternativa participial irregular, distinta da que coincide com um nome, pode mais facilmente passar a utilizá-la. Se, mesmo nas situações em que não há isomorfia, a forma irregular será provavelmente usada quando atinge um certo nível no *input* do falante, a existência de outro fator propiciador facilitará a substituição da forma regular pela irregular. Ora, no grupo de verbos que apresentam grande variação, encontramos *empregar* e *encarregar*, cujas formas participiais regulares têm isomorfia com os nomes (*o empregado* e *o encarregado*, respetivamente).

Outro fator ainda poderá contribuir para a situação de variação destes dois verbos. Ao reconhecerem a existência recente de uma forma participial irregular para o verbo *empregar*, Cunha e Cintra (1995: 442)<sup>401</sup> explicam que esta resulta de uma analogia com *entregue*. Na verdade, as formas *entregue*, *empregue* e *encarregue* têm bastantes semelhanças formais<sup>402</sup>, condição que, segundo Pinker (1995b: 129), facilita a aquisição de formas irregulares<sup>403</sup>. Assim, sendo mais fácil a memorização de «irregular verbs when they are similar to other irregular verbs», o facto de *entregar* ser

<sup>401</sup> As palavras concretas de Cunha e Cintra (1995: 442) são as seguintes: «Pelo modelo de *entregue*, formou-se *empregue*, de uso corrente em Portugal e na linguagem popular do Brasil.»

<sup>402</sup> Para além de os três verbos referidos pertencerem à primeira conjugação, há várias consoantes e vogais do radical que são idênticas, tanto as de início – en/ em são, na verdade, variantes gráficas da mesma entidade fonológica –, como as do final (-eg-) do radical.

<sup>403</sup> *Vide* 2.3.2.

um dos verbos a apresentar tendência para a forma participial irregular em tempos compostos potencia o alargamento deste comportamento a verbos como *empregar* e *encarregar*.

Quanto ao verbo *expulsar*, obtivemos 50% de ambas as formas participiais no total de ocorrências do inquérito<sup>404</sup>. Assim, e ainda que se tenham registado apenas 3.8% respostas nulas, este verbo é, claramente, objeto de oscilação. Mesmo na análise dos quatro segmentos relativos aos anos de escolaridade, 5º e 7º anos apresentam 50% para cada uma das formas. O facto de, no 2º ano, a percentagem de *expulso* ser reduzida (37%) e ligeiramente mais elevada no 10º ano (58%), determina uma ligeira progressão da forma irregular pelos anos de escolaridade investigados – *vide* linha de tendência do Gráfico 11b apresentado no subcapítulo 4.2.3.2. Também nos *subcorpora* de RL, se registou esse ténue pendor para a forma irregular, pois recolhemos 67% para *expulso*, porém resultante de apenas duas ocorrências, num total de três. No que diz respeito aos dados relativos à amostra de professores, houve uma prevalência não muito marcada para *expulsado* (65.9%). Conclui-se, portanto que há flutuação entre as duas formas participiais de *expulsar*.

No que concerne a *limpar*, apesar de não termos registado ocorrências algumas para este verbo em tempos compostos nos quatro *subcorpora* de RL e pese embora o facto de a percentagem obtida pela forma irregular no inquérito não ser elevada (56%), a análise da distribuição por anos de escolaridade permite-nos reconhecer alguma tendência para *limpo*, já que, do 2º (34%) para o 7º ano (67%), há um aumento de uso desta forma – recorde-se o Gráfico 18b. No entanto, os dados do último segmento questionam a existência da tendência para a forma irregular, na medida em que a percentagem desce de 67% no 7º ano para 55% no 10º ano. Ainda que se mantenha como forma ligeiramente predominante, os valores obtidos por *limpo* aproximam-se bastante dos de *limpado*, razão pela qual nos parece que não há uma

---

<sup>404</sup> *Tem expulsado* e *tem expulso* apresentam uma «distribuição equivalente» nos dados recolhidos por Villalva e Almeida (2005: 291).



tendência inequívoca para nenhuma das formas, havendo antes uma situação de evidente concorrência entre as variantes.

A percentagem de perto de 50% recolhida por ambas as formas participiais no inquérito realizado a professores de Língua Portuguesa revela que também estes “agentes reguladores” da língua vacilam no seu uso participial deste verbo.

Segundo a sua análise do *corpus* CETEMPúblico, Mória (2005: 118) concluiu, no entanto, que o particípio regular de *limpar* «caiu claramente em desuso», afirmando que, face aos elevados valores da forma irregular, para *limpar*, assim como para *pagar*, *gastar* e *ganhar*, a «sequência ter + Particípio passado regular» é «sentida como desvio».

Pela sua natureza, a tipologia que a análise dos diversos elementos reunidos para a presente investigação nos permitiu elaborar e que aqui apresentámos constitui, então, o nosso contributo para uma gramática de usos.

### 4.4.3 Considerações finais

No subcapítulo 4.1.1, algumas das hipóteses a testar na presente investigação tinham como intuito principal verificar se havia características comuns aos verbos abundantes que apresentam tendência para a variação participial em tempos compostos da voz ativa. Enumerámos, assim, um conjunto hipotético de condições que poderiam propiciar padrões particulares de variação. Sintetizemos, então, neste momento, as nossas conclusões relativas a estas hipóteses.

Ainda que haja um conjunto considerável de verbos com dupla morfologia participial<sup>405</sup>, o subgrupo dos que regista usos variantes em tempos compostos da voz ativa é mais circunscrito. Comprovámos que uma das características que beneficia claramente o uso da forma irregular é a **elevada frequência lexical**.

Ora, entre os **92 verbos considerados abundantes** nos diferentes textos pedagógicos consultados – recorde-se o capítulo 3.2.3 –, encontramos lemas de baixa frequência, pertencentes ao 1º patamar do CORLEX, e lemas frequentes, sendo no máximo colocados no 7º patamar. No subconjunto de **22 verbos** selecionados para inquérito, quase todos surgem entre os 5º e 7º patamares, precisamente os mais elevados – apenas *enxugar* aparece no 4º patamar. Assim, sabendo que nos patamares 9 a 12 surgem apenas preposições (como *de, em, a*), artigos (*o e a*), conjunções, pronomes, verbos como *ser, ter, estar, fazer, ir, haver, poder, dizer* e pouquíssimos nomes (como *ano*), podemos dizer que naqueles patamares se encontram os verbos *de muita frequência*.

Dado que os verbos que testámos foram selecionados com o objetivo de identificar os verbos mais propícios a variação participial – havendo algum registo ou referência a variação no contexto sintático em estudo –, podemos dizer que os verbos abundantes que pertencem aos patamares mais elevados de frequência parecem

---

<sup>405</sup> Entre a lista de verbos identificados como abundantes nos textos escolares, há os que são vistos como abundantes por poucos gramáticos e que nós, na verdade, consideramos que não o são, visto que já só têm forma regular; a forma irregular é apenas adjetivo hoje em dia – originado através de recategorização, a partir da antiga forma irregular do participio passado –, tal como podemos verificar, por exemplo, através do CORLEX, que corrobora esta ideia. É o caso dos verbos que se listam de seguida: *absorver, afligir, agradecer, atender* (no CORLEX, a forma *atento* pertence ao verbo *atentar*), *completar, concluir, confundir, convencer, corrigir, cultivar, defender, dirigir, distinguir, fixar, incluir, incorrer, infectar*. Note-se, contudo, que estes dados não foram objeto de estudo empírico exaustivo.

exibir mais probabilidade de possuírem ou virem a possuir usos divergentes daqueles prescritos pelos instrumentos de normalização linguística<sup>406</sup>. Assim, caso o *input* contenha alguma variação, a distribuição sintática normativa não fica clara para o falante. Então, seguindo o princípio de economia linguística, ao ter conhecimento da irregularidade, o falante bloqueia e substitui a forma regular.

Uma outra hipótese colocada consistia na maior incidência de uso da forma participial irregular em tempos compostos no caso de verbos da **primeira conjugação**. Baseávamo-nos na constatação de Barros (2002) de que, devido ao diferente percurso diacrónico das formas participiais dos verbos desta conjugação, as suas formas irregulares são muito menos distintas das regulares do que nas restantes conjugações. Nestas, o radical participial irregular é diferente do radical de Infinitivo, ao passo que, na primeira conjugação, as formas irregulares mantêm o radical de Infinitivo – não apenas as formas etimológicas, de formação latina, mas igualmente, as formas criadas por analogia já no português (cf. *particípio truncado* – 1.1). Deste modo, a percepção de irregularidade por parte dos falantes pode ser atenuada, fazendo com que o falante use a forma irregular sem ter noção de que não se trata de uma forma regular.

Efetivamente, entre os oito verbos com clara tendência para a forma irregular, sete pertencem à primeira conjugação e, para seis, as formas irregulares correspondem a participípios truncados, isto é, mantêm o radical de Infinitivo (*aceitar, entregar, ganhar, gastar, pagar e salvar*). Apenas *cobrir* pertence a outra conjugação verbal e só *morto (matar)* apresenta um radical distinto do de Infinitivo<sup>407</sup>.

Quanto aos seis verbos que exibiram elevados níveis de variação (*eleger, soltar, encarregar, empregar, expulsar e limpar*), é novamente apenas um, *eleger*, aquele que não pertence à primeira conjugação e, em consequência, cuja forma irregular não partilha radical com o Infinitivo.

---

<sup>406</sup> Pelo contrário, como explicámos em 2.3.2, Bybee e Slobin (1982), Prasada e Pinker (1993), Kroch (1994: 7) e Lightfoot (1999: 99) consideram que os verbos de menor frequência são muito permeáveis à aplicação da regularidade. Ainda assim, não podemos afirmar que a elevada frequência é garantia de tendência para a irregularidade. Há uma maior probabilidade de essa tendência se *difundir* a mais falantes e, talvez, de essa difusão ocorrer mais rapidamente.

<sup>407</sup> No entanto, como se viu, inicialmente a forma *morto* era participípio de *morrer*, que entretanto se estendeu a *matar*, razão pela qual Infinitivo e forma participial irregular apresentam dois radicais distintos.

Diversamente, na lista de oito verbos com tendência para a forma regular, quatro não são da primeira conjugação (*extinguir, imprimir, prender e romper*).

O facto de a maioria de formas pseudoparticipiais irregulares criadas pelos informantes do nosso inquérito serem precisamente resultantes deste processo de formação que une o radical de Infinitivo a um dos constituintes *-o/a/e* poderá advir de uma perceção de menor irregularidade da forma resultante. Para além disso, uma vez que existem, na Língua Portuguesa, mais verbos da primeira conjugação do que das restantes, é possível que um dos processos de formação de formas participiais mais acessível ao falante seja o dos chamados *participios truncados*, de tal maneira que o registamos inclusivamente aplicado a verbos de outras conjugações, como *eleger (elego), extinguir (extingo), imprimir (imprimo), prender (prendo) e romper (rompo)*. É de notar que algumas destas formas pseudoparticipiais são isomórficas de formas do Presente do Indicativo (primeira pessoa do singular), facto que, mais uma vez, as aproxima da regularidade.

Assim, há duas vias possíveis. Por um lado, algumas formas participiais irregulares são morfologicamente próximas de outras formas verbais regulares. Por outro lado, havendo, a par de muitos verbos da 1ª conjugação que têm apenas uma forma regular, muitas ocorrências de formas irregulares em tempos compostos, tanto de verbos abundantes quanto de verbos não abundantes, alguns falantes poderão, simplesmente, não identificar um padrão de distribuição funcional das duas formas ou poderão, até, considerar que a norma para esse contexto consiste no uso da forma irregular. Um aspeto facilitador deste entendimento é a elevada frequência lexical dos verbos, já que, nesses casos, é mais fácil atingir um nível suficiente de formas irregulares para desencadear o bloqueio da forma regular. E, se, como vimos, o conjunto de 22 verbos investigados por nós corresponde a unidades lexicais relativamente frequentes (sobretudo dos patamares 5º a 7º do CORLEX), também os verbos não abundantes que possuem apenas uma forma participial irregular o são. Por exemplo, da lista composta por Cunha e Cintra (1995: 440)<sup>408</sup>, os verbos *fazer (feito)* e *dizer (dito)* são do 9º patamar do CORLEX (31.623 - 100.000 ocorrências), *ver (visto)* e *vir (vindo)* pertencem ao 8º patamar (10.001 - 31.622 ocorrências), *abrir (aberto)*,

---

<sup>408</sup> Como já vimos em 3.1.2, Cunha e Cintra também integram nesta lista os verbos *cobrir, ganhar, gastar* e *pagar*, que pertencem aos 6º e 7º patamares do CORLEX (1.001 – 10.000 ocorrências).

*escrever* (*escrito*) e *pôr* (*posto*) surgem no 7º patamar (3.163 - 10.000 ocorrências). Assim, inevitavelmente a frequência deste padrão, para estes verbos que têm apenas uma forma irregular poderá colidir com a frequência do padrão registado para os verbos que têm apenas uma forma regular. De facto, a existência de *muitos* verbos não abundantes só com forma regular e de outros, de *elevada frequência*, só com forma irregular pode confundir a aquisição do padrão, o que se torna, deste modo, um fator propício à variação.

Relativamente ao bloco de verbos da primeira conjugação constituído por **empregar**, **encarregar** e **entregar**, tínhamos ainda ponderado uma outra hipótese, relacionada com as **semelhanças formais** que se registam entre os três verbos, não apenas nas suas formas de infinitivo, mas, igualmente, nas suas formas participiais, tanto as regulares, quanto as irregulares. Os resultados patentes na tipologia de verbos descrita anteriormente denotam, efetivamente, a possibilidade de um efeito de **analogia** entre *entregue*, *empregue* e *encarregue*, sendo que a tendência para a forma participial irregular, no caso do primeiro verbo, pode estar a estender-se aos outros dois.

Uma vez que a *analogia* se alicerça na procura de semelhanças, este processo tem ligações com o de reconhecimento de regras. Utilizando o paradigma de Ullman (2004) relativo aos processos da memória humana<sup>409</sup>, podemos dizer que a *analogia* decorre naturalmente da propensão para a categorização que caracteriza o ser humano, na medida em que se trata de um processo em que o sujeito reinterpreta dados registados na *memória declarativa* e procura descobrir neles alguma similitude que permita estabelecer uma categoria, isto é, uma regularidade<sup>410</sup>.

Também Myers (2000: 189) reflete sobre esta propensão dos falantes para fazer analogias a partir do padrão irregular, concluindo que, de facto, se o léxico possuir vários itens passíveis de interpretação análoga, a tendência para alargar os

---

<sup>409</sup> Recorde-se que, segundo Ullman (2004), as irregularidades ficam armazenadas na *memória declarativa*, ao passo que a *memória procedimental* opera sobre o conhecimento implícito envolvido no processamento das formas regulares.

<sup>410</sup> Pinker e Ullman (2002: 457) referem-se mesmo a uma tendência natural da memória para a sobreposição («superpositional nature of memory»), explicada da seguinte forma: «similar items are easier to learn than arbitrary sets, and new items resembling old ones tend to inherit their properties».

padrões de irregularidade aumenta<sup>411</sup>. Este fenómeno pode, pois, estar a afetar os usos participiais deste grupo de verbos, constituído por *entregar*, *empregar* e *encarregar*, no sentido da preferência pela forma participial irregular, o que origina a situação de variação descrita para os últimos dois verbos referidos.

Resta ainda referir os casos de existência de pares homónimos de formas participiais regulares e de nomes. Nalguns casos, os verbos que registaram uma tendência para o uso da forma participial regular apresentam um nome originado através da recategorização da forma participial irregular. É o que acontece com *impresso*, *preso* e *sujeito*. No caso do verbo *juntar*, há duas locuções preposicionais (*junto de/ junto a*) com origem na forma participial irregular, que, contribuindo para o bloqueio desta, podem estar a fomentar o uso da forma participial regular. Paralelamente, também encontrámos noutros verbos que possuem uma forma participial regular nominalizada, como *empregado* ou *encarregado*, uma tendência para a variação. Assim, a existência de uma forma nominal pode ser um dos fatores a propiciar o uso da forma participial contrária à que foi alvo de recategorização.

Houve, no entanto, alguns casos em que este efeito não se registou: na verdade, ainda que existam formas nominais como *ganho*, *gasto* e *morto*, recategorizadas a partir da forma participial irregular, não atestámos uma preferência pelas formas regulares correspondentes. Nestes três casos, não houve, portanto, uma confirmação da hipótese inicial.

---

<sup>411</sup> Vide 2.3.2.

## 5 CONCLUSÃO

A dupla Morfologia fornece casos de natural conflitualidade de variantes. Na Língua Portuguesa, o particípio passado duplo é um caso singular, comprovadamente em situação de concorrência de normas, como vimos aqui.

Logo ao iniciar a pesquisa do tratamento do particípio passado duplo na Língua Portuguesa em gramáticas de referência e em gramáticas, manuais e outros textos destinados ao ensino, registou-se uma **falta de uniformidade entre os instrumentos de normalização**. Para além da discrepância entre as listas de verbos abundantes, também a identificação dos verbos com usos variantes – nomeadamente em tempos compostos da voz ativa – se verificou dissonante. Desta situação de falta de consenso no que diz respeito à constituição de ambas as listas decorrem efetivas contradições no processo de normalização da língua. A variedade normativa descrita e/ ou prescrita nos textos escolares não é clara relativamente ao uso das formas participiais duplas, originando, assim, uma certa **legitimação da variação existente**.

Na verdade, como depois se confirmou através dos diversos tipos de dados recolhidos para a presente investigação, a alternância de normas que se registou nos textos pedagógicos reflete a situação de flutuação que, efetivamente, ocorre no discurso dos falantes do PEC.

Os quatro **subcorpora de RL** que analisámos forneceram-nos ocorrências escritas, não especificamente motivadas para o fim em vista, de ambas as formas participiais de um conjunto de verbos abundantes, em tempos compostos da voz ativa. Recorde-se a diversificação dos *subcorpora* examinados: textos jornalísticos, textos técnicos, textos de uma revista de defesa de direitos do consumidor, relatórios de final de estágio para licenciatura, resenhas críticas e vários tipos de texto publicados em páginas da *internet*. A análise destes dados permitiu-nos construir uma tipologia que serviu para identificar o **grupo de verbos** que apresentava maiores níveis de **variação no uso participial**, no contexto em estudo e, assim, escolher os verbos com que iríamos trabalhar de seguida: *aceitar, cobrir, eleger, empregar, encarregar, entregar,*

*enxugar, expulsar, extinguir, ganhar, gastar, imprimir, juntar, libertar, limpar, matar, pagar, prender, romper, salvar, soltar e sujeitar.*

Colocámos a hipótese de o discurso de **crianças e jovens em idade escolar** já registar a orientação para o uso de ambas as formas duplas em tempos compostos da voz ativa e, de facto, tendências de **variação** foram registadas nos dados resultantes da aplicação de um inquérito escrito a alunos do ensino básico e secundário. Contudo, concluímos também que a aquisição de variantes participiais ainda não está, na verdade, terminada aquando da entrada no sistema escolar. Ao contrário do que tínhamos inicialmente considerado como hipótese, esta apetência pela variação no grupo de verbos afetados não se manifesta robustamente no segmento relativo ao **2º ano**. Este grupo de inquiridos apresentou uma **fortíssima tendência para a forma participial regular**. Inicialmente, a criança utiliza de modo preferencial a forma regular na maioria dos verbos, mas apenas porque a forma irregular ainda não ocorreu em quantidade suficiente no *input* para a criança a poder usar produtivamente. É que, mesmo não conhecendo determinado verbo, a sua forma participial regular é facilmente criada pela criança, ao passo que, para que a forma forte seja usada, é indispensável que já a tenha ouvido várias vezes. É o que acontece por volta do 5º ano, altura em que a situação descrita se inverte. No 7º ano, há ainda uma estabilização do uso das formas participiais irregulares, como explicamos de seguida.

Considerando a distribuição das formas participiais por **anos de escolaridade**, a conclusão mais notória e extensível à maior parte dos verbos e das questões é o **aumento gradual das formas irregulares**, conforme avançamos nos anos de escolaridade.

Um dos fatores que tomámos como indicativos da tendência para a irregularidade consiste numa progressão dos valores percentuais registados pela forma irregular nos quatro anos de escolaridade sob investigação. Para que essa progressão seja efetiva, entre outras condições, é necessário que a percentagem mais reduzida se registre no segmento do 2º ano e que a mais elevada ocorra no 10º ano<sup>412</sup>. O facto de essa polarização surgir com frequência é indicativo da situação de

---

<sup>412</sup> É igualmente necessário que a percentagem de uso das formas irregulares seja escalar pelos quatro segmentos. Quanto mais elevadas forem as percentagens nas respostas dadas pelos informantes do 10º ano, melhor se confirma a tendência para a irregularidade.



concorrência de variantes participiais. Esse fenômeno aconteceu tanto em questões concretas<sup>413</sup>, assim como nos totais relativos ao conjunto de questões em que um dado verbo foi testado. Nestes casos, como vimos nas Tabelas 85b e 85c, a polarização referida atingiu os verbos *ganhar, gastar, pagar, salvar, aceitar, entregar, matar, empregar* e *expulsar*.

Diversamente, a maior parte dos verbos da Tabela 85a apresenta os valores mais reduzidos para as suas formas participiais irregulares nos anos de escolaridade mais avançados: no 10º ano, os verbos *enxugar, libertar, prender, romper* e *sujeitar* e no 7º ano, *juntar*. Só *extinguir* e *imprimir* os obtêm no 2º ano. Quanto à percentagem mais elevada, ocorre no 5º ano para todos os verbos à exceção de *libertar* (7º ano). Sabendo da tendência inequívoca do segmento do 2º ano para a regularização<sup>414</sup>, é expressivo o facto de, para este grupo de verbos, ser nos segmentos mais avançados que ocorre a percentagem mais baixa de formas irregulares. E, se é possível que os inquiridos do 2º ano usem sobretudo a forma regular por não terem ainda adquirido a forma irregular, esta justificação é muito improvável para os informantes mais velhos. Estes usos terão, portanto, de se relacionar com o conhecimento da *norma social* e com a avaliação da frequência das formas participiais no *input*. Uma vez que, no mecanismo de aquisição linguística, os falantes são sensíveis a mudanças estatísticas no *input* (Lightfoot, 1999: 157), e que, durante o processo de aquisição, a variabilidade acompanha a noção estatística da distribuição das variantes (Henry, 2002: 280-281)<sup>415</sup>, em casos de variação, a criança revela **sensibilidade crescente à frequência de ocorrência das formas variantes** nos diversos contextos existentes na experiência linguística, de modo a avaliar quais as situações em que usará cada uma das variantes.

Sendo certo que a memória é um dos fatores mais importantes neste processo e sabendo que, ao haver um desenvolvimento da **memória declarativa** até à idade adulta, esta circunstância traduz-se numa **crescente facilidade em memorizar as irregularidades** linguísticas. Então, concluímos que, no 2º ano, ainda nem todos os

---

<sup>413</sup> Estes casos foram já elencados em 4.2.3.3 e dizem respeito aos verbos *pagar, entregar, matar, ganhar, gastar, empregar, aceitar, soltar* e *expulsar*. *Encarregar, eleger, sujeitar* e *juntar* também apresentam a percentagem mais reduzida no segmento do 2º ano e a mais elevada no do 10º ano, porém ambas são inferiores a 50%, havendo, por conseguinte, em todos os anos de escolaridade uma prevalência da forma regular.

<sup>414</sup> Recorde-se que, nos dados do 2º ano, todos os verbos obtiveram mais de 50% das suas formas participiais regulares.

<sup>415</sup> Vide 2.2.3.

inquiridos conhecem todas as formas participiais irregulares, o que as orienta para o uso da forma regular, que, do ponto de vista do processamento morfológico, é a mais acessível. Diversamente, no 5º ano – embora ainda possam não conhecer a distribuição sintática das variantes em função da norma social –, os jovens já se aperceberam da existência das formas participiais irregulares, procedendo, então, ao abandono da tendência dos mais jovens para a regularização. Daí que, para os verbos integrados na Tabela 85a, seja o segmento de informantes do 5º ano a originar a percentagem mais elevada para as formas irregulares<sup>416</sup>. Parece pois que os alunos que já conhecem a forma irregular bloqueiam – temporariamente – a forma regular. Então, continuando a avaliar o *input* recebido, apercebem-se de uma distribuição sintática para estes verbos, o que explicaria que os informantes dos 7º e 10º anos usassem a forma irregular em menor quantidade.

Assim, este seria o processo para os verbos que tendem para a forma regular, ao passo que, em relação aos verbos que registam tendência para a forma irregular, o bloqueio à forma regular permanece ativo nos anos posteriores. A progressão percentual da forma irregular pelos anos de escolaridade poderá, pois, ser fruto dessa paulatina perceção dos diferentes usos participiais de certos conjuntos de verbos que os informantes em idade escolar vão obtendo através de *input* adulto (cf. RL). Este processo parece consolidar-se no 7º ano de escolaridade.

O facto de não se registarem alterações abruptas do padrão de variação das formas participiais no segmento do 7º ano poderá advir do facto de, efetivamente, este não ser um tema tratado pelos professores. Ainda que, nesse ano de escolaridade, os tempos compostos e a voz passiva sejam conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa, poucos professores da nossa amostra referem ter lecionado ou referido espontaneamente os usos do participio passado duplo – nesse ano ou noutros anos de escolaridade. O eventual uso da forma participial irregular em tempos compostos da voz ativa raramente é apontado como *erro* pelos **professores**

---

<sup>416</sup> No grupo de questões C, houve também casos em que os inquiridos do segmento do 5º ano foram os que avaliaram de modo mais positivo formas irregulares de certos verbos. Alguns pertencem ao conjunto de verbos com tendência para a forma irregular, como *aceitar* (C24), *ganhar* (C12), *pagar* (C3), *entregar* (C25), *salvar* (C8), *cobrir* (C17), *eleger* (C13), outros revelaram propensão para a forma regular – *imprimir* (C18), *extinguir* (C16), e *prender* (C20).

entrevistados, havendo mesmo uma **atitude tolerante para com a variação nos usos participiais**.

Deste modo, o facto de o ano de transição ser o 5º – havendo o abandono da tendência para a regularização – e de, a partir do **7º ano**, haver uma **estabilização da tendência** – seja para a forma regular, seja para a forma irregular –, leva-nos a concluir que a maior discrepância não se deve, portanto, a efeitos do processo de escolarização mas antes ao decorrer natural do processo de aquisição das formas irregulares.

É, pois, claro que os dados de alunos em idade escolar não têm o mesmo estatuto dos dados de adultos. Como vimos na presente investigação, a aquisição do participio passado duplo dá-se até tarde. Genericamente, só no 7º ano estão estabilizados os seus usos.

A situação de concorrência de variantes relaciona-se diretamente com o grau de **insegurança linguística** que o participio passado duplo gera, não apenas na amostra de alunos, mas também na dos professores. Na amostra de alunos, houve vários registos de **hesitação** na produção e na escolha da forma participial, assim como houve uma elevada **taxa de ocorrências nulas**, que afetou especialmente o grupo de verbos com maior tendência para a forma participial regular (Tabela 85a). Aliás, o número de ocorrências inválidas pode ter influenciado substancialmente algumas das distribuições por segmento, sobretudo nos casos em que a percentagem ultrapassa os 20% (como acontece, por exemplo, em *encarregar*, *juntar* e *imprimir*, nos 2º e 5º anos). As **formas pseudoparticipiais** criadas pelos alunos são também reveladoras da incerteza que ainda se verifica nos vários segmentos desta amostra de estudantes. Já os professores inquiridos não produziram formas pseudoparticipiais, tendo registado muito poucas ocorrências nulas. Ainda assim, houve, nesta amostra, alguns registos de hesitação no inquérito, assim como várias atitudes reveladoras de insegurança durante a entrevista. Para além dos momentos em que esta insegurança se demonstrava explícita e verbalmente, houve ainda situações que indiciaram esta informação. Falamos, por exemplo, das reações à questão em que se pedia a eventual identificação de verbos a evitar aquando da produção de um teste de avaliação em que se incluíssem os usos participiais. Vários foram os verbos apontados pelos professores, sendo que, por vezes, esses verbos correspondiam aos que serviriam para exemplificar

a exceção à regra de distribuição contextual, e, noutros casos, eram os mesmos sobre os quais os professores afirmavam ter dúvidas.

Relativamente à comparação dos resultados obtidos nos três grupos de questões, a amostra dos alunos reagiu de modo diverso da dos professores, porém, mais uma vez, a flutuação entre variantes participiais une os dois tipos de dados recolhidos.

Começamos pela amostra de alunos. A clara diferença entre os resultados obtidos nas **questões de produção** e nas de **avaliação metalinguística** representa mais uma confirmação da existência de usos variantes em concorrência, de que os alunos se vão apercebendo. O aumento de uso ou seleção das formas irregulares entre A, B e C traduz a **flutuação** entre a produção – que privilegia, em grau diferente para cada grupo de verbos, a forma participial regular – e a emissão de um juízo de preferência, na maioria das vezes, pela forma irregular, como se, na presença da forma irregular, dada na formulação da questão em C, se propicie o bloqueio da forma regular.

Relativamente à diferença frequentemente registada entre as respostas às questões dos grupos A e B, verificamos que a presença de um mecanismo que supúnhamos funcionar como distrator em relação ao objeto de estudo causou, por vezes, uma diferença contrária ao expectável. Com um espaço para preencher com o Pretérito Perfeito do Indicativo simples em A, a atenção seria desviada da forma participial, podendo originar um maior uso da forma irregular do que em B, por esta não ser a forma prescrita para a variedade normativa; no entanto, de um modo geral, não foi isso que aconteceu.

De facto, como vimos em 4.2.2, se tivermos em conta a totalidade das ocorrências e dos verbos<sup>417</sup>, em A, foram 12 (entre 14) verbos a mostrar prevalência da forma participial regular (*entregar, imprimir, sujeitar, empregar, prender, encarregar, romper, expulsar, enxugar, juntar, libertar, aceitar*)<sup>418</sup>, ao passo que, em B, há nove verbos que apresentam a mesma tendência (*prender, extinguir, eleger, sujeitar,*

---

<sup>417</sup> Embora não possamos fazer esta análise em relação a todos os verbos em particular, já que não testámos os mesmos verbos nas duas questões, nos verbos repetidos em A e B, é possível comparar os resultados. Para além disso, é possível fazer uma comparação global, como a que resumimos de seguida, recuperando a análise realizada em 4.2.2.

<sup>418</sup> Apenas *cobrir* e *matar* registam predomínio da forma participial irregular.

*expulsar, empregar, aceitar, matar e soltar*), mas há já seis verbos a registar maior frequência para a forma irregular (*limpar, entregar, pagar, gastar, salvar e ganhar*).

Se, por outro lado, selecionarmos apenas as ocorrências comparáveis, como fizemos em 4.2.2.1, isto é, se considerarmos as ocorrências dos inquiridos que responderam às quatro questões em que um dado verbo foi testado, apenas para *entregar* houve diferenças *significativas* entre os resultados a A e a B, havendo neste último grupo um predomínio da forma irregular, enquanto em A tinha havido superioridade numérica da forma regular.

De qualquer modo, e ainda que nem todas as diferenças se tenham mostrado significativas, a verdade é que o **mecanismo distrator** não funcionou com esta amostra, sendo que a **maior liberdade de escolha** da resposta no **Grupo A** parece ter originado uma **retração relativamente à forma mais onerosa**, isto é, a forma participial irregular. É, no entanto, de salientar que, a par do uso genérico mais frequente da forma participial regular em A, houve também percentagens muito elevadas de ocorrências nulas, geradas, na maioria dos casos, pelo recurso a formas verbais simples, o que confirma a ideia de que, perante um menor grau de condicionamento das respostas, os inquiridos preferiram usar formas obtidas através das regras – tanto no caso das formas verbais simples, como nas compostas (recorrendo à forma participial regular).

Se continuarmos com a análise dos dados obtidos através das questões do **Grupo C**, verificamos que, na globalidade, continuou a haver um aumento de uso da forma irregular. Aliás, esse acréscimo afetou todos os verbos, havendo casos em que a percentagem mais do que duplicou<sup>419</sup>, ou, ainda, quase duplicou<sup>420</sup>. Em consequência deste acréscimo generalizado de ocorrências, houve, para alguns verbos, uma diferença fundamental entre as tarefas de produção (grupos A e B) e as de emissão de juízo de aceitabilidade (Grupo C), havendo nas primeiras uma preferência pela forma participial regular e, na última a eleição da forma irregular. Mesmo nos casos em que

---

<sup>419</sup> Foi o que sucedeu com *eleito* (B, 18%; C, 63%), *extinto* (A, 16%; C, 61%), *impresso* (A, 11%; C, 49%), *preso* (A, 9%; B, 7%; C, 49%), *roto* (A, 5%; C, 35%) e *enxuto* (A, 9%; C, 32%).

<sup>420</sup> Foi esse o caso das formas participiais irregulares que se seguem: *encarregue* (A, 30%; C, 58%), *aceite* (A, 41%; B, 40%; C, 70%), *expulso* (A, 38%; B, 34%; C, 62%), *empregue* (A, 42%; B, 38%; C, 62%) e *liberto* (A, 20%; C, 38%).

não se registou esta dissonância, a percentagem obtida pelas formas irregulares foi sempre consideravelmente superior em C.

Na verdade, há uma diferença entre a perceção de qual é a forma participial preferível (a que *soa melhor*) e a capacidade de recorrer a ela no momento em que é necessário produzi-la. Assim, nas tarefas de produção, é maior a tendência para um comportamento menos *arriscado* e menos oneroso, ou seja, na dúvida, os alunos mais facilmente optam pela forma regular<sup>421</sup>. Quanto maior a dúvida ou quanto maior a liberdade de escolha, mais acentuada essa tendência se torna. Já, em C, na presença das duas opções, deixa de haver tanto *risco* e tanto trabalho na seleção da forma irregular, que, como vimos em 2.2.1, em condições normais<sup>422</sup>, tende a bloquear a forma regular.

Este dado é consentâneo com o que dissemos a propósito da tendência para a regularização: os falantes mais novos, do segmento do 2º ano, tendo, regra geral, um menor grau de conhecimento linguístico, assim como uma exposição mais limitada ao *input*, optam mais frequentemente pela forma participial regular.

Mais uma vez, sobressai a relevância do modo de funcionamento da memória humana, pois, de facto, os alunos podem já ter sido expostos à forma participial irregular, mas esta pode não ter surgido em quantidade suficiente no *input* para a poderem reproduzir por escrito nas respostas dadas às questões dos grupos A e B. Uma vez que, em C, essa forma mais onerosa é fornecida e uma vez que se pede uma avaliação da aceitabilidade das formas, deixa de haver a “necessidade” de optar pela forma regular.

Assim, compreende-se que, no entrelaçamento das variáveis **tipo de questão e ano de escolaridade**, se registre o seguinte mapeamento genérico: nas atividades de **produção**, o bloco constituído pelos segmentos dos **2º e 5º anos** distingue-se do grupo dos **7º e 10º anos**, ao passo que o exercício de **avaliação subjetiva** permite distinguir o

---

<sup>421</sup> Cf. a noção de *rule governed behavior* (Skinner, 1966, «An Operant Analysis of Problem Solving», in B. Kleinmuntz (ed.) *Problem Solving: Research, Method, and Theory*. New York: Wiley, p. 225-257). Skinner, que estuda os modos de resolução de problemas numa perspetiva *behaviorista*, defende que a preferência pela forma obtida por via da aplicação de uma regra pode ser explicada como um mecanismo de defesa (*coping*).

<sup>422</sup> Como também já vimos, é possível que condições sociais, históricas ou outras alterem o sentido do bloqueio de formas duplas, como foi o caso da vaga de imigração escandinava em Inglaterra que favoreceu a sobreposição das formas participiais regulares do inglês às formas irregulares correspondentes (Duarte, 2010: 18-19).

comportamento do segmento do **2º ano** do do bloco que une **5º, 7º e 10º anos**. Com efeito, nas tarefas de produção condicionada o segmento do 5º ano ainda não se distancia muito dos resultados do 2º ano, ao passo que, na emissão de juízos de aceitabilidade, o segmento do 5º ano já se afasta mais claramente da tendência para a regularização que caracteriza a faixa mais nova de inquiridos.

Relativamente à diferença entre os resultados dos três grupos de questões, resta ainda referir alguns casos de **verbos testados quatro vezes** – uma vez em A, outra em B e duas vezes em C –, em que a percentagem registada pela forma irregular desce na segunda questão de C, resultando assim numa aproximação aos valores das atividades de produção (A e B)<sup>423</sup>. Esta nivelção das ocorrências afetou sobretudo os verbos *expulsar*, *matar* e *aceitar*. O mais flagrante é *expulsar*, já que, para este verbo, o fenómeno sucedeu em todos os segmentos relativos aos anos de escolaridade e com mais de 10% de diferença em todos eles, havendo uma discrepância de 52% no 10º ano (*expulso*, C21: 88.7%; C27: 36.5%). Para estas três formas irregulares, *expulso*, *morto* e *aceite*, a percentagem alcançada na última questão de C é inferior à registada em A e B. A insegurança linguística originou este raro acontecimento que, como vimos em 4.2.3.3, quase se circunscreveu ao segmento da amostra relativo ao 10º ano, que é também aquele em que a diferença entre os resultados dos três grupos de questões é, geralmente, menor. Esta situação corrobora, mais uma vez, a ideia de que estes verbos são especialmente afetados por flutuação entre as suas formas participiais, ainda que haja alguns indícios de uma tendência para a forma irregular no caso dos dois últimos (recorde-se a Tabela 85b – 4.4.2).

Considerando, agora, a diferença registada entre os **três grupos de questões no inquérito realizado a professores**, verificamos que, neste caso, o mecanismo distrator parece ter funcionado, havendo uma **diminuição progressiva do uso da forma participial irregular à medida que avançamos de A, para B e para C**, pela ordem em que as questões surgiam. É muito provável que, desde o início do preenchimento do inquérito, os professores estivessem a tentar identificar o objeto sob observação e se, no primeiro grupo, o mecanismo de distração pode ter evitado essa identificação imediata, em B, já seria claro o objetivo do inquérito. Sendo a regra prescritiva a do

---

<sup>423</sup> Vide 4.2.3.3.

uso da forma participial regular no contexto em causa, é, pois natural que os professores a usassem mais frequentemente a partir do momento que monitorizavam esse aspeto em particular.

É, por isso, muito relevante o facto de, mesmo numa situação de uso condicionado, os **professores** terem revelado **variação**, sobretudo num conjunto de verbos constituído por *ganhar, empregar, limpar, matar, encarregar, entregar, eleger, aceitar, salvar e expulsar*, cujas formas participiais recolheram entre 50 e 66% das ocorrências. Já *cobrir, pagar e gastar* obtiveram resultados mais marcados para o uso da forma irregular.

Igualmente importante é o facto as **atitudes dos professores entrevistados não serem desfavoráveis ao uso da forma participial irregular** no contexto sob investigação, o que equivale a dizer que as atitudes são favoráveis à variação, favorecendo assim a sua difusão. De facto, não só as formas participiais duplas não se constituem como conteúdo da disciplina de Língua Portuguesa, como a maioria dos professores da amostra demonstra preferir que o assunto não surja em sala de aula. Regra geral, os usos das duplas formas participiais não serão mencionados, a não ser que os alunos questionem diretamente o professor sobre o tema. Poucos professores tomam sequer a iniciativa de comentar algum uso dos alunos.

Assim, no que respeita ao participio passado duplo em concreto, a escola não proporciona tanto o contacto com a variedade normativa – que, neste aspeto, está algo indefinida e em ajustamento devido à situação de coocorrência de variantes – quanto providencia contacto com a variação.

A par da pouca uniformidade entre os instrumentos de normalização, os usos e as atitudes dos professores de Língua Portuguesa acabam por fomentar igualmente a concorrência entre variantes. Realmente, no que diz respeito à dupla morfologia participial, a variedade apresentada como padrão manifesta pouca robustez. Deste modo, a variação mantém-se, sem grandes entraves, podendo até afetar diferentemente diversos conjuntos de verbos.

Efetivamente, apesar de, nos textos reguladores, se apontar a forma participial regular como a forma destinada aos tempos compostos da voz ativa, há várias forças que, atuando noutro sentido, originam a variação atestada. Como vimos, há alguma



**permeabilidade favorável à irregularidade.** Para além da tendência para, na ausência de outras condições<sup>424</sup>, o efeito de bloqueio favorecer a forma irregular, vários estudos atestam que a **frequência lexical** elevada origina maior capacidade de difusão da forma irregular. E, de facto, entre os 92 verbos considerados abundantes em textos didáticos, os vinte e dois verbos que apurámos – sobretudo através dos resultados recolhidos nos *subcorpora* de RL – para testes posteriores são dos verbos de mais elevada frequência.

Como vimos no capítulo anterior, outro elemento com potencial relevância no que concerne ao favorecimento da irregularidade relaciona-se com a conjugação verbal. Registámos mesmo uma maior incidência de uso da forma participial irregular em tempos compostos de verbos da **primeira conjugação**. Com efeito, o facto de os *participios truncados* conservarem o radical de Infinitivo, e de, assim, permitirem o reconhecimento de um padrão, pode propiciar uma atenuação da perceção de irregularidade por parte dos falantes. Fica, deste modo, favorecida a tendência para o uso da forma forte.

Vimos também que os **verbos não abundantes** podem ter um papel muito importante em todo o caso de variação participial, já que são frequentes os verbos da 1ª conjugação que possuem apenas uma forma participial regular, assim como são de elevada frequência os poucos verbos que têm apenas uma forma participial irregular. É, pois *plausível* que a influência dos padrões destes dois conjuntos de verbos se faça sentir sobre os verbos abundantes, o que, no caso destes últimos, tem como consequência o favorecimento de uma situação de *variação*. É também relevante que sejam frequentes os verbos abundantes da primeira conjugação que possuem uma forma participial irregular *truncada*, isto é, que preserva um radical regular. Registámos, aliás, a aplicação deste modo de formação de pseudoparticipios a verbos de outras conjugações.

Saliente-se, contudo que, apesar de considerarmos provável que os padrões de uso participial dos verbos não abundantes se reflitam nos dos verbos abundantes, na verdade, não podemos confirmar esta hipótese. Esta é aliás uma limitação do presente estudo, na medida em que teríamos de ter estudado o comportamento de *todos os*

---

<sup>424</sup> Veja-se novamente, a nota 422.

verbos existentes na Língua Portuguesa no contexto sob estudo para poder aferir essa possibilidade. Ainda assim, consideramos que esta é mais uma condição que pode atuar no processo de aquisição do padrão de usos participiais e que pode, assim, contribuir para explicar os resultados desta investigação.

Aliás, cremos mesmo que, em casos de **concomitância de várias condições favoráveis ao uso da forma irregular**, essa tendência adquirirá ainda mais força. Se considerarmos, por exemplo, o caso do verbo *empregar*, para além da discutida incidência do *efeito de bloqueio* sobre uma das formas duplas motivado pela existência de um nome (empregado) resultante da recategorização da sua forma participial regular<sup>425</sup>, verificamos que é um verbo de frequência lexical elevada (5º patamar do CORLEX), pertence à primeira conjugação e constatamos ainda que as suas formas participiais apresentam semelhanças formais com as dos verbos *entregar* e *encarregar*, facto que pode ter propiciado analogia no comportamento dos falantes. A conjugação de todos estes fatores pode, pois, ser a verdadeira causa da situação de variação que afeta este verbo. Isoladas, estas condições poderiam não produzir o mesmo efeito.

Na realidade, como vimos, a variação participial tem origens muito remotas. Sabemos que o percurso histórico dos vários verbos abundantes é bastante diversificado: uns verbos têm uma forma regular etimológica (ex.º: *encarregado*), para outros é a forma irregular a mais antiga (ex.º: *eleito*; *preso*), e outros, ainda, já em Latim conheciam dupla forma participial (ex.º: *aceite* e *aceitado*)<sup>426</sup>.

O próprio contexto sob investigação, o de tempos compostos, só *recentemente* (séc. XVI/ XVII) está estabilizado com um estatuto verbal<sup>427</sup>. Assim, sabendo que, durante o processo de gramaticalização, a variação entre forma variável e invariável já existia, e que só podemos considerar que haveria uma forma prescrita para o contexto

---

<sup>425</sup> Como vimos, nem sempre registámos relação entre a existência de formas nominais (ou outras) fruto de recategorização e a preferência pela forma participial não isomórfica (*ganho*, *gasto*, *morto*); porém foram mais os casos em que essa relação se verificou (*impresso*, *junto*, *preso*, *sujeito*; *empregado*, *encarregado*). Para além disso, como acabámos de explicar, ainda que, isoladamente, esta situação possa não produzir o efeito descrito, a coexistência de várias circunstâncias favoráveis à forma irregular torná-lo-á mais provável.

<sup>426</sup> Na verdade, mesmo em Latim, há uma forma que é mais antiga, neste caso, é a forma que deu origem a *aceite*. Vide nota 66.

<sup>427</sup> Recorde-se o capítulo 1.2, concretamente, a nota 58.

em estudo depois de este estar estabilizado, o facto de, no início do século XIX, já se registar variação (Barbosa, 1822)<sup>428</sup> é revelador da natural propensão do participio passado duplo para essa situação. E as atitudes favoráveis à variação que registamos hoje em dia por parte de vários agentes de regulação da língua confirmam que a tendência continua atual.

Acrescente-se que esta é mesmo uma via pela qual se pode prosseguir a presente investigação, sendo certo que será proveitosa a associação dos dados diacrónicos a todos os elementos sincrónicos já recolhidos.

Aliás, a aplicação do inquérito elaborado para esta investigação, não só noutros pontos do território em que se usa o PEC, mas também numa nova sincronia, serviria para complementar e atualizar a tipologia de usos participiais dos verbos abundantes estudados e, ainda, possibilitaria a realização de um estudo de mudança em curso.

Outro aspeto a desenvolver em trabalho futuro é a extensão dos contextos sob investigação, inclusivamente no sentido de clarificar quais são os verbos que efetivamente têm duas formas participiais. Observando outros contextos de uso do participio passado duplo, poderíamos separar cabalmente os verbos que atualmente são abundantes dos que o não são. Para além disso, é ainda possível introduzir o critério semântico para distinguir formas *eventivas*, *resultativas* ou *estativas* e verificar em que medida o comportamento sintático se interliga com as características semânticas do participio. Duarte e Oliveira (2010: 406) afirmam que esta «especificação das formas irregulares e regulares como eventivas, resultativas ou estativas não é homogénea, dependendo de factores históricos e da frequência dos verbos», por isso, poderia ser profícua a investigação conjunta destes aspetos.

A extensão de todas estas possibilidades de investigação à variedade brasileira da Língua Portuguesa seria igualmente relevante, uma vez que também nesse espaço se registam usos variantes (Neves, 2003a), nomeadamente decorrentes da criação de participios truncados em verbos que, possivelmente, não registam essas formas no PEC.

---

<sup>428</sup> É, no entanto, de salientar que não se investigou qual o momento em que surgem as primeiras referências ao fenómeno nas gramáticas do português.

Muitas são, pois, as potencialidades de estudo criadas pelo participio passado duplo, assim como são múltiplos os fatores que podem afetar o uso das variantes.

Concluimos que são vários fatores a condicionar os usos participiais, uns a favorecer a regularidade, outros a preferir a irregularidade. Da relação entre estas forças, resulta a variação patente na tipologia de usos participiais descrita nesta investigação. De facto, ainda que, por princípio, as situações de dupla morfologia tendam a durar pouco tempo, no caso do participio passado duplo da Língua Portuguesa, são muitas as condições a proporcionar um prolongamento da variação no tempo e a contribuir para que o participio passado duplo se constitua como uma *área crítica* da Língua Portuguesa.

## 6. BIBLIOGRAFIA

AA, *CORLEX*. In [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_lmcp.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_lmcp.php).

AA, *Conhecimento explícito da língua. Guião de implementação do Programa de português do ensino básico*. In <http://www.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/GIP-CEL%20vers%C3%A3o%20final%20SET10.pdf>

AA, *Currículo nacional do ensino básico. Competências essenciais*. Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. In [http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/84/Curriculo\\_Nacional.pdf](http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/84/Curriculo_Nacional.pdf).

AA, *DT Dicionário Terminológico*. In <http://dt.dgicd.min-edu.pt/> acedido em 22 de Outubro de 2010.

AA, Lista de manuais de 3º Ciclo disponíveis para adoção pelas escolas no ano letivo de 2009/2010. In <http://area.dgicd.min-edu.pt/manuais/reports.aspx?ciclo=3&subitem=4&&reportId=3&doAction=select> acedido em 4 de Janeiro de 2010.

AA (1998) *Livro de estilo do jornal Público* In [http://static.publico.clix.pt/nos/livro\\_estilo/](http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/) acedido em 9 de Fevereiro de 2010.

AA (2004) *Organização curricular e programas. Ensino básico. 1.º Ciclo*, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica (4ª edição; 1ª edição: 1998). In [http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/612/Prog%20\\_1CicloEB.pdf](http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/612/Prog%20_1CicloEB.pdf) acedido em 16 de Junho de 2008.

AA, *Princípios e Sugestões para a gestão do currículo do 1º ciclo: Língua Portuguesa*. In [http://sitio.dgicd.min-edu.pt/basico/Paginas/Org\\_Curricular1ciclo.aspx#matriz\\_curricular\\_1c](http://sitio.dgicd.min-edu.pt/basico/Paginas/Org_Curricular1ciclo.aspx#matriz_curricular_1c) acedido em 16 de Junho de 2008.

AA, *Programa de língua portuguesa. Plano de organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino básico. 2º ciclo*. Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. Vol. II. In [http://www.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/155/programa\\_LPPortuguesa\\_2-Ciclo02.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/155/programa_LPPortuguesa_2-Ciclo02.pdf) acedido em 22 de Janeiro de 2010.

AA, *Programa de língua portuguesa. Plano de organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino básico. 3º ciclo*. Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. Vol. II. In [http://sitio.dgidc.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/171/programa\\_LPPortuguesa\\_3Ciclo.pdf](http://sitio.dgidc.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/171/programa_LPPortuguesa_3Ciclo.pdf) acedido em 16 de Junho de 2008.

AA, *Programas e Orientações Curriculares. Ensino básico*. In [http://www.dgidc.min-edu.pt/basico/Paginas/Programas\\_OrientacoesCurriculares.aspx](http://www.dgidc.min-edu.pt/basico/Paginas/Programas_OrientacoesCurriculares.aspx) acedido em 22 de Janeiro de 2010.

ALÉONG, Stanley (1983) «Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique». In BEDARD, Édith e Jacques MAURIS (org.) *La norme linguistique*. Paris: Le Robert, p. 255-280.

ALI, M. Said (1964) *Gramática histórica da Língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, p. 147-154 (1ª ed.: 1931).

AMMON, Ulrich, Norbert DITTMAR, Klaus J. MATTHEIER e Peter TRUDGILL (eds.) (2004/ 2005) *Sociolinguistics/ Soziolinguistik. An International Handbook of the Science of Language and Society/ Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, vol. 1 e 2, 2ª edição (completely revised and extended edition).

ARONOFF, Mark (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts e London: Massachusetts Institute of Technology (MIT) Press.

ARONOFF, Mark e Kirsten FUEDEMAN (2011) *What Is Morphology*. Massachusetts, Oxford e West Sussex: Wiley-Blackwell. 2ª edição (1ª edição: 2005).

ASSUNÇÃO, Carlos (2000) *A Arte da Grammatica da Lingua portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudos, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

BADDELEY, A. (2003) *Working Memory*. In J.H. BRYNE (ed) *Learning and Memory*. NY: Macmillan (2ª ed.). Disponível em <http://ccpweb.wustl.edu//pdfs/WorkingMemCh.pdf> acedido em 2010.

BADDELEY, Alan (2007) *Working Memory, Thought, and Action*. Oxford: Oxford University Press.

BAILEY, Charles-James (1973) *Variation and Linguistic Theory*. Arlington: Center for Applied Linguistics, p. 23-24 *apud* Jean-Claude CORBEIL (1983) «Éléments d'une théorie de la régulation

linguistique». In BEDARD, Édith e Jacques MAURIS (org.) *La norme linguistique*. Paris: Le Robert, p. 281-303.

BAYLEY, Robert e Ceil LUCAS (orgs.) (2007) *Sociolinguistic Variation. Theories, Methods, and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

BARBOSA, Jerónimo Soares (1822) *Grammatica philosophica da língua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Tipographia da Academia das Sciencias.

BARBOSA, Jerónimo Soares (2004) *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822) Edição Fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

BARBOSA, Jorge Morais (1989) «Contribuição para o estudo do sistema verbal português: “tempos simples” e “tempos compostos”». In *Biblos*, LXV. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 221-228.

BARONETT, Stan (2008) *Logic*. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, p. 321-325.

BARREIRO, Anabela Marques (1998) *Propriedades Sintático-Semânticas dos Particípios Passados em Português Europeu*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (dissertação de Mestrado). Disponível em [www.linguateca.pt/Repositorio/Barreiro98.rtf](http://www.linguateca.pt/Repositorio/Barreiro98.rtf) acedido em 25 de Março de 2009.

BARROS, Anabela (2002) «A adopção de particípios passados fortes por verbos da 1ª conjugação». In *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 53-67

BAXTER, Gareth J., Richard A. BLYTHE, William CROFT and Alan J. MCKANE (2009) «Modeling Language Change: an Evaluation of Trudgill’s Theory of the Emergence of New Zealand English». In *Language Variation and Change*, 21, p. 257-96. Disponível em <http://theory.ph.man.ac.uk/~ajm/bbcm09.pdf>, acedido em 12 de Junho de 2012.

BLYTHE, Richard e William CROFT (no prelo) *S-curves and the Mechanisms of Propagation in Language Change*. In <http://www.unm.edu/~wcroft/Papers/S-curves-finaldraft.pdf>, acedido em 12 de Junho de 2012.

BÉDARD, Édith e Jacques MAURIS (org.) (1983) *La norme linguistique*. Paris: Le Robert.

BELL, Allan (2007) «Style in Dialogue: Bakhtin and Sociolinguistic Theory». In BAYLEY, Robert e Ceil LUCAS (orgs.) *Sociolinguistic Variation. Theories, Methods, and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 90- 109.

BIALYSTOK, Ellen e Ellen RYAN (1985) «A Metacognitive Framework for the Development of First and Second Language Skills». In FORREST-PRESSLEY, D.L, G.E. MACKINNON e T. Gary WALLER (eds.) *Metacognition, Cognition and Human Performance*. Orlando: Academic Press, p. 207-252.

BLOOMFIELD, Leonard (1984 [1933]) *Language*. Chicago: The University of Chicago Press (prefácio de Charles F. Hockett).

BOLÉO, Manuel de Paiva (1936) *O perfeito e o pretérito em português em confronto com as outras línguas românicas (estudo de carácter sintático-estilístico)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade – Cursos e Conferências de Extensão Universitária.

BOSQUE, Ignacio (1990) «Sobre el aspecto en los adjetivos y en los participios». In Bosque, I. (ed.) *Tiempo y aspecto en español*. Madrid: Ediciones Cátedra, cap. V, p. 177-214.

BOSQUE, Ignacio (1998) *Las categorías gramaticales*. Madrid: Editorial Síntesis.

BOSQUE, Ignacio (1999) «El sintagma adjetival. Modificadores y complementos del adjetivo. Adjetivo y Participio». In BOSQUE e DEMONTE, *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, vol.1, cap. 4.

BOSQUE, Ignacio e Violeta DEMONTE (dirs.) (1999) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe (dep. legal: 2000), volumes 1, 2 e 3.

BRADAC, James J. (1992) «Language Attitudes and Impression Formation». In Howard Giles e Peter Robinson (eds.) *Handbook of Language and Social Psychology*. West Sussex: John Wiley & Sons, p. 387-412 (1ª impressão: 1990).

BRIGGS, Charles L. (2004) «Sociolinguistic Interviews/ Soziolinguistisches Interview». In AMMON et alii (eds.), *Sociolinguistics/ Soziolinguistik. An International Handbook of the Science of Language and Society/ Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, vol. 2, 2ª edição, p. 1052-1062.

BRIGHT, William (ed.) (1992) *International Encyclopedia of Linguistics*. New York, Oxford: Oxford University Press, 4 vols.



BRITO, Ana Maria (2003) «Categorias sintáticas». In MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae*, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 323-432.

BRITO, Ana Maria e Inês DUARTE (1989) «Construções passivas». In MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae*, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 221-225.

BROCARD, Maria Teresa (2010) «Portuguese Pluperfect: Elements for a Diachronic Approach». In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, p. 117-130. Disponível em [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5\\_fulltexts/5g%20maria%20brocardo.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5g%20maria%20brocardo.pdf).

BYBEE, Joan L. and Dan I. SLOBIN (1982) «Rules and Schemas in the Development and Use of the English Past Tense». In *Language*, vol. 58, nº 2 (Junho, 1982), p. 265-289. Disponível em [http://ihd.berkeley.edu/Slobin-Language Acquisition/\(1982\) Bybee & Slobin - English past tense learning.pdf](http://ihd.berkeley.edu/Slobin-Language%20Acquisition/(1982)%20Bybee%20&%20Slobin%20-%20English%20past%20tense%20learning.pdf).

CABRERA, Juan Carlos Moreno (2002) «El motor de la economía lingüística: de la ley del mínimo esfuerzo al principio de la automatización retroactiva». In *Revista Española de Lingüística*, 32,1, p. 1-32. Disponível em <http://www.uned.es/sel/pdf/ene-jun-02/32-1-Moreno.pdf> acedido em 14 de Junho de 2012.

CARBONERO, Pedro (1985) «Norma estándar y actitud sociolingüística». In Vidal LAMÍQUIZ (dir.) *Sociolingüística andaluza 1, metodología y estudios*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, p. 141-159.

CARRILHO, Ernestina, «Ainda a “unidade e diversidade da língua portuguesa”: a sintaxe». Disponível em [http://www.clul.ul.pt/equipa/ecarrilho/ernestina\\_carrilho\\_2001d.pdf](http://www.clul.ul.pt/equipa/ecarrilho/ernestina_carrilho_2001d.pdf) acedido em 30 de Março de 2009.

CASTELEIRO, João Malaca (1981) *Sintaxe transformacional do adjetivo – regência das construções completivas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

CASTILLO, Ataliba Teixeira de (org.) (2002) *Gramática do Português falado*. Campinas: Editora Unicamp, vol. I: *A ordem* (4ª ed. revista) e vol. III: *As abordagens* (3ª ed.).

CASTRO, Ana (2010) «Aquisição de morfologia de plural em português europeu: sobre a produtividade das regras». In *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: A.P.L., p. 277-289. Disponível em [www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/20-Ana%20Castro.pdf](http://www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/20-Ana%20Castro.pdf) acedido em 27 de Abril de 2012.

CHAMBERS, J. K. e Peter TRUDGILL (1988) *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press (1ª ed.: 1980).

CHAMBERS, J.K., Peter TRUDGILL e Natalie SCHILLING-ESTES (eds.) (2002) *The Handbook of Language Variation and Change*. Massachusetts e Oxford: Blackwell.

CHOMSKY, Noam (1975 [1965]) *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado.

CHOMSKY, Noam (1993 [1981]) *Lectures on Government and Binding. The Pisa Lectures*. Berlim: Mouton de Gruyter (7ª edição).

CHOMSKY, Noam (2005) *The Architecture of Language*. Oxford: Oxford University Press (1ª edição: 2000; 7ª reimpressão: 2005; editores: Nirmalangshu Mukherji, Bidudhendra Narayan Patnaik e Rama Kant Agnihotri).

CLARK, Eve (1992) «Acquisition of Language – Meanings and Forms». In BRIGHT, William (ed.) *International Encyclopedia of Linguistics*. New York, Oxford: Oxford University Press, vol. 1, p. 10-12.

COLAÇO, Madalena e Anabela GONÇALVES (1995) «A concordância do objecto com o participio passado e a categoria AgrO». In *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 117-132.

COSERIU, Eugenio (1967) «Sistema, norma y habla». In *Teoría del lenguaje y lingüística general - cinco estudios*. Madrid: Editorial Gredos (Biblioteca Románica Hispánica, Estudios y ensayos, II; 2ª ed.), p. 11-113.

COSERIU, Eugenio (1978) *Sincronía, diacronía e historia, el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Editorial Gredos (1ª edição: 1958, Montevideo: Tübinguen; 2ª edição: 1973, Madrid: Gredos).

COSTA, Albano Dias da (1976) «Periphrastic Verbal Expressions in Portuguese». In Schmidt-Radefeldt, Jürgen (ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam, NewYork e Oxford: North-Holland Publishing Company, p. 187-243.

CUESTA, Pilar Vázquez e Maria Albertina Mendes da LUZ (1980) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70 (trad. portuguesa: 1980; 1ª ed.: 1971).

CULLEN, C. (1994) «Prescriptive and Descriptive Grammar». In R. E. Asher (ed.) *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Pergamon Press, vol. 6, p. 3310-3311.

CUNHA, Celso e Lindley CINTRA (1995<sup>11</sup>) *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa (1ª ed.: 1984).

CUNHA, Luís Filipe e Idalina FERREIRA (2004) «Tipologia de adjectivos e construções predicativas com *ser* e *estar* em português europeu». In *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 421-432.

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva (1918) *Syntaxe historica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

DUARTE, Inês (2003) «A família das construções inacusativas». In MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae*, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 507-548.

DUARTE, Inês (s.d.) *O ensino da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística*. Disponível em [http://www.dgicd.min-edu.pt/TLEBS/gramatica/6\\_biblioteca.htm](http://www.dgicd.min-edu.pt/TLEBS/gramatica/6_biblioteca.htm) acedido em 25 de Maio de 2009.

DUARTE, Inês (2004) «Gramática descritiva, língua padrão e variação». In Rosario Álvarez e Henrique Monteagudo (eds.) *Norma linguística e variación. Unha perspectiva desde el idioma galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura galega, Instituto da Lingua Galega.

DUARTE, Inês (2010) «Mudam-se os tempos, muda-se a gramática». In Ana Maria Brito (org.) *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, p. 11-28. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8300.pdf> acedido em 20 de Abril de 2012.

DUARTE, Inês e Ana Maria BRITO (1996) «Sintaxe». In Isabel Hub FARIA *et alii* (org.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho (2ª edição), p. 247-302.

DUARTE, Inês e Fátima Oliveira (2010) «Participios resultativos». In *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: A.P.L., p. 397-408.

ELLIS, Rod (2005) «Principles of Instructed Language Learning». In *Asian EFL Journal*. Disponível em [http://www.asian-efl-journal.com/sept\\_05\\_re.pdf](http://www.asian-efl-journal.com/sept_05_re.pdf) acedido em 5 de Março de 2008.

FARIA, Isabel Hub, Emília Ribeiro PEDRO, Inês DUARTE e Carlos GOUVEIA (org.) (1996) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho (2ª edição).

FASOLD, Ralph W. e Deborah SCHIFFRIN (eds.) (1989) *Language Change and Variation*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

FERNANDO LARA, Luis (1983) «Le concept de norme dans la théorie d'Eugenio Coseriu». In Édith BEDARD e Jacques MAURIS (org.) *La norme linguistique*. Paris : Le Robert, p. 153-178.

FERREIRA, Carla Sofia Silva (2004) *Percepções e atitudes linguísticas das variedades diatópicas de Portugal – um contributo português para a Dialectologia perceptual*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de Mestrado em Linguística geral).

FERREIRA, Carla Sofia Silva (2009) «Percepções dialectais e atitudes linguísticas. O método da Dialectologia perceptual e as suas potencialidades». In *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 251-263.

FIGUEROA, Esther (1994) *Sociolinguistic Metatheory*. Oxford, New York e Tokyo: Pergamon.

FINEGAN, Edward e Douglas BIBER (1986) «Toward a Unified Model of Sociolinguistic Prestige». In David SANKOFF (ed.) *Diversity and Diachrony, Current Issues in Linguistic Theory*, Volume 53. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 391-397.

FUß, Eric (2005) *The Rise of Agreement: A Formal Approach to the Syntax and Grammaticalization of Verbal Inflection*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

GARRETT, Peter (2010) *Attitudes to Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

GARVIN, Paul L. e Madeleine MATHIOT (1970) «The Urbanization of the Guaraní Language: a Problem in Language and Culture». In FISHMAN, Joshua A. (ed.) *Readings in Sociology of Language*. Paris: Mouton, The Hague (1ª impressão: 1968), p. 365-374 (publicado pela primeira vez em A. F. C. Wallace (1956) *Men and Cultures; Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 783-790).

GONÇALVES, Anabela e Madalena COLAÇO (1991) «Para um tratamento uniforme do(s) verbo(s) 'ser' no português europeu». In *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 125-143.

GRAFF, David, William LABOV e Wendell A. HARRIS (1986) «Testing Listeners' Reactions to Phonological Markers of Ethnic Identity: a New Method for Sociolinguistic Research». In David

SANKOFF (ed.) *Diversity and Diachrony, Current Issues in Linguistic Theory*, Volume 53. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Company, p. 45-58.

GREEN, Lisa (2007) «Syntactic Variation». In Robert BAYLEY e Ceil LUCAS (ogs.) *Sociolinguistic Variation. Theories, Methods, and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 24-44.

GUMPERZ, John (1971) *Language in Social Groups*. Stanford: Stanford University Press.

GUMPERZ, John (1982) *Language and Social Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

HARRE, Catherine E. (1991) *Tener + Past Participle: a Case Study in Linguistic Description*. London: Routledge.

HEINE, Bernd, Ulrike CLAUDI e Friederike HÜNNEMEYER (1991) *Grammaticalization. A Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

HAUGEN, Einer (1972 [1966]) «Dialect, Language, Nation». In J. B. Pride e J. Holmes (eds.) *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, p. 97-111 (1ª edição: 1966. In *American Anthropologist*, vol. 68, p. 922-935).

HAUGEN, Einer (1992) «Linguistics and Language Planning». In BRIGHT (ed.) *Sociolinguistics*, vol. 2, p. 50-71.

HENRY, Alison (1997) «Viewing Change in Progress: the Loss of V2 in Hiberno-English Imperatives». In Ans van KEMENADE e VINCENT, Nigel (eds.) *Parameters of Morphosyntactic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 273-296.

HENRY, Alison (2002) «Variation and Syntactic Theory». In J.K. CHAMBERS, Peter TRUDGILL e Natalie SCHILLING-ESTES (eds.) *The Handbook of Language Variation and Change*. Massachusetts e Oxford: Blackwell, p. 267-282.

HICKEY, Raymond (ed.) (2003) *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

HIRSH-PASEK, Kathy e Roberta Michnick GOLINKOFF (1996) «Theories of Language Acquisition». In *The Origins of Grammar. Evidence from Early Language Comprehension*. Cambridge, Massachusetts, London: Massachusetts Institute of Technology, cap. 2.

HOCK, Hans Henrich (1992) «Causation in Language Change». In William BRIGHT (ed.) *International Encyclopedia of Linguistics*. New York, Oxford: Oxford University Press, vol. 1.

HYMES, Dell (1972) «On Communicative Competence». In J. B. PRIDE e Janet HOLMES (eds.) *Sociolinguistics*. Harmondsworth (Middlesex): Penguin Books, p. 269-293.

HYMES, Dell (1977) *Foundations in Sociolinguistics: an Ethnographic Approach*. Londres: Tavistock Publications Limited.

HYMES, Dell (1984) *Vers la Compétence de Communication*. Paris: Hatier-Crédif.

JONES, Mari C. e Edith ESCH (eds.) (2002) *Language Change: the Interplay of Internal, External, and Extralinguistic Factors*. Berlin: Walter de Gruyter.

JOSEPH, Earl (1982) «Dialect, Language, and 'Synecdoche'». In *Linguistics*, vol. 20, Issue 7-8, p. 473-492.

JOSEPH, John Earl (1987) *Eloquence and Power: The Rise of Language Standards and Standard Languages*. London: Frances Pinter.

KEMENADE, Ans van e VINCENT, Nigel (eds.) (1997) *Parameters of Morphosyntactic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

KERSWILL, Paul e Ann Williams (2002) «Dialect Recognition and Speech Community Focusing in New and Old Towns in England. The Effects of Dialect Levelling, Demography and Social Networks». In Dennis R. PRESTON e Daniel LONG (eds.) *Handbook of Perceptual Dialectology*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, vol. 2, p. 173-204.

KORTMANN, Bernd (1997) *Adverbial Subordination. A Typology and History of Adverbial Subordinators based on European Languages*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

KORTMANN, Bernd (ed.) (1991) *Free Adjuncts and Absolutes in English: Problems of Control and Interpretation*. London, New York: Routledge.

KRASHEN, Stephen D. (1981) *Second Language Acquisition and Second Language Learning*. Oxford: Pergamon Press. Disponível em [http://www.sdkrashen.com/SL\\_Acquisition\\_and\\_Learning/index.html](http://www.sdkrashen.com/SL_Acquisition_and_Learning/index.html) acedido em 19 de Novembro de 2010.

KRASHEN, Stephen D. (1982) *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. Oxford: Pergamon Press. Disponível em [http://www.sdkrashen.com/Principles\\_and\\_Practice/Principles\\_and\\_Practice.pdf](http://www.sdkrashen.com/Principles_and_Practice/Principles_and_Practice.pdf) acedido em 19 de Novembro de 2010.

KRASHEN, Stephen D. (2003) *Explorations in Language Acquisition and Use: the Taipei lectures*, Portsmouth: Heinemann. Disponível em <https://www.heinemann.com/shared/onlineresources/E00554/chapter2.pdf> acessado em 19 de Novembro de 2010.

KROCH, Anthony (1989a) «Function and Grammar in the History of English: Periphrastic *DO*». In FASOLD, Ralph W. e Deborah SCHIFFRIN (eds.) *Language Change and Variation*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., p. 133-172.

KROCH, Anthony (1989b) «Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change». In *Language Variation and Change*, 1, p. 199-244. Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~kroch/online.html> acessado em 19 de Novembro de 2010.

KROCH, Anthony (1994) «Morphosyntactic Variation». In K. BEALS *et alii* (eds.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*. Chicago: Chicago Linguistics Society. Disponível em <http://www.sfb441.uni-tuebingen.de/veranstaltungen/morphosyntax.pdf> acessado em 19 de Novembro de 2010.

KROCH, Anthony (2001) «Syntactic Change». In BALTIN, Mark e Chris COLLINS (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, Massachusetts e Oxford: Blackwell. Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~kroch/online.html> acessado em 19 de Novembro de 2010.

KUMMER, Werner (2004) «Syntax» in AMMON *et alii* (eds.), *Sociolinguistics/ Soziolinguistik. An International Handbook of the Science of Language and Society/ Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, vol. 1, 2ª edição (completely revised and extended edition), p. 540-546.

LABOV, William (1966) *The Social Stratification of English in New York City*. Washington D.C.: Center for Applied Linguistics.

LABOV, William (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press.

LABOV, William (1978) «Where does the Linguistic Variable Stop? A Response to Beatriz Lavandera». In *Working Papers in Sociolinguistics*. Nº 44. Texas: Southwest Educational Development Laboratory, p. 6-21. Disponível em <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED157378.pdf> acessado em Março 2011.

LABOV, William (1989) «Exact Description of the Speech Community: Short A in Philadelphia». In Ralph W. FASOLD e Deborah SCHIFFRIN (eds.) *Language Change and Variation*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., p. 1-57.

LABOV, William (1994) *Principles of Linguistic Change. Internal Factors*. Oxford e Cambridge: Blackwell, vol. 1.

LABOV, William (2001) *Principles of Linguistic Change. Social factors*. Oxford: Blackwell, vol.2.

LABOV, William (2002) «Driving Forces in Linguistic Change». Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/DFLC.htm> acessado em 23 de Setembro de 2009.

LASAGHASTER, David e VITORIA-GASTEIZ (2004) «Attitude». IN AMMON, Ulrich *et alii* (eds.) *Sociolinguistics/ Soziolinguistik. An International Handbook of the Science of Language and Society/ Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, vol. 1, 2ª edição (completely revised and extended edition), p. 399-405.

LAURENT, Richard (1999) *Past Participles from Latin to Romance*. California: University of California Press.

LAVANDERA, Beatriz (1978) «Where does the Linguistic Variable Stop?». In *Language in Society* 7, p. 171-183. Disponível em <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/syll/BL/> acessado em Março 2011.

LEBORANS, Maria Jesús Fernández (1999) «La predicación: las oraciones copulativas». In BOSQUE, Ignacio e Violeta DEMONTE (dirs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe (dep. legal: 2000), volume 2, p. 2357-2460.

LEVELT, Willem J. M. (1998) *Speaking: from Intention to Articulation*. Cambridge e Massachusetts: MIT.

LEVIN, Beth e Malka RAPPAPORT HOVAV (1995) *Unaccusativity: at the Syntax-lexical Semantics Interface*. MIT.

LIGHTFOOT, David W. (1982) *The Language Lottery: Toward a Biology of Grammars*. Cambridge, Massachusetts, London: MIT.



LIGHTFOOT, David (1997) «Shifting Triggers and Diachronic Reanalyses» in KEMENADE e VINCENT *Parameters of Morphosyntactic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 253-272.

LIGHTFOOT, David (1999) *The Development of Language: Acquisition, Change and Evolution*. Malden, Massachusetts e Oxford: Blackwell.

LIGHTFOOT, David W. (ed.) (2006) *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press.

LIGHTFOOT, David W. (2006) *How New Languages Emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.

LOBATO, Lúcia (1999) «Sobre a forma do Particípio do Português e o estatuto dos traços formais». In *DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada)*, v. 15 n.º 1, São Paulo. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501999000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) acessado em 12 de Março de 2009.

LÓPEZ MORALES, Humberto (1990) «La Sociolingüística actual». In Francisco MORENO-FERNÁNDEZ (recopilador) *Estudios sobre variación lingüística*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones, Universidad de Alcalá de Henares, p. 79-87.

LÓPEZ MORALES, Humberto (1993) *Sociolingüística*. Madrid: Editorial Gredos (1ª ed.: 1989).

LOUREIRO, João (2008) *Aquisição de ordem de palavras e de flexão verbal no Português Europeu*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (dissertação de Mestrado). Disponível em [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/Grupos/Linguistica\\_comparada/TECAPE/joão loureiro - tese - aquisição de ordem de palavras e de flexão verbal em pe.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/Grupos/Linguistica_comparada/TECAPE/joão loureiro - tese - aquisição de ordem de palavras e de flexão verbal em pe.pdf) acessado em 29 de Abril de 2010.

MARCUS, G.F., S. PINKER , M. ULLMAN , M. HOLLANDER , T.J. ROSEN e F. XU (1992) «Overregularization in Language Acquisition». In *Monographs of the Society for Research in Child Development*. Nº 57 (4), p. 1-182. Disponível em <http://pinker.wjh.harvard.edu/articles/papers/Marcus Pinker SRCD Monograph Overreg.pdf>

MARQUILHAS, Rita (1996) «Mudança linguística». In Isabel Hub FARIA, Emília Ribeiro PEDRO, Inês DUARTE e Carlos A. M. GOUVEIA (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 563-588.

MARTINET, André (1955) *Économie des changements phonétiques – traité de phonologie diachronique*. Francke: Berne.

MARTINET, André (1992) *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (tradução de Jorge Morais Barbosa; 11ª edição portuguesa: 1991; 1ª edição (1970) *Éléments de linguistique générale*. Paris: Librairie Armand Colin).

MARTINS, Ana Maria (2003) «Variação e mudança no Português». In *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais - 2002*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais e Instituto de Estudos Sociais, p. 29-44. Disponível em [http://www.clul.ul.pt/files/ana\\_maria\\_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf) acedido em 26 de Janeiro de 2010.

MARTINS, Cristina (2005) «O processo de normatização do mirandês». In Sinner, Carsten (Hg.) *Norm und Normkonflikte in der Romania*. München: Peniopo, p. 39-58.

MARTINS, Cristina (2008) *Línguas em contacto: “saber sobre” o que as distingue. Análise de competências metalinguísticas de crianças mirandesas em idade escolar*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

MATEUS, Maria Helena Mira (s.d.) «Variação e variedades: o caso do português». Disponível em <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-variacao.pdf> acedido em 22 de Outubro de 2010.

MATEUS, Maria Helena Mira (2005) «A mudança da língua no tempo e no espaço». Disponível em [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mhmateus-mudanca\\_lingua.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mhmateus-mudanca_lingua.pdf) acedido em 3 de Fevereiro de 2011.

MATEUS, Maria Helena Mira e Alina VILLALVA (2006) *O Essencial sobre Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae* (1989) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho (1ª ed.: 1983).

MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae* (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho (7ª ed. profundamente reformulada).

MATEUS, Maria Helena Mira e Fernanda Bacelar do NASCIMENTO (orgs.) (2005) *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Editorial Caminho.

MATTHEWS, Peter (2003) «On Change in 'E-Language'». In Raymond HICKEY (ed.) *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 7-17.

MEYER, Paul Georg (2000) «The Relevance of Causality». In COUPER-KUHLEN e KORTMANN (eds.) *Cause – Condition – Concession – Contrast. Cognitive and Discourse Perspectives*. Berlim/ Nova Iorque: Mouton de Gruyter, p. 9-34.

MILROY, James (1992) *Linguistic Variation & Change: on the Historical Sociolinguistic of English*. Oxford e Cambridge: Blackwell.

MILROY, James (2003) «On the Role of the Speaker in Language Change». In Raymond HICKEY (ed.) *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 143-157.

MILROY, Lesley (1990) *Observing and Analysing Natural Language, A Critical Account of Sociolinguistic Method*. Oxford: Blackwell (1ª edição: 1987; reimpressa em 1989 e 1990).

MILROY, Lesley (1992) *Language and Social Networks*. Oxford e Massachusetts: Basil Blackwell (1ª edição: 1980; 2ª edição: 1987, reimpressa em 1989 e 1992).

MILROY, Leslie e Matthew J. GORDON (2003) *Sociolinguistics. Method and Interpretation*. Malden, Oxford e Victoria: Blackwell.

MÓIA, Telmo (2005) «Norma, variação e desvio na gramática do português contemporâneo: Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização». In *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 107-125.

MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco (1990) *Metodología sociolingüística*. Madrid: Editorial Gredos.

MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco (ed.) (1997) *Trabajos de Sociolingüística hispánica*. Alcalá: Universidad de Alcalá.

MOTA, Maria Antónia Coelho da (2005) «Variação e mudança linguística, ainda e sempre». In *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 127-138.

MYERS, James (2000) «Rules vs. Analogy in Mandarin Classifier Selection». In *Language and Linguistics* 1.2, p. 187-209. Disponível em <http://www.ling.sinica.edu.tw/eip/FILES/journal/2007.3.9.96355836.6199835.pdf> acessado em 22 de Dezembro de 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura (2000) *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP.

NEVES, Maria Helena de Moura (2003a) *Guia de uso do Português. Confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora Unesp.

NEVES, Maria Helena de Moura (2003b) *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto.

NEWPORT, Elissa, Henry GLEITMAN e Lila GLEITMAN (1977) «Mother, I'd rather do it Myself: Some Effects and Non-effects of Maternal Speech Style». In C. SNOW and C. A. FERGUSON (eds.) *Talking to Children: Language Input and Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 109-149.

OLIVEIRA, Fátima (2003) «Tempo e aspecto». In Maria Helena Mira MATEUS *et aliae*, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 127-178.

OLSEN, Mike (2009) A Type and Token Account of Past-Tense Morphology Acquisition in L1 Spanish Speakers. Disponível em [http://michaelkolsen.weebly.com/uploads/3/0/1/8/3018178/a\\_type\\_and\\_token\\_account\\_of\\_past\\_tense\\_morphology\\_acquisition\\_in\\_l1\\_spanish\\_speakers.pdf](http://michaelkolsen.weebly.com/uploads/3/0/1/8/3018178/a_type_and_token_account_of_past_tense_morphology_acquisition_in_l1_spanish_speakers.pdf) acedido em 28 de Maio de 2012.

PARADIS, M. (2004) *A Neurolinguistic Theory of Bilingualism*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.

PEDRO, Emília Ribeiro (1996) «Interacção verbal». In FARIA, Isabel Hub *et alii* (org.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho (2ª edição), p. 449-475.

PEREIRA, Dília Ramos (1992) «O papel dos diferentes ambientes da língua de *input* no processo de aquisição, desenvolvimento e aprendizagem da língua materna». In Maria Raquel Delgado-Martins *et alii*, *Para a didáctica do Português. Seis Estudos de Linguística*. Lisboa: Colibri.

PERES, João Andrade e Telmo MÓIA (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.

PERES, João Andrade (1995a) «Reconsidering Perfectives in DRT or Being Fair to the Past Participle». In *Cadernos de Semântica*, nº 19. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 23-37.

PERES, João Andrade (1995b) «Sobre a Semântica das construções perfectivas em português». In *Cadernos de Semântica*, nº 19. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 1-22.

PESTANA, Maria Helena e João Nunes GAGEIRO (2008) *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo (5ª edição revista e corrigida).

PETERS, Ann M. (1997) «Language Typology, Prosody, and the Acquisition of Grammatical Morphemes». In Dan Isaac SLOBIN (ed.) *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition. Vol. 5: Expanding Contexts*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, p. 135-197.

PIEL, Joseph M. (1988) «A flexão verbal do português (estudo de Morfologia histórica)». In *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1ª edição do artigo: (1944) *Biblos*, XX, p. 359-404. Disponível em [http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/flexao\\_verbal.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/flexao_verbal.pdf) acedido em 30 de Março de 2009.

PINKER, Steven (1995a) «Language Acquisition». In GLEITMAN, Lila R. e LIBERMAN, Mark (eds.) *Language. An Invitation to Cognitive Science*. Vol. 1, 2ª ed., p. 135-182.

PINKER, Steven (1995b) «Why the Child Holded the Rabbits: a Case Study in Language Acquisition». In Lila R. GLEITMAN e Mark LIBERMAN (eds.) *Language. An Invitation to Cognitive Science*. Vol. 1, 2ª ed., p. 107-133.

PINKER, S. e M. T. ULLMAN (2002) «The Past and Future of the Past Tense». In *Trends in Cognitive Sciences*. Nov 1; 6 (11), p. 456-463. Disponível em <http://pinker.wjh.harvard.edu/articles/papers/TICS.pdf>.

PRASADA, Sandeep e Steven PINKER (1993) «Generalizations of regular and irregular morphology». In *Language and Cognitive Processes*, 8, 1, p. 1-56. Disponível em [http://pinker.wjh.harvard.edu/articles/papers/Prasada\\_Pinker1993.pdf](http://pinker.wjh.harvard.edu/articles/papers/Prasada_Pinker1993.pdf) acedido em Junho 2012.

QUARANTA, Maria da Glória Morato Lapena (1984) *Um estudo morfo-sintáctico-semântico do Particípio Passado na língua portuguesa*. São Paulo, Universidade Católica de São Paulo (dissertação de Mestrado em Ciências Humanas).

RAINER, Franz (1999) «La derivación adjetival». In BOSQUE e DEMONTE, *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, vol. 3, cap. 70.

RAINER, Franz (ed.) (2010) *Variation and Change in Morphology. Selected Papers from the 13<sup>th</sup> International Morphology Meeting, Vienna, February 2008*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

REIS, Carlos (coord.) (2009) *Programas de Português do Ensino Básico* (em vigor a partir de 2011/2012). Disponível em <http://www.dgidc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/Programas%20de%20Portugu%C3%AAs%20homologado.pdf>

REIS, Carlos. *Recomendações resultantes da Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Disponível em <http://www.dgidc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/RecomendacoesCIEP.pdf>

REY-DEBOVE, Josette (1971) *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Netherlands: Mouton, The Hague.

ROMAINE, Suzanne (1982) *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. London: E. Arnold.

RUSSELL, Bertrand (2001) *Os Problemas da Filosofia*. Oxford: Oxford University Press, p. 33-38 (tradução: Álvaro Nunes; disponível em <http://www.ateus.net/artigos/ceticismo/a-inducao/pdf/> acessado em Fevereiro 2011). Original: (1912) *The Problems of Philosophy*. London: Williams and Norgate.

SANTOS, Ana Lúcia (1999a) *O Participio absoluto em português e em outras línguas românicas*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de Mestrado em Linguística Teórica).

SANTOS, Ana Lúcia (1999b) «A ordem de palavras nas construções de Participio absoluto». In *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga: A.P.L., v. II, p. 397-411.

SANTOS, Ana Lúcia (2000) «Aspectos da estrutura sintáctica de participiais ditas absolutivas e de predicados secundários». In *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga: A.P.L., v. II, p. 341-354.

SANTOS, Dulcelina Silva dos (2002) *Prestígio linguístico e ensino da língua materna*. Porto: Porto Editora.

SANTOS, Isabel Maria de Almeida (1997) «Dialectologia e Sociolinguística: delimitação e limitações na abordagem ao fenómeno da variação». In *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXI, p. 23-61.

SANTOS, Isabel Maria de Almeida (1999-2000) «A(s) norma(s) e a escola: alguns aspectos em equação». In *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXIII, p. 347-380.

SANTOS, Isabel Maria de Almeida (2006) *Norma e codificação. A produção linguístico-gramatical portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de Doutoramento em Linguística portuguesa).

SANTOS, Isabel Maria de Almeida (2008) «Codificação e mudança: que relações?». In *Estudos linguísticos e literários. Programa de pós graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, n.ºs 37/38, p. 207-226.

SANTOS, Isabel e Cristina MARTINS (2002) «The Schooling Process and Awareness of the Standard: Examples from Dialect Phonetics». In *Language Awareness*, vol. 11, nº 4, p. 229-239. Disponível em <http://www.multilingual-matters.net/la/011/0229/la0110229.pdf> acedido em 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de (1971) *Curso de Linguística geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (Tradução por José Victor Adragão; 1ª edição: (1916) *Cours de linguistique générale*. Paris: Éditions Payot).

SEIXAS, João, José PASCOAL, Maria da Conceição COELHO, Maria Joana CAMPOS, Maria José GROSSO e Maria de La Salette LOUREIRO, *Programa de Português 10.º, 11.º e 12.º anos – Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos*, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. In [http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/280/portugues\\_10\\_11\\_12.pdf](http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/280/portugues_10_11_12.pdf) acedido em 16 de Junho de 2008.

SERRANO, María José (1996) *Cambio sintáctico y prestigio lingüístico*. Madrid: Iberoamericana.

SILVA-CORVALÁN, Carmen (1989) *Sociolingüística. Teoría y análisis*. Madrid: Editorial Alhambra.

SILVA, Paulo Nunes da (1998) *Os “tempos compostos” do sistema verbal português*. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1989) *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1994) *O Português arcaico: Morfologia e Sintaxe*. S. Paulo: Ed. Contexto. Coleção: Repensando a Língua Portuguesa.

SIM-SIM, Inês, Inês DUARTE e Maria José FERRAZ (1997) *Língua materna na educação básica. Competências nucleares e níveis de desempenho*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.

SLOBIN, Dan Isaac (ed.) (1997) *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition. Vol. 5: Expanding Contexts*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

SMITH, John Charles (1995) «Perceptual Factors and the Disappearance of Agreement between Past Participle and Direct Object in Romance». In SMITH e Martin MAIDEN (eds.) *Linguistic Theory and the Romance Languages*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 161-180.

SOUSA, Catarina Barreira de (2003) *A gramática nos dicionários*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de Mestrado em Linguística Geral).

STEN, Holger (1973) *L'emploi des temps en portugais moderne*. Kobenhavn: Munksgaard.

TEYSSIER, Paul (1989) *Manual de Língua portuguesa (Portugal-Brasil)*. Coimbra: Coimbra Editora (Tradução de Margarida Chorão de Carvalho).

TRUDGILL, Peter (1974) *The Social Differentiation of English in Norwich*. London: Cambridge University Press.

TRUDGILL, Peter (1984) *On Dialect. Social and Geographical Perspectives*. Oxford e New York: Basil Blackwell.

TRUDGILL, Peter e Howard GILES (1984) «Sociolinguistics and Linguistic Value Judgements – Correctness, Adequacy and Aesthetics». In Peter TRUDGILL. *On Dialect. Social and Geographical Perspectives*. Oxford e New York: Basil Blackwell, p. 201-225.

ULLMAN, Michael T. (2004) «Contributions of memory circuits to language: the declarative/procedural model». In *Cognition*, volume 92, Issue: 1-2, Outubro 2003, p. 231-270.

VANDERMEEREN, Sonja (2004) «Research on Language Attitudes». In AMMON et alii (eds.) *Sociolinguistics/ Soziolinguistik. An International Handbook of the Science of Language and*



*Society/ Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, vol. 2, 2ª edição (completely revised and extended edition), p. 1318-1332.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e Maria Albertina Mendes da LUZ (1971) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70 (tradução: Ana Maria Brito e Gabriela Matos).

VILLALVA, Alina (2003) «Estrutura morfológica básica». In Maria Helena Mira MATEUS *et aliae*, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 917-938.

VILLALVA, Alina (2009) «A categoria 'particípio' e questões adjacentes». In *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa, Brasil. Disponível em

[http://www.labpsicoling.com/investigadores/publicacoes/alina%20villalva/2009\\_a%20categoria%20participio.pdf](http://www.labpsicoling.com/investigadores/publicacoes/alina%20villalva/2009_a%20categoria%20participio.pdf) acessado em 29 de Dezembro de 2009.

VILLALVA, Alina e Marta ALMEIDA (2005) «Verbos abundantes: usos, desusos e alguns "abusos"». In Inês Duarte e Isabel Leiria (orgs.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., p. 281-295. Disponível com anexos em [http://www.clul.ul.pt/files/alina\\_villalva/2004Lisboa\\_verbos\\_abundantes.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/2004Lisboa_verbos_abundantes.pdf).

WEINREICH, Uriel, William LABOV e Marvin HERZOG (1968) «Empirical foundations for a theory of language change». In W. P. LEHMANN e Yakov MALKIEL, *Directions for Historical Linguistics. A Symposium*. Austin: University of Texas Press, p. 95-195.

WILLIAMS, Edwin Bucher (1961) *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia históricas da Língua portuguesa*. Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro (traduzido por Antônio Houaiss; original: (1938) *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, Oxford: Oxford University Press).

WILLIAMS, Angie, Peter GARRETT e Nikolas COUPLAND (1999) «Dialect Recognition». In PRESTON, Dennis R. (editor) *Handbook of Perceptual Dialectology*, Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, Vol. 1., p. 345-358.

WLODEK, Marcin (2003) «O particípio português – formas e usos». In *Romansk Forum*, Nr. 17 (2003/1) 43. Disponível em <http://www.duo.uio.no/roman/Art/Rf18-03-2/Wlodek.pdf> acessado em 14 de Maio de 2009.

XAVIER, Maria Francisca e Maria Helena MATEUS (orgs.) (1990) *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Edições Cosmos, ILTEC, Associação Portuguesa de Linguística, vol. I.

XAVIER, Maria Francisca e Maria Helena MATEUS (orgs.) (1992) *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Edições Cosmos, ILTEC, Associação Portuguesa de Linguística (dep. Legal: 1991), vol. II. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=terminology> acedido em Agosto de 2012.

YANG, Charles D. (2002) «Grammar Competition and Language Change». In LIGHTFOOT, David W. (ed.) *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press, p. 367-380 (reimpressão de 2006).



### Textos codificatórios, gramáticas e manuais escolares analisados

ABEGÃO, Benilde, Cristina MOURA e Maria Luísa PINTO (2006) *Caderno de actividades. Entre linhas. Língua portuguesa. 7º ano*. Carnaxide: Santillana/ Constância.

AMORIM, Clara e Catarina SOUSA (2006) *Gramática da língua portuguesa – Terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário. De acordo com a Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário (TLEBS)*. Porto: Areal Editores, p.173-174.

ARAÚJO, Horácio, Maria Ascensão TEIXEIRA e Maria Assunção BETTENCOURT (2001) *Língua portuguesa 7. 7º ano*. Lisboa: Texto Editora (4ª edição).

ARAÚJO, Horácio, Maria Ascensão TEIXEIRA e Maria Assunção BETTENCOURT (2003) *Língua portuguesa 8. Caderno de actividades. 8º ano*. Cacém: Texto Editora.

AZEREDO, M. Olga, M. Isabel FREITAS M. Pinto e Maria Carmo Azeredo LOPES (2007) *Da Comunicação à Expressão. Gramática Prática de Português. Língua Portuguesa. 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Lisboa Editora.

BASTO, Adriano e Manuela Salvador CUNHA (2003) *Vozes em Língua portuguesa. 8º ano. Obras integrais e guiões de leitura*. Lisboa: Editorial O Livro.

BERGSTRÖM, Magnus e Neves REIS (1955) *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, p. 139-140.

BORDALO, Helena e Alexandra BORGES (2006a) *Por Outras Palavras... 7.º ano. Língua Portuguesa*. Texto Editores.

BORDALO, Helena e Alexandra BORGES (2006b) *Caderno de Actividades. Por Outras Palavras... 7.º ano. Língua Portuguesa*. Texto Editores.

COSTA, Fernanda e Luísa MENDONÇA (2003) *Com todas as letras, Língua portuguesa 8º ano*. Porto: Porto Editora.

COSTA, Fernanda e Luísa MENDONÇA (2007a) *Com Todas as Letras. Língua Portuguesa. 8.º Ano*. Porto: Porto Editora (1ª ed.; 7ª reimpressão). Inclui *Fichas informativas*.

COSTA, Fernanda e Luísa MENDONÇA (2007b) *Palavras a Fio 7 - Língua Portuguesa 7.º Ano*. Porto: Porto Editora. Inclui *Caderno de actividades*.

COSTA, Fernanda e Rogério CASTRO (1999) *Português de Palavra, Língua portuguesa 8º, Bloco gramatical e guia de exploração de dicionário*. Porto: Porto Editora.

CUNHA, M. Salvador e Adriano BASTO (2003) *Vozes em Língua portuguesa. 8º ano. Obras integrais e guiões de leitura*. Lisboa: Editorial O Livro.

CUNHA, Manuela Salvador e Adriano BASTO (2006) *Palavras cheias: 7º ano de escolaridade*. Lisboa: A Folha Cultural. Inclui *Arquivo gramatical e Livro de exercícios*.

DIAS, Ana Paula e Paulo MILITÃO (2006) *Letras & Letras 7*. Cacém: Texto Editores.

DIAS, Ana Paula Cabrita, Fernanda MARTINS, Georgina PALMA, Manuela GÓIS e Manuela LAPA (2002) *Gramática escolar: língua portuguesa: 2º e 3º ciclos do ensino básico*. Cacém: Texto Editora (7ª ed.).

ESTRELA, Edite, Maria Almira SOARES e Maria José LEITÃO (2006) *Saber escrever Saber falar. Um guia completo para usar correctamente a língua portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (6ª edição).

FERNANDES, Álvaro Garcia (2005) *Gramática da língua portuguesa, uma nova abordagem*. Porto: Edições Caixotim, p. 140-141.

FERREIRA, Ida Lisa, Maria de Fátima LOPES e Roberto MENDES (2006) *Entre Linhas 7*. Carnaxide: Santillana/ Constância (1ª ed.). Inclui *Caderno de auxiliares da língua*.

GUERRA, João Augusto da Fonseca e José Augusto da Silva VIEIRA (2001) *Língua portuguesa. Caderno de actividades. 9º ano*. Porto: Porto Editora.

LOPES, Maria do Céu VIEIRA e Maria Manuela Trindade COSTA (1996) *Gramática da língua portuguesa. 5º e 6 anos*. Lisboa: Plátano Editora.

MARQUES, Carla, Fernanda SILVA, Inês Silva e Paula FERREIRA (2006) *Oficina da Língua. 7º ano. 3º ciclo do ensino básico*. Porto: Asa Editores.

MELO, Sofia e Manuela RIO (2002) *A casa da língua. Língua portuguesa 7º ano*. Porto: Porto Editora. Inclui *Caderno do Aluno*.

MELO, Sofia e Manuela RIO (2003) *A casa da língua. Língua portuguesa 8º ano*. Porto: Porto Editora.

MELO, Sofia e Ana MARTINS (2008a) *Sentidos 7. Língua Portuguesa. 7.º Ano*. Porto: Porto Editora.

MELO, Sofia e Ana MARTINS (2008b) *Gramática do Aluno. Sentidos 7. Língua Portuguesa. 7.º Ano*. Porto: Porto Editora.

MENDES, Alzira NOBRE e Rosa Micaelo FERNANDES (2006a) *Opção 7. Língua Portuguesa*. Lisboa: Plátano Editora. Inclui *Caderno de actividades*.

NUNES, Carmen, M.ª Luísa OLIVEIRA e M.ª Leonor SARDINHA (2002) *Nova Gramática de Português*. Lisboa: Didáctica Editora (8ª ed.).

OLIVEIRA, Maria Luísa Rodrigues (2007) *Viver O Português 8*. Lisboa: Didáctica Editora (3ª ed.).

OLIVEIRA, Maria Luísa Rodrigues e Margarida Gírio MOUTA (2007) *Naveg@r na Língua Portuguesa 7*. Lisboa: Didáctica Editora (2ª ed.).

OSÓRIO, Maria AMÉLIA e Rafaela MOURA (1997) *Leituras & Companhia 7. 7º Ano Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial O Livro.

PALA, Ana Cristina e Ida Lisa FERREIRA (2003) *Língua portuguesa – Focus. 8º ano*. Carnaxide: Constância Editores. Inclui: Benilde Abegão e Maria Luísa Pinto, *Guia de exploração de obras integrais* e Ana Cristina Pala, Benilde Abegão, Ida Lisa Ferreira e Maria Luísa Pinto, *Dossier do Professor*.

PALMA, Constança e Sofia PAIXÃO (2006a) *Ponto e Vírgula 7. Língua portuguesa 7º ano*. Cacém: Texto Editora.

PALMA, Constança e Sofia PAIXÃO (2006b) *Caderno de Actividades. Ponto e Vírgula 7. Língua portuguesa 7º ano*. Cacém: Texto Editora.

PALMA, Constança e Sofia PAIXÃO (2003a) *Ponto e Vírgula 8. Língua portuguesa 8º ano*. Cacém: Texto Editora. Inclui *Guião do Professor*.

PALMA, Constança e Sofia PAIXÃO (2003b) *Caderno de Actividades. Ponto e Vírgula 8. Língua portuguesa 8º ano*. Cacém: Texto Editora.

PINTO, José M. de Castro (1998) *Gramática de português. Ensino básico e secundário*. Lisboa: Plátano Editora, 2ª edição, p. 289-290.

PINTO, José M. de Castro, Maria do Céu Vieira LOPES, Zacarias NASCIMENTO (2006) *Gramática do português moderno (De acordo com a Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário)*. Lisboa: Plátano Editora, p. 298-299.

PINTO, Elisa Costa e Vera Saraiva BAPTISTA (2008a) *Plural. Língua Portuguesa. 7.º Ano*. Lisboa: Lisboa Editora.

PINTO, Elisa Costa e Vera Saraiva BAPTISTA (2008b) *Caderno do Aluno. Plural. Língua Portuguesa. 7.º Ano*. Lisboa: Lisboa Editora (1ª ed.; 3ª reimpressão).

PINTO, Elisa Costa e Vera Saraiva BAPTISTA (2006a) *Plural. Língua portuguesa, 8º ano/ Ensino básico*. Lisboa: Lisboa Editora)

PINTO, Elisa Costa e Vera Saraiva BAPTISTA (2006b) *Caderno do aluno. Plural. Língua portuguesa, 8º ano/ Ensino básico*. Lisboa: Lisboa Editora.

RAMOS, Auxília e Ana Maria MAIA (2003) *Confluência 8, Língua portuguesa. 8º ano. 3º ciclo do ensino básico*. Lisboa: Asa Editores. Inclui *Caderno de actividades*.

RIBEIRO, Maria Conceição e José Fernando RIBEIRO (2003) *Ponto por ponto. 8º ano. 3º ciclo do ensino básico*. Porto: Asa Editores. Inclui *Caderno de Actividades*.

SERPA, Ana Isabel, Artur VERÍSSIMO, Carmen AMARAL, Goretti RODRIGUES, Henriqueta SOUSA e Rosário COSTA (2003) *Ser em português 8. Língua portuguesa 8º ano*. Porto: Areal editores. Inclui *Caderno de apoio ao Professor*.

SERPA, Ana Isabel, Artur VERÍSSIMO, Goretti RODRIGUES e Henriqueta SOUSA (2007) *Caderno de actividades. Viver Em Português 7. Língua Portuguesa. 7.º Ano*. Porto: Areal Editores.

SILVA, Ana Maria, Maria José FONTES e Rogério de CASTRO (2003) *Português em palavras. 8º ano, 3º ciclo do ensino básico*. Porto: Asa Editores. Inclui *Caderno de trabalho*, Guia prático *princípios da reorganização curricular*.

TEIXEIRA, Maria Ascensão, Maria Assunção BETTENCOURT e Horácio ARAÚJO (2002) *Língua portuguesa 7. Caderno de actividades. 7º ano*. Cacém: Texto Editora.

TEIXEIRA, Maria Ascensão e Maria Assunção BETTENCOURT (2003) *Língua portuguesa 8. 8º ano*. Cacém: Texto Editora.

